



COLEÇÃO HISTÓRIA PLATINA

E-book - 04

IRMÃS FRANCISCANAS EM SANTA MARIA-RS:

UMA CONGREGAÇÃO DE MULHERES EMPREENDEDORAS
NO ENSINO SUPERIOR (1953-2018)

LUCIANA SOUZA DE BRITO



LUCIANA SOUZA DE BRITO

IRMÃS FRANCISCANAS EM SANTA MARIA-RS

UMA CONGREGAÇÃO
DE MULHERES EMPREENDEDORAS
NO ENSINO SUPERIOR (1953-2018)



EDITORA
SCHREIBEN

2022

© Luciana Souza de Brito - 2022

Editoração e capa: Schreiben

Fonte da imagem da capa: Arquivo da Universidade Franciscana, Relatório para fiscalização permanente produzido pela FACEM em 1957 para envio ao Ministério da Educação, p. 36.

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)
Dr. Airton Spies (EPAGRI)
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)
Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)
Dr. Enio Luiz Spaniol (UDESC)
Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)
Dr. Glen Goodman (Arizona State University)
Dr. Guido Lenz (UFRGS)
Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)
Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)
Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)
Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)
Dra. Marciane Kessler (UFPel)
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)
Dr. Odair Neitzel (UFFS)
Dr. Valdenildo dos Santos (UFMS)
Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).

Editora Schreiben

Linha Cordilheira - SC-163

89896-000 Itapiranga/SC

Tel: (49) 3678 7254

editoraschreiben@gmail.com

www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B862i Brito, Luciana Souza de
Irmãs Franciscanas em Santa Maria : uma congregação de mulheres
empreendedoras no ensino superior (1953-2018). / Luciana Souza de
Brito. – Itapiranga : Schreiben, 2022.
347 p. : il. ; 16 x 23 cm.

ISBN: 978-65-5440-040-4 [versão impressa]

EISBN: 978-65-5440-039-8 [versão digital]

DOI: 10.29327/585749

1. Ensino Superior. 2. Empreendedorismo. 3. Irmãs Franciscanas da
Penitência e Caridade Cristã - história. I. Título.

CDU 378(81)

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

Coleção História Platina: sociedade, poder e instituições

A proposta da criação de uma Coleção de Livros sobre História Platina teve duas motivações principais. A primeira, refere-se à efetividade dos trabalhos e dos resultados das pesquisas que vêm sendo realizadas junto ao Grupo de Pesquisa *História Platina: sociedade, poder e instituições*, registrado no CNPq/UFSM (Universidade Federal de Santa Maria), que incluem uma importante interação entre pesquisas de doutorado, mestrado, iniciação científica e trabalhos de conclusão de cursos de graduação.

A partir disso, observamos a necessidade e a relevância de publicarmos esses trabalhos completos, pois os mesmos além de passarem por avaliações rigorosas dos pares, possuem contribuições que inovam, promovem a reflexão e trazem novos conhecimentos, tanto para a área de História, como para as demais áreas que dialogam com as Humanidades.

Neste sentido, a partir da perspectiva da História Platina, privilegia-se uma concepção teórica sobre o processo histórico em que a região “platina” é percebida como território fronteiriço conectado. Assim, a História Platina não se refere apenas ao espaço da bacia do Rio da Prata, por onde desaguam os rios, mas ao complexo território em que estes rios nascem e se conectam a outros, incluindo principalmente os territórios da Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai. As pesquisas que integram esta coleção, independente do tema, abordagem ou período histórico selecionado, procuraram perceber essa região, suas conexões e especificidades, permeando a análise e os seus resultados. História Platina, fronteira e região são conceitos interconectados, que abrangem pesquisas que interpretam e privilegiam estudos das sociedades e da política em diversos âmbitos como os das instituições.

Trabalhar com a História Platina significa estudar fronteiras, redes, imaginários, representações, conflitos e aproximações, trajetórias, patrimônios, identidades, relações de poder nos mais variados âmbitos e outras questões presentes na história das sociedades. É fazer uso de abordagens locais e/ou globais, do micro e/ou macro, ou tecê-las(os) conjuntamente em uma perspectiva regional. Destarte, são novos estudos que buscam construir uma história percebida para além dos limites dos Estados nacionais, ou mesmo antes deles, mas que ao mesmo tempo os considere ao longo do tempo. Nessa visão múltipla, é importante pensar as conexões que permeiam continuamente espaço, território e região fronteiriça.

O estudo da História Platina, como esta Coleção se propõe a apresentar, abrangerá a história das relações internacionais, a geopolítica, a formação e a luta na organização das sociedades, a história institucional, a história política e a econômica, a história das mulheres, as questões de religião e religiosidade,

a história dos povos originários, as diversas questões/temas que envolvem as zonas de fronteira, os processos migratórios, a construção de identidades, temas do patrimônio histórico, cultural e ambiental, o nacional e o local, trajetórias, expressões que relacionam a história, a literatura e as artes no geral.

A experiência no Grupo de Pesquisa História Platina demonstra que cada pesquisa, ao longo dos anos, é uma peça de um grande quebra-cabeças, ou talvez, de vários jogos de quebra-cabeças. Que ao se conseguir integrar todas as peças, percebe-se que para além de existirem várias teses, surge uma nova tese, mudando o que, muitas vezes tínhamos como conhecimento dado. Acreditamos ser este o caminho de um Grupo de Pesquisa, o de ir-se construindo o conhecimento, em diálogo colaborativo e ético.

Na sua trajetória como Grupo, que surgiu no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, visou também integrar ações com diálogo com o Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação das Universidades do Grupo Montevideu (AUGM), desde a primeira década do século XXI. Além disso, muitas destas pesquisas contaram com o apoio efetivo de órgãos de fomento como a CAPES, a FAPERGS, o CNPq e a rede da AUGM.

Assim sendo, em um período presente em que são vistos como não lucrativos ou sem valor de mercado, os estudos e as pesquisas nas Humanidades, como os da área de História, viemos registrar e divulgar estudos que privilegiam e lançam “luz” ao processo histórico e que demonstram como as redes sociais são construídas nos diversos âmbitos e tempos.

Agradecemos a parceria da Editora Schreiber, que tem por objetivo exatamente criar um espaço de divulgação acessível à produção qualificada da área. Agradecemos, ainda, ao Comitê Científico que muito nos honra com sua distinção as obras publicadas nesta Coleção.

Prof^a. Dr^a. Maria Medianeira Padoin

*Coordenadora do Grupo de Pesquisa CNPq História Platina:
sociedade, poder e instituições*

Conselho Científico

Dr. José Carlos Chiaramonte - Instituto Dr. Emilio Ravignani, Argentina

Dra. Ana Frega - UDELAR, Uruguai

Dr. Estevão Chaves de Rezende Martins - UnB, Brasil

Dra. Miriam Dolhnikoff - USP, Brasil

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 8 |
| Capítulo 1 | |
| HISTÓRIA DAS MULHERES, EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO..... | 22 |
| 1.1 <i>As mulheres na historiografia</i> | 22 |
| 1.2 <i>Empreendedorismo e mulheres</i> | 32 |
| 1.2.1 <i>Empreendedorismo: aspectos conceituais preliminares</i> | 33 |
| 1.2.2 <i>Mulheres empreendedoras</i> | 38 |
| 1.3 <i>Mulheres na educação (primária e secundária)</i> | 42 |
| 1.4 <i>Mulheres no ensino superior</i> | 52 |
| Capítulo 2 | |
| IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ: MEMÓRIAS/FRAGMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL..... | 62 |
| 2.1 <i>A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã – origem</i> | 64 |
| 2.2 <i>A atuação da Congregação no Brasil</i> | 79 |
| 2.3 <i>A Congregação em Santa Maria entre 1953 e 2018: memórias de sua atuação no ensino superior</i> | 96 |
| 2.3.1 <i>Antecedentes do ensino superior em Santa Maria – RS</i> | 101 |
| 2.3.2 <i>Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição – FIC</i> ...106 | |
| 2.3.3 <i>Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira – FACEM</i> ...129 | |
| 2.3.4 <i>Universidade Federal de Santa Maria – UFSM</i> | 154 |
| 2.3.5 <i>Faculdades Franciscanas – FAFRA</i> | 178 |
| 2.3.6 <i>Centro Universitário Franciscano – UNIFRA</i> | 194 |
| 2.3.7 <i>Universidade Franciscana – UFN</i> | 208 |
| Capítulo 3 | |
| MULHERES EMPREENDEDORAS NO ENSINO SUPERIOR: INSTITUIÇÕES PERTENCENTES À SCALIFRA-ZN..... | 216 |
| 3.1 <i>Ações empreendedoras nos anos 1950: FIC e FACEM</i> | 217 |
| 3.2 <i>Ações empreendedoras a partir dos anos 1990: FAFRA e UNIFRA</i> | 234 |
| 3.3 <i>ações empreendedoras a partir dos anos 2000: UFN</i> | 253 |

Capítulo 4

MULHERES EMPREENDEDORAS NO ENSINO SUPERIOR:

A CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA.....256

CONCLUSÃO.....276

REFERÊNCIAS.....284

INTRODUÇÃO

Esta obra decorre de um estudo sobre a trajetória das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e sua contribuição para o contexto do ensino superior de Santa Maria, entre os anos de 1953 e 2018, enquanto exemplo de atuação de mulheres empreendedoras.

Nesse sentido, é fruto da tese de doutorado em História do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), defendida em fevereiro de 2021, sob orientação da Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin. A pesquisa teve como motivações a dissertação de Mestrado¹ defendida pela Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin com a temática de empreendedorismo, bem como sua atuação enquanto docente em cargos de gestão entre os anos de 1988 e 2001 junto a Instituições de Ensino Superior das Irmãs Franciscanas em Santa Maria.

Além disso, teve também como ponto de partida os estudos preliminares realizados por mim para construção e elaboração da dissertação de mestrado, junto ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural (PPGPC) da Universidade Federal de Santa Maria, intitulada “Histórias e memórias institucionais a partir do acervo fotográfico do Centro Universitário Franciscano (1955-1980)”, defendida no ano de 2010, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Blaya Perez. Esses estudos permitiram um primeiro contato com a história e trajetória das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, o que favoreceu o meu interesse em criar meios que pudessem aprofundar as discussões iniciadas visando difundir e desvelar aspectos dessa caminhada, pois percebeu-se a ausência de trabalhos científicos sobre a temática.

Destaca-se, ainda, que um dos motivos que levaram ao desenvolvimento da pesquisa foi a relação pessoal e profissional desta pesquisadora, estabelecida com o Centro Universitário Franciscano, entre os anos de 2004 e 2009, enquanto técnica administrativa, pois a partir desse contato foi possível ter acesso aos arquivos e às fontes documentais da Instituição.

Pode-se afirmar, então, que esta obra tem por motivação a construção de elementos que possam delimitar e construir a trajetória das Irmãs Franciscanas

1 A Dissertação de Mestrado elaborada pela Profa. Maria Medianeira Padoin, em 1992, junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná intitula-se “O empresário comercial em Santa Maria/RS (uma análise histórica sobre a CACISM)” e está disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24640/D%20jsessio-nid=E282EB37A748D4768DF5A98B095275F6?sequence=1>>. Acesso em: 20 set. 2018.

da Penitência e Caridade Cristã no município de Santa Maria – RS, com ênfase em sua atuação no ensino superior entre o ano de 1953, quando iniciaram as discussões sobre a criação de Instituições de ensino superior vinculadas à Congregação em Santa Maria, e o ano de 2018, quando é criada a Universidade Franciscana (UFN). Nesse sentido, buscou-se evidenciar o papel empreendedor e inovador dessas mulheres, protagonistas no que tange ao ensino superior e suas articulações com a sociedade santa-mariense, buscando complementar e ampliar o parâmetro de estudos sobre a constituição histórica de Santa Maria e sua marca na Educação e com destaque à Educação Superior.

A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã tem sua gênese na cidade de Heythuysen, na Holanda. Fundada por Catarina Daemen em 1835, a Congregação, inicialmente, dedicava-se ao ensino primário e à assistência aos doentes. Após sua criação, a Congregação rapidamente expandiu-se para outros países, como a Alemanha (1852), Polônia (1867), Indonésia (1870), Brasil (1872), Estados Unidos (1874), Itália (1954), Tanzânia (1959), Líbia (1979), México (1990), Guatemala (1995), Timor-Leste (1996), Filipinas (2001) (BARIN, 2006).

No Brasil, sua instalação ocorreu em 1872, na cidade de São Leopoldo do estado do Rio Grande do Sul. Com o passar dos anos e a chegada de novas missionárias (1874), foi possível atender às solicitações de criação de novas Comunidades da Congregação em diferentes cidades do Rio Grande do Sul e também em outros estados brasileiros.

Sobre a atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas no município de Santa Maria – RS, a primeira Comunidade criada teve por motivação auxiliar no atendimento aos internos do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, no ano de 1903. A partir de 1905, atendendo às solicitações locais, novas Comunidades foram sendo criadas, visando atender o ensino primário e posteriormente, o ensino superior.

No contexto do ensino superior, as primeiras Instituições criadas em 1955, sob gerência da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, foram: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC) e a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM)². Em 1995, a FIC e a FACEM foram unificadas, dando origem às Faculdades Franciscanas (FAFRA), que desenvolveu suas atividades até o ano de 1998, quando a Instituição se tornou Centro Universitário Franciscano (UNIFRA). Posteriormente, no ano

2 Quando da criação da FACEM esta foi denominada como “Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira – FACEM”, no entanto tinha atribuições e responsabilidades de uma Faculdade, se comparada com cursos de outras áreas criados no mesmo período. Essa nomenclatura foi adotada ao longo de muitos anos no Brasil por Instituições de ensino na área de Enfermagem de diferentes estados, pois a legislação brasileira utilizava o termo ‘Escola’ para estas Instituições de Ensino. A nomenclatura da Instituição só foi alterada para Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM), com o Decreto n. 63.231, de 10 de setembro de 1968.

de 2018, a Instituição teve uma nova transformação e tornou-se Universidade Franciscana (UFN). Essa trajetória educacional tem significativa parcela de contribuição para o entendimento do contexto educacional do município de Santa Maria e para construção da História da Educação.

Assim, buscou-se recuperar a memória de uma Congregação religiosa de mulheres, procurando construir um estudo da trajetória histórica da Congregação ao longo dos anos em Santa Maria, com sua relação e atuação na origem de Instituições de Ensino Superior, como de sua participação direta na criação da Universidade de Santa Maria (USM), enquanto mantenedora e gestora de instituições de ensino superior que compuseram como faculdades agregadas a USM, a primeira Universidade pública federal no interior do Brasil, atual Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Dessa forma, desvelou-se uma parcela da história da educação superior no município de Santa Maria, a partir de outros olhares sobre a constituição da UFSM, tendo por base a atuação das Instituições particulares³, especialmente as gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas.

Com este livro busca-se dar visibilidade à cultura material e imaterial presente na construção da memória e identidade da cidade de Santa Maria, enquanto centro educacional/cultural (para além da característica militar⁴, por exemplo) do sul do Brasil, pois entende-se que seu perfil enquanto cidade está muito vinculado às possibilidades construídas pela rede educacional, tanto da ampla rede de ensino básico e técnico como do ensino superior. Nesse sentido, o estudo das redes que fazem parte da construção do contexto educacional de Santa Maria é uma forma de desvelar parte dessa memória.

Assim, considera-se que este livro tem como propósito evidenciar a atuação das Irmãs Franciscanas no ensino superior enquanto elemento também constitutivo da memória sobre o ensino superior no município de Santa Maria

3 As Instituições particulares gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas quando da criação da USM foram: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC) e Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM).

4 Machado (2008) refere que a contribuição militar foi marcante para o desenvolvimento do município de Santa Maria. Assim, situa cronologicamente a instalação das seguintes instituições: 1797 – Acampamento Militar e 28º Batalhão de Estrangeiros; 1908 – 3º Brigada Estratégica; 1914 – 7º Regimento de Infantaria; 1919 – Hospital Militar de Santa Maria; 1921 – Parque de Aviação Militar; 1925 – 5º Regimento de Artilharia e Campanha; 1933 – Armazém Marechal Floriano; 1940 – Base Aérea de Santa Maria/Aeródromo; 1944 – 3º Batalhão de Carros de Combate e 4º Cia Especial de Manutenção; 1956 – Campo de Instrução de Santa Maria; 1957 – Parque Regional de Motomecanização; 1958 – Vila Militar de Santa Maria; 1968 – Círculo Militar; 1970 – 3º Cia de Comunicação de Blindados e fundação oficial da Base Aérea de Santa Maria (BASM); 1971 – 4º Esquadrão Misto de Reconhecimento e Ataque; 1972 – 6º Brigada de Infantaria Blindada; 1974 – 13º Cia de Depósito de Armazenamento e Manutenção; 1978 – 6º Bateria de Artilharia Antiaérea; 1984 – 26º Pelotão de Polícia do Exército; 1985 – 6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, 1º Esquadrão de Controle e Alarme da BASM; 1989 – 6º Cia de Engenharia de Combate; 1994 – Colégio Militar de Santa Maria.

no período estipulado. As memórias produzidas a partir das fontes documentais, jornalísticas, orais, iconográficas são consideradas como evidências de um passado, uma interpretação postulada a partir do estudo sistemático e crítico das fontes pesquisadas. Às memórias captadas a partir do estudo sistemático das fontes citadas anteriormente podem ser atribuídos valores que permitem defini-las enquanto um patrimônio historicamente constituído acerca do ensino superior no município de Santa Maria, entre os anos de 1953 e 2018.

Nesse contexto, com a elaboração desta obra, teve-se a pretensão de responder à problemática motivada pelas seguintes questões: em que medida a trajetória das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, no período de 1953 a 2018, na cidade de Santa Maria – RS, pode ser considerada como uma ação empreendedora no que concerne à implantação e ao desenvolvimento do ensino superior? Diante das ações desenvolvidas ao longo dessa trajetória, em que medida a Congregação, formada por mulheres, contribuiu para a constituição, o desenvolvimento e a consolidação da Universidade de Santa Maria, atual Universidade Federal de Santa Maria? E, ainda, analisando a história institucional, a criação da Universidade Franciscana, no ano de 2018, pode ser considerada mais um ato empreendedor? Como construir uma trajetória histórica de uma congregação religiosa de mulheres tendo por base a perspectiva do empreendedorismo? Como trabalhar a história das mulheres com o “olhar” do empreendedorismo na Educação?

Considerando esses questionamentos, foram concebidas algumas hipóteses de trabalho, descritas a seguir, as quais tiveram a finalidade de auxiliar na resolução do problema de pesquisa:

- As Irmãs Franciscanas desenvolveram um papel protagonista e inovador/empreendedor, enquanto uma congregação de mulheres, no ensino superior em Santa Maria entre os anos de 1953 até 2018, partindo da atuação na FIC e FACEM até a constituição da UFN;
- A ausência de trabalhos científicos/acadêmicos que divulguem a atuação desta Congregação no ensino superior contribui para o entendimento de uma história da educação no Município fragmentada, por entender que seria o resultado de uma ação evangelizadora de uma Congregação religiosa (formada por mulheres) atuando na educação;
- As Instituições de Ensino Superior particulares (FIC e FACEM, bem como as dos Irmãos Maristas) vinculadas a Congregações religiosas contribuíram de forma fundamental na criação e no desenvolvimento da Universidade de Santa Maria;
- A agregação da FIC e FACEM à UFSM foi um recurso que fomentou o crescimento e a expansão do ensino superior em Santa Maria;
- A participação nas criações da FIC, FACEM, USM/UFSM,

FAFRA, UNIFRA e UFN é resultado da atuação empreendedora das Irmãs Franciscanas no município de Santa Maria;

- As fontes documentais, jornalísticas, orais e imagéticas contribuem para a identificação e construção da trajetória histórica de uma Instituição educativa, considerando a correlação entre os dados encontrados e a promoção de crítica documental;
- A história institucional da UFN, resultante da atuação de uma Congregação de mulheres com perfil empreendedor, constitui-se em uma parcela da História da Educação no sul do Brasil enquanto parte da cultura material e imaterial presente na construção da memória e no perfil da identidade da cidade de Santa Maria.

Considerando as hipóteses levantadas, outra questão que foi postulada diz respeito à identificação e descrição dos objetivos, geral e específicos, da pesquisa desenvolvida e que resultou nesse livro. Com o objetivo geral, buscou-se compreender e reconstruir a trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas no período de 1953 a 2018 e seu papel empreendedor em Santa Maria, por meio de sua atuação no ensino superior. Tal estudo tinha por motivação proporcionar uma contribuição para o conhecimento histórico, trabalhando a História Social e das Mulheres a partir da perspectiva da trajetória de uma Congregação religiosa de mulheres relacionada com a visão do empreendedorismo.

Nesse contexto, diferentes aspectos foram levados em consideração a fim de contribuir na construção de uma resposta ao problema de pesquisa e atingimento do objetivo geral. Diante do exposto, elencaram-se os seguintes objetivos específicos:

- Demonstrar a presença das mulheres no processo histórico como um meio de enfatizar a importância da pesquisa, no que se refere à História Social de Santa Maria, por meio da atuação empreendedora das Irmãs Franciscanas, que vai além de uma cultura construída de relacionar a concretização de um “ideal” ou uma missão religiosa, entendendo essa atuação como empreendedora;
- Colocar em evidência a pluralidade das fontes disponíveis para o estudo da História Social e das Mulheres e suas possibilidades de uso na historiografia, em especial na estruturação de histórias, trajetórias e memórias institucionais;
- Evidenciar o papel empreendedor das Irmãs Franciscanas na construção da memória da educação superior em Santa Maria a partir de um “olhar” renovado para as fontes, bem como dando “voz” a fontes inéditas de pesquisa.

Como parte do desenvolvimento deste livro foi realizado o estado da arte,

ou seja, um levantamento aprofundado de produções científicas acerca do tema de pesquisa. No tocante à realização do estado da arte, elencaram-se algumas palavras-chave para pesquisa em bancos de dados de teses e dissertações, bem como portais de periódicos, a fim de coletar informações sobre possíveis trabalhos já existentes que contemplassem a referida temática.

Concluiu-se que, sobre a temática específica das Irmãs Franciscanas, poucos materiais foram publicados, principalmente no que se refere à atuação no ensino superior na cidade de Santa Maria, a constituição da FIC e FACEM, sendo as pesquisas realizadas pela própria autora desta tese. Quando se buscou o relacionamento desta temática com a atuação de mulheres empreendedoras, não se conseguiu localizar nenhuma publicação, fato que evidencia a notoriedade, ineditismo e relevância desta pesquisa.

Percebeu-se, ainda, que existe uma perspectiva de estudos que tem por tema a história das mulheres ou o empreendedorismo feminino, os quais totalizam uma tese, dezoito dissertações e quatorze artigos, inseridos em diferentes bancos de dados. Mas não há estudos encontrados em nosso levantamento sobre a relação de uma Congregação religiosa formada por mulheres (e no século XX) com o empreendedorismo (especificamente a das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã), pois, quando pesquisado este termo, os únicos registros localizados foram a dissertação de mestrado da própria autora (BRITO, 2010a) e um artigo (BRITO, 2010b), que abordam a Congregação das Irmãs Franciscanas e sua atuação no ensino superior entre os anos de 1955 e 1980, a partir do estudo do seu acervo fotográfico.

Assim, destaca-se que, a partir de 2019, ou seja, durante a realização da tese, a Universidade Franciscana passou a publicar em conjunto com o periódico Diário de Santa Maria⁵ uma coluna denominada “Memórias”⁶, contendo registros de sua trajetória institucional, com informações textuais e imagens sobre sua história. Entende-se que essa iniciativa é uma forma importante de divulgar e atestar a contribuição da Instituição no contexto educacional de Santa Maria, valorizando sua atuação, bem como se configura em uma nova fonte de pesquisa acerca da temática de estudo.

Foram utilizadas quatro grupos específicos de fontes: documentos textuais, acervos jornalísticos, acervos iconográficos e entrevistas. Para a realização do estudo das fontes que retratam aspectos relacionados à temática, foi preciso, inicialmente, situá-la no tempo e no espaço. Assim, foram consultadas diferentes Instituições de custódia, mencionadas no Quadro 1, apresentado a seguir. Ressalta-se que não estão apresentadas no quadro as Instituições que disponibilizaram os seus acervos bibliográficos, já mencionadas anteriormente, quando da apresentação do estado da arte.

5 Criado em 2002, é um jornal de circulação diária na região central do RS.

6 A coluna inicialmente recebia reportagens semanais, mas, partir de 2020, as publicações passaram a ser mensais. Até fevereiro de 2021, foram publicadas vinte e duas (22) reportagens com autoria de professores e da Reitora da UFN, cujo texto não ultrapassa uma página do jornal.

Quadro 1 – Detalhamento das Instituições consultadas (fontes documentais)

| Nome da Instituição | Localidade |
|--|-------------------|
| Arquivo da Arquidiocese de Santa Maria | Santa Maria – RS |
| Arquivo da Província do Imaculado Coração de Maria | Santa Maria – RS |
| Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM) | Santa Maria – RS |
| Biblioteca Pública Municipal de Santa Maria | Santa Maria – RS |
| Arquivo da Câmara de Vereadores de Santa Maria | Santa Maria – RS |
| Acervo da Casa de Memória Edmundo Cardoso | Santa Maria – RS |
| Arquivo da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição | Santa Maria – RS |
| Arquivo do Ministério da Educação ⁷ | Brasília – DF |
| Acervo do Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas (MHIF) | Santa Maria – RS |
| Acervo da Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte (SCALIFRA-ZN) | Santa Maria – RS |
| Arquivo da Universidade Federal de Santa Maria ⁸ | Santa Maria – RS |
| Acervo da Universidade Franciscana (UFN ⁹) | Santa Maria – RS |
| Arquivo do Colégio Marista ¹⁰ | Porto Alegre – RS |
| Museu Gama D’Eça | Santa Maria – RS |

Fonte: Elaborado por Luciana Souza de Brito, 2020.

A partir do estudo nas fontes, buscou-se construir um conhecimento histórico que se insere na perspectiva da História Social, priorizando a história de mulheres. Nesse contexto, Sandoica (2004) menciona que o estudo da história das mulheres como uma forma plural e heterogênea de resgatar um sujeito social é relativamente nova. Assim, “[...] la historia de las mujeres como objeto y sujeto del discurso histórico revela la incidencia de los profundos cambios que la modernidad desencadena en la vida social, en el derecho, la economía y la política de las sociedades industriales¹¹” (SANDOICA, 2004, p. 438).

Nesse sentido, priorizou-se o estudo da trajetória de uma Congregação religiosa formada por mulheres. Para tal, também contribui o que Rüsen (2015)

7 As pesquisas junto ao Ministério da Educação foram realizadas utilizando-se o sistema e-sic.

8 As pesquisas realizadas na UFSM foram desenvolvidas junto à Divisão de Arquivo Geral (DAG), e no banco de dados ‘Fonte’, que disponibiliza parte do acervo arquivístico da Universidade Federal de Santa Maria, em especial, seu acervo iconográfico.

9 A UFN é detentora dos acervos de diferentes Instituições, cuja mantenedora é a SCALIFRA-ZN. Assim, estão sob sua custódia, os acervos da FIC, FACEM, FAFRA, UNIFRA e da própria UFN.

10 As pesquisas no acervo do Colégio Marista foram realizadas virtualmente, por contato com a responsável pelo arquivo, considerando que na data agendada para início do trabalho incidiu a pandemia de Coronavírus, e a Instituição optou por não permitir o contato de pesquisadores com o acervo documental.

11 “[...] a história das mulheres como objeto ou sujeito do discurso histórico revela o impacto das profundas mudanças que a modernidade desencadeia na vida social, na lei, na economia e na política das sociedades industriais” [tradução nossa].

aborda, ou seja, que os procedimentos metodológicos e as regras do método histórico determinantes do conhecimento científico pressupõem: uma terminologia conceitual especializada, a relação com a experiência e o caráter procedimental enquanto argumentação.

Assim, buscou-se explicitar as três formas de pensamento ou estratégia cognitiva, a saber: heurística, crítica e interpretação. Dentre essas formas de pensamento, a heurística pode ser considerada como a fase motivadora da pesquisa, pois é nela que se busca pela pergunta histórica ou a problemática e o levantamento de hipóteses para responder ao questionamento histórico postulado no problema de pesquisa. No âmbito da pesquisa, foi delimitado o tema, a localização das fontes, as hipóteses e o período. As fontes escolhidas possibilitaram a interpretação do passado, constituindo-se como vestígios de uma realidade do passado que foi interpretada no presente, na produção do conhecimento histórico.

Com relação ao uso da crítica, diante da variedade de tipos de documentos que foram utilizados (documentos textuais, documentos iconográficos, relatos orais e questionários, matérias jornalísticas), adotou-se como perspectiva metodológica o uso de propostas que permitiram uma análise específica de cada fonte.

A pesquisa documental foi utilizada para os documentos dos arquivos das Instituições, em que se fez a leitura pormenorizada das correspondências e demais documentos administrativos relativos ao período (relatórios, cartas, memorandos, ofícios, entre outros).

Além disso, a pesquisa documental também foi utilizada na coleta de informações presentes em jornais sobre a temática de estudo. Ao utilizar o jornal como fonte, é preciso lembrar, no entanto, a necessidade de o pesquisador ter presente a criticidade. Nesse sentido, utilizou-se o que Lapuente (2015, p. 6) explica:

O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico).

Assim, inicialmente, optou-se pela seleção de um periódico que abrange quase todo período de nosso estudo, neste caso, o periódico de Santa Maria, o jornal “A Razão¹²”, entre o período de 1953 e 2017, ano em que a publicação foi encerrada. As consultas ao acervo jornalístico foram realizadas junto ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), órgão detentor do

12 O jornal A Razão se estabeleceu em Santa Maria em 9 de outubro de 1934 e encerrou suas atividades em fevereiro de 2017.

acervo. Para tanto, organizou-se uma planilha para coleta de informações referente às matérias publicadas, para realizar a análise de conteúdo¹³, evidenciando elementos quantitativos sobre a trajetória institucional ao longo do período, mas também questões qualitativas que se referem às temáticas definidas nos objetivos específicos a partir dessa fonte de pesquisa.

Quanto à análise quantitativa, realizou-se uma verificação de frequência na análise de conteúdo. Dessa forma, foi detectada a média da presença de determinados termos (no caso, o nome das Instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas) no jornal *A Razão*. No que diz respeito à análise qualitativa, esta foi realizada a partir da seleção de matérias específicas. Assim, foi efetuada a leitura e síntese da matéria, em que se identificou o ponto central desta e os elementos para auxiliar na construção de argumentos para responder ao problema de pesquisa. Nesse sentido, direcionou-se para o que se queria interpretar na matéria, quando se pôde parafrasear o material de forma a deixar de fora passagens com os mesmos significados e menos relevantes para a pesquisa. Além disso, foi realizada a análise explicativa de conteúdo, quando se buscou esclarecer passagens difusas ou ambíguas a partir de definições extraídas de dicionários ou baseadas na gramática, com os dados inseridos em notas de rodapé.

Buscou-se, ainda, complementar essa metodologia com o uso das orientações de Luca (2015), em que, ao identificar a fonte jornalística se dá atenção às características de ordem material do periódico, identificando a forma de organização interna do conteúdo, os responsáveis pela publicação (quando identificados) e o material iconográfico.

Essa proposta metodológica se identifica com os elementos mencionados por Miranda (2008, p. 328), em que é preciso “[...] examinar el periódico tanto en su forma y contenido como en todo cuanto rodea a la producción: propietarios, lectores y demás circunstancias de publicación y difusión [...]”¹⁴.

Assim, no que se refere ao uso das fontes iconográficas, utilizou-se a metodologia proposta por Kossoy (2001), a qual prevê a realização de uma análise iconográfica e iconológica¹⁵. Ainda para a análise de imagens, tinha-se a

13 O termo análise de conteúdo neste trabalho parte da conceituação dada por Flick (2013, p. 134), para quem esta é entendida como “um procedimento clássico para analisar materiais de texto de qualquer origem, de produtos de mídia a dados de entrevistas. [...] A análise de conteúdo tem por objetivo classificar o conteúdo dos textos alocando as declarações, sentenças ou palavras a um sistema de categorias”.

14 “[...] examinar o periódico tanto em sua forma e conteúdo como em tudo que rodeia os produtores, leitores e outras circunstâncias de publicação e divulgação” [tradução nossa].

15 A metodologia proposta por Kossoy (2001) abrange sete níveis na análise iconológica, sendo eles: I – Referência visual do documento, II – Procedência do documento, III – Conservação do documento, IV – Identificação do documento, V – Informações referentes ao assunto, VI – Informações referentes ao fotógrafo, VII – Informações referentes a tecnologia. Tais elementos, coletados a partir da estruturação de sete categorias compreendem

pretensão de uso da proposta de Laurent Gerverau ([s/d]) e (2007)¹⁶, o qual apresenta a possibilidade de uso de diferentes formatos de documentos imagéticos. Nesse sentido, os formatos citados por Gerverau ([s/d]) e (2007) compreendem: pôsteres, tirinhas de jornal, mapas, símbolos, logotipos, cartões postais, desenhos, gravuras, imagens em movimento (televisão e cinema), objetos, pinturas, fotografias, imprensa, revistas, esculturas, *sites* de internet, multimídia, selos postais, moedas. Considerando a especificidade das fontes documentais utilizadas, inicialmente acreditou-se que poderiam ser encontradas ‘tirinhas de jornal’ com a temática de estudo e, portanto, utilizar a metodologia de Gerverau ([s/d]) e (2007), porém não foram localizadas informações com essas características, motivo pelo qual não se utilizou a metodologia proposta pelo referido autor.

Quanto ao uso de fontes orais, adotou-se metodologia específica para coleta e análise das informações. Assim, entende-se que as propostas que melhor se enquadraram ao contexto deste trabalho foram apresentadas por Delgado (2010) e Alberti (2013), pois pretendeu-se trabalhar com as lembranças de sujeitos que estiveram presentes em diferentes momentos da trajetória da Instituição. Nesse sentido, Delgado (2010, p. 16) menciona que a metodologia de uso de fontes orais é

[...] um procedimento, um meio, um caminho para produção do conhecimento histórico. Traz em si um duplo ensinamento: sobre a época enfocada pelo depoimento – o tempo passado, e sobre a época na qual o depoimento foi produzido – o tempo presente. Trata-se, portanto, de uma produção especializada de documentos e fontes, realizada com interferência do historiador e na qual se cruzam intersubjetividades.

O uso das fontes orais, enquanto metodologia nos termos deste trabalho, teve por mérito trazer elementos para contribuir com a construção do conhecimento histórico sobre as Irmãs Franciscanas e seu papel empreendedor no ensino superior em Santa Maria – RS. Assim, entende-se que as entrevistas favoreceram o acesso às informações que não estão registradas em documentos escritos, ou ainda puderam ser mais bem esclarecidos e evidenciados por meio das experiências pessoais ou particulares do entrevistado, conforme destacado por Alberti (2013).

Portanto, as fontes orais foram utilizadas pensando na adoção de entrevistas semidirigidas e também do envio de questionários, as quais tiveram por base

diferentes fragmentos da imagem os quais auxiliarão no entendimento do seu contexto organizacional, dos seus dados técnicos por assim dizer. A segunda análise, iconográfica, compreende o estudo da primeira realidade, o contexto histórico de produção da fotografia (KOSSOY, 2001). Assim, apresenta como fator fundamental a pesquisa do contexto histórico retratado no fragmento do passado que foi capturado e fixado em uma imagem.

16 A metodologia do autor baseia-se em três eixos: descrição, estudo do contexto e interpretação. No primeiro, busca-se a descrição da imagem a partir de subcategorias como técnica, estilo e temática. No estudo do contexto, direciona-se para a análise do contexto histórico sobre a imagem e de apoio da mesma, e a interpretação constitui a busca pelo entendimento dos significados originais de produção da imagem, e posteriores.

estudos preliminares sobre o(a) entrevistado(a). Os estudos preliminares configuram-se como informações básicas que foram coletadas antes da realização da entrevista. Para Thompson (1992, p. 254), “a importância disso varia muito. A melhor maneira de dar início ao trabalho pode ser mediante entrevistas exploratórias, mapeando o campo e colhendo ideias e informações”.

Também se considerou o que Tourtier-Bonazzi (2005, p. 236) enfatiza, pois diz que toda entrevista deve ser precedida de uma preparação minuciosa. Segundo a referida autora, “cada entrevista supõe a abertura de um dossiê de documentação. A partir de elementos colhidos, elabora-se um roteiro de perguntas do qual o informante deve estar ciente durante toda a entrevista”.

Nesse sentido, acrescentou-se o que explica Delgado (2010), ou seja, depois da entrevista, a próxima etapa consiste no processamento e na análise, realizando a transcrição dos relatos, a conferência de fidelidade das informações prestadas pelo depoente (com a finalidade de corrigir erros e verificar omissões ou acréscimos indevidos), e a análise das entrevistas. A conferência da fidelidade das informações prestadas é realizada na medida em que se contrapõem as informações apresentadas pelo entrevistado com as demais fontes documentais elencadas na pesquisa.

Acerca da análise das entrevistas, Delgado (2010, p. 29) refere que

o maior desafio da análise das entrevistas consiste no fato de, valendo-se de depoimentos individuais e, por decorrência, singulares, construir evidências e estabelecer correlações e análises comparativas que possam contribuir para que os objetivos da pesquisa possam ser alcançados da melhor forma possível.

Assim, considera-se que essa etapa foi fundamental no processo de utilização de fontes orais para a construção historiográfica. Junto ao processo de realização da entrevista, foi entregue ao(à) entrevistado(a) um termo de consentimento, que equivale a uma carta de cessão de uso de seu testemunho por meio da entrevista. No caso desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com três grupos específicos de público: Irmãs Franciscanas que atuaram junto à Instituição, docentes e técnicos administrativos.

Inicialmente, estimava-se que o quantitativo total de entrevistas seria de vinte e quatro (24), sendo oito (08) para cada grupo específico de público. Esse número foi delimitado a partir de uma primeira reunião com a professora orientadora da pesquisa, a partir do que se chegou à delimitação de oito (08) Irmãs Franciscanas que participaram da construção e desenvolvimento da Instituição. A partir dessa delimitação inicial, buscou-se realizar o mesmo quantitativo de entrevistas entre os demais grupos.

Ocorre que, em alguns casos, não foi possível realizar a entrevista devido a questões de distância física e/ou indisponibilidade do entrevistado. Nesse caso, utilizou-se um questionário, encaminhado por *e-mail*, o qual também prevê a adoção de um termo de consentimento de uso. Em alguns casos, o próprio entrevistado optou por essa forma de contato, em detrimento da entrevista oral.

Vale mencionar que as entrevistas também foram prejudicadas tendo em vista a incidência da pandemia de Coronavírus¹⁷, deflagrada em março de 2020, o que dificultou o acesso e a realização de algumas entrevistas, fato que implicou a não conclusão do quantitativo inicialmente planejado. Assim, conseguiu-se chegar ao seguinte quantitativo de entrevistas/questionários: cinco (05) Irmãs Franciscanas participaram da pesquisa, por meio de entrevistas orais e envio de questionário, sendo que uma (01) não retornou o questionário, e outras duas (02) optaram por não participar da pesquisa. Quanto ao grupo de professores, obteve-se retorno via entrevista oral e envio de questionário de apenas três (03), pois, dos demais integrantes da lista pré-estabelecida, não se conseguiu ter acesso; e do grupo de técnicos administrativos conseguiu-se o retorno (via entrevista e envio de questionário) de sete (07), um (01) não se conseguiu ter acesso.

Assim, o total de entrevistas e questionários efetivamente recebidos totalizou quinze (15) unidades, correspondendo a 62,5% do total inicialmente previsto. Desse percentual de dados recebidos no grupo de Irmãs Franciscanas, três (03) responderam por meio de entrevista oral e duas (02) por meio de questionário. No grupo dos professores, dois (02) responderam por entrevista oral, e um (01) por questionário. E, no grupo dos técnicos administrativos, quatro (04) responderam com uso de entrevista oral e três (03) com o envio de questionário.

Também buscou-se realizar uma crítica às fontes quanto ao teor de autenticidade destas, no que se refere à crítica externa. E, no que diz respeito à crítica interna, buscou-se analisar em específico a qualidade das informações prestadas nos depoimentos orais, pois, segundo Rösen (2015), a confiabilidade da lembrança decresce com o afastamento temporal do lembrado, e a razoabilidade da documentação aumenta com a aproximação com o tempo registrado na fonte.

Nas informações prestadas por meio do uso dos questionários, também se realizou uma análise crítica. Nesse caso, comparando essas informações com outras fontes documentais.

Por fim, buscou-se analisar o teor das fontes quanto a sua coerência com o saber histórico, comparando-os com outros acervos e fazendo uso de outros saberes, como os das chamadas Ciências Auxiliares da História. Diante dessa realidade, nem todas as entrevistas orais e questionários coletados foram utilizados no texto, pois foram realizadas escolhas entre os materiais mais significativos. O mesmo foi feito com as demais fontes de pesquisa consultadas.

Assim, no âmbito dessa pesquisa, as Ciências Auxiliares que foram utilizadas são: a Paleografia, para leitura de documentos manuscritos encontrados nos diferentes arquivos; a Diplomática, visando analisar o conteúdo dos

17 A pandemia de Coronavírus (covid-19) teve início no primeiro semestre de 2020, espalhando-se pelo mundo, implicando na necessidade de medidas de isolamento para evitar o contágio e disseminação do vírus, o que afetou o desenvolvimento de atividades em todos os setores.

documentos e suas características de autenticidade e fidedignidade das informações apresentadas; a Cronologia, a fim de comparar elementos sobre o documento que causem dúvidas quanto ao seu período; a Estatística, com a proposta de sistematizar informações quantitativamente, utilizada principalmente com relação às fontes jornalísticas, tendo em vista o quantitativo de dados levantados.

Quanto aos elementos de objetividade e interpretação, estes foram sendo realizados na sequência, posteriormente à crítica das fontes. A partir dos fatos coletados com as metodologias de análise das diferentes fontes, a objetividade tem o papel de validá-los, pois, como lembra Rüsen (2015), para tornarem-se históricos, os fatos precisam ser confrontados com outros fatos, em dado contexto temporal com sentido e significado.

Por fim, a interpretação constituiu-se na etapa final, em que, a partir dos dados coletados nas fontes, elaborou-se uma narrativa que tinha por motivação responder ao problema de pesquisa. Nesse sentido, concorda-se com o que Miranda (2008) menciona sobre a pesquisa em história e especialmente o papel do historiador:

Por tanto, la preparación del historiador es fundamental para ejecutar esas operaciones con las decisiones más apropiadas. Desde el planteamiento de las hipótesis hasta su verificación (o demostración de su falsabilidad), pasando por la descripción y observación de las fuentes y terminado por la explicación de la historia, debe hacerse con un gran protagonismo el investigador. Las fuentes no hablan por sí mismas. El historiador no puede pensar que los hechos históricos se reflejan como en un espejo. Tiene que construir esos hechos, sabiendo interrogar a la documentación partiendo del planteamiento de la hipótesis¹⁸ (MIRANDA, 2008, p. 36).

Em relação à temporalidade da execução da pesquisa, esta foi realizada no período compreendido entre os anos de 2017 e 2020.

Nesse contexto, entende-se que os cuidados metodológicos apresentados e as rotinas operacionais que foram desenvolvidas qualificam a pesquisa, no sentido em que padronizam e fixam a sua forma.

Por fim, é pertinente referir que o resultado desta pesquisa teve como intuito a construção do conhecimento histórico no que tange à elaboração da trajetória histórica de atuação empreendedora de uma Congregação religiosa de mulheres no ensino superior, na cidade de Santa Maria, ou seja, da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Com isso, pretendeu-se colaborar na escrita da história, em que se dá voz às mulheres, e sua atuação na

18 “Portanto, a preparação do historiador é fundamental para executar essas operações com as decisões mais adequadas. Desde a abordagem da hipótese até a sua verificação ou (demonstração de sua falseabilidade) passando pela descrição e observação das fontes e terminando com a explicação de como a história deve ser feita com um grande papel o pesquisador. As fontes não falam por si mesmas. O historiador não pode pensar que os feitos históricos se refletem como um espelho. Tem que construir esses feitos sabendo interrogar a documentação partindo do planejamento das hipóteses” [tradução nossa].

Educação Superior enquanto um ato empreendedor.

Com essa finalidade, capítulos específicos foram estruturados para discorrer sobre o tema. O primeiro capítulo, denominado “História das mulheres, empreendedorismo e educação”, parte do entrecruzamento de uma revisão bibliográfica inicial sobre a produção historiográfica com a temática de ‘história das mulheres’ e sua relação com empreendedorismo, no sentido de demonstrar a ausência na historiografia e a carência de uma maior preocupação com a produção de materiais sobre o tema. Nesse sentido, buscou-se discutir a relação das mulheres enquanto empreendedoras e sua inserção inicial no contexto educacional (primário e secundário) e com o ensino superior, com enfoque na atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, enquanto unidade formada por mulheres que, por muitos anos, vêm gerenciando Instituições de ensino superior na cidade de Santa Maria.

No capítulo seguinte, “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: memórias/fragmentos de uma trajetória educacional”, o propósito foi abordar o contexto de criação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, desde sua fundação em Heythuysen, na Holanda, até sua vinda para o Brasil e, conseqüentemente, sua instalação em Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul (RS), com o desenvolvimento do ensino superior. Nesse sentido, os elementos apresentados são essenciais para o entendimento e a contextualização da atuação das Irmãs Franciscanas no desenvolvimento do ensino superior e as discussões que foram apresentadas nos próximos capítulos.

Intitulado “Mulheres empreendedoras no ensino superior: instituições pertencentes à SCALIFRA-ZN”, no terceiro capítulo, apresenta-se uma discussão que associa os elementos apresentados no primeiro e segundo capítulos, com ênfase na atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas. Nesse sentido, a partir da aplicação do conceito de empreendedorismo, buscou-se demonstrar como ele pode ser associado à atuação das Irmãs Franciscanas em diferentes momentos da educação superior no município, promovendo o desenvolvimento social e consolidando o perfil da cidade enquanto centro educacional do sul do Brasil, tanto no ensino público como no privado.

O capítulo subsequente, denominado “Mulheres empreendedoras no ensino superior: a constituição da Universidade de Santa Maria”, apresentam-se evidências sobre a relevância das Instituições agregadas à Universidade de Santa Maria, em especial a FIC e a FACEM, gerenciadas por mulheres, para a criação desta e seu desenvolvimento, resultando em um ato empreendedor no contexto do ensino superior. Assim, buscou-se apresentar elementos sobre as atividades desenvolvidas pelas Irmãs Franciscanas que contribuíram para esse fim.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA DAS MULHERES, EMPREENDEDORISMO E EDUCAÇÃO

A construção deste capítulo parte do entrecruzamento de uma revisão bibliográfica inicial sobre a produção historiográfica com o tema “história das mulheres” e sua relação com o empreendedorismo, no sentido de demonstrar possíveis ausências na historiografia e a carência de uma maior preocupação e produção de materiais que versem sobre esse tema, o qual consiste na história de mulheres de uma Instituição religiosa e sua atuação empreendedora no ensino superior.

Visando melhor estruturar as reflexões apresentadas neste capítulo, optou-se pela estruturação em quatro unidades: As mulheres na historiografia; Empreendedorismo e mulheres; Mulheres na Educação (primária e secundária); Mulheres no ensino superior.

Nesse sentido, na primeira unidade, buscou-se utilizar o levantamento realizado na produção do estado da arte como base para, a partir deste, ampliar a pesquisa sobre outros materiais que possibilitassem favorecer a discussão de como as mulheres estão presentes na historiografia.

A partir da contextualização inicial sobre as mulheres e seu lugar na história, buscou-se, na unidade seguinte, discutir a relação das mulheres enquanto empreendedoras para, posteriormente, entrecruzar essas informações com a atuação de mulheres na educação, em seus diferentes níveis. Dessa forma, em uma sequência lógica, buscou-se identificar como as mulheres estão inseridas na educação primária, secundária e no ensino superior no Brasil para, posteriormente, analisar, especificamente, a inserção de mulheres pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas.

Assim, o enfoque recai no objeto de estudo, ou seja, na atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã enquanto unidade formada por mulheres, que, por muitos anos, vem gerenciando Instituições de ensino e, a partir dos anos 1950, Instituições de ensino superior na cidade de Santa Maria – RS.

1.1 As mulheres na historiografia

Abordar as mulheres como um elemento dentro da historiografia implica ter um olhar abrangente que insira um grupo de personagens que, ao longo dos

anos, foi deixado à margem dos estudos e das pesquisas. Perrot (2005, p. 14) destaca que “é o olhar que faz a História. No coração de qualquer relato histórico, há a vontade de saber. No que se refere às mulheres, esta vontade foi por muito tempo inexistente. [...]”. Diante do exposto, entende-se que a iniciativa desta pesquisa vem proporcionar uma maior visibilidade à participação das mulheres no processo de construção historiográfica, pois tem-se como destaque a trajetória e atuação de um grupo de mulheres, membros de uma Congregação religiosa no contexto do ensino superior em Santa Maria – RS, ou seja, a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

Além disso, “escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê a relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou na evolução das sociedades” (PERROT, 2005, p. 14).

Assim, esta pesquisa situa a temática das mulheres na história como parte da História Social, enquanto área do conhecimento com uma ampla possibilidade de investigação em aberto. Pode-se afirmar que priorizar o estudo na perspectiva das mulheres na história é uma abordagem relativamente recente. Tal afirmativa é postulada por Sandoica (2004, p. 436-437), para a qual:

La historia de las mujeres, como una forma (plural y heterogénea) de rescatar un sujeto social (el femenino, entendido como colectivo), nació así no hace tanto. Hasta ahí era un objeto *subalterno, oculto y eludido*, pesar del constante peso demográfico de las mujeres a lo largo de la historia y del indiscutible papel desempeñado por la mujer em *todo* tipo de sociedades¹⁹ [...].

Portanto, as discussões sobre a participação das mulheres na história são consideradas como uma perspectiva decorrente da modernidade. Sandoica (2004, p. 438) explana sobre essa questão e afirma que, na história das mulheres, o enfoque como ‘objeto e sujeito’ é decorrente das modificações que a modernidade desencadeou na vida social, no direito, na economia e na política das sociedades industriais.

Nesse contexto, a referida autora diz que é após a Segunda Guerra Mundial que a história das mulheres surge como uma corrente de estudo historiográfico dentro da História Geral (SANDOICA, 2004).

A gênese de uma história das mulheres, segundo Perrot (2019), tem sua origem na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, nos anos 1960, e na França, em 1970, a partir de fatores científicos, sociológicos e políticos. Nos fatores

19 “A história das mulheres, como forma (plural e heterogênea) de resgatar um sujeito social (o feminino, entendido como coletivo), nasceu assim há não muito tempo. Até então, era um objeto subalterno, oculto e evitado, apesar do constante peso demográfico das mulheres ao longo da história e do papel indiscutível desempenhado pelas mulheres em todos os tipos de sociedades” [tradução nossa].

científicos, em 1970,

[...] dá-se uma renovação das questões, ligada à crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), à modificação das alianças disciplinares e à proeminência da subjetividade. A história alia-se à antropologia e redescobre a família, cuja demografia histórica, em plena expansão, serve de medida a todas as dimensões. Através da natalidade, nupcialidade, da idade ao contrair núpcias, da mortalidade, a história apreendida, sem, no entanto, deter-se nisso, a dimensão sexuada dos comportamentos. Incidentalmente, colocava a questão das mulheres como sujeitos (PERROT, 2019, p. 19).

Em consonância com esses fatores, tem-se como fatores sociológicos a presença das mulheres nas universidades, enquanto discentes com quase um terço das matrículas na década de 1970 e, como docentes, as quais foram conquistando seu espaço depois da Segunda Guerra Mundial (PERROT, 2019). Por fim, os fatores políticos tiveram dois momentos, um deles destinado ao ‘trabalho de memória’, em que se buscaram vestígios sobre a presença de personagens ancestrais, e outro, em que se faz uma crítica pelos saberes constituídos, os quais

[...] se davam como universais a despeito de seu caráter predominantemente masculino. Houve, nos anos 1970-1980, uma vontade de ‘corte epistemológico’, que afetou principalmente as ciências sociais e humanas, mas que chegou a tocar o domínio da matemática (PERROT, 2019, p. 20).

Dentro desse contexto, os estudos sobre as mulheres têm um impulso, pois percebeu-se a necessidade de discutir o que se havia produzido e por quem se havia produzido. Ou seja, uma história sobre mulheres produzida apenas por homens teria um olhar realmente abrangente?

MacCann (2019) destaca que, nos Estados Unidos, a primeira iniciativa de dar voz à história das mulheres foi realizada por integrantes de organizações de mulheres norte-americanas, fundadas no final do século XIX, tais como: Filhas Unidas da Confederação, Damas Coloniais da América, Filhas da Revolução Americana, que buscaram registrar o papel das mulheres em dois conflitos específicos da História dos Estados Unidos: a Guerra da Independência (1775-1783) e a Guerra Civil (1861-1866). Nesse contexto,

com o despertar da segunda onda do feminismo nos anos 1960, Sheila Rowbothan²⁰ encorajou a distinção da história da mulher como uma disciplina acadêmica por si só. Em 1969, o primeiro curso de estudos da mulher foi ministrado na Universidade de Cornell, nos Estados Unidos. Várias associações profissionais foram criadas, assim como um bom número de publicações acadêmicas [...] (MACCANN, 2019, p. 154).

A referida autora acrescenta que o crescimento dos estudos tendo como

²⁰ Historiadora britânica.

protagonistas as mulheres nos Estados Unidos ocorreu de 1970 a 1980, coincidindo com o despertar da História Social, em que

[...] o objetivo dos historiadores sociais repercutiu nos que pesquisavam a história das mulheres e garantiu uma metodologia não apenas para recuperar vozes femininas, mas também para mostrar como o papel das mulheres na história tem sido socialmente construído [...] (MACCANN, 2019, p. 155).

Já para Algranti (1993), as reflexões acerca da existência de um campo específico para estudos sobre as mulheres na história surgiram a partir dos anos 1970, com os movimentos feministas e a explosão do desenvolvimento da demografia histórica. Entretanto Perrot (2019), autora que tem diversos livros sobre a temática das mulheres na história, também evidencia esse processo a partir de sua experiência pessoal, em que relata que

a história das mulheres despertou meu interesse nos anos 1970, na esteira dos acontecimentos de maio de 1968 e do movimento das mulheres, com o qual convivi em pleno auge na Sorbonne [...]. Engajada no movimento das mulheres, desejava conhecer sua história e trabalhar nela, visto que esta ou não existia ou era escassa (PERROT, 2019, p. 14).

Considerando esse prisma, em que as discussões sobre a temática das mulheres na história têm sua gênese entre os anos 1960 e 1970, entende-se como relevante abordar a trajetória que deu base a esses estudos, partindo da Europa, em uma perspectiva mais geral, chegando até o Brasil.

Montenegro et al. (2013) apresentam um panorama sobre a produção específica sobre a história das mulheres na Europa, com destaque para a França e Espanha. Nesse sentido, Montenegro et al. (2013) referem ainda que, até o século XIX, os relatos dos cronistas davam ênfase às mulheres com características excepcionais, seja por conta de sua beleza, seja por conta de sua ocupação enquanto rainhas, sacerdotisas, monjas, ou ainda por sua vinculação com o ocultismo, sendo identificadas como bruxas, curandeiras, feiticeiras.

Assim, a partir do século XIX, com o uso de novos métodos de investigação na França, alguns historiadores começaram a pensar a mulher como objeto de estudo. Para Montenegro et al. (2013), o início dos estudos sobre a temática das mulheres se deve à sociologia e à antropologia.

Na Espanha, o início das pesquisas com essa temática tem registro na II República (1931)²¹, com o acesso das mulheres ao voto. Posteriormente, nos anos setenta e noventa, centros de estudo, seminários, cursos foram criados a fim de dar continuidade aos estudos e pesquisas sobre a temática. Entre eles destaca-se: a criação do curso superior na Universidade de Barcelona, a criação

²¹ Proclamada em 14 de abril de 1931 como consequência da vitória republicana nas eleições municipais.

da Revista Arenal na Universidade de Granada, a constituição da Associação Espanhola de Investigação Histórica sobre as Mulheres, o desenvolvimento do Centro de Investigação Feminista da Universidade Complutense, a constituição do Instituto de Estudos da Mulher da Universidade Autônoma de Madri (MONTENEGRO et al., 2013).

Sobre a história da mulher brasileira, Algranti (1993, p. 58) destaca que os estudos realizados abrangem, inicialmente,

[...] imagens de mulheres submissas e reclusas, os estudos recentes contra-põem, geralmente, imagens de esposas e filhas que não se sujeitavam à dominação do pai ou do marido. As pesquisas apresentam também mulheres ‘cabeças de família’, agenciando seus negócios e sobrevivendo com o esforço do seu trabalho. Os estudos que valorizam a independência das mulheres algumas vezes excluem os homens, o que leva a crer que se trata de um ‘assunto de mulheres’ – mulheres falando de mulheres para mulheres.

Considerando estes pontos, destaca-se, ainda, a contribuição de Gilberto Freyre com a obra ‘Casa Grande & Senzala’ como importante meio para recuperar o cotidiano da vida familiar da mulher brasileira, no período da escravidão (ALGRANTI, 1993).

Outra autora que tem como foco de pesquisa a história das mulheres no Brasil é Mary Del Priore, que tem diversas publicações sobre o tema, abrangendo diferentes períodos históricos. Para Del Priore (1987, p. 72),

a mulher constitui-se em objeto histórico, se estamos atentos às suas práticas, e, sobretudo às suas práticas de poder. Entendemos, aqui, poder não como a acumulação de forças naturais e opressão isolada, mas como um exercício, repleto de relações de força, sob as formas mais díspares, heterogêneas e em constante transformação que possam surgir no espaço de uma existência.

Nesse contexto, entende-se que as atividades desempenhadas por mulheres podem ser objeto de estudo na historiografia, enquanto sujeitos, mas, principalmente, como protagonistas de sua história. Para a autora, foi a partir da Nova História, na década de 1970, e com a expansão da Antropologia Histórica “[...] que se colocou em debate o papel da família e da sexualidade, e com a História das Mentalidades, voltada para pesquisas sobre o popular, que se inaugurou uma conjuntura mais aberta para se ouvir falar da mulher” (DEL PRIORE, 1989, p. 13). Na obra “A mulher na história do Brasil” (1989), a escritora traz elementos que apresentam a mulher diante dos diferentes papéis a que foi submetida: religiosa, prostituta, concubina, manceba de padres e mãe, durante o povoamento da Colônia brasileira de Portugal.

Em outra obra, “Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia” (2019), a autora traz uma complementação

da temática a partir da reflexão sobre o papel da mulher no período do Brasil Colônia, tendo como base fontes documentais do século XVI e XVIII. Dessa forma, segundo Del Priore (2019, p. 285),

este estudo tentou abrir uma janela para a história social da mulher. Nele, procurei desvendar os mais salientes papéis da mulher na Colônia, para descobrir que sentido elas lhe davam. Ou ainda, avaliar como tais papéis funcionavam para endossar a ordem social proposta pelas instâncias de poder, ou, no plano oposto, para promover mudanças nesse sistema, além de incentivar rupturas e resistências.

Dando continuidade aos estudos sobre as mulheres na história, Del Priore produziu ainda a obra “Histórias e conversas de mulher” (2014), na qual buscou abordar as transformações que ocorreram no cotidiano das mulheres brasileiras, desde os tempos do Brasil Colônia até os dias atuais. Na obra, são abordadas diversas questões sobre as mulheres, como sexualidade, casamento e trabalho.

Assim como Del Priore, Paulo Rezzutti também buscou dar visibilidade à história das mulheres na contemporaneidade. Na obra “Mulheres do Brasil: a história não contada” (2018), o autor apresenta um panorama acerca de mulheres brasileiras que tiveram suas histórias e trajetórias apagadas ou diminuídas.

Considerando essas colocações em termos cronológicos, é a partir de 1970 que os estudos sobre as mulheres começam a se desenvolver no Brasil, tal como na França (ROSEMBERG, 2016). Dessa forma, conforme assinalado por Perrot (2019),

o surgimento dos estudos sobre a mulher no Brasil carrega marcas da vitalidade e turbulência do período, quando a expansão da Pós-graduação nas universidades foi estimulada pelo governo federal, de acordo com uma determinada proposta de modernização do país (ROSEMBERG, 2016, p. 340).

Nesse contexto, criou-se na Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em 1979, um grupo de estudos específico para os estudos sobre a mulher (ROSEMBERG, 2016). Segundo a autora, a universidade foi apenas um dos espaços utilizados na elaboração e difusão de estudos sobre as mulheres, sendo também utilizados “[...] partidos políticos, Igreja Católica, grupos e organizações feministas e de mulheres e instituições governamentais” (ROSEMBERG, 2016, p. 431).

Os estudos sobre as mulheres continuaram a ser desenvolvidos ao longo dos anos em um processo gradativo de crescimento no âmbito das universidades e centros de pesquisa brasileiros. Sobre esse processo, Rosemberg (2016, p. 348) destaca que

há evidências do aumento do número de teses defendidas, de cursos

ministrados na Pós-graduação e mesmo graduação. Praticamente todas as associações profissionais e de Pós-graduação nas Ciências Humanas contam com pelo menos um grupo de trabalho sobre mulher ou sobre gênero.

Em 1987, foi lançado um edital pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) com a temática sobre a mulher na sociedade (ROSEMBERG, 2016). Pode-se avaliar essa iniciativa como um meio de promover um espaço de discussão e difusão de estudos com a temática das mulheres e sua participação na constituição da sociedade brasileira. No entanto, a iniciativa não foi suficiente para aumentar a produção científica com a temática de forma exponencial ao longo dos anos.

Nesse sentido, é relevante trazer à discussão, ainda, a afirmativa de Rosemberg (2016, p. 348), para a qual

o campo de estudos sobre mulher ou sobre gênero e educação, entretanto, até recentemente, foi objeto de um certo abandono por ambos recortes disciplinares: o predomínio de preocupações com as desigualdades regionais e de classe (ou socioeconômicas) afastou da agenda de pesquisas e dos cursos em Educação o enfoque nas mulheres ou nas questões de gênero.

Assim, é pertinente afirmar que, apesar da existência de produções com a temática de mulheres e de estudos sobre gênero e seu gradativo aumento mencionado por Rosemberg (2016), as produções científicas (teses, dissertações, monografias) coletadas durante a realização do estado da arte no âmbito desta pesquisa não trazem em seu escopo a relação de mulheres empreendedoras no ensino superior, e em específico se associado a questão destas mulheres como membros de uma Congregação religiosa. Dessa forma, evidencia-se, mais uma vez, a relevância desta obra ao abordar uma temática ainda não explorada, indo ao encontro da primeira parte do primeiro objetivo específico desta pesquisa, que tem por pressuposto demonstrar a presença das mulheres no processo historiográfico e a partir deste enfatizar sua importância para a História Social na cidade de Santa Maria, por meio da atuação empreendedora das Irmãs Franciscanas, elementos estes que serão apresentados nos próximos capítulos.

Conforme abordado anteriormente, os estudos sobre as mulheres na história foram inseridos dentro da História Social (SANDOICA, 2004). Nesse sentido, a História Social, para Algranti (1993, p. 56), “[...] legitimou a atenção a grupos geralmente ‘excluídos’ da narrativa histórica [...]”.

No entanto, para que a história das mulheres possa ser descrita e incorporada na historiografia, Sandoica (2004) menciona que se fez necessário uma renovação metodológica.

Desde el momento en que se entendió que, para lograra efectividad la incorporación a la historiografía de un sujeto colectivo como *la mujer* debía acompañarle una renovación metodológica y teórica, se inventarían vías para sustituir en ella – o al menos disminuir-la posición central del varón. Así fue como comenzó a explorarse, de hecho, el papel *social* y el mundo del *trabajo* de las mujeres, hasta llegar a la *esfera privada* y los *sentimientos*, pasando por su *producción intelectual y artística* [...]²² (SANDOICA, 2004, p. 441).

Além da necessária renovação metodológica, outro aspecto a ser considerado diz respeito à localização de fontes, documentos e vestígios sobre o tema. Perrot (2019, p. 21) enfatiza que esta é uma dificuldade encontrada quando se busca abordar as mulheres na história, tendo em vista que “sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios”.

As ausências de registros decorrem de diferentes fatores, podem ocorrer inicialmente pela própria estrutura linguística, em que, no caso de haver mistura de gêneros, utiliza-se o masculino plural ‘eles’ em vez de ‘elas’; estatísticas econômicas, industriais etc. são geralmente assexuadas; no casamento, as mulheres adotavam via de regra o sobrenome do marido, tornando-se difícil reconstituir linhagens femininas e a pesquisa demográfica; nos casos em que o cônjuge masculino é célebre, apenas os documentos do marido são preservados (PERROT, 2019).

Além disso, os arquivos públicos (franceses) tinham ressalvas ao acolhimento de documentos de políticos e escritores do gênero masculino e ainda mais feminino, fato que perdurou durante anos; pôr fim, a autodestruição de diários, cartas e demais correspondências dos arquivos pessoais de muitas mulheres, que o faziam por pudor ou por acreditar que esses materiais não tinham relevância (PERROT, 2019). Sobre as fontes que podem ser utilizadas e a razão do seu silêncio, é preciso considerar que

as mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra (PERROT, 2019, p. 17).

Duby e Perrot (1990) também enfatizam que a conservação dos vestígios deixados pelas mulheres é um problema a ser enfrentado. Em síntese, destacam

22 A partir do momento em que se entendeu que, para alcançar a efetividade, a incorporação na historiografia de um sujeito coletivo, como as mulheres, teve de acompanhar uma renovação metodológica e teórica, formas seriam inventadas para substituí-la – ou pelo menos diminuir – a posição central do homem. Foi assim que o papel social e o mundo do trabalho das mulheres começaram a ser explorados, de fato, até atingir a esfera e os sentimentos privados, por meio de sua produção intelectual e artística [...]. [tradução nossa].

que poucos documentos são deixados como testemunhas de sua trajetória, em contrapartida, o que se tem são objetos que, ao serem interpretados, permitem a construção de uma arqueologia da vida feminina, ainda pouco explorada por pesquisadores.

No teatro da memória as mulheres são leves sombras. Poucos espaços ocupam nas estantes dos arquivos públicos. Desapareceram na destruição generalizada dos arquivos privados. Quantos diários íntimos, quantas cartas queimadas por herdeiros indiferentes ou irônicos, ou mesmo, pelas próprias mulheres que, no crepúsculo de uma vida magoada, remexem nas cinzas das suas recordações, cuja divulgação temem. Das mulheres guardam-se, muitas vezes, objetos: um dedal, um anel, um missal, uma sombrinha, a peça de um enxoval, o vestido de uma avó, tesouros de sótãos e armários; ou então imagens, arrumadas em museus de Moda e do Traje, memória das aparências. [...] (DUBY; PERROT, 1993, p. 11).

Ainda sobre as fontes que podem ser utilizadas com o objetivo de dar visibilidade à história das mulheres, Perrot (2017) destaca algumas delas, as quais são produzidas de acordo com o fazer das mulheres, nos diferentes papéis que assumem: dona de casa, professora etc. Assim, “quantitativamente escasso, o texto feminino é estritamente especificado: livros de cozinha, manuais de pedagogia, contos recreativos ou morais constituem a maioria [...]” (PERROT, 2017, p. 170-171).

Considerando essa conjuntura, é relevante destacar o trabalho que vem sendo realizado no Brasil para dar visibilidade a acervos produzidos por mulheres. Nesse sentido, duas instituições que têm por objetivo a custódia e salvaguarda de arquivos pessoais desenvolvem ações em conjunto visando à difusão dos acervos produzidos por mulheres em suas diferentes atividades profissionais, são eles: o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)²³ da Universidade de São Paulo (USP) e o Centro de Pesquisa e Documentação História (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Assim, considerando a necessidade de discutir a participação feminina nas instituições arquivísticas, as equipes das referidas instituições iniciaram, em julho de 2020, um grupo de trabalho que teve como primeiro resultado a realização de um mapa sobre a presença de titulares mulheres nos acervos do IEB e CPDOC.

Além disso, a partir dos encontros realizados, surgiu a proposta de criar a Rede de Arquivos de Mulheres (RAM), enquanto um fórum colaborativo que reúne profissionais que pesquisem e/ou trabalhem com a temática de arquivos de mulheres. O lançamento da rede ocorreu no webinar “Arquivos de mulheres, memória e representatividade”, no dia 24 de novembro de 2020, via rede

23 O IEB foi criado em 1962 por Sérgio Buarque de Holanda, como um centro multidisciplinar de pesquisas e documentação sobre a história e as culturas do Brasil. Maiores informações podem ser visualizadas no *website* INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/sobre-o-ieb/historico/>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

Facebook do IEB²⁴, do qual participaram Marina Cerchiaro, Karoliny Borges, Carolina Alves, com a mediação de Claudia Romero.

A presente iniciativa é uma forma de aproximar pesquisadores que têm interesse no tema, mas também de discutir formas mais adequadas de tratamento dos acervos, em que, muitas vezes, as mulheres não são consideradas e aparecem em indexadores de pesquisa como esposa de, mãe de, viúva de, entre outros adjetivos que não a identificam como sujeito, mas como um ser acessório da figura masculina retratada naqueles documentos, pertencentes ao fundo de arquivo ou coleção armazenada na Instituição de custódia.

Nesse sentido, é preciso perceber que, quando se fala da precariedade de fontes para se construir uma história de mulheres, é importante também trazer à tona questões relativas a como arquivos e instituições de custódia tratam desses registros. A invisibilidade da presença feminina pode se dar, em alguns casos, por questões de tratamento e indexação, que valorizam a figura masculina em detrimento da figura feminina, dificultando a localização de informações precisas para iniciar a pesquisa nos acervos documentais.

Nesse contexto, considerando a pouca produção científica decorrente da dificuldade de acesso às fontes, a qual pode ser interpretada como uma ausência de fontes, ou de interesse no tema, a participação das mulheres na história é um conteúdo que tem sido valorizado e explorado por autores de diferentes áreas, como Literatura, Sociologia, Antropologia, História. No contexto sobre a atuação das mulheres na História, Perrot (1988, p. 212) destaca que

as mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam, um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

Diante do exposto, os caminhos percorridos pelas mulheres devem ser evidenciados, estudados e compartilhados nos meios acadêmicos, como uma forma de trazer à discussão a participação das mulheres na sociedade. Acerca dessa questão, Pinsky (2014, p. 81) destaca que,

mesmo que a chamada História geral tente explicar os processos históricos que modificam a vida dos seres humanos para compreender o que ocorre especificamente com as mulheres é preciso desenvolver uma narrativa própria, devido as particularidades de determinados fatos que lhes dizem

24 O lebnário encontra-se disponível para visualização no Facebook do IEB. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ieb.usp/videos/397824637934235>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

respeito e aos ritos muitas vezes diferenciados de sua história.

Portanto, faz-se necessário um campo de diálogo, um espaço para que as particularidades do processo historiográfico que envolvem o universo das mulheres possam ser apresentadas, discutidas e dialogadas. Diante do exposto, entende-se que a temática de história das mulheres é um desafio e um vasto campo de perspectivas, que pode ser abordado por pesquisadores da área de História, mas também das áreas de Antropologia, Sociologia, Arquivologia, entre outras.

Assim, no que tange ao escopo desta pesquisa, nosso desafio recai na atuação de mulheres no âmbito de uma Congregação religiosa e com um “olhar” ao empreendedorismo. Nos estudos históricos atuais, observam-se poucas pesquisas dedicadas à temática do empreendedorismo, em especial à atuação de mulheres empreendedoras. A maior parte dos trabalhos existentes está vinculada às áreas de História Econômica, Administração ou a biografias, porém a História Social e das Mulheres, enquanto um coletivo (Congregação), é a proposta que se considera inovadora, e que aqui se apresenta.

Assim, na próxima unidade visa-se apresentar elementos que caracterizem o termo empreendedorismo para, a partir deste, relacioná-lo com a participação das mulheres em ações que se acredita serem empreendedoras.

1.2 Empreendedorismo e mulheres

Nesta unidade, apresentam-se elementos que contribuem para o entendimento do termo empreendedorismo, suas origens, estruturação e aplicabilidade ao longo dos anos, construindo, em um primeiro momento, uma retrospectiva histórica sobre o termo. Esses elementos têm por propósito dar embasamento às discussões dos próximos capítulos, os quais têm como finalidade analisar os aspectos empreendedores da atuação das Irmãs Franciscanas em Instituições de Ensino Superior na cidade de Santa Maria – RS, considerando o período de 1953 a 2018.

Posteriormente, considerando essa delimitação conceitual e histórica, partiu-se para a compreensão da aplicabilidade do termo empreendedorismo e a atuação de mulheres, ressignificando o termo. Assim, buscou-se a compreensão do que vem a ser o empreendedorismo feminino, a fim de utilizar o significado nas discussões sobre o contexto do ensino superior em Santa Maria, e o papel empreendedor de mulheres pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas, enquanto gestoras de Instituições de Ensino Superior nesse município.

Diante do exposto, nesta unidade, tem-se por finalidade utilizar de referenciais teóricos que possam delimitar, esclarecer e conceituar diferentes aspectos sobre os termos ‘empreendedorismo’ e ‘empreendedorismo feminino’, os quais são basilares na construção da pesquisa.

1.2.1 Empreendedorismo: aspectos conceituais preliminares

Considerando a temática de estudo, buscou-se, neste momento, apresentar algumas reflexões a partir da revisão bibliográfica realizada sobre o entendimento do que seja o empreendedorismo, sua conceituação e aplicabilidade nesta tese.

O termo empreendedor tem suas origens no vocábulo francês *entrepreneur* e quer dizer aquele que assume riscos e começa algo novo (CHIAVENATO, 2012). Desde a sua criação, ao longo dos anos, o termo vem sendo ressignificado a partir das experiências de diferentes autores.

As origens do empreendedorismo remetem ao entendimento do termo e sua aplicabilidade. Assim, segundo Hisrich e Peters (2004), considera-se como um exemplo inicial de sua primeira definição as rotas comerciais estabelecidas por Marco Polo para o Extremo Oriente, no século XIII. Sua atitude teria sido inovadora para a época, pois o comerciante que o contratou assumiu os riscos financeiros, mas Marco Polo assumiu os riscos de desvendar o caminho desconhecido das rotas, enfim, decidiu inovar, aplicando, nesse sentido, a base do conceito de empreendedorismo. Com o passar dos anos, na Idade Média, o termo teve outra significação e

[...] foi usado para descrever tanto um participante quanto um administrador de grandes projetos de produção. Em tais projetos, esse indivíduo não corria riscos: simplesmente administrava o projeto usando os recursos fornecidos, geralmente pelo governo do país. Um típico empreendedor da Idade Média era o clérigo – a pessoa encarregada das obras arquitetônicas, como castelos e fortificações, prédios públicos, abadias e catedrais (HISRICH; PETERS, 2004, p. 27).

A partir do século XVII, surge a reconexão do risco com o empreendedorismo. Assim, o empreendedor configurava-se como “[...] sendo a pessoa que ingressava em um acordo contratual com o governo para desempenhar um serviço ou fornecer produtos estipulados” (HISRICH; PETERS, 2004, p. 27).

É nesse contexto que o termo empreendedorismo começa a ser estudado com mais propriedade e a ser associado a pessoas que assumem risco em seus negócios. Dessa forma, de acordo com Fillion (1999) e Fatturi (2013), existem duas vertentes de pensamento, a dos economistas, que entendem o empreendedor como uma pessoa com perfil inovador, e a dos comportamentalistas, que entendem que o empreendedor como uma pessoa que tem um perfil criativo e intuitivo.

Ao abordar o perfil inovador, três autores são considerados expoentes dessa corrente teórica: o primeiro deles, Fatturi (2013), destaca que o economista precursor a estudar o termo empreendedorismo foi o escritor e banqueiro Richard Cantillon (1680-1734). Sua grande contribuição foi a diferenciação

entre o empreendedor – aquele que assume riscos, do capitalista – aquele que disponibilizava o recurso. O segundo foi o economista francês Jean-Baptiste Say (1767-1832), o qual associou o termo empreendedorismo à inovação, dando o entendimento que se tem nos dias atuais. E o terceiro foi o economista Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), o qual teve grande importância no processo de efetivamente conceituar o termo associando-o de vez à inovação, mas também por difundí-lo ao mundo a partir das suas publicações, além de evidenciar sua importância no desenvolvimento econômico.

Na obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, Schumpeter (1961) destaca, no capítulo II, intitulado “O fenômeno central do desenvolvimento econômico”, a figura do empresário inovador, que é responsável por trazer novos produtos ao mercado, e, assim, apresenta o conceito de empreendedor. Para ser um empresário inovador, seria necessário desenvolver combinações inovadoras, as quais baseiam-se em cinco pontos:

1) a aceitação de um novo bem; [...] 2) a adoção de um novo método de produção [...]; 3) a abertura de novo mercado [...]; 4) a conquista de nova fonte de suprimento de matérias-primas [...]; 5) a execução de uma nova organização de qualquer indústria, qual a instauração de um sistema de monopólio [...] (SCHUMPETER, 1961, p. 93).

Assim, para Schumpeter (1961, p. 103), “ao empreendimento de novas combinações denominamos ‘empresa’ e os indivíduos, cuja função é realizá-las, ‘empreendedores’”.

Para o referido autor, o conceito de empreendedorismo estava intimamente relacionado com o termo inovação, e, para tanto, era necessário distinguir terminologicamente a figura do diretor da empresa que atua na gestão desta, da pessoa que realmente exerce atividades no processo de inovação, no caso, o empreendedor. Assim, “alguém só é empreendedor, quando realmente ‘empreende novas combinações’ e perde essas características, logo que estabelece negócios, quando os estabiliza [...]” (SCHUMPETER, 1961, p. 108).

Nesse contexto, segundo Fatturi (2013, p. 8), “depois de Schumpeter muitos outros economistas e pesquisadores também abordaram o empreendedorismo [...] Muitos pesquisadores se voltaram para o pensamento comportamentalista [...]”, uma vez que buscavam novos entendimentos sobre o conceito e desenvolvimento desse campo de estudo.

Assim, os comportamentalistas eram formados por profissionais das áreas de Sociologia, Psicologia e demais profissionais da área de Ciências Humanas. Nesse contexto, de acordo com Fatturi (2013 p. 8), esses profissionais “[...] realizavam suas pesquisas através de métodos experimentais com bases no comportamento humano e teorias psicológicas. Preocupavam-se mais com o aspecto

psicológico do que com dados numéricos e quantitativos”.

O primeiro autor comportamentalista a demonstrar interesse pelo empreendedorismo foi Max Weber²⁵, que, de acordo com Filion (1999, p. 8),

[...] via os empreendedores como inovadores, pessoas independentes cujo papel de liderança nos negócios inferia uma fonte de autoridade formal. Entretanto o autor que realmente deu início a contribuição das ciências do comportamento para o empreendedorismo foi, sem dúvida, David C. McClelland.

Nessa conjuntura, o comportamentalista David C. McClelland²⁶ buscou evidenciar que o ser humano é um produto social (FILION, 1999). Desse modo, McClelland desenvolveu, nos anos 1960, uma teoria em que buscava compreender as motivações dos empresários bem-sucedidos para satisfação das suas necessidades.

Assim, existem necessidades aprendidas e que são assimiladas no convívio social, as quais estão divididas em três categorias: necessidades de realização, de afiliação e de poder. O economista da Universidade de Lisboa, Nunes (2016, [s/p]) apresenta uma breve definição de cada uma delas, a seguir

- A necessidade de realização, que traduz o desejo da pessoa em atingir objectivos que representem desafios em fazer melhor e mais eficientemente;
- A necessidade de poder, isto é, o desejo de controlar, decidir e de influenciar ou ser responsável pelo desempenho dos outros;
- A necessidade de afiliação, que representa o desejo de manter relações pessoais estreitas e de amizade.

Considerando a teoria desenvolvida por McClelland, em 1960, tais necessidades estão presentes no ser humano em menor ou maior intensidade, sendo que uma delas será característica da pessoa. Assim, para Filion (1999), a partir dos estudos de David C. McClelland, os comportamentalistas estiveram à frente das pesquisas e reflexões sobre empreendedorismo até o início dos anos 1980, sendo que, a contar deste período, o “campo do empreendedorismo cresceu e espalhou-se por quase todas as ciências humanas e gerenciais” (FILION, 1999, p. 11).

Dois eventos marcaram a transição das discussões sobre o empreendedorismo: a publicação da primeira enciclopédia sobre o tema e a realização da Conferência de Babson²⁷, evento anual, que se dedicou à pesquisa desse novo campo (FILION, 1999).

Considerando essa síntese histórica acerca do desenvolvimento do termo

25 Sociólogo e destacado economista alemão (1864-1920).

26 Psicólogo americano (1917-1998).

27 O Babson College foi fundado em 1919, em Wellesley, Massachusetts, nos Estados Unidos. Com relação às conferências anuais realizadas no Babson College sobre Novos Negócios, estas iniciaram-se em 1981 e encerraram-se em 1988 (LIMA, 1988).

empreendedor e da teoria sobre o empreendedorismo desde a sua criação,

a definição de empreendedorismo evoluiu com o decorrer do tempo, à medida que a estrutura econômica mundial mudava e tornava-se complexa. Desde seu início, na Idade Média, quando era usada para se referir a ocupações específicas, a noção de empreendedor foi refinada e ampliada, passando a incluir conceitos relacionados com a pessoa, em vez de com sua ocupação. [...] Neste contexto, o empreendedorismo é definido como o processo de criar algo novo com valor, dedicando-se o tempo e o esforço necessários, assumindo os correspondentes riscos financeiros, psicológicos e sociais, e recebendo as recompensas consequentes da satisfação e a independência pessoal e econômica (HISRICH; PETERS, 2004, p. 43).

Corroborando essa definição o conceito dado por Degen (1989), de que o empreendedor cria coisas novas, põe em prática ideias próprias decorrentes das suas características de personalidade e comportamento. Assim, entende-se que a definição do termo empreendedorismo é algo complexo, que foi sendo ressignificado ao longo dos anos e que envolve diferentes fatores. Nesse contexto, para Baggio e Baggio (2014, p. 26),

empreendedorismo é um domínio específico. Não se trata de uma disciplina acadêmica com o sentido que se atribui habitualmente a Sociologia, a Psicologia, a Física ou a qualquer outra disciplina já bem consolidada. Referimo-nos ao empreendedorismo como sendo, antes de tudo, um campo de estudo. Isto porque não existe um paradigma absoluto, ou um consenso científico. Sabemos que o empreendedorismo traduz-se num conjunto de práticas capazes de garantir a geração de riqueza e uma melhor performance àquelas sociedades que o apoiam e o praticam, mas sabemos também que não existe teoria absoluta a este respeito.

A partir da definição de Baggio e Baggio (2014), pode-se associar as colocações de Dornelas (2008), ao tentar definir o perfil do empreendedor, em que

os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam e ser mais um na multidão, querem ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado. Uma vez que os empreendedores estão revolucionando, seu comportamento e o próprio processo empreendedor devem ser estudados e entendidos (DORNELAS, 2008, p. 5).

Nesse sentido, é relevante lembrar que, em qualquer definição do perfil empreendedor, algumas características estarão presentes, como iniciativa, utilização de recursos disponíveis e aceitação dos riscos (DORNELAS, 2007).

Sobre as características do empreendedor, Chiavenato (2012) refere que três estão presentes: a necessidade de realização, a disposição para assumir riscos e a autoconfiança. Nesse contexto, percebe-se, pela descrição, que se assemelham aos atributos identificados anteriormente por Dornelas (2007).

Entre as características do empreendedor, Hisrich e Peters (2004) mostram que a possível existência de ambiente familiar na infância, a educação, os valores pessoais, a idade e o histórico profissional são elementos importantes a serem considerados. No que se refere ao ambiente familiar na infância, são valorizados os aspectos relacionados à ordem de nascimento, à ocupação e ao *status* social dos pais, bem como ao relacionamento destes com o empreendedor. No entanto, os autores Hisrich e Peters (2004, p. 79) deixam claro que, “[...] como a relação com o empreendedorismo não foi estabelecida, mais pesquisas sobre esse fator ainda são necessárias para determinar se ele realmente influencia o indivíduo que se torna empreendedor”.

Quanto ao termo empreendedor, Dornelas (2007) propõe a categorização deste em oito tipos de empreendedores, a serem identificados de acordo com perfis específicos. Os oito (08) perfis de empreendedor são: o empreendedor nato (mitológico), o empreendedor que aprende (inesperado), o empreendedor social (que cria novas ideias), o empreendedor corporativo, o empreendedor social, o empreendedor por necessidade, o empreendedor herdeiro (que recebe uma sucessão familiar) e o empreendedor normal (planejado). No entanto, independentemente do tipo de empreendedor, aqueles que têm sucesso “[...] estão atentos ao aprendizado contínuo, buscando reciclar seus conceitos e aprimorar o negócio constantemente” (DORNELAS, 2007, p. 24).

Ao buscar compreender a aplicabilidade do termo empreendedorismo no Brasil, identificou-se que os estudos sobre ele surgem no final da década de 70, do século XX, no ambiente universitário. Segundo Louzada (2008), em 1981, foi criado, na Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), um curso denominado “Novos Negócios²⁸”, ministrado por Ronald Degen.

Posteriormente, novas iniciativas foram sendo desenvolvidas, como a criação de disciplinas sobre o tema em cursos de Administração ou Ciência da Computação, mas também a criação do Programa de Formação de Empreendedores da Faculdade de Economia e Administração (FEA) – com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a criação da Escola de Novos Empreendedores (ENE), ambos em 1992; a criação do Centro de Estudos Avançados do Recife (CESAR), em 1995 (LOUZADA, 2008).

Oliveira (2014) destaca que é nos anos 90 que surgem ações para incentivar o empreendedorismo no Brasil, sendo estas: o Programa Oficina do Empreendedor e Reúne Minas, da Universidade Federal de Minas Gerais

28 O Curso foi ofertado entre os anos de 1981 e 1987 na modalidade de especialização para graduados da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da FGV (OLIVEIRA, 2014).

(UFMG); outros programas promovidos pelo SEBRAE, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (SOFITEX).

Ainda de acordo com Oliveira (2014), buscando a discussão e divulgação dos resultados sobre as pesquisas em andamento sobre empreendedorismo, dois eventos foram realizados: nos anos 2000, o Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE) e, em 2003, o Encontro da Associação nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD).

Essa breve contextualização sobre os estudos acerca do termo empreendedorismo no Brasil permite compreender como as discussões tiveram início, bem como quais órgãos estiveram envolvidos nesse processo.

Nesse contexto, ao buscar resumir de modo geral o propósito central do empreendedorismo, toma-se por base o conceito formulado por Dornelas (2007, p. 102), que diz que “o importante em empreender é a sensação de contribuir de alguma forma para a evolução das pessoas do local onde você vive, de fazer parte da história como protagonista”. Assim, este é um conceito que se aplica às ações desenvolvidas pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no âmbito do ensino superior na cidade de Santa Maria – RS, pois acredita-se que sua trajetória pode ser entendida como um exemplo de empreendedorismo no ensino superior. A seguir são abordados alguns elementos sobre o termo empreendedorismo e mulheres empreendedoras.

1.2.2 Mulheres empreendedoras

Considerando as definições sobre o termo empreendedorismo e sua aplicabilidade, ao tentar realizar o mapeamento de estudos sobre mulheres empreendedoras no Brasil, bem como o registro dessas ações, percebeu-se que este ainda é um tema pouco explorado em publicações da área. Hisrich e Peters (2004) apresentam em sua obra um capítulo intitulado “Empreendedores versus empreendedoras”, em que se propõem a discutir a temática. Em termos comparativos, os respectivos autores apresentam características que definem o perfil de atuação de empreendedores e empreendedoras, considerando os seguintes termos: motivação, ponto de partida, fontes de fundos, histórico profissional, características de personalidade, histórico, grupos de apoio, tipo de negócios. No Quadro 2, a seguir, constam os argumentos de Hisrich e Peters (2004) acerca das características de empreendedores e empreendedoras.

Quadro 2 – Comparação entre as características de empreendedores e empreendedoras

| CARACTERÍSTICAS | EMPREENDEDORES | EMPREENDEDORAS |
|---|--|---|
| Motivação | Realização – lutam para fazer as coisas acontecerem Independência pessoal – autoimagem relacionada ao status obtido por seu desempenho na corporação não é importante Satisfação no trabalho advinda do desejo de estar no comando | Realização – conquista de uma meta Independência – fazer as coisas sozinha |
| Ponto de partida | Insatisfação com o atual emprego Atividades extras na faculdade, no emprego atual ou progresso no emprego atual Dispensa ou demissão Oportunidade de aquisição | Frustração no emprego Interesse e reconhecimento de oportunidades na área Mudança da situação pessoal |
| Fontes de fundos | Bens e economias pessoais Financiamento bancário Investidores Empréstimos de amigos e familiares | Bens e economias pessoais Empréstimos pessoais |
| Histórico profissional | Experiência na área de trabalho Especialista reconhecido ou que obteve um alto nível de realização na área Competente em uma série de funções empresariais | Experiência na área de negócios Experiência em gerência intermediária ou administração Histórico ocupacional relacionado com o trabalho |
| Características de personalidade | Dá opiniões e é persuasivo Orientado para metas Inovador e idealista Alto nível de autoconfiança Entusiasmado e enérgico Tem que ser seu próprio patrão | Flexível e tolerante Orientada para metas Criativa e realista Nível médio de autoconfiança Entusiasmada e enérgica Habilidade para lidar com o ambiente social e econômico |
| Histórico | Idade no início no negócio: 25-35 Pai autônomo Educação superior – administração ou área técnica (geralmente engenharia) Primogênito | Idade no início do negócio: 35-45 Pai autônomo Educação superior – artes liberais Primogênita |
| Grupos de apoio | Amigos, profissionais conhecidos (advogados, contadores) Associados ao negócio Cônjuge | Amigos íntimos Cônjuge Família Grupos de profissionais femininos Associações comerciais |
| Tipo de negócios | Indústria e construção | Relacionado à prestação de serviços – serviço educacional, consultoria ou relações públicas |

Fonte: (HISRICH; PETERS, 2004, p. 86).

Entre as características apresentadas, percebe-se que, em grande parte, os elementos apresentados são convergentes, no entanto alguns elementos são específicos do perfil de cada empreendedor, enquanto pessoa, seja ele masculino ou feminino. Nesse sentido, no contexto do empreendedorismo feminino, destacam-se um maior número de elementos nos grupos de apoio e nas características de personalidade. Outro aspecto que deve ser levado em consideração refere-se ao tipo de negócio, em que o empreendedorismo feminino tem como área de atuação o campo educacional, objeto de estudo nesta tese.

Tendo em vista as diferenças apresentadas quanto ao perfil de empreendedores e empreendedoras, faz-se necessário compreender como se dá a atuação e a expansão das atividades empreendedoras exercidas por mulheres.

Machado (2009) menciona que a primeira Associação de Mulheres de Negócios foi criada em 1945, na França, sob o título “*Femmes Chefs D’Entreprises*”, a qual foi expandindo-se chegando a ter, em 1998, representantes de trinta e cinco (35) países com vinte e nove mil membros. Nesse contexto, a referida autora aborda ainda que o incentivo para o empreendedorismo feminino foi uma estratégia adotada pelos países do leste europeu. Para Oliveira (2017, p. 20),

o empreendedorismo feminino, ou seja, a participação da mulher como proprietária de seu negócio tem crescido em todo o mundo nas últimas décadas. [...] Os padrões esperados de cultura feminina e seu comportamento perante a sociedade iniciou sua mudança a partir da década de 60, início de 70 [...].

Nos anos 1990, várias outras ações foram desenvolvidas em diferentes países, como o Projeto Desenvolvimento da Mulher Empreendedora, em 1998, na Bósnia, inserindo mulheres no processo de reconstrução do país; o Projeto Diana, criado em 1999 nos Estados Unidos e que se internacionalizou em 2006 com a realização de simpósio global com a temática de estratégias de crescimento para mulheres empreendedoras (MACHADO, 2009).

Diante do exposto, visando compreender o quantitativo da atuação de mulheres empreendedoras em negócios, pode-se afirmar que

houve um aumento significativo no número de mulheres trabalhando por conta própria, sendo que atualmente elas iniciam novos empreendimentos três vezes mais do que os homens. Formando mais de 70% de todos os novos negócios, as mulheres possuem hoje mais de 8,5 milhões de pequenas empresas, que empregam mais de 17 milhões de pessoas, um aumento de 45% desde 1990. [...] (HISRIC; PETERS, 2004, p. 84).

Louzada (2008) destaca o Relatório *Global Entrepreneurship Monitor (GEM)*²⁹

²⁹ A pesquisa GEM teve início em 1999, fruto da parceria entre a *Babson College* e a *London Business School*, da qual faziam parte dez países. Ao longo dos anos, diferentes países foram somando-se à pesquisa, sendo que o Brasil começou a fazer parte no ano 2000. Con-

2006, cujos dados referem que o Brasil ocupava, no ano de 2005, a sexta posição no *ranking* do empreendedorismo feminino, considerando a pesquisa realizada neste ano com sessenta e sete (67) países. Em contrapartida, no Relatório GEM de 2007, consta que as mulheres empreendedoras chegaram ao percentual de 52,4% da população que empreende, superando os homens. Em 2009, esse percentual continuou crescendo, chegando a 53% de mulheres empreendedoras (OLIVEIRA, 2014).

Esses dados registram um momento da expansão da atividade empreendedora feminina, a qual não foi constante. No entanto, em relação à atividade empreendedora, a pesquisa GEM 2014 aborda que, “no Brasil, ao longo dos últimos 13 anos de participação no GEM, tem sido verificado um aumento consistente na taxa total de empreendedores, que passou de 20,9% no 1º ano da pesquisa para 34,5% em 2014” (ANDREASSI et al., 2014, p. 32).

Em 2018, na última pesquisa publicada até o momento, a atividade predominante na pesquisa GEM corresponde à prestação de serviços, com índice de 70%, no entanto, no que diz respeito ao empreendedorismo feminino, destaca que, “[...] mesmo com taxas de empreendedorismo menores que as dos homens, as empreendedoras representam, em números absolutos, cerca de 23,8 milhões de brasileiras” (GRECO, 2018, p. 13).

Os estudos quantitativos citados anteriormente abrangem especificamente o âmbito de empresas em que a área de prestação de serviços tem inserida em suas atividades o setor educacional, objeto de estudo desta pesquisa. Assim é pertinente trazer esses dados quantitativos, especialmente os apresentados pelos autores Hisrich e Peters (2004) e os dados dos Relatórios GEM, pois são um contraponto teórico no sentido de apresentar uma trajetória de contexto histórico da atuação de mulheres nos negócios, para, a partir deste, refletir sobre sua atuação na área educacional.

Além disso, é preciso refletir sobre a afirmativa de Oliveira (2017), a qual discorreu sobre a temática do empreendedorismo feminino e diz que os estudos sobre mulheres empreendedoras abrangem menos de 10% dos trabalhos produzidos na área, o que justifica e incentiva a realização desta pesquisa. Oliveira (2017) destaca ainda que o perfil da mulher empreendedora se assemelha ao perfil do homem empreendedor, mas tem como diferencial maior motivação e atenção para com os seus clientes.

Nesse contexto, segundo Machado (2009), o perfil da mulher empreendedora compreende três aspectos: as empreendedoras por acaso, quando não sabem bem por que decidiram abrir o negócio, e geralmente o ato de empreender derivou

siste em uma pesquisa anual sobre a atividade empreendedora no mundo, dando ênfase ao papel do empreendedor enquanto agente de desenvolvimento econômico e social.

de algum *hobby*; as empreendedoras forçadas, que ocorre quando, por imposição, são direcionadas ao desenvolvimento de alguma atividade contra sua vontade, seja em função da morte de algum parente, seja por dificuldades financeiras; as empreendedoras inovadoras, as que criam seu negócio a partir de uma motivação, com independência e autonomia. Entende-se que, no âmbito desta pesquisa, o perfil empreendedor que se aplica à Congregação das Irmãs Franciscanas, foco deste estudo, é o último, ou seja, de empreendedoras inovadoras. Além disso, no que diz respeito ao comportamento das empreendedoras, Machado (2009, p. 113) conclui que,

para desenvolver o papel empreendedor, as empreendedoras trabalham intensivamente, exigindo muito de si mesmas e dos outros, renovando suas propostas continuamente. Apresentam-se como autoconfiantes, orgulhosas e obstinadas, com certo envolvimento afetivo no trabalho.

Dessa forma, o comportamento pessoal, as atitudes e ações de mulheres empreendedoras são elementos que, segundo Machado (2009), contribuem para o sucesso de um empreendimento que quer ser inovador.

Assim, percebe-se que se retoma o conceito inicialmente formulado por Schumpeter (1961) sobre empreendedorismo, em que a base deste se centra na inovação, que independe do gênero do profissional que está atuando em uma Instituição.

A próxima unidade tem como função apresentar aportes teóricos sobre a relação das mulheres e a educação (primária e secundária), bem como o ensino superior, para que se possa, então, relacionar os conceitos apresentados, considerando a temática de pesquisa de mulheres empreendedoras no ensino superior, pertencentes a uma Congregação religiosa.

Nesse sentido, é um propósito deste estudo apresentar como as atividades desenvolvidas pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, em Santa Maria, no ensino superior, podem ser consideradas como um novo empreendimento, modificando o contexto educacional, cultural, social e econômico no Município, elementos que serão abordados nos capítulos intitulados “Mulheres empreendedoras no ensino superior: instituições pertencentes à SCALIFRA-ZN” e “Mulheres empreendedoras no ensino superior: a constituição da Universidade de Santa Maria”.

1.3 Mulheres na educação (primária e secundária)

Abordar o contexto de mulheres pertencentes a uma Congregação religiosa enquanto empreendedoras e sua participação em ações de ensino superior remete à compreensão de como inicialmente se deu a inserção de mulheres na educação primária no Brasil, pois é a partir da educação primária que diferentes ordens religiosas assumiram atividades no âmbito do ensino superior, em grande

parte por conta da experiência adquirida ao longo dos anos, a qual favoreceu seu engajamento em outro nível de ensino.

Sobre esse contexto, Louro (2017) refere que a trajetória da educação primária no Brasil tem início nos anos 1827, em que legisladores determinaram que Instituições de ensino fossem criadas, sendo denominadas de ‘escolas de primeiras letras’. Destaca-se nessa legislação a inserção das mulheres, especificamente no artigo n. 11, que prevê a criação de escolas para atendê-las: “Art 11º Haverão escolas de meninas nas cidades e villas mais populosas, em que os Presidentes em Conselho, julgarem necessário este estabelecimento” (IMPÉRIO DO BRASIL, 1827, p. 71).

Aqui, é importante considerar que houve restrições de conteúdo aplicadas às meninas, e as professoras “[...] não poderiam ensinar geometria e se limitariam à instrução aritmética” (REZZUTTI, 2018, p. 79). Além disso, um conteúdo específico referia-se aos conteúdos relacionados à economia doméstica.

É relevante destacar que, nesse período, a convivência dos sexos (feminino e masculino) em um mesmo ambiente público não era aceita. Rosemberg (2016, p. 336), ressalta que

A convivência de meninos e meninas e de rapazes e moças em um mesmo espaço público escolar não era vista como prática recomendável nem pela Igreja Católica, nem pelo ideário positivista que foi se alastrando no país no século XIX. [...].

Partindo dessa breve contextualização no Brasil, buscou-se analisar como se deu o ensino especificamente na Província do Rio Grande do Sul. Segundo Hawat (2014, p. 4), em 1871, foi publicada a Lei n. 771 de 4 de maio, que “[...] reformulou o Conselho Diretor da Instrução Pública, separou a Província em 6 ‘distritos literários’, indicou reformas na Escola Normal, regulamentou o ensino privado, reorganizou o ensino primário”, mas também reforçava a obrigatoriedade do ensino “[...] em cidades, nas vilas e nas freguesias da Província para os meninos de 7 a 15 anos e para as meninas de 6 a 12 anos” (RIGO, 2007, p. 100).

Na prática, entretanto, a execução dessas orientações normativas não foi visualizada, pois não havia professores em nível suficiente e tendo em vista a distância entre as residências e as escolas. Assim, ao final de 1870, Duque de Caxias, presidente da Província do Rio Grande do Sul, solicitou a vinda de padres habilitados aos superiores Jesuítas para atender essa demanda (RIGO, 2007). Entretanto, a primeira iniciativa de estabelecimento desses jesuítas no Rio Grande do Sul ocorreu em 1847 na cidade de Porto Alegre, com uma escola de Gramática. No ano de 1870, os jesuítas estabeleceram-se na cidade de São Leopoldo, com o Ginásio Nossa Senhora da Conceição³⁰, visando à formação

30 O Colégio foi fechado em 1912 para transformar-se em Seminário Provincial.

de professores para as escolas das cidades próximas³¹.

Nessa conjuntura, o Decreto n. 89, de 2 de fevereiro de 1897, declara no Art. 1º que “o ensino primário, livre, leigo e gratuito, será ministrado pelo Estado em collegios districtaes e em tantas escolas elementares quanto forem necessárias” (RIO GRANDE DO SUL, 1897, p. 162-163), contribuindo, dessa forma, com a estruturação do sistema de ensino no Estado.

Assim, no que se refere à criação das escolas e sua propagação, “aqui e ali, no entanto, havia escolas – certamente em maior número para meninos, mas também para as meninas; escolas fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas; escolas mantidas por leigos [...]” (LOURO, 2017, p. 444).

Segundo Santos e Peixoto (2014), o Decreto n. 89, de 1897, organizou a instrução primária no Estado, que foi oferecida nas escolas elementares e em colégios distritais, os quais foram convertidos posteriormente em colégios complementares. Um ano depois, o Decreto n. 130 de 22 de janeiro de 1898 aprovou o regimento interno das escolas elementares do estado.

Alguns anos mais tarde, uma nova legislação foi elaborada referente ao ensino complementar e elementar. Dessa forma, o Decreto n. 1.479, de 26 de maio de 1909, modificou o programa do ensino complementar e estipulou a criação de colégios elementares no Estado.

O ensino complementar compreendia conteúdos a serem ministrados ao longo de três séries, com as seguintes temáticas: Português, Francês, Geografia, História, Matemática, Direito Pátrio, Ciências, Pedagogia, Escrituração Mercantil, Noções de Higiene, Trabalhos Manuais, Desenho e Música, Ginástica Sueca (RIO GRANDE DO SUL, 1909).

Já o ensino elementar foi abordado nos artigos 10 a 13 do Decreto n. 1.479/1909, em que o art. 10 estabelecia que as temáticas ofertadas compreendiam: Português, Geografia e História Pátria, Noções de Geografia e História Geral, Aritmética e Geometria Práticas, Contabilidade, Noções de Escrituração Mercantil e Agricultura, Lições de ‘cousas’, Trabalhos Manuais, Desenho a Mão Livre, Elementos de Música Vocal, Ginástica Sueca e Evoluções Militares nas escolas do sexo masculino (RIO GRANDE DO SUL, 1909).

Em 4 de outubro de 1927, o Decreto n. 3.898 expede um novo regulamento para a instrução pública no Estado. Dessa forma, o capítulo II trata da organização do ensino público, em que, no art. 5, estabelece que “[...] o ensino público

31 Nos próximos anos, novas Instituições de ensino foram criadas em cidades do RS expandindo a atuação dos padres jesuítas no ensino. “Em 1886, foi criado em Nova Friburgo o Colégio Anchieta, e em 1890 o seu homônimo, em Porto Alegre. Já no final do século XIX, em 1895, os jesuítas alemães fundaram o Ginásio São Luís Gonzaga, em Pelotas, cuja direção passou a ser assumida, em 1926, pelos Irmãos Lassalistas” (KLEIN, 2016, p. 12).

será ministrado em escolas isoladas maternas³² e subvencionadas³³, grupos escolares e collegios elementares”. E, no art. 6, define ainda que “haverá escolas complementares, com o objetivo de desenvolver o ensino primário e preparar candidatos ao magistério público” (RIO GRANDE DO SUL, 1927, p. 513).

Ainda sobre o contexto educacional no Brasil, após as discussões apresentadas acerca do ensino primário, com o Decreto-lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942, um novo sistema de ensino foi implementado por meio da Lei Orgânica do ensino secundário. Sobre as características desse sistema, tem-se seu detalhamento nos artigos 2º, 3º e 4º, conforme segue:

Art. 2º O ensino secundário será ministrado em dois ciclos [sic]. O primeiro compreenderá um só curso: o curso ginásial. O segundo compreenderá dois cursos paralelos: o curso clássico e o curso científico.

Art. 3º O curso ginásial, que terá a duração de quatro anos, destinar-se-á a dar aos adolescentes os elementos fundamentais do ensino secundário.

Art. 4º O curso clássico e o curso científico, cada qual com a duração de três anos, terão por objetivo consolidar a educação ministrada no curso ginásial e bem assim desenvolvê-la e aprofundá-la. No curso clássico, concorrerá para a formação intelectual, além de um maior conhecimento de filosofia, um acentuado estudo das letras antigas; no curso científico, essa formação será marcada por um estudo maior de ciências (BRASIL, 1942, [s/p]).

Dessa forma, considerando a estrutura do ensino secundário em vigência, sua aplicabilidade às mulheres tinha algumas especificidades, o que evidencia as diferenças de formação entre meninos e meninas, bem como a necessidade de um contingente de professores para dar conta dessas duas realidades.

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

1. E' [sic] recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.

2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério de Educação.

3. Incluir-se-á, na terceira e na quarta série do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.

4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar (BRASIL, 1942, [s/p]).

É importante colocar que tais especificidades deveriam ser observadas

32 Corresponde a escolas para crianças filhas de operários ou empregados de fábricas, entre três e oito anos de idade (RIO GRANDE DO SUL, 1927).

33 As escolas subvencionadas são escolas em zonas rurais com frequência mínima de 30 alunos que tem subvenção do estado (RIO GRANDE DO SUL, 1927).

pelos estabelecimentos de ensino, circunstância que foi acompanhada pela Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, quando da criação de espaços com esse perfil.

Diante desse contexto educacional, um ponto importante a ser destacado e que se insere no processo de constituição de espaços de ensino, diz respeito à criação de escolas (primárias e secundárias) a partir de iniciativas e da colaboração de imigrantes e Congregações religiosas no Brasil, que é o caso específico da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, nosso objeto de estudo. Considerando o ano de vinda das Irmãs Franciscanas para o Brasil, que foi em 1872, Nunes (2017, p. 492) registra que,

[...] entre 1872 e 1920 cinquenta e oito congregações europeias se estabeleceram em terras brasileiras; outras 19 também são fundadas no Brasil por essa época. O trabalho educativo nos colégios, o cuidado dos doentes, das crianças e dos velhos em orfanatos e asilos constituirão suas principais atividades.

Sobre a constituição de Congregações e Ordens religiosas instaladas no Brasil, há uma pesquisa em andamento por parte do Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro, da Universidade Federal de Santa Catarina, que tem a pretensão de elaborar um “Dicionário de Ordens e Congregações que atuaram no Brasil (1500-2008)”, a partir do trabalho realizado no Laboratório de Estudos da Religião, Ordens e Congregações (LABEROG). Até o momento, o projeto³⁴ conseguiu coletar informações sobre a existência de quatrocentos e trinta e uma (431) Ordens e Congregações femininas e cento e quarenta e oito (148) Ordens e Congregações masculinas, considerando o período de 1500 a 2008, entre as quais está a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

No estado do Rio Grande do Sul, até a chegada das Irmãs Franciscanas, em 1872, havia apenas duas (02) ordens religiosas femininas: a Ordem Contemplativa das Irmãs Carmelitas e a Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (fundada no Brasil), atuando no ensino primário (FLESCH, 1993).

Considerando a atuação de Congregações religiosas no Brasil, a participação das Irmãs Franciscanas esteve presente desde 1872, com a constituição de uma escola feminina para atender inicialmente imigrantes alemães na cidade de São Leopoldo, no RS. A partir dessa escola, novas Comunidades foram criadas em diferentes cidades do Estado, e a expansão da Congregação foi ocorrendo de forma gradativa para outros estados no Brasil e ainda em outros países, tendo como foco a atuação no campo da educação primária. Em paralelo ao crescimento da oferta de Instituições de ensino, ocorreu também a elevação do

34 Maiores informações sobre o projeto podem ser consultadas no *website* do LABEROG, assim como a lista completa de todas as ordens e congregações religiosas. Disponível em: < <https://laberog.paginas.ufsc.br/tabela-das-ordens-e-congregacoes-religiosas-que-atuaram-no-brasil/> >. Acesso em: 5 abr. 2020.

número de integrantes da Congregação. Assim, “vinte anos após a chegada das primeiras Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã ao Brasil, seu número se elevou a 89, das quais 58 procedentes da Alemanha, vindas em dez grupos sucessivos, e 31 brasileiras” (FLESCH, 1993, p. 63).

No Rio Grande do Sul, entre os anos de 1872 e 1947, pode-se afirmar que a Congregação das Irmãs Franciscanas esteve presente em nove (09) colégios, onze (11) escolas, um (01) ginásio e uma (01) creche, além da atuação no campo da saúde em hospitais, asilos e sanatórios (BRITO, 2010a). Essa experiência no ensino primário fomentou um campo de conhecimentos em cada Instituição de ensino, sob gestão das Irmãs Franciscanas e, em específico, naquelas estabelecidas na cidade de Santa Maria – RS.

A trajetória da Congregação, desde os primórdios de sua criação na Holanda e sua inserção no Brasil, e em específico na cidade de Santa Maria – RS, é abordada no capítulo “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: memórias/fragmentos de uma trajetória educacional”, introduzido na sequência. O referido capítulo tem por finalidade alicerçar as discussões que serão apresentadas nos próximos capítulos visando responder aos questionamentos da pesquisa sobre o papel empreendedor de mulheres da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria, entre os anos de 1953 e 2018.

No entanto, neste capítulo, é importante mencionar que, no que se refere às Instituições criadas em Santa Maria, de ensino primário, sob gerência de uma Congregação religiosa feminina, houve certa variedade de Congregações, que se instalaram na cidade. Durante o episcopado de Dom Antonio Reis (bispo de Santa Maria, de 1931 a 1960), diferentes Congregações religiosas femininas se instalaram em Santa Maria. A publicação “A diocese de Santa Maria” traz a seguinte informação:

Apraz-nos recordar, entre elas, as Carmelitas, as Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, as Irmãs de Maria do Apostolado Católico, as Vicentinas ou Irmãs de Caridade e as Irmazinhas da Imaculada, todas localizadas na cidade episcopal (DIOCESE DE SANTA MARIA, 1957, p. 135).

Além disso, a publicação destaca que, na década de 1950, “[...] Santa Maria, se tornou sede da Província das Irmãs Franciscanas, das Irmãs do Coração de Maria e das Irmãs Palotinas” (DIOCESE DE SANTA MARIA, 1957, p. 135).

Em termos cronológicos de atuação no ensino primário, tem-se: a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, em 1905, com a fundação do Colégio Sant’Anna, para atuar na educação de meninas.

Posteriormente, em 1933, foi fundado o Colégio Coração de Maria³⁵, sob responsabilidade da Congregação do Imaculado Coração de Maria³⁶, e, em 1952, tem início as atividades do Colégio Nossa Senhora de Fátima, sob responsabilidade da Congregação do Apostolado Católico Irmãs Palotinas³⁷.

Percebe-se, portanto, que há um significativo intervalo de tempo entre a instalação da Congregação das Irmãs Franciscanas e as duas outras Congregações femininas que mantêm atividades de ensino em Santa Maria, o que permitiu que a primeira pudesse ter uma maior inserção no Município com a criação de novas Comunidades, além de demonstrar seu protagonismo e sua importância.

Especificamente sobre a Congregação das Irmãs Franciscanas, o Colégio Sant'Anna foi a primeira Comunidade destas na área de ensino. Fundado em 1905, acompanhou a legislação brasileira e foi sendo constantemente atualizado em termos de oferta de vagas e configuração de sua estrutura. Belém (2000, p. 223) afirma que o Colégio Sant'Anna foi estadualizado por meio do Decreto n. 4.834, de 28 de julho de 1931, “[...] sem sofrer reforma alguma em sua organização”, tendo em vista a sua equiparação ao Colégio Pedro II³⁸, um colégio modelo para a época no ensino secundário.

No que se refere a essa atividade, os então Ginásios Municipais Santa Maria e Sant'Anna “[...] passaram a constituir estabelecimento estadual de ensino secundário sob a denominação de Ginásio Estadual Santa Maria [...]” (BRASIL, 1932, p. 1). Esse fato evidencia-se com o Decreto n. 21.525, de 13 de

35 As origens da criação do Colégio Coração de Maria remontam ao ano de 1918, quando a Congregação recebeu o primeiro pedido do Bispo Dom Ático Eusébio da Rocha, para fundar uma escola em Santa Maria, especificamente no Bairro Dores. No entanto, apenas em 20 de setembro de 1933, instalaram-se na cidade as primeiras irmãs: Madre Maria Francisca de Chantal, Superiora da Comunidade; Irmã Maria Isidora de São José, professora; Irmã Maria Justina do Coração de Maria, serviços gerais; Nair de Jesus. Fonte: *Site Institucional da Congregação do Imaculado Coração de Maria*. Disponível em: <www.redeicm.org.br/coracaodemaria/historico>. Acesso em: 21 ago. 2020.

36 As origens da Congregação remetem a sua criação por Barbara Maix, em 8 de maio de 1843. No Brasil, a Congregação instalou-se primeiramente no Rio de Janeiro, em 8 de maio de 1849. Fonte: *Site Institucional da Congregação do Imaculado Coração de Maria*. Disponível em: <www.redeicm.org.br/coracaodemaria/historico>. Acesso em: 21 ago. 2020.

37 As origens da Congregação remetem a sua criação em 9 de janeiro de 1835, por Vicente Luis Francisco Pallotti, com a União do Apostolado Católico, em Roma, na Itália. Fonte: *Site Institucional da Congregação do Apostolado Católico Irmãs Palotinas*. Disponível em: <www.irmaspalotinas.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2020.

38 Criado em 2 de dezembro de 1837, em homenagem ao imperador Dom Pedro II, o Colégio Pedro II tinha como meta servir de modelo para a instrução secundária no país, a partir de um corpo docente composto por intelectuais e programa e disciplina rígidos. Maiores informações sobre o Colégio Pedro II podem ser obtidas no *website* da instituição. Disponível em: <http://cp2.g12.br/ultimas_publicacoes/223-noticias2017/6811-cpii-180-anos-trajet%C3%B3ria-que-se-confunde-com-a-hist%C3%B3ria-do-ensino-no-brasil.html>. Acesso em: 4 fev. 2020.

junho de 1932:

Art. 1º Ao Ginásio estadual Santa Maria, criado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Santa Maria da Boca do Monte e constituído por dois departamentos, masculino e feminino, sob as designações respectivas de Ginásio Santa Maria e Ginásio Santana, ficam conferidas a inspeção permanente e as prerrogativas de estabelecimento equiparado de ensino secundário, nos termos do art. 55, e seu § 1º, do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, para os efeitos de todas as disposições constantes do citado decreto para os estabelecimentos mantidos pelos governos estaduais, revigorado ainda o reconhecimento oficial dos exames nele prestados perante comissões examinadoras e dos certificados por ele expedidos na vigência da inspeção preliminar (BRASIL, 1932, p. 1).

Assim, a trajetória do Colégio Sant'Anna, envolve a oferta do curso ginásial em 1927, do curso complementar, em 1930, e, em 1942, do colegial (PEREIRA, 2009). As Figuras 1 e 2, inseridas a seguir, trazem registros das instalações do Colégio Sant'Anna, após sua criação em 1905, localizado na Rua Presidente Vargas, próximo ao Hospital de Caridade e posteriormente quando da mudança para o novo prédio, em 1908, situado na Rua dos Andradas (MORALES, 2008).

Figura 1 – Instalações do Colégio Sant'Anna



Fonte: (MOLARES, 2008, p. 79).

Figura 2 – Prédio do Colégio Sant’Anna na rua dos Andradas



Fonte: (Acervo fotográfico da Universidade Franciscana, [19--]).

A Figura 1, divulgada por Morales (2008), tem por referência a Revista Comemorativa do Primeiro Centenário da Fundação de Santa Maria, de 1914, onde foi originalmente publicada. É um flagrante das instalações prediais utilizadas pelo Colégio Sant’Anna, no ano de 1914, com cromia em preto e branco e não tem identificação de autoria. Já a Figura 2 é parte do acervo iconográfico da Universidade Franciscana, uma imagem produzida com cromia em preto e branco, tamanho 10x15 cm, também sem identificação de autoria.

Nesse contexto, a Figura 3 traz o registro de um grupo de alunas do Colégio Sant’Anna, no ano de 1922. Com cromia em preto e branco, dimensão 13x18 cm, e sem identificação de autoria, a imagem pertence ao acervo particular da família Brasiense Carvalho, residente em Cacequi – RS. Observa-se em destaque na imagem, além das três irmãs integrantes da família Brasiense (Rosalina – na primeira fila em pé, Marcelina – a quarta entre as meninas sentadas e Eulina – a sexta entre as meninas sentadas), a presença de um único menino entre o grupo de meninas, sendo este José Mariano da Rocha Filho. Assim, evidencia-se desde cedo a relação entre a Congregação das Irmãs Franciscanas e a figura de José Mariano da Rocha Filho, que, anos mais tarde, voltariam a se encontrar para trabalhar em conjunto visando ao desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria.

Figura 3 – Grupo de alunas do Colégio Sant’Anna, em 1922



Fonte: (Acervo particular da família Brasileira Carvalho, 1922).

Segundo a biografia de José Mariano da Rocha Filho, escrita por Duarte (2014), este iniciou seus estudos no Colégio Sant’Anna, como ouvinte, considerando que não existia pré-primário, em regime de internato, sendo que, em 1923, transferiu-se para o Colégio Santa Maria. Já segundo relatos da família Brasileira Carvalho, este teria ficado no colégio sob os cuidados das Irmãs Franciscanas tendo em vista a amizade de seus pais com as Irmãs e uma viagem internacional realizada pelo casal no ano de 1922.

O Colégio Sant’Anna não foi o único estabelecimento de ensino criado sob gerência das Irmãs Franciscanas entre os anos 1905 e 1955, data de inserção dessa Congregação no ensino superior. Nesse período, outras Instituições sob gestão das Irmãs Franciscanas foram constituídas em Santa Maria, sendo elas: Orfanato São Vicente de Paulo (1916), Escola Santa Teresinha (1923), Asilo Padre Caetano (1926), Casa de Saúde da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea (1932). No final do trabalho (ANEXO A), constam algumas imagens das estruturas prediais que abrigaram essas Instituições, o que demonstra a atuação desta Congregação desde sua vinda para a cidade de Santa Maria e também a sua capacidade de empreender.

Dessa forma, pode-se afirmar que a atuação das Irmãs Franciscanas se consolidou na oferta de vagas para o ensino primário e secundário, dando base, credibilidade e motivação para, após os anos 50, iniciarem sua atuação no ensino superior no Brasil até os anos 1950. É a partir de 1953 que as discussões sobre a oferta do ensino superior sob a gerência da Congregação das Irmãs Franciscanas

da Penitência e Caridade Cristã tem início.

Assim, na próxima unidade apresentam-se alguns elementos sobre a inserção das mulheres no ensino superior, mais especificamente da Congregação das Irmãs Franciscanas no contexto do ensino superior em Santa Maria, considerando seus desdobramentos a partir da experiência vivenciada no Colégio Sant'Anna, que deu suporte para as ações da primeira Faculdade criada sob a gerência da Congregação.

Estes são aportes iniciais, pois maiores detalhes sobre a constituição das Instituições de ensino superior mantidas pela Congregação são abordados no capítulo “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: memórias/fragmentos de uma trajetória educacional”, inserido na sequência.

1.4 Mulheres no ensino superior

Para abordar a participação das mulheres no campo do ensino superior enquanto uma experiência empreendedora, é preciso, inicialmente, entender como se dá sua inserção nesse ambiente. Para tanto, faz-se necessário compreender que essa trajetória tem início com a primeira mulher a ingressar em um curso superior visando sua formação no mundo contemporâneo.

Na Europa, isso ocorre entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial (PERROT, 2019). No Brasil, no período do Império, a primeira dificuldade de ingresso das mulheres no ensino superior estava presente na forma como estava organizado o ensino secundário. Na época,

só o Colégio Pedro II constituía, de fato, uma instituição de ensino secundário. Os liceus provinciais, não equiparados ao Pedro II, não davam acesso direto aos cursos superiores, o que levava a conservação do regime de preparatórios como coroamento do sistema de aulas preparatórias desvinculadas entre si e incapazes de oferecer verdadeira formação intelectual (SAFFIOTI, 2013, p. 283).

Nesse contexto, era necessário para todas as mulheres e para aqueles rapazes não diplomados no Colégio Pedro II, a realização de um exame para acesso ao curso superior nessa Instituição de ensino. Assim, a participação da mulher no ensino superior era restrita

a par de não ser a instrução de nível superior sentida socialmente como uma necessidade para a mulher, a coeducação reinante nos cursos superiores, com absoluta predominância do sexo masculino, constituía, inegavelmente, um dos fatores desfavoráveis à penetração das mulheres neste nível de ensino (SAFFIOTI, 2013, p. 290).

Efetivamente, a primeira matrícula realizada por uma mulher em um curso de nível superior no Brasil ocorreu em 1881, junto à Faculdade de Medicina

do Rio de Janeiro. Entre 1881 e 1930, o acesso ao ensino superior pelas mulheres foi se ampliando muito lentamente, sendo que as áreas de interesse eram basicamente Farmácia, Medicina e Odontologia (SAFFIOTI, 2013).

A partir de um processo de expansão da oferta universitária, “das quatro universidades que o país possuía em 1937, passa a ter 15 em 1953” (SAFFIOTI, 2013, p. 324), fato que favoreceu a oferta de novas vagas. Com a multiplicação dos cursos ofertados, especialmente pela constituição de Faculdades de Filosofia, Ciência e Letras, o número de cursos de Pedagogia aumentou a inserção das mulheres no contexto educacional, a partir da formação de novas profissionais para atuar no mercado de trabalho.

Uma pesquisa realizada por Perrot (2019, p. 126), acerca da inserção das mulheres no contexto educacional europeu, revela que, no ano de 2006, “[...] as mulheres representavam 98% das educadoras do maternal, 78% do primeiro grau, 56,7% do secundário e 34% do ensino superior (sendo 16% dos titulares)”. Guillot (2016) destaca que, no campo da educação superior, os homens são maioria no que concerne à realização de cursos de doutorado em todo o mundo, assim como são a maioria em número de investigadores profissionais, com um percentual de 71%, enquanto as mulheres assumem 29%. Nesse contexto, afirma que “a pesar del aumento progresivo de las mujeres en estudios superiores, estas siguen teniendo un menor acceso a las profisiones más valoradas social y economicamente³⁹” (GUILLOT, 2016, p. 37).

No Brasil, a inserção das mulheres nos cargos de docência em instituições de nível superior

[...] ocorreu por volta da década de 1970, intensificando-se desde então, principalmente na segunda metade da década de 1980 quando houve um aumento considerável em algumas universidades do país. Desde então a presença feminina vem se consolidando nesse posto de trabalho (ARAÚJO, 2016, p. 1).

A pesquisa realizada em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação mostra que a participação das mulheres aumentou entre os anos de 2000 e 2005, se comparada à participação de docentes do sexo masculino que vem diminuindo (FURLIN, 2009). Já Silveira e Freitas (2007, p. 50) destacam que “a profissão docente no Brasil é composta majoritariamente por mulheres, mas que, na hierarquia dessa carreira (nas escolas técnicas e de nível superior), elas se encontram em desvantagem”.

Diante do exposto, a partir da inserção das mulheres no ensino superior

39 “Apesar do aumento progressivo das mulheres nos estudos superiores, elas continuam a ter menos acesso às profissões com maior valor social e econômico”. [tradução nossa].

com vistas a sua formação, houve a necessidade posterior de acomodação em campos de trabalho. O trabalho feminino, ao longo dos anos, esteve presente em distintas profissões. Nesse sentido, Perrot (2019) destaca a participação das mulheres enquanto empregadas domésticas, operárias em fábricas, costureiras, vendedoras, secretárias, enfermeiras, professoras primárias, atrizes.

Silveira e Freitas (2007) abordam que, no Brasil, segundo estudos atuais, as mulheres atuam no mercado de trabalho nas seguintes áreas: fruticultura, indústria de calçados, indústria de confecções, indústria metalúrgica, indústria de eletrodomésticos, setor metalmeccânico, ramo automobilístico, indústria química, serviços de teleatendimento, caixas de supermercado, setor bancário, setor de artes e espetáculos, na educação (no ensino médio e universitário), na administração de empresas, nas investigações científicas e tecnológicas, na engenharia, no setor de aviação, no serviço social, na área da saúde (enfermagem e medicina).

É preciso considerar novos campos de trabalho gerados tendo em vista a formação acadêmica das mulheres em Instituições de Ensino Superior. Assim, a partir da inserção da mulher no ensino superior enquanto discente, ela foi adquirindo novas possibilidades de atuação no mercado de trabalho, entre elas a própria função de docente ou de funcionária em um estabelecimento de ensino superior, adquirindo outra relação de vínculo com essas Instituições, que não apenas a de discente.

Em paralelo, estimando essa perspectiva de ingresso no mercado de trabalho, é preciso compreender que, em qualquer área de formação, as mulheres podem desenvolver atividades empreendedoras, pois o conceito de empreendedorismo remete à análise/ao estudo dos riscos e a produção de algo novo. Portanto, acredita-se que o conceito de empreendedorismo também pode ser aplicado às mulheres com atuação no campo da educação superior, considerando o caso específico da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no âmbito da cidade de Santa Maria – RS.

Especificamente acerca do processo de constituição e desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria, supondo a atuação das Irmãs Franciscanas, Pereira (2009, p. 37) destaca-se que a “[...] expansão das atividades de ensino foi um desdobramento das ações educacionais que tiveram origem na criação do Colégio Sant’Anna, em 1905”. Nesse contexto, é pertinente mencionar que as ações de ensino estabelecidas no Colégio Sant’Anna após 50 anos já estavam consolidadas, e a participação das Irmãs Franciscanas nas discussões sobre o ensino superior foram fundamentais para que novas faculdades (Filosofia, Ciências e Letras; Enfermagem) fossem instaladas em Santa Maria em 1955.

Dessa forma, em 1955, a criação da FIC contou com o suporte do Colégio Sant’Anna, com o uso de suas instalações físicas (salas de aula, biblioteca) até

a construção de prédio próprio e também o apoio das Irmãs Franciscanas dessa Comunidade religiosa, até a fundação da sua própria Comunidade.

Na Figura 4⁴⁰, consta um flagrante das instalações físicas da biblioteca Imaculada Conceição, na década de 1950. Sua origem remete à fusão da biblioteca Gonçalves Dias (das alunas internas do Colégio Sant’Anna) e Ancilla Domini (do Colégio Sant’Anna). No registro, de tamanho 10x15 cm, com cromia em preto e branco, vê-se no canto direito da imagem, Irmã Consuelo, primeira diretora dessa Instituição de ensino superior.

Figura 4 – Biblioteca Imaculada Conceição na década de 1950



Fonte: Acervo fotográfico Universidade Franciscana, [195-].

Além do apoio do Colégio Sant’Anna, as informações presentes no Livro de Registro de Tombo n. VI da Catedral Nossa Senhora da Conceição destacam a data de comemoração dos 50 anos de atividade do Colégio Sant’Anna, quando, como parte das festividades, esteve “[...] o lançamento da pedra fundamental do futuro edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, cuja bênção foi presidida pelo Revmo. Cura da Catedral” (CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1951-1957, p. 73). Com essa ação, mais um passo rumo ao desenvolvimento e à consolidação do ensino superior em Santa Maria estava sendo dado.

As obras de construção do prédio tiveram o apoio da comunidade acadêmica de alunas do Colégio Sant’Anna, que muito se empenharam em conseguir

40 A imagem foi publicada inicialmente no DVD institucional “Imagens, Memórias e Histórias” (2008), organizado por Claudemir de Quadros.

recursos para o andamento da obra. Em relato concedido à Della Méa, Dalpian e Barin (2005), a ex-aluna do Colégio Sant'Anna, Maria Luíza Ritzel Remédios, relembra esse período:

Vendíamos 'tijolos', fazíamos quermesses, jogos de vôlei e caçador entre as escolas secundárias de Santa Maria para levantar fundos para o prédio da FIC. O prédio foi crescendo, nós também, o mundo e os costumes foram transformando-se, mas tínhamos certeza de que naquele prédio que se erguia, havia muito de todas nós. Irmã Consuelo, incentivando-nos, não deixava de dizer que nós éramos responsáveis por parte do prédio (REMÉDIOS, 2005 *apud* DELLA MÉA, DALPIAN, BARIN, 2005, p. 154-155).

Outra fonte pesquisada refere-se ao arquivo da Universidade Franciscana, em que se localizou a minuta da Ata da cerimônia de benção da pedra angular do edifício da FIC, a qual descreve que a cerimônia, realizada no dia 11 de setembro de 1955 contou com a presença de

[...] autoridades civis, militares e eclesiásticas depois de terem sido colocadas na urna exemplares dos jornais do dia, moedas correntes, - pelo Rev. Monsenhor Frederico Didonet, foi dada a benção à PEDRA ANGULAR do edifício (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1955, p. 1).

As obras da construção do prédio da FIC situado na rua dos Andradas, n. 1614, ao lado esquerdo das instalações do Colégio Sant'Anna também estão fixadas em registros iconográficos, entre os quais tem-se as Figuras 5 e 6 – Obras da construção do prédio da FIC e prédio finalizado. A Figura 5⁴¹, produzida em tamanho 10x15 cm, com cromia em preto e branco, sem identificação de autoria, apresenta o processo de construção do prédio da FIC, com destaque para as estruturas de alvenaria em andamento. No verso da imagem, há uma breve descrição sobre o seu conteúdo e a data de produção (1957).

Já a Figura 6, com cromia em preto e branco, foi produzida em junho de 1961, a partir de um fotograma de negativo flexível, tamanho 6x6 cm, não tem identificação de autoria e traz um flagrante do mesmo prédio, finalizado.

Ao comparar ambas as imagens, podem-se vislumbrar alguns aspectos da estrutura predial da FIC em suas bases e depois observar como o prédio foi finalizado para atender às demandas educacionais da FIC nos seus primórdios. Além disso, é interessante observar que o referido prédio atende às necessidades educacionais relacionadas ao espaço destinado a salas de aula e auditório para realização de eventos até os dias de hoje, com a Universidade Franciscana.

⁴¹ Esta imagem foi publicada no DVD institucional "Imagens, Memórias e Histórias" (2008), organizado por Claudemir de Quadros e na Revista *Vydia Especial*, n. 9, nov./1985, p. 4.

Figura 5 – Obras da construção do prédio da FIC



Fonte: (Acervo fotográfico da Universidade Franciscana, 1957).

Figura 6 – Prédio da FIC finalizado



Fonte: Arquivo fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 1961).

Nessa conjuntura, pode-se afirmar que a inserção de mulheres, pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, na concepção e no desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria, em 1955, partiu da atuação em duas Instituições, inicialmente a FIC e, alguns meses, depois com a FACEM.

Para Pereira (2009, p. 37), “a criação da FIC/FACEM teve importantes implicações na cidade de Santa Maria e colaboraram para que a cidade, além de polo de ensino secundário, se transformasse em cidade universitária”. Assim, informações mais detalhadas sobre as Instituições de Ensino Superior instaladas em Santa Maria, além daquelas sob a gerência da Congregação das Irmãs Franciscanas, são abordadas no próximo capítulo, na forma de uma trajetória histórica, as quais vão colocar em evidência a pluralidade de fontes de pesquisa disponíveis para o estudo da História Social e das Mulheres na cidade.

Ainda sobre o contexto de mulheres no ensino superior, é pertinente mencionar que, de forma similar à trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas, outras Congregações religiosas também atuaram no Brasil. Arduini (2017) destaca que, no Brasil, as Instituições de Ensino Superior (IES) sob responsabilidades de Congregações ou Ordens religiosas são quarenta e sete (47). A pesquisa realizada pelo autor não faz distinção entre Ordens religiosas femininas ou masculinas. Assim, apresenta os seguintes grupos com IES: Salesianos⁴², Jesuítas⁴³, Maristas⁴⁴, União Brasileira de Educação e Cultura⁴⁵, Camilianos⁴⁶,

42 Informações sobre as IES salesianas podem ser obtidas no *website* Rede Salesiana Brasil. Disponível em: <<https://ensinosuperior.rsb.org.br/Institucional/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

43 Informações sobre a IES jesuíta pode ser obtida no *website* Jesuítas do Brasil. Disponível em: <<http://www.asav.org.br/educacional/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

44 Informações sobre as IES maristas podem ser acessadas no *website* Maristas de Champagnat. Disponível em: <<https://champagnat.org/pt/missao-marista/universidades/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

45 A União Brasileira de Educação e Cultura foi criada no início de 1970, a partir de um consórcio entre Instituições católicas que tinham experiência na administração de colégios a fim de criar a Universidade Católica de Brasília (ARDUINI, 2017).

46 Maiores informações sobre a história da Universidade São Camilo podem ser obtidas no *website* da Instituição. Disponível em: <<https://www.saocamilo.br/institucional/#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20da%20d%C3%A9cada%20de,17%20de%20novembro%20de%201997.&text=Foram%20agregadas%20%C3%A0%20Uni%C3%A3o%20Social,-Cardeal%20Motta%2C%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica.>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Claretianos⁴⁷, Lassalistas⁴⁸ e Franciscanos⁴⁹. Ao pesquisar sobre cada uma dessas Congregações religiosas, a única que tem um ramo composto por religiosas é o dos(as) Franciscanos(as).

Nesse contexto, tem-se a experiência do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus (IASCJ)⁵⁰, uma Congregação religiosa que também desenvolveu atividades no ensino primário e secundário e ensino superior. Na década de 1950, as apóstolas do IASCJ aceitaram o desafio de criar uma Instituição de ensino superior, a primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL) do interior do Estado de São Paulo, sob a coordenação de Irmã Arminda Sbríssia, sua primeira diretora. Criada no ano de 1953, a Instituição ofertou os cursos de Letras, Pedagogia, Geografia e História⁵¹.

Alguns anos mais tarde, também no Rio Grande do Sul, outra Congregação constituiria, assim como as Irmãs Franciscanas em 1955, um Curso de Enfermagem, nesse caso, a Congregação das Irmãs de São José⁵².

47 Informações sobre o Centro Universitário Claretiano podem ser acessadas no *website* Claretiano 50 anos. Disponível em: <<http://50anos.claretiano.edu.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

48 Informações sobre o Centro Universitário La Salle podem ser obtidas no *website* da Instituição. Disponível em: <<https://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/historia>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

49 Acerca dos (as) franciscanos (as), além das IES sob responsabilidade da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, também se localizou a Universidade São Francisco. Maiores informações sobre a mesma podem ser acessadas no *website* Institucional. Disponível em: <<https://www.usf.edu.br/institucional/nossa-historia.vm#conteudoInternas>>. Acesso em: 20 jun. 2020. Além das Ordens femininas do Instituto das Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus e a Congregação das Irmãs de São José, as quais serão abordadas na sequência do texto.

50 Obra inicialmente fundada por Madre Clélia Marloni, no ano de 1894 em Viareggio, na Itália, a qual tinha por função a dedicação à educação e saúde, a pastoral catequética e serviço social, a espiritualidade e as atividades missionárias. Atualmente o IASCJ está presente em diferentes países, tais como Haiti, Brasil, Filipinas, Moçambique. No Brasil, as primeiras apóstolas chegaram em 1900, e em 1926 se instalaram na cidade de Bauru – SP, a pedido do padre Francisco Van der Maas. Atualmente a Congregação está presente no Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo com o desenvolvimento de atividades de ensino. Informações sobre as Instituições de ensino da Congregação podem ser obtidas no *website* Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus Província Brasileira Clélia Merloni. Disponível em: <<http://www.apostolas-pr.org.br/apostolas/obras-de-missao/educacao>>. Acesso em: 28 set. 2020.

51 Nos anos 1980 a FAFIL foi unificada à Faculdade de Música Pio XII (FACMUS) e Faculdade de Enfermagem (FESC) para criar as Faculdades do Sagrado Coração. Em 1986 a Instituição transforma-se em Universidade do Sagrado Coração (USC), sendo que em 2019, após autorização do Ministério da Educação a Instituição transformou-se em Centro Universitário Sagrado Coração (UNISAGRADO). Fonte: <<https://unisagrado.edu.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

52 A Congregação das Irmãs de São José tem sua origem em meados do século XVII, com data de fundação em 15 de outubro de 1650, na cidade de Le Puy-en-Velay, na França. Em 1816 algumas irmãs foram destinadas a atuação em Chambéry, quando então forma-

A Portaria n. 432, de 5 de dezembro de 1956, autorizou o funcionamento do Curso de Enfermagem na Escola de Enfermagem Madre Justina Inês, na cidade de Caxias do Sul – RS. Da mesma forma que as Irmãs Franciscanas, a Congregação das Irmãs de São José colocou como responsável pela Escola de Enfermagem a mantenedora da sua Congregação, nesse caso, a Sociedade Caritativo-Literária São José.

Assim, com características similares, mulheres de outras Congregações religiosas, também na década de 1950, utilizando-se de seus conhecimentos adquiridos com a atuação no ensino básico modificaram a realidade de ensino em suas cidades, promovendo a oferta de campos de estudo em nível superior a partir da criação de Faculdades.

Essas mulheres, em diferentes localidades, em seus primórdios, enfrentaram dificuldades relacionadas à adaptação em um país estrangeiro, a primeira delas relacionada a língua, aos costumes e cultura, mas isso não impediu sua atuação e o crescimento das atividades ao longo dos anos, até o desenvolvimento de ações relacionadas ao ensino superior.

Considerando a atuação dessas mulheres no ensino superior, enquanto membros de uma Congregação religiosa, faz-se necessário entender como suas atividades podem vir a ser consideradas como exemplos de um perfil de empreendedorismo feminino. É pertinente destacar, ainda, que o engajamento dessas mulheres, seu comprometimento e sua atuação com vistas à educação superior modificou o contexto educacional das cidades onde as Instituições foram instaladas.

Nesse contexto, realizando uma síntese da atuação de Congregações religiosas no município de Santa Maria, no campo da educação, a partir do ensino primário, percebe-se que a Congregação das Irmãs Franciscanas se destaca.

Ao analisar a atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas desde sua inserção no ensino primário em Santa Maria, a partir da constituição de diferentes comunidades, pode-se identificar sua abrangência, principalmente ao comparar essa realidade com a presença das demais Congregações religiosas femininas citadas anteriormente (Congregação do Apostolado Católico Irmãs Palotinas e Congregação do Imaculado Coração de Maria), as quais instalaram-se posteriormente. Além disso, no tocante ao ensino superior, entre elas, a Congregação das Irmãs Franciscanas foi a única a desenvolver atividades no município de Santa Maria, as quais perduraram até os dias de hoje.

ram uma Congregação autônoma, denominada de “Congregação das Irmãs de São José Chambéry”, uma das primeiras a vir desenvolver atividades no Brasil (1858). Estas irmãs também atuaram em Moutiers, fundando uma nova Congregação autônoma, denominada de “Irmãs de São José de Moutiers”, que enviou irmãs para atuação no Brasil, à cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, em 1896. No ano de 1953 as Congregações de São José de Moutiers e de Chambéry foram unificadas passando a se denominar “Congregação de São José de Chambéry” (ALMEIDA, 2012).

Assim, pode-se afirmar que as Congregações presentes em Santa Maria apresentam características semelhantes, seja no que concerne a sua fundação em um país diferente do Brasil e a migração de religiosas para fundar novas Comunidades aqui, seja na atuação no ensino primário e, posteriormente, secundário, enquanto uma missão vocacional da Congregação. No entanto, desde cedo, percebe-se na Congregação das Irmãs Franciscanas o empenho, a determinação em atender as necessidades educacionais nas cidades onde foram fundadas as novas Comunidades, e, nesse sentido, apontando elementos de uma Congregação com perfil empreendedor. Além disso, destaca-se o carisma de algumas representantes da Congregação no desempenho de suas atividades, nas quais a palavra adota a conotação da perspectiva cristã, em que carisma é mais do que uma habilidade ou predisposição natural do indivíduo, mas uma graça ou dom, dado por Deus enquanto um presente a ser transmitido a serviço da comunidade para o bem de todos (PAPA FRANCISCO, 2014).

Dornelas (2007) destaca que três elementos devem estar presentes no ato empreendedor: a inovação, o aproveitamento de recursos e a aceitação dos riscos. Ao olhar a trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas na gênese de sua atuação em Santa Maria, identifica-se, ao menos um, dos três elementos destacados por Dornelas (2007), ou seja, a inovação, que ocorre com a oferta de vagas de ensino que até o momento não existiam na cidade (exemplo do Colégio Sant'Anna, criado em 1905, para formação de meninas). Esse aspecto permite inferir que essa característica continuou a ser desenvolvida até que a Congregação tomou a decisão de desenvolver atividades também no ensino superior. No entanto, a atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas no ensino superior, enquanto um ato empreendedor, será analisada nos capítulos "Mulheres empreendedoras no ensino superior: instituições pertencentes à SCALIFRA-ZN" e "Mulheres empreendedoras no ensino superior: a constituição da Universidade de Santa Maria".

Por fim, conforme já destacado, no próximo capítulo, discorre-se, especificamente, sobre a trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, tendo por base as fontes documentais, bibliográficas, iconográficas e jornalísticas destacadas na metodologia de pesquisa, promovendo, dessa forma, a estruturação de histórias, trajetórias e memórias institucionais.

CAPÍTULO 2

IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ: MEMÓRIAS/FRAGMENTOS DE UMA TRAJETÓRIA EDUCACIONAL

Visando construir uma trajetória das Irmãs Franciscanas entre os anos de 1953 e 2018, partiu-se da análise de um conjunto de fontes primárias: documentos de arquivo, entrevistas realizadas por meio de roteiro estruturado (relatos orais) e de questionários, documentos jornalísticos e documentos iconográficos que se configuram em vestígios da memória da Congregação e da Comunidade que está inserida.

Nesse contexto, ao tratar de memória na construção da trajetória histórica, Nora (1993, p. 12) escreve que estas estão presentes em ‘lugares de memória’, os quais “[...] são antes de tudo, restos” e nascem e se desenvolvem a partir de um sentimento, pois, segundo o referido autor, não há memória espontânea. Em não havendo memória espontânea, entende-se “[...] que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13). Portanto, a memória que é produzida tem como fonte os diferentes acervos presentes nessas Instituições de Ensino Superior.

Pode-se afirmar que as memórias, que poderão ser coletadas a partir do estudo e da análise crítica das fontes, podem ser caracterizadas como individuais e coletivas. Ricoeur (2007) estabelece relações entre estas, em que, na construção da memória coletiva, as lembranças são ao mesmo tempo memórias íntimas e compartilhadas. Íntimas por serem da pessoa que produziu a lembrança e compartilhadas por pessoas próximas a quem produziu a lembrança. Além disso, o autor afirma ser este um processo contínuo em que “da memória compartilhada passa-se gradativamente à memória coletiva [...]” (RICOEUR, 2007, p. 157).

Portanto, para Ricoeur (2007, p. 133) apud Halbwachs (1997, p. 94-95), a memória coletiva não existe sem a união das memórias individuais, e, “[...] embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo”. A respeito da memória individual e coletiva, Dantas (2010, p. 54) explica que,

Em que pese a classificação, não existe uma contraposição entre a memória individual e a coletiva porque os indivíduos não são seres isolados: existe uma dimensão individual da memória, condicionada pela fisiologia e subjetividade do indivíduo, mas que deve ser compreendida dentro de um quadro social (ou vários) onde está inserido. Como bem destaca Maurice Halbwachs (1990, p. 10), é impossível conceber a memória sem considerar os quadros sociais que lhe servem de referência por que existe uma relação dialética entre os grupos humanos e suas representações, e a individualidade é a maneira como cada um interpreta e compreende os conteúdos socialmente compartilhados.

A partir dessas reflexões, é relevante colocar que os esforços para a manutenção da memória (individual ou coletiva) tendem a querer patrimonializá-la. Assim, pode-se afirmar que a conservação de vestígios, impressões e testemunhos correspondem a fragmentos que possibilitam a interpretação e reconstrução de um passado (CANDAU, 2012).

Nessa circunstância, para Candau (2012, p. 160), “[...] a busca memorial se manifesta na patrimonialização generalizada da sociedade, fica demonstrada no nível individual, na ligação aos objetos de toda natureza”. Diante do que se tem a tendência a tudo querer ‘patrimonializar’, a ideia é refutada pelo autor, pois, segundo ele,

em resumo, o mundo moderno produz traços e imagens a um nível jamais visto na história das sociedades humanas, estando em parte submisso as “ideologias de segurança” da história e da memória que conduzem a tudo conservar, tudo armazenar, musealizar a totalidade do mundo conhecido e, por outro lado, continuando a produzir mais informações e mensagens (CANDAU, 2012, p. 113).

Nesse cenário, é relevante discutir a intrínseca relação entre memória e patrimônio e, nesse contexto, entende-se que é preciso fazer escolhas, em que haverá sempre um jogo de disputas a fim de identificar que acervos serão preservados, enquanto patrimônio, em função do seu caráter memorial. Por conseguinte, compreende-se que, ao se trabalhar com memória e patrimônio, e nesse caso em específico, com a história de uma Congregação religiosa formada por mulheres, escolhas foram realizadas buscando manter preservados e acessíveis, junto às Instituições de custódia, acervos e demais materiais que hoje contribuem com elementos importantes sobre essa trajetória.

Dessa forma, pode-se inferir que, no contexto desta pesquisa, o termo ‘trajetória institucional’ remete ao entendimento de como se dá a construção, intencional, de uma versão sobre FIC, FACEM, FAFRA, UNIFRA e UFN (Instituições gerenciadas pela SCALIFRA-ZN, mantenedora da Congregação das Irmãs Franciscanas), a fim de verificar como se definem e se apresentam à comunidade. Ou seja, a partir do entendimento da trajetória institucional, percebe-se como as

Instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas se construíram, se apresentaram e se posicionaram perante a comunidade santa-mariense ao longo dos anos.

Na busca pelo entendimento do conceito de trajetória, inicialmente, tem-se a definição de Bourdieu (2006, p. 189), para quem a trajetória é “[...] como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço em que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Nesse sentido, buscou-se aplicar esse conceito, a cada uma das Instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas e que são objeto de estudo desta pesquisa. Assim, a trajetória institucional configura-se como o conjunto de ações realizadas pelas Instituições (FIC, FACEM, FAFRA, UNIFRA, UFN) diante das mudanças pelas quais perpassaram ao longo do seu processo de desenvolvimento e crescimento.

Neste capítulo, pretendeu-se apresentar os elementos coletados e as análises realizadas acerca da origem da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, sua chegada ao Brasil e especificamente em Santa Maria, construindo um panorama de sua atuação na educação superior neste Município, tendo em vista a criação de Instituições de Ensino Superior.

Assim, optou-se pela subdivisão deste capítulo em unidades a fim de melhor estruturar o texto, as quais compreendem uma primeira unidade referente a uma descrição da origem e organização da Congregação. Na segunda unidade, busca-se evidenciar a atuação da Congregação no Brasil, no que se refere ao ensino básico e superior, e, na terceira unidade, propõe-se abordar as atividades da Congregação em Santa Maria, especificamente no recorte estipulado para a pesquisa, delimitando as Instituições criadas e suas características.

Dessa maneira, objetivou-se delinear um panorama geral sobre a trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã a fim de subsidiar os próximos capítulos, na medida em que, a partir do conhecimento acerca da trajetória de cada IES, pode-se abordar as características presentes nessa trajetória que tiveram um perfil empreendedor, contrapondo essa história com os conceitos postulados sobre empreendedorismo.

2.1 A Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã – origem

Ao abordar a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, torna-se relevante apresentar, inicialmente, uma breve caracterização de sua fundadora, Catarina Daemen, para, a partir desta, apresentar aspectos da Congregação. Nesse sentido, os dados da pesquisa bibliográfica serão apresentados e confrontados com dados encontrados em fontes primárias sobre a atuação da Congregação no Brasil, especialmente na cidade de Santa Maria,

no estado do Rio Grande do Sul.

A fundadora, Catarina Daemen, tem sua história registrada em poucas fontes. Nesse sentido, segundo Ackermans, Ostermann e Serbacki (2000), existem os dados decorrentes da crônica do Padre Pedro Van der Zandt, pároco de Heythuysen, na Holanda, e apontamentos das crônicas das próprias Irmãs, as quais foram colecionadas pela Irmã Lina Hoster. Em algumas obras, tem sua nomenclatura redigida como Catarina Daemen (em neerlandês), que, quando traduzida para o português, foi incorporada, em alguns casos, como Catarina Damen (fonética latina).

Catarina Daemen nasceu em 19 de novembro de 1787, em Ohé-em-Laak, em terras do Médio Limburgo, na Holanda. Filha de Cornélio Daemen e Gertrudes van Bree, de Sint Odilienberg, ambos camponeses, foi batizada logo após o nascimento na igreja matriz de Echt. Em 1816, vai trabalhar em Maaseik e conhece a confraria da Ordem Terceira de São Francisco para seculares, cujos membros viviam em comunidade, seguindo os preceitos de São Francisco de Assis⁵³ (COOLS; WINPERSEE, 1966; BRITO, 2010a). O cenário religioso em que Catarina Daemen viveu

[...] atualmente constitui a área limítrofe entre o Limburgo Holandês e o Limburgo Belga, o que então representava uma grande distância entre as cidades, seja sob o ponto de vista geográfico, seja, principalmente, quanto à mentalidade. [...] Dificilmente a Fundadora terá entrado em contato com a Era do Racionalismo e os antecedentes ideológicos da Revolução Francesa. Viu, contudo, as consequências dessas realidades ao redor de si ou as experimentou pessoalmente. Numerosos conventos foram então fechados, porque o Estado neles não viu um verdadeiro sentido social. O governo revolucionário francês exigiu submissão de todos os sacerdotes, e os que recusassem a obedecer eram perseguidos [...]. (ACKERMANS; OSTERMANN; e SERBACKI, 2000, p. 16).

Assim, nesse contexto religioso, a emissão dos votos perpétuos⁵⁴ de

53 Francisco nasceu na cidade de Assis, na Itália, no ano de 1181. Durante sua adolescência Francisco participa da guerra entre as cidades de Assis e Pérugia, e após dois anos de combates, Assis perde a guerra. Dessa forma, Francisco e os demais soldados dessa cidade tornaram-se prisioneiros. Na prisão, Francisco sofre muito e começa a questionar-se sobre a sua missão no mundo. Ao sair da prisão tem uma visão e, a partir dessa data, começa a mudar o rumo de sua vida. Assume radicalmente o evangelho, e declara que todas as criaturas são “irmãs e irmãos”. Deixou uma mensagem de paz e bem, de fraternidade, amor e perdão (BARIN, 2006).

54 As Orientações para formação nos Institutos Religiosos, do Vaticano (Roma), definem que os votos perpétuos, ocorrem quando “[...] Segundo a doutrina da Igreja, «pela profissão religiosa, os membros se comprometem com voto público a observar os tres conselhos evangélicos, são consagrados a Deus pelo ministério da Igreja e são incorporados no instituto com os direitos e os deveres definidos pelo direito». [...] No ato da profissão religiosa, que é um ato de Igreja mediante a autoridade daquele ou daquela que recebe os votos, convergem a ação de Deus e a iniciativa da pessoa. [...] Esse ato incorpora a pessoa num instituto. Nesse instituto levam vida fraterna em comum e o instituto lhes assegura «o apoio de uma maior estabilidade no seu gênero de vida, uma doutrina experimentada para conseguir a perfeição, uma comunhão fraterna ao serviço de Cristo e uma liberdade

Catarina para ingresso na Ordem⁵⁵ ocorreu em 12 de outubro de 1817, sendo a cerimônia presidida pelo Padre Eleutherio Meers, guardião dos Capuchinhos em Maaseik, em que esta recebeu o nome de Madre Madalena. De acordo com Cools e Winpersee (1966), para proceder ao ingresso na Ordem, foi necessário a formalização de trâmites legais. Assim, Catarina os solicitou por meio do preenchimento de um formulário. “O formulário da profissão, que ela preencheu a mão, é depois das anotações de seu batismo na igreja paroquial de Echt, o segundo documento histórico que dela possuímos” (COOLS; WINPERSEE, 1966, p. 26).

Em Maaseik, Catarina residia na casa de Catarina Palemberg (Superiora da Comunidade), em companhia de Helena Gelissen e Dina Gelissen. Estas residiam em uma casa que tinha acesso por meio de uma escada com quatro degraus, o que as levou a se identificarem como “*Masoeurkes op de Trepkes*” – Irmãzinhas das escadinhas. De acordo com Cools e Winpersee (1966), a comunidade local, entretanto, as chamavam apenas de “*Masoeurkes*”, já o Pároco Pedro van der Zandt se referia a elas como “*vergadering*” – palavra que pode ser entendida como uma tradução latina de “*congratio*”. Ao traduzirmos para o português a expressão “*congratio*”, utilizada pelo Pároco Pedro van der Zandt, temos “Congregação”.

No ano de 1821, o Monsenhor Barret, Vigário Geral da Sede Episcopal de Liège, nomeou como Vigário da aldeia de Heythuysen, na Holanda, o Padre Pedro Van der Zandt⁵⁶ (1794-1870). Pedro Van der Zandt solicitou a Catarina Palemberg, Superiora da pequena comunidade de Maaseik, que mandasse duas irmãs para ajudá-lo. A função destas consistiria no ensino de religião às crianças e moças, bem como na criação de uma escola de costura e trabalhos de agulha (COOLS; WINPERSEE, 1966; SILVEIRA NETTO, 1984; BRITO, 2010a).

Como o Pároco Pedro Van der Zandt pertencia à Ordem Terceira, a Superiora da Congregação de Maaseik autorizou o pedido, uma vez que este poderia instruir a vida espiritual das irmãs. No entanto, foi enviada a Heythuysen, na Holanda, em 21 de junho de 1824, apenas uma irmã, Catarina Daemen. Os

robustecida pela obediência, de tal maneira que possam cumprir com segurança e guardar fielmente sua profissão religiosa, avançando com alegria espiritual pela senda da caridade». [...] A pertença dos religiosos e religiosas a um instituto, os leva a dar a Cristo e à Igreja um testemunho público de afastamento «do espírito do mundo» (1 Cor 2, 12) e dos comportamentos, que lhe são próprios, e ao mesmo tempo, de sua presença no mundo segundo a «sabedoria de Deus» (1 Cor 2, 7)” (VATICANO, 1990, [s/p]).

55 Fröhlich (2001) destaca a importância do franciscanismo para a valorização das mulheres. Segundo a autora, é partir de Clara de Assis que se descortina uma porta para as ações femininas, pois em 9 de agosto de 1253 Clara recebeu o selo papal autorizando a Ordem das Clarissas, que tinha votos de pobreza e regras similares às da Ordem Terceira.

56 “Van der Zandt nasceu em Berchem do Brabante do Norte, na Holanda, em 1784; fez seus estudos no Colégio Latino de Maaseik e, depois, em Múnster. Foi ordenado em 1814 e exerceu o sacerdócio como coadjutor em alguns lugares, entre eles Maaseik” (COOLS; WINPERSEE, 1966, p. 34).

motivos são descritos por Cools e Winpersee (1966), mas não são considerados como registros oficiais, pois não estão fixados em nenhum documento oficial da Congregação. Segundo os respectivos autores, Catarina Palemberg, enquanto Superiora da comunidade e proprietária da residência desta em Maaseik, não poderia se deslocar para Heythuysen, e como as duas irmãs ou primas Gelissen (cujo grau de parentesco não é bem claro nos documentos), provavelmente, preferiam permanecer juntas em Maaseik, restou apenas Catarina.

Os paroquianos aprovaram a chegada de Catarina Daemen, tendo em vista sua simplicidade e dedicação. Mais tarde, no ano de 1827, Ana Maria Verkroulen, Gertrudis Kirkels e Maria Catarina Deckers juntaram-se a Catarina Daemen⁵⁷ (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000).

Catarina Daemen segue sua trajetória pessoal, atuando no ensino e no tratamento de doentes, mas buscando a implementação de uma Congregação, a qual se efetivou em 1835.

No dia 7 de agosto de 1858, Catarina Daemen, ou Madre Madalena, nome que adotou após a profissão dos votos perpétuos, faleceu, com 71 anos. A Figura 7 ilustra um registro de Catarina Daemen, ou Madre Madalena, fundadora da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Não há informações sobre data e local de produção da imagem.

Figura 7 – Catarina Daemen – Madre Madalena



Fonte: (METZ, 1917, p. 6).

57 “Ana Maria ou Annemie Verkoulen, nascida em Heythuysen, na Holanda, aos 4 de abril de 1782, portanto cinco anos mais velha que Catarina, sentiu vontade de se unir a ela. Seguiu-a uma viúva de nome Gertrudes Kirkels, nascida em Wessem, na Holanda, a 4 de março de 1790; e ainda mais uma camponesa forte e alegre, Maria Catarina Deckers, nascida a 13 de maio de 1804, em Hunsel, na Holanda” (COOLS; WINPERSEE, 1966, p. 37).

A partir dessas breves informações, delimitou-se uma trajetória pessoal de Catarina Daemen, a qual vai ser complementada a seguir com as atividades que culminaram na criação da Congregação das Irmãs da Penitência e Caridade Cristã.

Pode-se afirmar que o início da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã remete ao ano de 1827, quando Ana Maria Verkroulen, Gertrudis Kirkels e Maria Catarina Deckers juntaram-se a Catarina Daemen, as quais desejavam constituir uma comunidade religiosa, a fim de compartilhar seu modo de vida e viver sob sua orientação (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000).

Nesse contexto, Silveira Netto⁵⁸ (1984, p. 35) relata que “desde outubro de 1827, as quatro companheiras viviam juntas, como verdadeiras Irmãs, em completa harmonia, em feliz convívio fraternal”. Assim, cada uma das irmãs atuava em uma função: “Catarina e Ana Maria dedicavam-se ao ensino das crianças na escolinha. Gertrudes ocupava-se com os trabalhos domésticos. Maria tinha a seu encargo a roupa da igreja. Confeccionava paramentos” (SILVEIRA NETTO, 1984, p. 35). A partir da constituição da Comunidade religiosa, a intenção de Catarina Daemen era fundar um convento e uma escola com internato.

Nessa conjuntura, no ano de 1830, eclodiu a revolução na Bélgica⁵⁹, e a nova Carta Constitucional garantia aos cidadãos a livre prática de sua religião. Assim, muitos conventos foram restaurados. Ackermans, Ostermann e Serbacki (2000, p. 10) corroboram essa afirmativa:

Alguns anos mais tarde, as circunstâncias para tal fundação melhoraram sensivelmente. O Reino dos Países Baixos fora fundado em 1815. Mas a política antimonástica do tempo da República e da Constituição Francesa perduravam. Contudo, em 1830, a parte meridional, predominantemente católica, separou-se do Reino. Todo o Limburgo, por assim dizer, uniu-se ao Sul, embora em 1839 essa região fosse anexada aos Países Baixos e não ao Reino da Bélgica. Com a instituição de total liberdade religiosa, tornou-se fácil fundar mosteiros e conventos: somente era exigida a aprovação episcopal. Naquela época, Heythuysen foi colocada sob a jurisdição de Liège, cujo bispo era Dom Cornélio van Brommel, natural da Holanda Setentrional.

58 A autora Carmem Silveira Netto, enquanto Irmã Franciscana, foi a primeira Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição e participou ativamente no processo de constituição do ensino superior nos anos 1950 em Santa Maria – RS.

59 A revolução de 1830 iniciou na França entre os dias 27 e 29 de julho e culminou com a saída do trono do rei Carlos X, a partir de um movimento liberal, liderado pela burguesia francesa. A Bélgica seguiu o exemplo francês, e rebelou-se, pois, em 1815, o Congresso de Viena tinha anexado a Bélgica à Holanda, fato que não impediu belgas e holandeses de desenvolverem profundas diferenças de raça, religião, língua e economia. Fonte: <<https://www.grupoescolar.com/pesquisa/revolucoes-liberais-de-1830.html>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

Em 1834, o Padre Pedro van der Zandt enviou uma carta ao Bispo de Liège, Dom Cornélio van Brommel, solicitando autorização para a fundação de um convento e uma escola com internato. Em vista da demora da resposta, o Vigário Pedro van der Zandt autorizou Catarina a falar pessoalmente com o Bispo, e esta seguiu para Liège.

Na primeira visita, o pedido de Catarina foi recusado, pois, ao chegar à Liège, quando questionada sobre as condições que tinha para a realização do empreendimento, segundo relatos das Crônicas do Padre Pedro van der Zandt, Catarina respondia apenas: “Deus proverá”! A sua insistência e o apelo à Providência Divina foram qualificados pelo Bispo como sinal de ignorância e falta de experiência, sendo, portanto, negado o pedido (COOLS; WINPERSEE, 1966).

Mesmo tendo sua solicitação negada, Catarina idealiza uma nova residência para a Comunidade, visando aumentar o número de alunas. Durante uma caminhada, ela visualizou uma residência conhecida como ‘Kreppel⁶⁰’ e imaginou transformá-la em convento (METZ, 1917; COOLS; WINPERSEE, 1966; BRITO, 2010a).

Passado algum tempo, duas jovens vindas de Baexem, na Holanda, apresentaram-se a Catarina, ambas dispunham de pecúlios, ou seja, economias de vida; uma no valor de 3.000 florins⁶¹ e a outra com 1.000 florins, além de uma propriedade avaliada em 1.400 florins. Esses valores, somados a importância de 10 florins, provenientes de um empréstimo da loja do senhor Cillekens, representavam metade

60 Cools e Winpersee (1966) afirmam que a origem do nome do local escolhido como residência do futuro convento não tem uma definição muito clara. “Não se sabe por quem e quando foi construído o Kreppel. Pode-se supor que tenha sido mais ou menos pelo ano de 1700, pois a casa é citada pela primeira vez em 1731, em um documento guardado no arquivo da Diocese de Liège. Esse documento menciona sua venda pelas senhoritas herdeiras do senhor Adt Charles, no seu tempo oficial do Bispo de Roermond. O nome Kreppel era, portanto, usado já antes da Revolução Francesa. [...] Outra opinião é que o nome seja derivado da grande quantidade de certos arbustos denominados ‘*kreupelhou*’, que existiam nos arredores (COOLS; WINPERSEE, 1966. p. 65-66). Atualmente, a construção não existe mais, um resquício dela (parte de uma parede) foi inserido no jardim interno chamado “Stiltehof” (jardim do silêncio). Fonte: Hoffman (2010).

61 Florim refere-se à unidade monetária dos Países Baixos que deixou de ser utilizada na Holanda em 2002, tendo em vista a adoção do euro. Segundo o jornal BBC Brasil (2002, [s/p]), “o florim era uma das moedas mais tradicionais da Europa. Ele surgiu no século XIV, quando províncias holandesas resolveram cunhar sua própria versão da moeda de Florença – também chamada de florim – que começava a ser usada no norte da Europa. Mas a moeda se estabeleceu mesmo no século XVII, quando as províncias do norte da Holanda se libertaram do domínio espanhol e quando seus navios mercantes passaram a dominar os mares. Na época, a Holanda se tornou o centro financeiro da Europa, e a bolsa de valores de Amsterdã era uma das mais modernas do continente. Durante a ocupação nazista na Segunda Guerra Mundial, o florim, que era uma moeda cunhada em prata, chegou a ser abolido. Mas graças a um apelo do governo holandês no exílio – e à fabricação de novas moedas nos Estados Unidos – o florim continuou sendo usado. Em 1948, as moedas de prata foram substituídas por moedas de níquel”.

do valor necessário à aquisição da residência denominada Kreppel. Nesse momento Catarina resolve ir novamente à Liège, onde o bispo Cornélio van Brommel, desta vez, atende sua solicitação (COOLS; WINPERSEE, 1966; BRITO, 2010a).

A mudança de residência não foi harmônica, pois algumas irmãs ressentiram-se de sair da casa que construíram ao lado da Igreja, além do que o novo endereço, a residência denominada Kreppel, era afastada da comunidade e insalubre, pois era cercado por fossos com águas paradas; além de ter sido arrendado por três anos, em que a quebra do contrato estava sujeita a multas contratuais.

Considera-se que a Congregação foi fundada em 10 de maio de 1835, mesma data de criação do Convento dos Santíssimos Corações de Jesus e Maria, denominando-se Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

10 de maio de 1835. Domingo de primavera, cheio de luz, de claridade, de cantos de pássaros. A natureza se engalanara para a festa das Irmãs. Pelas planuras, muitas flores... Na igreja paroquial, o cura van der Zandt rezou missa festiva implorando as bênçãos do Divino Espírito Santo para a novel Congregação que nascia sob o signo do “Deus provera” [...] (SILVEIRA NETTO, 1984, p. 65).

Assim, no dia 11 de novembro de 1835, foi recebida a resposta do Vigário Geral Kerkhoffs, com a aprovação da nova Comunidade, tendo em vista a ausência do Bispo. Diante da resposta afirmativa do Vigário Geral, pode-se afirmar que

[...] este foi o começo de uma comunidade franciscana, e as irmãs o consideraram como o verdadeiro início da Congregação, embora os estatutos da pequena comunidade só fossem aprovados em novembro, e as irmãs só recebessem seus hábitos em 11 de fevereiro de 1836, oportunidade em que também passaram a usar seus nomes religiosos (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000, p. 19).

Buscando uma descrição para entender a origem do nome da Congregação, encontrou-se o *website*⁶² do Instituto das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, o qual menciona o porquê do uso dos termos ‘Franciscanas’, ‘Penitência’ e ‘Caridade Cristã’, em que:

- São Franciscanas: porque têm São Francisco de Assis como modelo de espiritualidade e vida.
- Da Penitência: porque, conforme a visão franciscana, é colocar-se continuamente no caminho da conversão, no louvor a Deus.
- Da Caridade Cristã: porque é a mais bela forma de viver o amor de Jesus Cristo na fraternidade universal (INSTITUTO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ, [s/d], [s/p]).

62 Disponível em: <<http://ifrapec.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

O início da vida religiosa foi regido por Estatutos, sugeridos pelo Vigário Geral, os quais foram baseados nas orientações e normas do Padre Marchant, que as elaborou para a Congregação das Irmãs Franciscanas Penitentes Recoletinas⁶³, em 1621, cuja fundadora foi Madre Joana de Jesus (COOLS; WINPERSEE, 1966; SILVEIRA NETTO, 1984).

Segundo Ackermans, Ostermann e Serbacki (2000, p. 20), as Regras⁶⁴ eram necessárias, tendo em vista a viabilidade da Comunidade, pois, além de “[...] obter o reconhecimento da Igreja, as Regras são uma necessidade. Tais congregações constituíram entidades novas e não tinham tradições a serem observadas”.

No que tange ao entendimento das Regras da Comunidade fundada por Catarina,

as primeiras Regras denominaram-se *Statuten* (Estatutos). Padre van der Zandt os enviou ao Bispo van Brommel no verão de 1835. Havia sido escritos para o convento do Kreppel. Mencionava-se um número máximo de vinte e cinco irmãs e ainda não havia conventos subsidiários. Não se fazia nenhuma referência a atividades externas à Comunidade e desaconselhavam-se quaisquer contatos com pessoas de fora, salvo exceções motivadas por estrita necessidade. Essas Regras, na verdade, haviam sido escritas para uma ordem contemplativa [...] (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000, p. 21).

Considerando as primeiras Regras elaboradas para a Congregação das Irmãs Franciscanas, em 1852, a Congregação ‘De Propaganda Fide’⁶⁵ emitiu o *decretum laudis* com a aprovação papal desta, o que levou a necessidade de elaboração das Constituições.

As primeiras Constituições foram aprovadas em 1860, pelo Bispo J. A. Paredis, de Roermond, na Holanda. No ano de 1899, tendo em vista o

63 A Ordem Franciscana Recoletina é um ramo do franciscanismo, iniciada em 1579 (FRÖHLICH, 2005).

64 Algranti (1993) menciona que Santo Agostinho ofertou às mulheres uma carta com 211 elementos essenciais para vida religiosa, a qual se tornou conhecida como a regra de Santo Agostinho, mas a origem da primeira regra criada para mulheres foi desenvolvida pelo Bispo Césaire d’Arles, para monjas que habitavam o convento feminino da sua vila. Nesse sentido, a autora destaca ainda que, “no final do século VI, São Colombano escreveu para suas monjas uma regra bastante rígida. Mas, no século seguinte, Donato, Bispo de Besançon, reunindo elementos de três regras anteriores (de Césaire d’Arles, de São Colombano e de São Bento de Nursia), por solicitação de sua mãe, redigiu para as mulheres do convento de Jussamoutier uma regra feminina. Por volta do século VIII, as regras de São Bento e São Colombano haviam sido misturadas de tal forma que, em muitos casos, não se reconheciam mais. A regra de São Bento, porém, estava destinada a suplantar as demais e durante vários séculos foi o principal texto de referência para a vida monástica” (ALGRANTI, 1993, p. 38).

65 A Congregação ‘De Propaganda Fide’ (em latim) é um órgão da cúria romana fundado em 1622 pelo Papa Gregório XV com a finalidade de orientar os trabalhos de evangelização da Igreja no mundo (TOMÁS, 2007). Traduzido o termo para o português tem-se “Da Propaganda da Fé”, o qual foi atualizado para a “Evangelização dos Povos”.

próximo desmembramento da Congregação em Províncias, realizou-se a revisão das Constituições para adaptá-las à nova realidade, sendo um passo importante a sua edição em holandês, alemão, inglês e português (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000).

Ao longo dos anos, as Constituições sofreram modificações e atualizações. Nesse sentido,

[...] à primeira vista, as várias versões das Constituições Gerais (1869, 1900, 1929, 1957) mal parecem diferir entre si. Sempre contêm a definição da estrutura comunitária e dos direitos e obrigações dos diferentes membros, talvez com algumas leves alterações. Contudo, como esses textos sempre tivera grande influência sobre a vida das comunidades, até mesmo sobre a vida diária das irmãs, eventuais mudanças, mesmo pequenas, podiam acarretar grandes consequências (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000, p. 34).

A partir da implementação dos Estatutos e Constituições, ao longo dos anos, novos elementos foram incorporados a fim de padronizar as rotinas da Congregação. Nesse sentido, Ackermans, Ostermann e Serbacki (2000, p. 32) colocam o desenvolvimento, em 1907, do “Cerimonial e Manual”, no qual, “enquanto a primeira parte constava de instruções litúrgicas ou paralitúrgicas, a segunda parte oferecia uma explicação detalhada das Constituições, sob o aspecto prático e espiritual”. A partir dessa experiência, outro material elaborado foi o ‘Livro de Usos’, iniciado em 1865 por Madre Aloísia Lenders e concluído por Frei Irineu Bierbaum, o qual detalhava

[...] prescrições relativas a camas, mesas e armários. Até as medidas de roupa de cama podiam ser aí encontradas. Independentemente do lugar visitado, fosse Porto Alegre, Buffalo ou Semarang, a Superiora geral haveria de sentir-se imediatamente em casa, reconhecendo, ao seu redor, uma “repetição” de Heythuysen e Nonnenweth (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000, p. 32-33).

Todas essas normativas, inspirações e fundamentos seguem a organização das Congregações religiosas vinculadas ao Franciscanismo. Assim, Marchetti (1980) afirma que, ao longo da história, três Ordens foram criadas:

Primeira Ordem: a dos Padres Franciscanos, que se desdobrou em Capuchinhos, Minoritas e Franciscanos ou Frades Menores.
Segunda Ordem: a das Irmãs Clarissas e Terceira Ordem Franciscana, que se desdobrou em Irmãs Franciscanas Regulares e Ordem Terceira Regular, sob o nome de Congregação Franciscana da Penitência e Caridade Cristã (MARCHETTI, 1980, p. 6-7).

Complementa a descrição dada por Marchetti (1980), o texto disponibilizado no *website* ‘Fátima Portal da Fé’, que descreve estruturalmente um breve

histórico dos franciscanos e, nesse sentido, adota algumas siglas para identificar as terminologias aplicadas. Tal estrutura foi colocada para que se pudessem entender onde se insere a Ordem Terceira Franciscana, na qual se inclui a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Assim,

Primeira Ordem, composta por:

1. Ordem dos Frades Menores, ou observantes (O.F.M.)
2. Ordem dos Frades Menores Conventuais (O.F.M.conv)
3. Ordem dos Frades Menores Capuchinhos (O.F.M.cap)

Segunda Ordem, composta por:

1. Ordem das Irmãs Clarissas
2. Ordem das Irmãs Concepcionistas
3. Ordem das Irmãs Capuchinhas

(Todas contemplativas enclausuradas, seguidoras de Santa Clara/ São Francisco de Assis)

Terceira Ordem, composta por:

1. Terceira Ordem Regular (T.O.R.)
2. Terceira Ordem Secular, ou Ordem Franciscana Secular (O.F.S)

Existem diversos outros ramos da Ordem Terceira de São Francisco, das quais destacam-se a Fraternidade Sacerdotal Franciscana Secular (FSFS), Pequena Família Franciscana (PFF) e Juventude Franciscana (JUFRA) (FATIMA PORTAL DA FÉ, [s/d], [s/p]).

Nesse contexto, Aspurz (1954) apresenta uma divisão cronológica da história franciscana apontando datas de maior relevância, considerando essa estrutura de Primeira, Segunda e Terceira Ordem. Assim,

Tal es, para la primera Ordem, ante todo la de 1517, en que se verifica la separación definitiva de observantes y conventuales, fecha a la que, por su proximidad, puede considerarse unida la de 1528, en que se desprende la rama capuchinha. Para la segunda Orden señala nuevo panorama el siglo XV; para la tercera, el siglo XVI y el año 1883. Otras fechas secundarias pedirán arranques de nuevas épocas o subdivisiones en períodos más o menos definidos⁶⁶. (ASPURZ, 1954, p. 11).

Sobre os membros da Terceira Ordem Regular de São Francisco, nos quais inserem-se a Congregação das Irmãs Franciscanas, estes obtiveram uma Regra do Papa Nicolau IV em 1289. Assim, irmãos e irmãs da Penitência que viviam em suas residências e desenvolveram Comunidades puderam constituir ‘um modo de vida franciscano’. Diante dessa realidade, em 1521, com as Constituições *Inter Cetera*, o Papa Leão X concedeu uma Regra para estas

66 “Tal é, para a primeira Ordem, em primeiro lugar a de 1517, em que se verifica a separação definitiva de observadores e monges, data à qual, devido a sua proximidade, se pode considerar unida aquela de 1528, na que emerge a filial capuchinha. Pois a segunda Ordem marca o novo panorama do século XV; para o terceiro, o século XVI e o ano de 1883. Outras datas secundárias solicitarão o início de novas épocas ou subdivisões em períodos mais ou menos definidos”. [tradução nossa].

Comunidades, que permaneceu em vigor até 1927. A partir desse contexto inicial, com a Constituição Apostólica *Rerum Conditio*, o Papa Leão X concedeu nova Regra, com características mais franciscanas aos membros da Terceira Ordem Regular de São Francisco. Posteriormente, após o Concílio Vaticano II, realizaram-se estudos intensivos sobre os escritos franciscanos, os quais culminaram na formulação da Regra de 1982, aprovada pelo Papa João Paulo II, por meio da Constituição Apostólica *Franciscanorum Vitae Propositum* (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000).

Ainda nesse contexto, Ackermans, Ostermann e Serbacki (2000, p. 20) mencionam algumas das características das Comunidades religiosas do período, destacando que

[...] as comunidades religiosas mais antigas deviam dedicar-se à contemplação, através da solidão, oração e meditação. Normalmente, não tinham ocupações externas. As congregações novas, denominadas “ativas”, as quais pertencia Heythuysen, eram socialmente ativas no campo da educação e da saúde.

Assim, pode-se afirmar que a Congregação formada por Catarina se identificava por sua expressiva atuação no campo da educação e saúde, sendo considerada uma Comunidade socialmente ativa.

No que diz respeito a suas instalações físicas, primeiramente, o convento foi chamado de “Convento dos Santíssimos Corações de Jesus e Maria” e, a partir de 1843, assumiu o nome de “Convento Santa Isabel”, em Heythuysen, na Holanda.

No ano de 1837, ocorreu uma tentativa de união com a Comunidade da Província de Anvers⁶⁷, proposta pelo Padre Pedro Van der Zandt à Superiora de Arendock, a qual não foi aceita pelo Vigário Provincial. Nesse contexto, as irmãs também foram surpreendidas com a notícia de que teriam de renovar seus votos perpétuos. É relevante colocar que, ao emitir os votos perpétuos, as irmãs se comprometiam com a vida religiosa até sua morte. Assim, essa decisão era extremamente importante na vida das religiosas.

Nesse contexto, as irmãs da Comunidade desconheciam a diferença entre os votos da Ordem Terceira de São Francisco para seculares e os das religiosas. Para Madre Madalena, todas tinham proferido votos perpétuos, no entanto, o Bispo ordenou que a renovação dos votos ocorresse a cada triênio. Portanto, no dia 11 de junho de 1839, elas fizeram a profissão religiosa por três anos, conforme a ordem do Papa Leão X a todos os membros da Terceira Ordem, que vivessem em Comunidade (SILVEIRA NETTO, 1984; BRITO, 2010a).

A atuação de Madre Madalena junto à coordenação da Congregação

⁶⁷ Atual Antuérpia, na Bélgica.

durou cinco anos e, em 1840, esta deixou o cargo em favor de Irmã Teresia Royackers. Os motivos para a substituição foram descritos por Ackermans, Ostermann e Serbacki (2000, p. 21): “faltavam-lhe condições para exercer a liderança de uma congregação religiosa em crescimento, com diversificados campos de atividade social”.

Nesse sentido, as fontes divergem quanto à origem da solicitação de substituição de Madre Madalena, do cargo de diretora da Congregação, pois “a crônica do P. van der Zandt narra que a Igreja de Liège enviou um sacerdote com uma ordem que Madre Madalena aceitou sem discutir. Conforme o Blütengärtlein, foi a própria Fundadora que tomou a iniciativa e renunciou ao cargo” (ACKERMANS; OSTERMANN; SERBACKI, 2000, p. 21). Posteriormente, Madre Madalena se estabeleceu na residência de Heythuysen, na Holanda, ao longo de dezoito anos, vindo a falecer em 7 de agosto de 1858.

Sobre a atuação da Congregação nesse período no que se refere às políticas de ensino adotadas, Rupolo (2001, p. 85) refere que,

somente a partir de 1848, foi permitida a liberdade de ensino, observando, porém, o Estado, o direito de controlar a qualidade, a habitação dos professores e a posição filosófica das escolas. Na década seguinte, nova regulamentação legal ratificou a liberdade de ação pedagógica. Não aboliu, no entanto, o controle do Estado sobre as instituições, o qual determinava inclusive as disciplinas obrigatórias e as facultativas.

Mais tarde, em 1857, a Congregação, por meio da escola criada, obedecia a um programa oficial do Estado, “[...] informando sobre o conteúdo das disciplinas, os livros em uso, os exames realizados, a necessidade de modificações” (RUPOLO, 2001, p. 86). Assim, Rupolo (2001) afirma ainda que a ‘pedagogia de Catarina Daemen’ teve grande contribuição de Gerardus Hendricus Laus, diretor do Colégio Normal de Heythuysen, na Holanda, pelo período de oito (08) anos, de 1862 a 1869.

A partir desses eventos a Congregação teve ampla expansão e passou a atuar em diferentes países. Da sua criação na Holanda (1835), passou a desenvolver atividades na Alemanha (1852), além de outros países até chegar ao Brasil em 1872. Em relação à expansão da Congregação para outros países, Barin (2006, p. 22) traz uma breve cronologia da sua atuação e afirma que

a Holanda era pequena demais para abrigar em seu seio o coração universal desta grande e santa mulher, cheia de fé e confiança, sábia, prudente, simples, modelo de escuta e bondade. A quatro continentes e doze países foram enviadas irmãs para sequência do trabalho iniciado por Madre Madalena: 1835 – Holanda; 1852 – Alemanha; 1867 – Polônia; 1870 – Indonésia; 1872 – Brasil; 1874 – Estados Unidos; 1954 – Itália; 1959 – Tanzânia; 1979 – Líbia; 1990 – México; 1995 – Guatemala; 1996 – Timor Leste; 2001 – Filipinas.

Assim, percebe-se a franca expansão da atuação das Irmãs Franciscanas, tanto para o Brasil, em diferentes estados, como para a América Latina e demais países mencionados.

Em termos estruturais, a Congregação é composta por três Instituições: pela Casa Geral, sede da Congregação, por Províncias e por Comunidades. De acordo com o *website Lexicon Canonicum*, uma Província pode ser entendida como “el conjunto de várias casas religiosas, erigido canonicamente como provincia por la autoridad legítima. La provincia forma parte inmediata de un instituto, y posee personalidad jurídica pública”⁶⁸ (LEXICON CANONICUM, [s/d], [s/p]). Assim, dentro da Província estão inseridas Comunidades que correspondem, de forma resumida, ao conjunto de irmãs que vivem em comunhão.

Para Ferreira (2009), o termo “Comunidade” assume vários significados, mas apenas um deles tem relação com esta pesquisa. Entre os possíveis significados tem-se:

qualidade ou estado do que é comum; comunhão [...] a concordância, conformidade, identidade [...] posse, obrigação ou direito em comum [...] o corpo social, a sociedade [...] qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, tem um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica [...] qualquer conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns [...] grupo de pessoas que comungam uma mesma crença ou ideal [...] grupo de pessoas que vivem submetidas a uma mesma regra religiosa (FERREIRA, 2009, p. 513, grifo nosso).

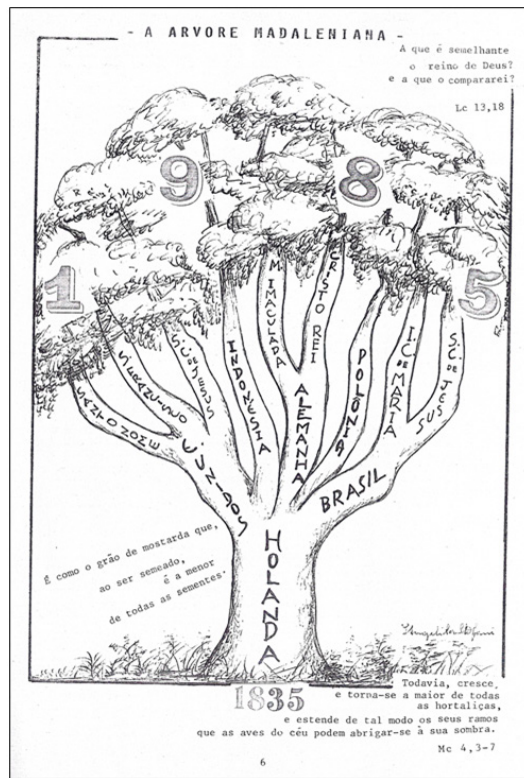
Em alguns casos, a Comunidade não chega a ser estruturada, e configura-se como uma missão. A missão pode ser entendida como um conjunto de pessoas com um encargo a cumprir, um propósito. As Províncias são regidas pelas Superiores Provinciais, identificadas como Ministras Provinciais. A liderança da Província tem uma equipe, nomeada pelo Conselho Geral da Congregação: Ministra Provincial, Assistente Provincial, Secretária Provincial, Ecônoma Provincial. Há alguns anos, na Província brasileira, outros cargos foram inseridos à equipe, como Mestra de Noviças e Mestra de Postulantes⁶⁹.

68 “O conjunto de várias casas religiosas, canonicamente erigido como província por autoridade legítima. A província é uma parte imediata de um instituto e tem personalidade jurídica pública” [tradução nossa].

69 Postulante corresponde ao termo utilizado para denominar a menina/moça que está sendo preparada para o noviciado. Em termos hierárquicos tem-se primeiramente o juvenato, em que a menina “[...] tinha uma vida regulamentar no estudo e na simplicidade procurando cultivar os valores espirituais. Esse momento servia para um delineamento da vocação” (ALMEIDA, 2012, p. 120). Após essa etapa, passava-se ao postulado, definido por Almeida (2012, p. 112) como “[...] o momento de conhecer a vocação, de provar disponibilidade, a capacidade de doar-se e progredir na maturidade humana e cristã. Conhe-

Tendo em vista uma melhor representação desta configuração, a seguir buscou-se apresentar algumas imagens que pretendem representar a expansão da Congregação ao longo dos anos, a partir das Figuras 8 e 9. Assim, para comemorar os 150 anos da obra de Madre Madalena, a publicação “Madre Madalena – Mulher de Paz: sesquicentenário de sua obra / 1835 – 1985” apresenta a imagem de uma árvore (Figura 8), em que detalha como a Congregação se expandiu, a partir da sua terra natal, tendo a identificação no tronco da árvore da origem (Holanda) e nos galhos a descrição do país com o desdobramento na(s) respectiva(s) Comunidade(s) criada(s).

Figura 8 – A árvore Madaleniana



Fonte: (CERON, 1985, p. 6).

Diante da expansão das ações da Congregação, tem-se ainda, na Figura 9, a demonstração da sua atuação em diferentes países em 2019, de acordo com o “website⁷⁰ institucional”.

cimento de si mesmo, contato com a Palavra de Deus, a vida sacramental, a experiência da oração e o amor à Igreja”.

70 Disponível em: <<https://www.franciscanway.org/about/>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

Figura 9 – Distribuição da atuação da Congregação no mundo em 2019



Fonte: (<https://www.franciscanway.org/about/>, 2019. Acesso em: 08 abr. 2019).

A distribuição da Congregação nos países assinalados na Figura 9 tem a configuração demonstrada a seguir, sendo que cada Província tem suas próprias Comunidades. Assim, registra-se, nessa imagem, o que já se havia comentado anteriormente sobre a distribuição da estrutura da Congregação, que tem a Casa Geral, em Roma, na Itália, e Províncias distribuídas em diferentes países.

- Itália: Casa Geral – Roma;
- Brasil: Província Sagrado Coração de Jesus – Porto Alegre – RS e Província Imaculado Coração de Maria – Santa Maria – RS;
- Indonésia: Província Santíssima Trindade – Semarang;
- Holanda: Comunidade Holandesa da Divina Providência de Heythuysen – Heythuysen;
- Alemanha: Província Maria Imaculada – Remagen e Província Cristo Rei – Lüdinghausen Redwood city;
- Estados Unidos: Província São Francisco – Califórnia, Província do Sagrado Coração – Denver – Colorado e Província do Santo Nome – Stella Niagara – New York e Missão em Chiapas – México;
- Polónia: Província Nossa Senhora Auxílio dos Cristãos – Brusy e Missão na Rússia Branca – Belarus;
- Tanzânia: Missão na Tanzânia com responsabilidade do generalato – Convento Santa Elizabeth – Biharamulo;
- Guatemala: Missão sob responsabilidade da Província do Sagrado Coração de Jesus, de Porto Alegre, Brasil. (DEUS CUIDA, [s/d], [s/p]).

Desse modo, demonstra-se a ampliação da atuação da Congregação, a partir do seu deslocamento para diferentes países. Considerando o tema da pesquisa e o recorte estipulado, optou-se por não trazer elementos sobre as Províncias e Comunidades que não têm relação direta com a especificidade do trabalho, motivo pelo qual buscou-se direcionar o texto a seguir para a realidade brasileira.

Assim, na próxima unidade, explana-se como a Congregação inseriu-se no Brasil, começando com a sua chegada na cidade de São Leopoldo, no estado do Rio Grande do Sul, até a implementação das primeiras Comunidades na cidade de Santa Maria.

2.2 A atuação da Congregação no Brasil

Para abordar a vinda da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, inicialmente buscou-se contextualizar a presença de outras Congregações e/ou Ordens religiosas femininas no país, até o ano de 1872, quando ocorre a chegada das Irmãs Franciscanas, a fim de entender aspectos relacionados ao seu deslocamento e desejo de instalação na região de São Leopoldo – RS.

Nesse sentido, Bittencourt (2017) destaca que a vinda de Congregações religiosas para o Brasil e demais países da América Latina tem relação com a meta da Igreja Católica de inserir o clero em diferentes setores da vida social. Nesse âmbito, destaca que

a emigração de congregações religiosas do Velho Mundo para os Trópicos consistiu em principal estratégia para garantir esse processo, pois se fazia necessário um forte contingente de homens e mulheres religiosos e bem formados. Ganhar a região para o catolicismo romano – ultramontano – era a tarefa imposta aos religiosos imigrantes (BITTENCOURT, 2017, p. 30).

Especificamente no caso do Brasil, Gumiero (2013) salienta que as primeiras Ordens religiosas femininas se instalaram em meados do século XIX.

Assim, nesse período, vieram para o Brasil as Irmãs Vicentinas, também conhecidas como Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo⁷¹ (em 1849), a Congregação do Imaculado Coração de Maria (em 1849), as Irmãs de São José de Chambéry⁷² (em 1858), as Irmãs de Santa Dorotéia de Frassinetti⁷³ (em

71 Maiores informações sobre a Congregação podem ser obtidas no endereço eletrônico: <<http://www.filhasdacaridade.com.br/educacao/publicacoes-e-projetos/dia-da-educacao-vicentina/79>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

72 Maiores informações sobre a Congregação podem ser obtidas em Zoleti ([s/d]), no endereço eletrônico: <https://www.isjbrasil.com.br/historia_brasil>. Acesso em: 7 mar. 2020.

73 Maiores informações sobre a Congregação podem ser obtidas no endereço eletrônico: <

1866) e a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e da Caridade Cristã (1872), nosso objeto de estudo. Nesse contexto, essas Congregações são pioneiras, pois, a partir destas, outras Congregações continuaram a se instalar no Brasil, mas não serão abordadas nesta pesquisa, tendo em vista que o recorte temático se concentra na Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

Pode-se afirmar que a vinda das Irmãs Franciscanas para o Brasil, no ano 1872, ocorreu por meio da solicitação do Padre Guilherme Feldhaus, jesuíta⁷⁴, que habitava a região de São Leopoldo – RS, e atendia a comunidade de imigrantes alemães⁷⁵ residentes na região (PLASSMAN, 1935). Sob o regime monárquico, no Estado brasileiro, destacavam-se as ações relacionadas ao ensino pelos jesuítas. Nesse sentido, Gumieiro (2013, p. 76) enfatiza que,

entre as congregações chegadas, uma das únicas a não ter sido solicitada por um bispo, foi a das Irmãs franciscanas da penitência e caridade cristã [sic]. Estas foram chamadas pelo superior jesuíta das missões riograndenses, que gostaria de constar com sua colaboração para o trabalho com as crianças filhas de imigrantes alemães, mesmo a ordem sendo de origem holandesa.

Sobre o contexto em que viviam os imigrantes na cidade de São Leopoldo, Rupolo (2001, p. 90) afirma que, “[...] na precariedade das condições locais, viviam desprovidos de quaisquer meios de acesso à saúde, educação, prática da religião e vida social” [...]. Desse modo, os imigrantes, inicialmente, buscaram auxílio junto aos padres jesuítas, que, sabendo das necessidades destes, solicitam o apoio da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

Conforme pesquisa realizada por Brito (2010a), a primeira solicitação foi realizada em 1868 à Superiora da Congregação, Madre Aloísia Lenders, pedindo duas irmãs para se dedicarem à educação da juventude feminina. Esse pedido foi negado, pois, segundo registros de Silva (1997, p. 20), “Madre Aloísia rejeitou a proposta de enviar somente duas, porque seria um número insuficiente para formar uma comunidade religiosa”.

Em 1870, um novo pedido foi realizado e, então, obteve-se êxito. Acredita-se que este teve forte influência das políticas de Estado da Alemanha, pois começava a imperar o “Kulturkampf⁷⁶” naquele país, que foi traduzido

<https://www.cnsdfri.com.br/congregacao/> >. Acesso em: 7 mar. 2020.

74 A atuação dos jesuítas no Brasil no período era realizada com certa precaução, tendo em vista que estava em vigor a Lei do Marquês de Pombal, ordenando a expulsão destes religiosos. A situação foi se revertendo ao longo do século XIX, sendo totalmente convertida com a Proclamação da República (RUPOLO, 2001).

75 As autoras Cools e Winpersee (1966, p. 118) afirmam que “desde 1828 viviam grupos de colonos alemães no Estado Sulino do Brasil”.

76 O termo alemão refere-se ao evento cultural na Alemanha decorrente do conflito entre

na prática por leis, decretadas pelo chanceler Otto van Bismark, que restringiam as atividades das religiosas nas escolas, sendo algumas destas fechadas. Rambo (2002) afirma que durante o “Kulturkampf”, na Alemanha, os jesuítas foram acusados de serem ‘agentes diretos a serviço de Roma’, ou seja, considerou-se que a Igreja estava atuando com um papel de ingerência sobre as ações do Estado nacional. Assim, estes foram expulsos do país. Sobre esse processo, Rupolo (2001, p. 90) explica que

as Irmãs Franciscanas tiveram cerceados seus espaços de atuação nas escolas podendo permanecer somente nos hospitais. Tornou-se difícil conviver com a paralização de tudo o que haviam construído, não apenas as propriedades, mas especialmente os laços profissionais e espirituais. Restava-lhes como alternativa buscar outras formas ou locais de trabalho.

Nesse contexto de mudanças, o noviciado⁷⁷ instalado na Alemanha teve de ser transferido para Heythuysen, na Holanda, a fim de continuar com o desenvolvimento de suas atividades (BRITO, 2010a). Dessa maneira, essa política acabou modificando a atuação das Irmãs Franciscanas e promovendo a sua expansão para outros países, onde, enfim, pudessem desenvolver suas atividades no âmbito do ensino e da saúde.

A atuação das Irmãs Franciscanas no Brasil ocorre a partir de 1872, pois

a missão no Brasil partiu da Alemanha, fruto da revolução social religiosa, o “kulturkampf”, em 1872. Respondendo a uma carta circular de Madre Aloísia Lenders, ministra geral, dezenas de voluntárias responderam “sim” ao desafio de deixar a terra natal e partir para o desconhecido. Dentre elas, seis foram escolhidas: Ir. Ana Moeller (ministra), Ir. Teresia Cremer, Ir. Maria Lichtenberg, Ir. Florencia Hemsel, Ir. Alvina Ferbes e Ir. Ludgera Hellwig (MARQUES; DALPIAN, 2008, p. 15).

Essa trajetória percorrida pelas seis irmãs selecionadas para a missão no Rio Grande do Sul foi descrita na publicação “Seara de Luz” (1971):

Após o adeus a [sic] 1º casa da Congregação na Alemanha, fundada em 1852, em Freckenhorst, e ao convento na pitoresca e encantadora Ilha de Nonnenwerth, no Reno, que, mais tarde, haveria de consagrar-se como

o Reino da Prússia, posteriormente Império Alemão sob a figura do chanceler Otto van Bismark, e a Igreja Católica com o Papa Pio IX. Fonte: Dicionário Educalingo, [s/d]. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-de/kulturkampf>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

77 O termo noviciado corresponde ao período de formação e preparação do (a) candidato (a) junto a Congregação, nesse sentido pode-se afirmar que são fases antecessoras o juvenato e o postulado. Pode ser definido como “[...] o tempo em que o Candidato começa a vida na Ordem; experimenta e conhece mais profundamente a forma de vida franciscana; continua o discernimento e o aprofundamento da própria decisão de seguir Jesus Cristo, assimilando os seus sentimentos (Fl 2,5- 11), na Igreja e no mundo de hoje, segundo o espírito de São Francisco e Santa Clara”. Fonte: <<https://www.franciscanos-rs.org.br/noviciado/>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

sede provincial, as SEIS reuniram-se na então casa do noviciado, em Capelen. Foi a 9 de fevereiro de 1872 [...] Os carros rodaram estrada a fora. Passaram por Aachen (Aix-la Chapelle ou Aquisgrana) e Paris. A meta terrestre era Marseille, onde o navio Poitou estava à espera (SEARA DE LUZ, 1971, p. 23).

Ao final de três semanas de viagem no navio ‘Poitou’⁷⁸, as irmãs chegaram ao Rio de Janeiro e, para continuarem a viagem até o Rio Grande do Sul, embarcaram em outro navio, denominado ‘Calderón’. Ao longo da viagem, vários problemas atingiram a embarcação, que teve seu leme quebrado e precisou ser rebocado de volta ao Rio de Janeiro. Conforme relatado por Flesch (1993) e Silva (1997), as irmãs recorreram em oração à São José, pedindo que as salvassem. Tendo o pedido atendido, em retribuição, o primeiro colégio fundado na cidade de São Leopoldo recebeu o nome de Colégio São José.

A travessia até o Rio Grande do Sul ocorreu em outro navio, denominado ‘Camões’, que fez a viagem até a cidade de Rio Grande. Ao chegarem ao Porto de Rio Grande, houve a baldeação para o navio ‘Dom Pedro II’, que, em 31 de março de 1872, atracou em Porto Alegre (FLESCHE, 1993).

Embora tenham preferido seguir imediatamente para São Leopoldo, as missionárias tiveram de esperar até a manhã de terça-feira, quando um vaporzinho faria seu percurso costumeiro rio dos Sinos acima, pois na época ainda não havia automóveis e a construção da estrada de ferro era apenas um projeto (FLESCHE, 1993, p. 42).

Assim, a chegada a São Leopoldo aconteceu em 2 de abril de 1872, e as aulas iniciaram no dia 5 de abril, ao qual compareceram vinte e três (23) estudantes com idade entre sete (07) e treze (13) anos (SILVA, 1997). A Figura 10 ilustra a casa que recebeu as primeiras Irmãs Franciscanas em terras brasileiras, publicada na Revista Seara de Luz, na edição em comemoração aos 100 anos de atividades da Congregação das Irmãs Franciscanas no Brasil (1872-1972). Não há informações sobre a identificação da autoria da imagem.

⁷⁸ O navio ‘Poitou’ era de propriedade da *Société Générale des Transports Maritimes à Vapeur* (SGTM), que no ano de 1867 recebeu a concessão governamental para explorar a linha de cargas e passageiros entre Marselha (cidade portuária ao sul da França, que em francês registra-se Marseille) e os portos do Brasil. Nesse contexto, foram adquiridos quatro navios vapores, de segunda mão, fabricados na Inglaterra os quais foram batizados com nomes de regiões francesas: Bourgogne, Poitou, Savoie, Picardie. Fonte: <<https://www.novomilenario.inf.br/rossini/sgtm.htm>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

Figura 10 – Ilustração da primeira residência das Irmãs Franciscanas no Brasil



Fonte: (SEARA DE LUZ, 1971, p. 26).

Em julho de 1872, as Irmãs Franciscanas receberam mais cinco (05) missionárias que auxiliaram no desenvolvimento da Congregação, sendo que, em 1874, com a chegada do terceiro grupo de missionárias, foi possível atender às solicitações de criação de novas Comunidades (BRITO, 2010a).

Após a instalação da nova Comunidade em Santa Cruz do Sul – RS, com a criação da escola e do noviciado Sagrado Coração de Jesus (1874), a tendência da Congregação foi de expansão. Entre os anos de 1876 e 1903, foram criadas outras Comunidades⁷⁹, distribuídas entre as cidades de Porto Alegre, Estrela, Pelotas, Jaguarão, Rio Grande e Santa Maria, todas no estado do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, no que diz respeito à metodologia de ensino adotada nas escolas das Irmãs Franciscanas, Rupolo (1998, p. 21) declara que

Inicialmente, as escolas franciscanas tinham um sistema tradicional, com o rigor disciplinar, o regime de internato que, além das disciplinas curriculares, pelo ensino de tempo integral, oferecia estudos complementares de teatro, música, canto, pintura. A maioria das escolas oferecia os cursos primário e ginásial e, nas localidades com maior número de habitantes, como Bagé ou Cruz Alta, havia a formação de professoras primárias.

Diante da crescente expansão da Congregação, o ano de 1903 destaca-se pela constituição civil da Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis (SCALIFRA). Flesch (1993) menciona que os antecedentes da criação da SCALIFRA partem de uma conversa das Irmãs com o Bispo Dom Cláudio José

⁷⁹ Sobre as Instituições criadas entre 1872 e 1947, consultar o apêndice 'A' da Dissertação de Mestrado intitulada "Histórias e memórias institucionais a partir do acervo fotográfico do Centro Universitário Franciscano (1955-1980), que contém dados referentes ao nome da instituição, cidade, nome da Superiora da primeira Comunidade, com a respectiva data de início (BRITO, 2010a, p. 129).

Gonçalves Ponce de Leão⁸⁰, o qual as autorizou, por meio da Portaria s/n, de 6 de maio de 1902, a encaminharem o assunto. Assim, essa Portaria, autoriza as Irmãs Franciscanas a utilizarem a Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893⁸¹, a qual dispõe entre outras questões sobre a possibilidade de as instituições religiosas poderem firmar personalidade jurídica.

O primeiro Estatuto da SCALIFRA foi publicado em 16 de maio de 1903, na página 3, sob a edição n. 113, no jornal “A Federação”, com o título “Declarações para efeitos da Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893”⁸². Sua primeira diretora foi Sophia Hellwig, tendo como membros do Conselho Administrativo: Anna Moeller, Carolina Hack, Catharina Scheid e Isabel Crenner.

Constituída, a mantenedora foi dividida em: SCALIFRA Zona Central (SCALIFRA-ZC), localizada em São Leopoldo, e SCALIFRA Zona Norte (SCALIFRA-ZN), localizada em Santa Maria, ambas no estado do Rio Grande do Sul. A data de constituição da SCALIFRA-ZN⁸³, registrada em seu Estatuto é 31 de dezembro de 1951.

Tendo sido criada com a função de gerir os imóveis e as propriedades da missão brasileira que, até o momento, ficavam registrados em nome de uma das irmãs, a SCALIFRA (ZN e ZC) constituiu-se, inicialmente, na mantenedora de todas as Comunidades das Irmãs Franciscanas no Brasil. Assim, segundo Rupolo (2006, p. 15-16),

a organização da SCALIFRA-ZN caracteriza-se por permanente dinamicidade. Abrigou, inicialmente, a administração das instituições de educação, de saúde hospitalar e de assistência social da Província do Imaculado Coração de Maria. A partir de 1999, os hospitais e atividades de assistência em saúde ficaram sob responsabilidade da Sociedade Franciscana de Assistência à Saúde – SEFAS, cujas finalidades específicas são de atenção à saúde. A União Franciscana de Cultura e Caridade Cristã, desde o

80 O Bispo Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão foi responsável pela Diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, desde 1890, quando da sua nomeação pelo Papa Leão XIII. Em 15 de agosto de 1910 a Diocese foi elevada para Arquidiocese de Porto Alegre, criando-se assim mais três Dioceses no RS (Santa Maria, Pelotas e Uruguaiana), tornando Dom Claudio o primeiro Arcebispo Metropolitano. Fonte: Arquidiocese de Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.arquidiocesepoa.org.br/bispos-e-arcebispos>>. Acesso em: 30 set. 2020.

81 A Lei n. 173/1893 está disponível no Portal da Câmara dos Deputados em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-173-10-setembro-1893-540973-publicacaooriginal-42519-pl.html>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

82 O arquivo digital desse material pode ser acessado na Biblioteca Nacional uma vez que o Jornal A Federação deste ano encontra-se digitalizado e disponível para consulta. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

83 Fonte: SCALIFRA-ZN. SOCIEDADE CARITATIVA E LITERÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ZONA NORTE. **Histórico**. Disponível em: <<https://www.scalifra.org.br/index.php?p=inst>>. Acesso em: 30 out. 2018.

ano 2000, atende à pastoral e aos serviços de evangelização. Atualmente a SCALIFRA-ZN ocupa-se somente das instituições educacionais para melhor atender a suas finalidades na educação básica e superior, tendo em vista primar pelos padrões de qualidade educacional. Essa organização favorece o aperfeiçoamento da gestão e torna mais ágil a administração.

Percebe-se, portanto, que a organização dessa Instituição jurídica, enquanto mantenedora das Comunidades criadas no Brasil, é um ponto de destaque nas ações da Congregação. A divisão da SCALIFRA em ZN e ZC, na década de 1950, traz questões que precisam ser colocadas em discussão. Inicialmente, quais os motivos da escolha das cidades de São Leopoldo e Santa Maria, ambas no RS, como sedes da SCALIFRA?

Acredita-se que a presença de diferentes Comunidades das Irmãs Franciscanas no município de Santa Maria e, principalmente, a força da sua atuação no campo da saúde e no ensino primário, sejam as primeiras motivações para a tomada dessa decisão. Nesse contexto, acredita-se que uma motivação para a escolha da cidade de Santa Maria enquanto uma das sedes da SCALIFRA, a fim de gerenciar as Comunidades da região, não é um simples acaso. É fruto de um trabalho pioneiro das primeiras Irmãs Franciscanas que ali se instalaram desde os anos de 1903, onde iniciaram o desenvolvimento de atividades no campo da saúde com a atuação no Hospital de Caridade, para, em 1905, fundarem seu primeiro espaço escolar, o Colégio Sant'Anna.

Assim, destaca-se a atuação de Santa Maria na gestão das Instituições mantidas pela SCALIFRA-ZN, abrangendo outras cidades do RS, a partir da caracterização desse município como sede da entidade mantenedora. Essa ação demonstra as potencialidades da região no desenvolvimento e na gestão de atividades de ensino, bem como traz um registro de sua contribuição para com a Congregação.

Entende-se que as ações realizadas pela Congregação no que se refere à constituição de uma entidade civil e, posteriormente, o seu desmembramento são indícios de uma atuação que tem características empreendedoras, na medida em que, nesse caso em específico, utilizaram recursos humanos para sua gestão e seu desenvolvimento. Nesse momento, não estão presentes os demais elementos empreendedores postulados por Dornelas (2007), referentes à inovação e à aceitação de riscos, entretanto essa ausência não exclui ou invalida a percepção de um desses elementos relacionados ao perfil empreendedor.

Sobre a estrutura da SCALIFRA e a criação de novas unidades para atender às necessidades específicas da Congregação, registra-se que a SCALIFRA ficou responsável, especificamente, pelas questões relacionadas ao ensino. As demais unidades criadas, denominadas União Franciscana de Cultura e Caridade Cristã (UFCC) e a Associação Franciscana de Assistência à Saúde (SEFAS) serão mencionadas a seguir, uma vez que fazem parte da Congregação

e assumiram a gestão de áreas importantes.

Em 1993, iniciaram-se as discussões para criação da associação religiosa, a União Franciscana de Cultura e Caridade Cristã, responsável por atender as irmãs associadas em relação a saúde, formação e amparo à velhice. Assim, em 12 de março de 1994, foi aprovado o Estatuto da nova entidade que, inicialmente, foi denominada de “Associação Franciscana Madalena Daemen (AFMD)”. Em assembleia realizada no ano 2000, a nomenclatura foi alterada para União Franciscana de Cultura e Caridade Cristã.

Já em 1999, iniciaram-se os estudos para constituição da Associação Franciscana de Assistência à Saúde, responsável por atender às questões relacionadas à área da saúde, por desmembramento da SCALIFRA-ZN. Em assembleia realizada em 27 de fevereiro de 1999, foi criada a SEFAS, a qual incorporou, inicialmente, os seguintes estabelecimentos: Hospital São Francisco de Assis (em São José do Inhacorá – RS), Hospital de Caridade São Paulo (em São Paulo das Missões – RS), com suas respectivas farmácias, Convento São Francisco de Assis (em Santa Maria – RS), com a Multiclínica São Francisco e serviços de psicologia, parapsicologia e fisioterapia (MARQUES; DALPIAN, 2008).

Na condução das atividades de ensino, os membros das Comunidades que integram a SCALIFRA-ZN têm princípios, missão, valores e uma visão a seguir, os quais estão descritos no *website*⁸⁴ da Instituição. Nesse sentido, os princípios que se apresentam a seguir foram atualizados ao longo dos anos e, atualmente, são descritos como: “promover uma cultura de paz; busca da verdade; justiça; conduta ética; cultura de solidariedade; desenvolvimento sustentável e visão de integralidade” (SCALIFRA-ZN, [s/d], [s/p]). Desde o ano de 2009, esses princípios estão presentes nos documentos de planejamento da SCALIFRA-ZN. Os valores são pautados nos princípios já mencionados anteriormente.

Já a missão compreende um conjunto de ações, que visam “desenvolver qualificados serviços educacionais segundo os valores franciscanos, num ambiente fraterno e inovador, contribuindo para formar cidadãos capazes de promover a vida e de responder aos desafios de uma sociedade em transformação” (SCALIFRA-ZN, [s/d], [s/p]). Por fim, a visão consiste em “tornar-se uma rede de escolas reconhecida pela competência educacional em expansão local e nacional segundo os princípios franciscanos” (SCALIFRA-ZN, [s/d], [s/p]).

Entende-se que os elementos descritos aqui buscam delimitar o propósito das Instituições educacionais (de ensino básico e superior) que integram a SCALIFRA-ZN, as quais pautam-se na filosofia franciscana e refletem, portanto, o modo de ser e a forma de condução das atividades desenvolvidas por essas Instituições.

84 Informações disponíveis em: <<http://www.scalifra.org.br/?p=inst>>. Acesso em: 30 out. 2018.

Nesse sentido, Rupolo (2000) menciona que decorre da filosofia franciscana a possibilidade de estabelecer uma forma franciscana de educar, uma pedagogia franciscana. Diante do exposto, considera três (03) elementos como essenciais dentro dessa perspectiva: ‘o educar para a fraternidade’, em que as relações entre os indivíduos devem ser de respeito e acolhida; ‘o conhecimento que tem sentido para a vida’, em que o conhecimento rejeita o formalismo, um modelo preestabelecido. Assim, “[...] na maneira franciscana de entender, o conhecimento é criativo e inovador” (RUPOLO, 2000, p. 28); e a ‘educação para os valores’ busca incentivar o desenvolvimento do ser humano comprometido com a justiça e os valores de paz e esperança.

Ainda referente à atuação da Congregação no Brasil, a missão brasileira teve como primeiras Superiores: Madre Ludgera Hellveg, de 1892 a 1904; Madre Ana Moeller, de 1904 e 1914; Madre Laeta Feuser de 1914 a 1928. Quando a missão foi elevada à categoria de Província, Madre Laeta Feuser foi a primeira Superiora da Província, de 1928 a 1941. Depois, quem assumiu a Província foi Madre Selima Rodrigues da Fonseca, de 1941 a 1952, e acompanhou um fato importante: o desmembramento da Província brasileira em 1951 (SEARA DE LUZ, 1971; FLESCHE, 1993).

Assim, as Figuras 11, 12, 13 e 14 trazem o registro visual dessas quatro mulheres que assumiram os desafios de gerir as Comunidades brasileiras para o cumprimento da sua missão espiritual e, além disso, promover a expansão das ações da Congregação no Brasil. Esses registros foram publicados na Revista Seara de Luz, em 1971, com cromia em preto e branco, sem identificação de autoria ou data de produção de cada imagem.

Figura 11 – Superiora da Congregação no Brasil (1892-1914): Madre Ludgera Hellveg



Fonte: (Revista Seara de Luz, 1971, p. 32).

Figura 12 – Superiora da Congregação no Brasil (1892-1914): Madre Ana Moeller



Fonte: (Revista Seara de Luz, 1971, p. 32).

Figura 13 – Superiora da Congregação no Brasil (1914-1952): Madre Laeta Feuser



Fonte: (Revista Seara de Luz, 1971, p. 32).

Figura 14 – Superiora da Congregação no Brasil (1914-1952): Madre Selima Rodrigues da Fonseca



Fonte: (Revista Seara de Luz, 1971, p. 32).

A próxima imagem apresentada, a Figura 15, traz o registro de algumas das Irmãs Franciscanas presentes no RS, no ano de 1913. É uma imagem posada, em que se percebe a formalidade do hábito religioso dessas representantes da Congregação no Brasil, com cromia em preto e branco, sem identificação de autoria, publicada por Flesch (1993).

Assim, a referida imagem apresenta, da esquerda para a direita, na 1º fila: M. Albina Weiss, M. Laeta Feuser, M. Ludmila Birckmann, M. Ana Moeller e M. Hedwig Hack; na 2º fila: M. Rafaela Körner, M. Ildefonsa Dautzenberg, M. Inocência Kipper, M. Carolina Hansel, M. Hiacinta Tiedig, M. Justina Huber; na 3º fila: M. Zeno Wallbröhl, M. Hildegardis Aman, M. Filipina Gasse, M. Raingardis Frie, M. Laurina Focht, M. Valentina Keulbeck; na 4º fila: M. Henriette Cremer, M. Albana Raestrup, M. Columbina Dröge, M. Veneranda Klüwer; na 5º fila: M. Guerina Schneider, M. Beda Rauterkus, M. Micaela Heinen (FLESCH, 1993).

Figura 15 – A Superiora Geral Madre Ludmila Birckmann entre as missionárias líderes da Missão Brasileira em 1913



Fonte: (FLESCH, 1993, p. 119).

Buscando desenvolver uma contextualização do crescimento da atuação da Congregação, Marques e Dalpian (2008) relatam que com a expansão da missão brasileira das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã foi elevada à categoria de Província no ano de 1928, com a denominação de Província do Sagrado Coração de Jesus.

Nos anos 1950, a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã contava com quarenta e uma (41) comunidades e novecentos

e cinquenta e uma (951) irmãs junto à Província do Sagrado Coração de Jesus, tornando difícil a administração provincial. Nesse contexto, Rigo, Thomas e Klein (2018, p. 17) apontam elementos que favoreceram a criação de duas Províncias no Brasil: “as dificuldades encontradas na administração provincial, somadas às grandes distâncias de localização das comunidades religiosas geram a necessidade de criação de uma nova província”.

A primeira iniciativa a respeito da constituição das duas Províncias, segundo Flesch (1993), decorre do Capítulo Geral de 1947, em que o assunto foi inicialmente discutido pelas Irmãs Franciscanas junto ao Conselho Provincial.

Tomada a decisão acerca do desmembramento da Província do Sagrado Coração de Jesus, foi encaminhado o pedido ao Conselho Geral, o qual, após deferir, o encaminhou à Santa Sé, em Roma. Em 4 de outubro de 1948, ocorreu o deferimento da Santa Sé acerca do pedido de desmembramento e constituição de uma nova Província no Rio Grande do Sul (MARQUES; DALPIAN, 2008).

Assim, tendo em vista a expansão das ações desenvolvidas pelas Irmãs Franciscanas, em 25 de março de 1951, ocorreu o desmembramento e a criação da Província “Sagrado Coração de Jesus”, com sede na cidade de Porto Alegre – RS, e a do “Imaculado Coração de Maria”, com sede na cidade de Santa Maria – RS. As Irmãs Anelise Weber e Anadina Sousa elaboraram uma retrospectiva sobre essa ação, e trazem um resgate quantitativo com o número de integrantes de cada Província, em 1951:

Após 25 de março de 1951, nossa Província se apresenta com novo visual: 513 Irmãs de profissão Perpétua, 44 Junioristas, 13 Noviças do ano canônico e 23 Noviças no 2º ano, 17 Postulantes, 149 Juvenistas. Havia 22 Comunidades, 21 na Arquidiocese de Porto Alegre e uma na Prelazia de Vacaria.

Nossa Província Irmã com o nome de Imaculado Coração de Maria, com sede em Santa Maria, Madre Antoninha Werlang – Ministra Provincial – Ficou com 291 Irmãs, 13 Noviças do ano canônico, 11 Noviças do 2º ano, 13 Postulantes, compreendendo as Dioceses de Uruguaiana, Santa Maria e Pelotas (WEBER; SOUSA, 2015, p. 42).

Complementam as informações de Weber e Sousa (2015) os dados apresentados pela Irmã Cecília Ivone Rigo, os quais demonstram que a Província do Imaculado Coração de Maria “[...] iniciou sua trajetória sagrada com 18 comunidades e 313 Irmãs, dia 10 de maio chegaram 24 noviças e foram admitidas – 13 postulantes. [...]” (RIGO, 2015, p. 52). Aqui, percebe-se uma diferença no número de irmãs que se instalaram na Província do Imaculado Coração de Maria, um aumento de 22 irmãs de acordo com os dados apresentado por Weber e Souza (2015).

Acerca da constituição da sede na cidade de Santa Maria, Marques e Dalpian (2008) tecem algumas considerações, pois

[...] a sede escolhida da nova província foi a cidade de Santa Maria, precisamente o Colégio Sant'Anna. Por que Santa Maria? Porque era uma cidade estratégica, situada no centro do Estado, com melhores possibilidades de comunicação, principalmente por via férrea. O Colégio Sant'Anna foi escolhido por apresentar, naquele momento, as melhores condições de espaço físico e de história para abrigar a sede da nova província. [...] Logo foram tomadas as medidas administrativas do desmembramento de 19 comunidades da Província do Sagrado Coração de Jesus para a nova província, por critério de localização geográfica, ou seja, as casas instaladas nas dioceses de Santa Maria, Pelotas e Uruguaiana (MARQUES; DALPIAN, 2008, p. 19).

Entretanto, ao considerar as justificativas apresentadas por Marques e Dalpian (2008) acerca da escolha da cidade de Santa Maria para sede da nova Província da Congregação, entende-se que esses elementos não são os únicos que devem ser considerados nesse processo.

Para além das características geográficas da cidade, acredita-se que um ponto que favoreceu essa escolha foi a quantidade de Comunidades das Irmãs Franciscanas já criadas em Santa Maria, que forneceram uma rede de conhecimento e apoio ao longo de quarenta e oito anos de atuação no município, quando da criação da Província do Imaculado Coração de Maria em 1951.

A experiência dessas Comunidades é um ponto de destaque significativo, considerando que a Congregação das Irmãs Franciscanas foi a primeira Congregação feminina a se instalar na cidade atuando nos campos da saúde e educação, e, no ano de 1951, contava com quatro (04) Comunidades. Esse número representa um quantitativo maior de Comunidades do que as presentes nas demais cidades do RS, à exceção de Porto Alegre, que tinha doze (12) Comunidades e ficou como sede da Província do Sagrado Coração de Jesus.

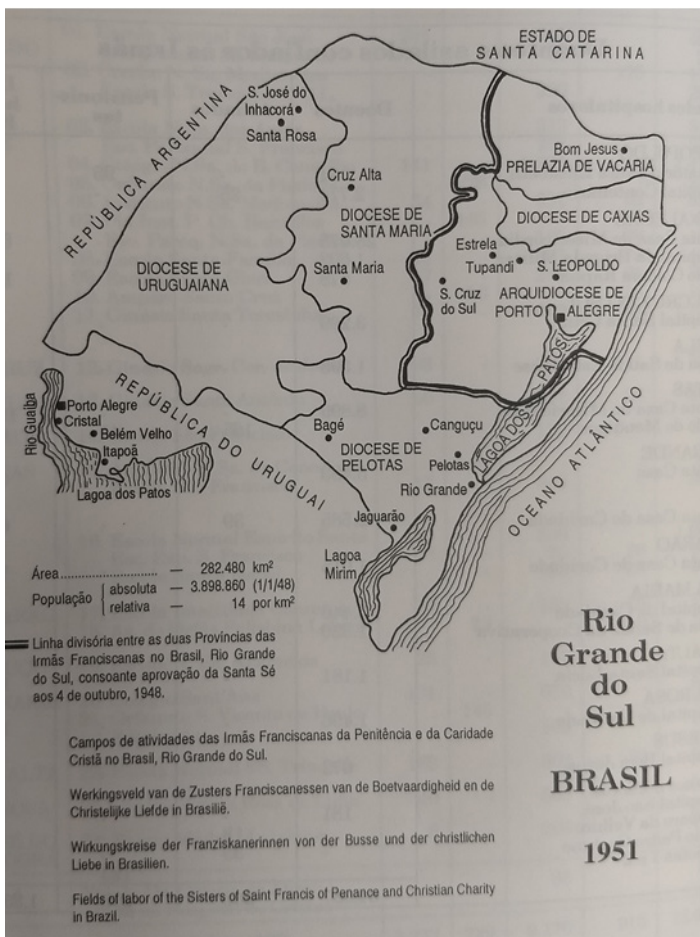
Além disso, a trajetória das Comunidades de Santa Maria permite inferir que a criação da Província do Imaculado Coração de Maria também seria resultado de um planejamento com vistas à inserção da Congregação no âmbito do ensino superior, pois havia, na década de 1950, um contexto de discussões relacionadas à criação de Faculdades para atendimento das demandas da comunidade, impulsionadas por lideranças locais, e que tinham uma grande expectativa relacionada à criação de outras Instituições de Ensino Superior, além da Faculdade de Farmácia, instalada em 1931. Nessa conjuntura, entre os anos de 1953 e 1955, foram constituídas quatro (04) novas Instituições de ensino superior na cidade: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (1953); Faculdade de Medicina (1954); Faculdade de Ciências e Letras Imaculada Conceição (1955); Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (1955), as duas últimas sob gerência das Irmãs Franciscanas.

Diante do exposto, entende-se que a vinculação da nova Província à cidade de Santa Maria foi um fator estratégico no desenvolvimento da Congregação das Irmãs Franciscanas, principalmente no que diz respeito à gestão das atividades das

Instituições de ensino presentes no Município, possibilitando um acompanhamento mais eficiente das necessidades e aspirações das respectivas Comunidades. Quando da divisão das Províncias, a Superiora Provincial designada para Santa Maria foi Antoninha Werlang⁸⁵, que ocupou o cargo de 1951 a 1963 e esteve presente nas transformações promovidas pela Congregação para atuar na educação superior.

A Figura 16 ilustra a divisão das Províncias Imaculado Coração de Maria e Sagrado Coração de Jesus no estado do RS, publicado por Flesch (1993), com destaque para a linha divisória entre as províncias. É uma imagem bem expressiva da atuação da Congregação no Brasil, em específico no RS, a ponto de ser necessária a divisão em duas Províncias.

Figura 16 – Divisão das Províncias Imaculado Coração de Maria e Sagrado Coração de Jesus



Fonte: (FLESCH, 1993, p. 214).

85 Antoninha Werlang, cujo nome de batismo era Amália Francisca Werlang, nasceu em 2 de abril de 1909, na cidade de Santa Cruz do Sul – RS.

Com a finalidade de melhor entender a distribuição das Comunidades das Irmãs Franciscanas de cada uma das Províncias criadas em 1951, foram estruturados os Quadros 3 e 4. Dessa forma, no Quadro 3, apresenta-se um detalhamento das Instituições da respectiva Província.

Quadro 3 – Instituições da Província Sagrado Coração de Jesus em 1951

| ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE | |
|-------------------------------------|---|
| Cidade/ Estado | Instituição/ Comunidade |
| São Leopoldo – RS | Escola Normal São José, Sanatório Santa Elisabeth, Hospital Centenário, Creche Nossa Senhora Medianeira |
| Porto Alegre – RS | Escola Nossa Senhora dos Anjos, Orfanato Nossa Senhora a Piedade, Santa Casa de Misericórdia, Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho, Hospital da Brigada Militar, Instituto Nossa Senhora Medianeira, Pia Instituição Pedro Chaves Barcellos, Escola Santa Família, Escola Santa Clara, Hospital Colônia Itapuã, Amparo Santa Cruz, Ginásio Santa Teresinha |
| Santa Cruz do Sul – RS | Ginásio Sagrado Coração de Jesus, Hospital Santa Cruz |
| Estrela – RS | Escola Santo Antonio, Casa de Saúde Estrelense |
| Tupandi – RS | Escola São Francisco |
| PRELAZIA DE VACARIA | |
| Cidade/ Estado | Instituição/ Comunidade |
| Bom Jesus – RS | Hospital Bom Jesus |

Fonte: Luciana Souza de Brito (2020), com base em Flesch (1993).

Assim sendo, a Província do Sagrado Coração de Jesus possuía ao todo vinte e duas (22) Comunidades no ano de 1951, distribuídas entre a Arquidiocese⁸⁶ de Porto Alegre e a Prelazia⁸⁷, de Vacaria.

Em paralelo, as Instituições da Província do Imaculado Coração de Maria, em 1951, computavam o total de dezoito (18) Comunidades, e estavam identificadas conforme descrito no Quadro 4, distribuídas entre três dioceses: Santa Maria, Uruguaiana e Pelotas.

⁸⁶ A Arquidiocese corresponde a uma diocese que exerce jurisdição sobre outras e que se encontra sob responsabilidade de um arcebispo.

⁸⁷ Corresponde a uma diocese, uma região administrativa que se encontra sob a responsabilidade de um bispo.

Quadro 4 – Instituições da Província do Imaculado Coração de Maria em 1951

| DIOCESE DE SANTA MARIA | |
|-------------------------------|---|
| Cidade/Estado | Instituição/Comunidade |
| Santa Maria – RS | Colégio Sant’Anna, Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, Orfanato São Vicente de Paulo, Casa de Saúde da Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul |
| Cruz Alta – RS | Escola Normal Santíssima Trindade, Hospital Santa Lúcia |
| DIOCESE DE URUGUAIANA | |
| Cidade/Estado | Instituição/Comunidade |
| Santa Rosa – RS | Ginásio Santa Rosa de Lima, Hospital de Caridade |
| São José do Inhacorá – RS | Escola Madre Madalena |
| DIOCESE DE PELOTAS | |
| Cidade/Estado | Instituição/Comunidade |
| Pelotas – RS | Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição, Santa Casa de Misericórdia, Asilo de Mendigos |
| Rio Grande – RS | Santa Casa |
| Bagé – RS | Escola Normal Espírito Santo, Santa Casa de Caridade |
| Jaguarão – RS | Santa Casa de Caridade, Escola Imaculada Conceição, Asilo de Órfãs Felisbina Leivas |
| Canguçu – RS | Escola Nossa Senhora Aparecida |

Fonte: Luciana Souza de Brito (2020), com base em Flesch (1993).

A partir dessa primeira constituição, ao longo dos anos, várias outras Comunidades pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã foram sendo criadas, tendo o apoio das respectivas Províncias. Barin (2006) apresenta um breve relato sobre as escolas mantidas em nível básico e superior nos anos 2000, além de Instituições de residência, da Província do Imaculado Coração de Maria, as quais estão detalhadas a seguir, no Quadro 5.

Quadro 5 – Instituições da Província do Imaculado Coração de Maria em 2000

| ESCOLAS DE NÍVEL BÁSICO | |
|---------------------------------|--|
| Cidade/Estado | Instituição/Comunidade |
| Pelotas – RS | Escola de Ensino Fundamental São Francisco de Assis |
| Santa Maria – RS | Colégio Franciscano Sant'Anna |
| Bagé – RS | Colégio Franciscano Espírito Santo |
| Santa Maria – RS | Escola Franciscana São Vicente de Paulo |
| Cruz Alta – RS | Colégio Franciscano Santíssima Trindade |
| Canguçu – RS | Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida |
| Santa Rosa – RS | Colégio Franciscano Santa Rosa de Lima |
| Dourados – MS | Escola Franciscana Imaculada Conceição |
| Brasília – DF | Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima |
| Guaíra – PR | Colégio Franciscano Nossa Senhora do Carmo |
| Brasília – DF | Instituto Superior de Educação Franciscano Nossa Senhora de Fátima |
| ESCOLA DE NÍVEL SUPERIOR | |
| Cidade/Estado | Instituição/Comunidade |
| Santa Maria – RS | Centro Universitário Franciscano, atual Universidade Franciscana |
| RESIDÊNCIA | |
| Cidade/Estado | Instituição/Comunidade |
| Santa Maria – RS | Convento São Francisco de Assis |
| Laranjal – RS | Residência Franciscana |

Fonte: Luciana Souza de Brito (2020), com base em Flesch (1993).

Ao comparar as Comunidades presentes no ano 2000 com as listadas em 1951 (quando da criação das duas Províncias), percebe-se que, além do aumento em termos quantitativos, a Província do Imaculado Coração de Maria, com sede em Santa Maria, também ficou responsável pela gestão e pelo acompanhamento de Comunidades em outros estados brasileiros e unidades da federação (Mato Grosso do Sul, Paraná e Distrito Federal), ampliando sua atuação. Esse fato permite inferir que a Congregação vem, gradativamente, demonstrando elementos de um perfil empreendedor, que inova e assume riscos na implementação e gerência de novas Comunidades no Brasil.

Barin (2006) destaca ainda algumas Instituições de nível básico que tiveram suas atividades encerradas, como o Colégio Nossa Senhora da Conceição, em Jaguarão – RS (1901-1976)⁸⁸; Escola Madre Madalena, em São José do

⁸⁸ A Escola Imaculada Conceição tem em sua trajetória duas extinções. Criada em 1901, teve o primeiro encerramento de suas atividades em 1920, tendo em vista as dificuldades enfrentadas na época para manutenção das suas atividades, com a venda do prédio da Escola para o estado. Porém a comunidade local, sentindo a falta da educação franciscana, iniciou, em 1924, um movimento para retomar as atividades na escola das Irmãs

Inhacorá – RS (1950-1969)⁸⁹ e Escola de 1º e 2º graus Santa Clara, em São Paulo das Missões – RS (1960-1992)⁹⁰.

No Brasil, em 2018, a Congregação, por meio da SCALIFRA-ZN, junto à Província do Imaculado Coração de Maria, tem atuação nas seguintes Instituições de educação básica: Escola de Ensino Fundamental São Francisco de Assis – Pelotas – RS; Colégio Franciscano Sant’Anna – Santa Maria – RS; Colégio Franciscano Espírito Santo – Bagé – RS; Colégio Franciscano Santíssima Trindade – Cruz Alta – RS; Colégio Franciscano Nossa Senhora Aparecida – Canguçu – RS; Escola Franciscana Imaculada Conceição – Dourados – MS; Escola Franciscana Nossa Senhora de Fátima – Brasília – DF; Colégio Franciscano Nossa Senhora do Carmo – Guaira – PR. E, no ensino superior, a Universidade Franciscana – Santa Maria – RS.

Diante dessa síntese histórica sobre a constituição das Províncias e a atuação das Irmãs Franciscanas no Brasil, apresenta-se a seguir, de uma forma mais aprofundada a inserção da Congregação na cidade de Santa Maria – RS.

2.3 A Congregação em Santa Maria entre 1953 e 2018: memórias de sua atuação no ensino superior

As origens da atuação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria remontam a sua inserção no campo da saúde, junto ao Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, no ano de 1903. Nesse contexto, no dia 2 de setembro, às 17h, desembarcaram na cidade de Santa Maria: Irmã Justina Hubner, Superiora da Comunidade, bem como as Irmãs Agatha Cheno, Frederica Ost e Vitalis Fröhlich,

Franciscanas, e se dispuseram a auxiliar a escola, colocando uma casa à disposição das irmãs para ser a sede da escola, sem aluguel, pelo período de 10 anos. Nesse sentido, em 1925, a escola foi reaberta. Na década de 1970, a escola contava com os cursos normal, ginásial, primário e o jardim de infância, mas não estava conseguindo se manter com recursos próprios, e, em 1974, deu-se início o encerramento de suas atividades. A Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul aprovou o encerramento das atividades da escola em 27/01/1977, por meio da Portaria n. 01257 (MARQUES; DALPIAN, 2008).

89 A Escola Madre Madalena, de São José do Inhacorá, pertencente ao município de Santa Rosa, no RS, teve suas atividades encerradas tendo em vista dificuldades financeiras, o que culminou com a sua transferência para o estado, no ano de 1969, quando o Governador do estado, Walter Perachi Barcelos criou a Escola Rural de São José do Inhacorá por meio do Decreto n. 19.658 de 16/05/1969 (MARQUES; DALPIAN, 2008).

90 Sobre o processo de encerramento de atividades da Escola de 1º e 2º Graus Santa Clara, Marques e Dalpian (2008, p. 217) relatam que: “[...] o governo federal, eximindo-se de suas responsabilidades, deixou a escola particular à deriva, cabendo à mesma negociar com os pais as mensalidades escolares. As ideologias de esquerda aproveitaram o momento de instabilidade para desestabilizar o ensino particular, o que afetou as instituições menores e localidades mais do interior. A partir de 1989, a escola foi fechando aos poucos. Em março de 1991, a SCALIFRA-ZN encaminhou o pedido para cessação do funcionamento das atividades. Em julho de 1992, formava-se a última turma do curso de magistério. Em 24/10/1991, pela Portaria 01181, o CEE declarou cessadas as atividades escolares do Colégio Santa Clara – Escola de 1º e 2º graus”.

acompanhadas da Superiora Provincial, Madre Ludgera Hellwig⁹¹, a pedido do Dr. Astrogildo de Azevedo⁹². A inauguração do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo ocorreu no dia 7 de setembro de 1903. Na ocasião, pela manhã, foi celebrada uma missa campal pelo Padre Caetano Pagliuca; à tarde, foi realizada uma procissão com a presença de autoridades estaduais e municipais com a finalidade de angariar recursos para a nova Instituição e, durante todo o dia, as portas do Hospital permaneceram abertas para visita pública da comunidade santa-mariense (PROVÍNCIA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1972).

Na comemoração do jubileu de prata da criação do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, um livro foi produzido contendo alguns documentos relacionados a essa trajetória, sendo relatado como foi o primeiro contato com as Irmãs Franciscanas. Assim, tem-se o seguinte registro:

Ninguém [sic] como as irmãs conseguiria imprimir, à direção [sic] interna da casa o cunho de ordem, economia e moralidade, indispensáveis à prosperidade de uma instituição deste gênero [sic].

Por isso, com necessária antecedência [sic], procurei entabolar negociações com a Superiora da Congregação de S. Francisco, n'este [sic] Estado, Reverendíssima Madre Ludgera, afim de que o Hospital gozasse desde seu início a benéfica influencia d'aquellas [sic] religiosas. Alcancei o que desejava e a 21 de setembro de 1903 assignouse [sic] um contracto [sic] [...] (HOSPITAL DE CARIDADE ASTROGILDO DE AZEVEDO, 1928, p. 11).

As Figuras 17 e 18 trazem o registro de uma personagem que fez parte desse momento no ano de 1903, sessenta anos depois. Nesse sentido, assinalou-se nas imagens com uma seta a presença da Irmã Agatha Geno, que foi uma das primeiras Irmãs Franciscanas a chegar em Santa Maria. Ambas as imagens foram produzidas no dia 7 de setembro de 1963, durante as comemorações do 60º aniversário da inauguração do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, e fazem parte do acervo iconográfico do Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas.

A Figura 17 foi produzida originalmente em preto e branco, embora apresente no momento uma leve coloração sépia, e consiste em um positivo em papel sem identificação de autoria. O acesso para pesquisa se deu junto à cópia digital, com dimensão de 3841 x 2412 *pixels*, produzida em 07/05/2018, com tamanho de 6,30 MB.

A Figura 18 também corresponde a uma imagem que foi produzida em preto e branco, referente a um positivo em papel, sem identificação de autoria. O

91 Informações sobre os primeiros anos da Comunidade instalada no Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo podem ser consultadas nas “Crônicas da do Hospital de Caridade, Livro I, 1905 a 1967”.

92 Astrogildo César de Azevedo, nasceu em 30 de janeiro de 1867, médico, residente em Santa Maria, esteve à frente da campanha para criação de um Hospital na cidade para atendimento aos doentes.

acesso para pesquisa se deu junto à cópia digital, com dimensão de 3846 x 2394 pixels, produzida em 07/05/2018, com tamanho de 6,90 MB. Traz um flagrante do público presente na atividade.

Figura 17 – Comemoração do 60º aniversário da inauguração do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo – Irmã Agatha Geno em destaque



Fonte: (Acervo iconográfico do Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas, 07/09/1963).

Figura 18 – Comemoração do 60º aniversário da inauguração do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo – presença de Irmã Agatha Geno



Fonte: (Acervo iconográfico do Museu Histórico e Cultural das Irmãs Franciscanas, 07/09/1963)

Após a inserção das Irmãs Franciscanas no Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo em 1903, apenas dois (02) anos mais tarde, uma nova solicitação foi encaminhada à Congregação. A partir de uma solicitação do Padre Caetano Pagliuca às Irmãs Franciscanas, estas passaram a desenvolver atividades também no âmbito da Educação e, dessa forma, foi criada uma nova Comunidade, para atendimento ao Colégio Sant'Anna, em 1905.

As irmãs que fundaram a Comunidade do Colégio Sant'Anna foram: Madre Maria Cláudia Kiper, Irmã Cornélia Miller, Irmã Bernadete Vogel, Irmã

Engelbertha Leidenfuhs (PROVÍNCIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1972). Nesse contexto, Marchetti (1980, p. 15) explica que

foi a partir dos esforços do incansável Padre Caetano Pagliuca que foi possível, em 1905, a vinda das irmãs franciscanas [sic] da Penitência e Caridade Cristã, com o objetivo de aqui fundar mais um estabelecimento de ensino, agora atendendo as necessidades de instrução, principalmente por um colégio católico que lhes iluminasse a alma para a sabedoria e o coração para o amor a Deus.

Assim, a vinda das Irmãs Franciscanas para Santa Maria foi descrita por Biasoli (2010) como parte do projeto da Igreja Católica para retomar a hegemonia do catolicismo na cidade, tendo em vista a atuação concomitante de outras religiões. Nesse caso, várias frentes de trabalho foram formadas a partir da iniciativa do Padre Caetano Pagliuca⁹³; na saúde, a vinda de Irmãs Franciscanas para atender o Hospital de Caridade; na educação a criação de dois colégios católicos: O Ginásio Santa Maria (sob a manutenção dos Irmãos Maristas, para meninos) e o Colégio Sant'Anna (sob manutenção das Irmãs Franciscanas, para meninas). Entende-se que essa percepção traz à tona uma outra visão sobre o papel das Congregações religiosas na cidade, em especial aquelas vinculadas à Igreja Católica, que vai além do cumprimento da sua missão. Nesse sentido, é um elemento importante a ser considerado no estudo da trajetória da atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria.

Inicialmente, o Colégio Sant'Anna funcionou na rua do Ipiranga (atual Avenida Presidente Vargas), em prédio alugado. Em 1º de março de 1908, foi lançada a pedra fundamental para construção do prédio próprio da escola, situado na rua dos Andradas, sendo que a obra foi concluída e inaugurada em 23 de julho de 1908, local onde as Irmãs Franciscanas desenvolvem parte de suas atividades de ensino até os dias de hoje (imagens registradas nas Figuras 1 e 2, inseridas anteriormente). Em seus primórdios, o colégio funcionaria apenas como externato, mas, diante de insistentes pedidos da comunidade, foram aceitas também alunas internas (MARQUES; DALPIAN, 2008).

Posteriormente, outras Comunidades foram criadas pelas Irmãs Franciscanas na cidade, as quais apresenta-se brevemente a seguir. Uma delas foi instituída junto ao Orfanato São Vicente de Paulo (criado em 1914 e elevado a Comunidade em 1916); também denominado de Educandário São Vicente de Paulo⁹⁴, o qual tinha

93 Padre Caetano Pagliuca (1874-1957) assumiu a paróquia de Santa Maria no ano de 1900. Fonte: Santa Maria 150 Anos Orgulhosos. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 17 maio 2008, p. 54.

94 Segundo Guma (2020, [s/p]) o prédio “foi construído por meio de mobilização popular, contando com o patrocínio da Mitra Diocesana, no início do século 19. A primeira parte da edificação foi concluída em 1913, as demais, em 1939 e 1951, chegando até a Rua Duque de Caxias, com o objetivo de abrigar um orfanato para meninas”.

como objetivo abrigar crianças órfãs e desabrigados da cidade (BRITO, 2010a).

No período de 1923 a 1943, foi instituída uma Comunidade para atender a Escola Feminina de Artes e Ofícios Santa Teresinha, pertencente à Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul (COOPFER); em 1926, uma Comunidade para atender o Asilo Padre Caetano, anexo ao Orfanato São Vicente de Paulo, o qual funcionou até o ano de 1951; no período de 1932 a 1955, uma Comunidade atendeu a Casa de Saúde⁹⁵, pertencente à Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul; por fim, em 1952, foi instituída uma Comunidade para a Escola Santo Antonio, a qual encerrou suas atividades em 1999.

A atuação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria teve início no campo da saúde a partir das ações no Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo. As Irmãs também se disponibilizaram a desempenhar atividades na educação básica, de forma bastante expressiva, pois várias Comunidades foram sendo constituídas atendendo às demandas da população santa-mariense em diferentes bairros da cidade. Dessa forma, toda essa experiência no campo da saúde e educação, permitiram que fosse desenvolvida uma competência profissional, fator que possibilitou que estas aceitassem o desafio de investir e atuarem também no ensino superior na cidade, anos mais tarde.

Além disso, esses fatores também favoreceram a designação da cidade de Santa Maria como sede da SCALIFRA-ZN, a fim de gerenciar as atividades de ensino da Congregação. No final deste trabalho (ANEXO A), constam algumas imagens das estruturas prediais que abrigaram as Instituições de ensino mencionadas anteriormente.

Nesse contexto, o próximo passo foi a atuação da Congregação junto ao ensino superior. A trajetória das Irmãs Franciscanas no ensino superior no município de Santa Maria – RS decorre da sua atuação inicial no âmbito de duas Instituições: a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC) e Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM), Mas perpassa também pela estruturação da Universidade de Santa Maria (USM/UFMS), das Faculdades Franciscanas (FAFRA), Centro Universitário Franciscano (UNIFRA) e, finalmente, da Universidade Franciscana (UFN).

O período estipulado compreende os anos de 1953 a 2018, pois as

95 A partir de 1955, a administração do Hospital Casa de Saúde ficou sob responsabilidade das Irmãs do Imaculado Coração de Maria. Nos anos 2000, uma crise financeira levou a instituição a fechar as portas, e, a partir disso, realizar um convênio entre Governo do Estado do RS, Prefeitura Municipal de Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria e Cooperativa dos Empregados da Viação Férrea do RS. Em 2007, um convênio passa a gestão da Casa de Saúde para o Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo. Por fim, em 2010, um novo convênio transfere novamente a administração da instituição para as Irmãs Franciscanas, por meio da Sociedade Franciscana de Assistência à Saúde – SEFAS (LARRÉ, 2012).

discussões visando à implementação das faculdades gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas têm início em 1953, além de considerar 2018 o marco da implementação da Universidade Franciscana na cidade de Santa Maria.

Assim, tendo em vista um melhor entendimento sobre a atuação da Congregação no ensino superior, apresenta-se a seguir a trajetória da constituição de cada uma dessas Instituições, com a finalidade de evidenciar a atuação das Irmãs Franciscanas no ensino superior, tendo em vista sua experiência no campo da saúde, com ações no Hospital de Caridade e Casa de Saúde, bem como no ensino básico nas diferentes Comunidades criadas desde 1905. Nesse sentido, inicialmente, realizou-se uma breve contextualização sobre a trajetória do ensino superior no município de Santa Maria até a implementação das primeiras Instituições gerenciadas pela SCALIFRA-ZN, no sentido de demonstrar os antecedentes dessa História.

2.3.1 Antecedentes do ensino superior em Santa Maria – RS

Ao abordar o contexto do ensino superior em Santa Maria, as primeiras iniciativas surgem com a instalação da Faculdade de Farmácia. Instalada em 30 de setembro de 1931, a Faculdade de Farmácia teve como primeiro diretor o Dr. Francisco Mariano da Rocha e vice-diretor o Dr. Severo do Amaral. Conforme Isaia (1985), foram membros dessa primeira diretoria o Dr. Antonio Xavier da Rocha (secretário), Dr. Valentim Fernandez (secretário) e o Dr. Alfredo Ribas dos Santos (bibliotecário).

Em 1937, ocorre o ingresso do Prof. José Mariano da Rocha Filho ao corpo docente da Faculdade de Farmácia, o qual assume a direção em 1945. Nesse sentido, como responsável pela Faculdade, o Prof. José Mariano da Rocha Filho buscou soluções para os problemas financeiros da Instituição. Dessa forma, uma campanha foi realizada visando à incorporação dessa Faculdade do interior do estado, à Universidade de Porto Alegre (UPA), a única existente no estado do Rio Grande do Sul no período (ZAMPIERI, 2011).

Criada em 28 de novembro de 1934, pelo Decreto n. 5.758, a Universidade de Porto Alegre foi o resultado da união da Escola de Engenharia, Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; Faculdade de Medicina, Escolas de Odontologia e Farmácia; Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; Faculdade de Agronomia e Veterinária; Faculdade de Filosofia, Ciências Letras e Instituto de Belas Artes (RIO GRANDE DO SUL, 1934). Inicialmente, conforme art. 12 do seu Estatuto (Anexo ao Decreto n. 5.758/1934), tinha como mantenedor de suas despesas o estado do Rio Grande do Sul.

Assim, a campanha de efetivação da incorporação da Faculdade de Farmácia à Universidade de Porto Alegre foi realizada por meio de notícias publicadas no 'Jornal A Razão' e 'Diário do Interior', ambos de Santa Maria

– RS (ROCHA FILHO, 1985). Mas também foi noticiado em outros periódicos, como o ‘Diário de Notícias’, ‘Correio do Povo’, ‘Jornal do Dia’, todos de Porto Alegre – RS (BARICHELLO, 2000).

Visando apoiar as atividades relacionadas ao ensino superior no município, ocorreram reuniões com representantes de todas as classes sociais interessadas no tema, e, por sugestão do Prof. José Mariano da Rocha Filho, foi fundada a Associação Pró-Ensino Superior (ASPES) em 14 de março de 1948⁹⁶. A partir da constituição da ASPES, o primeiro presidente foi o Prof. José Mariano da Rocha Filho, sendo sua finalidade descrita no art. 1º de seu Estatuto, conforme transcrição inserida a seguir:

Art. 1º. A ASPES, entidade civil com foro e sede na cidade de Santa Maria, fundada em 14 de março de 1948, é pessoal jurídica, com autonomia financeira e administrativa, tendo por finalidade:

- a) Propugnar pelo desenvolvimento do Ensino Superior em Santa Maria com a criação de novos estabelecimentos de Ensino Superior;
- b) Promover e estimular a realização da pesquisa científica nos diferentes setores culturais abrangidos pelo conhecimento humano;
- c) Promover, na medida de suas posses, a difusão das Ciências e das Letras e concorrer para o aperfeiçoamento do ensino e engrandecimento da cultura nacional;
- d) Contribuir para o incremento da solidariedade humana, especialmente nos campos social e cultural, em defesa da civilização;
- e) Manter, com donativos recebidos, Faculdades e Escolas de Ensino Superior (ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR, 1948, p. 1).

Com base na definição da sua finalidade, outro ponto que merece destaque diz respeito à composição da ASPES, a qual tinha a seguinte estruturação no Estatuto:

Art. 2º - A Diretoria da ASPES estará integrada:

- a) Por um Presidente eleito cada 5 anos pelo Conselho Deliberativo;
- b) Por um Conselho Deliberativo do qual são membros natos:
 - 1) O Juiz de Direito Diretor do fôro [sic].
 - 2) Os Bispos Católicos Romanos da Diocese.
 - 3) O Prefeito Municipal.
 - 4) O Presidente da Câmara de Vereadores.
 - 5) O General Comandante da Guarnição.
- c) Poderão fazer parte da ASPES, como associados, os Presidentes de Associações Culturais e de Classe, Representantes da Imprensa Falada e Escrita e outras pessoas de reconhecida idoneidade moral constituindo A Assembléia [sic] Geral.

⁹⁶ A ASPES esteve em funcionamento até os anos 1970, quando foi transformada em Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura (FUNDAE). Fonte: GaúchaZH (2017).

f) § Único – A indicação de um novo associado deverá ser feita por, no mínimo 3 associados, devendo ser apresentada ao Conselho Deliberativo que levará ou não seu nome a aprovação pela Assembleia Geral. [...] (ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR, 1948, p. 1).

A composição da ASPES permite visualizar sua amplitude para promover as discussões necessárias ao desenvolvimento do ensino superior. Dessa forma, a ASPES foi uma unidade atuante no processo de incorporação da Faculdade de Farmácia de Santa Maria à Universidade de Porto Alegre, conforme destaca Isaia (2006, p. 31),

Assim, com a ASPES, integrada pelas maiores autoridades de Santa Maria, Mariano da Rocha passou a somar forças. Os ofícios e telegramas encaminhados às autoridades e instituições contavam com os nomes dos integrantes do Conselho Deliberativo da ASPES. Dessa forma, foi mais rápida a inclusão da Faculdade de Farmácia à Universidade de Porto Alegre [...].

No ano de 1947, o Prof. José Mariano da Rocha Filho conseguiu com o apoio dos Deputados Estaduais José Diogo Brochado da Rocha, Francisco Brochado da Rocha e Tarso Dutra a inserção na Constituição do Rio Grande do Sul de faculdades do interior (no caso – Direito e Odontologia da cidade de Pelotas – RS e de Farmácia da cidade de Santa Maria – RS), à Universidade de Porto Alegre, resultando na alteração de seu nome para Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Tal configuração foi registrada no art. 36, parágrafo único da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em 8 de julho de 1947 (ROCHA FILHO, 1993).

A partir dessa iniciativa, esperava-se a imediata incorporação, mas esta não aconteceu, tendo em vista a resistência de professores e equipe administrativa da UPA. Nesse sentido, uma comissão foi criada para verificar as condições da Faculdade de Farmácia de Santa Maria e emitiu um parecer desfavorável à incorporação (ROCHA FILHO, 1993).

Poteriamente, a Lei Estadual n. 414, de 4 de dezembro de 1948, buscou incorporar as Faculdades de Farmácia de Santa Maria – RS e a de Direito e Odontologia de Pelotas – RS à Universidade do Rio Grande do Sul. Apesar de essa incorporação ter sido solicitada em 1948, apenas no decorrer das atividades da URGS, em 25 de novembro de 1949, por meio do Protocolo n. 4594⁹⁷, foi encaminhada à Comissão de Justiça, Educação e Cultura, a proposta de homologação da incorporação das três faculdades à Universidade do Rio Grande do Sul, por meio do Projeto de Lei n. 1.043-B de 1949. Dessa forma, em

97 O Protocolo n. 4.594/1949 e o Projeto de Lei n. 1.043-B/1949 mencionados encontram-se no website da Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra.jsessionid=FA88007AB89782EF6DF402F49D5FEE90.proposicoesWeb2?codteor=1222836&filename=Avulso+-PL+1043/1949>. Acesso em: 10 mar. 2020.

decorrência dessa solicitação, foi promulgada a Lei n. 1.166, de 27 de julho de 1950, a qual aprovou a incorporação da Faculdade de Direito e da Faculdade de Odontologia, da cidade de Pelotas, e da Faculdade de Farmácia, da cidade de Santa Maria à Universidade do Rio Grande do Sul, desde a data de vigência da Lei Estadual n. 414/1948.

Nesse processo, a Lei n. 1.254, de 4 de dezembro de 1950, que dispõe sobre o Sistema Federal de Ensino Superior, em seu art. 1º, destaca:

Art. 1º O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais, será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo [sic] Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos (BRASIL, 1950, p. 1).

Essa legislação destaca, ainda, em seu art. 2, que os estabelecimentos que são subvencionados pelo Governo Federal podem ser gradativamente inseridos na categoria de estabelecimentos mantidos pela União. Nesse sentido, consta no art. 3 que os estabelecimento mantidos pela União compreendem “I - Todos os estabelecimentos integrados presentemente na Universidade do Brasil e nas Universidades de Minas Gerais, do Recife, da Bahia, do Paraná *e do Rio Grande do Sul* [...]”. (BRASIL, 1950, p. 1, grifo nosso). Com isso, a partir da publicação da Lei n. 1.254/1950, a Universidade do Rio Grande do Sul passou a ter sua administração sob a responsabilidade do Governo Federal.

A próxima iniciativa realizada diz respeito à constituição de uma nova Instituição para atender o ensino superior, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, mantida pela Congregação dos Irmãos Maristas, por meio da Sociedade Meridional de Educação (SOME), em Santa Maria.

Os antecedentes no processo de constituição da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas decorre da sensibilização realizada por três (03) alunos do Curso de Contador do Colégio Santa Maria, em 1944. Posteriormente, em 1946, os professores apoiaram os alunos nesse processo, que cresceu e constituiu a Comissão Pró-Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. A partir da formatura da turma de contabilistas (em 1946), esses esforços foram interrompidos, e foram retomados somente em 1952, com Antônio Isaia, o qual assumiu a direção do Sindicato dos Contabilistas de Santa Maria. Em reunião realizada entre o Sindicato dos Contabilistas, a Associação Beneficente dos Contabilistas e a ASPES, as discussões sobre a criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas em Santa Maria foram retomadas (ISAIA, 2006).

A sessão solene de inauguração da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas em Santa Maria ocorreu em 19 de dezembro de 1953, e foi presidida pelo reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Prof.

Elyseu Paglioli. A partir do Decreto n. 36.680, de 29 de dezembro de 1954, foi autorizado o funcionamento da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas.

A temática da constituição da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas em Santa Maria também foi discutida em sessão plenária da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, na Ata de reunião n. 167, referente ao encontro realizado em 14 de dezembro de 1953 (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA, 1953; BRITO; PADOIN, 2019).

Em 1954, tem-se a criação de mais uma Faculdade em Santa Maria, a Faculdade de Medicina. Lampert (1997) traz um registro do curso de Medicina a partir da Ata de instalação, de 19 de maio de 1954:

[...] em salão nobre do Clube Caixeiral de Santa Maria, realizou-se a sessão solene de instalação do Curso de Medicina de Santa Maria, sob a presidência do Sr. Reitor Magnífico. O Sr. Reitor, Professor Dr. Elyseu Paglioli, sob aplauso dos presentes, declarou instalado o Curso de Medicina, como ato preliminar da criação da Faculdade de Medicina de Santa Maria, e que funcionará na sede da Faculdade de Farmácia, na conformidade do despacho do senhor Ministro da Educação e Cultura, de 26 de abril findo ofício n. 1710, de 27 subsequente do Sr. Diretor do Ensino Superior (LAMPERT, 1997, p. 20).

O assunto também foi discutido na Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria pelos representantes do Poder Legislativo. Assim, em 4 de maio de 1954, o vereador Patricio de Oliveira Flores apresentou como sugestão que, na data de abertura do curso de Medicina, fosse promovida uma sessão solene de comemoração pelo acontecimento (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA, 1954). Ainda neste ano,

[...] segundo registros na Ata n. 180/1954 da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, em 13 de maio de 1954 foi realizada solenidade de abertura do curso de Medicina. Ao longo do mês de maio vários telegramas de congratulações e manifestações foram encaminhados à Câmara de Vereadores tendo em vista a criação desta instituição de ensino no município. Essa instituição foi legalmente criada e integrada na Universidade do Rio Grande do Sul por meio da Lei n. 2.712 de 21 de Janeiro de 1956 (BRITO, 2019, p. 5).

A Lei n. 2.712, de 21 de janeiro de 1956, dispõe sobre a federalização da Escola Paulista de Medicina e da criação da Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada à Universidade do Rio Grande do Sul. Assim, o Ministério da Educação e Cultura abriu crédito para suprir as necessidades financeiras da nova Instituição criada, conforme descrito no art. 7, § II:

II - à Faculdade de Medicina em Santa Maria da Universidade do Rio Grande do Sul, Cr\$ 907.200,00 (novecentos e sete mil e duzentos cruzeiros) para pessoal permanente; Cr\$ 109.200,00 (cento e nove mil e duzentos cruzeiros) para funções gratificadas; Cr\$ 1.570.000,00 (um milhão

quinhentos e setenta mil cruzeiros) para pessoal extranumerário; Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para material; e Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) para Serviços e Encargos (BRASIL, 1956, [s/p]).

Além disso, a legislação referente a sua constituição designava que a direção da Instituição deveria ficar a cargo de professor catedrático, indicado pelo Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, até o quórum de professores ser implementado de forma suficiente. Nesse sentido, seu primeiro diretor foi o Prof. José Mariano da Rocha Filho, médico, residente em Santa Maria.

Nesse contexto, a Faculdade de Medicina de Santa Maria era uma extensão da Universidade do Rio Grande do Sul, e sua primeira turma foi “[...] formada por 51 acadêmicos que haviam sido aprovados, porém não classificados, no vestibular da URGs, para Porto Alegre. [...]” (ZAMPIERI, 2011, p. 95).

Em paralelo à criação da Faculdade de Medicina, outras Faculdades criadas em Santa Maria têm por mantenedora a SCALIFRA-ZN. Assim, em termos cronológicos, buscando entender as próximas ações em prol do desenvolvimento do ensino superior que ocorrem com a participação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, na cidade de Santa Maria, estas serão mais bem evidenciadas nas subunidades descritas a seguir.

2.3.2 Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição – FIC

O contexto educacional do século XX, em Santa Maria, foi analisado por Flores e Corrêa (2015) a fim de evidenciar a importância da criação da FIC na cidade. Assim, segundo as respectivas autoras,

[...] Na década de 1910 a rede municipal contava com 15 escolas, em 1920 com 33 e na década de 1930 chegara a 60 [...]. Esse expressivo número de escolas trouxe à Santa Maria um grande prestígio no aspecto da instrução pública municipal. O mais preocupante, no entanto, era a fragilidade da qualificação dos professores (BELEM, 2000). A partir da segunda metade do século XX, através da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC – 1955), tal fragilidade na formação de professores foi gradativamente, solucionada (FLORES; CORRÊA, 2015, p. 8).

A ênfase dessa abordagem trata do ensino primário e do quanto ele poderia ser beneficiado com a atuação de professoras, egressas dos cursos de licenciatura ofertados pela FIC, promovendo uma formação de professores com maior qualidade e sem a necessidade de estas saírem da cidade em busca de conhecimentos. Tal situação ocorria porque não havia na cidade uma instituição de ensino superior que pudesse acolher esse público, promovendo sua efetiva formação, pois, até então, era necessário o deslocamento para outras cidades.

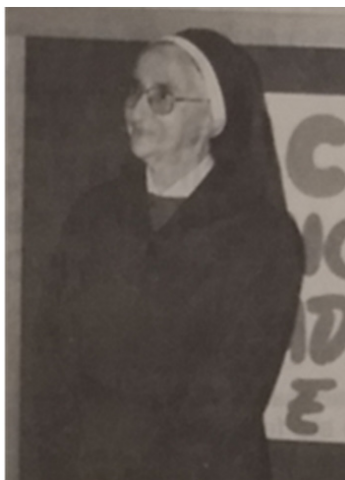
Isaia (2006), ao registrar a criação pela Congregação das Irmãs

Franciscanas da FIC, destaca algumas pessoas que, junto à Irmã Consuelo⁹⁸, atuaram como impulsionadores dessa iniciativa.

Os grandes impulsionadores da criação da FIC foram: Dr. Tarso Dutra, então deputado federal; Prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho, diretor da Faculdade de Farmácia; Irmão José Otão, diretor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Irmão Faustino João, diretor da Faculdade de Filosofia da PUC e a incansável mestra e sua primeira diretora, Carmem Silveira Netto (ISAIA, 2006, p. 89).

Ao abordar os impulsionadores da constituição da FIC, é relevante inserir uma imagem dessas personalidades. As Figuras 19 e 20 retratam a Irmã Consuelo⁹⁹ (primeira Diretora da FIC) e o Irmão Faustino João (Diretor da PUCRS)¹⁰⁰, publicadas com cromia em preto e branco, sem identificação de autoria.

Figura 19 – Impulsionadora da constituição da FIC: Irmã Consuelo



Fonte: (VYDIA ESPECIAL, 1985, p. 13).

⁹⁸ Irmã Consuelo, cujo nome de batismo era Carmem Silveira Netto, nasceu em 16 de março de 1914, em Cruz Alta – RS. Filha de Antonio Silveira Netto e Maria Luiza Silveira Netto, iniciou suas atividades profissionais em 1938, como docente do magistério secundário do Colégio Bom Conselho em Porto Alegre – RS. Transfere-se para Santa Maria – RS e, no período de 1954 a 1968, desenvolve atividades no Colégio Sant’Anna, nos cursos Clássico e Científico, entre 1953 e 1966, ministra aulas na Escola Técnica do Comércio Sant’Anna e, a partir de 1953, também se envolve no processo de criação e implementação do ensino superior no município com a constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, sendo sua primeira gestora entre os anos de 1955 e 1967 (BRITO; PADOIN, 2019).

⁹⁹ Fonte: Publicada originalmente na Revista Vydia de 1985.

¹⁰⁰ Fonte: JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. História da PUCRS. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 1997. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/39084347-Pontificia-universidade-catolica-do-rio-grande-do-sul.html>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

Figura 20 – Impulsionador da constituição da FIC: Irmão Faustino João



Fonte: (CLEMENTE, 1997, p. 35).

As Figuras 21 e 22 trazem os registros das demais personalidades: José Mariano da Rocha Filho e Tarso Dutra, e Irmão José Otão. Ambas são imagens produzidas em diferentes contextos e datas, com cromia em preto e branco, sem identificação de autoria.

Figura 21 – Impulsionadores da constituição da FIC: José Mariano da Rocha Filho e Tarso Dutra



Fonte: (OLIVEIRA; MONTAGNER, 2010).

Figura 22 – Impulsionador da constituição da FIC: Irmão José Otão



Fonte: (JOTÃO ESCOLA¹⁰¹, [s/d]).

Marchetti (1980) refere, também, a atuação e representatividade de uma organização de mulheres, a Associação das Ex-alunas do Colégio Sant’Anna, criada em 1954¹⁰²: “Dentre as atividades desenvolvidas pelos grupos de ex-alunas cita-se o esforço, junto à direção do Colégio, de conseguir a instalação de uma faculdade, fato que veio ocorrer mais tarde, no ano seguinte” (MARCHETTI, 1980, p. 18). A atuação da Associação de Ex-alunas do Colégio Sant’Anna também teve eco junto à Câmara de Vereadores do Município de Santa Maria, que promulgou, em 1958, a Lei n. 736/1958, considerando a Associação de “utilidade pública”.

Assim, percebe-se que, além das personalidades citadas anteriormente, houve o envolvimento de um conjunto de mulheres na criação e estruturação da FIC, um fato importante ao considerarmos a História Social, em específico produzida por mulheres. Nesse contexto, enquanto alunas do Colégio Sant’Anna, algumas participavam ativamente da campanha para construção do prédio da FIC com a compra de tijolos, conforme relato de Maria Luíza Ritzel Remédios, citado anteriormente na subunidade “Mulheres no ensino”, inserido no capítulo “História das mulheres, empreendedorismo e educação” (REMÉDIOS, 2005 apud DELLA MÉA; DALPIAN; BARIN, 2005). E, como ex-alunas, continuaram a desenvolver ações com o intuito de atingir esse objetivo, em esforço conjunto de alunas e ex-alunas do Colégio Sant’Anna. Foram mulheres que se

101 Fonte: Website da Escola Estadual de Ensino Médio Irmão José Otão. JOTÃO ESCOLA. **História da Escola**. Disponível em: <<http://jotaoescola.blogspot.com/2017/03/historia-da-escola.html>>. Acesso em: 28 jun. 2020

102 A Associação de ex-alunas do Colégio Sant’Anna foi criada em 8 de maio de 1954, com sede no próprio colégio, situada à rua dos Andradas n. 1658. A primeira diretoria foi composta por: Maria Cleonice Sada Aita (presidente), Olga Fischmann (vice-presidente), Therezinha Isaia (primeira secretária), Alcy Canto dos Santos (segunda secretária), Geny Castan (primeira tesoureira), Alcy Flores (segunda tesoureira), Artheniza Weinmann Rocha (oradora).

reuniram e criaram uma associação, foram mulheres que se motivaram e buscaram fomentar a criação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade, tornando-se também protagonistas dessa História.

A consolidação do processo de criação da FIC ocorreu em 21 de março de 1955, pelo Parecer n. 40/55 da Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação do Brasil (ANEXO B), o qual aprovou a realização do primeiro processo seletivo da nova Instituição. Posteriormente, foi publicado o Decreto n. 37.103/55, com a autorização de funcionamento da FIC. A seguir, apresentam-se outros elementos significativos que levaram à constituição e implementação da FIC na cidade.

Ainda com relação ao contexto do apoio à criação de uma Faculdade de Filosofia no município de Santa Maria, a partir da pesquisa documental, foram localizadas quatorze (14) reportagens publicadas no jornal *A Razão*¹⁰³, entre os anos de 1953 e 1954, que corroboram essa afirmativa e abordam a importância da constituição da FIC na cidade e a expectativa da população perante a sua implementação.

Especificamente em 1953, foi localizada apenas uma reportagem¹⁰⁴ que se refere à constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição e sua futura instalação na cidade, na qual Irmã Consuelo e Irmã Inácia, pertencentes à Comunidade do Colégio Sant'Anna, destacam que os trâmites necessários à implementação da Faculdade estão sendo desenvolvidos, e o primeiro deles já efetivado: a manifestação das Irmãs Franciscanas para constituição da entidade mantenedora da Faculdade. A reportagem aborda a previsão de implementação da Faculdade para o ano de 1954, o que acabou não ocorrendo como previsto, pois, oficialmente, a Instituição foi criada no ano de 1955.

O ano de 1954, no Brasil, foi conturbado, levando em consideração o

103 O jornal *A Razão* foi criado em 9 de outubro de 1934, com a proposta de apresentar elementos “[...] da realidade sócio-econômica, política e cultural da cidade [...]” (RIBEIRO, 1992, p. 124). Entre os anos de 1953 e 1954 (período das reportagens citadas), o jornal tinha circulação diária, com exceção da segunda-feira, e tinha em média entre seis e oito páginas. Inicialmente seus proprietários foram Gélío Brinckmann, Flodoardo Martins da Silva e Clarimundo Flores. No ano de 1943 o periódico foi vendido aos Diários e Emissoras Associados, de propriedade de Assis Chateaubriand. Posteriormente, Estácio Ramos, Diretor dos Diários e Emissoras Associados efetuou a venda deste a família santamariense de Grandi, por meio da Empresa Jornalística de Grandi Ltda, em 1982. (RIBEIRO, 1992). A família de Grandi foi proprietária do jornal entre 1982 a 2017, quando Alexandre de Grandi resolveu encerrar as atividades do mesmo, tendo por justificativa a crise econômica iniciada em 2015 e agravada em 2016. Este acervo está disponível para consulta junto ao Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM), o qual tem uma coleção de exemplares que abrange o período de 1934 até fevereiro de 2017, resultado da coleção acumulada pelo próprio AHMSM e do fundo documental recebido do próprio *Jornal A Razão* quando este encerrou suas atividades.

104 Fonte: TAMBÉM a Faculdade e Filosofia – confirma o Pe. Leonidas Didonet as providências para instalação da futura Faculdade já em 1954. *A Razão*, Santa Maria, 11 dez. 1953, p. 4 e 2.

contexto político e social. Uma crise política instaurou-se no governo do presidente Getúlio Vargas a partir de dois episódios, o primeiro deles relacionado à pretensão de aumento salarial de cem por cento dos trabalhadores que recebiam salário mínimo, a ser concedido pelo Ministro do Trabalho João Goulart. Diante da pressão de grupos oposicionistas, a medida não foi implementada e ocasionou a renúncia do Ministro João Goulart.

O segundo episódio diz respeito ao atentado à vida do jornalista Carlos Lacerda, que não foi consumado, e pessoas ligadas a Getúlio Vargas foram relacionadas ao fato. Com isso, desencadeou-se uma crise no Governo brasileiro em que setores das forças armadas e sociedade civil cobravam a renúncia do Presidente. Essa crise culminou com o suicídio do Presidente da República, Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1954. Diante disso, grandes manifestações populares foram realizadas nos diversos estados do Brasil em favor da memória de Getúlio Vargas.

Ao longo desse conturbado ano de 1954, foram localizadas doze (12) reportagens, as quais são abordadas na sequência. As reportagens de janeiro¹⁰⁵ (quatro ao total) apresentam detalhes do encaminhamento do processo de solicitação de autorização para a criação de duas Faculdades na cidade, a de Ciências Políticas e Econômicas, sob administração dos Irmãos Maristas; e a de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, sob administração da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Nesse sentido, foi noticiado que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição adquiriu o protocolo junto ao Ministério da Educação, por meio do Processo n. 8264 de 1954, a fim de ofertar, inicialmente, os cursos de Línguas Neolatinas e Pedagogia.

No mês de fevereiro¹⁰⁶, foi publicada uma notícia sobre o recebimento de um telegrama enviado pelo então Deputado Estadual Walter Peracchi, presidente da bancada do Partido Social Democrático (PSD) na Assembleia Legislativa do Estado do RS, ao Ministro de Educação, Antonio Balbino, solicitando autorização para a criação de duas Faculdades na cidade de Santa Maria (a FIC e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas).

Essa reportagem traz no corpo da mensagem o texto completo dos telegramas trocados, em que se evidencia a importância desses empreendimentos para Santa Maria, conforme pode ser visualizado nas Figuras 23 e 24, inseridas a seguir.

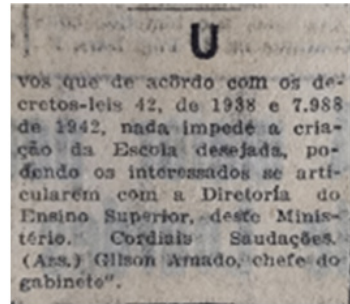
105 Fonte: O que foi 1953 em Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, 1º jan. 1954, p. 8 e 4.; O ano de 1954 será o ano – história para Santa Maria no que se refere ao ensino superior. **A Razão**, Santa Maria, 3 jan. 1954, p. 6; FACULDADE de filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 10 jan. 1954, p. 5.; O processo da Faculdade de Filosofia no Rio. **A Razão**, Santa Maria, 29 jan. 1954, p. 3.

106 Fonte: Em prol das Faculdades de Economia e Filosofia desta cidade – Telegrama do Dep. Walter Peracchi Barcelos ao ministro da Educação. **A Razão**, Santa Maria, 13 fev. 1954, p. 6.

Figura 23 – Reportagem – Telegrama enviado pelo Deputado Walter Peracchi Barcelos ao Ministro da Educação e Cultura



Figura 24 – Continuação da Reportagem – Telegrama enviado pelo Deputado Walter Peracchi Barcelos ao Ministro da Educação e Cultura



Fonte: (Em prol das Faculdades de Economia e Filosofia desta cidade – Telegrama do Dep. Walter Peracchi Barcelos ao ministro da Educação. **A Razão**, Santa Maria, 13 fev. 1954, p. 6).

Ainda em fevereiro, também foi noticiada a realização de uma reunião¹⁰⁷ da Associação Pró-Ensino Superior de Santa Maria (ASPES¹⁰⁸), presidida pelo Prof. José Mariano da Rocha Filho e que contou com os integrantes da sua diretoria, os quais não foram nominados na reportagem. Considerando o Estatuto da ASPES, art. 2º, os membros da sua Diretoria seriam compostos pelo Juiz de Direito, Diretor do Foro; os Bispos Católicos Romanos da Diocese; o Prefeito Municipal; o presidente da Câmara de Vereadores; o General Comandante da Guarnição e os Diretores dos estabelecimentos de ensino superior sediados em

107 Fonte: A reunião da ASPES – Telegramas ao Ministro da Educação e Superintendência do Ensino Superior. **A Razão**, Santa Maria, 21 fev. 1954, p. 4.

108 A ASPES teve seu estatuto e denominação aprovada em reunião de 15 de maio de 1948, tendo como primeiro presidente José Mariano da Rocha Filho. Fonte: Revista Digital Conexão UFSM. Linha do tempo, 2010.

Santa Maria. Dessa forma, os representantes desses cargos poderiam estar presentes na referida reunião.

Na reunião, foi abordada a temática sobre a criação das faculdades de Economia e de Filosofia na cidade e, como resultado, houve o encaminhamento de uma correspondência telegrafada à Antonio Balbino (Ministro da Educação e Cultura) e Jurandir Lodi (Diretor do Ensino Superior). A seguir, consta o texto da correspondência publicada no Jornal A Razão:

Dr. Antonio Balbino – DD. Ministro Educação – Rio – Em nossa Associação Santamariense pró Ensino Superior, que congrega forças vivas cidade de Santa Maria, apelamos veementemente a V. Excia. para que com urgência defira processos se acham nesse Ministério, solicitando autorização funcionamento faculdades Ciências Políticas e Econômicas e *Filosofia*.

Entidades mantenedoras e toda cidade esperam ver funcionando ainda corrente ano Faculdades referidas.

Estando próxima data abertura ano escolar, se faz urgente resolução V. Excia. de quem Santa Maria espera conta toda benevolência.

Profs. dr. Mariano Rocha Filho, diretor Faculdade de Farmácia levará pessoalmente V. Excia. nossos anseios, esperando possa trazer consigo autorização solicitada (A REUNIÃO da ASPES - Telegramas ao Ministro da educação e superintendência do ensino superior. A Razão, 21 fev. 1954, p. 4, grifo nosso).

Com essa reportagem, percebe-se a atuação das ditas ‘forças vivas’ para a desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria, em que, além dos integrantes da ASPES, havia a figura de Irmã Consuelo, pertencente à Congregação das Irmãs Franciscanas e responsável pelas tratativas relacionadas à criação da FIC, bem como sua futura diretora.

A próxima reportagem destaca os relatos de viagem ao Rio de Janeiro, realizada pelo Prof. José Mariano da Rocha Filho com o Reitor Eliseu Pagliolli, da Universidade do Rio Grande do Sul, em 28 de fevereiro de 1954. Quando junto ao Ministério da Educação e Cultura, o Prof. José Mariano da Rocha Filho fez um depoimento¹⁰⁹ sobre a expansão do ensino superior em Santa Maria e o andamento dos processos de autorização da criação das Faculdades (de Economia e da FIC).

Em março de 1954¹¹⁰, uma das notícias relata sobre as matérias do exame vestibular da FIC, sendo para o curso de Letras-Neolatinas: Português, Latim,

109 Fonte: DESENVOLVIMENTO de S. Maria no setor do ensino superior – Fala à reportagem o professor Mariano da Rocha Filho. **A Razão**, Santa Maria, 28 fev. 1954, p. 5.

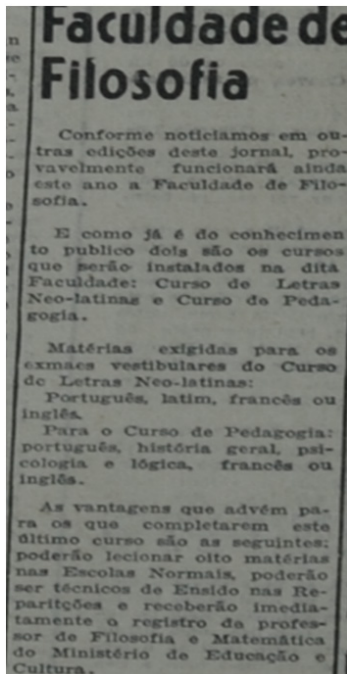
110 Fonte: FACULDADE de Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 5 mar. 1954, p. 2; DESIGNADA inspetor para verificação das Fac. de Economia e Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 14 mar. 1954, p. 3; VERIFICAÇÃO nas Faculdades de Economia e Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 18 mar. 1954, p. 6.

Francês ou Inglês e para o Curso de Pedagogia: Português, História Geral, Psicologia e Lógica, Francês ou Inglês.

É interessante perceber que essa reportagem registra um modelo dos primeiros editais de publicação de divulgação de seleção de concurso vestibular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, conforme Figura 25.

Assim, muda-se o enfoque que vinha sendo dado até então no jornal *A Razão*, que, em vez de abordar questões relacionadas à constituição e tratativas com o Ministério da Educação e Cultura, tem-se uma reportagem que dispõe sobre as matérias a serem cobradas no exame de seleção da FIC, como forma de orientar seus candidatos a discentes.

Figura 25 – Reportagem – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição



Fonte: (FACULDADE de Filosofia. *A Razão*, Santa Maria, 5 mar. 1954, p. 2).

Ainda em março de 1954, foram publicadas reportagens relacionadas à verificação dos locais de funcionamento das referidas faculdades (Filosofia e Economia) com a vinda do inspetor federal do Ministério da Educação e Cultura, Franklin Oliveira Leite.

Na sequência, em abril¹¹¹, foi divulgado o recebimento de telegrama do

111 Fonte: TELEGRAMA do Prof. Jurandir Lodi – Motivo de real satisfação nossa possam as Faculdades funcionar em 1954. *A Razão*, Santa Maria, 13 abr. 1954, p. 5.

Inspetor Federal, Jurandir Lodi, sobre o andamento dos processos de criação das Faculdades em 1954, em resposta ao contato do Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Maria, Walter Cechella, mas a criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas¹¹² e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ocorreu apenas em 1955.

Os próximos meses transcorreram sem publicações. Apenas em novembro¹¹³ tem-se uma nova notícia, que se refere ao agradecimento da ASPES ao deputado Tarso Dutra pelo apoio na criação das Faculdades (de Ciências Políticas e Econômicas; de Filosofia, Ciências e Letras) e verbas para construção da casa do estudante na cidade. No que concerne ao ensino superior na cidade, pode-se afirmar que Tarso Dutra foi um grande incentivador no que se refere ao desenvolvimento deste no Município, empenhando-se na busca de recursos em vários momentos.

É pertinente destacar que, quanto à pesquisa junto ao acervo jornalístico, iniciou-se o levantamento compreendendo o período de 1953 (ano de início das discussões sobre o ensino superior) e 2017 (ano de encerramento das atividades do Jornal A Razão, custodiado pelo AHMS). Dentro deste recorte temporal, foram localizadas setecentas e oito (708) reportagens que mencionam a FIC, sendo que entre estas existem noventa e quatro (94) reportagens que abordam elementos da FIC e da FACEM, concomitantemente.

Entende-se que as informações presentes nessas reportagens são muito importantes para o entendimento de como a Instituição se fez representar na sociedade por intermédio deste periódico, bem como o tipo de informação que buscava repassar à comunidade local no decorrer dos anos.

Ao analisar o jornal, uma característica interessante é que a maioria dessas reportagens apresentaram informações disponibilizadas em uma ou duas páginas, sendo que as reportagens com maior número de páginas remetem a listas de aprovados em vestibulares.

Outra questão interessante diz respeito ao local de inserção das notícias no jornal, o qual tem ao longo dos anos um padrão. Em sua grande maioria as informações relacionadas à Educação local são publicadas entre as páginas iniciais (2-4) ou finais (6-8) do jornal, dependendo do número de páginas do periódico. Essa disposição das reportagens no jornal demonstra como esse espaço em específico estava reservado para um tipo de notícia da cidade e referente à

112 É pertinente lembrar que a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, teve sua fundação em 19/12/1953, o processo de autorização de funcionamento data de fevereiro de 1954, mas sua efetiva implementação ocorre a partir da publicação no Diário Oficial da União do Decreto n. 36.680 de 29/12/1954.

113 Fonte: AGRADECIMENTO da ASPES ao Dep. Tarso Dutra. **A Razão**, Santa Maria, 5 nov. 1954, p. 4.

temática de Educação, permitindo que o público com interesse nesse tema localizasse de forma rápida a informação.

Nesse contexto de expectativas e discussões na comunidade santa-mariense, pode-se dizer que a criação da FIC teve início a partir das discussões realizadas em reunião da Associação Pró-Ensino Superior, de 19 de dezembro de 1953.

Sobre essa reunião, o Livro de Registro de Tombo n. VI, da Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Conceição, de Santa Maria, apresenta um registro sobre a constituição da FIC, com o tópico “Resolvida a fundação da Faculdade de Filosofia”. Nele, destaca que, a partir da reunião realizada na sede da ação católica, com a presença de: Antoninha Werlang (Madre Provincial das Irmãs Franciscanas), José Mariano da Rocha Filho (Diretor da Faculdade de Farmácia e presidente da ASPES), Monsenhor Frederico Didonet (representante do Bispo Diocesano), Padre Leônidas Didonet (Professor de Filosofia), Madre Elenara (Mestre das Novícias), Dr. Miguel Sevi Vieiro (Prefeito Municipal), Hélio Herbert dos Santos (Vereador de Santa Maria) e Irmão Gelásio (Diretor do Colégio Santa Maria) discutiu-se se as Irmãs Franciscanas aceitariam o desafio de se tornarem responsáveis pela Faculdade de Filosofia. Após o aceite, dado por Madre Antoninha Werlang,

[...] ficou assertada a fundação, com medidas imediatas para esse fim, já iniciadas pelo R. Padre Leônidas, a fim de evitar que outros de outras crenças tomem a dianteira. Embora sem barulho foi uma sessão importante, origem de uma Faculdade, a terceira a ser fundada em Santa Maria [...] (CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1951-1957, p. 43).

Dessa forma, no dia 19 de dezembro de 1953, a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte, mantenedora das Irmãs Franciscanas, concedeu a autorização para o funcionamento de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na cidade e foi colocada sob a égide da Imaculada Conceição. A Ata s/n resultante na realização dessa reunião está inserida no ANEXO C.

No Arquivo da Província do Imaculado Coração de Maria, as discussões para a constituição da FIC são esparsas. O Livro de Crônicas (1955-1965) apenas menciona a criação da Faculdade de Filosofia e de Enfermagem no respectivo ano, e maiores considerações não são inseridas no relato. Também é breve o relato inserido no Relatório da Província Imaculado Coração de Maria (1953-1956), no qual consta a seguinte informação: “No Colégio Sant’Anna criou-se a Faculdade de Filosofia”, respondendo ao questionamento de número 342 do já citado Relatório da Província, acerca dos meios ou atividades novas inseridas no quinquênio. O presente documento tem por característica estrutural uma série de questões, as quais são respondidas pela Província para

encaminhamento à sede da Congregação. Encontrou-se também o Protocolo n. 8/53 de 30 e 31, de dezembro de 1953, 1º sessão, o qual relata que a proposta de criação de uma Faculdade de Filosofia foi aprovada por unanimidade na reunião.

No âmbito do Poder Legislativo, tem-se a Ata de reunião n. 167, de 14 de dezembro de 1953, da sessão plenária da Câmara de Vereadores de Santa Maria, a qual discorre sobre o envolvimento dos vereadores com as discussões acerca do ensino superior na cidade. Destaca-se a participação dos vereadores Helio H. dos Santos e Walter Cechella, que parabenizaram as Irmãs Franciscanas pela criação da FIC (CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, 1953).

Nesse contexto, após a concordância de criação pela Congregação, no ano de 1954, foram realizadas várias viagens ao Rio de Janeiro, capital do Brasil, para solicitação de autorização de funcionamento dos primeiros cursos, tendo na figura de Irmã Consuelo a representante das Irmãs Franciscanas para atender a todas as demandas referentes à constituição da nova Faculdade (SILVA, 1997).

Observa-se a liderança da Irmã Consuelo nesse processo, bem como sua agilidade frente à burocracia e aos processos políticos na trajetória de ser criada a Faculdade. Outrossim, características como motivação para não desistir diante das adversidades e independência e autonomia para buscar pela resolução dos problemas podem ser percebidas na atuação de Irmã Consuelo diante das demandas necessárias à constituição da FIC ao longo dos primeiros anos de implementação. Essas características estão presentes no perfil da profissional empreendedora e, nesse caso, são evidências que nos permitem refletir sobre o papel empreendedor das Irmãs Franciscanas no desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria.

Um importante apoio para a iniciativa das Irmãs Franciscanas e para a liderança de Irmã Consuelo na criação da Faculdade de Filosofia foi o Prefeito Municipal, Sr. Heitor Silveira Campos, o qual encaminhou ao Sr. Ministro da Educação o Ofício n. 31, de 22 de janeiro de 1954, em que reafirma a necessidade de criação de uma Instituição de ensino deste porte na cidade e a utilização de imediato das instalações do Colégio Sant'Anna para início das aulas.

Instalada em 1955, a FIC foi autorizada pelo Parecer n. 40/55 da Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação do Brasil (ANEXO B). Em 31 de março de 1955, foi assinado pelo presidente Café Filho o Decreto n. 37.103/55, que autorizava o funcionamento da FIC, ofertando, inicialmente, vagas nos cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas, cuja instalação oficial ocorreu em 27 de abril de 1955.

Após a autorização, foram publicados nos jornais de circulação local

da cidade os editais de seleção para o primeiro processo seletivo. Marques e Dalpian (2008) detalham que os jornais que receberam publicação dos primeiros editais foram o jornal *A Razão*, em 12/4/1955, e o jornal *Diário do Interior*, em 13/4/1955. Embora mencionados pelos respectivos autores, ao tentar localizar essas fontes junto ao acervo do AHMSM, as reportagens não foram localizadas. Portanto, a única referência delas está na citação dos autores.

Foram realizadas algumas festividades¹¹⁴ relacionadas à criação da FIC, iniciando no dia 27 de abril de 1955 com uma missa realizada às 8h na Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição, um *cocktail* às 16h30min no Colégio Sant'Anna (para convidados) e, às 20h30min, a aula inaugural proferida no centro cultural.

A aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, foi proferida pelo Irmão José Otão, Reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), tendo como título da sua fala “Evolução histórica das Faculdades de Filosofia e o seu valor como fontes e cultura”. O texto completo do discurso encontra-se no ANEXO D. Irmã Felicidade, que secretariou a Ata n. 02, da sessão solene, faz uma síntese da fala do orador da noite:

Logo após a Introdução, em que o ilustre orador se regozija com nossa cidade pela criação das Faculdades de Filosofia e Ciências Econômicas, passa a discorrer sobre os antecedentes históricos da Faculdade de Filosofia; aborda a seguir, um problema palpitante – As Faculdades de Filosofia em nosso País – Continua falando sobre as “Faculdades de Filosofia, núcleo irradiador de cultura”, finaliza demonstrando que a Faculdade de Filosofia é uma Universidade Cultural (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIA E LETRAS IMACULADA CONCEIÇÃO, 1955, p. 1).

Ainda nesse contexto, Silveira Netto (1987, p. 68) menciona que o número de alunos ingressantes nesse ano, nos dois cursos ofertados na FIC, foi de “[...] 28 do Curso de Pedagogia e 13 do Curso de Letras Anglo-Germânicas. Foi um acontecimento notável que trouxe à Cidade dos Estudantes, um futuro prelúdio do que viria depois – a Universidade Federal de Santa Maria”.

As Figuras 26 e 27, inseridas a seguir, são extratos de reportagens do jornal *A Razão* que registram aspectos da aula inaugural da FIC. A primeira delas, a Figura 26, traz informações sobre o cronograma das atividades a serem realizadas no dia do evento.

114 Fonte: HOJE a aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *A Razão*, Santa Maria, 27 abr. 1955, p. 4; e PROVÍNCIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. Livro de Crônicas da Província do Imaculado Coração de Maria (1955-1965).

Figura 26 – Reportagem – Destaque da aula inaugural no jornal A Razão



Fonte: (HOJE a aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. **A Razão**, Santa Maria, 27 abr. 1955, p. 4).

Já a Figura 27 destaca que a aula inaugural contou com expressivo público, conforme registro visual publicado no jornal A Razão. Além disso, o destaque para a mesa de abertura, na qual estão presentes as Irmãs Franciscanas (duas delas não identificadas, mas, ao centro na mesa, Irmã Consuelo), o Prof. José Mariano da Rocha Filho e o palestrante, Irmão José Otão (ambos ao centro da mesa). Della Méa, Dalpian e Barin (2005) destacam que também estiveram presentes na solenidade o coronel Max Hanke (Comandante da Guarnição da Brigada Militar), Antero Corrêa de Barros (representando o Sr. Prefeito Municipal Raul Valandro), além de representantes do General Comandante da Guarnição Federal, inspetores de ensino, professores.

Figura 27 – Reportagem – Aula inaugural da FIC em 1955



Fonte: (A instalação Faculdade de Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 29 abr. 1955, p. 6).

Em 1957, entraram em funcionamento os cursos de História, Geografia e Letras Neolatinas, por meio da autorização de funcionamento dada pelo Decreto n. 41.211, de 27 de março. Em 21 de novembro de 1957, uma notícia no jornal *A Razão*¹¹⁵ dá destaque ao telegrama recebido pela FIC referente à designação da Inspetora Dinah Freitas Sá para realizar a verificação *in loco* dos cursos de Didática, Filosofia e Matemática para fins de reconhecimento junto ao Ministério da Educação e Cultura.

A Figura 28¹¹⁶ ilustra um flagrante de um grupo de alunos do terceiro ano do Curso de Letras Anglo-Germânicas e professores da FIC, entre os quais Irmã Consuelo, no ano de 1957. Produzida com cromia preto e branco, tamanho 15x10 cm, a imagem não tem identificação de autoria.

115 Fonte: PROCEDIDA a verificação na Fac. de Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 21 nov. 1957, p. 8.

116 A imagem foi publicada no DVD institucional “Imagens, histórias e memórias”, organizado por Quadros (2008).

Figura 28 – Estudantes do Curso de Letras Anglo-Germânicas e professores da FIC



Fonte: (Acervo fotográfico da Universidade Franciscana, 1957).

Com a oferta regular de cursos, a FIC buscou desenvolver uma identidade visual que pudesse representar a Instituição. Nesse sentido, escolheu como símbolo a coruja. Essa representação foi utilizada em documentos da Instituição e em materiais gráficos como a logomarca e a flâmula da FIC (Figuras 29 e 30).

Figura 29 – Logomarca da FIC



Figura 30 – Flâmula da FIC



Fonte: (Arquivo da Derca – Universidade Franciscana, 195-).

Ao longo dos anos, esse símbolo foi sendo reinterpretado pela Instituição, e a figura da coruja foi estilizada em diferentes formatos. Um exemplo dessa atualização foi inserido na Figura 31, a qual foi localizada em documentos produzidos na década de 1990, e na Figura 32¹¹⁷, a qual também foi utilizada em documentos da Instituição.

Figura 31 – Logomarca estilizada da FIC



Figura 32 – Outra Logomarca da FIC



Fonte: (Arquivo da Derca – UFN, anos 1990) Fonte: (Gabinete da UFN, 1992 e 1993).

Logo a seguir, em 1958, foram autorizados os cursos de Filosofia, Matemática e Didática. Durante esse período, também funcionaram o curso de Orientação Educacional (entre 1958 e 1966) e os cursos Polivalentes de Letras e Estudos Sociais (criados em 1968). Nesse mesmo ano, outro fato importante aconteceu, a publicação da Lei Municipal n. 673¹¹⁸, de 15 de setembro de 1958, que considera a FIC uma Instituição de utilidade pública em Santa Maria. Esse registro já evidencia a importância da Faculdade para o contexto educacional do município, o que ressalta a atuação das Irmãs Franciscanas e seu papel empreendedor no tocante ao desenvolvimento do ensino superior.

A imagem inserida a seguir (Figura 33) traz uma reportagem publicada no jornal *A Razão*, em 21 de dezembro de 1958, com informações sobre a primeira formatura da FIC, com as alunas dos Cursos de Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia. Além de informar o nome de todas as formandas, a reportagem apresenta uma imagem com recorte da mesa de autoridades, com a presença de Irmã Consuelo (Diretora da FIC e paraninfa religiosa), do Deputado Tarso Dutra (paraninfo civil), Prof. José Mariano da Rocha Filho (Presidente da ASPES). Além destes, também estiveram presentes o Sr. Prefeito Municipal, Vidal Castilhos Dania e o Bispo auxiliar de Santa Maria, Dom Victor Sartori.

Esse registro é importante, pois evidencia as relações estabelecidas entre

117 A Figura 32, encaminhada pelo Gabinete da UFN, foi tratada digitalmente pela Editora da UFN, visando melhorar a sua qualidade digital, segundo informações repassadas pela unidade.

118 A referida lei tem por referência o projeto de Lei n. 879, de 14 de agosto de 1958, da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria.

essas personalidades, que atuavam em prol da educação superior em Santa Maria desde o início da década de 1950 e que vão continuar até 1960, quando a FIC, enquanto agregada, promoveu junto com outras Instituições a criação da Universidade de Santa Maria. Assim, tem-se mais um vislumbre da atuação da Congregação das Irmãs Franciscanas no que diz respeito à construção e ao desenvolvimento do ensino superior.

Figura 33 – Reportagem – Mesa de autoridades da 1ª formatura da FIC



Fonte: (DIPLOMADA a primeira turma da Faculdade de Filosofia. *A Razão*, Santa Maria, 21 dez. 1958, p. 6).

A FIC também atuou na oferta de cursos na modalidade de extensão em outras cidades no estado do RS. A primeira solicitação recebida pelo CTA da FIC foi encaminhada pelo Bispo da comunidade de Santa Cruz do Sul, em 1966. Nesse contexto,

[...] em 9 de novembro de 1966, a Direção da FIC enviava à Diretora do Ensino Superior, Prof^a. Esther Figueiredo Ferraz, um Processo, solicitando licença para funcionar, em Santa Cruz do Sul, os Cursos de Letras (curta duração), o de Pedagogia e o de Estudos Sociais, este ainda em fase de aprovação [...] (SILVA, 1997, p. 185).

A partir dessa iniciativa, em 1967, o Major Gabriel Abbot Rodrigues, Presidente da Fundação Educacional de São Gabriel, solicitou ao reitor da UFSM a criação de uma extensão da FIC naquela cidade. O pedido obteve aprovação do Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, para oferta do Curso de Estudos Sociais, em 26 de março de 1968. Alguns meses depois, em 15 de junho de 1968, o General Alcy Vargas Cheniche, Presidente da Fundação Educacional de Alegrete, solicitou a criação dos Cursos de Pedagogia, Letras e Estudos Sociais (SILVA, 1997).

Em dezembro de 1969, houve uma transformação na oferta dos cursos de extensão ofertados pela FIC, pois, nesse momento, a UFSM começou a ofertar as suas próprias extensões. Assim, a FIC transferiu a oferta de todos os cursos de extensão para a UFSM.

No que diz respeito às instalações físicas da Instituição, no começo, a FIC ocupou as salas de aula do 2º e 3º andar do Colégio Sant'Anna, situado à rua dos Andradas, n. 1658, que pertencia à mesma Congregação.

[...] em 11/9/1955, lançava-se a pedra fundamental do atual prédio nº 1, em solenidade de que participaram autoridades, professores, estudantes e funcionários. As obras terminaram em 1957. O responsável técnico da obra foi o Eng. Wilson Aita. A comunidade respondeu positivamente às muitas campanhas, doando material de construção. Foi conseguida também verba pública (MARQUES; DALPIAN, 2008, p. 88).

Especificamente sobre as obras que envolveram a constituição desse prédio, o documento “Memória descritiva da construção da FIC, à rua dos Andradas, nesta cidade” traz uma síntese das principais decisões tomadas referente à sua estrutura. Assim, menciona aspectos de como o terreno foi preparado, sobre as fundações, a constituição das paredes (de alvenaria e com 25 cm para as externas e 15 cm para as internas), o concreto armado, a estrutura do edifício, o telhado, os pisos (de madeira de lei nas salas de aula e no salão nobre), o revestimento e as esquadrias.

No que diz respeito à Biblioteca Imaculada Conceição, quando da sua criação, a FIC recebeu suporte da comunidade franciscana do Colégio Sant'Anna,

utilizando a biblioteca procedente dessa Instituição de ensino, e que ocupava inicialmente o 1º andar do prédio do Colégio. Posteriormente, em 1988, a biblioteca foi transferida para o 1º andar do prédio administrativo da FIC.

Acerca dos recursos humanos, a FIC foi criada em 1955 com um grupo de Irmãs Franciscanas que atuaram diretamente na direção e em outros cargos da Instituição. Relaciona-se a seguir as Irmãs Franciscanas que atuaram na FIC, tendo entre parênteses seus respectivos nomes de batismo, pelo qual, algumas vezes, também eram identificadas, bem como o cargo que ocuparam: Irmã Consuelo (Carmen Silveira Netto), como Diretora e Professora; Irmã Felicidade (Maria Augusta Silveira Netto), como Secretária; Irmã Antônia (Thecla Leopoldina Rambo), como Professora; Irmã Eustasia (Katharina Hörvener), como Bibliotecária; Irmã Maria Veronice (Prisca Schmitz), como Tesoureira; Irmã Maria Adalberto (Otília Madalena Stülh), na Coordenação de Serviços Gerais; Irmã Maria Liris (Hilda Cecília Hanser), na Portaria. Ao longo dos anos, a lista de Irmãs Franciscanas foi aumentando, pois novas integrantes foram sendo incorporadas à Comunidade.

Ao recordar o processo de criação da FIC, Irmã Felicidade destaca suas impressões sobre o período, a partir de entrevista concedida à Revista *Vydia Especial*.

E o sonho se concretizou pelo esforço, pela dedicação de um grupo de Irmãs Franciscanas e de Professores idealistas, liderados pelo entusiasmo e pela coragem de Irmã Consuelo, alma dessa fundação. Santa Maria carecia de Cursos Superiores nos moldes da FIC... A luta foi árdua. Nada tínhamos, a não ser o ideal. Firmadas no ‘Deus Proverá’ de Madre Madalena Daemen, a FIC surgiu naquele 1955 [...] (VYDIA ESPECIAL, 1985, p. 12).

Percebe-se, na fala de Irmã Felicidade, o destaque para as ações desenvolvidas por Irmã Consuelo, mas também o retorno às origens da Congregação, especificamente com a menção do lema da sua fundadora: ‘Deus Proverá’, que era recitado a cada desafio encontrado no caminho, em uma crença e fé em um poder maior que auxiliaria na resolução dos problemas enfrentados pelas Irmãs Franciscanas.

Pode-se afirmar que, durante a gestão de Irmã Consuelo, que se tornou a primeira diretora da FIC, além da regulamentação legal dos cursos ofertados, outras demandas estavam presentes no seu cotidiano. A constituição dos espaços físicos para abrigar os cursos criados era uma necessidade, pois salas de aula, laboratórios e biblioteca eram premissas para o funcionamento da Instituição, mas também a formalização de um ambiente que propiciasse o desenvolvimento do ensino de qualidade. Em síntese, os cursos criados nesse período têm suas especificações legais, conforme demonstradas no Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 – Cursos ofertados pela FIC de 1955 a 1995

| CURSO | AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO | 1º DOCUMENTO DE RECONHECIMENTO |
|--|---|---------------------------------|
| Letras Anglo-Germânicas ¹¹⁹ | Parecer n. 40/55 – CFE ¹²⁰ Decreto n. 37.103 de 31/5/1955 | Decreto n. 42.801 de 13/12/1957 |
| Pedagogia | Parecer n. 40/55 – CFE Decreto n. 37.103 de 31/5/1955 | Decreto n. 42.801 de 13/12/1957 |
| História | Decreto n. 41.211 de 27/3/1957 | Decreto n. 47.437 de 16/12/1959 |
| Geografia | Decreto n. 41.211 de 27/3/1957 | Decreto n. 47.437 de 16/12/1959 |
| Letras Neolatinas ¹²¹ | Decreto n. 41.211 de 27/3/1957 | Decreto n. 47.437 de 16/12/1959 |
| Filosofia | Parecer 571/57 – CFE Decreto n. 43.568/1958 | Decreto n. 47.437 de 16/12/1959 |
| Matemática | Parecer 571/57 – CFE Decreto n. 43.568/1958 | Decreto n. 47.437 de 16/12/1959 |
| Didática | Parecer 571/57 – CFE Decreto n. 43.568/1958 | Decreto n. 47.437 de 16/12/1959 |
| Orientação educacional ¹²² | Portaria n. 105 de 12/3/1958 | - |
| Polivalente de Letras ¹²³ | 1968 | - |
| Estudos Sociais | Parecer 260/68 – CFE de 18/4/1968 | Decreto n. 68.628 de 18/5/1971 |

Fonte: Elaborado por Luciana Souza de Brito, 2019.

Bisognin (2005) aborda algumas das características dos cursos de graduação da FIC e FACEM no período. Assim, relata que

os cursos criados, em ambas as instituições, seguiram a legislação vigente, na época, que propunha currículos centrados em um elenco de disciplinas, previamente determinadas, e estruturadas por meio de conteúdos mínimos. Esses currículos tinham como característica central a rigidez dos pré-requisitos que dificultava o trabalho voltado às diversidades cultural e social vigente (de cada estado e de cada região do país). O foco central era o conteúdo. No final de cada semestre, o conteúdo deveria ser desenvolvido e não havia, em muitos casos, a valorização das características pessoais dos alunos, das condições da escola, dos professores, as diferentes condições sociais, etc. (BISOGNIN, 2005, p. 7).

119 A partir de 1963, o curso passou a se chamar Letras Inglês. No ano de 1974, o curso de Letras passou a ofertar as seguintes habilitações: Português Francês; Português Inglês e Português. Fonte: Documentos do Arquivo/DERCA UFN.

120 Conselho Federal de Educação (CFE).

121 A partir de 1963, o curso de Letras Neolatinas passou a se chamar Letras Francês. Sua oferta ocorreu até o ano de 1980.

122 Esse curso funcionou durante o período de 1958 a 1966.

123 Implementado na FIC como licenciatura curta, funcionou anteriormente como curso de extensão entre 1967 e 1969.

É relevante destacar que houve um período em que a FIC deixou de realizar a oferta do Curso de Filosofia, conforme relato da Irmã Maria Aparecida Marques (2018). Irmã Aparecida relatou que ingressou na FIC no Curso de Filosofia, e, durante as comemorações de 15 anos da Instituição (1970), estava no primeiro ano do Curso, participando ativamente dos festejos. Assim, lembrou que

houve crise nos cursos de Filosofia e de licenciatura, e eu sei que a FIC não conseguiu mais manter os cursos. E como a FIC era agregada a Universidade através de um decreto, então a Irmã Consuelo e a Irmã Felicidade na época, elas negociaram com a Universidade, e nós que ainda não tínhamos terminado o curso, a Universidade nos recebeu. Por transferência. E nós fomos para a Universidade [...] (MARQUES, 2018, [s/p]).

Dessa forma, percebe-se o envolvimento das Instituições, tendo em vista a agregação, pois, conforme relato da Irmã, a UFSM assumiu os alunos da FIC, na época, para que pudessem concluir o curso, a partir de uma negociação realizada entre Irmã Felicidade (Diretora da FIC na época) e Irmã Consuelo (Diretora da Faculdade Interamericana da UFSM à época), ambas pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas.

Ainda no que concerne à identificação da estrutura, das funções e atividades da Instituição, Silva (1997) refere que, até 1995, foram produzidos ao todo de seis (06) Regimentos, sendo que o primeiro tem como data de aprovação o dia 03/04/1957, por meio do Parecer n. 114/57, do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Já o segundo Regimento foi aprovado por meio do Parecer n. 551/59, do Egrégio Conselho Nacional de Educação. Em destaque, dispõe que a administração da FIC é de competência da SCALIFRA. O terceiro Regimento foi atualizado no ano de 1973, pelo Parecer n. 2.487/1973 – CESU. Transcorridos três (03) anos, nova reformulação foi realizada, e o quarto Regimento foi aprovado por meio do Parecer n. 143/1976, do Conselho Federal de Educação. O quinto Regimento veio a ser aprovado apenas em 1984, pelo Parecer n. 448/1984. Cinco anos mais tarde, tem-se a aprovação do sexto Regimento da FIC, pelo Parecer n. 777/1989, do Conselho Federal de Educação.

Quanto às atividades relacionadas aos cursos de pós-graduação, de acordo com Marques e Dalpian (2008, p. 91), “a FIC começou a oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, no ano de 1976”. Essa oferta teve forte influência do contexto educacional do período que exigia maior qualificação dos professores que atuavam no ensino em Santa Maria e região (MARQUES; DALPIAN, 2008).

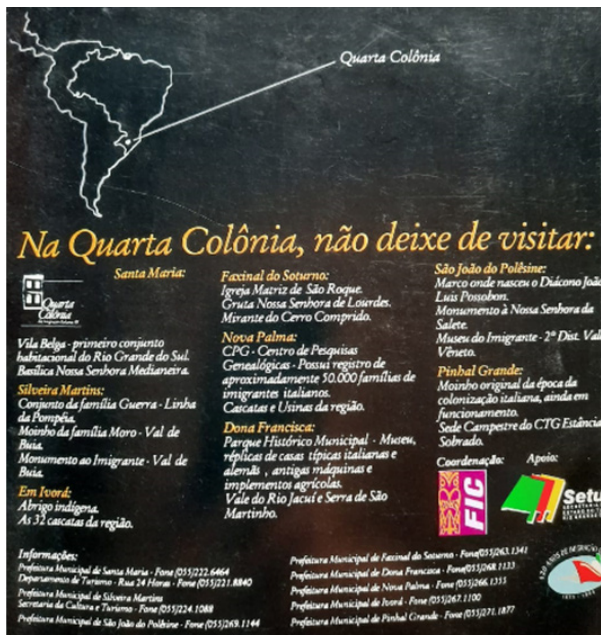
Especificamente sobre a pós-graduação *lato sensu*, a FIC ofertou entre o período de 1976 a 1985, quatorze (14) cursos, aos quais foram se somando novas ofertas, chegando ao total de dezenove (19) cursos, no ano de 1995. O Quadro 001 – Cursos ofertados na pós-graduação *lato sensu* na FIC e ano de matrícula, está

inserido no APÊNDICE A e apresenta o nome do curso e o respectivo ano de matrícula dos alunos. Esses dados permitem acompanhar o período de oferta dos respectivos cursos, considerando o ano de matrícula dos alunos, ao longo dos anos.

Destaca-se que, durante o período de discussões acerca da constituição das Faculdades Franciscanas, a partir da união da FIC e da FACEM, houve a ampliação da atuação dessas Instituições também por meio de ações de extensão. Por exemplo, a FIC manteve, entre os anos de 1994 e 1995, um convênio com a Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) do Rio Grande do Sul, o qual teve como resultado a elaboração de materiais gráficos de divulgação turística englobando “Santa Maria e a Quarta Colônia de Imigração Italiana do RS”.

A Figura 34, incorporada a seguir, ilustra um extrato do folder elaborado para divulgação dessa região, a qual abrangia os municípios de: Silveira Martins, Ivorá, Faxinal do Soturno, Nova Palma, Dona Francisca, São João do Polêsine, Pinhal Grande e Santa Maria. No folder, consta a logomarca da FIC e da SETUR, o que demonstra a presença da atuação da Instituição na comunidade local e no estado do RS em prol de projetos de desenvolvimento regional e integrados, aplicando um dos princípios educacionais da própria Congregação.

Figura 34 – Extrato do folder da Quarta Colônia (1995)



Fonte: (Arquivo Pessoal Profa. Maria Medianeira Padoin, 1995).

Cabe destacar ainda que, ao longo de sua trajetória, a FIC sempre teve Irmãs Franciscanas presentes no seu corpo administrativo e, em especial, como

Diretoras, sendo que a primeira delas foi Irmã Consuelo. Ao falar da participação das primeiras Irmãs na direção e condução das atividades da FIC, no momento da atribuição do título *Honoris Causa* à Irmã Consuelo e Irmã Felicidade (primeiras gestoras da FIC¹²⁴), Iraní Rupolo (2013, p. 23) afirma que “[...] é necessário destacar a sensibilidade e a audácia de nossas homenageadas em perceberem e atenderem à necessidade dos jovens e de suas famílias que demandavam o ensino superior em Santa Maria”. Os aspectos referentes à atuação empreendedora das mulheres no ensino superior em Santa Maria, em especial os que se referem à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, serão objeto de discussão nos próximos capítulos.

Assim, após um breve relato da trajetória da FIC, na subunidade a seguir, apresentem-se as características da constituição e a trajetória da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, segunda Instituição de Ensino Superior criada em Santa Maria, pertencente à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

2.3.3 Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira – FACEM

A implementação de uma Faculdade de Enfermagem na cidade decorre de um conjunto de fatores, os quais, de forma agregada, contribuíram para que a Instituição fosse criada. Em uma das fontes analisadas, o documento denominado “Enfermagem em Santa Maria”, escrito pela Diretora da FACEM, Noemi Lunardi (1970), consta o registro de como ocorreu o início da atuação da área de enfermagem no município.

Os relatos iniciam em 27 de setembro de 1890, quando abordam a assinatura do Decreto n. 791 por Marechal Deodoro da Fonseca¹²⁵, criando a primeira Escola Profissional de Enfermagem¹²⁶, em que, no mesmo ano, tem-se a vinda de

124 Considerando sua atuação em Santa Maria, e a partir de solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Saúde e Conselho Regional de Enfermagem – Subseção de Santa Maria, à Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, esta instituiu duas comendas com os seus respectivos nomes, a partir da Lei n. 6.045 de 23 de março de 2016, a serem entregues no mês de abril, considerado o mês da saúde. A comenda Irmã Felicidade é entregue anualmente a enfermeiros e enfermeiras que tenham atuação destacada no município. Já a comenda Irmã Consuelo é destinada a homenagear técnicos de enfermagem com atuação de destaque na profissão no município. A primeira sessão solene realizada pela Câmara de Vereadores para designar essas comendas está disponível no vídeo da TV Câmara disponibilizado no YouTube, com data de 28 de abril de 2016. Fonte: YOUTUBE. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PO_ISOdx2og>. Acesso em: 20 nov. 2020.

125 Responsável pela proclamação da república brasileira em 15 de novembro de 1889, assumindo a chefia do governo provisório.

126 A primeira Escola de Enfermagem do Brasil foi denominada de Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospício Nacional de Alienados (1890), no entanto alguns estudos apontam a Escola Ana Nery (1923) como sendo a primeira Instituição brasileira a formar profissionais da área de enfermagem (PAVA; NEVES, 2011).

um médico (cujo nome não foi mencionado) que buscava sua complementação profissional na área do serviço de enfermagem. Nesse contexto, em 1903, chegaram ao município representantes das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã para atuar no campo da saúde, junto ao Hospital de Caridade. Entre elas, estava Irmã Agatha Gheno, uma das primeiras a atuar no serviço de enfermagem.

Continuando a trajetória da enfermagem no município, outro fator que pode ser considerado diz respeito à atuação da Congregação em uma nova Comunidade, atendendo, desde 1932, a Casa de Saúde de Santa Maria. Em 1941, foi criado, junto ao Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, o curso de “Atendente do Serviço de Enfermagem”, sob responsabilidade do Dr. Astrogildo de Azevedo, o qual vigorou até 1948. Este é considerado o primeiro impulso para a formalização do ensino de enfermagem no município. Assim, no fim do curso, os alunos prestavam exames perante uma banca, e os aprovados recebiam certificado expedido pelo Departamento Estadual de Saúde¹²⁷.

Em contrapartida, a Congregação já havia iniciado um processo de formação de irmãs na área de enfermagem, considerando a criação, em agosto de 1951, do Curso Auxiliar de Enfermagem, na cidade de Porto Alegre, no Pavilhão São José, da Santa Casa de Misericórdia. O curso, inicialmente, ficou sob a responsabilidade das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, vindas de São Paulo, até que as Irmãs Franciscanas pudessem assumi-lo (CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ, 1951).

Nesse contexto, havia a expectativa de criação de um Curso Superior de Enfermagem, aproveitando a corpo técnico que estava sendo formado em Porto Alegre. Ao abordar o tema da qualificação profissional das Irmãs Franciscanas brasileiras, Flesch (1993, p. 204) assim se manifesta:

e o Conselho Provincial, como primeira resposta, reunido em 12 de fevereiro de 1951, contando ainda com a presença e o beneplácito da Superiora Geral, tomou uma decisão histórica, a qual já fora cuidadosamente estudada e preparada no decorrer do ano de 1950: a fundação de uma escola de enfermagem, em Porto Alegre. Tal iniciativa corresponderia a uma das maiores lacunas da Província e se tornaria possível com a colaboração prestimosa da Congregação das Irmãs Missionárias de Maria, sediadas em São Paulo, que se haviam prontificado a auxiliar na direção e na docência. Iniciar-se-ia com o curso para enfermeiras auxiliares, com duração de dezoito meses.

No entanto a década de 1950 foi muito expressiva em termos de mudanças estruturais nas atividades da Congregação no Brasil. Em 1951, tem-se a divisão da Província Brasileira. Assim, a Província do Imaculado Coração de Maria,

127 Faculdade de Enfermagem “Nossa Senhora Medianeira”. In: PROVÍNCIA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Breve histórico das casas da nossa Província (1872-1972)**, [S.l]: [s.n], 1972, p. 1.

com sede em Santa Maria, considerando a quantidade, qualidade e diversidade de Comunidades sob sua gestão, acabou por ser a responsável pela Instituição de Ensino Superior criada na área de enfermagem na cidade de Santa Maria.

Outro fato que favoreceu a criação do Curso de Enfermagem em Santa Maria compreende a criação da Faculdade de Medicina¹²⁸, em 1954. Nesse sentido, havia carência na cidade de profissionais com essa formação para atender às demandas locais, que contava com número restrito de profissionais atuando na área. Portanto, foi dirigido à Provincial do Imaculado Coração de Maria, Madre Antoninha Werlang, da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, uma solicitação para a criação de uma Escola de Enfermagem (BACKES et al., 2015).

Pode-se afirmar que algumas das discussões no âmbito da Congregação sobre a possibilidade de constituição do Curso de Enfermagem estão registradas no Livro de Protocolos da Província do Imaculado Coração de Maria (1951-1958), Relatório da Província do Imaculado Coração de Maria (1953-1956) e Livro de Crônicas da Província do Imaculado Coração de Maria (1955-1965).

No Livro de Protocolos, especificamente, há o registro de n. 8/54, 1º sessão, de 10 de 11 de dezembro de 1954, o qual aborda uma justificativa sobre a necessidade de fundar a Escola de Enfermagem sob a gerência da Congregação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria.

Convencemo-nos cada vez mais que é a vontade de Deus de salvarmos esta obra para a Santa Igreja. Os membros da Diretoria do Hospital se manifestam a maior boa vontade em nos auxiliar. A Congregação das Irmãs Franciscanas Bernardinas já pôs a disposição na Irmã enfermeira mais preparada. Esperamos, outrossim, um auxílio da Província do Sagr. Coração de Jesus (PROVÍNCIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. Livro de Protocolos, 1954, p. 57v).

O registro do livro cita a figura de uma Irmã Franciscana Bernardina, com formação em enfermagem, para vir auxiliar na condução dos trabalhos da Escola de Enfermagem, entretanto este foi o único documento em que se vislumbrou essa informação. Todos os demais documentos consultados na FACEM, bem como os registros do jornal A Razão, dizem que se configurou a vinda de uma Irmã Vicentina, Irmã Emília Clarizia¹²⁹, como primeira gestora da

128 Sobre a criação da Faculdade de Medicina Barichello (2001, p. 148) destaca que “O Curso de Medicina de Santa Maria foi instituído em sessão do Conselho Universitário da UFRGS datada de 04 de abril de 1954. Funcionou, em seus primeiros anos, através de uma soma de esforços que unia o aproveitamento dos recursos materiais e humanos da Faculdade de Farmácia já existente em Santa Maria à vinda de professores da Faculdade de Medicina da universidade da capital”.

129 Irmã Emília Clarizia tem seu nome citado em alguns documentos da Instituição também como Rosa Clarizia, motivo pelo qual em algumas publicações encontra-se a menção aos dois nomes. Segundo Backes et al. (2015), Irmã Emília Clarizia formou-se como enfermeira com especialização na Universidade De Paul, em Chicago. Foi enviada para o Rio

Instituição, tendo em vista sua formação em enfermagem.

A Figura 35¹³⁰ registra o momento do discurso de Irmã Emília Clarízia (diretora da FACEM) durante a solenidade de inauguração do Curso de Enfermagem da FACEM, com coroa em preto e branco, de tamanho 10x15 cm, com data de 31 de maio de 1955, sem identificação de autoria.

Figura 35 – Irmã Emília Clarízia proferindo discurso em cerimônia de criação do Curso de Enfermagem da FACEM



Fonte: (Acervo fotográfico da Universidade Franciscana, 31/05/1955).

Além deste, o registro n. 1/55, 1º sessão, de 30 e 31 de janeiro de 1955, destaca o empenho da Congregação em buscar pessoal qualificado para formar o corpo docente da Instituição. Assim, estas buscaram o apoio junto à Escola de Enfermagem de São Paulo¹³¹, a qual informou não poder auxiliar no momento, e a Escola de Enfermagem Hugo Werneck¹³² de Belo Horizonte, das religiosas Servas do Divino Espírito Santo, que concordou em encaminhar uma enfermeira diplomada. A partir dessas decisões, em reunião, deliberou-se pelo encaminhamento de duas Irmãs para formação na Escola de Enfermagem em São Paulo, e as demais (número não mencionado) para formação junto à Escola de Enfermagem Hugo Werneck de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

Nesse contexto, ainda acerca da constituição da FACEM, outras fontes

Grande do Sul para fundar a primeira escola de Enfermagem no interior do Estado.

130 A imagem também foi publicada no DVD institucional “Imagens, Memórias e Histórias” (2008), organizado por Claudemir de Quadros.

131 Foi criada com a colaboração da Fundação de Serviços de Saúde Pública (FSESP), no ano de 1944, e faz parte da Universidade de São Paulo (BRAZ, 2014).

132 Criada em 1942, nos moldes da Escola Anna Nery do Rio de Janeiro, a organização da escola estava ligada diretamente à Santa Casa de Misericórdia. O Curso de graduação em Enfermagem foi criado em 1945 (BRAZ, 2014).

foram consultadas, o Livro de Crônicas (1955-1965), ao abordar “Novos estabelecimentos e cursos”, no ano de 1955, apenas cita a constituição da Escola de Enfermagem, sem apresentar maiores detalhes.

Já o Relatório da Província (1953-1956), estruturado na forma de perguntas e respostas, questiona se foram realizadas novas atividades durante o quinquênio, e quais os planos futuros, para o que foi respondido que, em diversos estabelecimentos, foram ampliadas as atividades, sendo que, “para o aperfeiçoamento de enfermeiras, fundou-se a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, que foi anexada ao Hospital de Caridade, em Santa Maria” (PROVÍNCIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1953-1956, p. 27). Quanto ao planejamento, destacou-se o investimento na formação das irmãs: “Para o futuro projeta-se e já estão sendo dados os primeiros passos, enviar Irmãs à Roma e aos U.S.A., a fim de se aperfeiçoar técnica e cientificamente; frequência a Cursos de Especialização para Enfermeiras, etc.” (PROVÍNCIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1953-1956, p. 27).

Também se buscou um maior aporte de informações com a leitura do relato sobre esse processo, presente no “Histórico ou crônicas da Escola de Enfermagem”, disponível no ANEXO E, em que consta:

A aprovação da Faculdade de Medicina em parte depende ainda do campo hospitalar adequado. E, por isso, impunha-se a criação de uma Escola de Enfermagem.

Dr. José Mariano da Rocha Filho e Dr. Miguel Meirelles respectivamente Diretor das Faculdades de Farmácia e Medicina e Diretor Médico do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo, entraram em contato com a Reverenda Madre Antoninha, Superiora Provincial das Irmãs Franciscanas, já a testa da Direção do Hospital para estudarem a possibilidade da criação de uma Escola Superior Enfermagem (ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1955, p. 1).

Nesse contexto, Zampieri (2011, p. 96) corrobora ao afirmar que os motivos para constituição da Faculdade de Enfermagem no Município decorrem da “[...] necessidade de um serviço de enfermagem qualificado para o campo hospitalar de Santa Maria [...]”. Estes, portanto, seriam os motivos para a constituição de uma escola de enfermagem em uma cidade no interior do estado do Rio Grande do Sul.

Já Lima et al. (2010) destacam que, à época, no Brasil, a constituição das Escolas Universitárias de Enfermagem e os Serviços de Enfermagem tinham como padrão a inserção destas como instituições anexas às Faculdades de Medicina. Tal situação não foi adotada pela FACEM, pois, após sua criação, foi colocada sob responsabilidade da mantenedora (SCALIFRA) da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e, posteriormente, na

década de 1960, foi agregada à Universidade de Santa Maria.

Sobre a instalação da Escola de Enfermagem no Município, entende-se que a Crônica do ano de 1955 (mencionada anteriormente), encontrada junto ao acervo documental da FACEM, é muito significativa, pois apresenta elementos sobre as necessidades que vieram a fundamentar a vontade de criação do curso.

Entre esses elementos tem-se: a escolha e a vinda da primeira diretora (Irmã Emília Clarízia); a relação das primeiras alunas inscritas; a definição da data de realização da aula inaugural para o dia 31 de maio, proferida pelo Dr. Alfredo Hofmeister, Diretor Geral do Departamento Estadual de Saúde com a descrição das autoridades presentes na mesa da aula inaugural; a entrega das insígnias às alunas por Dom Antonio Reis¹³³ (Bispo Diocesano de Santa Maria), junto com Padre Caetano Pagliuca e Monsenhor Frederico Didonet, após um período denominado de ‘preliminares’.

Esse documento (ANEXO E) vem demonstrar as preocupações iniciais na oficialização e valorização da fundação da Escola de Enfermagem, como a visão política de inserção tanto na comunidade local como de visibilidade em nível estadual, além do caráter de Instituição pertencente a uma Congregação religiosa católica.

Além desse documento, há o “Relatório para fiscalização permanente”, de maio de 1957, que foi encaminhado ao Ministério da Educação e Cultura com vistas ao reconhecimento do curso e que apresenta em seu anexo uma Declaração dos membros da Diretoria do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo¹³⁴, de 19 de fevereiro de 1955, em que estes colocam à disposição da nova Escola auditório, salas de aula, apartamentos para residência das alunas, ofertas de estágio para as alunas na enfermaria do hospital, a partir da estruturação de convênio entre essa instituição e a SCALIFRA-ZN. Assim, um dos pontos essenciais para a criação da Escola estava sendo disponibilizado, ou seja, o espaço físico necessário ao início das aulas.

A partir do recebimento de parecer favorável, a autorização de

133 Dom Antonio Reis foi o terceiro Bispo Diocesano de Santa Maria e iniciou suas atividades a partir da sua nomeação, em 13 de dezembro de 1931. O início de suas atividades em Santa Maria ocorre a partir de 13 de janeiro de 1932. (Fonte: Santa Maria 150 Anos Orgulhosos. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 17 maio 2008, p. 54; e *website* da ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA, 2017).

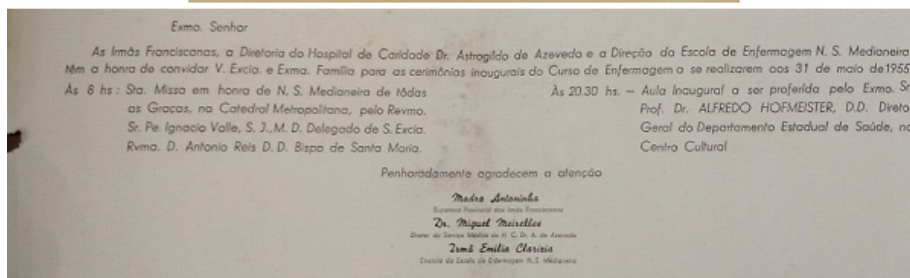
134 Acerca do histórico de criação do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, Lima et al (2010, p. 11) colocam que “Em 1898, objetiva-se a criação de um hospital. A partir da mobilização da comunidade, funda-se, no mesmo ano, o Hospital de Caridade, destinado a atender os pacientes pobres. Em 1901, o hospital muda de objetivo e demarca a ampliação do estabelecimento, datada do ano de 1903. Em homenagem a seu fundador, tomou o nome de Hospital de Caridade Dr. Astrogildo César de Azevedo, permanecendo na condição de hospital filantrópico, apesar de, na atualidade, contemplar uma extensa gama de serviços privativos e conveniados”.

funcionamento da FACEM ocorreu por meio da publicação pelo Ministro da Educação, Cândido Motta Filho, da Portaria n. 144, de 16 de maio de 1955. Considerando o parecer favorável, foi realizado no dia 31 de maio de 1955, às 16h30min um coquetel para convidados, nas instalações do colégio Sant’Anna.

Nesse mesmo dia, duas outras atividades seriam desenvolvidas, conforme convite inserido na Figura 36. No convite, a Provincial das Irmãs Franciscanas (Madre Antoninha Werlang), o Diretor do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo (Dr. Miguel Meirelles) e a Diretora da FACEM (Irmã Emília Clarízia) convidam para a realização das ‘cerimônias inaugurais’ da FACEM.

A primeira atividade a ser realizada às 8h da manhã, consistiu em uma missa na Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição, ministrada pelo P. Inácio Vale S. J., em nome de Dom Antonio Reis, impossibilitado de comparecer por motivos de saúde¹³⁵. E, posteriormente, às 20h30min, a segunda atividade realizada foi a aula inaugural, a cargo do Prof. Dr. Alfredo Hofmeister (Diretor do Departamento de Saúde), no Centro Cultural.

Figura 36 – Convite para aula inaugural da FACEM (frente e interior)



Fonte: AHMSM, Fundo Prefeitura Municipal, Correspondências expedidas e recebidas, cx. 229, tomo n. 1476.

Nesse contexto, o jornal A Razão aborda a constituição dessa Instituição em Santa Maria como um empreendimento relevante, tendo em vista que as

135 Fonte: PROVÍNCIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. Livro de Crônicas da Província do Imaculado Coração de Maria (1955-1965).

futuras enfermeiras auxiliariam no suporte à equipe médica do Hospital de Caridade. Assim, a primeira reportagem que menciona a FACEM data de 21 de maio de 1954, com o título “Anunciada a instalação de uma escola de enfermagem em S. Maria”. A matéria se constitui em um editorial sem identificação de autoria e discorre sobre o futuro funcionamento de uma escola de enfermagem anexa à Faculdade de Medicina recentemente criada, “[...] de característica oficial e mantida por órgãos governamentais” (ANUNCIADA, 1954, p. 6). Como evidenciou-se mais tarde, a Instituição foi criada de forma particular, sob a gerência da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

No ano de instalação da FACEM, 1955, novas notícias foram publicadas nesse periódico em específico, totalizando cinco (05) reportagens. A primeira delas é de trinta de março¹³⁶ e aborda as características da constituição da futura Faculdade, aos moldes da Escola Ana Neri, do Rio de Janeiro, com declarações da Irmã Emília Clarízia, sua primeira diretora, da Congregação das Filhas da Caridade São Vicente de Paulo, que veio a Santa Maria a convite das Irmãs Franciscanas.

Essa reportagem apresenta informações sobre a constituição da Instituição, de como se dará o ingresso das interessadas, bem como do apoio de duas Instituições locais – a Faculdade de Medicina e o Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, sendo que este último cederá suas instalações para a realização das aulas. Ao final da reportagem, Irmã Emília Clarízia destaca o protagonismo de Santa Maria no desenvolvimento do ensino superior, com destaque na área da saúde, e enfatiza os esforços envidados para que a Faculdade de Enfermagem que estava sendo criada pudesse contribuir nesse processo.

A Figura 37 evidencia o destaque que foi dado no jornal *A Razão* para essa notícia, ao publicar uma reportagem de quase uma página sobre o tema. Além disso, traz na imagem uma fotografia da Superiora Provincial das Irmãs Franciscanas, Madre Antoninha Werlang, a qual apoiou a concretização das instalações da FACEM, sob a gerência das Irmãs Franciscanas na cidade, além da diretora da Instituição, Irmã Emília Clarízia (ao centro).

¹³⁶ Fonte: ESCOLA de enfermagem nos moldes da “Ana Neri” do Rio de Janeiro. *A Razão*, Santa Maria, 30 mar. 1955, p. 4.

Figura 37 – Reportagem – Constituição da Escola de Enfermagem

IRMÃ EMÍLIA, (ao centro) diretora da Escola de Enfermagem, quando falava à reportagem de "A RAZÃO", acompanhada da Irmã Lourdes e madre Antonina, respectivamente assistente e provincial das Irmãs Franciscanas.

DESENVOLVIMENTO DO ENSINO EM S. MARIA

Escola de Enfermagem nos moldes da "Ana Neri" do Rio de Janeiro

Magnífica oportunidade a jovens sanmarienses — Declarações da Irmã Emília, diretora do importante curso

Tendo regressado ao Rio a srta. Haidée Guarná, Doutora, enfermeira-chefe da Campanha Nacional de Tuberculose e designada pela Divisão do Ensino Superior para verificar as condições de nossa cidade como sede de uma Escola de Enfermagem de alto padrão, programamos Irmã Emília, da Ordem de São Vicente do Paulo, que atendeu com as Irmãs Franciscanas, dirigirá a nova unidade do ensino.

Temos encontrado no Café, com a Faculdade de Medicina de Santa Maria, cujo diretor o prof. Mariano da Rocha Filho, bem compreendendo o extraordinário alcance social desta iniciativa, se fez uma de seus paladinos e maiores interessados.

Assim em estreita colaboração com a Faculdade de Medicina e com o Hospital de Caridade, cujo sopro diretor-médico dr. Manuel Hestres, conta também entre os nossos mais entusiastas e incentivadores, dispôs a nova Escola para prática das matérias básicas das instalações da praça, e, para os trabalhos hospitalares, das enfermarias, laboratório e demais instalações do Hospital.

A ESCOLA DE ENFERMAGEM

Dizem-nos Irmã Emília: — "A Escola de Enfermagem de Santa Maria será uma escola de enfermagem de alto padrão nos moldes da Escola "Ana Neri" do Rio de Janeiro. Esta magnífica iniciativa temida possível graças a vontade de servir que caracteriza as Irmãs Franciscanas, ao magnífico sopro de ensino médico verificado com o estabelecimento nesta cidade da modesta Faculdade de Medicina de Santa Maria, e a existência do extraordinário estabelecimento assistencial que o Hospital "Dr. Astrucillo do Oliveira", marca uma nova página na história da saúde em Rio-Grande do Sul.

Todas as Faculdades de Medicina do país têm o direito de estabelecer uma Escola de Enfermagem. Nesta cidade a Escola de Enfermagem que será fundada manterá condições

Trinta milhões de quilos de mate para o Uruguai

RIO, 24 (S. I. A.) — Entre 1950 e 1951, havendo sido o maior comércio do mundo em 1951.

Reforma ministerial

Café Filho teria já articulado a mudança de diversos ministros

SÃO PAULO, 29 (Meidiom) — Comenta-se em alguns círculos políticos locais que o sr. Café Filho

pretende instituir um novo ministério.

Alguns nomes já estavam em foco para essa reforma, destacando-se os seguintes: Casillas Fátima para o Ministério do Trabalho; Mendes da Rocha para a Agricultura; Humberto Bastos para o Ministério da Fazenda, e general Olímpio Falcão para o Ministério da Guerra.

SITUAÇÃO DA PETROBRAS

RIEM, 29 (Meidiom)

Importante reunião aconteceu ontem, hoje, nesta capital a convite de Mr. V.

Dessa é a reportagem: — A Petrobrás está em condições de assumir a responsabilidade de levar a efeito a exploração do petróleo na Bacia Anacleto. Para isso conta com recursos nacionais e estrangeiros e com o estabelecimento e organização da base geológica que serve em suas fileiras.

Federação Acadêmica

Movimento para a sua fundação

Movimentando-se os círculos acadêmicos locais, a exemplo de Porto Alegre e Pelotas, para a fundação da entidade matriz dos universitários, os de nossa Federação Acadêmica.

A iniciativa foi recente, fundada, esperando-se a sua consecução para fins de abril, quando deverão estar organizadas as diversas centros acadêmicos das Faculdades locais.

— A entidade ministradora — acrescentou numa entrevista — a Ordem das Irmãs Franciscanas, além das facilidades que reconhecem o terreno fraterizado para instalações — a Faculdade de Medicina de Santa Maria e o Hospital de Caridade — contamos com a ajuda de quinhentos mil cruzeiros consignados no Orçamento Federal da União, em corrente ano pelo ilustre deputado Dr. Tasso Dutra, por solicitação do professor Mariano da Rocha Filho, Presidente da Associação Santamariense Pró Ensino Superior.

O reporter, usando da gentileza de sua entrevistada, arribeou mais uma pergunta: Qual a sua impressão sobre Santa Maria?

Santa Maria — disse Irmã Emília — tem merecido o nome que ostenta. É uma das mais belas cidades do interior do Brasil. Impressionamos, particularmente, o suntuoso e extraordinário do ensino superior que nela se verifica neste momento. Dentro de poucos anos será um dos maiores centros acadêmicos do país, e a Escola de Enfermagem que iremos iniciar, dará, neste caso, pela dedicação de seus preceptores e alunos, uma contribuição apreciável para que isso se realize.

Santa Maria — disse Irmã Emília — tem merecido o nome que ostenta. É uma das mais belas cidades do interior do Brasil. Impressionamos, particularmente, o suntuoso e extraordinário do ensino superior que nela se verifica neste momento. Dentro de poucos anos será um dos maiores centros acadêmicos do país, e a Escola de Enfermagem que iremos iniciar, dará, neste caso, pela dedicação de seus preceptores e alunos, uma contribuição apreciável para que isso se realize.

Vinte milhões de cruzeiros para aquisição de reprodutores

RIO, 24 (S. I. A.) — Vinte milhões de cruzeiros serão aplicados, este ano, pelo Ministério da Agricultura, na aquisição de reprodutores, no país e no estrangeiro, das espécies bovinas, suínas, ovíneas e caprinas.

Produção Animal vai adquirir grande número, materializado em um estabelecimento de criação. Já os municípios são obrigados a comprar de seus respectivos estabelecimentos de criação, em benefício da cultura ferrugineira e equipamento para instalação e criação de áreas.

O Departamento Nacional de

Fonte: (DESENVOLVIMENTO do Ensino em Santa Maria. A Razão, Santa Maria, 30 de mar. 1955, p. 4).

As reportagens de vinte e oito¹³⁷ e trinta e um¹³⁸ de maio tratam, especificamente, sobre a aula inaugural realizada pelo Dr. Alfredo Hofmeister, Diretor Geral do Departamento Estadual de Saúde, para as dezenove (19) candidatas aprovadas no Curso de Enfermagem.

Posteriormente, as reportagens de dois¹³⁹ e três¹⁴⁰ de junho também abordam a aula inaugural da FACEM, sendo que, na primeira delas, é publicado o discurso do Prof. Mariano da Rocha Filho, na íntegra, Presidente da ASPES, o qual enfatiza a atividade como uma importante ação em prol da constituição da Universidade de Santa Maria (ANEXO F). Assim, mais uma vez, a partir da constituição de uma Faculdade gerenciada pelas Irmãs Franciscanas, o proponente da aula inaugural destaca a relevância dessa ação para a criação da USM e a participação da Congregação no contexto educacional em Santa Maria. A FIC e a FACEM, enquanto Instituições pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas são unidades que, em 1960, servirão de base para a fundação da Universidade de Santa Maria, a partir da sua agregação a esta, em conjunto com outras Faculdades presentes em Santa Maria na época.

No discurso, o Prof. José Mariano da Rocha Filho destaca a participação da ASPES nas discussões para a criação da FACEM, mas, principalmente, a importância de Santa Maria como protagonista e líder no que denomina de ‘marcha pela interiorização do ensino superior’ frente às outras cidades do estado, favorecendo a cultura e a ‘Nação brasileira’. Nesse sentido, a partir de dados do censo nacional, destaca que 70% da população brasileira reside no interior, sendo, portanto, mais construtivo criar ambientes de estudo fora das metrópoles, com vistas a atender essa população.

É relevante ainda mencionar os agradecimentos prestados àqueles que contribuíram para a criação da FACEM: o Prof. Dr. Jurandyr Lodi (Diretor do Ensino Superior) e Tarso Dutra (Deputado). Além disso, destaca que,

para possibilitarmos o funcionamento imediato da Escola de Enfermagem não exitamos um minuto sequer [sic] em por à sua disposição de instalações laboratoriais das Faculdades de Farmácia e de Medicina, o que conseguimos graças a [sic] elevada visão dos membros componentes de sua Congregação, confirmando assim o espírito universitário sempre cultivado pelos pioneiros do ensino superior em Santa Maria (ROCHA FILHO, 1955, p. 6).

137 Fonte: TERÇA-FEIRA as cerimônias inaugurais da Escola de Enfermagem de Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, 28 maio 1955, p. 6.

138 Fonte: SERÁ proferida hoje aula inaugural da Escola de Enfermagem. **A Razão**, Santa Maria, 31 maio de 1955, p. 6.

139 Fonte: SANTA Maria na liderança da marcha pela interiorização do Ensino Superior. **A Razão**, Santa Maria, 2 jun. 1955, p. 6 e 2.

140 Fonte: AULA inaugural da Escola de Enfermagem. **A Razão**, Santa Maria, 3 jun. 1955, p. 6.

Dessa forma, percebe-se, pelo discurso, o envolvimento de diferentes representantes da cidade na constituição da FACEM, os quais envidaram esforços para sua implementação com a gerência da Congregação das Irmãs Franciscanas. As Irmãs Franciscanas demonstram, mais uma vez, sua visão e atuação empreendedoras no ensino superior no ano de 1955, pois aceitaram o desafio de criar algo novo, a partir do aproveitamento de recursos existentes (humanos e materiais), assumindo os riscos da gestão da Instituição.

A segunda reportagem tem como ponto focal uma foto da mesa de autoridades presentes na aula inaugural e uma breve descrição sobre como esta foi realizada. Assim, a Figura 38 registra como foi noticiada, no jornal *A Razão*, a aula inaugural da FACEM, tendo em destaque a diretora da Escola de Enfermagem, Irmã Emília Clarízia, e a denominação dos demais componentes da mesa.

Figura 38 – Reportagem – Aula inaugural da FACEM realizada em 31/05/1955



Fonte: (AULA inaugural da Escola de Enfermagem. *A Razão*, Santa Maria, 3 de jun. 1955, p. 6).

Sobre as atividades da FACEM veiculadas no jornal *A Razão*, novas matérias foram publicadas ao longo dos anos (1955-2009), sendo que foram identificadas um total de quatrocentos e setenta e seis (476) reportagens sobre a Instituição. É pertinente referir que o período extrapola o tempo de atuação da FACEM (1955-1995), pois compreende reportagens que citam a Instituição mesmo depois da sua incorporação por parte das Faculdades Franciscanas. Em sua maioria, as publicações têm entre uma e duas páginas, sendo que as maiores se referem à lista de aprovados em concurso vestibular.

Tendo em vista a Declaração de 19 de fevereiro de 1955, o Hospital de

Caridade Astrogildo de Azevedo, comprometeu-se em disponibilizar espaços para que as aulas ocorressem nas dependências do Hospital, bem como a parte administrativa da escola e as acomodações da sua primeira diretora, Irmã Emília Clarízia.

Entre outros aspectos, o documento menciona que o Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo disponibilizou espaços para sala de aula, residência das alunas, supervisoras e direção, e as Faculdades existentes na época (de Farmácia, de Medicina e a FIC) se comprometeram a disponibilizar a sua biblioteca, os laboratórios e demais instalações para a nova Faculdade de Enfermagem que estava sendo criada.

Figura 39 – Alunas na Biblioteca



Figura 40 – Alunas lendo na Biblioteca



Fonte: (Acervo fotográfico da Universidade Franciscana, 195-).

A Figura 39 apresenta um registro das instalações da biblioteca da FACEM. Trata-se de uma foto produzida no formato 9x9 cm, com cromia em preto e branco, na década de 1950, que foi publicada no DVD institucional “Imagens, histórias e memórias”, organizado por Quadros (2008), e no livro “Enfermagem FACEM/UNIFRA: uma trajetória de transformações”, organizado por Backes et al. (2015). Traz o registro de uma aluna da FACEM recebendo orientações no espaço da biblioteca da Instituição, um espaço de aprendizado e assimilação de conhecimentos.

A Figura 40, com cromia em preto e branco, adquiriu uma tonalidade sépia¹⁴¹ com o passar dos anos, tem tamanho 10x15 cm, e cromia preto e branco. Foi inserida junto ao ‘Relatório para fiscalização permanente (1957)’, tendo sobre a emulsão as rubricas das assinaturas de Dinah de Freitas Só, Inspectora Federal; Franklin Olivé Leite, Inspetor Federal e Abyhael Maria Souza, enfermeira de Saúde Pública relatores do Relatório de fiscalização encaminhado ao

141 A tonalidade sépia nas fotografias ocorre por meio de dois procedimentos: quando ela é produzida a partir do processo fotográfico de viragem sépia, ou quando uma fotografia inicialmente produzida em preto e branco é mal acondicionada ao longo dos anos, motivo pelo qual a imagem acaba modificando a sua tonalidade.

Diretor do Ensino Superior – Jurandyr Lodi em 24/04/1957.

Apresenta ainda a seguinte informação junto ao Relatório: “A formação social, cultural e psicológica é dada ao lado de um esmerado adestramento profissional, com a finalidade de enriquecer as fileiras da ‘enfermagem sul-riograndense’” (ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1957, p. 14).

Ambos os registros, apesar de não terem indicação de autoria, aparentam ter sido confeccionados por profissional, considerando a sua qualidade técnica e estética, e a forma produzida, com a finalidade de divulgar as ações do Curso de Enfermagem da FACEM.

Nesse contexto, outro espaço de busca de conhecimento corresponde aos laboratórios utilizados pelas discentes. A Figura 41, inserida na sequência, corresponde a uma fotografia produzida com cromia preto e branco, do tamanho 10x15 cm, e traz o registro do uso do laboratório no Hospital de Caridade. Pela qualidade da imagem, entende-se que é uma fotografia dirigida por um fotógrafo, produzida com a finalidade de passar uma mensagem de divulgação do Curso de Enfermagem, no entanto não foi possível identificar a autoria.

Essa imagem foi inicialmente produzida para fazer parte do ‘Relatório para fiscalização permanente (1957)’, tem, sobre a emulsão, as rubricas das assinaturas de Dinah de Freitas Só, Inspetora Federal; Franklin Olivé Leite, Inspetor Federal e Abyhael Maria Souza, enfermeira de Saúde Pública, relatores do Relatório de fiscalização encaminhado ao Diretor do Ensino Superior – Jurandyr Lodi em 24/04/1957.

A referida imagem apresenta a seguinte informação junto à página do relatório em que foi inserida: “O laboratório do Hospital constitui para as alunas um ótimo campo de estudo” (ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1957, p. 17).

Figura 41 – Aluna da FACEM no laboratório do Hospital de Caridade



Fonte: (Arquivo da DERCA – Universidade Franciscana, Relatório para fiscalização permanente, imagem produzida entre 1955 a 1957, p. 17).

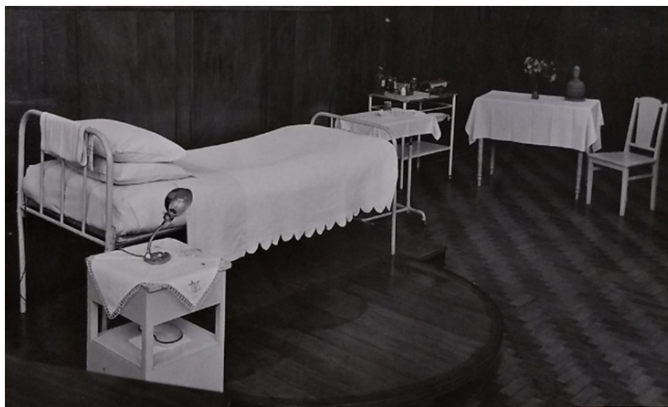
Nesse contexto, corrobora esta declaração a afirmativa de Marchiori, Costenaro, Pavão (2009, p. 104):

A administração do Hospital de Caridade colocou à disposição uma área do prédio para essa finalidade, com espaço suficiente para salas de aula, residência dos alunos, serviços de supervisão e direção. Além disso, as faculdades de Farmácia e Medicina disponibilizaram à escola seus laboratórios e biblioteca, para garantir melhor funcionamento.

Entre as salas específicas destinadas à formação das estudantes, estava a ‘Sala de demonstração’ (Figura 42), que era utilizada para a realização de práticas a partir do relacionamento das atividades teóricas vislumbradas em sala de aula. A imagem, produzida em preto e branco, do tamanho 10x15 cm, traz a seguinte informação registrada na página em que foi inserida “Na ‘Sala de Recuperação’ os estudantes traduzem na prática os ensinamentos teóricos relacionados com as mais diversas técnicas de enfermagem” (ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1957, p. 23).

Assim como a figura anterior, não tem identificação de autoria e tem sobre a emulsão as rubricas das assinaturas de Dinah de Freitas Só, Inspetora Federal; Franklin Olivé Leite, Inspetor Federal e Abyhael Maria Souza, enfermeira de Saúde Pública, relatores do Relatório de fiscalização encaminhado ao Diretor do Ensino Superior – Jurandyr Lodi em 24/04/1957.

Figura 42 – Sala de demonstração



Fonte: (Arquivo da DERCA – Universidade Franciscana, Relatório para fiscalização permanente, imagem produzida entre 1955 a 1957, p. 23).

A respeito da oferta das aulas nas dependências do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, Marchiori, Costenaro e Pavão (2009, p. 104) relatam, ainda, que “As aulas eram ministradas no hospital pelas próprias irmãs e por professores que, inicialmente, trabalhavam sem remuneração, pois a entidade não

dispunha de meios financeiros”. Inicialmente, o Curso de Enfermagem ofertava duas habilitações, Licenciatura em Enfermagem e Enfermagem de Saúde Pública.

Acerca das primeiras atividades de ensino na área de Enfermagem, foi localizada junto ao acervo fotográfico do Museu Histórico das Irmãs Franciscanas uma imagem digital, em preto e branco (Figura 43) que faz parte desse contexto do início das atividades. Não foi possível identificar o equipamento utilizado na produção do original, que consiste em um positivo em papel, com cromia em preto e branco. No entanto o acesso para a pesquisa se deu junto à cópia digital, com dimensão de 5328 x 3944 *pixels*, produzido em 30/10/2015, com tamanho de 2858 kb.

Assim, nesse registro, há algumas alunas posando com o Dr. José Pinto de Moraes, o qual ministrou aulas junto ao Curso de Atendente do Serviço de Enfermagem. Com relação a publicações bibliográficas e/ou divulgação com fins de difusão da imagem, não há informações de publicação, assim, é um material que ainda não foi explorado.

O Dr. José Pinto de Moraes criou o curso de Atendente do Serviço de Enfermagem, ministrado a partir de 1941, nas dependências do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, tendo sido conhecido como ‘precursor da Enfermagem científica em Santa Maria’, o qual tinha os certificados expedidos pelo Departamento Estadual de Saúde. Assim, evidencia-se a relevância da sua atuação como professor junto ao Curso de Enfermagem da FACEM, pela sua experiência e por seu reconhecimento dos serviços já desenvolvidos na cidade na área da saúde.

Figura 43 – Dr. José Pinto de Moares e alunas



Fonte: (Acervo iconográfico do Museu Histórico Cultural das Irmãs Franciscanas, 19--).

A Figura 44¹⁴², inserida a seguir, traz um flagrante realizado nas dependências do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo. Na imagem, percebe-se a figura de Irmã Emília Claríza, Diretora da FACEM, junto às alunas. A referida imagem¹⁴³ foi produzida entre os anos de 1955 e 1957, com cromia em preto e branco, no formato 10x15 cm e não tem identificação de autoria.

Figura 44 – Primeira turma do Curso de Enfermagem da FACEM



Fonte: (Acervo fotográfico da Universidade Franciscana, 1955 a 1957).

Dando continuidade à trajetória institucional da FACEM, é relevante abordar os atos legais que a constituíram. Assim, com relação às legislações que constituíram a Escola de Enfermagem, primeiramente, foi realizada uma visita de verificação por parte do Ministério da Educação e Cultura, sendo a responsável a senhorita Haydée Guanais Dourado¹⁴⁴, responsável pelo Setor de

142 Não foi possível identificar a autoria das Figuras 39, 40, 41, 42, 43 e 44, no entanto conseguiu-se fazer um levantamento de um estúdio e de alguns fotógrafos atuantes a época em que as imagens foram produzidas (1955-1957), os quais estão listados a seguir: Foto Imperial – Irmãos Staggemeyer; Aleis Semlitsch; Antonio Domingues; Bortholo Achuti; Bruno Quartiero; Eduardo Trevisan; Edy Soares; João Soares; Jose Isaia; Juca Penna; Léo Guerreiro; Luiz Gonzaga Schleiniger; Maria Medvedvski; Orozimbro Penna; Pedro Carlos Ulkovski; Valnei Caneda.

143 Essa imagem foi publicada no DVD institucional “Imagens, Memórias e Histórias” organizado por Quadros (2008), e na reportagem “Curso de Enfermagem da UFN: uma história de décadas” de autoria de Pereira et al. (2020).

144 Haydée nasceu em 23 de março de 1915, no município de Irecê, na Bahia. É filha de Anna Guanais de Lima Dourado e José Augusto da Silva Dourado. “A trajetória de HGD no campo da enfermagem abrange cerca de sete décadas. A posição de destaque por ela

Enfermagem e Serviço Nacional de Tuberculose¹⁴⁵.

Nessa conjuntura, ao iniciar suas atividades, a FACEM passou por um período de dificuldades tendo em vista que não dispunha de recursos decorrentes de matrículas de alunas. No dia 16 de agosto de 1955, apenas alguns meses após sua fundação, a Diretora da Instituição encaminhou uma correspondência¹⁴⁶ ao Sr. Prefeito Municipal, Raul Valandro, solicitando auxílio financeiro para a manutenção de suas despesas, bem como a doação de um terreno para instalação definitiva de sua estrutura.

Para tanto, apresentou os seguintes argumentos: que a Escola de Enfermagem é a única do gênero em todo o estado do RS; que funciona de forma provisória nas dependências do Hospital de Caridade; que sua mantenedora precisa adquirir terreno próprio para construção de sede da Instituição; que a escola não tem renda, pois as aulas são ministradas de forma gratuita; que o estado tem uma carência de 600 profissionais enfermeiros e que no momento dispõe de apenas 60; que o valor previsto das obras da nova escola estavam orçados em oito milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzeiros (CR\$ 8.545.468,00). Esses argumentos evidenciam a atuação precursora das Irmãs Franciscanas também no campo da saúde em Santa Maria.

Diante do exposto, foi solicitado que fosse concedido um auxílio para o exercício de 1955 a fim de quitar despesas já assumidos pela escola e um valor de cem mil cruzeiros (CR\$ 100.000,00) anual para ser empregado em despesas de pessoal, aquisição de material etc., bem como a doação de um terreno próximo ao Hospital de Caridade, ou com possibilidade de permuta, para a construção da sede da Instituição de ensino.

Nesse mesmo período, outro documento foi encaminhado pela Diretora da FACEM ao Prefeito Municipal, uma Declaração¹⁴⁷ em que afirma que, mesmo tendo sido contemplada, até a presente data (18 de agosto de 1955), não havia recebido o valor de quinhentos mil cruzeiros (CR\$ 500.000,00) de auxílio do governo federal e que, portanto, estava sem meios para honrar seus compromissos com encargos de professores e de material.

alcançada deve-se a fatores de várias naturezas: a aquisição de um habitus primário diferenciado da maioria das jovens de sua geração, o capital cultural desde cedo por ela incorporado sob a forma de carisma e distinção, o capital objetivado de consumo de bens culturais e o capital simbólico obtido sob a forma de diplomas e títulos de prestigiosas instituições de educação e saúde brasileiras, americanas e canadenses” (BARREIRA; BAPTISTA, 2002, p. 289).

145 Fonte: Crônica da Escola de Enfermagem – 1955. Arquivo da Universidade Franciscana.

146 Fonte: ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. FACEM. **Correspondência enviada ao Sr. Prefeito Municipal**, 16 de agosto de 1955, 1p.

147 Fonte: ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. FACEM. **Declaração**, 18 de agosto de 1955, 1p.

As tratativas decorrentes dessas correspondências resultaram no encaminhamento da solicitação de auxílio financeiro à Câmara de Vereadores e a doação de um terreno para a FACEM.

A solicitação de doação do terreno, situado na rua Domingos de Almeida (atual Avenida Dores), foi apresentada à Câmara de Vereadores por meio do Projeto de Lei n. 659, de 3 de setembro de 1956, visando à doação do terreno municipal próximo ao Hospital de Caridade, com possibilidade de venda ou troca à SCALIFRA-ZN, enquanto mantenedora da FACEM. A Câmara Municipal colocou em votação, sendo aprovado por onze (11) votos favoráveis e dois (02) contrários. Destes contrários tem-se o registro do vereador Patricio de Oliveira Flores, que contextualiza o motivo da sua negativa, pois questiona o motivo de o terreno ser doado com possibilidade de venda ou troca. Assim, afirma que essa prerrogativa deveria ser utilizada pela Prefeitura, para venda e gestão do recurso, e que, nesse caso, uma parte do valor do terreno poderia ser doado para a FACEM, para que esta pudesse comprar um outro terreno, e não este em específico que é mencionado no processo, além de considerar que a 'ordem religiosa' e o Hospital de Caridade já possuem grandes quantidades de terra. Ocorre, entretanto, que, na cidade, acreditava-se mais no trabalho desenvolvido pelas Irmãs Franciscanas, assim, a solicitação foi atendida apesar das objeções apresentadas.

No que concerne ainda às instalações físicas, conforme mencionado anteriormente, a partir da solicitação de Irmã Emília Clarizia ao Sr. Raul Valandro (Prefeito Municipal), as Irmãs Franciscanas conseguiram a doação de um terreno e iniciaram a construção do prédio da Escola de Enfermagem, sendo que este foi o lugar de funcionamento do curso desde 1960 até a unificação da FACEM com a FIC em 1995.

Assim, com relação à consolidação das instalações físicas do curso, Backes et al. (2015) relatam que,

finalmente, em 1960, o curso pode ser transferido para sua sede própria, em um prédio construído pela SCALIFRA-ZN, em terreno anexo ao Hospital de Caridade. Lugar pequeno, mas acolhedor, no qual o curso funcionou até 1995, reconhecido nacionalmente como FACEM, até o momento de unificação das duas faculdades – FIC e FACEM – da mesma mantenedora, SCALIFRA-ZN, constituindo as Faculdades Franciscanas (BACKES et al., 2015, p. 19).

Ou seja, em apenas cinco anos, a SCALIFRA-ZN conseguiu construir as instalações físicas próprias da FACEM. A Figura 45 traz uma imagem aérea do prédio da FACEM, produzida em 1966, com cromia preto e branco, tamanho 10x15 cm, sem identificação de autoria, que foi publicada no DVD institucional "Imagens, histórias e memórias", organizado por Quadros (2008).

Figura 45 – Prédio próprio da FACEM



Figura: (Acervo fotográfico da Universidade Franciscana, 1966).

Em paralelo às preocupações para constituição do seu espaço físico próprio, outro fator relevante a ser destacado diz respeito à forma de difusão das informações sobre o Curso de Enfermagem para a comunidade santa-mariense e região.

Inicialmente, as ações de divulgação do Curso de Enfermagem ocorreram com a disseminação de materiais impressos. Assim, foi confeccionado um folder para a Instituição (ANEXO G). Essa é uma característica interessante de se observar, pois, embora pertencentes à mesma Congregação, a FIC e FACEM optaram por formatos diferentes de divulgação dos cursos que estavam ofertando à comunidade. Ao comparar as duas realidades das Instituições, percebe-se que a FIC divulgou a oferta dos cursos em editais nos jornais de circulação local, no entanto a FACEM optou pela confecção e definição de um material de caráter publicitário para difusão do Curso de Enfermagem junto à comunidade.

Essa característica da FACEM pode ser explicada pela necessidade de divulgação do Curso de Enfermagem, considerando que ele foi o primeiro no interior do estado. Assim, era necessário divulgar que, em Santa Maria, havia um espaço de formação para essas profissionais.

Portanto, com relação à divulgação do Curso de Enfermagem, escolheram-se duas (02) imagens produzidas e inseridas pela Instituição no Relatório de fiscalização, encaminhado ao Ministério da Educação (Figuras 46 e 47), as quais tinham como função demonstrar o perfil do profissional de enfermagem que se buscava formar, assim, tinha-se a padronização do uniforme, o asseio da

vestimenta e a postura das jovens nas imagens que demonstram como elas representavam a profissão. São imagens que, pela qualidade técnica e estética, são atribuídas à produção de um fotógrafo profissional, o qual não foi identificado.

Figura 46 – Retrato de Enfermeira com uniforme da profissão



Fonte: (Arquivo da DERCA – Universidade Franciscana, Relatório para fiscalização permanente, imagem produzida entre 1955 a 1957, p. 14).

A imagem da Figura 46, produzida no formato 15x10 cm, com cromia em preto e branco, acabou por adquirir uma tonalidade sépia com o passar dos anos. Apresenta a seguinte informação junto à página em que foi fixada: “A formação social, cultural e psicológica é dada ao lado de um esmerado adestramento profissional, com a finalidade de enriquecer as fileiras da ‘enfermagem sul-riograndense’” (ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1957, p. 14).

Além disso, sobre a emulsão, foram inseridas as rubricas das assinaturas de Dinah de Freitas Só, Inspetora Federal; Franklin Olivé Leite, Inspetor Federal e Abyhael Maria Souza, enfermeira de Saúde Pública relatores do ‘Relatório para fiscalização permanente’ encaminhado ao Diretor do Ensino Superior – Jurandyr Lodi em 24/04/1957. Não tem identificação de autoria e, com relação a publicações bibliográficas e/ou divulgação, pode-se afirmar que essa imagem foi utilizada no primeiro folder de divulgação do Curso de Enfermagem da FACEM, tendo como slogan “Enfermagem uma carreira para você”.

O próximo registro (Figura 47) foi produzido em formato 10x15 cm, com cromia preto e branco, sem registro de autoria e apresenta a seguinte identificação junto ao Relatório: “Se o trabalho requer atenção e seriedade, vemos, contudo, os mais francos sorrisos desabrocharem nos lábios juvenis nas horas de folga” (ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA

MEDIANEIRA, 1957, p. 18).

Além disso, sobre a emulsão, da mesma forma que a imagem anterior, foram inseridas as rubricas das assinaturas de Dinah de Freitas Só, Inspetora Federal; Franklin Olivé Leite, Inspetor Federal e Abyhael Maria Souza, enfermeira de Saúde Pública relatores do Relatório de fiscalização encaminhado ao Diretor do Ensino Superior – Jurandyr Lodi em 24/04/1957. Com relação a publicações bibliográficas e/ou divulgação, não há informações de publicação. Assim, é um material que ainda não foi explorado.

Registra, portanto, as alunas Talita Bôer e Maria Ione Rocha Lobato, da primeira turma, junto ao portão lateral do prédio do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, local onde se realizavam as aulas do Curso de Enfermagem.

Figura 47 – Alunas do Curso de Enfermagem da FACEM



Fonte: (Arquivo da DERCA – Universidade Franciscana, Relatório para fiscalização permanente, imagem produzida entre 1955 a 1957, p. 18).

A Instituição adotou como símbolo o uso de uma lâmpada a óleo, a qual tem relação com a história da enfermagem¹⁴⁸. A Figura 48¹⁴⁹ traz o registro dessa imagem, adotada na FACEM com o uso da expressão “Sempre fiel”, e foi inserida a seguir.

148 Na história da enfermagem, Florence Nightingale, britânica, é considerada a criadora da enfermagem moderna. Durante a Guerra da Criméia ela e outras enfermeiras voluntárias, deslocaram-se para ao atendimento dos feridos, sendo ela conhecida como a dama da lâmpada, pois era vista constantemente em rondas noturnas segurando uma lamparina a óleo, no atendimento aos feridos. Nesse sentido, a lâmpada é uma referência a Florence Nightingale. Fonte: ATOSAÚDE, [s/d].

149 A imagem 48, encaminhada pelo Gabinete da UFN, foi tratada digitalmente pela Editora da UFN visando melhorar a sua qualidade digital, segundo informações repassadas pela unidade.

Figura 48 – Logomarca da FACEM



Fonte: (Gabinete da UFN).

Transcorridos dois (02) anos da criação do Curso de Enfermagem, em 27 de maio de 1957, o Decreto n. 41.570 reconheceu o curso. Após o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação e Cultura, no próximo ano, a Instituição foi reconhecida pela Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria como de utilidade pública, por meio da Lei Municipal n. 674¹⁵⁰, de 15 de setembro de 1958.

Assim, mais uma vez se vê o resultado do trabalho das Irmãs Franciscanas sendo valorizado, pois, tal como a FIC, a FACEM também foi considerada como de utilidade pública, tendo em vista os serviços educacionais prestados à Santa Maria. Pode-se afirmar, portanto, que, em seus primórdios, o ato empreendedor da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, de criar Instituições de educação superior em Santa Maria estava começando a ser valorizado pelo Poder Legislativo Municipal.

Já na década de 60, uma nova modalidade de Curso foi implementada na FACEM. Por meio da Portaria n. 40, de 1º de fevereiro, foi autorizado o funcionamento do Curso Supletivo de Auxiliar de Enfermagem, de nível médio, com duração de dois anos, o qual foi, posteriormente, reconhecido pelo Decreto n. 530 de 22 de janeiro de 1962.

Também em 1960, a FACEM foi uma das Instituições que deu origem à USM a partir da sua agregação, desempenhando, portanto, um papel importante nesse processo, considerando sua trajetória na área da saúde na cidade, juntamente com as Faculdades de Farmácia e de Medicina.

A Instituição teve sua nomenclatura alterada pelo Decreto n. 63.231 de 10 de setembro de 1968, passando a atender por Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, mantendo a sigla de identificação já utilizada e consolidada junto à comunidade santa-mariense: FACEM. Nesse período, também manteve a agregação à UFSM, criada em 1960, tendo em vista que esta não

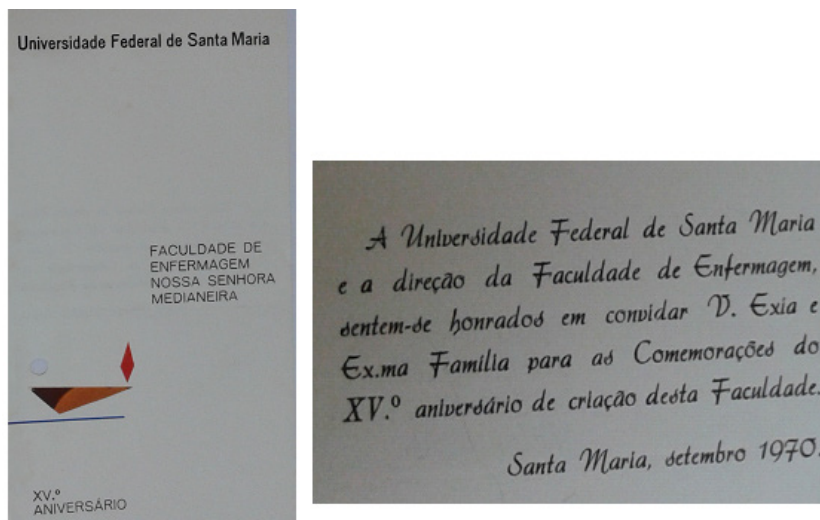
150 A referida lei municipal decorre do Projeto de Lei n. 880, de 14 de agosto de 1958, da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria.

dispunha de um curso superior de Enfermagem.

Na década de 70, comemoraram-se os quinze (15) anos de constituição da FACEM. As atividades envolveram grande programação, conforme demonstra o folder confeccionado na ocasião, que está apresentado em partes na Figura 49, e envolveram ações conjuntas de divulgação por parte da Universidade Federal de Santa Maria e FACEM, enquanto Instituição agregada.

Nesse sentido, evidencia-se, com essas ações, a relação entre as duas Instituições (FACEM e UFSM), em que a Universidade fez questão de apoiar e divulgar as atividades da Instituição de cunho particular que era sua agregada. Em destaque na capa do folder, o símbolo do curso, a lâmpada a óleo, em uma versão estilizada, a partir do uso de técnica artesanal de colagem de papel.

Figura 49 – Capa do ‘folder’ do 15º Aniversário da FACEM e detalhe da mensagem



Fonte: (Folder do 15º aniversário da FACEM, 1970. Divisão de Arquivo Geral, UFSM).

A programação do evento ocorreu com atividades distribuídas entre nos dias 26, 27 e 28 de setembro e, posteriormente, nos dias 7, 8 e 9 de outubro de 1970. Um fator a ser observado no folder diz respeito ao apoio recebido pela FACEM por parte da UFSM para a realização das ações comemorativas.

Tal fato pode ser caracterizado como uma ação que decorre da agregação da Faculdade à UFSM. Sendo assim, frente à comunidade local, as ações realizadas pelas faculdades agregadas tinham a inserção da logomarca e vinculação nominal com a UFSM. A Figura 49 apresenta um detalhe, presente no verso do folder distribuído à comunidade, tendo em vista as ações comemorativas dos quinze anos da FACEM. Entende-se que esse material é importante por ser representativo das ações conjuntas realizadas pelas duas Instituições, mas, em

especial, da presença marcante da UFSM junto à FACEM após a agregação, o que não ocorreu de forma tão evidente na FIC.

Com relação à oferta e divulgação do curso da FACEM para a comunidade, esta ocorria por meio da publicação de notícias e editais junto aos jornais de circulação na cidade além de divulgação inicial por meio de um folder produzido especificamente para este fim. Após 1960, com a criação da UFSM, os processos de seleção estiveram vinculados à Universidade. Assim, fazia-se menção da FACEM como Instituição agregada. Somente após a criação do Curso de Enfermagem da UFSM é que essa atividade ficou sob responsabilidade exclusiva da FACEM.

É pertinente destacar que, durante os anos de 1972 a 1976, o vestibular para ingresso no Curso de Enfermagem da FACEM foi realizado de forma unificada com o vestibular da UFSM, e, somente em 1977, a Instituição voltou a realizar de forma independente a seleção de discentes. O Relatório Geral do Curso de Enfermagem e Obstetrícia de 1976 da FACEM, apresenta uma justificativa para a realização dessa atividade.

O vestibular de janeiro de 1977 foi independente e efetuado no próprio estabelecimento. A justificativa foi: com o surgir do curso de Enfermagem da UFSM tornou-se um imperativo retirar o ensino básico e o vestibular da Universidade, a fim de salvaguardar a identidade própria do Curso dando-lhe um cunho particular e específico. Como consequência da reformulação curricular a matrícula passou do regime anual para o de matrícula por disciplina. Este fator foi importante para o estabelecimento passando também a anuidade pelo sistema de créditos (FACULDADE DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1976, [s/p]).

Identificados os processos de oferta e seleção de alunos da FACEM, parte-se para o reconhecimento da estrutura da Instituição a partir dos seus Regimentos. Inicialmente, localizaram-se três (03), sendo estes de 1955, 1962 e 1963. Posteriormente, foram localizadas minutas de Regimento datadas de 25/01/1974 e 18/07/1983. No ano de 1975, o Relatório Anual da FACEM menciona que foram produzidas as seguintes legislações referentes aos Regimentos da FACEM em seus diferentes cursos:

- Parecer n. 3/75 – CFE de 20/01/1975 – aprova o Regimento do Curso de Enfermagem com oferta das seguintes habilitações: Enfermagem Médico-Cirúrgica, Enfermagem em Saúde Pública, Enfermagem em Obstetrícia, Licenciatura em Enfermagem.

- Parecer n. 169/75 e Portaria n. 15.167 de 18/09/1975 do Conselho Estadual de Educação (CEE) – aprova a base curricular e habilitação plena do Técnico de Enfermagem, integrando o Regimento em 15/07/1975.

- Parecer n. 14/75 do CEE – aprova o regimento do Curso de Auxiliar de Enfermagem.

Portanto, pode-se dizer que, no decorrer de sua existência, a FACEM ofertou o Curso de Enfermagem com diferentes habilitações, as quais foram extintas, e/ou atualizadas e reformuladas ao longo dos anos, tendo em vista as atualizações das legislações vigentes, mas também ofertou o Curso de Auxiliar de Enfermagem, além do Curso Técnico de Enfermagem. Entre 1960 a 1994, ocorreu a oferta do Curso de Auxiliar de Enfermagem e, de 1973¹⁵¹ a 2014, a do Curso Técnico de Enfermagem (UGALDE, 2015).

É importante referir, também, que houve a expansão da oferta do Curso de Auxiliar de Enfermagem para outras localidades.

Entre 1988 e 1997, o curso de auxiliar de enfermagem foi expandido e desenvolveu atividades também nas cidades de Cruz Alta (no Colégio Santíssima Trindade, de 1988 a 1991); em Rio Pardo (de 1989 a 1995); e em Uruguaiana (de 1992 a 1997). A suspensão dos cursos em modalidade extensionista ocorreu em consequência da diminuição da demanda regional, atendida pelas diversas edições do curso (BRITO, 2010a, p. 47).

Além desses cursos, a FACEM buscou o desenvolvimento do ensino no âmbito da pós-graduação. Sobre essa questão, Martins, Pellenz e Marinho (2009, p. 49) mencionam que, “[...] No ano de 1984, teve início, então, a especialização em Pedagogia da Enfermagem Médico-Cirúrgica, sob direção geral da professora enfermeira Noemi Lunardi”. O referido curso teve alunas matriculadas nos anos de 1984, 1985, 1986, 1988 e 1993.

No que diz respeito aos recursos humanos presentes na constituição e desenvolvimento da FACEM, desde 1957, foram diretoras da Instituição Irmãs Franciscanas. Apenas entre 1955 e 1957 a primeira diretora foi uma Irmã Vicentina, tendo em vista a ausência de profissional com a formação necessária no quadro da SCALIFRA-ZN para assumir tal tarefa no período. A seguir, tem-se a identificação das Irmãs que atuaram na FACEM como diretoras, tendo entre parênteses seu nome de batismo (quando identificado) e a indicação do período de ocupação do cargo: Irmã Emília Clarízia (1955-1957), Irmã Aracy Dias Saldanha (Maria Zulema Dias Saldanha, 1957-1958), Irmã Inês Dalvit (Gema Dalvit, 1958-1960), novamente Irmã Aracy Dias Saldanha (Maria Zulema Dias Saldanha, 1960-1962), novamente Irmã Inês Dalvit (Gema Dalvit, 1962-1964), Irmã Claudia Irene Brod (1964-1966), Irmã Noemi Lunardi (1966-1993), Irmã Clarícia Terezinha Thomas (1993-1995)¹⁵².

151 Embora Ugalde (2015) apresente essa afirmativa, quando comparamos com os registros de alunos matriculados, percebe-se uma lacuna entre os dados informados. Assim, as primeiras informações remetem ao ano de 1975 para os alunos do Curso Técnico de Enfermagem. Fonte: Divisão de Registro e Controle Acadêmico (DERCA) e Sistema Assys.

152 As Irmãs Claudia Irene Brod, Noemi Lunardi, Clarícia Terezinha Thomas não alteram seu nome de batismo quando do ingresso na Congregação.

Ainda no que se refere aos recursos humanos da Instituição, ao longo dos anos, a equipe de técnicos administrativos e docentes da FACEM foi composta, assim como na FIC, por profissionais sem ligação com a Congregação e por Irmãs Franciscanas.

Sob certos aspectos, pode-se afirmar que, ao longo dessa caminhada, alguns elementos evidenciam um perfil empreendedor em ambas as administrações, as quais desenvolveram ações que buscaram inovar processos e métodos de trabalho no contexto educacional. Esses elementos podem ser identificados como: a disposição para encarar o novo e criar Instituições de ensino superior, primeiramente a FIC, para atender os cursos da área de formação de professores, e a FACEM para atendimento do setor de saúde, inicialmente com o Curso de Enfermagem.

Nesse processo, a SCALIFRA-ZN, enquanto mantenedora, assumiu os riscos do processo, mas também fez uso dos recursos disponíveis no momento com vistas ao sucesso do empreendimento. Nesse sentido, tem-se três dos elementos postulados por Dornelas (2007) sobre o perfil empreendedor, a saber: a iniciativa, a utilização de recursos disponíveis e a aceitação dos riscos. Esses aspectos serão discutidos e explorados de forma mais detalhada no capítulo “Empreendedorismo no ensino superior: instituições pertencentes à SCALIFRA-ZN”.

Nesse contexto, até 1995, ambas as Instituições (FIC e FACEM) funcionaram isoladamente, seguindo as políticas estabelecidas pela mantenedora (SCALIFRA-ZN), até constituírem uma nova Instituição, as Faculdades Franciscanas, sobre a qual há mais detalhes em uma próxima subunidade.

No entanto, considerando a cronologia de criação das Instituições de Ensino Superior no Município, as discussões apresentadas na próxima subunidade têm como propósito apresentar elementos sobre a participação da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na constituição da Universidade de Santa Maria, atual Universidade Federal de Santa Maria.

2.3.4 Universidade Federal de Santa Maria – UFSM

No processo histórico da criação da Universidade de Santa Maria (USM) ainda se faz necessário um maior aprofundamento no que tange aos(as) empreendedores(as) que atuaram no ensino superior na cidade de Santa Maria e se uniram ao prof. José Mariano da Rocha Filho para lançar as bases da criação de uma universidade.

Assim, tratando da criação da USM, Gomes (2013) registra:

A partir de 1958, o Prof. José Mariano envolvido com questões políticas busca o seu objetivo maior, a criação da Universidade de Santa Maria. Para tanto, solicita um projeto para a construção do Cento Politécnico aos arquitetos Oscar Valdetaro e Roberto Nadalutti, representantes da

empresa FOMISA, com intuito de conseguir financiamento para o mesmo. Apesar de ainda não existir uma área específica para a construção do Centro e nem recursos financeiros, os conselheiros da ASPES, aprovaram o plano proposto. O projeto previa a constituição de treze edifícios para atender ao ensino e a pesquisa do Centro Politécnico e que mais tarde seriam consolidados na Cidade Universitária (GOMES, 2013, p. 65).

No ano de 1959, novo apoio foi conseguido: a liberação de verbas por interferência do Deputado Tarso Dutra, no valor de dez (10) milhões de cruzeiros para à ASPES e seis (06) milhões de cruzeiros para as Faculdades particulares de Santa Maria (GOMES, 2013). Ao explicar esse acontecimento, Isaia (2006, p. 107) relata que, ao chegar em Santa Maria, em outubro de 1959, Tarso Dutra “[...] passou às mãos de Mariano Filho quatro cheques: um para as obras do Instituto Politécnico e os demais para as obras da Filosofia, Enfermagem e Economia”.

Nesse contexto, os antecedentes da criação da Universidade de Santa Maria, segundo Zampieri (2011), decorrem da parceria do então Deputado Tarso Dutra, com o Prof. José Mariano da Rocha Filho, que buscou personalidades locais para fomentar o diálogo sobre a constituição de uma universidade no interior do estado.

Tarso Dutra teria solicitado ao Prof. José Mariano da Rocha Filho, então diretor da ASPES, uma reunião com todos os seus integrantes para abordar a temática sobre a constituição da Universidade de Santa Maria. Diante desse contexto, em 1º de junho de 1960, foi realizada uma reunião com a presença de várias autoridades locais: Bispo Luiz Victor Sartori; Deputado Tarso Dutra; Prof. José Mariano da Rocha Filho; Madre Antoninha Werlang, Superiora Provincial das Irmãs Franciscanas; Irmã Consuelo, Diretora da FIC; Luiz Gonzaga Isaia, Diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas; Irmã Maria Inês Dalvit, Diretora da Escola de Enfermagem; Irmão Gelásio Mombach, Diretor da Faculdade de Direito, a fim de que fossem negociados os termos da estruturação e constituição da USM. A Ata da reunião está no ANEXO H.

Ao observar a lista de integrantes da reunião, percebe-se a presença significativa de representantes de Congregações religiosas à frente das Instituições de ensino que já existiam na cidade. Das oito pessoas, seis são de instituições religiosas: três fazem parte da Congregação das Irmãs Franciscanas (a Superiora da Província e as respectivas diretoras da FIC e FACEM), dois de Instituições dos Irmãos Maristas (os diretores das Faculdades de Ciências, Políticas e Econômicas e de Direito), além do Bispo Diocesano.

Assim, evidencia-se que, desde a sua gênese, a USM teve a participação e o envolvimento de um conjunto de Instituições, entre as quais a Congregação das Irmãs Franciscanas, objeto deste estudo. Ao verificar o percentual de Instituições que estiveram presentes na reunião para discutir a formação da

USM, tem-se que 66,66% do quadro é composto por Faculdades gerenciadas por Congregações Religiosas. Nesse sentido, Zampieri (2011, p. 103) refere, ainda, que outra reunião teria sido realizada em novembro de 1960,

[...] A intenção da reunião era consultar a ASPES e, principalmente, as entidades mantenedoras das Faculdades particulares, se estas desejavam integrar a Universidade de Santa Maria. Para tanto, as entidades mantenedoras (Irmãs Franciscanas e Irmãos Maristas) deveriam transmitir seu patrimônio à futura universidade. A sugestão foi considerada inviável pelas instituições. Como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação previa que para a criação de uma Universidade era preciso ter uma Faculdade de Filosofia, também era de interesse da ASPES que as Faculdades particulares já existentes fizessem parte da nova Universidade.

Diante do impasse, nova sugestão foi apresentada por Tarso Dutra, visando à constituição da Universidade de Santa Maria. Nesse contexto, seria necessário

[...] criar duas modalidades de faculdades vinculadas à Universidade, sendo uma delas as Faculdades Integrantes (Faculdade de Farmácia e de Medicina) e a outra, Faculdades Agregadas (Faculdade de Filosofia, Enfermagem, Direito e Economia). Esta solução foi aceita por todas as Faculdades, desde que as mesmas mantivessem sua independência administrativa, didática e financeira (ZAMPIERI, 2011, p. 103).

As faculdades integrantes (de Farmácia e de Medicina) já estavam vinculadas a uma Universidade, no caso, a Universidade do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, a Faculdade de Farmácia, foi criada em setembro de 1931, mas incorporada à Universidade do Rio Grande do Sul a partir da data de vigência da Lei Estadual n. 414/1948; já a Faculdade de Medicina foi criada em 1954, mas foi integrada à Universidade do Rio Grande do Sul pela Lei n. 2.712, em 21 de janeiro de 1956. Assim, fazia-se necessário uma forma de inserção das faculdades de cunho particular na proposta de criação da USM, considerando que não estavam vinculadas à Universidade do Rio Grande do Sul, o que resultou na proposta de faculdades agregadas.

As faculdades agregadas, formadas pelas Instituições gerenciadas pelos Irmãos Maristas (no caso da Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas) e pelas Irmãs Franciscanas (no caso da FIC e da FACEM) foram necessárias para formar o núcleo base de constituição da USM.

Posteriormente, o conceito de faculdades agregadas foi discutido no Decreto n. 50.066, de 25 de janeiro de 1961, sendo permitido, conforme art. 1º aos estabelecimentos de ensino superior solicitar a agregação mediante a

realização de convênio¹⁵³, requerido pelas entidades mantenedoras e com o aceite registrado no Estatuto da Universidade. Cabe destacar, ainda, que a agregação poderia ser solicitada para cumprir metas específicas, dispostas no “Art. 2º A agregação terá por objetivo a orientação, a finalização e o aperfeiçoamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, não podendo a Universidade interferir na administração patrimonial e financeira da unidade agregada” (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1961, p. 186).

Desse modo, considerando as discussões preliminares que ocorreram,

no final do mês de outubro de 1960, o Deputado Tarso Dutra teria entrado em contato com o prof. Mariano da Rocha Filho, comunicando-o sobre um Projeto de Lei encaminhado pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, à Câmara dos Deputados, tratando da criação da Universidade Federal de Goiás. A intenção do Deputado era transcrever uma emenda ao projeto de Lei que incluísse a criação da Universidade de Santa Maria no mesmo, aproveitando-se da situação que estava sendo criada (ZAMPIERI, 2011, p. 103).

É relevante mencionar que a criação da Universidade de Santa Maria na época, só foi possível pela conjuntura de agregação das Faculdades particulares e integrantes. Nesse contexto, era necessário para constituir uma Universidade a existência de um conjunto de Faculdades, entre elas uma de Filosofia, Ciências e Letras (BERNARDI, 1981).

Assim, a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras Imaculada Conceição foi fundamental na constituição da natureza dos cursos necessários para implementação da USM.

Barichello (2001) afirma que, na década de 60, era preciso atender ao disposto no Estatuto das Universidades Brasileiras a fim de criar uma nova unidade. Portanto,

em 1960, por ocasião da criação da USM, os cursos criados pela ASPES e entregues aos cuidados de instituições religiosas (Filosofia, Ciências Políticas e Econômicas, Direito e Enfermagem) participaram da sua estruturação como faculdades agregadas, permitindo dessa forma, alcançar o número e natureza de cursos necessários para sua instalação, de acordo com o previsto no Estatuto das Universidades Brasileiras [...] (BARICHELLO, 2001, p. 149).

Entretanto essa afirmativa deve ser interpretada no contexto em que a criação da USM é oriunda da união das diferentes Instituições (agregadas e integrantes), as quais, juntas, formaram a base para sua criação em Santa Maria, e não o contrário. Ou seja, a USM não foi criada e depois as Instituições de

153 Não foi localizado nos arquivos da UFSM, FIC e FACEM o convênio firmado entre as Instituições. A agregação é prevista na Lei n. 3834-C, que cria a UFSM, e nos Estatutos das Instituições.

ensino foram incorporadas a ela, mas surge a partir e tendo por suporte basilar estas Instituições.

Nesse contexto, a Universidade de Santa Maria foi criada em 1º de dezembro de 1960, pela Lei n. 3.834-C, sendo que os artigos de 1 a 14 tratam, especificamente, da criação da Universidade de Goiás e os artigos de número 15 a 19 tratam da criação da USM. Inicialmente, esta foi integrada pelas Faculdades de Farmácia e de Medicina (pertencentes à URGs); pela Faculdade de Odontologia¹⁵⁴; pelo Instituto Eletrotécnico (do Centro Politécnico); pelas Instituições de ensino particular na condição de agregadas: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição e Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (das Irmãs Franciscanas); Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e Faculdade de Direito¹⁵⁵ (dos Irmãos Maristas) (BRASIL, 1960).

Diante do exposto, destaca-se os discursos do Irmão José Otão e do Prof. José Mariano da Rocha Filho, ao proferirem as aulas inaugurais da FIC e da FACEM, respectivamente, nos quais ambos evidenciam a importância da criação dessas Instituições, sob gerência das Irmãs Franciscanas, como pontos para a futura criação da Universidade de Santa Maria. Assim, evidencia-se o papel da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na constituição da USM, bem como das demais Instituições agregadas, sob gerência dos Irmãos Maristas.

Segundo a Lei n. 3.834-C/1960, a competência financeira da USM estava sob responsabilidade da URGs, até que fosse prevista em dotação orçamentária própria, conforme explicitado no art. 18. Além do que, o art. 19 estabelecia que a USM deveria seguir o Estatuto da URGs, até que fosse elaborado o seu (BRASIL, 1960).

Sobre a constituição da USM, a Crônica da Província Imaculado Coração de Maria registra que

foi uma notícia alvissareira que ecoou por toda a ‘Princesa Universitária’, em véspera de Natal. Funcionam, atualmente, as Faculdades: Ciências Econômicas, Direito, dirigidas pelos Irmãos Maristas; Medicina e Farmácia (Federais), tendo por Diretor o dinâmico professor Dr. José Mariano da Rocha Filho; e a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira anexa a Faculdade de Medicina, e a nossa Filosofia, Ciências e Letras Imaculada

154 A Faculdade de Odontologia foi criada no momento de instituição da Universidade de Santa Maria, em 1960.

155 Os antecedentes de constituição da Faculdade de Direito remontam ao ano de 1958, quando da criação da Comissão Pró-Fundação da Faculdade de Direito de Santa Maria, e do encaminhamento pela a Sociedade Meridional de Educação (SOME), dos Irmãos Maristas, do processo de solicitação para autorização e funcionamento da referida Faculdade. Pelo Decreto n. 47.436 de 16 de dezembro 1959 o presidente Juscelino Kubitschek concedeu a autorização de funcionamento do curso de bacharelado da Faculdade de Direito de Santa Maria.

Conceição. O Diretor da Faculdade de Medicina e Farmácia foi designado para Reitor Magnífico da Universidade Santamariense (PROVÍNCIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1960, [n.p]).

Uma outra fonte que aborda a constituição da USM é o Livro de Registro de Tombo n. VII, da Catedral Metropolitana de Santa Maria (1957-1964, [n.p]) sob o título “Instalação da Universidade de Santa Maria”. Nele consta:

Velha aspiração da cidade estudantil foi, a de um dia possuir uma universidade. Para esta meta lutaram todas as autoridades, hombro a hombro [sic] com pioneiros da ideia. Até que superadas as dificuldades, no crepúsculo do governo de Juscelino Kubischer, foi assinado o desideratum. A caravana¹⁵⁶ que foi a Goiânia para o ato, foi recebida festivamente num dia de dezembro no aeroporto de Camobi. E a 18 de março, culminando longa lista de brilhantes festejos, as 21 horas no Cine Glória, presentes já os alunos, foi solenemente instalada com as seguintes faculdades:

- 1) Filosofia e Letras: no S’Ana [sic], sob a direção das Irmãs Franciscanas;
- 2) Direito e Economia: no S. Maria, dirigida pelos Maristas;
- 3) Enfermagem: no Hospital de Caridade - Irmãs Franciscanas;
- 4) Medicina e Farmácia – com Direção do Governo Federal, ficando Reitor Magnífico, o prof. Dr. José Mariano da Rocha Filho.

Diante do exposto, o elemento que chama a atenção é a quantidade de Faculdades, gerenciadas por Congregações Religiosas, são quatro entre um total de seis, mencionadas no Livro de Registro de Tombo n. VII. Destas, 50% (ou seja, duas Faculdades) correspondem a Instituições sob responsabilidade das Irmãs Franciscanas, criadas em 1955.

Ambos os registros abordam a designação do Prof. José Mariano da Rocha Filho (na época, Diretor da Faculdade de Medicina) como Reitor da Universidade de Santa Maria, sendo que a Instituição seguiu a orientação do art. 19, parágrafo único da Lei n. 3.834-C/1960,

Parágrafo Único – Até ser criado e provido o cargo de Reitor da Universidade de Santa Maria, as respectivas funções serão exercidas pelo Diretor mais antigo dos atuais estabelecimentos federais de ensino ali sediados; e as direções destes serão desempenhadas pelos professores designados pelo Reitor (BRASIL, 1960, [s/p]).

No entanto, além da Reitoria, a USM contava com uma vice-reitoria, que, conforme acordado entre as Instituições, que serviram para sua criação, deveria ficar a cargo das faculdades agregadas. A primeira indicação de vice-reitoria foi do Irmão Gelásio Mombach, Diretor da Faculdade de Direito, sob gestão dos

156 Segundo Duarte (2014, p. 136) a caravana foi composta por: “José Mariano da Rocha Filho (JMRF); Diretor das Faculdades de Medicina e Farmácia e reitor da nova Universidade; do Prefeito de Santa Maria; do diretor do Jornal A Razão; do diretor da Rádio Imembuí; de representantes dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades de Medicina e Farmácia”.

Irmãos Maristas¹⁵⁷.

Retamoso (2013), ao abordar a criação da USM/UFSM, destacou o contexto histórico que envolveu seu desenvolvimento, tendo como elementos a transição da população brasileira do meio rural para o meio urbano, bem como a ação fomentadora do processo de industrialização dos governos dos Presidentes Getúlio Dornelles Vargas e Juscelino Kubitschek de Oliveira. No que tange à educação, salientou que, entre os anos de 1956 e 1960, havia mais Instituições de Ensino Superior privadas do que públicas atuantes no Brasil. Diante dessa realidade, a implementação da USM/UFSM é considerada um marco, pois atua como parte de um processo de interiorização da educação de nível superior no Brasil.

Assim, a instalação formal da USM ocorreu em 18 de março de 1961, sendo realizada, no dia, uma extensiva programação, a qual iniciou com a realização de uma missa na Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição, além de uma apresentação da Esquadilha da Fumaça da Força Aérea Brasileira, com o desenho das letras “USM”, a inauguração de placas nas Faculdades de Farmácia e Medicina, um churrasco de confraternização na Estância do Minuano – destinado a autoridades e convidados, tendo o encerramento das atividades com a sessão solene de instalação nas dependências do Cine Teatro Glória (MORALES, 2008).

As ações realizadas durante a programação também foram noticiadas no jornal A Razão, entre nos dias 18, 19 e 21 de março de 1961, e estão registradas a seguir.

No dia 18 de março de 1961, ocorreram as seguintes ações: às 6h – atuação da banda de clarins da Polícia Rural Montada; às 12h – almoço ofertado pelos acadêmicos ao Reitor, Prof. José Mariano da Rocha Filho e demais autoridades na Estância do Minuano; às 15h30min – recepção das autoridades no aeroporto de Camobi¹⁵⁸, pelas representações das Faculdades de Farmácia, Medicina, Ciências Econômicas, Filosofia, Direito, Enfermagem e Odontologia; à tarde – no hall das Faculdade de Farmácia e Medicina, descerramento de placa pelo Senador Guido Mondin. Em seguida, junto ao Gabinete, foi realizada uma homenagem ao Reitor, José Mariano da Rocha Filho, com a entrega de um mural confeccionado pelo artista santa-mariense Eduardo Tevisan, o qual retrata José Mariano da Rocha e José Mariano da Rocha Filho, representando o ‘ideal universitário’; durante todo o dia, houve homenagens da Esquadilha da Fumaça da Força Aérea Brasileira (FAB); e à noite, a aula inaugural a cargo do Deputado Tarso Dutra e sessão solene de

¹⁵⁷ Fonte: Carta do Conselho Técnico Administrativo da FIC solicitando esclarecimentos à Direção da FIC sobre a agregação à USM. 22/3/1961.

¹⁵⁸ Bairro do município de Santa Maria – RS, na região leste.

instalação da USM, no Cine Teatro Glória¹⁵⁹.

Nesse contexto, a participação da Congregação das Irmãs Franciscanas nas atividades de confraternização pela instalação da USM na cidade ocorreu por meio das gestoras da FIC e FACEM, as quais se fizeram presentes em diferentes momentos do dia e em diferentes atividades. Inicialmente, conforme destacado no Jornal A Razão, de 18 de março de 1961, foram à recepção ao Deputado Tarso Dutra, no aeroporto de Camobi. Posteriormente, ao longo das atividades da Universidade de Santa Maria, estiveram presentes, em contextos e atividades diversificadas, as quais serão mencionadas considerando a cronologia destas.

Durante a solenidade, foi concedido o título de doutor “Honoris Causa” ao Senador Daniel Krieger e ao Deputado Tarso Dutra. Os motivos¹⁶⁰ que levaram à concessão do título foram descritos no jornal A Razão, de 17 de março de 1961, conforme extrato da reportagem inserida a seguir:

Titulo de Doutor Honoris Causa

Esteve reunido, ontem sob a presidência do Reitor Mariano da Rocha Filho o Conselho Universitário da U.S.M. ocasião em que foi aprovada a proposição feitas por Institutos Universitários locais, outorgando o título de Doutor Honoris Causa, aos srs. Senador Daniel Krieger e deputado tarso [sic] Dutra pela decisiva atuação dos dois ilustres parlamentares na criação da Universidade de Santa Maria (INSTALAÇÃO da USM é o acontecimento máximo do ano – Tarso e Daniel Krieger receberão o título de doutor Honoris Causa da Universidade de Santa Maria. A Razão, Santa Maria, 17 mar. 1961, p. 4).

Além disso, a reportagem de 18 de março de 1961 destaca que o Senador Daniel Krieger teve expressiva atuação na ‘Câmara Alta¹⁶¹’ em prol da Universidade de Santa Maria, o que contribuiu para a sua indicação ao título.

Nesse contexto, a Figura 50, inserida a seguir, registra a mesa de autoridades presentes no Cine Teatro Glória, nas atividades de confraternização pela instalação da USM.

159 Fonte: ALCANÇARAM grande brilhantismo as festas de instalação da USM. **A Razão**, Santa Maria, 21 mar. 1961, p. 8 e 6.

160 Duas reportagens apresentam elementos sobre a cerimônia de concessão do título de Doutor Honoris Causa. Fontes: INSTALAÇÃO da USM é o acontecimento máximo do ano – Tarso e Daniel Krieger receberão o título de doutor Honoris Causa da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, 17 mar. 1961, p. 4 e HOJE a instalação solene da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, 18 de mar. 1961, p. 1.

161 Sinônimo para Senado Federal.

Figura 50 – Reportagem – Solenidade de instalação da USM no Município de Santa Maria, RS



Fonte: (UNIVERSIDADE de Santa Maria solenemente instalada ontem. *A Razão*, Santa Maria, 19 de mar. 1961, p. 8).

No dia 19 de março de 1961, as ações continuaram: durante a manhã, a missa na Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição; às 9h30min – confraternização estudantil e do público na Praça Saldanha Marinho, tendo como oradores: o estudante Iran Braga, da União Santamariense de Estudantes; Professora Judith Prates, do Colégio Centenário, como representante do magistério público e privado; Amaury Appel Lenz, Professor e Diretor da Faculdade de Medicina, representando o ensino superior, conforme registro do jornal *A Razão* (Figura 51); às 12h – almoço no Clube Caixeiral em homenagem ao Deputado Tarso Dutra, ao reitor José Mariano da Rocha Filho e a outras autoridades; visita à Escola de Teatro para visualizar o espetáculo “Via Sacra” e entrega de diploma artístico ao Deputado Tarso Dutra concedendo a este o título de sócio benemérito; às 20h – jantar com ex-alunos da Faculdade de Medicina das turmas de 1959 e 1960 com a presença do Deputado Tarso Dutra e do Reitor, José Mariano da Rocha Filho.

Figura 51 – Reportagem – Público presente na Praça Saldanha Marinho



Fonte: (FOTO. **A Razão**, Santa Maria, 21 de mar. 1961, p. 8).

A USM foi considerada a primeira universidade pública instalada numa cidade do interior no Brasil, ou seja, que não estava situada junto a uma capital, o que representou uma grande mudança no contexto educacional. Acerca desse contexto histórico, Zampieri (2011, p. 105-106) afirma que

até o final da década de 50, as universidades brasileiras se restringiam basicamente às grandes capitais, como São Paulo e Rio de Janeiro; mas a partir do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) dá-se início à interiorização das universidades brasileiras, visando promover o desenvolvimento do interior do país. A criação de mais universidades, e principalmente a interiorização das mesmas, possibilitando um alcance maior da educação superior, está ligada ao lema do mandato de Juscelino, “50 anos em 5”, que pretendia um grande crescimento da nação, baseado nos avanços técnico-industriais. Para tanto, era imprescindível o investimento em ensino técnico e superior, uma vez que era o grande déficit de pessoal com formação profissional adequada.

Essa interiorização e, conseqüentemente, a expressiva expansão universitária no Brasil, ganha mais força nos anos 1960 e 1970, de acordo com Spiazzi (2011), momento que abarca a constituição da própria USM.

O primeiro ano após sua constituição envolveu esforços no sentido de estruturar a Instituição. Assim, em março de 1961, iniciaram-se as reuniões do órgão máximo, ou seja, o Conselho Universitário. A primeira reunião ocorreu no dia 16

de março de 1961, quando tomaram posse os conselheiros da Instituição. Durante o período de 1961 a 1964¹⁶², conforme registro nas Atas de reunião, faziam parte do Conselho Universitário os diretores das Faculdades integrantes e agregadas.

Como representantes das Faculdades agregadas e membros da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, quatro Irmãs Franciscanas atuaram junto ao Conselho Universitário da USM: Irmã Consuelo, como Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (1961-1964); Irmã Maria Zulema Dias Saldanha, Diretora da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (1961-1962), substituída por Irmã Inês Dalvit (1962-1964), a qual deixou o cargo para posse de Irmã Maria Isolde Brod¹⁶³, em 13 de março de 1964.

Durante esse período, as Irmãs Franciscanas contribuíram no desenvolvimento de ações em prol do crescimento da USM, mas também das Instituições agregadas, pois alguns assuntos tinham de ser aprovados no âmbito do Conselho, como os orçamentos de cada Faculdade. Nesse sentido, as Irmãs Franciscanas, enquanto membros do Conselho Universitário, foram eleitas para integrar diferentes comissões permanentes, conforme disposto no art. 37 do Estatuto da USM. No Quadro 7, a seguir, consta a síntese da participação das primeiras Irmãs Franciscanas nas referidas comissões permanentes.

Quadro 7 – Irmãs Franciscanas eleitas para integrar comissões permanentes da USM (1961-1964)

| DADOS DA SESSÃO | IRMÃ FRANCISCANA ELEITA | NOME DA COMISSÃO |
|---|-------------------------|---|
| Reunião n. 4, de 13 de junho de 1961 | Irmã Consuelo | Comissão de Legislação e Regimentos |
| Reunião n. 9, de 16 de fevereiro de 1962 | Irmã Consuelo | Comissão de Redação |
| Reunião n. 23, de 26 de junho de 1963 | Irmã Consuelo | Comissão de Legislação e Regimentos; Comissão de Redação |
| Reunião n. 33, de 14 de fevereiro de 1964 | Irmã Consuelo | Comissão de Legislação e Regimentos; Comissão de Redação |
| Reunião n. 33, de 14 de fevereiro de 1964 | Irmã Maria Inês Dalvit | Comissão de Orçamento e Regência Patrimonial (suplente) |

Fonte: Elaborado por Luciana Souza de Brito, 2020.

¹⁶² Durante o período de 1961 a 1964, foram produzidas 46 Atas referentes às primeiras reuniões do Conselho Universitário da Universidade de Santa Maria, as quais fazem parte de um catálogo seletivo elaborado como parte da dissertação de mestrado intitulada “Acessibilidade ao patrimônio documental da Universidade Federal de Santa Maria – a disponibilização das atas do Conselho Universitário (1961-1964), publicada em 2013 por Lívia Regina Rocha Retamoso. Além desse trabalho, as versões originais foram digitalizadas e encontram-se disponíveis no *website*: <www.fonte.ufsm.br/index.php/>.

¹⁶³ Irmã Maria Isolde Brod tinha como nome civil Claudia Irene Brod.

Ainda em 1961, um ponto importante merece ser destacado, pois foi constituída dentro da USM a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. O Ofício n. 663/67, de 21 de dezembro de 1967, encaminhado pela sua Diretora Irmã Consuelo¹⁶⁴, detalha que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USM foi criada pela Lei n. 3.958, de 13 de setembro de 1961, e instalada formalmente em 13 de setembro de 1964.

A primeira diretora da Faculdade de Filosofia da USM foi Irmã Consuelo. Sua posse ocorreu em 14 de setembro de 1964 e foi registrada em fotografias de negativos flexíveis de tamanho 6x6 cm, com cromia preto e branco, de autoria de Olivar Braunstein, conforme Figuras 52 e 53, inseridas na sequência. No primeiro registro, visualiza-se a assinatura do termo de posse por Irmã Consuelo, a qual tem à sua esquerda o Prof. José Mariano da Rocha Filho (Reitor) e à sua direita o Prof. Hélios Homero Bernardi (Vice-Reitor) e, no registro seguinte, a Irmã recebe os cumprimentos do Reitor, Prof. José Mariano da Rocha Filho, após a assinatura dos documentos referentes à sua posse.

Figura 52 – Posse da Diretora da Faculdade de Filosofia da USM – assinatura do termo de posse



Figura 53 – Cumprimentos na posse da Diretora da Faculdade de Filosofia da USM



Fonte: (Arquivo fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 14/09/1964).

Ainda sobre a inserção de Irmã Consuelo como Diretora da Faculdade de Filosofia, tem-se uma imagem publicada por Duarte (2014, p. 122), com a seguinte legenda: “JMRF, Irmã Consuelo e Helios Bernardi trabalhando em prol da criação de novos cursos”, a qual representa esse momento, a posse de Irmã Consuelo na Direção do novo curso criado na USM, mas o destaque na foto é dado para o momento em que José Mariano da Rocha Filho assina o

164 Irmã Consuelo atuou por um período concomitantemente na direção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição – “FIC Imaculada Conceição” e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – FIC da UFSM.

documento que oficializa a posse no cargo. Assim, evidencia-se na legenda da imagem a parceria entre as Irmãs Franciscanas, na figura de Irmã Consuelo, e o Reitor da Universidade de Santa Maria em uma etapa de construção e desenvolvimento do ensino superior no município.

Sobre a instalação da Faculdade de Filosofia da USM, Bandeira (2004, p. 4) também corrobora ao colocar que “a sua instalação ocorreu em março de 1965, com a federalização do Curso de Licenciatura plena que era integrante da Faculdade de Filosofia de Ciências e Letras Imaculada Conceição [...]”. Assim, desloca temporalmente o início das atividades do Curso de Letras em praticamente um semestre.

A relevância da constituição do Curso de Filosofia da USM diz respeito ao fato de que, a partir desse momento, haveria na cidade dois cursos ofertados de forma concomitante, os quais concorreriam pelo mesmo público. A FIC, gerenciada pelas Irmãs Franciscanas, particular, e a USM, pública. Pode-se afirmar que, nesse período, as atividades desenvolvidas pelas duas Instituições, no que concerne ao aprimoramento das ações de ensino, eram muito próximas, tanto que, considerando os aspectos relativos à agregação, de compartilhamento de recursos, entre outros, quando eram oferecidos eventos na área de Filosofia à comunidade, ou quando se queria mencionar uma ou outra Instituição, a forma de distinção apresentada era “a FIC da federal” ou “a FIC”, para se identificar a Faculdade privada.

Em dezembro de 1966, o Prof. José Mariano da Rocha Filho promoveu coquetel em homenagem à Faculdade de Filosofia da federal, conforme registro da Figuras 54 e 55. As imagens decorrem de fotograma em negativo flexível, tamanho 6x6 cm, cromia preto e branco, de autoria de Armando Bondarenko. Ao centro, em ambas, percebe-se a presença de Irmã Consuelo (Diretora da Faculdade de Filosofia) e do prof. José Mariano da Rocha Filho (Reitor da UFSM).

Figura 54 – Detalhe do coquetel oferecido pelo Reitor à Faculdade de Filosofia da USM



Figura 55 – Público do coquetel oferecido pelo Reitor à Faculdade de Filosofia da USM



Fonte: (Arquivo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM,1966).

Continuando a trajetória histórica da USM, em termos estruturais, esta foi concebida tendo as seguintes unidades: Faculdade¹⁶⁵, Instituto¹⁶⁶, Departamento¹⁶⁷ e Cátedra¹⁶⁸. Entretanto, no ano de 1962, segundo o Estatuto da Universidade, estavam vigentes os seguintes órgãos:

- Administração Universitária (da qual integram a Assembleia Universitária, o Conselho Universitário e a Reitoria);
- as Faculdades Federais de Farmácia, Medicina, Odontologia, Politécnica, Agronomia, Veterinária, Belas Artes e Filosofia, Ciências e Letras;
- além dos Institutos de: Física, Matemática, Química, Anatomia, Fisiologia, Patologia, Farmacologia, Ciências Naturais, Pesquisas Bioquímicas, Parasitologia e Micologia, Microbiologia e Imunologia, Medicina Preventiva, Histologia, Embriologia e Genética, Zootecnia, Mecânica, Tecnologia, Solos e Cultura, Fala e Nutrologia e Bromatologia (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2018).

Em 1965, por meio da Lei n. 4.759, de 20 de agosto, a Instituição altera a sua nomenclatura e passa a denominar-se Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), tendo em vista o Art. 2º, que definia que “[...] se a sede da universidade ou da escola técnica federal fôr em uma cidade que não a capital do Estado, será qualificada de federal e terá a denominação da respectiva cidade” (BRASIL, 1965, p. 1).

Desde a criação da UFSM e ainda durante sua federalização, enquanto agregadas, as Instituições pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas continuaram a interagir com os servidores da Universidade Federal de Santa Maria, por meio de suas representantes legais. Esse aspecto evidencia-se pela participação em diferentes eventos institucionais na figura das diretoras da FIC e FACEM, sendo perceptível um maior número de registros com a presença da direção da FIC. No entanto um evento recorrente refere-se à participação dos Diretores das Faculdades de Filosofia (da federal) e Enfermagem (enquanto agregada) nas solenidades de formatura de seus respectivos discentes.

Tem-se como exemplo dessa situação a formatura do Curso de Enfermagem da FACEM, realizada em 5 de dezembro de 1973, tendo como coordenadora a

165 “É a unidade universitária responsável pela orientação do ensino, no sentido de formar profissionais em diferentes atividades liberais ou técnicas” (ROCHA FILHO, 2011, [n.p]).

166 “É a união em uma mesma unidade Universitária de disciplinas afins pertencentes a duas ou mais Faculdades, com a finalidade de assegurar melhores condições para o ensino e a pesquisa” (ROCHA FILHO, 2011, [n.p]).

167 “É a reunião dentro de uma mesma Faculdade de disciplinas afins, que não tenham afinidade com disciplinas de outras Faculdades, visando à melhora do ensino, sua unificação e evitar as repetições inúteis” (ROCHA FILHO, 2011, [n.p]).

168 “É constituída de matéria privativa de uma determinada Faculdade sem afinidade com disciplinas outras da mesma ou de outras Faculdades” (ROCHA FILHO, 2011, [n.p]).

Irmã Noemi Lunardi, registrada na Figura 56. A imagem foi produzida a partir de um fotograma de negativo flexível, tamanho 35 mm, com cromia em preto e branco, sem identificação de autoria. Na imagem, pode-se visualizar o momento de realização da fala de Irmã Noemi Lunardi, junto à mesa de autoridades da cerimônia, tendo ao fundo os formandos.

Figura 56 – Formatura do Curso de Enfermagem da FACEM



Fonte: (Acervo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 05/12/1973).

A Figura 57 – Irmã Consuelo no I Congresso Internacional de Reitores Brasileiros e Alemães evidencia outro exemplo da participação das Irmãs Franciscanas na UFSM, a partir do registro da presença da Diretora da FIC, Irmã Consuelo, no referido evento¹⁶⁹, realizado em março de 1967, nas dependências da UFSM. Não se conseguiu identificar a segunda Irmã Franciscana presente na imagem, que decorre de um fotograma em negativo flexível, tamanho 6x6 cm, cromia preto e branco, de autoria de Olivar Braunstein.

169 “Este evento foi realizado em continuidade ao encontro de Reitores da Alemanha Ocidental e do Brasil realizada em Hamburgo, Alemanha, em 1965. Estes eventos marcaram a primeira vez na história latino-americana que reitores das mais antigas e mais famosas universidades européias discutiram problemas de educação, de pesquisa e de intercâmbio científico em pé de igualdade com reitores sulamericanos. O encontro realizado no Brasil ocorreu na UFSM e contou com a presença do Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Alemãs, Rudolf Sieverts. O churrasco de confraternização foi na Fazenda Santa Martha, do Sr. Pacífico de Assis Berni e o encerramento foi na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre”. Fonte: Divisão de Arquivo Geral/UFSM. Projeto Retalhos da Memória de Santa Maria. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/2017/08/08/encontro-de-reitores-brasileiros-e-alemaes-em-1967/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

Figura 57 – Irmã Consuelo no I Congresso Internacional de Reitores Brasileiros e Alemães



Fonte: (Acervo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 1967).

Posteriormente, com o crescente desenvolvimento da UFSM, entre o final de 1960 e início dos anos 1970, o aumento de cursos ofertados promoveu uma busca pela qualidade do ensino. Assim, procurou-se o estabelecimento de convênios para capacitação de docentes e discentes, os quais proporcionaram a criação de cursos de pós-graduação na UFSM (BARICHELLO, 2012).

É importante destacar e registrar que, no ano de 1967, ocorreu o Encontro dos Chefes de Estados Americanos, realizado em Punta del Leste, que teve como pauta uma proposta de integração educacional (BULÉ, 2015). Assim, “em 1968 foi assinado o convênio com a Organização dos Estados Americanos (OEA¹⁷⁰) que permitiu o início das atividades da Faculdade Interamericana de Educação” (BARICHELLO, 2012, p. 30), junto à UFSM.

Em 10 de fevereiro de 1969, ocorreu uma visita técnica de planejamento da Organização dos Estados Americanos (OEA) na UFSM, conforme registro da Figura 58, na qual pode-se perceber Irmã Consuelo, a qual viria a ser a Diretora

¹⁷⁰ Maiores informações sobre a OEA podem ser obtidas no *website* da Instituição. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acesso em: 20 mar. 2020.

da Faculdade Interamericana¹⁷¹. A imagem decorre de um fotograma de negativo flexível, tamanho 6x6 cm, preto e branco, sem identificação de autoria.

Figura 58 – Visita técnica de planejamento da OEA



Fonte: (Acervo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 1969).

Posteriormente, em maio de 1969, o jornal *A Razão* menciona o encontro realizado entre Irmã Consuelo e as professoras Dalila Sperb, Altair Lahud e Therezinha Veras, responsáveis pelo planejamento do Curso Multinacional de Aperfeiçoamento de Pessoal Especializado em Educação, da Faculdade Interamericana. Além das professoras presentes na imagem da reportagem, também fazia parte da equipe a professora Leonilda Reyes. A reportagem mencionada foi inserida na Figura 59.

171 A Faculdade Interamericana oferecia 30 vagas (15 brasileiros e 15 estrangeiros) por ano em um curso de 30 meses, sendo que os que concluíam os créditos recebiam o título de especialista e os que elaboravam a dissertação obtinham o título de mestre. Fonte: ARISPE, 2011. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2011/11/21/faculdade-interamericana-de-educacao-a-historia-do-mundo-refletida-na-ufsm/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

Figura 59 – Reportagem – Curso Especializado de Educação



Fonte: (CURSO Especializado de Educação. **A Razão**, Santa Maria, 27 maio 1969, p. 6).

Dessa forma, em 1970, iniciaram as atividades da Faculdade Interamericana de Educação, resultado de um projeto de integração educacional entre os países latino-americanos a partir de um convênio firmado entre a UFSM e a OEA. A Faculdade Interamericana esteve em funcionamento de 1970 até 1976, quando o convênio foi encerrado, tendo sua última turma formando-se em 1977. A Faculdade Interamericana, após a extinção de suas atividades, deu origem ao Programa de Pós-Graduação em Educação, que segundo Bulé (2015), foi um dos pioneiros da área no Brasil.

Com isso, observa-se mais uma vez o protagonismo e a presença das Irmãs Franciscanas, especialmente representadas na figura de Irmã Consuelo como uma das líderes em prol da educação de qualidade e com uma inserção internacional – característica da própria Congregação Franciscana.

Nesse sentido, uma das primeiras atividades da Faculdade Interamericana foi sua aula inaugural, a qual ocorreu no dia 04 de fevereiro de 1970. Segundo

registros da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, as fotografias decorrem de um negativo flexível, tamanho 6x6 cm, em preto e branco, sem identificação de autoria. Na Figura 60, consta um grupo de professores e representantes da OEA no aeroporto de Camobi, tendo ao centro as figuras de Irmã Consuelo e do Prof. José Mariano da Rocha Filho, os quais iriam participar da aula inaugural. Já a Figura 61 traz o registro desses representantes em uma sala de reunião, onde ocorreu a aula inaugural, proferida pelo professor Francisco Céspedes, Diretor do Departamento de Assuntos Educativos da OEA.

Figura 60 – Recepção no aeroporto do público para a aula inaugural da Faculdade Interamericana



Figura 61 – Detalhe da aula inaugural da Faculdade Interamericana



Fonte: (Arquivo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 04/02/1970).

As atividades desenvolvidas pela Faculdade Interamericana foram pioneiras e contribuíram para o crescimento e fortalecimento da pós-graduação da Universidade Federal de Santa Maria, como o papel histórico na relação de integração, especialmente com os países vizinhos do Brasil.

Entre as ações da Faculdade Interamericana, em 10 de abril de 1970, Irmã Consuelo, enquanto Diretora, promoveu uma entrevista com os professores da OEA junto à Televisão Educativa da UFSM, conforme registro das Figuras 62 e 63. As imagens foram produzidas a partir de fotogramas de negativo flexível, tamanho 6x6 cm, com cromia em preto e branco, sem identificação de autoria e demonstram dois aspectos da entrevista realizada.

Figura 62 – Faculdade Interamericana – Entrevista com professores da OEA na televisão educativa da UFSM



Fonte: (Arquivo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 10/04/1970).

Figura 63 – Detalhe de Irmã Consuelo da Faculdade Interamericana – Entrevista com professores da OEA na televisão educativa da UFSM



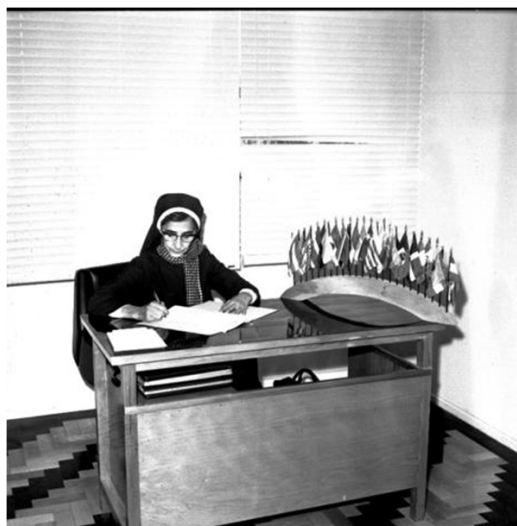
Fonte: (Arquivo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 10/04/1970).

Entende-se que a relação de Irmã Consuelo, enquanto membro da Congregação das Irmãs Franciscanas e sua atuação junto à Faculdade Interamericana é mais uma evidência da atuação destas no desenvolvimento de ações em busca do fortalecimento e da promoção do ensino superior em uma

perspectiva internacional, conectada à política de expansão e valorização do processo de integração a partir da Educação. Assim como Irmã Consuelo, outras gestoras da FACEM estiveram presentes em atividades da UFSM, conforme detalhado no Quadro 7, inserido anteriormente, pois, enquanto Faculdades agregadas, auxiliaram com recursos humanos na construção da UFSM.

A Figura 64, produzida a partir de um fotograma de negativo flexível, de tamanho 6x6 cm, com cromia em preto e branco, sem identificação de autoria, traz o registro de Irmã Consuelo na sua sala junto às instalações da Faculdade Interamericana, no campus da UFSM, em maio de 1972, enquanto coordenadora desta.

Figura 64 – Irmã Consuelo na sala da Coordenação da Faculdade Interamericana na UFSM



Fonte: (Arquivo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 1972).

Ainda no que diz respeito às ações de Irmã Consuelo junto à Faculdade Interamericana, esta pode ser percebida em diferentes momentos ao longo da trajetória dessa Faculdade. Mas, especificamente junto às cerimônias de formatura, há os registros visuais no arquivo fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, entre os anos 1970 e 1977.

As Figuras 65 e 66 registram momentos de uma dessas solenidades, realizada em 20 de janeiro de 1972, correspondendo à formatura da 2º turma da Faculdade Interamericana. Esses registros são decorrentes de fotogramas de negativo flexível de tamanho 6x6 cm, com cromia preto e branco, sem identificação de autoria.

A primeira imagem (Figura 65) traz Irmã Consuelo discursando na solenidade de formatura da 2º turma da Faculdade Interamericana, enquanto Diretora dessa Instituição. Já a Figura 66 traz o Reitor da UFSM Prof. José

Mariano da Rocha Filho colando o grau em discente do curso, tendo ao seu lado, na mesa de autoridades, Irmã Consuelo.

Figura 65 – Irmã Consuelo discursando na formatura da Faculdade Interamericana



Figura 66 – Formatura da Faculdade Interamericana



Fonte: (Arquivo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 1972).

Destaca-se, ainda, que Irmã Consuelo esteve presente em várias outras atividades junto à UFSM, entre as quais cita-se sua participação na homenagem ao Prof. Balduino Rambo, em maio de 1962. As Figuras 67 e 68 trazem o registro dessa atividade, a partir de fotogramas de negativo flexível de tamanho 6x6 cm, com cromia em preto e branco, sem identificação de autoria.

Figura 67 – Detalhe da homenagem ao Prof. Balduino Rambo na UFSM



Figura 68 – Público da homenagem ao Prof. Balduino Rambo na UFSM



Fonte: (Arquivo Fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 1962).

Outras atividades que têm a participação de Irmã Consuelo na UFSM podem ser visualizadas nos seguintes eventos: a assinatura do termo de transferência

de terras da ASPES para a cidade universitária (em 01/01/1965), a posse da direção da Faculdade Politécnica (em 15/01/1965), a aula magna proferida pelo reitor da Universidade de São Paulo (USP) na UFSM (em 09/04/1965), a inauguração do retrato do Dr. Lamartini da Faculdade de Odontologia (em 11/06/1965), o jantar realizado para o professor Hermann Görden nas dependências do Restaurante Universitário, a assinatura do convênio para projeto de extensão da UFSM em Bagé (em 06/12/1969), o acompanhamento da visita do professor Luiz Gutierrez Garribay à Faculdade Interamericana (em 15/04/1971), a palestra proferida por ela em evento de alusão ao 8º aniversário da Revolução de 31/03/1964 (em 31/03/1971), em visita às instalações da recém inaugurada Imprensa Universitária (em 02/01/1973), entre tantas outras com registro no acervo fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM.

Ainda em 1977, foram realizadas homenagens à Irmã Consuelo pelos discentes da Instituição. Em 8 de julho, foi entregue uma placa comemorativa tendo em vista valorizar seu ‘pioneirismo’ no Centro de Educação da UFSM. Na placa, consta a seguinte informação: “Perpetuar-se-à no tempo, a gratidão do corpo discente do Centro de Ciências Pedagógicas, àquela que foi a pioneira no Curso de Educação da Universidade Federal de Santa Maria, Profa. Carmen Silveira Netto, digníssima decano do Centro de Ciências Pedagógicas. Diretório Acadêmico prof. Armando Vallandro – 08/07/1977”.

A Figura 69, produzida a partir de um fotograma de negativo flexível, com tamanho de 35 mm, cromia em preto e branco, sem identificação de autoria, traz o momento de entrega dessa placa no campus da UFSM, tendo Irmã Consuelo ao centro da imagem.

Figura 69 – Entrega de placa em homenagem à Irmã Consuelo



Fonte: (Acervo fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 08/07/1977).

Além desta placa, um quadro com seu busto foi produzido e entregue em um momento de confraternização. Tais ações estão presentes nas Figuras 70 e 71, as quais foram produzidas a partir de um fotograma de negativo flexível, com tamanho de 35 mm, cromia em preto e branco, sem identificação de autoria. A primeira imagem (Figura 70) registra o momento do recebimento do quadro por Irmã Consuelo. E a Figura 71 traz o momento do discurso de Irmã Consuelo na confraternização.

Figura 70 – Irmã Consuelo recebendo quadro com seu busto



Fonte: (Acervo fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 10/1977).

Figura 71 – Discurso de Irmã Consuelo em cerimônia de entrega do quadro com seu busto



Fonte: (Acervo fotográfico da Divisão de Arquivo Geral da UFSM, 10/1977).

Nesse sentido, é possível afirmar que as Irmãs Franciscanas estiveram presentes em diferentes momentos do processo de criação e desenvolvimento da UFSM, contribuindo, auxiliando, envidando esforços para que esta viesse a se

constituir como tal. Esses momentos são mais perceptíveis na fase de constituição e desenvolvimento da Universidade, entre os anos de 1960 e 1980.

Percebe-se que as atividades desenvolvidas em conjunto com as direções da FIC e da FACEM pela UFSM ao longo desse período foram mais intensas e, após esse período foram cada vez mais deixando de ser compartilhadas, ficando de competência da UFSM, exclusivamente, a expedição dos diplomas dessas Instituições, mesmo com sua transformação em Faculdades Franciscanas, em 1995. Somente quando as Faculdades Franciscanas se transformaram em Centro Universitário Franciscano, por conta da legislação vigente, este passou a poder expedir seus diplomas aos discentes.

Consequentemente, é possível dizer que a UFSM, ao longo de sua criação, teve um crescente desenvolvimento, apresentando ampliação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e expandindo suas áreas de campus. No entanto, é pertinente lembrar que sua constituição e seu desenvolvimento decorre do envolvimento com um conjunto de Faculdades, públicas e privadas, as quais serviram de base para a delimitação das feições que atualmente a Universidade apresenta.

Nesse sentido, observa-se a presença efetiva e aberta da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã na criação desta universidade pública, especialmente disponibilizando duas de suas Instituições para serem as raízes da criação da USM/UFSM, e liberando irmãs franciscanas para atuarem enquanto membros integrantes do Conselho Universitário em seus primórdios, como Diretoras das Faculdades agregadas e da Faculdade Interamericana com atribuições e envolvimento nas ações da própria USM/UFSM, participando de eventos, homenagens e formaturas, contribuindo nessa trajetória institucional. Tais aspectos precisam ser resgatados e colocados sob evidência para que se possa destacar a participação dessas mulheres, integrantes de uma Congregação religiosa, que foram empreendedoras na constituição e no desenvolvimento também do ensino superior público em Santa Maria.

Dessa forma, na próxima subunidade, apresentam-se elementos sobre a constituição e o desenvolvimento de uma nova fase no investimento na educação superior gerenciada exclusivamente pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

2.3.5 Faculdades Franciscanas – FAFRA

Os debates envolvendo a unificação da FIC e da FACEM com vistas à criação das Faculdades Franciscanas envolveram alguns anos. Rupolo (2009) menciona que, desde meados dos anos 1980, o contexto educacional do Brasil favorecia o desenvolvimento de estudos que possibilitassem a unificação das Instituições mantidas pela SCALIFRA-ZN.

Esse contexto educacional mencionado por Rupolo (2009) também é estudado por Batista (1993), junto ao Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), a qual destaca essa fase como um período decrescente na trajetória do ensino superior brasileiro.

[...] a década seguinte (1975-1985) foi caracterizada como um período de acomodação, visto que a partir de 1975 começam a surgir os decretos proibindo a criação de novos cursos e abertura de novas vagas. A grande expansão que vinha ocorrendo começa a decair, provocando queda nas taxas de crescimento da matrícula e decréscimo no número de instituições, em decorrência das agregações de instituições isoladas em faculdades integradas de regimento unificado, sendo que no quinquênio 1980-1985 chegou a apresentar taxas negativas de crescimento [...] (BATISTA, 1993, p. 10).

Nesse sentido, a quantificação da gradativa constituição de Instituições de Ensino Superior que vinha ocorrendo, desde os anos 1960, em virtude da interiorização do ensino, teve uma queda entre os anos de 1975 e 1985, em virtude da unificação de Instituições.

Durante esse contexto histórico, a FIC e FACEM, assim como outras Instituições de Ensino Superior do país, começaram a estudar formas de unificarem suas atividades. Entretanto,

[...] nesse período, eclodiu um movimento de caráter nacional que ocasionou paralizações estudantis e greves de professores. Em decorrência, gerou um clima de instabilidade em que o desgaste das relações e o equilíbrio econômico necessitaram de trabalhosa recuperação. Isso também repercutiu na política interna da FACEM e da FIC, retardando o processo, já em andamento, da integração dessas duas Instituições. (RUPOLO, 2009, p. 15).

Assim, apesar das discussões já terem sido iniciadas, a efetivação da unificação das Instituições não ocorreu. Foi necessária uma ampla campanha junto aos servidores das respectivas Instituições (professores e técnicos administrativos), os quais foram notificados da possibilidade de realização do processo. Dessa forma, reuniões de trabalho eram realizadas com a finalidade de orientar os servidores acerca das ações que estavam sendo realizadas com vistas à formalização do processo de constituição das Faculdades Franciscanas.

Nilsa Barin (2018), docente da Instituição desde 1985, refere em depoimento:

Eu lembro quando foi na década de 90 a primeira reunião que foi feita como uma reunião de integração entre os professores da FIC e os professores da antiga FACEM, foi no espaço onde hoje funciona a nossa biblioteca nesse prédio que na época era o prédio administrativo. Era um prédio novinho, recém tinha sido construído e ali embaixo tinha uma sala muito ampla para umas 100 pessoas que hoje é como eu disse o espaço ocupado pela nossa biblioteca atual. E nós tivemos ali, na década de 90

aquela primeira reunião de integração talvez eu não tenha sim argumentos para te dizer como isto se deu como esta possibilidade de integração das duas faculdades se integrarem, como isto aconteceu. Talvez uma das irmãs franciscanas possa te dar essa colaboração de uma forma melhor, mas eu tenho, eu tenho muito presente aquela reunião. E uma reunião em que havia sim mais interrogações do que certezas, tínhamos sido comunicados de antemão pela nossa diretora na época que teríamos a integração das duas faculdades, no momento foi obviamente uma surpresa porque todo desacomodar ele desafia. [...] Sem dúvida causa um desconforto inicial, nós não nos conhecíamos, porque os professores da FACEM na sua grande maioria eram ou enfermeiras docentes, farmacêuticos docentes, médicos docentes, então era um pessoal da área da saúde com a qual nós não tínhamos o menor convívio, o menor contato. Então esse desacomodar-se, obviamente, eu tenho essa lembrança muito presente. Como eu disse, mas isso foi apenas no início não é, e essa integração ela foi acontecendo devagarinho e aos poucos porque na época o curso de enfermagem já veio de mudança né, ele já veio como mudança para cá, para esse espaço esse prédio aqui e a partir de então as coisas aconteceram como fluxo normal não é, penso que houve assim um enorme respeito de ambas as partes né, dos cursos que funcionavam aqui na antiga FIC com os professores da FACEM e vice-versa (BARIN, 2018, [s/p]).

Nesse sentido, corrobora o depoimento da professora Nilsa Barin a afirmação da técnica administrativa Sandra Rios Pouey, que ingressou na Instituição em junho de 1991, e continua em exercício, a qual também lembrou em entrevista concedida, que as Irmãs Franciscanas realizavam reuniões semestrais, nas quais “[...] elas explicavam [...] elas chamavam no início do semestre todos, professores e funcionários. E aí elas explicam, elas relatam tudo o que está acontecendo e o que que aconteceu de modificação. [...]” (POUEY; LAUDA, 2018a, [s/p]).

Também é relevante trazer as considerações mencionadas em entrevista concedida pela Reitora da Universidade Franciscana, Irmã Iraní Rupolo¹⁷², a qual refere que, a partir de sua transferência para a Instituição entre os anos de 1990 e 1992, acompanhou as discussões e as movimentações internas das Irmãs Franciscanas para unificação da FIC e da FACEM, e a constituição das Faculdades Franciscanas. Destaca que os principais argumentos para tal iniciativa consistiam em tornar as Instituições mais fortalecidas, mais qualificadas profissionalmente, otimizando os recursos humanos em vez de ter duas direções, duas secretarias financeiras etc. (RUPOLO, 2018).

Assim, durante a gestão da Irmã Maria Aparecida Marques, a Ata de reunião n. 93, de 2 de julho de 1990, do Departamento de Ensino, da Congregação da FIC, apresenta elementos iniciais sobre a possibilidade de a FIC fazer parte da criação de uma Universidade Regional, ou ainda de uma Universidade ser formada a partir da união da FIC e FACEM. O extrato do texto consta a seguir:

172 Irmã Iraní Rupolo manteve seu nome de batismo ao ingressar na Congregação.

[...] A Diretora Maria Aparecida Marques informou sobre a ideia da [sic] FIC fazer parte de uma Universidade Regional no DGE37. Foram feitos vários comentários por parte dos professores sobre o assunto: Professor Romar Pagliarim disse que não concorda e gostaria que a FIC ficasse agregada a [sic] UFSM, e também cuidando para não ser absorvida por ela; a Professora Ir. Ida Tereza Ceron sugeriu que se formasse uma Universidade, unindo a FIC e a FACEM (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS IMACULADA CONCEIÇÃO, 1990, p. 2).

Percebe-se, nesse documento, a ambiguidade do momento. Inicialmente, a proposta de unificação não teve aceitação unânime pelo corpo docente, entretanto, para as Irmãs Franciscanas, este foi um objetivo, haja vista o próprio comentário de Irmã Tereza Ceron. A iniciativa foi adiante e, na Ata de reunião n. 04 de 2 de agosto de 1994, Irmã Anísia Margareta Schneider, Diretora da FIC, informa que “[...] o Regimento integrado que unirá FIC e FACEM, está sendo estudado e analisado para logo mais ser encaminhado para aprovação” (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS IMACULADA CONCEIÇÃO, 1994a, p. 1-2).

Tem-se ainda o registro da Ata n. 07, de 17 de agosto de 1994, a qual traz as discussões realizadas entre as direções e os chefes dos Departamentos de Ensino da FIC e FACEM acerca da aprovação do Regimento Integrado das duas Instituições. “A Diretora da FIC fez a abertura da reunião e passou a liderança para a professora Neida Maria Nunes Sepel que coordenou a elaboração deste Regimento Integrado” (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS IMACULADA CONCEIÇÃO, 1994b, p. 1).

Corroboram essas informações, outras duas Atas de reunião, da Congregação da FIC, inseridas a seguir: Ata de reunião n. 05, de 14 de novembro de 1994, na qual Irmã Anísia Margareta Schneider, Diretora da FIC, destaca, nos avisos gerais, que o Regimento integrado FIC-FACEM está em Brasília aguardando aprovação (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS IMACULADA CONCEIÇÃO, 1994c); e a Ata de reunião n. 04, de 1º de agosto de 1995. Esse último documento merece destaque na medida em que traz um relato significativo sobre as intenções das Irmãs Franciscanas no que concerne ao seu posicionamento no contexto educacional de Santa Maria, ou seja, os objetivos da Congregação a partir das transformações propostas para a FIC e a FACEM. Assim, tem-se a seguir o extrato da Ata de reunião n. 04, de 1º de agosto de 1995:

[...] A Diretora falou da necessidade de se juntar ao Regimento, que unifica as Faculdades (FIC-FACEM), da ata, em que a Congregação da FIC, aceita a fusão e o surgimento da nova Instituição. Este assunto já está por demais divulgado: em março/94 quando da primeira reunião da Congregação, em que foram estabelecidas as perspectivas e prioridades para mil novecentos e

noventa e quatro na FIC, por proposta de um grupo, mas aceita por todos, foi incluída a elaboração do Regimento de Integração FIC-FACEM; em agosto/94 foi realizada, em cada Departamento, a análise do Regimento, conforme registro na Ata nº 07/94, que consta do processo enviado em setembro/94 do CFE. *Por tudo o que foi exposto, a Congregação por unanimidade aceita a transformação FIC-FACEM e o Regimento que disciplina todas as atividades da nova Instituição: Faculdades Franciscanas. A anuência de todos foi feita com entusiasmo e com esperança de que logo se torne realidade o desejo de todos: a transformação da Instituição em Universidade. [...] (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS IMACULADA CONCEIÇÃO, 1995, p. 1-2, grifo nosso).*

É interessante perceber que, inicialmente, com a unificação das duas Instituições, pretendia-se criar as Faculdades Franciscanas Integradas, que teve uma sugestão de alteração de sua nomenclatura para Centro Franciscano de Ensino Superior (CFES)¹⁷³. Essa nomenclatura foi novamente alterada para Faculdades Franciscanas (FAFRA), quando da unificação da FIC e FACEM, uma vez que já existia na época uma outra Instituição de Ensino Superior com essa sigla. Pode-se afirmar que, pelo contexto da educação superior na época, a modificação para Centro Universitário não foi realizada pela necessidade de atendimento a questões específicas da legislação, como ter cursos de pós-graduação *stricto sensu*, uma realidade que a FIC e a FACEM ainda não dispunham no momento.

Alguns elementos sobre a unificação da FIC e da FACEM para formar a nova Instituição também foram apresentados pela diretora da FIC, Irmã Anísia Schneider em reportagem ao jornal A Razão, de 22 e 23 de abril de 1995 (Edição Especial de Aniversário), quando da comemoração dos 40 anos da FIC (Figura 72). Na reportagem, destacou-se com uma seta a afirmativa de Irmã Anísia Schneider sobre a vontade de criação de uma Universidade Católica Franciscana e que o momento de comemoração na FIC é propício para o desenvolvimento de tal ação pelas Irmãs Franciscanas.

Considerando essa vontade da Congregação, é pertinente destacar nesse momento a participação de Irmã Anísia Schneider nesse processo. Ao longo de quatro anos (1991 a 1995), Irmã Anísia esteve presente na FIC, atuando como Diretora, acompanhando e trabalhando para que o desejo de unificação fosse concretizado. Com a criação da FAFRA, assumiu a direção dessa Instituição, tendo como vice-diretora a Irmã Clarízia Terezinha Thomas, ex-diretora da FACEM. Posteriormente, ao deixar a Direção da FAFRA para assumir o cargo de Ministra Provincial, pelo período de 1996 a 1999, Irmã Anísia pôde atuar com maior dedicação na consecução do projeto de transformação em

¹⁷³ Fonte: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS IMACULADA CONCEIÇÃO. **Livro de Atas do Conselho Departamental da FIC n. 09.** (1981-1996) – Ata n. 07/1994 referente à reunião conjunta entre a FIC e FACEM para tratar do regimento da nova Instituição a ser criada.

Faculdades Franciscanas, em outras instâncias. Além disso, valorizando a sua atuação, foi escolhida para o cargo de Ministra Geral da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, atuando em Roma, na Itália, pelo período de 1999 a 2009, quando pôde acompanhar a condução das atividades para transformação da FAFRA em Centro Universitário, deixando o sonho das Irmãs Franciscanas de construir uma Universidade mais próximo, na medida em que pouco a pouco foram atingindo os passos necessários na legislação para o empreendimento.

Figura 72 – Reportagem – União da FIC e FACEM já recebe adesões

Especial de Aniversário - pág. 4

FIC 40 ANOS

Santa Maria 22.23/04/95

UNIÃO FIC E FACEM JÁ RECEBE ADESÕES

Uma filosofia própria e um direcionamento às exigências regionais fazem os 40 anos da FIC em Santa Maria

Começou a trabalhar no setor educacional, com experiência desde o enfoque informal aos níveis primário, secundário e superior tanto nos setores público como privado e até fora do estado, ainda na década de 60. No início de 70, já estudava Teologia e Administração Escolar na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul em Porto Alegre. Passou por vários municípios gaúchos até 1990 quando adotou Santa Maria para dedicar-se ao desenvolvimento do ensino segundo diretrizes bastante definidas. Assim pode ser resumida a atuação da Irmã Anísia Schneider, Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Imaculada Conceição", Instituição que completa 40 anos de atividades em 1995. E através de seu depoimento é possível perceber que ainda há muito trabalho pela frente.

PERGUNTA - Que mudanças a FIC vem passando desde o início de sua direção?

IRMÃ ANÍSIA - Esses quatro anos frente à direção da FIC, contando com uma ótima equipe de trabalho, serviram basicamente para uma grande e necessária reorganização do espaço físico com vistas à um gerenciamento operacional melhor. Foram feitas instalações de informática, arjandragem para tornar o local agradável, melhorias nas salas de aula. Entretanto, também o aspecto filosófico e pedagógico mereceu atenção. Demos continuidade a um estudo e reflexão em torno de um projeto educacional atualizado, em termos de visão de mundo, relações sociais, metodologia, avaliação. Em termos de avaliação, por exemplo, saiu-se do sistema restrito de provas para uma visão mais global e participativa do processo. O diálogo permeia a formação humana e a produção do conhecimento.



Irmã Anísia Schneider, Diretora da FIC

Zena Norte) ele vinha acompanhando ind. servíçõs, pois tudo isso é histórico.

PERGUNTA - E em termos de aceitação da Instituição?

IRMÃ ANÍSIA - Entendo que o interesse de comunidades de outros estados encaminhando pedidos de indicação de profissionais formados na FIC para ocupar vários pontos no mercado de trabalho, o que ocorre com grande freqüência, é um indicativo de boa aceitação. Os próprios alunos dão esse retorno positivo, afinal para muitos é uma opção pessoal estudar em faculdade particular. Falando em Santa Maria e região, a FIC teve aprovação pelo MEC no início deste ano o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, uma exigência da comunidade assumida pela Instituição. Já estão encaminhados pedidos para Pedagogia (Habilitação Magistério e Tecnologia Educacional) e projetos os cursos de Turismo, Secretariado Executivo e Serviço Social. Além disso, membros da comunidade procuraram a FIC para solicitar abertura de vagas para Direito, Psicologia e alguma opção na área econômica, o que vem sendo avaliado.

PERGUNTA - Essa interação na comunidade é sempre enfatizada?

IRMÃ ANÍSIA - O processo do pedido do Curso de Turismo responde essa questão, pois envolveu a Assessoria de Assuntos Interacionais da FIC e o Consulado do Uruguai devido a sugestões de pessoas da comunidade. Hoje, alunos da FIC e da Faculdade de Meloandão estão fazendo encontros de estudos e de elaboração de projetos de interesse comum, como uma porta que se abre para o enriquecimento comum. A Faculdade da Terceira Idade é outro exemplo (ver matéria neste Caderno Especial), assim como o trabalho social na Vila Portão Branco e o empenho na obtenção de crédito educativo para alunos carentes.

PERGUNTA - Como avalia o sucesso da FIC em seus 40 anos e os rumos de crescimento?

IRMÃ ANÍSIA - A missão definida da Instituição traz seu reconhecimento, é sempre a mesma, porém em atualização constante a sua forma de desenvolvimento, de acordo com a realidade. As instituições particulares em todos os níveis e graus são imprescindíveis, numa sociedade democrática. E o ensino superior particular tem uma linha de trabalho baseada numa filosofia própria que entende o ser humano em sua plenitude. A humanização traz sentido ao trabalho.

As idéias de integração da FIC e da FACEM, em paralelo da criação de uma Universidade Católica Franciscana, estão sendo aprimoradas sobretudo pelo apoio de todos os segmentos da sociedade regional. É uma necessidade e abre nova alternativa para a região. É a nova concepção de realidade que traz a mudança. Uma proposta que vem ao encontro da comemoração dos 40 anos de História da FIC.

Este Caderno Especial faz parte da comemoração do aniversário de 40 anos de atividades da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Imaculada Conceição", com sede na cidade de Santa Maria.

FIC - Rua Andaraí, 1624 - Fone: (51) 221.2792 / Fax: (51) 222.6484 - Santa Maria (RS) CEP 9710-012. A Secretaria de Faculdade faz atendimento aos professores período das 12h às 15h.

DIREÇÃO
Irmã Anísia Schneider
VICE-DIREÇÃO
Néida Maria Nunes Lopez

SECRETARIAÇÃO
Maria Edinéia de Fátima
Irene Engel
Dilce Fontana

COORDENAÇÃO
Flávia Diniz

REDAÇÃO
RP Editorial Ltda

FOTOLITO E IMPRESSÃO
Journal & Rapto - Santa Maria

Fonte: (FIC 40 anos. A Razão, Edição Especial de Aniversário, Santa Maria, 22 e 23 abr. 1995, p. 4).

Na FACEM, a aprovação do Regimento de unificação das Instituições ocorreu por meio da Ata de reunião n. 259 do Colegiado Superior¹⁷⁴, de 31 de julho de 1995, a qual menciona uma reunião prévia realizada em 18 de julho de 1994, com a Ata de reunião n. 254 sobre a temática.

No âmbito do Ministério da Educação, o Parecer CE n. 249/1995, aprova, em 7 de novembro de 1995, o Regimento unificado da FIC e FACEM, bem como a alteração do nome da unidade de ensino para Faculdades Franciscanas.

Em 14 de novembro de 1995, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição e a Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira foram unificadas e passaram a se denominar Faculdades Franciscanas, pela Portaria n. 1.402, de 14 de novembro de 1995.

Inicialmente, no período de transição, a Diretora da FIC na época, foi Irmã Eunice¹⁷⁵ Schneider, cujo nome de batismo era Anísia Margareta Schneider. Marques e Dalpian (2008) resgatam uma entrevista da gestora quando da integração da FIC e da FACEM, para o jornal da Associação de Professores da Universidade de Santa Maria. Assim, Anísia Schneider destaca que,

se estão confiando em nós, só podemos responder sim. Faremos o que estiver ao nosso alcance para que este projeto concebido e acalentado durante muitos anos possa tornar-se uma realidade positiva. Este processo exige mudanças, desapareço de ideias, de coisas e de espaços físicos. É uma oportunidade de crescimento. Professores e alunos acolhem bem a nova realidade. Estão alegres e esperançosos. Sem dúvida, estamos diante de um grande desafio (SCHNEIDER, 1995 apud MARQUES; DALPIAN, 2008, p. 60).

Nesse sentido, percebe-se, pelas palavras da Diretora da Instituição, o empenho no processo de inovar, de modificar a realidade atual em busca de uma oportunidade de crescimento, conforme suas próprias palavras. A Figura 73 traz o registro de uma reunião do Conselho Técnico Administrativo (CTA) da FAFRA, sob presidência da Irmã Anísia Schneider, tendo presentes os seguintes professores da Instituição; em pé: Selma Borges (Pedagogia), Maria Medianeira Padoin, Valdemar Valente, Nires Metilde Colleto, Irmã Iraní Rupolo, Nilsa Teresinha Reichert Barin. Sentados: Hugo Fontana, Elizabeth Webber Potter, Irmã Anísia Schneider, Neida Maria Nunes Sepel, Maria Lúcia Schuch Brunet.

A fotografia, um positivo colorido de tamanho 10x15 cm, registra a reunião realizada no ano de 1993 ou 1994, nas dependências da Instituição. Não foi possível identificar a autoria do registro.

174 Fonte: FACULDADE DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Livro de Atas do Colegiado Superior.** (1991-1995) – Ata de reunião n. 259 com a aprovação da integração FIC e FACEM.

175 Embora tenha adotado outro nome após ingresso na Congregação, no desempenho de suas atividades junto à FAFRA, utilizou seu nome de batismo (Anísia), motivo pelo qual nos referimos a este na pesquisa.

Figura 73 – Reunião do CTA da FAFRA



Fonte: (Arquivo Pessoal Profa. Maria Medianeira Padoin, [1993 ou 1994]).

Em 1996, com a saída de Irmã Anísia Schneider da Direção da FAFRA, quem assume o cargo é Irmã Iraní Rupolo.

Mesmo com a unificação das Instituições e criação da FAFRA, foi mantida uma vinculação com a UFSM, no tocante à expedição de diplomas, considerando que a legislação brasileira determinava que esses documentos deveriam ser expedidos por uma Instituição com caráter de Universidade ou Centro Universitário devidamente credenciados no Ministério da Educação.

Castanho (2007, p. 27) refere que, na transformação em FAFRA, a Instituição teria “[...] um melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais: ampliação do espaço físico, e também maior integração nas diversas áreas do conhecimento [...]”. Todos esses aspectos (recursos humanos, recursos materiais e de infraestrutura, gestão do conhecimento), se bem gerenciados, promoveriam o crescimento institucional em longo prazo, motivo pelo qual a possibilidade de gestão unificada por meio da constituição da FAFRA era uma realidade a ser implementada pela SCALIFRA com grande potencial para o desenvolvimento do ensino ofertado pelas Irmãs Franciscanas em Santa Maria.

Nesse sentido, a ocupação dos espaços físicos ocorreu de forma gradativa. Marcia de Vargas Lauda, técnica-administrativa, que ingressou na FACEM em outubro de 1990 e continua em exercício, lembra que, como funcionária da FACEM, inicialmente, com a unificação, trabalhava alguns dias na FACEM e alguns dias na FIC. “No segundo semestre de 1995 é que o Curso de Enfermagem ocupou as instalações da FIC, e a parte administrativa veio depois” (POUEY; LAUDA, 2018a, [s/p]).

Concluída a fase de transição, as atividades administrativas e de ensino

da FAFRA foram desenvolvidas junto às instalações físicas situadas na Rua dos Andradas, n. 1614. A Figura 74 ilustra as instalações a partir da alteração da nomenclatura da Instituição, a partir de uma fotografia com tamanho 10x15 cm, cromia preto e branco, produzida entre 1995 e 1998, sem registro de autoria. O ponto focal da imagem consiste na placa com a identificação da nomenclatura da Instituição após a unificação da FIC e da FACEM.

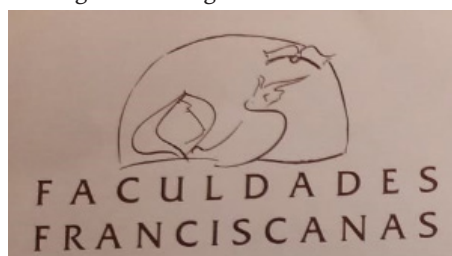
Figura 74 – Prédio acadêmico da FAFRA



Fonte: (Acervo fotográfico da Universidade Franciscana, entre 1995 e 1998).

Além da identificação visual alocada no prédio da Instituição, a FAFRA também desenvolveu uma logomarca própria, com uma imagem alusiva a São Francisco, conforme registro nas Figuras 75 e 76¹⁷⁶ – Logomarcas da FAFRA.

Figura 75 – Logomarca da FAFRA



Fonte: (Arquivo da DERCA – UFN)

Figura 76 – Logomarca da FAFRA em cores



Fonte: (Gabinete UFN, entre 1995 e 1998).

Em sua trajetória, uma ação desempenhada pela FAFRA que contribuiu com o município ao longo dos anos diz respeito à sua participação no Conselho

¹⁷⁶ A Figura 76 encaminhada pelo Gabinete da UFN, foi tratada digitalmente pela Editora da UFN visando melhorar a sua qualidade digital, segundo informações repassadas pela unidade.

Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Santa Maria (COMPHEC)¹⁷⁷, a partir da Lei municipal n. 3.999, de 24 de setembro de 1996, com dois representantes, conforme disposto no art. 5º. O COMPHEC constituiu-se em um órgão de assessoramento do Prefeito Municipal no que se refere à identificação, ao mapeamento, ao inventário e ao cadastro dos bens considerados um patrimônio histórico e cultural, e tem suas atividades vigentes até os dias atuais.

A partir da unificação da FIC e da FACEM, a FAFRA absorveu os cursos de graduação criados e ofertados em ambas as Instituições. No Quadro 8, apresenta-se o contexto educacional da FAFRA, com o registro da oferta de cursos da Instituição, conforme dados encaminhados ao Ministério da Educação no ano de 2004.

Quadro 8 – Cursos que compõem a FAFRA

| CURSOS/HABILITAÇÕES | AUTORIZAÇÃO | | RECONHECIMENTO | |
|--|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Documento | Data D.O.U. | Documento | Data D.O.U. |
| Enfermagem e Obstetrícia | P.Min.144/55 | 16/05/55 | Dec.41.570/57 | 27/05/57 |
| Enfermagem | Par.CFE 03/75 | 20/03/75 | Par.CFE 994/87 | 12/11/87 |
| Enfermagem de Saúde Pública | Par.CFE 03/75 | 20/03/75 | Par.CFE 994/87 | 12/11/87 |
| Estudos Sociais | P.Min. 014/85 | 21/01/85 | P.Min. 339/87 | 22/05/87 |
| Filosofia | Dec. 43.568/58 | 25/04/58 | Dec. 47.437/59 | 24/12/59 |
| Geografia | Dec. 41.211/57 | 01/04/57 | Dec. 47.437/59 | 24/12/59 |
| História | Dec. 41.211/57 | 01/04/57 | Dec. 47.437/59 | 24/12/59 |
| Letras: Português – Inglês | Dec. 37103/55 | 01/04/55 | Dec. 42.801/57 | 12/12/57 |
| Letras: Português | Dec. 41.211/55 | 01/04/57 | Dec. 47.437/59 | 24/12/59 |
| Matemática | Dec. 43.568/58 | 25/04/58 | Dec. 47.437/59 | 24/12/59 |
| Pedagogia: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau | Dec. 37.103/55 | 01/04/55 | Dec. 42.801/57 | 12/12/57 |
| Pedagogia: Administração Escolar | Dec. 37.103/55 | 01/04/55 | Dec. 42.801/57 | 12/12/57 |
| Pedagogia: Supervisão Escolar | Dec. 37.103/55 | 01/04/55 | Dec. 42.801/57 | 12/12/57 |
| Pedagogia: Orientação Educacional | Dec. 37.103/55 | 01/04/55 | Dec. 42.801/57 | 12/12/57 |
| Pedagogia: Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e Tecnologia Educacional | Dec. 04/01/96 | 05/01/96 | --- | --- |
| Tecnologia em Processamento de Dados | Dec. 08/02/95 | 09/02/95 | --- | --- |

Fonte: (Parecer CNE/CES n. 0048/2004, p. 6).

No que diz respeito à oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, com a criação da FAFRA, houve a continuidade da oferta realizada anteriormente pela FIC e FACEM, junto à comunidade santa-mariense, como pode ser observado pela reportagem publicada no jornal A Razão, no dia 20 de dezembro de 1995 (Figura 77), que destaca os cursos de especialização a serem ofertados a partir de março de 1996, em: Psicologia Comunitária, Direito Público, Nutrição em Saúde Comunitária, Informatização em Sistemas Empresariais, Informatização Educacional e História da América Latina.

Dos cursos citados na reportagem, o de “Informatização em Sistemas

177 A Lei n. 3.999/1996 dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural de Santa Maria, onde diferentes órgãos integram o conselho municipal. É um importante marco de preservação e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural municipal, e continua vigente até os dias de hoje. Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES. Lei n. 3.999 de 24 de setembro de 1996. Disponível em: <<https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/pesquisa/1996/3/0/1968>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Empresariais” não consta na lista de cursos com alunos matriculados, conforme dados da Instituição. No APÊNDICE A, consta o Quadro 002, contendo a relação dos doze (12) cursos ofertados pela FAFRA e ano de matrícula dos alunos.

Outra questão que fica evidente na publicação (Figura 77) é o envolvimento do diretor do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Santa Maria (CODESMA), Sergio Blattes, junto com a Diretora da FAFRA, Irmã Anísia Schneider, no planejamento das ações para o crescimento e fortalecimento da Instituição, visando sua transformação em algo maior, uma Universidade particular. Um sonho que foi almejado e construído pouco a pouco pelas Irmãs Franciscanas até a constituição da Universidade Franciscana, em 2018.

Figura 77 – Reportagem – Especializações da FAFRA



Fonte: (VÁRIAS especializações serão instaladas na FAFRA em 96. **A Razão**, Santa Maria, 20 dez. 1995, p. 6).

Ainda no que se refere às especializações, os cursos já ofertados pela FACEM na área da saúde foram mantidos, com algumas modificações. Assim, o Curso de Pedagogia da Enfermagem Médico-Cirúrgica não teve mais ofertas; o Curso de Administração de Serviços de Enfermagem continuou a ser ofertado e dois novos cursos foram criados: Administração dos Serviços de Saúde (1995) e Saúde Coletiva (1997) (MARTINS; PELLEZ; MARINHO, 2009).

No Projeto Pedagógico Institucional (PPI) ([s/d]) consta que, entre os anos de 1995 e 1996¹⁷⁸, teve início o desenvolvimento do ensino de pós-graduação *stricto sensu*. Nesse sentido, o primeiro curso criado foi o Mestrado em Educação, o qual teve apenas uma oferta e sua sequência foi suspensa. Dessa forma, a continuidade do desenvolvimento de cursos de pós-graduação *stricto sensu* foi interrompida.

A partir de março de 1997, a FAFRA participou como Instituição associada do Mestrado Interinstitucional em Ciências da Computação, aprovado pela CAPES, promovido pela UFRGS e que teve como Instituição receptora a UFSM (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998).

Continuando as ações de fortalecimento e expansão das atividades da FAFRA, em agosto de 1997, foi assinado um convênio entre a Instituição e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para promoção de cursos de atualização e aperfeiçoamento, na modalidade de especialização¹⁷⁹. A assinatura do convênio foi registrada em reportagem do jornal A Razão, publicada na edição de 30 e 31 de agosto de 1997. A Figura 78, inserida a seguir, traz esse registro.

178 Na época, a legislação brasileira no ensino superior estava em fase de reformulação, as quais culminaram, em dezembro de 1996, com a publicação da Lei n. 9.394/96, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

179 Embora a assinatura do convênio com a FGV tenha ocorrido em 1997, o primeiro curso a ter alunos matriculados foi o de 'Gestão Estratégia em Marketing', no ano de 1999, quando a Instituição já havia se transformado em Centro Universitário Franciscano.

Figura 78 – Reportagem – Fundação e FAFRA trazem cursos

Fundação e Fafra trazem cursos

As Faculdades Franciscanas e a Fundação Getúlio Vargas assinaram ontem à tarde o convênio para garantir a implantação de cursos de atualização e aperfeiçoamento em Santa Maria. O convênio vai colocar à disposição serviços de consultoria a empresas e instituições privadas e públicas do município.

Depois de definir a área em que existe a demanda, os cursos devem ser implantados no período de um mês.

Entre as possibilidades, estão cursos de atualização, aperfeiçoamento e especialização (360 horas) de marketing, comércio exterior, recursos humanos, contabilidade, controladoria, direito empresarial, economia para executivos e gestão de empresas.

Estiveram presentes na reunião, lideranças empresariais de Santa Maria, representantes do Executivo e da área educacional. O convênio foi assinado pela diretora da Fafra, Irani Rupolo, e pelo coordenador do programa da FGV, Gildásio Mendes.



Divulgação

Convênio, firmado ontem, traz novos cursos para Santa Maria

Ministério avalia Centro Universitário Franciscano

A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação está avaliando as condições de funcionamento e potencialidades das Faculdades Franciscanas para transformá-la em Centro Universitário Franciscano.

A Comissão de Credenciamento, que está estudando o projeto, tem o prazo de 45 dias para realizar a visita à instituição e apresentar o relatório, que deve ser enviado ao Conselho Nacional de Educação para o parecer definitivo.

Estão analisando o projeto, professores da Universidade Federal do RS, Universidade Federal de Santa Catarina e Delegacia do MEC/RS. O deputado federal Nelson Marchezan confia na concretização do sonho da criação da Universidade Franciscana, que tem recebido apoio dos setores de toda a região.

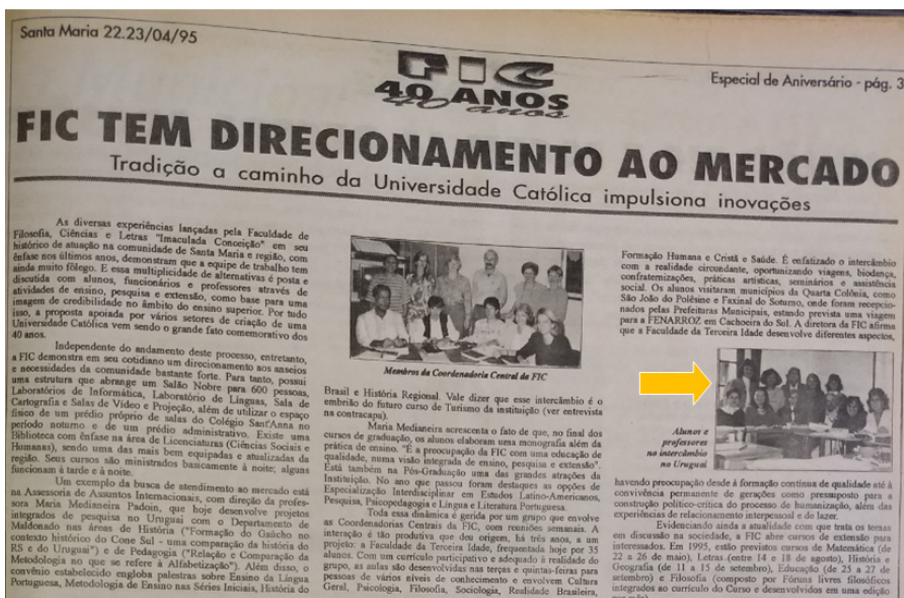
Fonte: (FUNDAÇÃO e Fafra trazem cursos. **A Razão**, Santa Maria, 30 e 31 ago. 1997, p. 10).

Ampliando seu campo de atuação, a FAFRA desenvolveu também alguns convênios. Um deles com o Instituto de Las Hermanas Capuccinas de Maldonado e o Departamento de Maldonado Uruguai, envolvendo as áreas de Letras e História. O Curso de Letras: Português colaborou com a implantação do ensino de português naquele Departamento e Instituto, e o Curso de História, com a coordenação da Profa. Maria Medianeira Padoin, elaborou um livro¹⁸⁰ sobre a formação do gaúcho a partir de um estudo comparativo entre Brasil e

180 A publicação mencionada refere-se a: PADOIN, M. M.; CARDOSO, M. S.; LLADO, A.; FRÖHLICH, L. F. **El gaúcho en el contexto histórico de Brasil y Uruguay**. Maldonado: Instituto Habilitado de las Hermanas Capuccinas y Imprenta Ramallo, 2003. v. 1. 161 p.

Uruguai, em que participaram professores e alunos da ambas as Instituições. A partir desse convênio, que teve a intermediação do Consulado do Uruguai na figura do Sr. Arthuro Vetushi, houve uma troca de experiências, em que a FAFRA teve auxílio para a elaboração do seu projeto de Curso de Turismo, tendo em vista a experiência dessas Instituições, o qual foi implementado no Centro Universitário Franciscano (PADOIN, 2020). A Figura 79, inserida a seguir, traz o registro de alunos e professores durante o intercâmbio realizado no Uruguai. Mas também apresenta uma descrição das experiências da FIC no que se refere à ampliação da sua atuação, com destaque ao desenvolvimento de convênios.

Figura 79 – Reportagem – Alunos e professores em intercâmbio no Uruguai



Fonte: (FIC 40 anos. **A Razão**, Edição Especial de Aniversário, Santa Maria, 22 e 23 abr. 1995, p. 3).

Padoin (2020) relata, ainda, que um novo convênio foi firmado entre a FAFRA e o Consulado Italiano de Santa Maria, em que a Instituição cedeu seu espaço físico para a oferta de turmas de língua italiana, promovendo, assim, um aproveitamento de seus espaços físicos.

Outro convênio que teve início com a FAFRA foi realizado entre esta e os municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana com vistas à formação de professores municipais e de extensão, como o projeto de pesquisa sob coordenação das professoras Maria Medianeira Padoin e Marta Rosa Borin, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS), intitulado “Criação, Organização e fomento do Laboratório de História Oral sobre História da Imigração Italiana da Quarta Colônia do

RS”, em que foram entrevistados descendentes de imigrantes. A partir dessas entrevistas, foi criado o Laboratório de História Oral (LAHIS).

Ainda no contexto dos convênios firmados com a FAFRA, ocorreu como resultado de uma parceria iniciada pela FIC com a SETUR do Rio Grande do Sul, o desenvolvimento de atividades de extensão com a Quarta Colônia de Imigração Italiana, conforme já detalhado anteriormente quando apresentada a trajetória da FIC, nesta pesquisa. Nesse sentido, foi ofertado o curso de “Guia de Turismo Regional”, em 1996. Em 1997, outro curso passou a ser ofertado: o “Guia de Turismo – Categoria Nacional”. A reportagem¹⁸¹ publicada no jornal *A Razão*, em 21 e 22 de dezembro de 1996, destaca que o curso de Guia de Turismo Regional tinha o apoio de diversas prefeituras dos municípios da Quarta Colônia de Imigração Italiana, considerando que o turismo é uma das principais áreas do Programa de Desenvolvimento dos Municípios da Quarta Colônia.

Em outubro de 1997, iniciaram algumas obras, tendo em vista a ampliação do espaço físico destinado às atividades de ensino da FAFRA. A reportagem do jornal *A Razão*, de 4 e 5 de julho de 1998, destaca essas ações, além de sinalizar os usos dessas instalações no futuro.

Quando concluídas, somarão 4.385 metros quadrados de área construída, dividida em dois prédios, de três e seis pavimentos. Essa nova área física faz parte dos investimentos em infra-estrutura que a instituição vem fazendo com vistas à transformação em Centro Universitário e a criação de novos cursos.

Os dois novos prédios da FAFRA irão abrigar, além das instalações administrativas e de processamento de dados, um salão de eventos, salas de palestras, salas de estudo, salas de apoio, salas de aula e mais de vinte laboratórios destinados às atividades de pesquisa e prática acadêmica, tanto para as habilitações já existentes, quanto para as novas opções de cursos de graduação a serem oferecidos. (FAFRA mais próxima de ser Centro Universitário. **A Razão**, Santa Maria, 4 e 5 jul. 1998, p. 2).

As ações da FAFRA, enquanto Instituição de Ensino Superior, não tiveram longa duração, pois ocorreram de 1995 a 1998, até que Instituição se transformou em Centro Universitário Franciscano, em 30 de setembro de 1998, mas configuraram-se como um processo de crescimento e de aprendizado, tendo em vista a busca pela transformação em Universidade Franciscana.

Nesse período, as notícias publicadas que mencionam a FAFRA junto ao jornal *A Razão* totalizaram cento e dezessete (117) reportagens, com início em 20 de dezembro de 1995 e conclusão em 19 de outubro de 1998. Tais reportagens têm temáticas que englobam a publicação dos gabaritos das provas, dos listões

181 Fonte: FAFRA terá guia de Turismo Nacional. **A Razão**, Santa Maria, 21 e 22 dez. 1996, p. 7.

do vestibular, os cursos de extensão promovidos, mas também trazem o início das discussões para transformação da Instituição em Centro Universitário, ou seja, a base da caminhada para constituição da Universidade Franciscana. Um exemplo disso é a reportagem intitulada “Ministério avalia Centro Universitário Franciscano”, a qual está inserida na Figura 78, junto com a matéria específica sobre os cursos de atualização e aperfeiçoamento da FAFRA. A referida reportagem menciona que o processo de criação do Centro Universitário Franciscano encontra-se em análise, por professores da UFRGS e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), além da Delegacia do MEC/RS e que a Comissão de Credenciamento tem o prazo de 45 dias para encaminhar seu relatório ao CNE, para que este possa emitir o parecer final do processo.

Entende-se que esse período foi uma experiência singular para que a Instituição pudesse se organizar internamente no sentido de unir esforços buscando o seu desenvolvimento. Assim, percebem-se elementos que caracterizam um perfil empreendedor na trajetória dessa Instituição, na medida em que ações inovadoras foram sendo implementadas ao longo da sua história, visando à melhoria do ensino superior na cidade.

Tais elementos podem ser percebidos a partir dos pontos destacados por Schumpeter (1961) para o empresário inovador: a aceitação e adoção de algo novo, a abertura de novos mercados/possibilidades de atuação, a execução de uma nova organização, mas, principalmente, aqueles postulados por Dornelas (2007), referentes ao desenvolvimento de inovação, aproveitamento de recursos e aceitação de riscos. Com a constituição da FAFRA, percebe-se que o processo inovador ocorreu a partir da percepção do contexto educacional da época para, a partir deste, buscar uma melhor racionalização dos serviços da Instituição, unificando as áreas administrativas e os espaços de ensino, constituindo, dessa forma, uma única Instituição.

Assim, buscou-se a aceitação de um ‘novo bem’, a FAFRA, junto à comunidade interna (professores, funcionários, acadêmicos) e externa (tanto de Santa Maria, como no estado do RS e indo além das fronteiras); adotaram-se procedimentos de trabalho visando unificar as rotinas de produção nas unidades administrativas (secretarias). Além disso, a Instituição procurou novas parcerias e alunos a partir dessa recém-adquirida identidade, visando garantir um espaço junto ao contexto educacional da época. Os aspectos do perfil empreendedor das Irmãs Franciscanas estão abordados de forma mais detalhada no próximo capítulo.

Dando continuidade ao estudo da trajetória das Instituições administradas pela SCALIFRA, na próxima subunidade, abordam-se questões relacionadas ao Centro Universitário Franciscano.

2.3.6 Centro Universitário Franciscano – UNIFRA

O processo de transformação das Faculdades Franciscanas em Centro Universitário Franciscano acompanhou as atualizações da legislação brasileira referentes ao ensino superior. Nesse período, a partir da Lei n. 9394/96, foi promulgado o Decreto n. 2.207, de 15 de abril de 1997, o qual regulamentou o Sistema Federal de Ensino e também trouxe um conceito para os Centros Universitários. Assim, conforme o art. 6,

São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar, nos termos das normas estabelecidas pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto para o seu credenciamento (BRASIL, 1997, [s/p]).

A partir dessa definição, entende-se que as modificações apresentadas na legislação brasileira permitiram a configuração de novas instituições de ensino superior, tais como os centros universitários. No entanto, esse Decreto não vigorou por muito tempo. Em 19 de agosto de 1997, foi revogado pelo Decreto n. 2.306, o qual modificou levemente o conceito de centros universitários para:

Art. 12. São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar, nos termos das normas estabelecidas pelo Ministro de Estado da Educação e do Desporto para o seu credenciamento (BRASIL, 1997, [s/p]).

Nesse contexto, tal legislação motivou a transformação das Faculdades Franciscanas em Centro Universitário Franciscano (CEUNIFRAN). Sobre o processo de transformação, Rupolo (2018) lembra que se estava passando por um momento de mudança na legislação brasileira no contexto da educação superior e estava-se passando da ideia de currículo mínimo de acordo com as diretrizes curriculares nacionais e, nessa conjuntura, a mantenedora (SCALIFRAN) buscou na legislação o entendimento acerca dos procedimentos necessários para realizar a transformação da Instituição em Universidade. A criação do Centro Universitário Franciscano foi protocolada no Ministério da Educação por meio do processo n. 23000.008390/97-40.

Em entrevista, Rupolo (2018, [s/p]) relembra algumas questões relativas ao encaminhamento da documentação para transformação da FAFRA em Centro Universitário Franciscano. Assim, afirma:

porém naquele momento houve um problema político [...] e houve o fechamento do Conselho Federal de Educação por questões de governo era o presidente Itamar foi fechado o Conselho Federal de Educação e assumindo como Ministro o Paulo Renato Souza [...] o grupo dele estabeleceu [...] inspirado um pouco nos ‘coleges’ americanos que nem todas as instituições de ensino superior poderiam ser universidades, deveriam ser universidades, mas que alguns se dedicassem então a uma forma bem qualificada de ensino e quando então estivemos a professora Valdereza e eu discutindo com Abílio Baeta Neves, com o Ministro da Educação sobre, ele era da SESU, da Secretaria de Ensino Superior, [...] e ele disse: vai lá no Ministério, vamos conversar sobre isso, falou: Oh, vocês tem um bom, mas talvez ainda para vocês não estejam no nível de ser Universidade. Aí eu disse para ele: bem mas comparativamente as Universidades do interior do Rio Grande do Sul nós estamos no mesmo porte. Ele disse não, não é a mesma coisa, nós vamos botar as exigências maiores para Universidades que seria o *stricto sensu* e toda essa questão que eu considero relevante e distintivo também. Aí ele disse: Mas nós estamos criando uma outra modalidade, vocês ao invés, e nós tínhamos levado o processo todo, umas caixas de papel, cheias, bem organizado, todos os cursos, projetos de cursos e plano de desenvolvimento institucional, período de implementação, concepção educativa tudo, tudo organizado. Bem, ele disse vamos fazer o seguinte, eu não vou protocolar o processo de vocês, vocês levem o processo e transformem em Centro Universitário, [...], a recém tinha acabado de sair a lei, tanto que nós fomos o terceiro Centro Universitário aprovado no Brasil, nós não ficamos muito satisfeitas, mas aí voltamos e conversamos com a equipe aqui, aí nós entendemos assim, por que a gente não dar passos evolutivos, vamos para Centro Universitário, nos dá autonomia, continuamos em cima, a expansão necessária nós aprovaríamos não tínhamos a intenção de fazer Campis.

Na mídia local, por meio do Jornal A Razão¹⁸², as notícias sobre o processo de transformação da FAFRA em Centro Universitário Franciscano tiveram início em 8 de julho de 1996, quando ainda se especulava o nome que a nova Instituição teria, sendo o resultado da união da FIC e FACEM. Nesse sentido, algumas reportagens referem-se à criação da Universidade Franciscana (UNIFRAN).

Entre julho de 1996 e setembro de 1998, oito (8) reportagens¹⁸³ abordaram,

182 O Jornal **A Razão** publicou entre outubro de 1998 e fevereiro de 2017, um mil cento e dezoito (1.118) reportagens que mencionam o Centro Universitário Franciscano, sendo que o tema presente na maioria das reportagens compreende os processos seletivos da Instituição.

183 Fontes: FÓRUM debate criação da Unifran. **A Razão**, Santa Maria, 8 jul. 1996, p. 10; PROJETO da Unifran terá mudanças. **A Razão**, Santa Maria, 15 e 16 mar. 1997, p. 10; UNIFRA comissão avalia projeto. **A Razão**, Santa Maria, 7 ago. 1997, p. 1; COMISSÃO vem a Santa Maria para avaliar projeto da Unifran. **A Razão**, Santa Maria, 7 ago. 1997, p. 5; UNIFRAN depende da comissão do MEC. **A Razão**, Santa Maria, 13 e 14 nov. 1997, p. 15; CENTRO Universitário. **A Razão**, Santa Maria, 19 nov. 1997, p. 4; FAFRA mais próxima de ser Centro Universitário. **A Razão**, Santa Maria, 04 e 05 jul. 1998, p.1-4; FAFRA tem o aval do MEC – Centro Universitário Franciscano vai funcionar em 1999. **A Razão**, Santa Maria, 03 set. 1998, p. 10.

especificamente, os trâmites junto ao Ministério da Educação para obtenção dessa transformação. Escolheu-se a reportagem “Unifran depende da Comissão do MEC” (Figura 80) para ilustrar como a temática estava sendo abordada no jornal A Razão e que tem relação com o momento retratado no depoimento de Irmã Iraní Rupolo.

Figura 80 – Reportagem – Unifran depende da Comissão do MEC

Sábado/Domingo, 13.14/09/1997 EDUCAÇÃO A Razão - Santa Maria 15

Unifran depende de comissão do Mec

Paralisação

A questão é: as Faculdades Franciscanas vão se transformar em centro universitário ou em universidade? Qualquer que seja a denominação, dentro de cinco anos serão oferecidas cerca de duas mil vagas, nos 25 cursos previstos.

A diretora da instituição diz que o debate é apenas quanto à terminologia. “Para mim, a diferença não existe”, disse a A Razão a irmã Iraní Rupolo, explicando que, na prática, o efeito é o mesmo. Segundo ela, não há informações precisas sobre o futuro da Fafra, se Centro Universitário ou Universidade Franciscana. Também em contato com A Razão, a chefe de gabinete da Secretaria de Educação Superior, Elvira Maria Melo, disse que a proposta em tramitação no órgão é pela Fafra como centro universitário.

Até 18 de outubro, outra comissão da Secretaria terá de visitar SM e aprovar um relatório sobre a instituição de ensino. São os chamados “consultores”, com conhecimentos da legislação do setor; um da UFRGS, outro da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e uma técnica da Delegacia do Mec no RS. A visita é um êxito financeiro da instituição e, segundo Iraní Rupolo, os três docentes deverão permanecer dois dias aliando as instalações.

A confiança no sucesso da ampliação é grande. Em outubro, também independentemente da decisão do Ministério, iniciam as obras de dois prédios, com nove andares que vão sediar os novos cursos. “Nossos alunos estão bem colocados no mercado de trabalho”, diz Iraní, confiante que esse predomínio também será levado em consideração pela Comissão e, nos próximos anos, pelos estudantes candidatas às vagas da instituição.

Os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Santa Maria deverão paralisar suas atividades na próxima terça-feira (16), em referência ao dia nacional de luta em defesa da justiça, terra, emprego, previdência e cidadania. A decisão foi tomada durante assembleia da categoria no dia 12. A intenção da Associação dos Servidores da UFSM (Assufsm) pretende realizar uma concentração em frente ao prédio do INSS, no centro da cidade, a partir das 9h30. Há cerca de 2,5 mil funcionários na Universidade.

A paralisação no centro deverá ser realizada em conjunto com o Sindicato dos Servidores da Previdência Social (Sindiprev), que também pára neste dia.

A assembleia do dia 12 aprovou ainda outro indicativo de paralisação, no dia 26, data que marca os “mil dias” sem reajuste para os servidores públicos federais. O último aumento foi em janeiro de 95. A Assufsm vem articulando uma atividade neste dia em parceria com entidades municipais e estaduais.

A Assufsm encontrou uma numerosa caravana de financiar o município das mil dias: lançou a campanha “Doe um Real”. Segundo a entidade, a coleta das ofertas ocorrerá nas filas das espécies bancárias do Campus de Cambó, nos dias de pagamento e em outros departamentos da instituição.

Faculdades Franciscanas pretendem ter 25 cursos dentro de cinco anos, segundo a diretora Iraní Rupolo (detalhe)

Os passos da aprovação

- 1º) O projeto que institui a faculdade ou a universidade, por exemplo, precisa ser protocolado primeiramente na Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, hoje dirigida por Abílio Baeta Neves. É necessário informar ao órgão qual a estrutura da instituição
- 2º) Uma comissão da Secretaria visita a instituição para confirmar os dados do relatório e prepara um relatório - recomendando ou não a continuidade do processo
- 3º) Caso aprovado, o projeto vai à análise da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE)
- 4º) A partir da posição do relator, os demais conselheiros aprovam ou não a proposta
- 5º) Se a indicação for pelo “sim”, o ministro da Educação, atualmente Paulo Renato Souza, sanciona a criação da nova instituição

Fonte: (UNIFRAN depende de comissão do MEC. A Razão, Santa Maria, 13 e 14 set. 1997, p. 15).

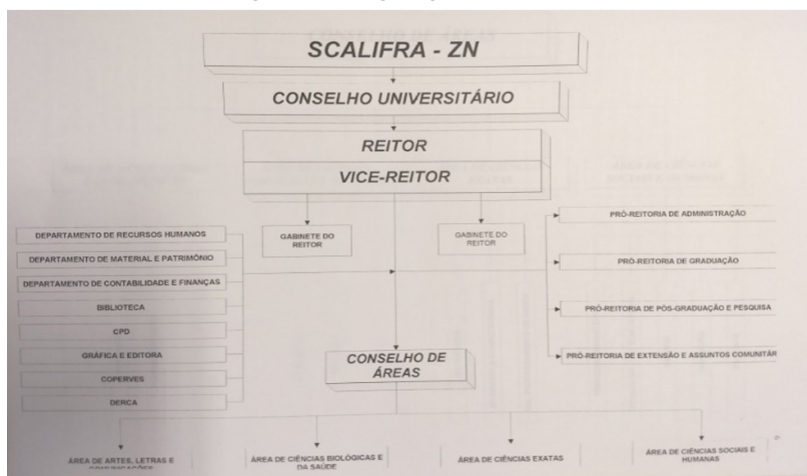
A transformação da FAFRA foi objeto de discussão também em reuniões da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria. A primeira menção ao tema foi realizada na Ata de reunião n. 68/98, de 3 de setembro, ocasião em que o Vereador Paulo Denardin comentou o registro pelo Ministério da Educação da FAFRA em Centro Universitário Franciscano. Posteriormente, na Ata de reunião n. 69/98, de 8 de setembro, foi aprovada uma Moção de Congratulação às Irmãs Franciscanas, na figura de Iraní Rupolo (Diretora da Instituição) pela

transformação da FAFRA em Centro Universitário Franciscano, de autoria dos vereadores Luiz Carlos Druzian e Danier Avello (ANEXO I).

Tramitada a documentação junto ao Ministério da Educação, o próximo passo foi aguardar a publicação legal do credenciamento da nova Instituição. Nesse sentido, o Decreto s/n, de 30 de setembro de 1998 credenciou, por transformação das Faculdades Franciscanas, o CEUNIFRAN com sede em Santa Maria, pelo período de três (03) anos. Ao lembrar como se desenrolaram essas ações Rupolo (2018) menciona que considera o prazo de execução e tramitação da documentação relativamente rápido, pois foram ao total onze (11) meses entre a entrada do processo e a aprovação.

No dia dois (02) de outubro de 1998, tomaram posse os membros da administração superior do Centro Universitário Franciscano, sendo empossada com Reitora Irmã Iraní Rupolo e como Vice-Reitora Irmã Clarícia Teresinha Thomas, além dos cargos de Pró-Reitores e Diretores de Área, conforme estrutura presente no organograma disponibilizado na Figura 81.

Figura 81 – Organograma UNIFRA



Fonte: (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO. **Relatório de atividades**, 1998, p. 5).

Assim, em termos estruturais, o Centro Universitário Franciscano foi constituído por: Conselho Universitário, Reitoria, Conselho e Diretoria de Áreas, Colegiados e Coordenações de Cursos (CASTANHO, 2007). Pode-se afirmar, ainda, que a Instituição se caracteriza por ser de direito privado e natureza confessional, que, posteriormente, passou a ser identificada por Centro Universitário Franciscano (UNIFRA).

As discussões sobre a constituição do Centro Universitário Franciscano foram mencionadas junto à Câmara de Vereadores de Santa Maria na Ata de

reunião n. 82/98, de 20 de outubro, quando a Vereadora Magali Adriano fez o seguinte pronunciamento:

Ocupo essa tribuna para registrar esse dia histórico que Santa Maria vive hoje com o início das obras da ULBRA e a instalação da UNIFRAN. [...] Quanto ao Centro Universitário Franciscano, gostaríamos aqui em nome das irmãs e publicamente fazer um agradecimento especial ao deputado Federal Nelson Marchezan que foi o porta voz de Santa Maria nesta luta e que todos nós políticos de Santa Maria estivemos engajados tentando concretizar e o Senhor lá em Brasília foi um fiel representante desta cidade e não mediu esforços para que chegássemos ao dia de hoje. [...] Santa Maria é neste momento a maior Cidade Universitária do interior do Rio Grande do Sul (CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA, 1998, p. 5).

Um ano após o credenciamento enquanto Centro Universitário, a Instituição realizou uma confraternização para marcar a data, além da inauguração de novas estruturas prediais, junto ao Conjunto I, conforme pode ser visualizado no convite (Figura 82). A referida imagem apresenta também a nova logomarca da Instituição, criada a partir da união de vários ‘Taus’, que representam o símbolo máximo franciscano¹⁸⁴.

Figura 82 – Convite em comemoração ao primeiro ano do Centro Universitário Franciscano



Fonte: (Arquivo do Gabinete da Reitoria, Universidade Franciscana, 1999).

Como uma medida comemorativa, também foi publicado no jornal *A Razão*, do dia 2 e 3 de outubro de 1999, uma notícia contendo uma síntese

184 O Tau é um símbolo, “[...] formado por duas linhas que se encontram, uma horizontal e uma vertical, o Tau recorda a idéia de tempo e da eternidade. O Tau é a última letra do alfabeto hebraico e a décima nona letra do alfabeto grego. [...] A ligação do Tau bíblico com a espiritualidade franciscana remonta ao próprio Francisco de Assis. Segundo os primeiros biógrafos do santo, Francisco venerava o símbolo do Tau, traçando-o em vários momentos de sua vida e pronunciando-o em suas pregações e bênçãos” (PROVÍNCIA SANTA CRUZ, [s/d]).

das conquistas realizadas pela Instituição no primeiro ano de sua existência. A Figura 83 registra a notícia mencionada, em que há um destaque especial para informações quantitativas a respeito do número de cursos de graduação e pós-graduação ofertados, de professores, de volumes na biblioteca e da área construída da Instituição.

Figura 83 – Reportagem – UNIFRA: Um ano de grandes conquistas

CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO

UM ANO DE GRANDES CONQUISTAS

Em outubro de 1998, Santa Maria ganhou uma nova instituição de ensino superior com a transformação das Faculdades Franciscanas em Centro Universitário Franciscano, sendo o primeiro estabelecimento do Estado a obter essa denominação. Um reconhecimento à excelência do ensino, qualificação do corpo docente e a quase meio século de dedicação ao ensino.

A elevação à categoria de Centro Universitário possibilitou um significativo incremento em todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão e deu autonomia para a criação de novos cursos de graduação e pós-graduação.

Em um ano, muitas foram as conquistas: novos prédios foram construídos, novos cursos e habilitações passaram a ser oferecidos, consolidando a instituição como referencial de ensino superior.

Para o futuro, os projetos também são muitos e sempre com o mesmo objetivo: qualificar a cada dia o Centro Universitário Franciscano em todas as suas áreas. E assim contribuir cada vez mais para a formação dos profissionais e cidadãos do próximo século.

UMA INSTITUIÇÃO AMPLA E MODERNA PRONTA PARA O NOVO MILÊNIO

20 CURSOS
de graduação para o Vestibular 2000

140 PROFESSORES,
sendo 55% especialistas, mestres, doutores e pós-doutores

17 CURSOS
de pós-graduação em andamento

Mais de **2.300** alunos

Mais de **20.000 m²**
de área construída

BIBLIOTECA
com mais de 80 mil volumes

CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO
Um Centro Universitário por excelência

Rua dos Anjos, 1814
Fone: (51) 3222-9881 Fax: (51) 3222-8484
Cid. 97.010-010 Santa Maria-RS
www.unifra.rs.br

Fonte: (UM ano de grandes conquistas. **A Razão**, Santa Maria, 2 e 3 out. 1999, p. 5).

No ano de 2002, tendo em vista a legislação do Ministério da Educação para centros universitários a Instituição solicitou o seu credenciamento por meio do protocolo n. 23.000.018.170/2002-16. O processo de credenciamento incluiu duas

avaliações *in loco*, a primeira realizada entre 18 e 20 de novembro de 2002 e a segunda, em 9 de fevereiro de 2004 (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, 2004). Após trâmite e análise da solicitação, em 2004, a Instituição foi recredenciada por meio da Portaria n. 1.564, de 27 de maio, do Ministro da Educação, publicada no Diário Oficial da União em 31 de maio de 2004.

Visando a uma ampliação das ações da UNIFRA em prol da internacionalização, em 2006, uma nova unidade foi institucionalizada sendo criada a Assessoria de Assuntos Acadêmicos Internacionais (AAII), a qual posteriormente foi denominada de Assessoria de Relações Acadêmicas Interinstitucionais (ARAIS). Esse processo de internacionalização buscava mais do que “[...] ‘viajar’ de um país para o outro, mas intercambiar conhecimento acadêmico, linguístico e cultural por meio de ações conjuntas entre pessoas diferentes que têm objetivos semelhantes” (MARZARI, 2017, p. 20).

A Figura 84, de tamanho 10x15 cm, cromia colorida, sem identificação de autoria, registra o totem com a identificação visual da Instituição fixado junto ao prédio I, do Conjunto I, o qual representa o berço das ações educacionais das Instituições que deram origem ao Centro Universitário Franciscano.

Figura 84 – Totem com identidade visual da Instituição



Fonte: (Acervo fotográfico da Universidade Franciscana, 199-).

Entretanto essa não foi a única identificação visual utilizada para representar a Instituição. Alguns anos mais tarde, outra representação foi criada, e pode ser visualizada na Figura 85, retirada do Guia Acadêmico de 2014.

Figura 85 – Segunda logomarca da UNIFRA



Fonte: (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, 2014, p. 88).

Em termos estruturais, o Centro Universitário Franciscano é uma Instituição que foi se atualizando e reformulando, aproveitando os espaços já utilizados pela FAFRA e transformando-os quando necessário. No ano de 2015, a UNIFRA contava com os seguintes espaços, de acordo com Falcão e Pereyron (2015):

- Conjunto I, prédio 1 (primeiro prédio construído especificamente para as atividades da FIC);

- Conjunto I, prédios 2, 3, 4 e 5 (onde situam-se a Biblioteca, os Laboratórios e as Salas de aula, as Salas administrativas de diferentes cursos, a Unidade de Tecnologia da Informação, Salas de convivência e estudos);

- Conjunto I, prédios 6 e 7 (onde estão a Reitoria, o Salão de atos, a Sala do Conselho Universitário, o Estacionamento, os Espaços de serviços institucionais);

- Conjunto I, prédio 8 (em que se localiza o Centro de integração: conhecimento e sociedade);

- Conjunto II, prédio 9 e 11 (onde constam os Laboratórios dos cursos de Engenharia, as Salas de aula e administrativas, os Laboratórios de ensino e pesquisa da área tecnológica);

- Conjunto III, prédio 13 (onde inicialmente localizava-se o Educandário São Vicente de Paulo)¹⁸⁵;

- Conjunto III, prédio 14 (lugar em que se situa o Auditório, o Laboratório de Design e a Marcenaria);

- Conjunto III, prédio 15 (Capela Universitária);

- Conjunto III, prédio 16 e 17 (local das Clínicas de atendimento dos cursos da área da Saúde, dos Laboratórios, do Estacionamento, da Sala de conferência,

¹⁸⁵ De acordo com Arrussul (2009), o prédio do Educandário São Vicente de Paulo foi destinado ao Centro Universitário Franciscano em 1998 pelo Bispo Dom Ivo Lorscheiter. A partir de então, o prédio foi reformado, mantendo-se a fachada original, mas remodelando-se a sua estrutura interna, além de ter sido acrescentado mais um andar para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

das Salas de aula, dos Gabinetes dos coordenadores de curso de graduação, das Salas de reuniões, das Secretarias, dos Gabinetes de estudos e pesquisas).

A Figura 86 traz uma representação ilustrativa das estruturas prediais da UNIFRA em 2017, sinalizando onde cada Conjunto (I, II e III) se situa. A imagem¹⁸⁶, publicada originalmente junto ao Guia Acadêmico de 2017, é uma forma de ilustrar a localização dos prédios para facilitar o deslocamento dos alunos para o desenvolvimento de suas atividades de ensino (prédios destinados às Coordenações de Curso, salas de aula e laboratórios). Além disso, traz a representação do prédio da administração central da UNIFRA, local onde se situam: Reitoria; Pró-reitorias de Graduação; de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão; de Extensão; de Administração; Secretaria de Registro Acadêmico; Biblioteca; Unidade de Tecnologia da Informação; Central de Atendimento.

Figura 86 – Representação ilustrativa dos Conjuntos I, II e III da UNIFRA em 2017



Fonte: (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, 2017, p. 71).

186 Além do Guia Acadêmico de 2017, a imagem também foi inserida no Guia Acadêmico de 2018.

No que diz respeito à estruturação e organização administrativa, a Instituição iniciou, em 1998, o desenvolvimento de ações de planejamento estratégico, com orientação externa do Prof. Gustavo Martins, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Assim, foi elaborado o Plano Estratégico de Gestão (1999-2001), o qual “constitui um projeto participativo elaborado com a contribuição e presença da alta administração, do corpo docente e funcionários dos diversos setores. [...]” (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, 1998, p. 51).

A partir de 2003, a UNIFRA começou a elaborar o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Com duração média de quatro (04) anos, esse documento visa à materialização a partir de planos de ação, os quais nortearão as ações a serem implementadas com vistas ao crescimento e desenvolvimento da Instituição no período citado. Até o presente momento da pesquisa, foram elaborados cinco PDIs, os quais contemplam, respectivamente, os períodos de: 2003-2007; 2007-2013; 2012-2015; 2015-2020 e 2016-2021¹⁸⁷, sendo importantes instrumentos para a condução das atividades da Instituição.

No que diz respeito à oferta de cursos de graduação pela UNIFRA, a partir do segundo semestre de 1998, uma proposta inovadora foi desenvolvida, pois é quando se iniciam a realização de reuniões.

[...] com o objetivo de refletir sobre uma dinâmica curricular para a formação de professores que atuariam nos anos iniciais da escolarização, atendendo à demanda das municipalidades da região, interessadas na qualificação do corpo docente das redes municipais de ensino, que, em sua maioria, trabalhava diretamente nos anos iniciais sem ter uma formação suficiente ou adequada, pelo menos do ponto de vista dos pressupostos do discurso educacional que objetiva esses professores como docentes leigos (QUADROS, 2005, p. 222).

Entende-se que é inovadora, pois tinha por motivação trazer para a Instituição um número maior de discentes, tomando por base um público específico, ou seja, professores da rede municipal, em horários alternativos, fato que permitiu que estes buscassem realizar os cursos de graduação na UNIFRA. Assim, a inovação aparece na proposição dessa nova forma de oferta dos cursos, com horário e valor de mensalidades diferenciado daqueles ofertados regularmente. E, ao confrontar essa ação com os elementos postulados por Dornelas (2007), esta apresenta a inovação (na oferta de uma modalidade diferente de cursos), o aproveitamento de recursos (humanos e materiais) já existentes na UNIFRA e a aceitação dos riscos (a partir da aceitação de uma proposta de cursos de graduação com custos reduzidos, que precisavam subsidiar minimamente as necessidades da Instituição).

¹⁸⁷ Os arquivos dos PDIs foram encaminhados pelo Gabinete da Reitoria da Universidade Franciscana via *e-mail*, em 21 de agosto de 2018 a esta pesquisadora.

A proposta, inicialmente pensada para o curso de graduação em Pedagogia com habilitação para os anos iniciais do ensino fundamental, tinha por finalidade a realização de um convênio com os municípios da região para que os professores dessas localidades pudessem realizar a graduação em Pedagogia na UNIFRA, na modalidade de regime especial (com oferta de calendário diferenciado nos meses de janeiro e julho, de segunda a sábado e somente aos sábados nos demais meses), além de custos diferenciados (em torno de 34% do valor normal da mensalidade do curso).

Dessa forma, em 8 de setembro de 1999, foi assinado convênio com os seguintes municípios: Agudo, Dona Francisca, Restinga Seca, Júlio de Castilhos, Faxinal do Soturno, Ivorá, Nova Palma, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, Pinhal Grande, Quevedos e Silveira Martins. Posteriormente, em 2000, somaram-se os municípios de Santa Maria, Tupanciretã, Toropi, Jari, São Vicente do Sul, Dilermando de Aguiar e Mata (QUADROS, 2005).

A partir dessa iniciativa, outros cursos foram ofertados na modalidade de regime especial, sendo estes os de História (a partir do 1º semestre de 2003), Letras: Português (1º semestre de 2002) e Geografia (2º semestre de 2004). A partir do 1º semestre de 2004, foi ofertado o curso de Administração.

Ao abordar a relevância dessa iniciativa, Quadros (2005) destaca que as atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de formação de professores repercutiam na região, a partir de depoimentos, entrevistas e notícias veiculadas em rádios e jornais, o que difundia a própria UNIFRA, dando visibilidade a suas ações. Dessa forma,

[...] o Centro Universitário Franciscano de Santa Maria logrou, com a oferta desses cursos, acumular um 'capital simbólico' significativo na região e assumir um papel político importante ao propor soluções para a superação de um importante problema regional, neste caso, a qualificação de professores (QUADROS, 2005, p. 237).

Ainda no que concerne aos cursos de graduação do Centro Universitário Franciscano, a Instituição dispunha de doze (12) cursos no segundo semestre de 1998: Enfermagem, Filosofia, Geografia, História, Letras: Português, Letras: Português/Inglês, Matemática, Matemática Aplicada Computacional, Nutrição, Pedagogia: Ensino Médio; Pedagogia: Tecnologia Educacional, Sistemas de Informação.

Ao longo dos anos, o número de cursos de graduação foi aumentando, gradativamente, até chegar, em 2018, ao total de trinta e cinco (35) cursos de graduação, distribuídos entre as áreas de Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais, Ciências Tecnológicas, além dos Cursos Superiores de Tecnologia. Estes estão distribuídos conforme detalhamento a seguir. Entre

parênteses, foi inserido o ano de início do curso, com alunos matriculados:

- Cursos da Área de Ciências da Saúde: Biomedicina (2007), Enfermagem (1955), Farmácia (2000), Fisioterapia (2002), Medicina (2015), Nutrição (1998), Odontologia (2005), Terapia Ocupacional (2004).

- Cursos da Área de Ciências Humanas: Filosofia (1958), Geografia (1959), História (1957), Letras – Português (1974), Letras – Português/Inglês (1963), Pedagogia (1955), Psicologia (1999), Serviço Social (2000).

- Cursos da Área de Ciências Sociais: Administração (1999), Ciências Contábeis (1999), Ciências Econômicas (2002), Direito (1999), Jornalismo (2003), Publicidade Propaganda (2003).

- Cursos da Área de Ciências Tecnológicas: Arquitetura e Urbanismo (2003), Ciência da Computação (2001), Design (1999), Engenharia Ambiental e Sanitária (2000), Engenharia Biomédica (2011), Engenharia de Materiais (2009), Engenharia Química (2012), Física Médica (1999), Matemática (1959), Sistemas de Informação (1996).

- Cursos Superiores de Tecnologia: Design de Moda (2014), Jogos Digitais (2017), Radiologia (2018).

No que se refere ao desenvolvimento da pós-graduação *lato sensu*, a relação de cursos e o ano de matrícula dos respectivos alunos consta no Apêndice A, especificamente no Quadro 003 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* da UNIFRA e ano de matrícula. O total de cursos de pós-graduação *lato sensu* ofertados pela UNIFRA corresponde a oitenta e dois (82) cursos, fato que evidencia o crescimento e a expansão da Instituição no que concerne à pós-graduação, se compararmos com o número de cursos da FAFRA.

Já para os cursos de pós-graduação *stricto sensu*, novos cursos foram ofertados após a estruturação da Instituição em Centro Universitário Franciscano, primeiramente no formato de parceira, no ano de 1998, com os cursos de Mestrado Interinstitucional em Linguística Aplicada – com a Pontifícia Universidade Católica (PUCRS) e Mestrado Interinstitucional em Matemática (com a UFRGS). O primeiro curso criado na própria UNIFRA foi o Mestrado Profissional em Ensino de Física e de Matemática¹⁸⁸, seguido pelo Mestrado em Nanociências¹⁸⁹. Assim,

[...] Em 2004, foi criado o Mestrado Profissional em Ensino de Física e de Matemática, o qual abriu um caminho promissor na formação de professores.

188 O Curso de Mestrado Profissional em Ensino de Física e de Matemática foi recomendado pela CAPES em 5/12/2003, em nível 3, e seu funcionamento começou em 25/03/2004 (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, 2005).

189 O Mestrado acadêmico em Nanociências foi recomendado pela CAPES em 11/07/2006, em nível 3, e seu funcionamento começou em março de 2007 (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, 2008).

Foi implantado, em 2006, o Curso de Mestrado em Nanociências e, em 2012, o doutorado do mesmo programa. Em 2014, foi aprovado e passou a funcionar o Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática, mestrado e doutorado. No ano de 2015, foi aprovado e teve início o funcionamento do Curso de Mestrado Profissional em Enfermagem Materno Infantil (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, [s/d], p. 22).

Conforme destacado na citação anterior o curso de Doutorado em Nanociências foi o primeiro a ser implementado na UNIFRA. O jornal A Razão, de 27 de dezembro de 2011 (Figura 87), traz uma reportagem sobre a criação do Curso, com informações da Pró-Reitora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, Profa. Solange Binotto Fagan, além do processo necessário para realização de inscrições a partir de janeiro de 2012.

Figura 87 – Reportagem – Unifra terá doutorado

Geral A RAZÃO Terça-feira, 27 de dezembro de 2011 6

Unifra terá Doutorado

Primeiro doutorado do Centro Universitário nem abriu Edital e já tem diversos profissionais interessados

Maurício Araújo

O Centro Universitário Franciscano (Unifra) está completando mais uma etapa na vida acadêmica. No dia 20 deste mês, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes/MEC) emitiu parecer favorável à criação do Doutorado em Nanociências na instituição. Este será o primeiro Doutorado da Unifra, que já conta com dois mestrados, sendo um deles, também, em Nanociências.

A Nanociência é o estudo e conhecimentos de técnicas e aplicações de nanotecnologias. Ela está relacionada a diversas áreas e tem por meta compreender e controlar matérias em escala nanométrica, além do conhecimento da natureza na organização das matérias átomo por átomo, molécula por molécula. Nos estudos, a medida de um nanômetro é 0,000000001 metro, ou seja, um nanômetro corresponde a um bilionésimo de metro.

Para a Pró-Reitora de Pós-graduação Pesquisa e Extensão, Solange Binotto Fagan, a aprovação do Doutorado para Unifra representa muito na área científica. Apesar de três instituições no Brasil tem programas nesta área. "Uma é na Universidade de Brasília, outra é na ABC Paulista e aqui na Unifra", destaca Solange.

De acordo com a professora, tanto o mestrado e, agora o Doutorado, são áreas estratégicas da instituição, com muita pesquisa e ciência, mostrando, assim, os resultados de que o Centro Universitário Franciscano está em grande desenvolvimento e expansão científica. "Estamos sempre participando de projetos e programas. Criamos uma maturidade científica", diz.

O curso de Doutorado irá disponibilizar oito vagas anuais e, segundo Solange, a disputa pelas vagas já começou. "Já recebemos cerca de 30 ligações e solicitações de pessoas interessadas em concorrer por uma das vagas", conta. Ela ressalta que, até o momento, não será ampliado o quadro de docentes. "Talvez sejam contratados outros profissionais, mas, agora, não há necessidade. O Capes aprovou o curso com os professores que estão no nosso quadro e eles já dão aula no Mestrado", fala.

Também não será alterado os laboratórios nem a estrutura dos prédios. "Todas as pós-graduações ficam localizadas no conjunto três da Unifra. Os laboratórios são multianuais e as salas de aula comportam os novos alunos", diz. Quem acorda a sala é a técnica em nanociência da Unifra, Gabriela de Moraes, que é egressa do Mestrado. "Ainda não sei se vou fazer o Doutorado, pois tenho outros planos. Mas, esta é uma possibilidade. É uma área nova que vale a pena investir", destaca.

De acordo com a Pró-Reitora, o edital para inscrições no Doutorado deve abrir na primeira semana de janeiro. As aulas devem começar em março com os oito novos doutorandos.

Inscrição

- Poderão candidatar-se ao curso de Doutorado em Nanociências os portadores de diploma e mestres em áreas como Nanociências Física, Matemática, Química, Química Industrial, Farmácia, Sistemas de Informação, Engenharia da Computação e áreas afins.
- **Áreas de concentração:** Biofísica e nanociências
- **Número de Vagas:** 8
- **Duração:** 4 anos

Linhas de pesquisa

Linha de pesquisa 1: desenvolvimento e caracterização de sistemas bioativos e nanoestruturados. Trata sobre o desenvolvimento e a caracterização de sistemas aplicados a materiais nanoestruturados, novos compostos químicos e substâncias bioativas.

Linha de pesquisa 2: modelagem e simulação de biosistemas e nanomaterials. Esta linha trata sobre o desenvolvimento e aplicação da modelagem e simulação computacional na otimização de sistemas físicos, químicos e biológicos.

Conheça o curso de Mestrado Acadêmico, e agora de Doutorado, em Nanociências do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria tem como objetivo:

- Qualificar recursos humanos através de uma formação multidisciplinar para atuar em atividades de ensino e pesquisa;
- Contribuir para o desenvolvimento regional e nacional na área de Nanociências;
- Produzir conhecimentos e promover a disseminação e a consolidação da Nanociência mediante desenvolvimento de pesquisas que possibilitem inovações tecnológicas;
- Favorecer intercâmbios e fomentar a cooperação com outras Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa, além de empresas do setor público/privado.

TÃO IMPORTANTE QUANTO TER CONHECIMENTO É SABER O QUE FAZER COM ELE

VESTIBULAR COMPLEMENTAR FAMES 2012

INSCREVA-SE: www.fames.edu.br ATÉ 19 DE JANEIRO

PROVA: 21/1

Sua formação é o seu diferencial nos bastidores da informação e saúde. Por isso, a FAMES acredita que lhe oferece uma grande oportunidade para o mercado de trabalho e desenvolver conhecimentos, valores e atitudes para formar cidadãos. Aqui, cada estudante vive e aprende para ganhar a vida. Lembre-se: cada estudante tem seu próprio caminho.

Twitter: @FAMES_Metodista
Facebook: facebook.com/famesmetodista
Tel: (51) 3028.7917

LOCAL DA PROVA: FAMES — Rua Dr. Terzi, 1.003 — Santa Maria

Faculdade METODISTA
CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO

Fonte: (UNIFRA terá doutorado. A Razão, Santa Maria, 27 dez. 2011, p. 6).

Além destes cursos, em 2015 teve início o curso de Mestrado Profissionalizante em Saúde Materno Infantil, e em 2016, os cursos de Mestrado em Ciências da Saúde e da Vida e de Ensino de Humanidades e Linguagens. Nesse contexto, percebe-se as ações desempenhadas pela Instituição no sentido de promover o aumento da oferta de cursos de pós-graduação.

Outra questão que diz respeito ao crescimento e à atualização da UNIFRA com o contexto educacional do país refere-se à implementação da oferta de cursos na modalidade de Educação a Distância (EaD) de acordo com a legislação vigente. Lopes e Nunes (2017, p. 3) relatam que,

neste contexto, a partir de 2014, o Centro Universitário Franciscano iniciou junto ao Ministério da Educação, solicitação de credenciamento para a modalidade EAD. Antes disso, em reuniões com a mantenedora da instituição, a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, Zona Norte (SCALIFRA- ZN), foi decidida a implementação da Rede Scalifra de Educação a Distância, cuja sede seria o Centro Universitário Franciscano e os polos presenciais seriam compostos por escolas da Rede Franciscana da educação básica. Assim, a Rede Scalifra de EAD será formada por oito pólos, nas cidades de Brasília (DF), Dourados (MS), Guaíba (PR), Pelotas (RS), Santa Maria (RS), Bagé (RS), Cruz Alta (RS) e Canguçu (RS).

Apesar do cadastramento ter sido realizado junto ao Ministério da Educação (MEC) em 2014, a Instituição já tinha experiências com a produção de materiais virtuais. Nesse sentido, estes foram produzidos a partir de ambientes virtuais de aprendizagem, inicialmente como apoio aos cursos presenciais, já no final dos anos 1990. Os Objetos Virtuais de Aprendizagem (OVA) produzidos pela Instituição passaram a ser inseridos a partir de 2004 no Projeto da Rede Interativa Virtual de Educação (RIVED) da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do MEC.

A partir dessa experiência, Lopes e Nunes (2017) referem que a Instituição desenvolveu expertise e criou o “Espaço Virtual de Aprendizagem Mais Unifra”, que consiste em um repositório de conteúdos digitais e objetos de aprendizagem, para uso como apoio pedagógico nas modalidades presenciais e a distância. Assim, considerando a experiência com a criação de OVA, a partir de 2005, a Instituição passou a utilizar o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle, como um recurso de apoio aos cursos de graduação e extensão da modalidade presencial, bem como um possível diferencial na formação dos seus discentes.

Nesse contexto de crescimento institucional, com a criação de novos cursos, modernização e implementação de ambientes de aprendizagem, de acordo com o PDI (2016-2021),

O Centro Universitário Franciscano consolidou suas atividades na articulação da tríade ensino-pesquisa-extensão para a mesoregião central do estado do Rio Grande do Sul e, com a formação da Rede SCALIFRA de Educação a Distância (EAD), pretende ampliar a sua área de atuação para: o Distrito Federal; Mato Grosso do Sul; Paraná e outros municípios do RS em um total de 8 (oito) polos de EAD. Atualmente a Instituição apresenta outros diferenciais importantes, que a qualificam para o pleito em EAD: avaliações externas com conceitos superiores (SINAES); autoavaliação sistematizada; pós-graduação *stricto sensu* em ampliação, entre outros (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, 2016, p. 3).

Diante do exposto, buscou-se apresentar elementos sobre a constituição e o desenvolvimento da UNIFRA, entre os quais tem-se a representação de atos empreendedores realizados pelas Irmãs Franciscanas, e que serão retomados com maior profundidade no próximo capítulo. No entanto, de uma forma sintética, pode-se afirmar que a ação empreendedora das Irmãs Franciscanas, nesse período, inicia com a própria criação da UNIFRA, um passo na constituição da Universidade Franciscana. Nesse processo, outras ações foram percebidas, como o crescimento exponencial da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, o que refletiu de forma direta no número de alunos presentes na Instituição e na expansão da sua estrutura física. Tais aspectos contribuíram para a modificação do contexto educacional em Santa Maria no que se refere ao ensino superior e favoreceram o desenvolvimento da economia local.

Na próxima subunidade, apresentam-se elementos sobre a Instituição que a sucedeu a partir da transformação do Centro Universitário Franciscano em Universidade Franciscana.

2.3.7 Universidade Franciscana – UFN

O processo de estruturação da Instituição em Universidade passou por seu crescimento e desenvolvimento ao longo dos anos. Assim, Rupolo (2018, [s/p]) menciona que a

[...] transição para Universidade ela foi construída minimamente por uma década porque foi uma progressão natural que estava amadurecida [...], tinha alcançado um nível de maturidade como Centro Universitário então era preciso colocar novos desafios e a universidade propõe isso, agora enquanto universidade tem uma amplitude bem maior de Centro Universitário para alcançar.

Consolidada sua atividade como Centro Universitário, no ano de 2017, a Instituição submeteu-se ao processo de avaliação para transformação em Universidade. A UNIFRA recebeu nota máxima pela Comissão de Avaliação, aguardando homologação do parecer pelo Conselho Nacional de Educação e a publicação no Diário Oficial da União. Em 22 de março de 2018, a Portaria

n. 259 credencia a Universidade Franciscana (UNIFRA) por transformação do Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), pelo prazo de dez (10) anos. No entanto, posteriormente, a Instituição adotou outra sigla para sua identificação: Universidade Franciscana (UFN).

Um depoimento que marca o processo de reconhecimento da trajetória da Instituição é o da docente Nilsa Barin (2018), a qual ingressou na FIC como aluna e posteriormente deu entrada na própria FIC como professora, acompanhou a unificação da FIC e da FACEM na constituição da FAFRA, bem como sua constituição em UNIFRA e atual transformação em Universidade. Nesse sentido, ao falar sobre o processo de estruturação da Universidade Franciscana a professora entende que

[...] na minha compreensão elas são visionárias, então lá nos anos 90 elas já sabiam onde se chegaria de uma forma muito inicial, uma forma talvez, extremamente corajosa, não é, integrando duas estruturas que eram completamente distintas, [...], que inicialmente as quais não tinham afinidade, e houve esse desencorajamento, esse abraço coletivo institucional na época tanto pelos dirigentes e professores da FACEM, quanto pelos professores e dirigentes então da antiga FIC e eu lembro assim das inúmeras viagens para Porto Alegre, para Brasília, para que a documentação andasse. [...] (BARIN, 2018, [s/p]).

Se a transformação em Universidade foi considerada visionária, tendo em vista o planejamento sistemático das Irmãs Franciscanas e o seu desempenho para alcançar seus objetivos, para a Profa. Nilsa Barin, que acompanhou a Instituição ao longo de várias décadas, para Robalo (2020), essa ocorreu de forma muito natural.

[...] a transformação em Universidade, para nós colaboradores, foi meramente um reconhecimento do Ministério da Educação, confirmando através de avaliações o que já acontecia a tempo na Instituição. A participação de todos os colaboradores aconteceu de forma bastante natural e com muita tranquilidade, visto que todos estávamos imbuídos em busca de um mesmo objetivo, até porque o plano de desenvolvimento institucional nas visões anteriores era orientado também para essa finalidade. Os funcionários têm sempre participação ativa e importante no alcance e realização dos objetivos estratégicos e nas diretrizes institucionais. [...] (ROBALO, 2020, p. 1-2).

A partir da constituição da UFN, a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria produziu a Moção de Congratulações n. 5.185/2018, felicitando a Reitora da Instituição pela transformação em Universidade e deixa em evidência a justificativa para o ato.

A bela história e contribuição desta instituição, para o ensino iniciou-se em 1955 com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC) e da Faculdade de Enfermagem Nossa

Senhora Medianeira (FACEM).

E da união das Faculdades Franciscanas em 1998 surge o Centro Universitário Franciscano, que com empenho e dedicação de anos da sua Reitora, Irmã Iraní Rupolo, no dia 22 de março de 2018 teve o nível elevado a Universidade concedido pelo Ministério da Educação. Reconhecendo a qualidade do trabalho desempenhado pela irmã e a Instituição, cujo quais a história de vida caminham juntas (CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA MARIA, 2018, p. 1).

Dessa forma, o Legislativo municipal reconhece a importância do trabalho desempenhado por uma representante e liderança atual da Congregação das Irmãs Franciscanas em função do desenvolvimento do contexto educacional no município.

Sobre a nova Instituição criada, o Estatuto da UFN, no art 1º, a define como uma Instituição confessional, católica, comunitária, com sede na cidade de Santa Maria, RS e mantida pela SCALIFRA-ZN. Diante dessa definição, o art. 6 do Estatuto apresenta a estrutura organizacional da UFN:

- I – Conselho Universitário;
- II – Reitorias;
- III – Cursos;
- IV – Órgãos de Apoio;
- V – Unidades Administrativas e Acadêmicas (UNIVERSIDADE FRANCISCANA, 2018, p.11).

A UFN, assim que foi criada, adotou uma nova identidade visual, a partir do símbolo estilizado do Tau, conforme a Figura 88. A referida imagem mantém as cores adotadas na logomarca utilizada enquanto UNIFRA e o uso do Tau.

Figura 88 – Identidade visual da UFN



Fonte: (*Website* da UFN, [s/d]).

Sobre o uso do Tau, o *website* da Instituição traz uma explicação acerca da constituição da nova marca.

A marca da Universidade Franciscana – UFN – traz a figura estilizada do Tau, que representa o símbolo máximo dos princípios de São Francisco de Assis. Diante de uma representação simbólica, formada por seis unidades interligadas pela figura do Tau, que, unidas em pares com três tons de azul, reafirmam os pilares institucionais: Ciência, Humanidade e Espiritualidade, os quais fazem parte da missão institucional de construir, sistematizar e socializar o conhecimento. Dessa forma, a marca traduz os conceitos de experiência, determinação e contemporaneidade

(UNIVERSIDADE FRANCISCANA, 2018, [s/p]).

A estrutura da UFN permite que a Instituição desenvolva as ações de ensino, pesquisa e extensão, visando atingir as finalidades para as quais foi criada. Nesse sentido, desde 2019, a Reitora da UFN é Irmã Irani Rupolo e a Vice-reitora, a Profa. Dra. Solange Binotto Fagan.

Nesse contexto, percebe-se que a Instituição tem se mostrado em crescente desenvolvimento, apresentando ampliação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, como também expandindo sua área física. Atualmente (2020), conta com trinta e cinco (35) cursos de graduação presenciais, vinte e dois (22) cursos de pós-graduação *lato sensu*, sete (7) cursos de pós-graduação *stricto sensu* (dois doutorados e cinco mestrados) e oito (8) residências. O detalhamento dos cursos¹⁹⁰ ofertados pela Instituição está listado a seguir:

- Graduação presenciais: foram mantidos todos os trinta e cinco cursos ofertados enquanto Centro Universitário Franciscano.

- Graduação EAD: Gestão Financeira; Gestão de Recursos Humanos, Marketing, Pedagogia.

- Pós-graduação *lato sensu*: Atenção à saúde e proteção no envelhecimento humano; Clínica psicanalítica; Ensino de humanidades; Experiências de aprendizagem midiáticas; Ferramentas de gerenciamento ambiental; Neurociências do desenvolvimento e da cognição; Práticas integrativas e complementares em saúde; Administração hospitalar; Análises clínicas; Auditoria e controladoria; Cinema; Direito e processo do trabalho; Direito processual civil; Engenharia de segurança do trabalho; Gerenciamento na construção civil; MBA em marketing; MBA em mídias sociais digitais; Oncologia; Projeto de espaços comerciais; Psicopedagogia: abordagem clínica e institucional; Saúde materno e neonatal; Terapia intensiva: ênfase em oncologia e controle de infecção hospitalar.

- Pós-graduação *stricto sensu*: Mestrado em Ciências da Saúde e da Vida; Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens; Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil; Programa de Pós-graduação em Ciências e Matemática (Mestrado e Doutorado); Programa de Pós-graduação em Nanociências (Mestrado e Doutorado).

- Residências: Enfermagem e Obstetrícia; Clínica Médica, Psiquiatria, Saúde da Família e Comunidade; Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com ênfase em Infectologia e Neurologia; Multiprofissional em Reabilitação Clínica; Multiprofissional em Saúde Mental e Profissional em

190 Dados disponibilizados no *website* da Universidade Franciscana. Fonte: <<https://www.ufn.edu.br/site/ensino/graduacao>>. Acesso em: 8 out. 2020, e no Relatório de alunos matriculados (1955-2020) por IES.

Enfermagem, Urgência, Emergência e Trauma.

Como evidencia a Reitora da Instituição, Irmã Iraní Rupolo em entrevista concedida à GAÚCHA ZH *on-line*, em 2 de abril de 2018, “com a mudança de *status*, as ações da UFN extrapolam as barreiras. Ainda antes de virarmos universidade, já tínhamos alunos de todo o sul do país e também do Centro-Oeste” (GAÚCHA ZH, 2018, [s/p]).

No que diz respeito ao planejamento das ações com vistas ao desenvolvimento da Instituição, é mantida a realização do PDI, instrumento inicialmente concebido no âmbito da UNIFRA. Robalo (2020) menciona que os servidores participam ativamente da concepção desse instrumento.

Atualmente, concorre a participação de todos os setores institucionais, e todos os segmentos do ensino superior. A participação dos funcionários acontece através de reuniões onde são discutidos os temas abrangentes a este documento (ROBALO, 2020, p. 1).

Assim, percebe-se que a Instituição visa à integração entre seus colaboradores e gestores, promovendo que todos participem e fiquem cientes das ações que estão sendo realizadas no que se refere ao desenvolvimento da UFN. Essas ações promovem o sentimento de pertencimento de seus colaboradores para com a Instituição e contribuem para o crescimento da UFN.

Pode-se afirmar que, em termos de infraestrutura, a Universidade Franciscana está distribuída fisicamente em quatro (04) espaços, denominados Conjunto I, Conjunto II, Conjunto III e Conjunto IV¹⁹¹. A seguir, refere-se como cada um desses conjuntos está constituído a fim de entender a disposição dos setores da Instituição, mas também para que se possa ter uma noção acerca do seu tamanho.

O Conjunto I compreende os primeiros espaços criados pela Instituição para atender aos cursos de graduação, ainda em 1955, e situa-se na Rua dos Andradas n. 1614. Assim, atende os cursos de Biomedicina, Ciência da Computação, Farmácia, Filosofia, Física Médica, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Serviço Social, Sistemas de Informação, Tecnologia em Jogos Digitais e Tecnologia em Radiologia.

Além disso, desenvolvem atividades nesse espaço as seguintes unidades: a Administração Central, composta pela Reitoria, Pró-reitoria Acadêmica, Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, Pró-reitoria de Administração e Finanças; Secretaria Acadêmica; Biblioteca (que foi sendo ampliada e reformulada ao longo

191 Informações sobre a Universidade Franciscana e sua infraestrutura estão disponíveis nos Guias Acadêmicos de 2019 e 2020. Fontes: Guia Acadêmico 2019. Disponível em: <https://issuu.com/editoraufn/docs/guia_acad_mico_ufn_2019>. Acesso em: 10 fev. 2019; Guia Acadêmico 2019. Disponível em: <https://issuu.com/editoraufn/docs/guia_acad_mico_2020>. Acesso em: 29 abr. 2020.

dos anos); a Unidade de Tecnologia da Informação; Central de Atendimento e Ouvidoria.

Na Figura 89, consta um registro das instalações do Conjunto I, prédio 1, em 2020. Percebe-se a atualização estética do prédio se comparado às Figuras 74 e 84, inseridas anteriormente neste texto, quando o prédio atendia às necessidades da FAFRA e UNIFRA. A referida imagem, com cromia colorida, foi produzida digitalmente, em formato JPG, com tamanho de 4,36MB. Tem autoria de Luciana Souza de Brito e foi produzida em 4 de maio de 2020.

Figura 89 – Conjunto I, prédio 1 da UFN



Fonte: Arquivo pessoal de Luciana Souza de Brito, 04/05/2020.

Nesse contexto, também faz parte do Conjunto I a unidade de Práticas Profissionais¹⁹², embora esta situe-se em endereço diferente, na Avenida Rio Branco, n. 639.

O Conjunto II, localiza-se na Rua Silva Jardim, n. 1323, e atende os cursos de Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Biomédica, Engenharia de Materiais, Engenharia Química.

Já o Conjunto III compreende dois espaços. O primeiro deles, situa-se

192 A Unidade de Práticas Profissionais ocupa o prédio do antigo Hotel Glória adquirido pela SCALIFRA-ZN no ano de 2007. O Hotel Glória foi fundado por Peri Coelho durante a década de 20, do século XX, sendo vendido à Leo Müller em 1º de maio de 1948. Sua filha, foi a responsável pela venda, em 2007, para a SCALIFRA-ZN. (Fonte: HOTEL Glória fecha no dia 15 de julho. **A Razão**, Santa Maria, 19 jul. 2007, p. 6). Ainda segundo Falcão e Flores (2020, [s/p]), “o atual prédio localizado na Av. Rio Branco com a Silva Jardim, antigo Hotel Glória, fez parte da importante rede hoteleira no início do século XX. O edifício sofreu modificações no decorrer de sua existência culminando com a alteração de uso no de 2011”.

na Rua Silva Jardim, n. 1175, e atende os cursos de Administração, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Design, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Tecnologia em Design de Moda. O segundo, localizado na Rua dos Andradas, n. 1250, compreende as Clínicas da Saúde e atende os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Terapia Ocupacional. Esse espaço se também é utilizado pelos programas de pós-graduação de Mestrado de Ciências da Saúde e da Vida; Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens; Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil; aos Programas de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática – Mestrado e Doutorado; Programa de Pós-Graduação em Nanociências – Mestrado e Doutorado e o Diretório Central dos Estudantes.

Por fim, no Conjunto IV, localiza-se o Hospital São Francisco de Assis, situado na Rua Joana D’Arc, n. 465, no Bairro Nossa Senhora de Lourdes. Um registro da fachada das instalações físicas do Hospital consta na Figura 90. A imagem, produzida pela Temporária Comunicação Empresarial, com cromia colorida, é uma produção digital divulgada em reportagem do Jornal Diário de Santa Maria, com data de 24 de abril de 2019.

Figura 90 – Estruturas físicas do Hospital São Francisco de Assis



Fonte: (HOSPITAL São Francisco de Assis de Santa Maria vai ter clínica com plantão ortopédico. O contrato que oficializou a criação foi assinado na terça-feira. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 24 abr. 2019).

Diante do exposto, objetivou-se, neste capítulo, apresentar uma trajetória histórica da inserção das Irmãs Franciscanas na constituição de diferentes Instituições de ensino, a partir da atuação da Congregação e sua vinda para o Brasil e ao Rio Grande do Sul. A ênfase dada diz respeito à sua participação na

educação superior em Santa Maria, RS, embora as Irmãs Franciscanas tenham atuado também em instituições de ensino fundamental e de saúde.

Nesse sentido, buscou-se apresentar elementos sobre todas as Instituições que foram gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas (FIC, FACEM, FAFRA, UNIFRA, UFN), mas também a USM/UFSM, a qual foi criada a partir da contribuição fundamental de Irmãs Franciscanas dessa Congregação. Assim, buscou-se desvelar esse importante papel das Irmãs Franciscanas na constituição e no desenvolvimento do ensino superior no Município, para que, a partir dessa primeira descrição da trajetória histórica, fosse possível aprofundar as discussões a fim de entender como a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã pode ser compreendida como um exemplo de empreendedorismo feminino no ensino superior em Santa Maria, RS.

Assim, os próximos capítulos baseiam-se na compreensão de elementos que são apresentados neste capítulo: “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: memórias/fragmentos de uma trajetória educacional”, pois compreender a filosofia, expansão, estrutura e as atividades das Instituições de ensino superior da Congregação são importantes para que se possa entender e avaliar se há registros de uma possível atuação empreendedora, considerando os aspectos teóricos discutidos no capítulo “História das mulheres, empreendedorismo e educação”, o que é apresentado nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3

MULHERES EMPREENDEDORAS NO ENSINO SUPERIOR: INSTITUIÇÕES PERTENCENTES À SCALIFRA-ZN

A partir dos conceitos e das reflexões apresentados sobre o termo empreendedorismo no capítulo “História das mulheres, empreendedorismo e educação”, entende-se que as ações empreendedoras independem da área de atuação e do gênero do profissional que deseja empreender. No entanto o comportamento empreendedor estará presente considerando características pessoais e comportamentais de indivíduos, as quais refletirão na condução das atividades de uma Instituição.

Com relação às características inerentes ao profissional empreendedor, ressalta-se que diferentes autores buscaram delimitar quais seriam estes aspectos, conforme foi apresentado no capítulo “História das mulheres, empreendedorismo e educação”. Entre esses autores, destacam-se o pioneirismo de Schumpeter (1961), Dornelas (2007) e Chiavenato (2012), que apresentam elementos que confluem entre si. No entanto, considerando os aspectos postulados, compreende-se que os elementos empreendedores que podem ser melhor perceptíveis nesta pesquisa referem-se aos elencados por Dornelas (2007), para quem a iniciativa, a utilização de recursos disponíveis e a aceitação dos riscos são características fundamentais de um empreendedor.

Dessa forma, buscou-se analisar a atuação das Irmãs Franciscanas junto às Instituições de Ensino Superior gerenciadas pela SCALIFRA-ZN, tomando por base esses elementos a fim de identificar quais ações podem ser consideradas empreendedoras. A bibliografia citada associa esses elementos como características pessoais do empreendedor que está à frente da Instituição/empresa. Assim, nesta pesquisa, optou-se por aplicar esses elementos às atividades da Congregação religiosa, que tem mulheres como suas representantes, por entender que esses elementos estarão refletidos na trajetória das Instituições que foram gerenciadas pela Congregação.

Outros elementos a serem considerados no empreendedorismo feminino são postulados por Machado (2009), a qual enfatiza três pontos que configuram a importância do papel da mulher empreendedora: o econômico, em que geram um campo de trabalho e ocupação para elas e para outras pessoas; o social, na

medida em que permitem equacionar o trabalho e a família; o político, com o aumento de sua autonomia. Assim, aplicar esses três pontos (nos casos em que foi possível) às atividades desenvolvidas por essas mulheres, membros de uma Congregação religiosa, no desempenho de ações de Instituições de Educação Superior contribuiu na identificação dessas ações como empreendedoras ou não.

Ao pensar sobre a atuação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria, estas iniciaram suas atividades no atendimento no campo da saúde e no ensino básico, conforme já descrito no capítulo “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: memórias/fragmentos de uma trajetória educacional”. Ocorre que ao longo dessa trajetória, as Irmãs Franciscanas foram promovendo algumas iniciativas que podem ser consideradas empreendedoras e que fundamentam a sua atuação posterior no ensino superior.

Um exemplo dessa afirmativa refere-se à atuação da Comunidade no Hospital de Caridade, que, desde sua criação, em 1903, atuou no desenvolvimento da referida Instituição. Essa atividade favoreceu para que, anos mais tarde, fosse possível criar o Curso de Enfermagem, sob gerência da Congregação das Irmãs Franciscanas. Outro aspecto que pode ser considerado é a atuação das Irmãs Franciscanas em diferentes Instituições de ensino básico, desde os anos 1905. Se compararmos com a atividade de outras Congregações religiosas femininas que também se instalaram em Santa Maria, percebe-se a amplitude da atuação das Irmãs Franciscanas, na medida em que elas, a partir de uma atuação inicial no ensino básico, expandiram suas ações para o ensino superior, consolidando e expandindo a oferta de cursos ao longo dos anos.

Diante do exposto, considerando essa trajetória inicial de atuação das Irmãs Franciscanas no ensino básico e a percepção de aspectos que remetem a um perfil empreendedor, na próxima etapa desta pesquisa, faz-se uma análise para identificar se a atuação destas no ensino superior pode ser considerada como empreendedora.

Assim, o capítulo foi composto pensando em subdivisões, que apresentam as análises realizadas tomando por base o recorte temporal de criação das diferentes Instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas em nível superior, na cidade de Santa Maria, em que três períodos se destacam: os anos 1950, 1990 e 2000.

3.1 Ações empreendedoras nos anos 1950: FIC e FACEM

Para mencionar as ações empreendedoras das Irmãs Franciscanas nos anos 1950, inicialmente, é preciso abordar um fator que tem grande relevância para o contexto de atuação da Congregação em Santa Maria, ou seja, o desmembramento da Província brasileira no ano de 1951 em duas: a Província do Imaculado Coração de Maria, com sede em Santa Maria; a Província do Sagrado

Coração de Jesus, com sede em Porto Alegre. Entende-se que a vinculação de uma Província à cidade de Santa Maria decorre da atuação das Comunidades que na cidade residiam, das suas experiências e seus sucessos.

Assim, abordar o contexto do ensino superior em Santa Maria nos anos 1950, compreende entender quais Instituições foram criadas no período, qual a sua vinculação administrativa em termos de reponsabilidade legal, qual a área de oferta dos cursos e como tais Instituições favoreceram o desenvolvimento local.

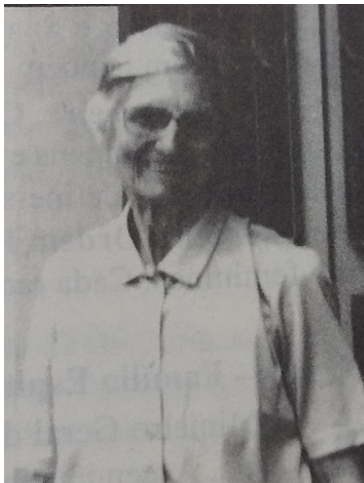
Um primeiro olhar sobre o contexto de criação e desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior já foi realizado e inserido no capítulo “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: memórias/fragmentos de uma trajetória educacional”, em que se delimitou a trajetória histórica de cada uma das Instituições. A partir desses elementos, buscou-se, nesse momento, contrapô-los com referenciais teóricos sobre empreendedorismo para verificar se a FIC e a FACEM, enquanto Instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas, considerando as ações de sua mantenedora (SCALIFRA-ZN), apresentam elementos que as caracterizam como um exemplo de empreendedorismo no ensino superior.

No que se refere às Instituições criadas pelas Irmãs Franciscanas sob responsabilidade da SCALIFRA-ZN nos anos 1950, a FIC e a FACEM são consideradas os expoentes na oferta de cursos de graduação à comunidade santa-mariense, pois foram pioneiras nesse processo, inovando no contexto da educação superior a partir do momento em que se instalaram em um local que não dispunha de Instituições de Ensino Superior com oferta nas áreas do conhecimento por elas inicialmente atendidos. Até a constituição da FIC e da FACEM, Santa Maria dispunha de apenas duas (02) outras Instituições de nível superior, a Faculdade de Farmácia (criada em 1931) e a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas (criada em 1953). Um breve contexto sobre os antecedentes do ensino superior em Santa Maria já foi abordado nesta pesquisa e fundamenta essa afirmativa.

Utilizando-se do conceito de empreendedorismo postulado por Dornelas (2007), buscou-se a identificação e compreensão de ações empreendedoras realizadas pela SCALIFRA-ZN (enquanto mantenedora) da FIC, considerando três aspectos: iniciativa, utilização de recursos disponíveis e aceitação dos riscos. Considera-se a SCALIFRA-ZN pois até o momento da criação da FIC, a unidade administrativa responsável por suas ações era a mantenedora.

No que se refere à característica de inovação, pode-se afirmar que, no momento de constituição da FIC, o ‘sim’ dados pelas Irmãs Franciscanas na pessoa de Madre Antoninha Werlang (Figura 91) foi um momento em que a Congregação (a partir da SCALIFRA-ZN) tomou para si uma nova responsabilidade e que modificou a sua área de atuação na cidade.

Figura 91 – Madre Antoninha Werlang



Fonte: (CERON, 1996, p. 551).

A Figura 91 traz um dos poucos registros fotográficos de Madre Antoninha Werlang, a qual foi responsável pela gestão das ações das Irmãs Franciscanas. A imagem, publicada no livro de Ceron (1996), não tem identificação de autoria, nem informações sobre a data de produção. Madre Antoninha Werlang foi, a partir de 1951, a primeira Provincial das Irmãs Franciscanas da Província do Imaculado Coração de Maria. Ela foi

[...] experiente ex-bancária, acostumada a lidar com altas somas e vultuosos balanços financeiros – ergue a sede provincial e constrói prédios escolares, abre Cursos normais, *superiores* e primários – no RS e nas demais missões de MS, no PR e no DF (CERON, 1996, p. 551, grifo nosso).

Dessa forma, a decisão de atuar no ensino superior configurou-se como um ato inovador, pois, diferentemente de criar novas escolas direcionadas ao ensino primário, como era recorrente no âmbito da Congregação, considerando seu Estatuto, essa atitude foi responsável pela ampliação da área de atuação educacional das Irmãs Franciscanas. Tal ação não foi, entretanto, uma decisão isolada de Madre Antoninha Werlang, foi objeto de discussão em reuniões da Congregação, tendo recebido o aval da sede em Heythuysen, na Holanda, para a concretização do empreendimento, conforme registro nas fontes documentais pesquisadas.

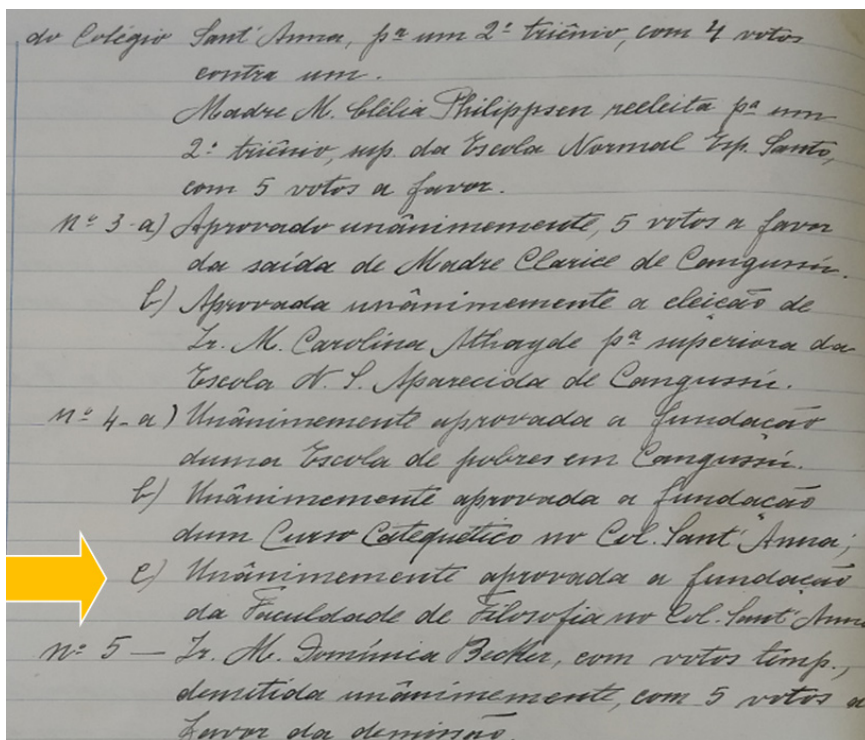
Anteriormente restrita às ações de ensino primário, esse aceite constituiu uma quebra de paradigma para as Irmãs Franciscanas, que discutiram e aceitaram o desafio de serem responsáveis pela criação e manutenção de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Santa Maria.

Entre as fontes documentais que registraram esse momento histórico, há os registros do Livro de Crônicas (1955-1965) do Arquivo da Província do

Imaculado Coração de Maria; do Relatório da Província do Imaculado Coração e Maria (1953-1956); do Protocolo n. 8/53 de 30 e 31 de dezembro de 1953, já citados no capítulo anterior, quando da abordagem da constituição da FIC. Embora esses registros não apresentem detalhes das discussões das Irmãs Franciscanas sobre as razões que levaram à tomada de decisão para atuação no ensino superior, descrevem de forma breve a criação da FIC e a aceitação da responsabilidade por Madre Antoninha Werlang, presidente da reunião do Conselho da Província do Imaculado Coração de Maria.

A reunião que tratou da aprovação da FIC no âmbito da Província do Imaculado Coração de Maria ocorreu nos dias 30 e 31 de dezembro, da qual tem-se seu registro no Protocolo n. 8/53, especificamente na Quarta Sessão (Figura 92). Estavam presentes na reunião, Madre Antoninha Werlang (presidente), Madre Lourdes Biesdorf, Madre Elenara Vogel, Madre Norbetina Sehnem e Madre Nelcinda Braum (assistentes provinciais). A aprovação em terras brasileiras foi encaminhada para o aval do Conselho Geral, em Heythuysen na Holanda, pela Superiora geral Madre Ignace Holtus, que aprovou a decisão.

Figura 92 – Extrato do Protocolo n. 8/53, Quarta Sessão



Fonte: (PROVÍNCIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 30 e 31 de dezembro de 1953, p. 4).

Além disso, a mudança no enfoque do nível de ensino também pode ser percebida a partir do registro dos Estatutos da mantenedora (SCALIFRA). Ao fazer uma retrospectiva, o primeiro deles, de 16 de maio de 1903, traz apenas duas finalidades para a mantenedora das Irmãs Franciscanas:

I – Exercer a caridade por meio do hospital Santa Elisabeth em S. Leopoldo e por outros que se fundarem.

II – Promover a educação e instrução da juventude pela manutenção dos collegios [sic]: ‘São José’, na sede social, ‘Nossa Senhora dos Anjos’ e ‘Orphanato da Piedade’ em Porto Alegre, ‘Sagrado Coração’ em Santa Cruz, ‘Santo Antonio’ na Estrella, ‘Imaculada Conceição’ em Jaguarão e outros que se instituírem (DECLARAÇÕES para efeitos da Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893. A Federação, Porto Alegre, 16 de maio de 1893, p. 3).

Essas finalidades vão ao encontro das propostas da Congregação, que, desde sua fundação, desenvolveu ações em torno do ensino (primário e secundário) e do atendimento à saúde. Mas não mencionam a possibilidade de atuação em Instituições de ensino superior.

Em 1951, além da divisão da Província brasileira em duas unidades (uma delas com sede em Santa Maria), houve a divisão da mantenedora da Congregação, a SCALIFRA. Nesse processo, mais uma vez, destaca-se a atuação de Santa Maria e suas respectivas Comunidades, pois uma das mantenedoras criadas, a SCALIFRA-ZN foi instalada no município.

A partir da divisão da mantenedora no Brasil em duas unidades (SCALIFRA-ZC e SCALIFRA-ZN), houve a necessidade de reformulação do Estatuto. O documento da SCALIFRA-ZN mantém algumas das atribuições da mantenedora, especialmente no que se refere às ações de saúde e educação, mas a modificação recai em não mencionar quais Instituições estariam sob responsabilidade das Irmãs Franciscanas. Em seu art. 1º, declara os fins principais da SCALIFRA-ZN:

I – Exercer a caridade por meio de hospitais, casas de saúde e estabelecimentos congêneres, próprios ou alheios;

II – Promover a educação e instrução da juventude pela manutenção de colégios e estabelecimentos de ensino (SOCIEDADE CARITATIVA E LITERÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ZONA NORTE, 1951, p. 1).

Nesse contexto, conseguiu-se localizar mais algumas alterações do Estatuto da SCALIFRA-ZN, responsável pelas ações de ensino das Instituições da Província do Imaculado Coração de Maria. Na atualização de 17 de novembro de 1971, o ensino superior insere-se nas atividades da SCALIFRA-ZN, conforme pode ser visualizado no texto inserido a seguir:

Art. 1º - A SOCIEDADE CARITATIVA E LITERÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ZONA NORTE, fundada a 31 de julho de 1951, na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, é uma

sociedade civil, de fins filantrópicos, de caráter beneficente, cultural e de assistência social, que tem por finalidade:

- a) promover a educação e desenvolver a cultura, ministrando à juventude educação cristã e cívica, instrução literária, científica e profissional, estendendo-se os mesmos benefícios ao ensino gratuito;
- b) promover a defesa da saúde e a assistência médico social, exercendo a caridade em hospitais, Santas Casas e estabelecimentos congêneres, próprios ou alheios;
- c) amparar a infância e a velhice, bem como os desvalidos em geral, em asilos, orfanatos e obras assistenciais (SILVA, 1997, p. 60).

A publicação de Silva (1997) traz, ainda, o art. 31 do Estatuto, em que constam as Instituições que a SCALIFRA-ZN mantém sob sua responsabilidade e, entre elas, cita a FIC e a FACEM. Assim, não há a informação de que as ações da SCALIFRA-ZN se dediquem ao ensino superior, pois utiliza o termo ‘educação’. Essa questão é abordada de forma diferente no atual (2020) Estatuto da SCALIFRA-ZN, no qual as atribuições se reconfiguraram e atendem a todos os níveis de ensino que a Congregação gerencia, sendo que as quatro (04) primeiras se referem às atividades de cunho educacional, conforme descrito no *website* da mantenedora:

- I. manter a Educação Básica, formada pela Educação Infantil Ensino Fundamental e Ensino Médio, com elevado padrão de qualidade;
 - II. oferecer a Educação Profissional Técnica de nível médio em atenção à legislação de ensino e demandas da sociedade;
 - III. manter o Ensino Superior, estimulando o desenvolvimento da pesquisa científica, a produção tecnológica, a criação cultural e social;
 - IV. oferecer educação digital como modalidade de difusão do conhecimento e de democratização do acesso à informação e à formação; [...]
- (SCALIFRA-ZN, [s/d], [s/p]).

Nessa conjuntura, ao buscar outras fontes que pudessem confirmar elementos sobre o tema, chegou-se ao relato do responsável pela Catedral Metropolitana Nossa Senhora Imaculada Conceição, Bispo Dom Antonio Reis, em que este dá ênfase aos resultados da reunião realizada a 19 de dezembro de 1953 e também na possibilidade de constituição de um ambiente universitário na cidade com a criação da FIC, enquanto terceira Instituição de Ensino Superior de Santa Maria, mas, principalmente, enquanto uma ação decorrente de uma entidade religiosa, no caso, a Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

E como a Igreja está a frente desse movimento, mais um salto a ela favorável, confirmando-a pioneira no ensino superior, sendo ainda essa descentralização para cidades menores favorável ao próprio ensino, que livre da agitação das grandes metrópoles, manterá ambiente mais propício (CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO, 1951-1957, p. 43).

Assim, com a criação da FIC, o primeiro elemento postulado por Dornelas

(2007) se configura, pois é a partir da iniciativa de um grupo de representantes locais que a ideia de constituição da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em Santa Maria se instala. O ato inovador decorre da inexistência de um local próprio para acolher a juventude santa-mariense, criando, assim, um espaço de formação e agregação de conhecimento. Nesse sentido, as Irmãs Franciscanas, a partir da SCALIFRA-ZN, sua mantenedora, assumiram o desafio de atuar no ensino superior, uma realidade completamente nova para a Congregação, conforme foi demonstrado ao analisar os Estatutos da mantenedora, no que se refere à sua finalidade.

Ainda sobre o processo de criação da FIC, este tem presente outro elemento destacado por Dornelas (2007): a aceitação dos riscos. Nesse caso, o risco referente ao sucesso do empreendimento foi assumido pela SCALIFRA-ZN, pois, enquanto mantenedora, esta ficou responsável por prover os meios necessários para oferta e desenvolvimento dos cursos de graduação a serem ofertados na Instituição. O risco estava presente no processo desde a sua concepção, pois era preciso buscar meios para que a Instituição pudesse ser instalada, o que, se não fosse providenciado, impediria o aceite de criação da FIC pelo Ministério da Educação e Cultura.

Nesse sentido, um dos primeiros desafios enfrentados pela SCALIFRA-ZN diz respeito à apresentação dos documentos necessários para a constituição da FIC, pois o primeiro dossiê encaminhado não alcançou êxito. Em entrevista concedida à Revista *Vydia Especial* (1985), Irmã Consuelo relatou os problemas que levaram à negativa da primeira tentativa e as providências tomadas para reverter a situação.

Uma das grandes decepções que passamos, inicialmente, foi em fins de 1954, quando vimos indeferido, pelo CNE do MEC, Rio de Janeiro, a documentação onde apresentávamos o primeiro elenco de professores que iriam lecionar na FIC. Motivo? Os currículos foram classificados de fracos. Era Diretor do Ensino Superior, naquela oportunidade, o Dr. Jurandyr Lodi e sua Secretária a Profª. Nair Fortes Abu-Merhy. Foi esta que nos deu a conhecer o resultado negativo. Foi um choque! Mas não desistimos. Firme, solicitamos que o processo fosse revisado. No dia seguinte, voltamos ao MEC. Para surpresa nossa o Processo fora aprovado, graças a Deus (VYDIA ESPECIAL, 1985, p. 13).

Além disso, consta que o pedido de autorização de funcionamento da FIC não foi aprovado de imediato tendo em vista a necessidade de alguns esclarecimentos por parte da mantenedora (SCALIFRA-ZN). Assim, por meio do Parecer n. 167/1954 do Conselho Nacional de Educação e Cultura, foi solicitado que a mantenedora comprovasse se poderia arcar com o ônus e a responsabilidade sobre a referida Instituição.

Nesse contexto, Madre Antoninha Werlang, Diretora da SCALIFRA-ZN, por meio de duas (02) correspondências encaminhadas ao Ministério da Educação e Cultura, buscou reparar os erros apontados pelo Sr. Almeida Junior,

relator do Processo n. 6.264/54, que tinha por finalidade a constituição da FIC. Madre Antoninha Werlang, em outra correspondência, com data de 2 de fevereiro de 1954, buscou complementar a documentação já encaminhada sobre a criação da FIC, em que apresentou considerações sobre as alíneas ‘d’, ‘e’, ‘f’, ‘g’, do art. 4 do Decreto-lei n. 421, de 11 de maio de 1938, referente à regulação e ao funcionamento de estabelecimentos de ensino superior.

Dessa forma, explica qual foi o processo para a escolha do corpo docente da FIC, qual o número de vagas a serem ofertadas, além de apresentar uma justificativa acerca da vontade de implementar em Santa Maria uma Faculdade de Filosofia considerando a existência de condições culturais na cidade e, por fim, qual a real necessidade de criação da Faculdade nessa localidade. A partir da argumentação presente nesses documentos, a mantenedora, por intermédio de sua representante legal, Madre Antoninha Werlang, buscou solucionar as pendências relativas à documentação junto ao Ministério da Educação e Cultura para que a FIC pudesse se tornar uma realidade.

O processo de autorização de funcionamento da FIC também foi amplamente noticiado pela imprensa local, tendo em vista as expectativas da comunidade santa-mariense para que fosse efetivado. Dessa forma, tem-se a fonte documental do Jornal A Razão, que publicou, entre 1953 e 1955, um total de dezoito (18) notícias buscando dar visibilidade às ações de criação da FIC, citando a atuação de Irmã Consuelo como representante das Irmãs Franciscanas na condução do processo e como a primeira Diretora da futura Instituição.

Considerando outro aspecto postulado por Dornelas (2007), a SCALIFRA-ZN também adotou como meta o aproveitamento de recursos (humanos e físicos) para a constituição da FIC. Nesse contexto, inicialmente, fez uso dos recursos humanos disponíveis na própria Congregação, designando uma representante, Irmã Consuelo, para atuar à frente do processo de criação da FIC. A referida Irmã Franciscana esteve por diversas vezes no Rio de Janeiro (capital federal na época) para acompanhar as tratativas para constituição da Instituição, da qual viria a ser a primeira Diretora, além de participar ativamente das atividades desenvolvidas para o crescimento da FIC ao longo dos anos.

Sobre a personalidade e atuação profissional de Irmã Consuelo, o professor Dauter Berlese, durante cerimônia de concessão do título de Doutora *Honoris Causa*, (em 2001), à Irmã Consuelo e à Irmã Felicidade tendo em vista suas expressivas atuações junto à FIC, afirmou que Irmã Consuelo “sempre foi firme sem ser injusta. Foi líder, sem ser autoritária. Foi comandante, sem ser mandante. Foi Superiora, sem ser maior. Foi amiga, sem ser liberal” (BERLESE, 2001 apud RUPOLO, 2013, p. 22). Assim, as ações realizadas por Irmã Consuelo, enquanto membro da Congregação das Irmãs Franciscanas

da Penitência e Caridade Cristã, em prol do desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria, podem ser entendidas como fragmentos do perfil de uma mulher empreendedora, os quais, associados às ações desenvolvidas por outras representantes da Congregação promoveram um ato inovador no contexto do ensino superior em Santa Maria: a criação da FIC.

A designação de Irmã Consuelo para acompanhar as tratativas de concepção e criação da FIC foi uma forma de a mantenedora utilizar os recursos humanos que já dispunha e se fazer presente no processo, acompanhando de perto as tratativas e os possíveis problemas relacionados à autorização de funcionamento da Instituição, fato que promoveu uma melhor gestão do processo e também a tentativa de redução dos riscos de negativa da autorização, pois cada passo dado era acompanhado de perto. Ao recordar esse período, Irmã Consuelo descreve o ano de 1954 da seguinte forma:

O trabalho foi árduo. As incertezas foram muitas. O ano de 1954 foi todo marcado de múltiplas preocupações, de viagens ao Rio de Janeiro, com a finalidade de solicitar a autorização para o funcionamento dos primeiros Cursos. Mas não faltaram idealistas que deram integral apoio à causa então encetada. Não faltaram mestres que deram o melhor de si para que a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição se tornasse muito em breve uma esplêndida realidade, um rico celeiro de formação de professores para que o Ensino do Brasil continuasse em sua marcha ascensional, levando-o, ao desenvolvimento de todas suas ricas potencialidades (SILVEIRA NETTO, 1974, p. 8).

Outra questão importante no entendimento da fundação da FIC, enquanto um ato empreendedor, diz respeito ao aproveitamento de recursos materiais, em específico sobre a disponibilização das instalações físicas. A destinação de espaços físicos para a criação de uma nova Faculdade era uma exigência, mas a mantenedora não criou espaços novos, de uso exclusivo da FIC, optou pelo aproveitamento de recursos disponíveis e, nesse quesito, utiliza um dos elementos postulados por Dornelas (2007) sobre o ato empreendedor.

Assim, uma das primeiras ações da SCALIFRA-ZN foi destinada à utilização de espaços que já estavam sob gerência da Congregação, aproveitando um recurso já disponível. Assim, foram selecionados espaços para salas de aula, setor administrativo, de convivência e biblioteca de uma outra Instituição de ensino gerenciada pela SCALIFRA-ZN, o Colégio Sant'Anna. Reforça-se, aqui, o que já foi referido no capítulo "História das Mulheres, Empreendedorismo e Educação", ou seja, que o Colégio Sant'Anna teve um papel muito importante no desenvolvimento do ensino superior, pois cedeu suas instalações físicas desde a gênese da FIC.

Posteriormente, esforços foram realizados no sentido de construir um prédio específico para as ações da FIC, formando uma nova Comunidade de Irmãs

Franciscanas, distinta da Comunidade responsável pelo Colégio Sant'Anna. A construção do prédio da FIC não foi uma tarefa fácil de ser desenvolvida, a partir da pedra fundamental, lançada em 11 de setembro de 1955, foi necessário buscar recursos para a execução da obra, que só foi ocorrer em 1957. Para esse empreendimento, Irmã Consuelo relata em entrevista à Revista Vydia Especial (1985) que foi de grande valia a ajuda do Deputado Tarso Dutra. Assim, o

[...] Dr. Tarso Dutra, então Deputado Federal, a quem muito devem as Irmãs Franciscanas, conseguiu-nos do Governo Federal, a verba de Cr\$ 12.000,00. Naqueles tempos era muito dinheiro. E foi com esse dinheiro que se conseguiu levantar o prédio, onde se encontra a FIC. Casa franciscanamente simples, sem grandes atavios, mas acolhedora e amiga, custou muito suor a quantos lutaram pela Faculdade [...] (VYDIA ESPECIAL, 1985, p. 13).

Conforme mencionado anteriormente, o Colégio Sant'Anna foi o primeiro espaço de atuação no ensino fundamental das Irmãs Franciscanas em Santa Maria, que, no ano de constituição da FIC, completava 50 anos de existência, dando dessa forma, às Irmãs Franciscanas dessa Comunidade experiência quanto às atividades de ensino, as quais seriam elevadas a outro nível, com a inserção do ensino superior nas atividades da Congregação. A Comunidade de Irmãs Franciscanas do Colégio Sant'Anna colaborou e envidou esforços para que as primeiras instalações da FIC atendessem às necessidades para oferta dos cursos de nível superior. Assim, a SCALIFRA-ZN optou por solicitar a criação da FIC, mesmo sem ter espaços próprios para a nova Instituição, baseando-se nos recursos de que dispunha no momento e assumindo o risco de ter seu pedido negado pelo Ministério da Educação e Cultura, cumprindo com dois dos elementos postulados por Dornelas (2007) quanto à identificação do ato empreendedor (o aproveitamento de recursos e o ato de assumir riscos).

Assim, ao analisar o contexto de criação da FIC, pode-se afirmar que o risco de insucesso esteve presente desde a sua concepção, a partir da reunião de documentos e encaminhamento ao Ministério da Educação e Cultura e no processo de escolha e adaptação das futuras instalações da Instituição. No entanto, a cada dificuldade apresentada, a SCALIFRA-ZN, enquanto mantenedora, esteve direcionando esforços para que a FIC pudesse sair do sonho para a realidade.

A partir da análise do ato empreendedor, no que concerne às atividades realizadas sobre a FIC, partiu-se para uma investigação sobre a FACEM, com vistas a verificar se essa Instituição apresenta em sua constituição características de uma atividade empreendedora no ensino superior. O primeiro elemento apontado por Dornelas (2007) referente à inovação é percebido na escolha da área de atuação da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.

No Brasil, até o ano de 1955, havia poucos profissionais da área de enfermagem com formação em nível superior, considerando a quantidade de

Instituições que dispunham desse curso. Especificamente sobre a oferta de cursos de enfermagem em nível superior, havia as seguintes instituições: Escola de Enfermagem Ana Nery (criada com essa nomenclatura em 1922), Escola de Enfermagem Carlos Chagas (criada em 1933), Escola Paulista de Enfermagem (criada em 1938), Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (criada em 1944), Escola de Enfermagem de Porto Alegre¹⁹³ (criada em 1950) e a Escola de Enfermagem Luisa de Marillac (criada em 1954) (ALMEIDA, 2012).

No Rio Grande do Sul, portanto, havia apenas a Escola de Enfermagem de Porto Alegre e, nesse contexto, o folder do Curso de Enfermagem da FACEM (ANEXO G) destacava a ausência de profissionais com formação na área de enfermagem como um meio de reforçar a amplitude do campo de trabalho, a partir da instrução desses profissionais na referida Instituição.

O Brasil precisa de mais Enfermeiras!

Nosso país possui somente [sic] 3.000 e poucas enfermeiras diplomadas.

– Necessita, ao menos de 50.000 para atender às necessidades mais proeminentes de todo o imenso território!

As enfermeiras formadas, no Rio Grande do Sul, não chegam a 100.

Se tivéssemos 1.000, ainda seriam poucas.

Por estas e outras razões cursar ENFERMAGEM, além de ser uma obra patriótica, é abraçar uma carreira de futuro (ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 195-, p. 2).

Em 1955, não havia no interior do estado do Rio Grande do Sul um Curso de Enfermagem de nível superior que pudesse atender à demanda de profissionais da área. Assim, a simples oferta de um curso nessa área, em uma cidade do interior do estado, em nível superior, consistia em uma grande novidade, ainda mais se considerado que havia uma expressiva carência de profissionais enfermeiros no RS, com média de seiscentas (600) vagas, para apenas sessenta (60) profissionais formados¹⁹⁴.

Ainda no que diz respeito à iniciativa, as discussões para constituição da FACEM têm uma breve justificativa no relato do Protocolo n. 8/54, de 10 e 11 de dezembro de 1954, fonte documental do arquivo da Província do Imaculado Coração de Maria, já mencionado no capítulo anterior. Nesse Protocolo, as Irmãs Franciscanas cogitam ser esta uma missão a ser assumida pela Congregação.

A partir da aceitação para constituição da FACEM, considerando atender às solicitações da comunidade para suprir as demandas do Hospital de Caridade

193 A Escola de Enfermagem de Porto Alegre iniciou suas atividades por meio da Lei n. 1.254, de dezembro de 1950, que cria a Instituição anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul. Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. UFRGS. História da Escola de Enfermagem, [s/d]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/eenf/copy_of_a-escola/historia>. Acesso em: 23 maio 2020.

194 Fonte: ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. FACEM. **Correspondência ao Sr. Prefeito Municipal de Santa Maria**, 16 de agosto de 1955, 1 p.

por profissionais de enfermagem, a SCALIFRA-ZN, enquanto mantenedora, buscou tomar providências para concretizar essa ação. No entanto alguns desafios estavam presentes e foram mencionados em reportagem do jornal *A Razão*, de 1º de maio de 1956, sob o título “Escola de Enfermagem uma afirmação positiva”¹⁹⁵. A referida reportagem traz informações fornecidas por Irmã M. Dulce Kern (Secretária da FACEM) e destaca três desafios que foram vencidos pelas Irmãs Franciscanas na constituição da FACEM: a definição de quem iria dirigir a Instituição, a definição de um local próprio para o funcionamento da escola, bem como as instalações para os laboratórios de estudos práticos.

Um dos primeiros desafios dessa iniciativa foi atender à legislação vigente para constituição de cursos de Enfermagem no Brasil. O Decreto-lei n. 27.426, de 14 de novembro de 1949¹⁹⁶, no art. 44, refere que a direção da Instituição deveria estar a cargo de um profissional “[...] obrigatoriamente, diplomado em enfermagem, de preferência portador de diploma de curso de especialização” (BRASIL, 1949, [s/p]). Nesse sentido, a primeira providência da SCALIFRA-ZN foi contatar outras Congregações religiosas a fim de buscar uma religiosa que pudesse assumir essa tarefa, tendo em vista que não detinha em seu quadro profissional alguém que pudesse atender a esse requisito no momento de fundação da FACEM.

A escolha da primeira diretora da Instituição recaiu sobre Irmã Emília Clarízia, uma Irmã Vicentina, conforme consta no Livro de Protocolos (1951-1958). Essa dificuldade foi mencionada, também, no documento denominado “Enfermagem em Santa Maria”, no qual é mencionado que

o problema, de início, apresentou-se de difícil solução pois a entidade não dispunha, na ocasião, de religiosas Enfermeiras, preparadas para assumir a Direção do ensino de Enfermagem conforme exigências legais. Recorreram então a diversas Congregações Religiosas e obtiveram na pessoa de Irmã Emília Clarízia, generosamente cedida pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paula, uma Enfermeira experiente e com curso de especialização na Universidade Paul em Chicago apta a assumir a direção da novel Escola, tendo um auxílio constante e a dedicação generosa de Irmã Dulce, membro da Congregação Franciscana solicitada pelo grupo acima referido (LUNARDI, 1970, p. 3-4).

Além disso, a Congregação buscava formar o corpo docente para a FACEM e, nesse sentido, vinha enfrentando alguns problemas. O registro do Livro de Protocolos (1951-1958) destaca as ações realizadas nesse processo:

[...] a Província está seriamente empenhada em criar, em Santa Maria, uma

195 Fonte: ESCOLA de Enfermagem uma afirmação positiva. *A Razão*, Santa Maria, 1º maio 1956, p. 8.

196 O decreto dispõe sobre o regulamento básico para os Cursos de Enfermagem e de Auxiliar de Enfermagem. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D27426.htm>. Acesso em: 25 fev. 2020.

Escola de Enfermagem de alto padrão. Tem-se encontrado dificuldades em formar o corpo docente para a mesma. Enquanto as Irmãs de S. Paulo declararam não poder auxiliar-nos na difícil tarefa, as Religiosas Servas do Divino Esp. Santo, da Escola de Enfermagem Hugo Werneck, de Belo Horizonte, Est. de Minas Gerais, se prontificaram para nos ajudar, prometendo enviar para Santa Maria, ao menos uma enfermeira muito boa, por elas diplomada (PROVÍNCIA DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA, 1955, p. 61).

Na tentativa de solucionar essas questões, algumas irmãs da Congregação foram incentivadas a buscar a formação na área de enfermagem, sendo encaminhadas para as seguintes Instituições: Escola de Enfermagem de São Paulo e Escola de Enfermagem das Irmãs das Servas do Divino Espírito Santo, em Belo Horizonte. Dessa forma, aproveitava-se um recurso humano disponível na Congregação que viria com o tempo contribuir para o crescimento da FACEM, configurando, assim, o segundo elemento apontado por Dornelas (2007) sobre as características do ato empreendedor.

Outra ação decorrente da vontade de instalação da FACEM na cidade foi a busca por recursos materiais referentes às instalações adequadas para a realização do curso, conforme disposto no art. 50 do Decreto-lei n. 27.426, de 14 de novembro de 1949, uma vez que a SCALIFRA-ZN não dispunha de local próprio para tal atividade. Diferente da FIC, que utilizou as instalações do Colégio Sant'Anna, da própria Congregação, no caso da FACEM, essa situação não foi solucionada de forma semelhante. Além disso, segundo a legislação, era necessário comprovar que a Instituição se utilizava de “[...] internato para residência confortável e higiênica de dois terços dos alunos, no mínimo” (BRASIL, 1949, [s/p]).

A solução encontrada foi a utilização de espaços cedidos por outras Instituições, até a construção de um prédio próprio para a Escola de Enfermagem. Sobre esses espaços, a Declaração¹⁹⁷ dos membros da diretoria do Hospital de Caridade, de 19 de fevereiro de 1955, coloca à disposição os seus recursos físicos para a constituição da FACEM.

Assim, foram garantidos salas de aula, auditório, apartamentos para residência das alunas, bem como locais de estágio. O espaço ofertado pelo Hospital de Caridade para residência das alunas foi disponibilizado entre o período de 1955 a 1960¹⁹⁸. Ao longo desse período, esforços foram empreendidos na busca de um local próprio para o desenvolvimento das ações da FACEM.

A Figura 93, inserida a seguir, apresenta um recorte do ambiente disponibilizado às alunas para residência. É uma imagem produzida em tamanho

197 Fonte: ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. FACEM. **Relatório para fiscalização permanente**. Maio de 1957.

198 Fonte: Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Azevedo. In: PROVÍNCIA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Breve histórico das casas da nossa Província (1872-1972)**, [S.l]: [s.n.], 1972, p. 3.

10x15 com, com cromia em preto e branco. Uma característica dessa imagem é que se trata de uma fotografia dirigida, produzida com a intenção de mostrar uma determinada realidade, muito provavelmente com a finalidade de divulgação do Curso de Enfermagem. Pela qualidade da imagem e enquadramento, trata-se de uma imagem realizada por um profissional, o qual não foi identificado¹⁹⁹, sendo o período de produção compreendido entre os anos de 1955 e 1957.

Essa imagem foi inicialmente confeccionada para fazer parte do ‘Relatório para fiscalização permanente (1957)’ e tem sobre a emulsão as rubricas das assinaturas de Dinah de Freitas Só, Inspectora Federal; Franklin Olivé Leite, Inspetor Federal e Abyhael Maria Souza, enfermeira de Saúde Pública, relatores do Relatório de fiscalização encaminhado ao Diretor do Ensino Superior, Jurandyr Lodi, em 24/04/1957. Além disso, apresenta a seguinte informação: “Terminadas as aulas as alunas encaminham-se à residência em busca de um ambiente acolhedor e agradável” (ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA, 1957, p. 21).

Figura 93 – Ambiente de residência das alunas da FACEM



Fonte: (Arquivo da DERCA – Universidade Franciscana, Relatório de fiscalização, imagem produzida entre 1955 a 1957, p. 21).

Quanto aos meios de difusão, essa imagem foi utilizada no Relatório de fiscalização permanente de 1957, no folder sobre o Curso de Enfermagem (ANEXO G), no DVD institucional “Imagem, memórias e História”, organizado

¹⁹⁹ Não foram identificadas as características de estilo (composição, iluminação, ângulo, etc.), nem pistas que indicassem o fotógrafo que realizou a imagem, mas foi possível fazer um levantamento de um estúdio e de alguns fotógrafos atuantes a época em que a imagem foi produzida (1955-1957), que estão listados a seguir: Foto Imperial – Irmãos Staggemeyer; Aleis Semlitsch; Antonio Domingues; Bortholo Achuti; Bruno Quartiero; Eduardo Trevisan; Edy Soares; João Soares; Jose Isaia; Juca Penna; Léo Guerreiro; Luiz Gonzaga Schleiniger; Maria Medvedvski; Orozimbo Penna; Pedro Carlos Ulkovski; Valnei Caneda (VIERO, 2010).

por Quadros (2008), e no livro “Enfermagem FACEM/UNIFRA: uma trajetória de transformações”, organizado por Backes et al. (2015).

Em paralelo, o Prof. José Mariano da Rocha Filho, então Diretor das Faculdades de Farmácia e de Medicina, vinculadas à Universidade do Rio Grande do Sul, em Declaração datada de 30 de maio de 1955, também se prontificou a disponibilizar “[...] instalações, institutos, laboratórios e salas de aula [...]” das referidas faculdades para a FACEM (FACULDADE DE MEDICINA DE SANTA MARIA, 1955, p. 1). Outra Instituição a dar apoio em termos físicos foi a própria FIC, que disponibilizou a biblioteca e laboratórios de História Natural, Física e Química, conforme Declaração de 24 de abril de 1957. Tais documentos foram encaminhados ao Ministério da Educação e Cultura como anexos junto ao ‘Relatório para fiscalização permanente’, de maio de 1957.

Dessa forma, duas Instituições de Santa Maria buscaram dar o apoio e o suporte necessário para as ações iniciais da FACEM (a Faculdade de Farmácia e o Hospital de Caridade). Ambas tinham sua atuação na área da saúde e seriam beneficiadas com a mão de obra decorrente da instalação dessa Instituição de ensino na cidade. Nesse caso, o auxílio em específico da Faculdade de Medicina tem relação com a legislação da época, a qual referia que uma Faculdade de Medicina poderia ter como integrante um Curso de Enfermagem. Esta foi uma possibilidade, mas que não se efetivou no caso da FACEM e da Faculdade de Medicina de Santa Maria. Já a utilização dos espaços cedidos pela FIC foi uma forma de aproveitamento de recursos da própria Congregação.

Diante do exposto, percebe-se que, mais uma vez, as Irmãs Franciscanas enfrentaram as adversidades e continuaram na busca da concretização do desafio que aceitaram: o desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria a partir da atuação de duas (02) Instituições por elas gerenciadas, a FIC e a FACEM, em 1955. Além disso, a partir da fundação de ambas as Instituições a tendência foi de crescimento do ensino superior na cidade. Endossa essa afirmativa o texto da Lei Municipal n. 3.665, de 2 de julho de 1993:

Historicamente Santa Maria, em função de sua posição geográfica destacou-se como um centro educacional, contando com escolas cuja tradição é quase secular. Atualmente a cidade se destaca no ensino superior, através da Universidade Federal de Santa Maria, da Faculdade Imaculada Conceição e da Faculdade de Enfermagem. [...] (PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA, 1993, [s/p]).

Assim, no caso da FACEM, a terceira característica referente ao perfil empreendedor, inerente à aceitação dos riscos, ocorreu concomitantemente à iniciativa de promover a oferta do Curso de Enfermagem em Santa Maria. Como não havia outros cursos na região, este seria um forte candidato para atrair acadêmicos que tinham interesse nessa formação. No entanto o risco estava em não

atingir um número suficiente de alunos para justificar a continuidade do curso em uma oferta sequencial. Nesse contexto, o primeiro desafio enfrentado foi a necessidade de divulgar a oferta do Curso de Enfermagem.

Nesse sentido, uma questão relevante diz respeito à produção de materiais para a divulgação do curso, como o folder inserido no ANEXO G. Por ser o único do interior do estado, era necessário divulgar que estava sendo ofertado, a partir de 1955, em Santa Maria, fato que motivou a Instituição a elaborar materiais de divulgação do curso. Este foi um diferencial da FACEM e da FIC. Embora as duas Instituições tivessem uma mantenedora em comum (a SCALIFRA-ZN), a difusão e as ações de condução das atividades de cada Instituição foram diferentes.

Quanto ao Curso de Enfermagem, os desafios para divulgação foram enfrentados com a contratação de profissional específico para realização de imagens fotográficas e desenvolvimento de folder para difusão do referido curso.

Nessa conjuntura, os elementos de iniciativa, utilização de recursos disponíveis e aceitação dos riscos estiveram presentes em todas as ações da SCALIFRA-ZN para constituição da FIC e da FACEM, caracterizando essa atuação como uma atividade empreendedora, aplicada à área de educação, em específico no que se refere ao ensino superior em Santa Maria.

Além disso, pode-se afirmar que o contexto econômico do município também foi modificado a partir da inserção dessas Instituições de Ensino Superior. Dessa forma, a criação da FIC e da FACEM é considerada inovadora, pois não existia na época nenhuma Instituição de Ensino Superior com as suas características no município. Essas Instituições visavam atender à grande massa de estudantes de Santa Maria, que precisava se deslocar até Porto Alegre e outras cidades para buscar a continuidade de seus estudos.

Dessa forma, a modificação dessa realidade produziu efeitos no contexto econômico local, pois manter os estudantes na cidade e trazer tantos outros promoveu o comércio local, na medida em que esses jovens precisavam alimentar-se, vestir-se e hospedar-se na cidade no decorrer de seus estudos. Conforme destaca Machado (2009) acerca do empreendedorismo feminino, um ponto importante compreende o aspecto econômico, que, no caso específico da FIC e da FACEM, promoveu a geração de campos de trabalho a partir da instalação da Instituição, especialmente na prestação de serviços aos alunos dos cursos ofertados.

Nesse contexto, segundo dados estatísticos²⁰⁰ de 1952, Santa Maria tinha vinte mil trezentos e noventa e três (20.393) alunos, com a seguinte distribuição: quinze mil duzentos e sessenta (15.260) no curso elementar e cinco mil cento e

200 Fonte: SOCIEDADE CARITATIVA E LITERÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ZONA NORTE. **Correspondência ao sr. Ministro da Educação e Cultura**. 2 de fevereiro de 2020, 2p.

trinta e três (5.133) no curso secundário e superior. As Instituições que ofertavam o curso secundário consistiam em quatro (4) Ginásios, quatro (4) Colégios, duas (2) Escolas Técnicas de Comércio e uma (1) Escola Normal, sendo que, em nível superior, havia apenas a Faculdade de Farmácia. Considerando esses números, é visível o porquê da instalação de novas Instituições de Ensino Superior no município, motivo pelo qual, já em 1953, diferentes iniciativas foram tomadas, como a criação da FIC, da FACEM, da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e a Faculdade de Medicina.

Já em 1954, Santa Maria dispunha de treze mil novecentos e oitenta e seis (13.986) estudantes, quase um terço da sua população, distribuídos em: cento e oitenta e sete (187) escolas, das quais cento e quarenta e sete (147) municipais, quatorze (14) estaduais e vinte e uma (21) particulares; cinco (05) cursos supletivos; duas (02) Faculdades (de Farmácia e de Medicina)²⁰¹. Em discurso proferido na aula inaugural da FACEM, em 31 de maio de 1955, (ANEXO E), o Prof. José Mariano da Rocha Filho refere que Santa Maria teria um total de vinte (20) mil alunos.

A instalação das faculdades gerenciadas pela SCALIFRA-ZN tinha por função atender esse público de estudantes com mais uma possibilidade de estudos à sua disposição e contou, como consequência, com o incremento do comércio local. A Agência de Desenvolvimento de Santa Maria²⁰² traz um estudo sobre os indicadores do município. Para tanto, o indicador econômico da Fundação de Economia e Estatística (FEE) traz o Produto Interno Bruto (PIB) do setor de serviços²⁰³ de Santa Maria. Em 1949, o PIB era de duzentos e trinta e um mil oitocentos e vinte Cruzeiros (Cr\$ 231.820,00), o que equivale, atualmente, a duzentos mil e cinquenta e cinco reais e setenta e seis centavos (R\$200.055,76). Esse número aumenta consideravelmente em 1959 para dois milhões cento e oitenta e cinco mil e setecentos e oito Cruzeiros (Cr\$2.185.708,00), o que equivale, atualmente, a trezentos e noventa e um mil trezentos e trinta e cinco reais e setenta centavos (R\$ 391.335,70), ou seja, um aumento significativo.

Analisando esses números, pode-se inferir que são decorrentes das atividades do contingente militar (uma particularidade, tendo em vista o quantitativo de Instituições militares presentes no município) e dos servidores das Instituições de ensino presentes que se constituem na grande população flutuante no município de Santa Maria. Entre as Instituições de ensino, estão as Instituições

201 Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Correspondência enviada ao Sr. Benedito Augusto Carvalho dos Santos membro do Conselho Nacional de Educação (RJ)**. 27 de julho de 1954. 2 p.

202 Fonte: Agência de Desenvolvimento de Santa Maria. Disponível em: <<http://santamariaemdados.com.br/3-indicadores/>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

203 O contexto do setor de serviços decorre da prestação de serviços públicos, além dos serviços privados e do comércio.

particulares criadas em 1955 (FIC e FACEM), mantidas pela SCALIFRA-ZN, as quais contribuíram para a elevação desses valores.

Dessa forma, consegue-se perceber uma modificação no contexto econômico do município de Santa Maria, decorrente da participação das Instituições de ensino instaladas na década de 1950, entre elas, as gerenciadas pela mantenedora das Irmãs Franciscanas

Diante do exposto, compreende-se que se conseguiu apresentar evidências sobre a atuação empreendedora da FIC e da FACEM em Santa Maria a partir da sua criação, em 1955. Na próxima subunidade, apresentam-se as ações empreendedoras das Instituições gerenciadas pela SCALIFRA-ZN nos anos 1990.

3.2 Ações empreendedoras a partir dos anos 1990: FAFRA e UNIFRA

A constituição da FAFRA decorre da união de duas (02) Instituições mantidas pela SCALIFRA-ZN, a FIC e a FACEM. Como já comentado no capítulo que traz a trajetória dessas Instituições, o processo de constituição da FAFRA teve influência do contexto educacional da época que favorecia a unificação de Instituições de ensino, diferente do que ocorreu no contexto dos anos 1950, que promovia a dispersão e criação das Instituições de ensino superior. No caso de Santa Maria, esse processo visava à interiorização do ensino superior, colocando a oferta dessa modalidade em diferentes cidades, que não fossem apenas as capitais dos estados brasileiros.

Assim, ao avaliar como ocorreu o ato empreendedor no que se refere às atividades de criação da FAFRA, pode-se avaliar que este também tem o primeiro elemento postulado por Dornelas (2007), referente à inovação. A iniciativa da SCALIFRA-ZN de promover essa mudança, ou seja, deixar de dividir esforços (de gestão, administrativos e humanos) unificando-os para que a nova Instituição pudesse crescer em termos de oferta de cursos de graduação e também de pós-graduação trouxe nova realidade ao contexto do ensino superior em Santa Maria.

Nessa conjuntura, a transformação motivada a partir de uma decisão estratégica da Congregação, por meio da SCALIFRA-ZN, decorre de estudos e discussões que foram realizados a partir dos anos 1990, conforme relatado por Rupolo (2018). Assim, a decisão possibilitou a criação de uma nova Instituição, fruto da união da FIC e da FACEM, que, desde 1955, tinham total autonomia no que se refere à condução das suas atividades.

O âmbito das discussões para criação da FAFRA envolveu também um órgão municipal, o CODESMA, assim, em reunião realizada no dia no dia 27 de abril de 1995, foi decidido que a proposta de unificação da FIC e FACEM para constituição de uma Universidade particular seria levada à frente. Aqui, evidencia-se o projeto a longo prazo das Irmãs Franciscanas, de constituir uma Universidade, objetivo

que foi buscado, passo a passo, ao longo dos anos. O fato, noticiado no *Jornal A Razão*, de 28 de abril de 1995²⁰⁴, destacou a composição de uma comissão para trabalhar em conjunto com a FIC e a FACEM nessa proposta. A referida comissão foi composta por: Renato Branet (Ex-professor da UFSM), Sérgio Blattes (Presidente do CODESMA), Cirilo Costa Beber (da Fundação Educacional e Cultural para o Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Educação e da Cultura – FUNDAE), Maria Valdereza (ex professora da UFSM), Ailo Saccol (Presidente da Associação de Professores Universitários de Santa Maria – APUSM).

Ainda foi colocado que os representantes do CODESMA tinham uma preocupação acerca do êxito dessa iniciativa, junto ao Ministério da Educação, não acreditando totalmente no desfecho favorável da iniciativa. Foi proposto na reunião, pelo representante da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Sr. Osvaldo Rodrigues Leite, a realização de um convênio entre a referida Instituição, a FIC e a FACEM visando à oferta de recursos humanos para a criação dos cursos. “O convênio ULBRA/FIC/FACEM existiria apenas perante o MEC, perante o qual a ULBRA seria responsável pelos novos cursos criados. A proposta deverá ser analisada pelas duas instituições santa-marienses” (INSTITUIÇÕES completam 40 anos, 1995, p. 20).

Diante dessa realidade, mais uma vez, tem-se o empenho das Irmãs Franciscanas no processo empreendedor, aceitando os riscos inerentes a essa atividade e enfrentando as barreiras impostas ao desenvolvimento do empreendimento. Conforme postulado por Dornelas (2007), a aceitação dos riscos é um dos elementos presentes no processo empreendedor, e no que se refere à FAFRA, este foi aceito desde as primeiras discussões acerca da unificação da FIC e FACEM para criação de uma nova Instituição de Ensino Superior sob a gerência da SCALIFRA-ZN.

A proposta da ULBRA não foi levada adiante, e a FIC e a FACEM encaminharam a documentação para unificação diretamente ao Ministério da Educação com base nos seus próprios recursos (humanos e materiais). Dessa forma, dois elementos do perfil empreendedor, referentes à inovação e à aceitação de riscos se configuram, mas não apenas estes.

Pode-se afirmar que o aproveitamento de recursos, outro elemento empreendedor postulado por Dornelas (2007), é o que tem maior destaque junto à FAFRA, pois os recursos humanos e materiais envolvidos na condução das atividades da FIC e FACEM seriam inteiramente aproveitados.

O aproveitamento de recursos físicos das duas (02) Instituições motivou a modificação e adequação dos espaços para comportar as novas atividades de ensino

204 Fonte: INSTITUIÇÕES completam 40 anos – FIC e FACEM abrem caminho para a criação de uma Universidade Particular. *A Razão*, Santa Maria, 28 abr. 1995, p. 20.

desenvolvidas na recém-criada Instituição. Assim, tornou-se necessário aumentar os espaços físicos destinados a salas de aula, biblioteca e laboratórios, e, nesse sentido, a expansão física foi inevitável. A construção de novos prédios e o aumento significativo da área física, necessários para a expansão das atividades da Instituição a partir do seu crescimento é mais perceptível nas ações do Centro Universitário Franciscano, quando algumas das obras iniciadas na FAFRA foram concluídas.

A Figura 94 demonstra como estava constituída a área física da Instituição nos anos 1990, a partir da seta em destaque, ainda sem a expansão dos prédios com compõem atualmente (2020) o Conjunto I e que ocorreu durante o funcionamento do Centro Universitário Franciscano. A imagem digital é uma vista aérea, que faz parte do acervo fotográfico do AHMS, de tamanho 8x8 cm, com cromia colorida, sem identificação de autoria, produzida nos anos 1990.

Figura 94 – Vista aérea de Santa Maria com destaque para a localização da FAFRA



Fonte: (Acervo fotográfico digital do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, 1990).

Em todos os setores, novas rotinas de serviço precisaram ser implementadas considerando a estrutura administrativa da Instituição. Esses procedimentos envolveram recursos físicos, mas, principalmente, o empenho na gestão dos recursos humanos da FAFRA.

Com a constituição da FAFRA, novos cursos de graduação foram criados, bem como de pós-graduação *lato e stricto sensu*. Tais ações tinham por propósito

o crescimento gradativo a fim de atingir mais um objetivo da Congregação, ou seja, a transformação da FAFRA em universidade, o qual vinha sendo discutido desde a unificação da FIC e da FACEM, em algumas atas de reunião do CTA.

Destaca-se, nesse sentido, que, apenas um ano após sua fundação, a FAFRA encaminhou ao Ministério da Educação sete (07) processos²⁰⁵ referentes aos cursos de graduação a serem ofertados na Instituição. Os processos, protocolados em 31 de maio de 1996, foram: Matemática computacional – 23030.004188/96-83; Serviço Social – 23030.004198/96-37; Turismo – 23030.004199/96-08; Informática Licenciatura – 23030.004200/96-87; Nutrição – 23030.004201/96-40; Direito – 23030.004202/96-11; Psicologia – 23030.004203/96-75.

Já o Mestrado em Educação, primeiro curso de pós-graduação *stricto sensu* da FAFRA, com alunos matriculados em 1996, teve apenas uma (01) oferta, tendo em vista a falta de interesse da Instituição em continuar com o curso após os problemas decorrentes da primeira oferta e também devido à ausência de corpo docente com formação na área para atender às exigências legais que foram modificadas, como destaca Vizzotto (2020).

Na primeira oferta, o curso tinha todo o seu funcionamento sem o registro junto ao Ministério da Educação, o qual era realizado na época ao final do curso, após o término de todas as atividades pelos discentes. No entanto o dossiê encaminhado pela Instituição não estava correto e não foi aceito no Ministério da Educação, impedindo a expedição dos diplomas aos discentes. Na tentativa de resolver a questão, Valdereza Schmit e Claudio Malgarin (Assessor Jurídico da FAFRA) foram a Brasília para buscar uma solução, retornando com a autorização para expedição dos diplomas (VIZZOTTO, 2020).

Na busca pela continuidade da estruturação da pós-graduação *stricto sensu*, foi observado que o corpo docente da Instituição não permitiria a continuidade da oferta do Mestrado em Educação, tendo em vista a falta de profissionais com a titulação necessária na área. Dessa forma, a Instituição optou por não ofertar mais esse curso, realizou uma autoavaliação e direcionou seus esforços nas áreas em que já dispunha de corpo docente qualificado, fato que não chegou a ser concretizado enquanto FAFRA.

Diante desses desafios enfrentados pela Congregação no desempenho das atividades no contexto do ensino superior, a FAFRA foi adquirindo experiência e desenvoltura quanto à gestão da Instituição, visando sempre ao seu crescimento. Assim, em termos de ato empreendedor há duas ações significativas na trajetória da FAFRA: a sua criação e a oferta de novos cursos na graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*) com vistas ao crescimento da Instituição e sua

205 Fonte: FACULDADES FRANCISCANAS. **Cursos protocolados no MEC em 31/05/1996**. 1 p.

posterior transformação em Centro Universitário. A partir da unificação e criação da FAFRA, a Instituição ofertou, ao todo, dez (10) cursos de graduação, doze (12) cursos de pós-graduação *lato sensu*, e um (01) curso de pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, um número muito maior de cursos de graduação e pós-graduação do que quando da existência da FIC e da FACEM.

Compreende-se que, com a criação da FAFRA, a SCALIFRA-ZN continuou a envidar esforços no sentido de manter suas ações no que se refere ao desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria, haja vista os cursos novos que foram criados buscando cada vez mais ampliar o público de discentes na instituição. Dessa forma, buscou-se manter a estabilidade na oferta dos cursos de graduação já criados, mas inovando a partir da análise de mercado e criação de novos cursos de graduação e pós-graduação.

Quanto aos aspectos formulados por Machado (2009) sobre o empreendedorismo feminino, tem-se que a FAFRA também contribuiu para a modificação no contexto econômico em Santa Maria. Essa afirmativa decorre da análise dos dados da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria, que traz um estudo sobre os indicadores do município.

Assim, a partir do indicador econômico da FEE, o PIB do setor de serviços apresentou os seguintes valores: nos anos 1990, tinha-se vinte e dois milhões quatorze mil novecentos e quarenta e nove cruzados novos (NCZ\$ 22.014.949,00), o que equivale a um milhão quinhentos e trinta e dois mil setecentos e setenta e um reais com doze centavos (R\$ 1.532.771,12). Transcorridos alguns anos, em 1996, um (01) ano após a criação da FAFRA, os valores aumentaram para dois milhões duzentos e vinte e dois mil duzentos e noventa reais e quarenta e um centavos (R\$ 2.222.290,41). Percebe-se, pela apresentação desses números, o aumento significativo do PIB na área de serviços, no qual inserem-se as ações referentes à oferta do ensino superior particular na cidade. Dessa forma, enquanto Instituição de Ensino Superior particular, a FAFRA contribuiu com esse indicador a partir da prestação de serviços de ensino à comunidade acadêmica residente no município, mas também dos municípios do entorno da região central do estado.

Diante dessa conjuntura, segundo dados estatísticos²⁰⁶ de 1991, o contexto educacional de Santa Maria dispunha de: cento e setenta (170) escolas da rede municipal (de primeiro grau completo e incompleto tanto em zona rural como zona urbana), trinta e seis (36) escolas da rede estadual (de segundo grau, primeiro e segundo graus e de primeiro e segundo graus completos), três (03) escolas da rede particular (de segundo grau, primeiro e segundo graus), sete (07) cursos supletivos, dos quais os egressos poderiam vir a ser alunos da FAFRA.

206 Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Lei municipal n. 3.655, de 2 de julho de 1993.**

Considerando esses números referentes ao público alvo de possíveis alunos da Instituição, é compreensível a expansão da oferta de cursos no âmbito da FAFRA a fim de atender ao público discente de Santa Maria, que representava um amplo mercado em aberto.

Assim, entende-se que a presença da FAFRA contribuiu de forma significativa para o contexto econômico de Santa Maria, na medida em que os discentes da Instituição, oriundos da própria cidade ou de cidades do entorno, utilizaram os serviços de ensino da Instituição, mas muito frequentemente também de serviços de moradia, alimentação e atividades culturais, contribuindo com a geração de renda no município.

A fundação do Centro Universitário Franciscano surge a partir da transformação das Faculdades Franciscanas. Nesse sentido, o PDI (2002) referente ao período de 2003-2007 da Instituição, em uma retrospectiva histórica, apresenta alguns elementos que levaram à transformação da FAFRA em Centro Universitário.

As Faculdades Franciscanas iniciaram uma fase de crescimento pelo aumento de cursos de graduação e pós-graduação *lato-sensu*, ampliação de espaço físico, atualização do acervo bibliográfico, de laboratórios pedagógicos, implantação da avaliação institucional e organização do plano de carreira docente entre outros, o que possibilitou à Instituição, pensar na transformação das Faculdades Franciscanas em Centro Universitário (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, 2002, p. 7).

Com a constituição do Centro Universitário Franciscano, o primeiro elemento destacado por Dornelas (2007), o de inovação, evidencia-se, pois a legislação brasileira estava em processo de reformulação e criou a modalidade de centros universitários. Diante desse novo panorama, as Irmãs Franciscanas aproveitaram a oportunidade para, mais uma vez, reinventarem-se, pois sabiam que ainda não poderiam se tornar uma universidade (considerando que havia a necessidade de crescimento da oferta de cursos de graduação e pós-graduação, bem como o incremento na área de pesquisa), mas um outro passo poderia ser dado nessa caminhada, que começou a ser delimitada ainda com a criação da FAFRA.

Para além da própria constituição da UNIFRA, enquanto um centro universitário e não mais uma Faculdade, outro ponto de destaque no processo de inovação diz respeito à criação de cursos de graduação na Instituição. A partir de 1998, o quantitativo de novos cursos de graduação ofertados à comunidade foi sendo gradativamente aumentado, o que teve impacto direto no quantitativo de alunos matriculados na Instituição.

A reportagem publicada no jornal A Razão, de 4 de setembro de 1998, explicita um pouco dessas transformações, ou seja, o desejo de crescimento da Instituição tanto no que se refere à oferta de cursos de graduação e pós-graduação como à expansão de suas instalações prediais, além de abordar as principais

modificações em sua estrutura administrativa.

Nesse sentido, o periódico aborda as principais mudanças da Instituição, começando com a utilização de uma nova sigla: Unifran; a pretensão de aumento do número de cursos e das respectivas habilitações para vinte e quatro (sendo que atualmente há doze cursos, e até 1999 tem expectativa de ofertar mais cinco – Direito, Administração, Psicologia, Ciências Contábeis e Desenho Industrial); a reformulação da estrutura organizacional com a designação, pela Reitora, de professores para os cargos de Pró-reitores e para os cargos de Diretores de Área, a escolha dos coordenadores de curso pelos professores e as instâncias do Conselho Universitário e de Área para validar as decisões da Instituição.

Além destas, a reportagem cita a expansão física da Instituição com a construção de dois novos prédios e a contratação de professores para dar conta dos novos cursos, os quais já se encontram previamente selecionados. Diante do exposto, a Figura 95 traz a reportagem citada.

Figura 95 – Reportagem – Aumento do número de cursos da UNIFRA

Unifran quer dobrar cursos até 2.001
Número de vagas e novas habilitações vão ser anunciadas só no final deste ano

RICARDO POZZI
É um projeto novo, define o diretor das Faculdades Franciscanas (Fafrfa), Ineri Ripollé. Até 2.001, a instituição confessional, que vai agora se transformar em Centro Universitário Franciscano (Unifran) próximo oferece 24 habilitações – o dobro das que dispõe hoje. Tem autonomia para isso, quem não grande quanto a de uma universidade. No quartiere da sede, serão erguidos mais cinco mil metros quadrados, divididos em dois prédios, dentro de seis andares, que serão prontos em dezembro e março, respectivamente. "Tanta obra não veio só por as novas necessidades pelas próximas duas anos", garante.

Depois de esperar por 12 meses – um prazo-limite pela irmã comunista, em relação a outros pedidos – a instituição vai iniciar o corpo próprio. Até o mês que vem, serão nomeados o reitor (cargo que depende da definição da Sociedade Católica e Luterana Franciscana – Scallifra – mantenedora da Fafrfa), os quatro pró-reitores e os diretores das quatro áreas de conhecimento, que irão validar os novos cursos de ensino da UNIFRA.

Novos cursos de pós-graduação também estão previstos, no momento do trabalho de construção, o que se dará em dezembro do próximo ano.

Q ue vai mudar a partir de agora
SIGLA
O Centro Universitário Franciscano vai utilizar a sigla Unifran.
CURSOS E VAGAS
Serão criadas e aprovadas pelo Conselho Universitário, que vai ser eleito no outubro. A instituição é oferecer 24 habilitações até o ano 2.001.
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
A reitora designa quatro pró-reitores e faz a primeira contratação do quadro de docentes de áreas. Os professores da instituição escolhem os coordenadores de cursos. Os Conselhos Universitário e de Área dão seu voto sobre todas as instalações da casa.
PRO-REITORIAS
Serão quatro: Administração, Planejamento e Recursos Humanos, Administração (Graduação), Pós-Graduação e Pesquisa, e Assuntos Comunitários e Estudante.
ÁREAS
Também serão quatro: Letras e Comunicação; Ciências Biológicas e Saúde; Ciências Sociais e Humanas e Ciências Exatas.
CURSOS
São 12 hoje e poderão chegar a 17 em 99. Os cinco projetos de cursos que vão ser julgados pelo Conselho Universitário são: Direito, Administração, Psicologia, Ciências Contábeis e Desenho Industrial (Projeto de Produto).
ESPAÇO FÍSICO
Dois prédios (um de três andares e outro de seis) vão totalizar mais 5 mil metros quadrados, aumentando em 50% a capacidade física que hoje é disponível. A primeira etapa das obras vai estar finalizada em dezembro. A segunda, em março do ano que vem. Os trabalhos que hoje estão em andamento atenderão à demanda dos próximos dois anos.
DOCENTES
Para os novos cursos, os docentes para todas as disciplinas já estão previamente selecionados e devem ser contratados em 99. Seus nomes e currículos deverão ser enviados ao Mec. Novos professores deverão ser convocados por edital.

Tia da moto sofre acidente
A professora Lucy Duarte, 52 anos, trabalhava no Bico do Bojo, em Camobi, onde procurava um candidato para o dia municipal, quando foi surpreendida a professora teria derrubado com a moto na praça, que estava molhada. Com o impacto da máquina sobre a perna, Lucy teve torção de tornozelo e agora vai ter que utilizar uma faixa de reforço por cerca de seis meses.
Lucy: foi no momento em que estava fazendo uma entrevista para o Bico do Bojo, quando a moto caiu. Ela não estava usando capacete e a moto caiu sobre a perna. Ela não estava usando capacete e a moto caiu sobre a perna. Ela não estava usando capacete e a moto caiu sobre a perna.

Ministro defende autonomia
Brasília – O governo vai insistir na aprovação, no ano que vem, de uma proposta que quer assegurar autonomia às universidades. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que iniciou ontem oitavo dia de uma reunião que vai durar três dias, defendeu a importância do projeto do governo de FHC e a flexibilização curricular. "As universidades têm dados públicos transparentes com 10 ou 15 alunos, porque não há transferência de alunos das particulares, o objetivo é estabelecer uma política de inclusão", declarou. Outra proposta em debate na reunião é a criação de cursos "intermediários" para áreas específicas. "Os cursos são de baixo custo e de curta duração, e o objetivo é dar um curso de formação para quem não consegue entrar no ensino superior", afirmou.

CRACHÁS
Tipo Cartão de Crédito
Disponível em: Unifran
Com Código de Barras
Com Flexão
Em Qualquer Quantidade
FORZA Identificadores
(055) 274-0196
274-9884

Fonte: (UNIFRAN quer dobrar cursos até 2.001 – Número de vagas e novas habilitações vão ser anunciadas só no final deste ano. **A Razão**, Santa Maria, 4 set. 1998, p. 10).

Pode-se afirmar que o crescimento da Instituição a partir da oferta de novos cursos também está registrado no número de alunos matriculados na UNIFRA, quando comparados com anos anteriores. Nesse contexto, é relevante destacar o quantitativo de cursos de graduação presente em cada uma das Instituições que deram origem à UNIFRA ao longo dos anos, a fim de evidenciar em qual período houve o maior crescimento.

É pertinente destacar, ainda, que, dentro do quantitativo de cursos considerados, houve, em alguns anos específicos da UNIFRA (2º semestre de 2009 ao 1º semestre de 2010), a matrícula de turmas fechadas para o convênio realizado com os municípios do entorno, ofertando Cursos de licenciatura (Letras: Português, Geografia, História e Pedagogia: Anos Iniciais) e o Curso de bacharelado em Administração, o que aumentou o número total de cursos da Instituição. Essa modalidade, conhecida no âmbito da Instituição como cursos em regime especial, pode ser considerada uma inovação na busca do aumento do quantitativo de alunos para a Instituição, sendo mais um exemplo de perfil empreendedor destacado por Dornelas (2007), no quesito inovação.

Tal fato decorre da adaptação realizada para a oferta desses cursos, inicialmente no quesito relacionado ao horário e período de funcionamento, que, conforme já relatado no capítulo “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: Memórias/Fragmentos de uma Trajetória Educacional”, destacava a realização das aulas aos sábados ao longo do ano e em períodos concentrados durante os meses de férias (janeiro, fevereiro e junho). Além disso, outra adaptação realizada diz respeito ao valor das mensalidades, que tinham um valor diferenciado se comparado com o valor normal dos respectivos cursos.

Além disso, especificamente no 1º semestre de 2018, considerou-se como dois (02) cursos distintos as ofertas dos Cursos de bacharelado em Direito e Administração nos turnos diurno e noturno²⁰⁷, motivo pelo qual foram computados duas (02) vezes no quadro. No quadro 9, apresentam-se os dados referentes aos cursos de graduação presenciais e também na modalidade de Educação a Distância (EaD). A possibilidade de oferta de cursos de graduação na modalidade EaD foi uma iniciativa da UNIFRA, que acompanhou o contexto educacional nacional, e, junto com a oferta de cursos em regime especial, contribuiu para o aumento do número de alunos matriculados na Instituição.

207 A oferta de cursos em período diferenciado permite o seu cadastro junto ao Ministério da Educação como um curso independente, motivo pelo qual podem ser considerados como dois cursos.

Quadro 9 – Número de cursos de graduação por Instituição

| Instituição | Período | Quantitativo de cursos |
|---------------|-----------------|------------------------|
| FACEM | 1955-1995 | 01 |
| FIC | 1955-1973 | 11 |
| FIC | 1974-1995 | 10 |
| FAFRA | 1996-1º/1998 | 10 |
| UNIFRA | 2º/1998-2004 | 36 |
| UNIFRA | 2005-2011 | 42 |
| UNIFRA | 2012-2017 | 36 |
| UNIFRA | 1º/2018 | 37 |
| UFN | 2º/2018-1º/2020 | 42 |

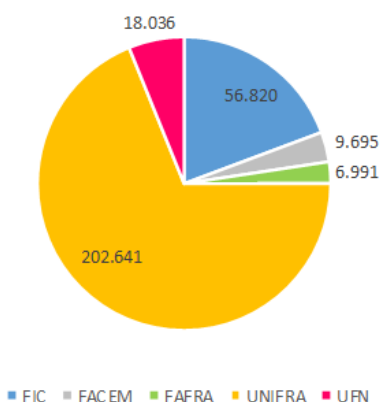
Fonte: (Luciana Souza de Brito, elaborado a partir de dados do Gabinete da UFN, 2020).

Percebe-se que, durante as ações da UNIFRA, o crescimento na oferta de cursos foi significativo e se manteve relativamente constante. Houve apenas um pequeno decréscimo na oferta de cursos entre os anos de 2005 e 2011, quando cinco (05) cursos tiveram suas atividades encerradas, sendo estes: Matemática Aplicada Computacional (última matrícula no 2º semestre de 2007), Economia (última matrícula em 2011), além dos cursos do convênio – Geografia (última matrícula no 2º semestre de 2008), História (última matrícula no 1º semestre de 2007) e Letras: Português (última matrícula no 2º semestre de 2008).

Dessa forma, visando evidenciar esse crescimento, desenvolveu-se também o Gráfico 1, no qual consta uma síntese numérica do total de alunos matriculados em cada Instituição (FIC, FACEM, FAFRA, UNIFRA, UFN), do ano de 1955 ao primeiro semestre de 2020. Esses dados permitem uma visualização real do aumento do número de alunos matriculados a partir da variada oferta de cursos de graduação.

Gráfico 1 – Alunos matriculados na graduação (1955-1º/2020)

Número de alunos matriculados



Fonte: (Luciana Souza de Brito, elaborado a partir de dados do Gabinete da UFN, 2020).

Percebe-se, também, a partir dos dados apresentados no Gráfico 1, que é com a UNIFRA que se tem o maior número de alunos matriculados, pois, ao longo de vinte (20) anos, chegou-se a um número quase quatro vezes maior do que no período de atuação da FIC, que teve quarenta (40) anos de funcionamento até sua transformação em FAFRA. Isso decorre da quantidade de cursos ofertados associado à proporção de anos de atuação de cada Instituição. Assim, apesar de o número de cursos da UFN ser alto, o número de alunos matriculados na graduação ainda não ultrapassou o quantitativo da FIC e da UNIFRA, considerando sua existência de apenas dois (02) anos. Dessa forma, até o momento, entre todas as Instituições, a UNIFRA é a que apresenta o maior aumento em termos de oferta de cursos e alunos matriculados, o que comprova o crescimento da Instituição.

Tendo em vista os dados apresentados sobre a graduação, buscou-se também evidenciar como se deu o crescimento da oferta de cursos e de matrículas no âmbito da pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*. No Quadro 10, a seguir, consta uma síntese numérica dos cursos ofertados nos respectivos períodos de funcionamento de cada Instituição de ensino superior da Congregação das Irmãs Franciscanas.

Quadro 10 – Número de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* por Instituição

| Instituição | Período | Quantitativo de cursos | | |
|---------------|--------------|--|--|--|
| | | (<i>Lato sensu</i> – especialização) | (<i>Stricto sensu</i> – mestrado) | (<i>Stricto sensu</i> – doutorado) |
| FACEM | 1984-1993 | 01 | 00 | 00 |
| FIC | 1976-1995 | 19 | 00 | 00 |
| FAFRA | 1996-1997 | 12 | 01 | 00 |
| UNIFRA | 1998-2017 | 82 | 09 | 02 |
| UFN | 2018-1º/2020 | 37 | 06 | 02 |

Fonte: (Luciana Souza de Brito, elaborado a partir de dados do Gabinete da UFN, 2020).

Diante desses dados, é preciso considerar algumas particularidades da oferta da pós-graduação *lato sensu*, pois alguns cursos foram ofertados apenas em um (01) ano, sem uma sequência de oferta, como na graduação, assim como atendiam áreas que não tinham representação em outras Instituições de Ensino Superior de Santa Maria.

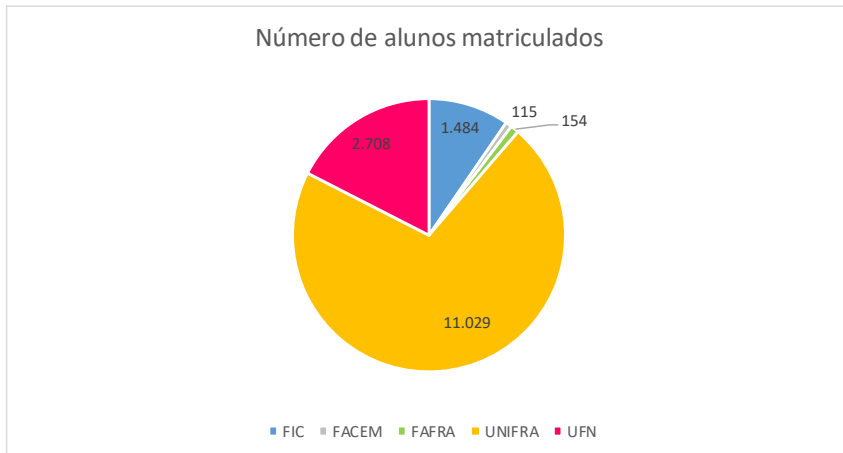
Uma outra particularidade a ser mencionada refere-se ao quantitativo de cursos de mestrado que, no período da UNIFRA, era de nove (09) e baixou para seis (06) com a UFN. Esse registro ocorre, pois considerou-se na UNIFRA as ofertas dos cursos interinstitucionais com a PUCRS e UFRGS, já mencionados anteriormente quando da construção da trajetória dessa Instituição, além do Mestrado em

Educação, o qual teve apenas uma turma ofertada e posteriormente foi encerrado.

Considerando a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, optou-se por desenvolver gráficos a fim de apresentar o quantitativo de alunos matriculados, tal como foi realizado com os dados referentes aos alunos da graduação. Esses dados permitem uma visualização real do aumento do número de alunos matriculados ao longo dos anos nos respectivos cursos, quando alguns tiveram um maior interesse que outros.

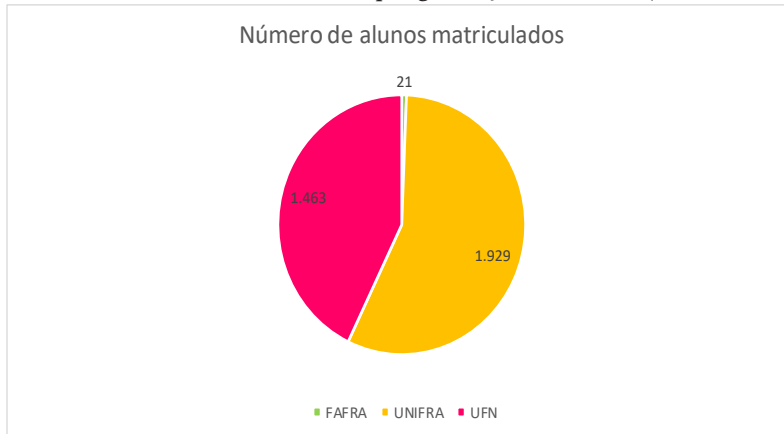
O Gráfico 2 – Alunos matriculados na pós-graduação *lato sensu* (1984-1º/2020), e Gráfico 3 – Alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu* (1996-1º/2020) apresentam, portanto, uma síntese numérica do total de alunos matriculados em cada Instituição (FIC, FACEM, FAFRA, UNIFRA, UFN) nos respectivos períodos citados.

Gráfico 2 – Alunos matriculados na pós-graduação *lato sensu* (1984-1º/2020)



Fonte: (Luciana Souza de Brito, elaborado a partir de dados do Gabinete da UFN, 2020).

A partir da visualização do Gráfico 1, assim como nos cursos de graduação, percebe-se que a maior concentração de alunos está no período da UNIFRA, considerando o maior número de cursos e o tempo de existência da Instituição. A UFN, com apenas dois (02) anos de existência apresenta um percentual de cursos menor, além de tempo de existência menor do que a UNIFRA, é a segunda Instituição com maior número de alunos, com tendência de expansão, considerando que ainda vai ofertar inúmeros outros cursos ao longo de sua existência.

Gráfico 3 – Alunos matriculados na pós-graduação *stricto sensu* (1996-1º/2020)

Fonte: (Luciana Souza de Brito, elaborado a partir de dados do Gabinete da UFN, 2020).

No que diz respeito aos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, sua maior oferta e incidência ocorre no período da UNIFRA. No período de existência da UFN, o número de cursos de mestrado é reduzido de nove (09), no período da UNIFRA, para seis (06) cursos, enquanto que há uma manutenção do número de cursos de doutorado. Esse número, entretanto, não faz com que haja uma grande disparidade entre o número de alunos matriculados em ambos os períodos, pois, ao observar os números do Gráfico 3, percebe-se uma diferença de quatrocentos e sessenta e seis (466) alunos entre o período de existência das duas Instituições (UNIFRA e UFN). Entende-se que esse número tende a diminuir com o aumento do número de matriculados no decorrer das atividades da UFN ao longo dos próximos anos.

Por fim, considerando os dados quantitativos apresentados sobre o número de cursos e de alunos matriculados na graduação e pós-graduação, percebe-se que houve um crescimento, especificamente com a criação da UNIFRA. Em autoavaliação realizada acerca de suas ações constatou-se que

o Centro Universitário Franciscano realizou significativo avanço na proposta institucional, o aumento do número de cursos de graduação, de pós-graduação *lato-sensu* e de extensão, foi acompanhado da decisão pela qualidade acadêmica que perpassa o fazer institucional na gestão e em todas as atividades acadêmicas dentre as quais se destacam: o funcionamento do plano institucional de capacitação docente, o estabelecimento de convênios com outras IES para realização de cursos de mestrado interinstitucionais em vista da capacitação docente, a elaboração do projeto político pedagógico de cada curso com o objetivo de qualificar o trabalho docente e os cursos de graduação [...] (CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO, 2012, p. 7).

A partir dos dados apresentados sobre o aumento de cursos e número de

matriculados, percebe-se que o quesito inovação foi plenamente atendido pela UNIFRA, contemplando um dos elementos referentes ao ato empreendedor postulado por Dornelas (2007).

Outro aspecto analisado refere-se ao aproveitamento de recursos, segundo elemento apresentado por Dornelas (2007) no processo empreendedor, e este tem uma vasta aplicação no decorrer das atividades do Centro Universitário Franciscano, principalmente no que se refere aos recursos das instalações físicas. Nesse sentido, Rupolo e Pederiva (2018, p. 53) destacam que,

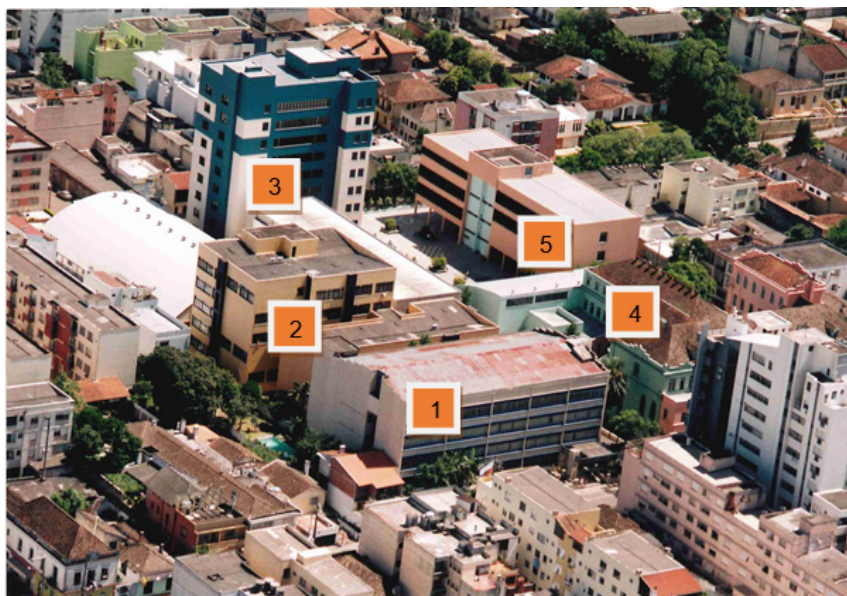
na modalidade acadêmica de Centro Universitário, expandiu-se a estrutura física de prédios e ambientes para o ensino, a pesquisa e a gestão. Fez-se a aquisição e atualização de equipamentos para laboratórios e ensino e de pesquisa, recursos tecnológicos de informação e comunicação e demais tecnologias, sempre acompanhadas por capacitação profissional e implementação de respectivas normas de orientações acadêmicas, o que proporcionou qualificação em todos setores da Instituição.

Dessa forma, Pereira e Queruz (2020) lembram que a estratégia de expansão física adotada entre os anos 1980 e 2000 compreendia a ocupação e adequação do interior do quarteirão onde situava-se o núcleo central da Instituição (Conjunto I). Assim, ações foram promovidas no sentido de interligação dos prédios e acesso facilitado. Um destaque do período foi a construção do prédio da administração central, o qual modificou a configuração espacial do quadrante em que se situam as instalações da Instituição na cidade. Assim, as ações de expansão física iniciam-se na FAFRA (sem evidências externas) e ficam visíveis durante a constituição e crescimento da UNIFRA.

A Figura 96 traz um registro da concentração espacial dos prédios da UNIFRA, considerando o núcleo central da Instituição, onde optou-se por inserir uma numeração para identificação dos espaços físicos. Assim, o prédio n. 1 é de salas de aula (prédio inicial da FIC e posteriormente da FAFRA); o prédio n. 2 é administrativo, com a biblioteca e salas de coordenação de professores; o prédio n. 3 corresponde à administração central da UNIFRA, com as unidades de Pró-reitorias, Reitoria e Conselho Universitário; o prédio n. 4 é o Colégio Sant'Anna e o n. 5 seu anexo. Dessa forma, percebe-se, no registro, a disposição dos prédios, com aproveitamento total do espaço físico do terreno.

A imagem consiste em uma fotografia aérea, produzida por profissional não identificado, em tamanho 18x20 cm, com cromia colorida. O sentido da imagem parte da Rua dos Andradas n. 1614 (não visível na imagem), referente ao prédio n. 1, gênese da sua trajetória institucional. Infere-se que sua data de produção seja entre os anos 1990 e 2000, sendo que a imagem faz parte de um conjunto de fotografias aéreas dos prédios da Instituição produzidas pelo mesmo profissional.

Figura 96 – Vista aérea das instalações físicas do Conjunto I da UNIFRA



Fonte: (Acervo fotográfico da UFN, 199-/200-).

Considerando essa gradativa expansão física, destaca-se como um exemplo de aproveitamento de recursos físicos a implementação do primeiro módulo do Conjunto III, situado à Rua Silva Jardim, n. 1175, a partir da reforma e restauração do prédio²⁰⁸ do Orfanato São Vicente de Paulo, também conhecido como Educandário São Vicente de Paulo²⁰⁹. Esse prédio foi inicialmente utilizado pelas Irmãs Franciscanas para o ensino primário, junto às atividades do Orfanato São Vicente de Paulo, no ano de 1914, sendo que o fim das atividades de ensino primário ocorreu em 24 de maio de 1998.

Na Figura 97, a seguir, visualiza-se o prédio n. 13, do Conjunto III da UNIFRA. Decorre de uma imagem colorida, sem identificação de dimensão e autoria, do acervo da Instituição, publicado em reportagem da Agência de Notícias Central Sul, em 2014.

²⁰⁸ De acordo com Guma (2020), as atividades de restauração do prédio ocorreram entre os anos de 2000 e 2001 sob responsabilidade da SCALIFRA-ZN.

²⁰⁹ A nomenclatura dessa Instituição também pode ser identificada como Orfanato São Vicente de Paula, em diferentes obras bibliográficas e fontes jornalísticas há essa menção, no entanto, o termo correto é Orfanato São Vicente de Paulo.

Figura 97 – Prédio do antigo Educandário São Vicente de Paulo após reforma



Fonte: (Agência de Notícias Central Sul, 2014, [s/p]).

A cerimônia de inauguração das instalações do antigo prédio do Orfanato São Vicente de Paulo ocorreu em 28 de junho de 2003, quando foi instalada uma placa de agradecimento a Dom Ivo Lorscheiter²¹⁰, Bispo Diocesano de Santa Maria, pela doação desse patrimônio à SCALIFRA-ZN.

Na próxima imagem, Figura 98, de tamanho 20x18 cm, com cromia colorida, sem identificação de autoria, aparece Dom Ivo Lorscheiter, em frente às placas comemorativas, no dia da inauguração. A primeira delas, à esquerda da imagem, traz uma síntese cronológica das ações desenvolvidas nas instalações prediais, desde 1913 até 2003, e a segunda placa, à direita da imagem, refere-se ao texto de agradecimento da UNIFRA pela doação das instalações físicas a Dom Ivo Lorscheiter. Segundo Padoin (2020), Dom Ivo acompanhou e incentivou muito as ações das Irmãs Franciscanas, desde a estruturação da FAFRA, e apoiou a criação da Universidade. Também participava de reuniões com professores para abordar documentos da Igreja Católica que continham orientações para as Instituições católicas de ensino superior.

²¹⁰ Dom Ivo foi ordenado sacerdote em Roma, em dezembro de 1952. No Brasil, trabalhou no Seminário Menor de Gravataí. Em 1965, foi nomeado bispo auxiliar de Porto Alegre e, no ano seguinte, foi ordenado bispo na Catedral Metropolitana. Ele assumiu a diocese de Santa Maria em 21 de abril de 1974. Foi secretário-geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil de 1971 a 1979, entidade que presidiu de 1979 a 1987. Em 24 de março de 2004, o papa João Paulo II aceitou a renúncia de Dom Ivo por causa da idade. Fonte: *website* GLOBO.COM, 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL9115-5598,-00-DOM+IVO+LORSCHTEITER+MORRE+NO+RS.html>>. Acesso em: 4 maio 2020.

Figura 98 – Dom Ivo Lorscheiter, em frente às placas comemorativas de instalação do Conjunto III da UNIFRA



Fonte: (Acervo fotográfico da UFN, 28/06/2003).

Ainda referente ao Conjunto III, a Figura 99, inserida na sequência, traz uma vista aérea do conjunto de prédios que se referem a essa unidade, de tamanho 20x18 cm, com cromia colorida, sem identificação de autoria, produzida entre os anos 1990 e 2000, faz parte do mesmo conjunto de imagens que deu origem a Figura 96. Essa imagem compreende os seguintes espaços: o primeiro deles, situado à Rua Silva Jardim, n. 1175 (destacada na imagem com a seta), consiste no prédio 13, reformado do Educandário São Vicente de Paulo e identificado na imagem com o número 1; além deste, tem o prédio 16²¹¹, assinalado na imagem com o número 2.

Como parte integrante do Conjunto III, localizado na Rua dos Andradas, n. 1250, há o prédio 17, assinalado na Figura 99 com o número 3, referente às instalações das clínicas da saúde. Os respectivos prédios 16 e 17 são exemplos da expansão física da UNIFRA em prol da criação de espaços para o crescimento e desenvolvimento dos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição nas mais diversas áreas do conhecimento.

211 O prédio 16 do Conjunto III foi concluído em dezembro de 2011, estando disponível para a comunidade acadêmica a partir do 1º semestre de 2012 (JORNAL DA UNIFRA, 2011).

Figura 99 – Vista aérea das instalações físicas do Conjunto III da UNIFRA



Fonte: (Acervo fotográfico da UFN, 199-/200-).

Diante do exposto, pode-se afirmar que os elementos referentes à iniciativa e utilização de recursos disponíveis, identificados por Dornelas (2007) como elementos do perfil empreendedor, foram plenamente cumpridos pela UNIFRA no decorrer de sua constituição e trajetória.

O último elemento postulado por Dornelas (2007), referente à aceitação de riscos também pode ser percebido na trajetória desta Instituição de Ensino Superior. Tem-se como exemplos deste perfil empreendedor, inicialmente, os riscos envolvidos no processo de constituição do Centro Universitário Franciscano. Como destacado anteriormente a iniciativa de transformação de uma Faculdade em Centro Universitário foi acompanhada de perto pela SCALIFRA-ZN, mas também por um grupo de trabalho do CODESMA. Assim, a aceitação do risco se insere na possibilidade de insucesso da iniciativa.

Além disso, outro exemplo de aceitação de risco refere-se à criação dos cursos de graduação e pós-graduação, os quais, a cada oferta precisavam manter um número mínimo de ingressantes (variável a cada curso) para que os custos inerentes ao seu desenvolvimento pudessem ser mantidos e dar retorno financeiro para a Instituição e sua mantenedora. Esse é um risco constante em todas as Instituições de ensino particulares, sejam elas de ensino primário, secundário ou superior.

No caso da UNIFRA, uma forma inovadora de buscar a manutenção do número de alunos em um curso específico, e que demonstrou conhecimento do mercado em que se insere, diz respeito à oferta de cursos de graduação

em turmas fechadas, a partir de convênio específico realizado com prefeituras municipais do entorno de Santa Maria, na modalidade de regime especial. O convênio ofertou turmas nos cursos de Pedagogia: Anos Iniciais (a partir do 2º semestre de 1999), História e Geografia (a partir de 2003), Administração (a partir de 2004), e Letras: Português (a partir de 2005) e contribuiu de forma efetiva para o aumento do número de alunos matriculados, bem como na formação dos indivíduos que ingressaram na Instituição.

Além dessa experiência na graduação, teve-se a oferta de cursos de pós-graduação. Nesse contexto, um curso que contribuiu promovendo a modificação do contexto social como um resultado da sua implementação foi o Curso de Especialização em Museologia, que formou uma única turma em 2002. Resultado de um convênio firmado entre a UNIFRA, a Secretaria de Cultura do Governo do Estado do RS e o Sistema Estadual de Museus, tinha por propósito formar profissionais que pudessem atuar nas instituições culturais do interior do estado, tendo em vista a política de museus que estava sendo planejada. A grade de professores tinha pessoas de diferentes estados, como Bahia e Rio de Janeiro, sendo que o seu deslocamento e estadia foi custeado pelo Sistema Estadual de Museus. Além disso, houve a participação de aproximadamente vinte (20) municípios, os quais contribuíram cuidando do deslocamento de seus representantes, sendo que as aulas ocorriam na sexta e sábado (NASCIMENTO JUNIOR, 2020).

Ainda sobre a oferta do Curso de Especialização em Museologia, de acordo com Nascimento Junior (2020), houve a capacitação de profissionais na área, os quais fomentaram a criação e/ou fortalecimento de diferentes Museus em Santa Maria e região, a exemplo do Museu Treze de Maio e Museu Diácono João Luiz Pozzobon. Além disso, considera-se que o Curso agiu como um semeador da área de Museologia, o que contribuiu para que, anos mais tarde, fossem criados os cursos de graduação em Museologia em duas Universidades no RS, a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em 2006, e a UFRGS, em 2008.

A partir das discussões apresentadas, conclui-se que a UNIFRA, ao longo de sua criação e desenvolvimento, apresentou os três elementos postulados por Dornelas (2007) e que alguns deles ocorreram de forma concomitante, como no caso da iniciativa de oferta de novos cursos ser entendida, ao mesmo tempo, como um exemplo de ação inovadora e de aceitação de riscos.

Quanto ao contexto econômico, citado por Machado (2009) como um elemento característico do empreendedorismo feminino, utilizou-se como fonte de análise os dados do estudo sobre os indicadores do município, realizado pela Fundação de Economia e Estatística, os quais apresentam o Produto Interno Bruto entre os anos de 1998 e 2011, conforme Quadro 11.

Os dados demonstram que o setor de serviços foi uma área do município

de Santa Maria que teve um crescimento constante ao longo dos anos em que o estudo foi realizado, considerando o período de 1998 a 2011. A excepcionalidade ocorre apenas entre os anos 2000 e 2001, em que se percebe uma ausência de crescimento, período em que os dados apresentam mais uma estagnação do que um decréscimo de valores. No entanto, nos próximos anos, o crescimento é constante, o que permite afirmar que, nesses anos, a UNIFRA, enquanto Instituição de Ensino Superior gerenciada pela SCALIFRA-ZN, inserida na área de prestação de serviços, contribuiu com esses valores.

Quadro 11 – Valores do PIB de Santa Maria no período de 1998 a 2011

| ANO | PIB |
|-------------|------------------|
| 2011 | R\$ 3.314.676,00 |
| 2010 | R\$ 3.257.568,49 |
| 2009 | R\$ 2.992.036,18 |
| 2008 | R\$ 2.954.794,64 |
| 2007 | R\$ 2.956.226,81 |
| 2006 | R\$ 2.784.427,66 |
| 2005 | R\$ 2.631.645,85 |
| 2004 | R\$ 2.517.765,17 |
| 2003 | R\$ 2.460.934,34 |
| 2002 | R\$ 2.493.599,14 |
| 2001 | R\$ 2.273.404,71 |
| 2000 | R\$ 2.349.301,99 |
| 1999 | R\$ 2.397.593,08 |
| 1998 | R\$ 2.312.110,60 |

Fonte: (Agência de Desenvolvimento de Santa Maria, com base nos dados da FEE, 2011).

No período posterior a 2011, os indicadores econômicos relacionados à prestação de serviços não foram disponibilizados no *site* da Agência de Desenvolvimento de Santa Maria, estando disponíveis no *website* da Fundação de Economia e Estatística os dados referentes ao período de 2012 a 2015, conforme detalhado no Quadro 12.

Quadro 12 – Valores do PIB de Santa Maria no período de 2012 a 2015

| ANO | PIB |
|------|------------------|
| 2015 | R\$ 4.874.044,52 |
| 2014 | R\$ 4.940.803,60 |
| 2013 | R\$ 4.360.695,67 |
| 2012 | R\$ 3.799.131,26 |

Fonte: (Fundação de Economia e Estatística, 2017).

Em uma primeira análise, os dados permitem inferir que as atividades referentes ao setor de serviços continuaram em um crescente, no entanto, no ano de 2015, houve um pequeno decréscimo se comparado com o ano anterior, ainda que o valor represente 50% do valor inicialmente identificado nos anos 1998, quando do início das atividades da UNIFRA. Especificamente sobre o ano de 2014, uma reportagem da Gaúcha ZH²¹² destaca que as ações de comércio e serviços em Santa Maria representaram 80% do PIB da cidade, justamente no ano que teve o maior valor atrelado à área de prestação de serviços. Assim, entende-se a importância desse setor no contexto econômico do município e das Instituições nele inseridas.

Analisados os aspectos empreendedores relacionados à constituição da FAFRA e UNIFRA, na próxima subunidade, são abordadas as ações empreendedoras desenvolvidas nos anos 2000, a partir do estudo da trajetória da UFN.

3.3 Ações empreendedoras a partir dos anos 2000: UFN

Sobre a Universidade Franciscana, criada em 2018, a partir da UNIFRA, pode-se afirmar que a Instituição tem buscado dar continuidade a uma trajetória institucional que, em 2020, completa sessenta e cinco (65) anos dedicados ao ensino superior na cidade de Santa Maria, sob a gestão da SCALIFRA-ZN, com a presença constante das Irmãs Franciscanas pertencentes a esta Congregação religiosa. Para Correa (2019, [s/p]), a UFN teve um crescimento significativo, em que

a Instituição conquistou um patamar universitário construído mediante um projeto que direcionou sua (re)organização e (re)conhecimento. O desenvolvimento alcançado resulta da visão empreendedora e comprometida com a inovação na educação, transformando o Centro Universitário Franciscano (1998) em Universidade Franciscana (2018).

212 Fonte: COMÉRCIO e serviços representam mais de 80% do PIB de Santa Maria. **GaúchaZH**. 28 mar. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2017/03/comercio-e-servicos-representam-mais-de-80-do-pib-de-santa-maria-c-j5wmsd601wkbxbj0udmroz9q.html>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

Assim, pode-se afirmar que o primeiro elemento postulado por Dornelas (2007), que se refere à inovação, foi atingido quando da constituição da UFN. O elemento inovador diz respeito a SCALIFRA-ZN conseguir alcançar mais essa conquista, ou seja, a transformação da UNIFRA em Universidade. Essa transformação foi sendo construída passo a passo, pela Congregação desde a constituição da FAFRA, em 1995, conforme relato nas fontes documentais pesquisadas e inseridas no capítulo em que se abordou a trajetória história das Instituições de Ensino Superior gerenciadas pela SCALIFRA-ZN. Era, portanto, um objetivo a ser alcançado a partir do trabalho com a comunidade acadêmica, professores e funcionários.

Com relação aos demais elementos postulados por Dornelas (2007) acerca do ato empreendedor, que dizem respeito à aceitação de riscos e ao aproveitamento de recursos, estes também foram assumidos pela Congregação quando da realização dessa transformação.

O risco estava presente na negativa do processo encaminhado ao Ministério da Educação, pois a preparação para transformação em UFN ocorreu ao longo de vários anos, com a participação da comunidade acadêmica da Instituição. Os desafios do processo estiveram relacionados ao encaminhamento dos documentos ao Ministério da Educação e ao tempo de espera da resposta, que foi dada em março de 2018.

Já no que concerne ao aproveitamento de recursos, estes ocorreram de forma integral nos espaços físicos, na infraestrutura administrativa e nos recursos humanos provenientes da UNIFRA. Ou seja, da mesma forma como ocorreu quando da transformação da FAFRA em UNIFRA. Assim, a SCALIFRA-ZN aproveitou a experiência adquirida na prática para continuar o seu desenvolvimento.

Nesse contexto, compreende-se que, no período de 2018 a 2021, o ato inovador que tem mais destaque na trajetória da UFN é a sua própria constituição, considerando o curto período de tempo a ser avaliado.

No que diz respeito ao entendimento do contexto econômico proposto por Machado (2009), ainda não foram produzidos dados pela FEE que compreendam o período da UFN, motivo pelo qual não se pode analisar esse quesito. No entanto um dado chama a atenção: no dia 27 de agosto de 2020, a Instituição realizou sua primeira formatura não solene *on-line*²¹³, a partir do uso da plataforma Microsoft Teams, tendo em vista a pandemia de covid-19, e atingiu um marco: o número de vinte e quatro (24) mil estudantes formados ao longo da sua trajetória (UNIVERSIDADE FRANCISCANA, 2020). Esse fato contribuiu para demonstrar a relevância da Instituição, que, ao longo dos seus 65 anos de

213 A cerimônia de formatura foi transmitida pelo canal do Youtube da UFN TV.

existência, vem, gradativamente, formando profissionais para a sociedade.

Embora o recorte da pesquisa seja o período de 1953 a 2018, optou-se por inserir um olhar um pouco mais abrangente, considerando o tempo presente, motivo pelo qual inseriram-se informações relativas a 2020, a fim de contextualizar as argumentações apresentadas.

O próximo capítulo diz respeito ao estudo do ato empreendedor no contexto de criação da Universidade de Santa Maria e a contribuição das Irmãs Franciscanas nesse processo.

CAPÍTULO 4

MULHERES EMPREENDEDORAS NO ENSINO SUPERIOR: A CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA

Neste capítulo, procurou-se demonstrar como a ação empreendedora da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã configurou-se como um fator preponderante para a constituição e o desenvolvimento da Universidade de Santa Maria.

Assim, enfatiza-se, nesta etapa da pesquisa, a apresentação de elementos sobre a importância e o papel das Instituições agregadas (FIC, FACEM, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Direito), além das faculdades integrantes (Farmácia e Medicina) para constituição nos anos 1960 da USM²¹⁴. Com destaque especial, é abordada a atuação da FIC e da FACEM, como unidades gerenciadas pela SCALIFRA-ZN, mantenedora das Irmãs Franciscanas, que consistem no objeto de estudo desta pesquisa.

Nesse contexto, parte-se do entendimento do termo agregação, que já era utilizado no âmbito de algumas universidades brasileiras durante a década de 1950, porém não havia uma legislação própria acerca da conceituação e delimitação do tema.

A primeira legislação a abordar o conceito de faculdades agregadas foi o Decreto n. 50.066, de 25 de janeiro de 1961, sendo permitido, conforme art. 1º, aos estabelecimentos de ensino superior solicitar a agregação mediante a realização de convênio, requerido pelas entidades mantenedoras e com o aceite registrado no Estatuto da Universidade.

Além disso, a agregação poderia ser solicitada visando cumprir metas específicas, como a orientação, a fiscalização e o aperfeiçoamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, mas sem a interferência da Universidade na administração (patrimonial e financeira) na Instituição agregada (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, 1961). Esse decreto esteve vigente até sua revogação pelo Decreto n. 51.129, de 2 de agosto de 1961.

²¹⁴ É importante lembrar que a USM foi criada a partir da união de diferentes Instituições, as Faculdades Agregadas (FIC, FACEM, e Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas), Faculdades Integrantes (Farmácia e Medicina), Faculdade de Odontologia, Instituto Eletrotécnico (do Centro Politécnico).

Além desses dois ornamentos jurídicos, no Parecer n. 118, da Comissão de Ensino Superior do Ministério da Educação²¹⁵, também se discutiu o assunto, tendo em vista buscar um entendimento frente à Lei de Diretrizes e Bases (1961)²¹⁶ e a condição de estabelecimento isolado ou faculdade isolada²¹⁷. Nesse sentido, consta no documento que, com a agregação, a faculdade agregada continuaria a gozar de personalidade jurídica própria, conforme disposto no art. 9 do Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931.

Art. 9º As universidades gozarão de personalidade jurídica [sic] e de autonomia administrativa, didactica [sic] e disciplinar, nos limites estabelecidos pelo presente decreto, sem prejuízo [sic] da personalidade jurídica [sic] que tenha ou possa ser atribuída [sic] pelos estatutos universitários [sic] a cada um dos institutos componentes da universidade (BRASIL, 1931, [s/p]).

Por fim, o Parecer n. 118 dispunha que “[...] a agregação é compatível com o regime da Lei de Diretrizes e Bases e não importa para a escola agregada, na perda de sua condição de estabelecimento isolado” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [s/d], p. 3).

As referidas legislações buscavam definir e delimitar o emprego da agregação no âmbito do ensino superior brasileiro. Nesse sentido, após essa breve retrospectiva de como o termo foi empregado, parte-se para o entendimento, nesta pesquisa, de como este foi utilizado na criação da Universidade de Santa Maria em 1960.

A criação da UFSM teve como ponto fundamental a reunião de algumas Instituições, seja como faculdades agregadas, seja como faculdades integrantes. O termo de faculdades integrantes foi adotado após reunião realizada com a presença de Tarso Dutra, a fim de diferenciar das faculdades agregadas, que eram as Instituições particulares, que tinham como mantenedoras congregações religiosas (ZAMPIERI, 2011).

Como já mencionado no capítulo “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: Memórias/Fragmentos de uma trajetória educacional”, as faculdades agregadas eram formadas pelas Instituições gerenciadas pelos Irmãos

215 A cópia do Parecer n. 118 a que se teve acesso não tem data de emissão, mas acredita-se que tenha sido expedido entre a década de 1960 e 1970. Foi localizado entre os documentos inseridos no Livro n. 113 – Indicação dos professores do CFE e Correspondência recebida MEC 1968 a 1977 do Arquivo da UFN.

216 As diretrizes e bases da educação a que se refere o Parecer n.118 são regidas pela Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Segundo Cavalcante (2000), essa legislação foi sucedida pelas Leis n. 5.692, de 11 de agosto de 1971 e n. 5.540, de 28 de novembro de 1968, sendo posteriormente atualizada em sua última versão: a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

217 As faculdades isoladas são definidas como Instituições de Ensino Superior que, em geral, desenvolvem um ou mais cursos, com estatutos próprios e distintos para cada curso.

Maristas (no caso da Faculdade de Direito e Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas) e pelas Irmãs Franciscanas (no caso da FIC e da FACEM) e integraram o núcleo base de constituição da USM.

Ocorre que a legislação sobre o ensino superior da época ressaltava a necessidade de atendimento de alguns critérios específicos para constituição de uma Universidade. Assim, o Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931, destacava os requisitos para a constituição de uma Universidade, conforme disposto no art. 5:

Art. 5º A constituição de uma universidade brasileira deverá atender às [sic] seguintes exigências [sic]:

I - congregar em unidade universitária [sic] pelo menos três dos seguintes institutos do ensino superior: Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina, Escola de Engenharia e Faculdade de Educação Ciências e Letras;

II - dispôr de capacidade didactica, ahi compreendidos [sic] professores, laboratórios [sic] e demais condições necessárias [sic] ao ensino eficiente [sic];

III - dispôr de recursos financeiros concedidos pelos governos, por instituições privadas e por particulares, que garantam o funcionamento [sic] normal dos cursos e a plena eficiencia [sic] da actividade universitária [sic]:

IV - submeter-se [sic] às normas geraes instituídas [sic] neste Estatuto (BRASIL, 1931, [s/p]).

Ao aplicar o disposto no art. 5 do referido decreto à realidade de Santa Maria, entre as Faculdades necessárias para a constituição de uma Universidade, tem-se a necessidade de integrar a Faculdade de Medicina (existente desde 1931) às Instituições particulares: Faculdade de Direito (dos Irmãos Maristas) e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (das Irmãs Franciscanas). Nesse contexto, Bernardi (1981, p. 28) relembra essa questão e enfatiza a importância da existência de uma Faculdade de Filosofia entre as Instituições que compõem o núcleo formador da USM.

E não será demais garantir que a sua existência e o seu conceito foram fatores concorrentes e até necessários, a facilitar a criação da Universidade de Santa Maria, se considerarmos que a legislação do ensino à época previa que, para a formação de nova Universidade eram necessárias 4 ou 5 Faculdades, entre as quais, uma de Filosofia, Ciências e Letras, como formadora da massa crítica para o sistema.

Assim, a FIC, Instituição pertencente à Congregação das Irmãs Franciscanas, foi essencial para que houvesse a iniciativa de criação da USM. As demais Instituições foram importantes para compor o número necessário de Faculdades, no entanto, sem as três Faculdades imprescindíveis (Medicina, Direito e FIC), um dos dispostos na legislação não seria atendido.

Ao buscar compreender os elementos do ato empreendedor no processo

de constituição da USM a partir da contribuição das Irmãs Franciscanas, elencaram-se algumas reflexões. Assim, é pertinente lembrar que, segundo Dornelas (2007), três elementos devem ser analisados a fim de comprovar a existência do ato empreendedor, sendo eles: a iniciativa, a utilização de recursos disponíveis e a aceitação dos riscos.

Refletindo como ocorreu a etapa da iniciativa, entende-se que a criação da USM é uma obra que teve na figura do Prof. José Mariano da Rocha Filho o seu idealizador e motivador. Uma pessoa com características de liderança que, junto com outras personalidades e figuras santa-marienses, atuou em prol da consecução desse objetivo. Entre essas personalidades e figuras santa-marienses, destacam-se as Irmãs Franciscanas. Sem o conjunto de Faculdades agregadas e integrantes, a USM ainda seria um sonho distante da população santa-mariense. Dessa forma, a iniciativa de criar uma Universidade em uma cidade do interior do estado, fora de uma capital, foi uma ação inovadora para o contexto educacional da época.

A participação das Irmãs Franciscanas nessa empreitada ocorreu de duas formas: enquanto faculdades agregadas, a FIC e a FACEM somaram esforços no sentido de constituir um número consistente de Faculdades necessárias à criação de uma Universidade. A segunda forma, direciona-se especificamente para a FIC, enquanto única Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do grupo, atendendo, assim, a outro dos elementos postulados na legislação da época (art. 5º do Decreto n. 11.859/1931).

Ressalta-se que a importância da participação da FIC no contexto educacional já era evidenciada desde a sua criação, ainda em 1955. O discurso do Irmão José Otão, reitor da PUCRS, publicado por Quadros (2005) e inserido no ANEXO D, destaca que a FIC seria a pedra fundamental para a constituição da Universidade de Santa Maria. Assim,

a faculdade de filosofia é por si só uma verdadeira universidade cultural. Embora iniciados hoje apenas dois cursos, logo serão quatro, oito ou mais... Serão tantos quantos a legislação permitir. Mas, independentemente de ser ela uma universidade cultural, constitui, outrossim, a pedra angular do edifício da cultura tão sonhado, tão almejado, tão querido pelo povo santa-mariense: a Universidade de Santa Maria.

Sim, senhores. A Universidade de Santa Maria já não é puro sonho, já é meio realidade (OTÃO, 1953 apud QUADROS, 2005, p. 22-23).

Com esse discurso, destaca-se que, a partir da FIC, inicialmente criada com dois cursos (respectivamente de Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia), esperava-se o crescimento na oferta de novos cursos de graduação ao longo dos anos, para que, no futuro, a Instituição pudesse contribuir com a criação da Universidade de Santa Maria. Esse fato não demorou muito e, em 1960, a FIC,

quando foi agregada à USM, contava com nove (09) cursos (Didática, Filosofia, Geografia, História, Letras Anglo-Germânicas, Letras Neolatinas, Matemática e Pedagogia), um grande aumento em comparação ao número de cursos existentes quando da sua criação, em 1955.

Nessa conjuntura, pode-se afirmar que a ideia de constituição da USM foi sendo construída ao longo de vários anos, tendo a participação de diferentes representantes locais. Visando ainda evidenciar a importância das diferentes Instituições que iriam formar a nova Universidade, Dom Antonio Reis, Bispo Diocesano, fez um pronunciamento para o jornal *A Razão*, de 21 de fevereiro de 1960. Dom Antonio Reis destaca que a USM,

será uma Universidade mista reunindo faculdades federais e particulares, a exemplo do que já acontece em Pernambuco e no Ceará e com ótimos resultados segundo informação que nos foi prestada.

O ensino superior federal e o particular estarão unidos em Santa Maria, num esforço comum e generoso em benefício de centenas de universitários. É difícil calcular com exatidão o que significará para esta cidade e para o interior do Estado a fundação de uma Universidade. Podemos dizer que equivale à fundação de uma nova cidade, uma gloriosa Atenas do interior do Rio Grande, onde muitas gerações de jovens inteligências encontrarão a magnífica oportunidade de tornarem grande esta Patria [sic], o Brasil, que só será grande pela cultura e pela dignidade moral de seus filhos. [...] (A Universidade para S. Maria tem o vulto de fundação de uma cidade. **A Razão**, Santa Maria, 21 fev. 1960, p. 6).

A fala de Dom Antonio Reis buscava, portanto, abordar a necessidade de união entre as diferentes Instituições (públicas e privadas) que seriam a base da nova Universidade, bem como destacar a relevância dessa ação para o futuro do contexto do ensino superior no município. No entanto, cada Instituição tinha suas características, próprias da sua concepção e/ou vinculação com uma entidade mantenedora e, dessa forma, a união acarretaria a necessidade de ajustes para que pudessem atuar em conjunto, como agregadas ou integrantes.

A reportagem publicada no jornal *A Razão*, de 29 de maio de 1960, destaca a vinda do deputado Tarso Dutra ao município a fim de discutir questões relativas à criação da Universidade de Santa Maria, como a necessidade de ajustes entre as Instituições e a relevância das faculdades agregadas nesse processo. Segundo informações do deputado,

[...] Problemas de organização oriundos da situação das Faculdades livres, é evidente não criarão maiores embaraços, levando-se em conta que aqueles institutos, pelo regime de escolas agregadas, somente terão benefícios com a incorporação à U.S.M., criando de outra parte pela própria natural expansão pela presença de maiores recursos, mais amplas condições à formação de nossa mocidade – meta principal do empreendimento (TARSO anuncia sua presença em debate em torno da USM. **A Razão**,

Santa Maria, 29 de maio 1960, p. 2).

Os problemas mencionados por Tarso Dutra referem-se às dúvidas sobre como funcionariam as atividades das Instituições agregadas, sendo alguns pontos previamente discutidos em reunião realizada no dia 1º de junho de 1960, com os representantes das faculdades agregadas e integrantes.

A Ata de reunião s/n²¹⁸, de 1º de junho de 1960 (ANEXO H), realizada pelo Gabinete Episcopal de Santa Maria, entre os representantes das faculdades agregadas e integrantes, tinha por motivação discutir como a criação da USM ocorreria e em que condições. Estiveram presentes na reunião: Luiz Victor Sartori (Bispo coadjutor de Santa Maria), Tarso Dutra (Deputado Federal), José Mariano da Rocha Filho (Diretor das Faculdades de Medicina e Farmácia), Madre Antoninha Werlang (Superiora Provincial das Irmãs Franciscanas), Luiz Gonzada Isaia (Diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas), Irmã Consuelo (Diretora da FIC), Irmã Maria Inês Dalvit (Diretora da FACEM) e Irmã Gelásio Mombach (Diretor da Faculdade de Direito).

Nesse sentido, o texto da Ata de reunião s/n, traz os termos acordados entre os presentes, necessários para que as Faculdades aceitassem a agregação, visando à criação da USM. Ao todo, sete pontos foram estruturados como essenciais, os quais transcrevem-se a seguir:

- 1 – Intangibilidade do patrimônio de cada Faculdade;
- 2 – Plena autonomia didática, doutrinária e administrativa;
- 3 – Garantia às Entidades Mantenedoras das Faculdades Particulares de nomeação de Diretor, indicado à homologação do Reitor;
- 4 – Inserção no Estatuto ou Regimento, de cláusula que faculte a desagregação;
- 5 – Respeito absoluto aos Regimentos das Faculdades, modificados apenas nos dispositivos atinentes à agregação;
- 6 – A escolha de cargo de Vice-Reitor deverá recair sempre em professor dos quadros das Escolas agregadas;
- 7 – A Universidade de Santa Maria deverá assegurar, em seu Estatuto, às Faculdades Particulares, recursos financeiros satisfatórios para o desenvolvimento de seus serviços educativos, culturais e científicos (GABINETE EPISCOPAL DE SANTA MARIA, 1960, p. 1).

As Instituições, ao aceitarem a agregação, a partir dos pontos destacados na reunião de 1º de junho de 1960, deram mais um passo na concretização da criação da USM. Posteriormente, Tarso Dutra fez um novo pronunciamento ao jornal A Razão, destacando os contatos realizados quando da sua visita à Santa Maria, no sentido de promover a criação da USM. Nesse sentido, afirma:

Realizamos diversos contatos [sic] em Santa Maria nêsse [sic] sentido,

218 A Ata de reunião s/n está arquivada junto ao Arquivo da Universidade Franciscana.

inclusive com a participação dos diretores de todas as escolas de nível superior. Êsses contactos [sic] foram benéficos e chegamos a um denominador comum quanto às possibilidades de criação da Universidade de Santa Maria, examinando todos os aspectos e vantagens decorrentes dessa criação.

[...] Agora com as observações feitas, estou em condições de tomar as providências para efetivação da idéia [sic], consubstanciada na execução dêsse [sic] desiderato, expresso em manifestações das autoridades e população em geral de Santa Maria. Agirei de imediato nesse [sic] sentido (AMBIENTE de grande estímulo a idéia [sic] em marcha – Tarso Dutra: Unidade local em torno da Universidade. **A Razão**, Santa Maria, 03 jul. 1960, p. 7).

Diante do exposto, acertadas as condições pré-estabelecidas pelas Instituições, ocorreu a criação da USM pela Lei n. 3834-C, de 14 de dezembro de 1960.

No entanto, os primeiros momentos da agregação não ocorreram de forma tranquila. Com a USM criada em dezembro de 1960, já no mês de março de 1961 alguns questionamentos foram realizados pelo Conselho Técnico Administrativo (CTA) da FIC acerca dessa situação, pois havia dúvidas acerca de alguns quesitos relacionados à agregação. Em documento de 22 de março de 1961, os membros do CTA²¹⁹ da FIC encaminharam as seguintes indagações acerca dos motivos para a Instituição ser agregada à USM:

- 1) Sob que condições aderiu esta Faculdade à criação da Universidade de Santa Maria?
- 2) Em que categoria acham-se enquadrados os professores da F.I.C na U.S.M?
- 3) Qual o texto da lei que criou a U.S.M?
- 4) Qual o critério adotado para a escolha e renovação de Reitor, vice-reitor e membro do Conselho Universitário?
- 5) Quem é o vice-reitor da U.S.M. e por que motivo não participou êle [sic] do ato solene de instalação da U.S.M?
- 6) Quaes [sic] as vantagens materiais, didáticas e técnico-administrativas, quer para a Sociedade Caritativa Mantenedora da F.I.C, quer para o corpo docente, quer para o corpo discente que a U.S.M tem programas para o corrente ano?
- 7) Qual o texto dos estatutos pelos quaes [sic] se rege a U.S.M?
- 8) Como se acha estruturado o Conselho Universitário da U.S.M.?
- 9) Se o C.T.A. e a Congregação de professores da F.I.C., que até então vem tendo ação marcante dentro do organismo desta Faculdade, são reconhecidos pela U.S.M.? (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1961, p. 1).

Os pontos abordados nas questões englobaram situações relacionadas ao corpo docente, à estruturação das relações entre FIC e USM, às vantagens da

219 Os membros do CTA que assinaram o documento foram: Roberto Fellin, Zilah Almeida Cereal, João L. Tomasi, Irmã Maria Antônia (Tecla Leopoldina Rambo), Irmã Maria Felicidade (Maria Augusta Silveira Netto), Irmã Maria Evódia (Elisabeth Ley).

agregação, ao funcionamento do CTA, etc. Estes eram elementos que necessitavam ser melhor esclarecidos para que as atividades da Instituição continuassem a ser desenvolvidas pela equipe docente e técnica-administrativa.

As respostas aos nove questionamentos postulados foram dadas pela Diretora da Instituição, Irmã Consuelo. Assim, em carta resposta, cada uma das questões foi explicada da seguinte forma:

1) Como agregadas as Faculdades particulares apresentaram suas reivindicações que se acham, em síntese, enquadradas no protocolo que assinamos em julho do ano passado, e que iremos ler...

2) Enquanto não forem abertos concursos para o provimento das Cátedras, os professores da F.I.C. enquadram-se na categoria de Contratados. No que se refere a [sic] nomeação de catedráticos²²⁰, observaremos o que diz a este [sic] respeito o Regimento da Filosofia, Cap. 1º, Título IV, Artc. 46. 3) O texto da Lei que criou a U.S.M. é o que iremos ler...

4) A escolha do vice-reitor como já ficou determinado, recairá sempre em professor dos quadros das Faculdades agregadas. A eleição será realizada em reunião do Conselho Universitário.

No que diz respeito ao Conselho Universitário, temos a esclarecer que se compõe de diretores de todas as Faculdade e de um professor catedrático. Em quanto não tivermos catedrático, não podemos contar com mais um representante de nossa FIC, no Conselho Universitário.

5) O vice-reitor será o Rev. Irmão Gelásio. Como ainda não foi empossado, não se fez nenhuma referência no dia da instalação da USM.

6) Vantagens materiais haverá. Para o presente ano, todavia, não podemos contar com verbas extraordinárias ou específicas, e por isso mesmo não podemos descriminá-las.

Para o corpo docente a tendência é melhorar cada vez mais.

Com o que entretanto, não podemos nem pretendemos contar é PARIDADE DE VENCIMENTOS. Jamais pensamos em federalizar a Filosofia. Nem isso se enquadraria com o nosso espírito franciscano. Tendo em vista uma das finalidades de nossa Faculdade c) contribuir para o desenvolvimento de uma cultura intelectual, informada pelos princípios cristãos e pelas diretrizes pontifícias – pretendermos federalizá-la seria para nós um anacronismo.

7) A U.S.M., como vimos na lei que a criou, enquanto não dispuser de Estatutos próprios, reger-se-á pelos da Universidade do Rio Grande do Sul. O Rev. Irmão Gelásio está providenciando para termos um exemplar em mãos, quanto antes, afim de sabermos por onde andamos.

8) O Conselho Universitário consta dos Diretores das Faculdades existentes, e de um professor catedrático da Farmácia.

9) Como não temos catedráticos, não dispomos de Congregação²²¹,

220 Professor responsável para a regência da cadeira para o qual foi nomeado (BRASIL, 1915).

221 O termo 'congregação' não diz respeito à Congregação religiosa, mas ao conceito especificado no art. 67 do Decreto n. 11.530 de 18/03/1915, o qual define: "Compõe-se a Congregação de todos os professores cathedraticos em exercício, dos que estiverem substituindo os cathedraticos, e de um representante dos livres docentes eleito por elles, biennial-

propriamente dita. Não sei se já observaram que em geral nos referimos ao corpo docente da FIC, e não à Congregação. Quando foi do reconhecimento da Filosofia, todo o Relatório só se referia ao Corpo Docente. Daí por diante é esse o critério que vimos tomando.

No tocante ao C.T.A. o critério é o mesmo internamente existe e muito tem nos ajudado, na solução de problemas às vezes bastante difíceis. Não podemos todavia impor à USM o seu reconhecimento, uma vez que não se acha enquadrado dentro da Legislação Superior (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS IMACULADA CONCEIÇÃO, 1961, p. 1-2).

Percebe-se que todos os pontos questionados foram respondidos, alguns com mais brevidade do que outros. As respostas permitem a compreensão de como algumas questões referentes à agregação foram abordadas no âmbito da FIC. Esse ponto pode ser entendido como um desafio, o qual foi enfrentado pelas Irmãs Franciscanas, para que a USM, após sua criação, pudesse continuar a se desenvolver com o apoio das ações da FIC, sua agregada.

Dessa maneira, a participação da FIC na criação da USM pode ser considerada uma ação empreendedora, pois assume o primeiro elemento destacado por Dornelas (2007) referente à iniciativa. A FIC participou ativamente da gênese da USM, considerando os pressupostos da legislação da época para constituição de uma Universidade.

No que diz respeito à FACEM, o primeiro elemento empreendedor (referente à iniciativa) pode ser constatado também no momento da criação da USM, enquanto mais uma Instituição para formar a base de unidades que iriam compor a nova Universidade.

Ao comparar com a FIC, a participação da FACEM na estruturação da USM é mais tímida, pois, pela legislação, não era fundamental a participação de uma Escola de Enfermagem para a criação de uma Universidade, mas para o contexto local a criação da Escola de Enfermagem, ainda em 1955, foi essencial para o desenvolvimento da área de saúde e o atendimento do setor de enfermagem nos Hospitais da região a partir da inserção gradativa das formandas dessa Instituição.

Além disso, a fala do Prof. José Mariano da Rocha Filho no discurso da aula inaugural da FACEM (ANEXO E) ressalta o empenho desenvolvido para que a área da saúde pudesse se fortalecer, tendo em vista que até a criação da Escola de Enfermagem, Santa Maria só dispunha de Instituições para formação de profissionais nas Faculdades de Farmácia e de Medicina. Assim, com a criação do Curso de Enfermagem, um novo campo estava sendo ofertado.

O segundo elemento postulado por Dornelas (2007) para o ato

mente, em sessão presidida pelo diretor”.

empreendedor, referente à utilização de recursos disponíveis, é o que mais se evidencia no processo de criação da USM. Todas as Instituições que fizeram parte do processo de constituição da USM disponibilizaram seus espaços físicos de sala de aula, laboratórios, biblioteca, para a criação da nova Universidade nos primeiros anos. Gradativamente, a USM foi criando seus próprios espaços, construindo seu campus universitário, mas manteve a parceria com algumas das Instituições agregadas.

No que diz respeito, especificamente, à FIC, sua contribuição se reflete nos aspectos relatados a seguir. Entende-se que a FIC contribuiu em termos de espaço físico com toda a sua infraestrutura (salas de aula, laboratórios, biblioteca, salão de atos). No entanto pode-se afirmar que o uso de alguns desses espaços começou a ter sua utilidade reduzida a partir da criação na USM dos cursos até então ofertados apenas na FIC.

Assim ocorreu com a criação do curso de Filosofia da USM, em 22 de setembro de 1961, que, a partir desse período, havia o curso de Filosofia da FIC e o curso de Filosofia da USM. Os dois desenvolveram suas atividades de forma concomitante, sendo que produziam eventos em parceria e, para tanto, utilizavam os espaços destinados a palestras e eventos de forma compartilhada.

Dessa forma, evidencia-se o aproveitamento de recursos (físicos) no que diz respeito à criação da USM e à participação da FIC nesse processo. Como exemplo dessa afirmativa, tem-se a reportagem inserida na Figura 100, destinada à divulgação da realização das palestras promovidas pelo Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências e Letras da USM no salão nobre da FIC, situado na rua dos Andradas.

O ciclo de palestras tinha por temática 'A origem e evolução do mundo' sob responsabilidade do Prof. Mario Barberena, catedrático em Paleontologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Outros dois palestrantes convidados foram o Prof. Eugênio Grumann, responsável pela cadeira de Zoologia da UFRGS e o Dr. P. Nieder, reitor da Faculdade de Filosofia de São Leopoldo.

Figura 100 – Reportagem – Ciclo de palestras



Fonte: (CICLO de palestras sobre a “Origem e Evolução do Mundo”. **A Razão**, Santa Maria, 23 set. 1969, p. 6).

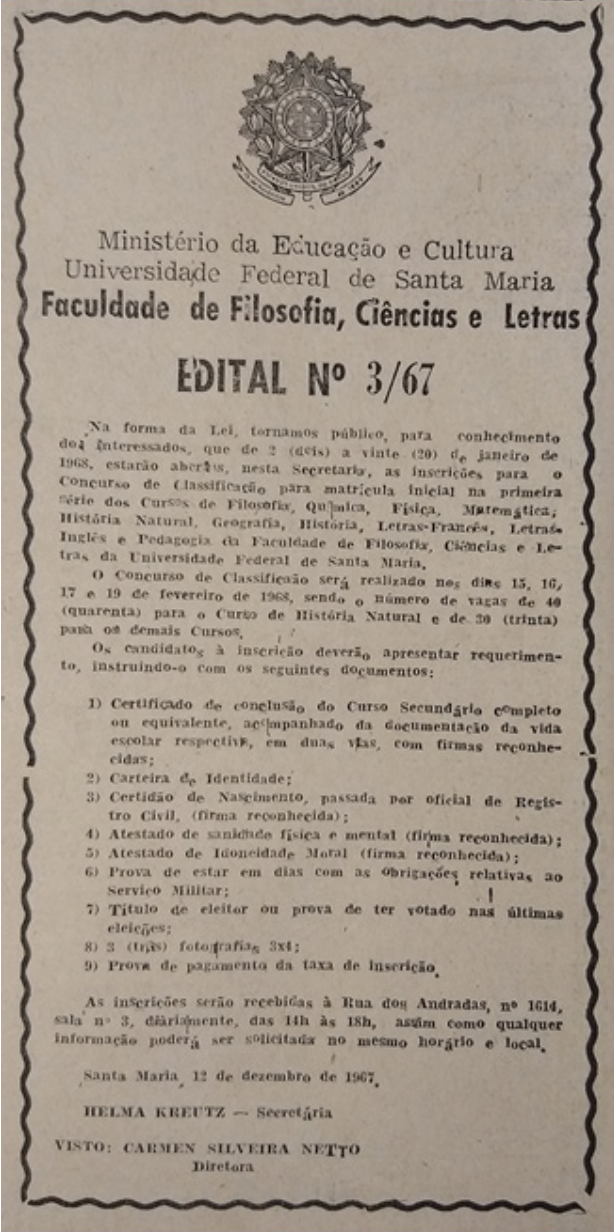
Outro elemento que foi compartilhado entre as duas Instituições e que pode ser considerado um exemplo de aproveitamento de recursos humanos, diz respeito à atuação de Irmã Consuelo enquanto diretora da FIC participando, inicialmente, de reuniões do Conselho Universitário da USM, mas também enquanto Diretora da Faculdade de Ciências e Letras da USM, entre outras atividades ao longo dos anos. Configurando-se, portanto, em mais uma forma de contribuição da Congregação das Irmãs Franciscanas do desenvolvimento da USM.

A seguir, apresentam-se duas imagens que contribuem para elucidar essas questões. A primeira delas, a Figura 101 – Edital da Faculdade de Ciências e Letras da USM, publicado no jornal *A Razão*, traz Irmã Consuelo enquanto Diretora da Faculdade da USM, em um claro exemplo de atuação frente às questões específicas de sua gestão.

Além disso, a imagem traz a informação de que as inscrições e solicitações de informações poderiam ser realizadas no prédio da FIC, ou seja, foi estabelecido o uso tanto de recursos materiais (instalações prediais da secretaria) como de recursos humanos do setor. Diante do exposto no edital, percebe-se o uso de

recursos (materiais e humanos) de forma compartilhada entre as Instituições, no tocante à atividade de seleção de candidatos no processo seletivo da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USM.

Figura 101 – Edital da Faculdade de Ciências e Letras da USM



The image shows a formal notice (edital) with a decorative border. At the top center is the coat of arms of the Brazilian Republic. Below it, the text identifies the issuing institution: Ministério da Educação e Cultura, Universidade Federal de Santa Maria, and Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. The title of the notice is 'EDITAL N° 3/67'. The main body of text describes a public exam for the 1968 academic year, listing the subjects: Filosofia, Química, Física, Matemática, História Natural, Geografia, História, Letras-Francês, Letras- Inglês e Pedagogia. It specifies the exam dates (15, 16, 17, and 19 of February) and the number of vacancies (40 for Natural History and 30 for other subjects). It lists the required documents for candidates, such as a secondary school certificate, identity card, birth certificate, medical and moral certificates, military service proof, and a recent photograph. The notice concludes with the date (12 de dezembro de 1967), the secretary's name (Helma Kreutz), and the director's name (Carmen Silveira Netto).

Ministério da Educação e Cultura
Universidade Federal de Santa Maria
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

EDITAL N° 3/67

Na forma da Lei, tornamos público, para conhecimento dos interessados, que de 2 (dois) a vinte (20) de janeiro de 1968, estarão abertas, nesta Secretaria, as inscrições para o Concurso de Classificação para matrícula inicial na primeira série dos Cursos de Filosofia, Química, Física, Matemática, História Natural, Geografia, História, Letras-Francês, Letras- Inglês e Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Santa Maria.

O Concurso de Classificação será realizado nos dias 15, 16, 17 e 19 de fevereiro de 1968, sendo o número de vagas de 40 (quarenta) para o Curso de História Natural e de 30 (trinta) para os demais Cursos.

Os candidatos à inscrição deverão apresentar requerimento, instruindo-o com os seguintes documentos:

- 1) Certificado de conclusão do Curso Secundário completo ou equivalente, acompanhado da documentação da vida escolar respectiva, em duas vias, com firmas reconhecidas;
- 2) Carteira de Identidade;
- 3) Certidão de Nascimento, passada por oficial de Registro Civil, (firma reconhecida);
- 4) Atestado de sanidade física e mental (firma reconhecida);
- 5) Atestado de Idoneidade Moral (firma reconhecida);
- 6) Prova de estar em dias com as obrigações relativas ao Serviço Militar;
- 7) Título de eleitor ou prova de ter votado nas últimas eleições;
- 8) 3 (três) fotografias 3x4;
- 9) Prova de pagamento da taxa de inscrição.

As inscrições serão recebidas à Rua dos Andradas, nº 1614, sala nº 3, diariamente, das 14h às 18h, assim como qualquer informação poderá ser solicitada no mesmo horário e local.

Santa Maria, 12 de dezembro de 1967.

HELMA KREUTZ — Secretária

VISTO: CARMEN SILVEIRA NETTO
Diretora

Fonte: (EDITAL n. 3/67. **A Razão**, Santa Maria, 21 de dez. 1967, p. 3).

A Figura 102, inserida a seguir, traz a vinculação de Irmã Consuelo com a USM considerando a agregação, mas como diretora da FIC.

Figura 102 – Edital da Faculdade de Ciências e Letras Imaculada Conceição

UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E
LETRAS "IMACULADA CONCEIÇÃO"
CONCURSO DE HABILITAÇÃO
EDITAL Nº 1/67

De ordem da Exa. Sra. Diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Imaculada Conceição" da Universidade Federal de Santa Maria, Profa. Irmã Maria Consuelo Silveira Netto, se faz público, na forma da Lei, que as inscrições para o CONCURSO DE HABILITAÇÃO — "os Cursos de FILOSOFIA e de LETRAS (bases FRANCÊS e INGLÊS, Licenciatura de 1º ciclo) estarão abertas de 2 a 20 de janeiro de 1967, devendo os candidatos apresentar o requerimento de inscrição, instruindo-o com os seguintes documentos:

- 1 — prova de conclusão do Curso Secundário completo, (firma reconhecida);
- 2 — carteira de identidade;
- 3 — atestado de idoneidade moral, (firma reconhecida);
- 4 — atestado de sanidade mental, (firma reconhecida);
- 5 — atestado de sanidade física, firma reconhecida;
- 6 — certidão de nascimento; para os casados, certidão de casamento;
- 7 — prova de estar em dia com as obrigações relativas ao serviço militar;
- 8 — prova de pagamento da taxa de inscrição;
- 9 — título eleitoral ou prova de ter votado nas últimas eleições;
- 10 — três fotografias 3x4;

O número de vagas é de 40 para cada Curso.
As inscrições serão recebidas na sede da Faculdade de Filosofia, à rua dos Andradas, 1614, sala nº 2 — 1º piso, diariamente das 9,00 às 11,00 horas, exceto aos sábados, assim como qualquer informação poderá ser solicitada na Secretaria dentro do horário citado.

Santa Maria, 2 de janeiro de 1967.

Ass: Irmã Maria Teresinha Taglicher — Secretária

Visto: p/ Dr. Luiz Alves Rolim Sobº — Inspetor Federal

Fonte: (EDITAL n. 1/67. *A Razão*, Santa Maria, 3 de jan. 1967, p. 4).

Nesse contexto, as referidas imagens (Figuras 101 e 102) têm a mesma proposta, ou seja, dar conhecimento ao público sobre os procedimentos necessários para a seleção de candidatos aos respectivos cursos ofertados pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USM e da FIC, em que os recursos humanos e materiais utilizados no processo são de responsabilidade da FIC.

Além da atividade de Diretora da Faculdade da USM, Irmã Consuelo também atuou a partir de 1970 enquanto Diretora da Faculdade Interamericana. Essa atividade foi fundamental para o desenvolvimento da área de Educação na Universidade, pois a Faculdade Interamericana foi a base do Programa de Pós-Graduação em Educação da referida Universidade. No capítulo “Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: memórias/fragmentos de uma trajetória institucional”, na unidade que trata da USM/UFSM constam diferentes imagens de Irmã Consuelo enquanto Diretora da Faculdade Interamericana.

Corroboram essas imagens a Figura 103 – Reportagem: Professores do pós-graduação retornam dos Estados Unidos, que traz o relato de viagem a Washington, nos Estados Unidos, em 1972, realizada por Irmã Consuelo enquanto gestora da Faculdade Interamericana e do Coordenador do Curso, Prof. Milo Darci Aita, para participarem da 3ª Reunião de Coordenadores e Diretores de Projetos Multinacionais.

Em síntese, Irmã Consuelo relata as reuniões realizadas a fim de entregar o Plano de Operações do curso para sua respectiva aprovação pelo Departamento de Assuntos Educacionais da OEA, mas também os contatos realizados com outros professores a fim de ministrarem aulas no curso de Santa Maria, entre eles: Hector Correa (Phd na área de Planejamento), Arsenio Espinosa (Phd na área de Pesquisa) e Rolland Paulston (Phd na área de Currículo), compreendendo as três áreas da educação abrangidas pela Faculdade Interamericana.

Nessa conjuntura, na Figura 103 consta um flagrante da atuação de Irmã Consuelo enquanto gestora da Faculdade Interamericana, contribuindo para o desenvolvimento das ações da UFSM, a partir do aproveitamento de recursos humanos da FIC para a Universidade, como um indício de uma ação empreendedora segundo os elementos destacados por Dornelas (2007).

Figura 103 – Reportagem – Professores do pós-graduação retornam dos Estados Unidos

Na foto, a professora Carmen Silveira Netto, Diretora do Curso de Pós-Graduação em Educação, Faculdade Interamericana—UFSM, que retornou dos Estados Unidos, confiante nos destinos do curso que dirige e satisfeita com a aprovação do Plano de Oportuções, na sua totalidade.

Professores dos Estados Unidos da América do Norte, onde estavam a trabalho na Faculdade Interamericana de Educação, a Professora Carmen Silveira Netto, Diretora do Curso de Pós-Graduação em Educação e Prof. Mito Darci Alta, Coordenador do mesmo curso.

Em Washington DC participaram os educadores gaúchos, de 8 a 12 do corrente, da 3ª Reunião de Diretores e Coordenadores de Projetos Multinacionais vinculados às áreas de Currículo e Tecnologia da Educação, de Administração e Planejamento Educacional, Educação de Adultos e Investigação Educativa.

Da referida reunião participaram 32 Diretores ou Coordenadores, representantes de vários Países da Organização dos Estados Americanos, assim designados: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Peru, Uruguai e Venezuela cinco.

O trabalho, da 3ª Reunião de Diretores e Coordenadores de Projetos Multinacionais da OEA, foram dirigidos pelo Dr. Rodolfo Martínez, Secretário Executivo para Educação, Ciência e Cultura e Dr. Allen, do Campo Londono, Diretor do Departamento de Assuntos Educativos da OEA.

A PALAVRA DA DIRETORA

Nossa reportagem, procurando saber detalhes da importante viagem, procurou a Professora Carmen Silveira Netto, Diretora do Curso de Pós-Graduação em Educação, oportunidade em que obteve as seguintes informações: “Fomos recebidos em audiência pelo Sr. Diretor do Departamento de Assuntos Educativos da OEA, Dr. Alfonso Campo Londono, ocasião em que apresentamos os informes de nosso curso em suas três áreas. O Prof. Londono e o Dr. Hugo Albornoz, Subdiretor do Departamento de Assuntos Educativos, manifestaram o desejo de entrevistar a Professora Maria, o que de imediato foi transacionado por nós em caráter oficial, pois daria a oportunidade, inclusive ao Dr. Albornoz, de manifestar suas ideias que o mesmo especializa em Currículo.”

Prosseguindo, disse a Diretora do Curso de Pós-Graduação em Educação: “Após a 3ª Reunião de Diretores e Coordenadores de Projetos Multinacionais, a saída, em companhia do Prof. Mito Alta, seguimos para Pittsburgh, na Pensilvânia, onde encontramos o Prof. Dr. Thomas Hart, Coordenador daquela importante universidade norte-americana juntamente com ele e mais o Prof. Dr. Hector Correa examinamos a possibilidade de contratação de professores PhD, para as três áreas da educação, abrangidas pela Faculdade Interamericana. Em princípio, ficou acordado que o Prof. Hector Correa PhD em Planejamento e Arsenio Dornosa, PhD em Psicologia, em Santa Maria, em agosto, próximo de intervir aqui na Interamericana. E, em outubro, viria o Prof. Roland Passos PhD em Currículo.”

Finalizando os seus comentários com respeito à recente viagem afirmou a Professora Carmen Silveira Netto: “Acreditamos com sinceridade, tenha sido esta viagem, aos Estados Unidos da América do Norte, um valioso momento sob todos os aspectos, e convém salientarmos que ainda em Pittsburgh, o Prof. Thomas Edward Cooper, PhD em Planejamento, participou seu desejo em trabalhar conosco, o que, sem dúvida, seria de grande valia para o Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria.”

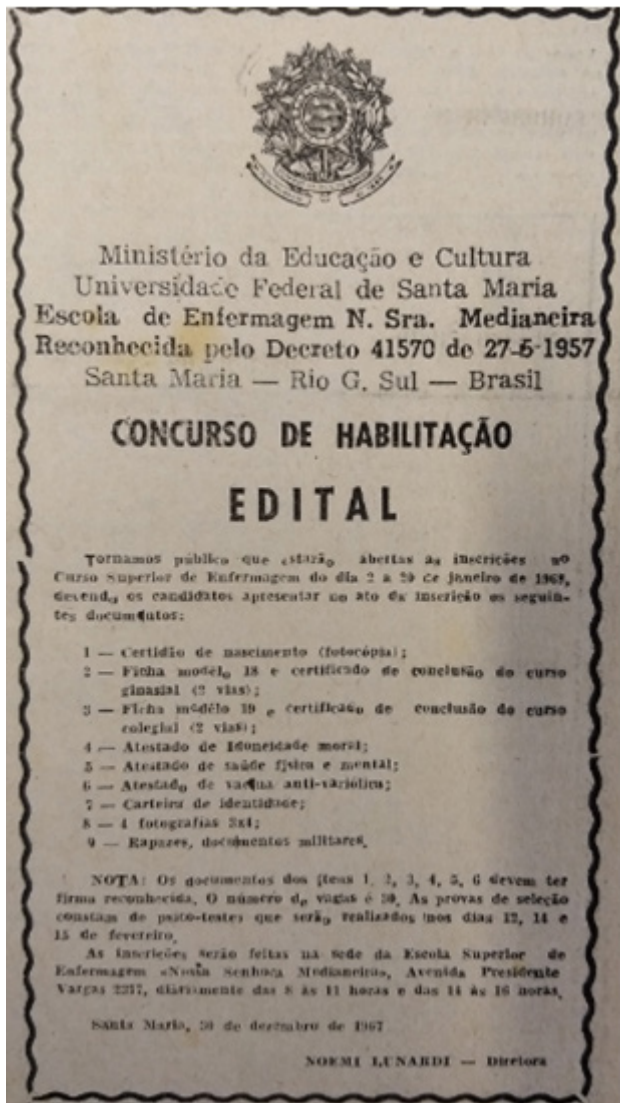
Fonte: (PROFESSORES do pós-graduação retornam dos Estados Unidos. **A Razão**, Santa Maria, 26 maio 1972, p. 16).

Percebe-se, também, que o segundo elemento postulado por Dornelas (2007), referente ao aproveitamento de recursos, ocorreu na FACEM a partir da atuação de Irmãs Franciscanas no desenvolvimento de ações administrativas no campo da USM. Para tanto, tem-se a experiência da diretora da FACEM, Irmã Inês Dalvit, que ocupou um cargo em comissão permanente do Conselho Universitário da USM, conforme descrito no Quadro 7, do capítulo “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: memórias/fragmentos de uma trajetória educacional”. No que diz respeito aos recursos materiais, os laboratórios do Curso de Enfermagem eram utilizados de forma compartilhada desde a fundação da FACEM (1955) pelos cursos de Farmácia e de Medicina; assim, não foi uma ação decorrente especificamente da criação da USM, mas um procedimento que já vinha sendo adotado pelas respectivas Faculdades e que foi mantido.

Outra questão que merece ser mencionada diz respeito aos processos de seleção do Curso de Enfermagem, que eram realizados por meio de edital publicado em jornais de circulação local, no entanto, após a agregação, considerando o vínculo estabelecido entre as Instituições, os editais deveriam ter a devida vinculação à USM, assim como todos os documentos oficiais expedidos pela Instituição.

A Figura 104 traz o registro de como o procedimento foi realizado em 1967, primeiro ano em que essa ação foi identificada junto ao jornal *A Razão*. Ao observarmos esse procedimento, pode-se inferir que este ocorre da mesma forma que nos editais publicados pela FIC, com a devida vinculação à Universidade. Assim, pode ser considerado como um exemplo de compartilhamento de recursos administrativos da Instituição agregada com a USM, pois as inscrições deveriam ocorrer na própria FACEM.

Figura 104 – Edital de seleção da FACEM



Fonte: (CONCURSO de Habilitação – Edital. **A Razão**, Santa Maria, 4 jan. 1968, p. 3).

O último elemento do ato empreendedor refere-se à aceitação de riscos, e pode ser percebido na constituição da USM na medida em que as Congregações religiosas (Maristas e das Irmãs Franciscanas) participaram das discussões inerentes à criação da USM, aceitando o risco envolvido no empreendimento, mas principalmente ao se tornarem faculdades agregadas dentro do projeto de criação da nova Universidade.

As dúvidas sobre como as Instituições iriam desenvolver suas atividades,

quais as vantagens e os benefícios da agregação, foram algumas das questões postuladas em diferentes reuniões realizadas pelos representantes das Instituições com as lideranças locais que tinham esse propósito. E essas dúvidas promoviam um ambiente incerto frente à criação da nova Universidade.

A partir do momento em que houve a decisão (por parte das respectivas Congregações religiosas) de participar de reuniões para integrar as discussões sobre a constituição da nova Universidade (fato que resultou na aceitação da proposta de se tornarem Faculdades agregadas para criar a USM), o risco de insucesso estava presente. No entanto este risco foi aceito pelas respectivas Congregações religiosas, a ponto de enfrentarem os desafios decorrentes dessa ação, nos meses que se seguiram, como os tópicos discutidos na Ata de reunião s/n da FIC de março de 1961, já mencionada anteriormente.

Diante do exposto, entende-se que os três elementos destacados por Dornelas (2007) para o ato empreendedor foram realizados pelas Instituições gerenciadas pela SCALIFRA-ZN no âmbito da constituição e desenvolvimento da Universidade de Santa Maria, atual UFSM, alguns com maior incidência na FIC, representados na figura de Irmã Consuelo. Ainda é possível destacar que as ações desenvolvidas por ambas as Instituições (FIC e FACEM) contribuíram de forma efetiva para que a USM pudesse ser criada. Dessa forma, conclui-se que a participação das Irmãs Franciscanas nesse momento, foi um exemplo de ação empreendedora para a USM, promovendo o desenvolvimento e o crescimento do ensino superior no município de Santa Maria, com a implementação da primeira Universidade localizada em uma cidade do interior do estado do RS.

As ações desenvolvidas pelas Instituições agregadas (FIC e FACEM) tiveram sequência até a constituição da FAFRA, quando a Instituição obteve um novo CNPJ. Além disso, pode-se afirmar que, segundo o Decreto n. 50.066/1961 (formulado após a agregação à USM), as Instituições agregadas deveriam ter essa ação registrada mediante convênio e sua inserção no Estatuto da Universidade. No caso das Instituições gerenciadas pela SCALIFRA-ZN, essa vinculação está registrada no Regimento da FIC da década de 1970 em seu art. 2º, no qual consta que a referida Instituição “[...] rege-se pela Legislação do Ensino Superior, pelo Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria, no que couber, pelo Estatuto da Entidade Mantenedora e por este Regimento” (SILVA, 1997, p. 84). Além disso, também ocorreu a sua inserção no Estatuto da UFSM, no capítulo destinado à constituição da Universidade.

Como registro dessa afirmativa, o Estatuto da UFSM, aprovado em 11/01/1983, traz como agregadas as Instituições mantidas pela SCALIFRA-ZN, e destaca, no art. 7º, parágrafos 1º, 2º e 3º, considerações sobre as relações estabelecidas entre a UFSM e as agregadas, conforme detalhamento inserido a seguir:

§ 1º - Integram também a UFSM como Faculdades agregadas:
A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, e;
A Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.

§ 2º - As faculdades agregadas conservam sua autonomia didático-científico, disciplinar, administrativa e financeira devendo contudo prestar contas dos auxílios recebidos da Universidade.

§ 3º - Serão assegurados anualmente, no Orçamento da Universidade Federal de Santa Maria, auxílios destinados às Faculdades Agregadas (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 1983, p. 9-10).

Considerando esse contexto, a solicitação da FIC de alteração de seu Regimento em 1984, foi colocada inicialmente em diligência pelo CNE, tendo em vista que não mencionava a agregação à UFSM. Assim, os membros do CNE solicitaram que fosse realizada uma consulta à UFSM, considerando o disposto na Lei n. 3.834-C. Assim, no texto do Parecer CES n. 448, de 1984, consta, na unidade referente à instrução processual, que: “[...] falta, no entanto, no particular, a necessária manifestação da Universidade Federal de Santa Maria, por tratar-se de estabelecimento a ela vinculado pelo instituto da agregação” (BRASIL, 1984, p.1).

O retorno foi dado pelo Parecer n. 02/1984, inserido na Ata n. 348, do Conselho Universitário, de 20 de março de 1984, no qual a UFSM deliberou que,

em face do exposto, a Comissão de Legislação é de parecer que este Egrégio Conselho pode manifestar-se favoravelmente à aprovação do projeto de novo Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ‘Imaculada Conceição’, naquilo que diz respeito ao Estatuto da UFSM (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 1984, p. 13).

Essa informação também foi inserida no texto do Parecer CES n. 448, de 1984, como uma resposta ao cumprimento da diligência.

Assim, no próximo Regimento de 1984, aprovado pela Câmara de Ensino Superior, essa vinculação com a UFSM não aparece mais na estrutura da FIC, nem no Regimento que o sucedeu (de 1989). O texto desses dois Regimentos apresenta no art. 1º que a FIC “[...] rege-se: a) pelo Estatuto da Entidade Mantenedora, b) por este Regimento, c) pela Legislação Federal de Ensino Superior” (SILVA, 1997, p. 84).

Nesse contexto, o que se localizou acerca de uma possível ‘desagregação’ das Instituições foi a ausência da menção da vinculação no Regimento da FIC. Entretanto acredita-se que, no caso da FIC, o que ocorreu foi a ausência da menção da agregação na estrutura da Instituição, no entanto não houve a desagregação formal, a qual, para ser realizada, precisava atender alguns parâmetros legais.

Conforme preconiza a legislação acerca da agregação, ainda vigente, em seu art. 10, “a desagregação poderá ocorrer por iniciativa da Universidade ou da Escola ou Faculdade agregada, observado o prescrito no artigo primeiro”

(BRASIL, 1961, [s/p]). Ou seja, seria necessário, para a realização da desagregação, alterar o Regimento da Instituição responsável pelas faculdades agregadas, no caso, o Regimento da UFSM, e isso não foi identificado.

No que diz respeito à FIC e à FACEM, a vinculação enquanto agregada continuou a ser mencionada, conforme descrito nos seguintes documentos do Ministério da Educação: a) da FIC: Parecer CES n. 777/1989²²², Parecer CES n. 582/1985²²³; b) da FACEM: Parecer CES n. 994/1987²²⁴. Assim, ao longo dos anos, não foi possível perceber a realização da desagregação conforme preconiza a legislação entre as referidas Instituições e a UFSM.

Posteriormente, no Parecer CNE/CES n. 573/1998, que trata da transformação da FAFRA em Centro Universitário Franciscano, é mencionado que a partir da aprovação do Regimento da FIC pelo CFE (1984), as Instituições gerenciadas pela SCALIFRA-ZN (FIC e FACEM) não estariam mais inseridas na estrutura da UFSM, conforme texto disponibilizado a seguir:

Já desmembradas da estrutura da Universidade Federal de Santa Maria, a partir do quinto Regimento aprovado pelo Conselho Federal de Educação pelo Parecer n° 448/84 essas Faculdades foram unificadas pela Portaria n° 1.402 de 14/11/95, com a denominação Faculdades Franciscanas – FAFRA, delas resultando o processo de credenciamento como Centro Universitário Franciscano – CEUNIFRAN (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1998, p. 1).

Dessa forma, a FIC e a FACEM não estavam mais mencionadas na estrutura da UFSM e, com a constituição da FAFRA, uma nova Instituição foi formada, com CNPJ próprio, distinto da UFSM. No entanto a relação dessas Instituições com a UFSM foi mantida e ocorreu na forma de expedição de diplomas, continuando com a FAFRA, considerando ser necessária a identificação enquanto Universidade para realização dessa atividade. Portanto, é somente com a criação da UNIFRA, considerando o *status* de centro universitário, que a Instituição ganha autonomia para expedição de diplomas, fato que continuou com a fundação da UFN.

Conclui-se que as ações das Instituições agregadas à UFSM destacadas neste capítulo foram importantes para que esta pudesse ter sua gênese e se desenvolver em seus primeiros anos, contribuindo para a realização de ações empreendedoras no contexto do ensino superior de Santa Maria.

Além disso, é importante trazer à tona um olhar mais aprofundado sobre

222 Dispõe sobre a aprovação de regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição.

223 Dispõe sobre a aprovação de alterações nos anexos do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição.

224 Dispõe sobre alterações nos anexos do Regimento da Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.

o contexto de criação da USM, em que se situa a presença e a participação efetiva dos integrantes de Congregações religiosas nesse processo. Assim, a partir do entrecruzamento das diferentes fontes de pesquisa consultadas, podem-se apresentar elementos que subsidiam essa argumentação, em que as Irmãs Franciscanas trabalharam de forma decisiva para a constituição e o desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria e da USM.

Dessa forma, também é relevante destacar que essa atuação no ensino superior tem suas bases na trajetória educacional da Congregação em Santa Maria, que tem início em 1905, com o Colégio Sant'Anna. A partir dessa trajetória na educação básica, as Irmãs Franciscanas assumiram o desafio de atuar também no ensino superior e, para tanto, envidaram diferentes esforços criando a FIC e a FACEM, em 1955.

Com a experiência adquirida na gestão dessas duas Instituições de Ensino Superior, as Irmãs Franciscanas puderam contribuir de forma significativa para a criação da USM, em especial a FIC, considerando os parâmetros legais necessários para a constituição de uma Universidade.

Diante do exposto, entende-se que este capítulo tem uma contribuição relevante para o entendimento do contexto de criação e desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria, mas também evidencia a atuação de um grupo de mulheres, integrantes de uma Congregação religiosa e sua atuação empreendedora no ensino superior, o que coopera para os estudos acerca das mulheres na História.

CONCLUSÃO

A etapa final de uma pesquisa traz sentimentos ambíguos, uma felicidade por finalmente ter concluído as atividades inicialmente propostas, mas, ao mesmo tempo, uma sensação de impotência por saber que não há como dar conta de todos os aspectos e variantes, ou seja, há a possibilidade de realização de novos olhares, do uso de novos métodos de pesquisa e, com isso, trazer outras contribuições à pesquisa que foi realizada. Entretanto acredita-se que o resultado aqui apresentado traz um sentimento maior de felicidade e de empoderamento, pelos seguintes aspectos: dá visibilidade a uma temática de estudo que não tem sido explorada em meios acadêmicos e contribui para a construção de mais pesquisas acerca da História Social e das Mulheres.

Nesse contexto, esse trabalho configura-se como um ponto de partida para a realização de estudos sobre mulheres pertencentes a Congregações religiosas, em específico à Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e seu perfil empreendedor, no que diz respeito às ações realizadas especialmente em prol da educação superior, em uma cidade do interior do estado do RS, com início na década de 1950.

Pode-se afirmar que, no âmbito desta pesquisa, muitas foram as horas dedicadas à investigação de fontes, à coleta e seleção de materiais para que se pudesse chegar aos dados apresentados nos capítulos que a compõem. Para tanto, optou-se pela utilização de um grupo de fontes: os registros documentais e iconográficos, presentes nos arquivos das Instituições e arquivos pessoais, os acervos jornalísticos, custodiados pelo Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria e aqueles disponibilizados em ambiente digital, e as fontes orais, resultantes das entrevistas realizadas, mas também de questionários encaminhados por pessoas que não puderam realizar a entrevista.

Assim, o resultado que se apresenta é composto pelas seleções realizadas pela pesquisadora, do seu olhar e das suas escolhas a fim de responder ao problema proposto e atender aos objetivos da pesquisa, tendo por base registros que foram interpretados, confrontados entre si e com outras fontes, para então servir de subsídios à construção de argumentos e responder ao problema de pesquisa.

Considerando os objetivos específicos da pesquisa, buscou-se atender a cada um deles nos respectivos capítulos. Dessa forma, o primeiro objetivo específico tinha por finalidade demonstrar a presença das mulheres no processo histórico, como um

meio de enfatizar a relevância da pesquisa para a História Social de Santa Maria a partir da atuação das Irmãs Franciscanas, para além do seu ideal de missão religiosa, ou seja, entendendo essa atuação como mulheres empreendedoras.

Esse objetivo foi alcançado com a inserção das discussões teóricas apresentadas no capítulo “História das mulheres, empreendedorismo e educação”, no qual, primeiramente, na unidade “Mulheres na historiografia”, consta uma trajetória da atuação da mulher no processo histórico, em que se evidenciam suas ausências nesse processo, tendo em vista a destruição de fontes ou ainda por acreditar que essa história não teria importância. Nesse contexto, os estudos realizados por Perrot (2019) e Del Priori (1989) contribuíram ao apresentar os motivos para a invisibilidade da mulher na História, independente do segmento de atuação profissional, o que permite afirmar que a presente pesquisa tem sua relevância por dar visibilidade e destaque à atuação de um grupo de mulheres, integrantes da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã.

Assim, partindo dessa trajetória de atuação da mulher, para poder chegar ao entendimento da importância da História Social de Santa Maria a partir da atuação das Irmãs Franciscanas, outros elementos foram inseridos no texto, sendo eles uma unidade referente ao relacionamento dos termos “Empreendedorismo e mulheres”, pois um dos aspectos a serem analisados tinha por referência a identificação do perfil empreendedor de atuação no ensino das Irmãs Franciscanas. E assim, o capítulo foi finalizado com duas unidades em que se buscou contextualizar a atuação de mulheres no ensino (primário, secundário e no ensino superior), direcionando para a atuação de mulheres da Congregação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria.

Pelo exposto, ao final do capítulo tem-se todos os elementos para afirmar que a presença das mulheres no processo histórico tem visibilidade limitada, pois são poucos os estudos que abordam a temática, embora, na atualidade, alguns grupos de estudo e produções científicas contribuem para que o tema seja mais explorado. E, nesse sentido, considerando essa invisibilidade, a pesquisa sobre a atuação de mulheres pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria é uma forma de desvelar uma parcela da História Social do Município, enquanto mulheres que atuam no ensino, com características de um perfil empreendedor. Entende-se que esse posicionamento das Irmãs Franciscanas em Santa Maria vai além de simplesmente atuar no ensino, tendo em vista sua missão vocacional e religiosa. Vai ao encontro de um planejamento estratégico e um perfil empreendedor que orienta suas atividades para a consecução dos objetivos da Congregação e que resultou em uma atuação que foi significativa no contexto do ensino superior, bem como na interiorização desse

ensino também de caráter público, no caso da UFSM.

O segundo objetivo específico dizia respeito a dar evidência à pluralidade de fontes disponíveis para o estudo da História Social e das Mulheres, e suas possibilidades de uso na historiografia, com destaque na estruturação de histórias, trajetórias e memórias institucionais.

Acredita-se que esse objetivo foi cumprido ao demonstrar que foi utilizado um conjunto variado de fontes, identificadas em quatro grandes grupos (registros documentais, iconográficos, jornalísticos e orais), oriundas de diferentes Instituições, e tendo por base metodologias próprias de análise para subsidiar a construção específica do segundo capítulo: “Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã: memórias/fragmentos de uma trajetória educacional”, mas que também contribuíram para a elaboração dos demais capítulos.

Nessa conjuntura, destaca-se a busca por fontes realizada em diferentes Instituições:

- as que tinham relação direta com a pesquisa, como os arquivos das respectivas Instituições de ensino, o Arquivo da Província Imaculado Coração de Maria, a SCALIFRA-ZN e o MHIF;

- de cultura (pública e privada), como o Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, a Biblioteca Municipal de Santa Maria e a Casa de Memória Edmundo Cardoso;

- eclesiásticas, como a Arquidiocese de Santa Maria e a Catedral Metropolitana Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Santa Maria.

Todas essas Instituições são espaços com um significativo e relevante acervo documental e bibliográfico com temáticas que abrangem o cotidiano de Santa Maria, de forma direta e indireta, em diferentes períodos. Assim, configuram-se como locais de preservação de fontes documentais que muito podem auxiliar em pesquisas e em construções historiográficas que tenham por propósito a realização de investigações com temáticas relacionadas a Santa Maria, e aos personagens que a integram, como as mulheres da Congregação das Irmãs Franciscanas.

Cada fonte foi interpretada a partir da utilização de uma metodologia específica, de acordo com as suas características, fato que evidencia suas potencialidades de uso na historiografia, em especial na estruturação de histórias, trajetórias e memórias institucionais, como foi realizado em cada uma das unidades do capítulo, que se referiam às Instituições de Ensino Superior de Santa Maria, nas quais as Irmãs Franciscanas atuaram. Nas fontes iconográficas, a metodologia utilizada foi a proposta por Kossoy (2001); nas fontes jornalísticas, os autores Lapuente (2015), Luca (2015) e Flick (2013); nas fontes orais, as considerações apresentadas por Delgado (2010) e Alberti (2013).

Dessa forma, as trajetórias das Instituições de Ensino Superior de Santa Maria (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, Universidade Federal de Santa Maria, Faculdades Franciscanas, Centro Universitário Franciscano e Universidade Franciscana) foram identificadas e descritas com base no entrecruzamento de fontes, que foram utilizadas a partir de metodologias que permitiram sua decodificação e interpretação para uso na construção historiográfica.

Por fim, o último objetivo específico tinha como propósito evidenciar o papel empreendedor das Irmãs Franciscanas na construção da memória da educação superior em Santa Maria a partir de um olhar renovado para as fontes, bem como dando voz a fontes inéditas de pesquisa.

O referido objetivo foi alcançado a partir do desenvolvimento de dois capítulos produzidos na sequência dos apresentados anteriormente. No primeiro deles, “Mulheres empreendedoras no ensino superior: instituições pertencentes à SCALIFRA-ZN”, constam elementos que caracterizam como empreendedora a atuação das Irmãs Franciscanas. Nesse sentido, optou-se por estudar e apresentar esses dados a partir do uso de recortes temporais, assim identificados:

- Ações empreendedoras nos anos 1950: FIC e FACEM
- Ações empreendedoras nos anos 1990: FAFRA e UNIFRA
- Ações empreendedoras nos anos 2000: UFN

A utilização desse recurso permitiu um estudo mais aprofundado de cada Instituição na medida em que se fez uso dos elementos teóricos sobre empreendedorismo, postulados no primeiro capítulo, em que se optou pela seleção de dois autores, Dornelas (2007) e Machado (2009), associando-os com os elementos da trajetória histórica das Instituições de Ensino Superior, detalhados no segundo capítulo, os quais, associados com outras fontes documentais, permitiram a reflexão e identificação das ações empreendedoras realizadas pelas Irmãs Franciscanas em Santa Maria, no período selecionado para a realização da pesquisa.

Assim, as Irmãs Franciscanas foram empreendedoras na constituição da FIC na medida em que criaram uma Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras, inexistente até então no Município. Apesar de todos os entraves burocráticos, aceitaram os riscos do processo e utilizaram recursos físicos disponíveis em outra Comunidade da Congregação para dar início às atividades de ensino, bem como os recursos humanos da Congregação para atuarem como professoras e em atividades administrativas como secretaria, biblioteca etc.

Foram empreendedoras quando criaram a FACEM, pois era a única

Escola de Enfermagem no interior do RS, pois, na década de 1950, somente a Escola de Enfermagem de Porto Alegre ofertava vagas nessa área. Assim como na FIC, as Irmãs Franciscanas aceitaram os riscos do processo, principalmente os decorrentes da legislação da época, que colocava uma série de requisitos a serem cumpridos para a oferta de um Curso de Enfermagem. E, quanto ao aproveitamento de recursos (físicos e humanos), aceitaram o auxílio de outras Instituições (Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo, Faculdade de Farmácia) para que pudessem dispor de espaços físicos de sala de aula, laboratórios e professores para o início das aulas. Após a implementação das duas Faculdades, em 1955, gradativamente, o contexto social em Santa Maria foi sendo modificado, houve a permanência de estudantes na cidade, o que incentivou o comércio local, entre outras atividades.

Pode-se afirmar, ainda, que os atos empreendedores que culminaram na criação da FIC e da FACEM foram influenciados pela gestão da SCALIFRA-ZN, mantenedora da Congregação, com sede instituída em Santa Maria, a partir da divisão da Província em 1951, conforme relatado no capítulo relacionado à trajetória da Congregação no Brasil.

Com relação ao próximo período estudado, relacionado à atuação das Irmãs Franciscanas na FAFRA, pode-se dizer que o elemento empreendedor se fez presente, em um primeiro momento, na constituição das Faculdades Franciscanas. Assim, a unificação da FIC e FACEM permitiu o início de uma caminhada rumo à transformação em Universidade Franciscana. Com isso, a primeira iniciativa foi realizada na unificação da FIC e FACEM, quando se fez uso do aproveitamento integral de recursos a partir de um planejamento estratégico da Congregação, mas também se buscou o aumento do número de cursos de graduação e pós-graduação *lato sensu*.

As Irmãs Franciscanas também foram empreendedoras quando criaram o Centro Universitário Franciscano, por transformação das Faculdades Franciscanas, ainda na década de 1990. Buscaram, nesse contexto, aumentar a oferta de cursos de graduação e pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) e o aumento da área física como um meio de buscar a transformação em Universidade, assim, o período do Centro Universitário foi um período de crescimento e desenvolvimento. Um exemplo de aproveitamento de recursos físicos foi a adaptação de um dos prédios da Congregação, o prédio do Orfanato São Vicente de Paulo, para ser o Conjunto III da UNIFRA. Enquanto FAFRA e UNIFRA, as Irmãs Franciscanas modificaram o contexto social de Santa Maria, tendo em vista a necessidade de atender a um público crescente de estudantes do município.

Atuaram como empreendedoras no processo de transformação em Universidade Franciscana, pois assumiram os riscos do processo considerando

a modificação da legislação educacional vigente, o que permitiu a estruturação da Instituição em Centro Universitário. Assim, novos cursos de graduação e pós-graduação foram criados, o que refletiu no número de alunos matriculados e, conseqüentemente, na ampliação dos espaços físicos da Instituição, o que continua a modificar o contexto social de Santa Maria, tendo em vista a necessidade de atender a um público crescente de estudantes no município.

Por fim, nos anos 1960, foram empreendedoras quando estiveram presentes nas discussões para criação da USM e tornaram-se parte dessa Instituição enquanto Faculdades agregadas. Na época, a legislação brasileira tinha como um dos requisitos para a constituição de uma Universidade a existência de uma Faculdade de Filosofia, bem como um conjunto de pelo menos quatro outras Faculdades. Assim, sem a FIC e demais Instituições agregadas (formadas pelas Faculdades particulares e de responsabilidade de Congregações religiosas) e faculdades integrantes (formadas pelas Faculdades que já existiam no município), não haveria USM. Além do que, durante a consolidação da UFSM no município, algumas Irmãs Franciscanas participaram do desenvolvimento de atividades enquanto membros de comissões, Diretora de Faculdade, entre outros cargos.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, a partir dos estudos realizados nesta pesquisa, tem-se outro olhar para as fontes documentais acerca da história e memória do ensino superior em Santa Maria, as quais, muitas vezes, não foram utilizadas com o propósito de registrar como as Irmãs Franciscanas se inseriram nesse processo, uma ausência que pode ser justificada pela falta de evidências ou ainda pela tradição histórica de deixar a história de mulheres oculta, ainda mais de mulheres de uma congregação religiosa, pois a atuação dessas Irmãs Franciscanas não passaria do cumprimento de uma missão educacional e, porquanto, não são percebidas como sujeitos ativos e líderes em um processo histórico. De uma forma ou de outra, a partir do uso de fontes até então inéditas e/ou pouco exploradas, conseguiu-se ter acesso a outras evidências que colocam as Irmãs Franciscanas como protagonistas do contexto histórico educacional do ensino superior de Santa Maria entre 1953 e 2018.

Nesse contexto, pode-se afirmar que o objetivo geral da pesquisa foi plenamente atendido, na medida em que, conseguiu-se registrar e evidenciar a trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, no período de 1953 a 2018 e seu papel empreendedor no que diz respeito ao ensino superior em Santa Maria – RS. Com o uso de diferentes fontes (documentais, iconográficas, jornalísticas e orais), foi possível trazer à tona uma trajetória histórica que não tinha visibilidade, considerando as ausências de trabalhos e pesquisas com a referida temática, fato que ficou constatado com o levantamento do estado da arte.

Assim, a resposta ao problema de pesquisa é: a trajetória das Irmãs Franciscanas de 1953 a 2018 é, de fato, exemplo de uma ação empreendedora no que se refere ao ensino superior no município de Santa Maria. As Irmãs Franciscanas contribuíram ativamente na estruturação e consolidação da Universidade de Santa Maria, em 1960, e no seu desenvolvimento ao longo dos anos enquanto UFSM. Além disso, pode-se afirmar que seus atos na administração de Instituições de Ensino Superior mantidas pela SCALIFRA-ZN culminaram na estruturação da Universidade Franciscana, um objetivo planejado e que foi perseguido passo a passo pela Congregação.

Compreende-se, ainda, que a presente pesquisa pode ser utilizada como um ponto de partida, uma fonte para a realização de estudos acerca da trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã e ainda sobre como mulheres pertencentes a uma Congregação religiosa podem atuar transformando o contexto social do local em que se instalam, por meio de suas ações educacionais.

É pertinente considerar, também, que esta pesquisa tem estreita relação com a memória e o patrimônio da cidade de Santa Maria, uma vez que trouxe elementos sobre a trajetória de uma Congregação religiosa plenamente atuante no contexto da educação básica e superior. Assim, as fontes documentais apresentadas na pesquisa evidenciam uma memória acerca do contexto educacional de Santa Maria, com destaque ao período de 1953 a 2018, por meio das ações empreendedoras das Irmãs Franciscanas no ensino superior.

A partir dessa memória, pode-se afirmar que a pesquisa aqui apresentada se configura como uma interpretação do momento histórico analisado, ou seja, constituiu-se em um olhar sobre o contexto educacional de Santa Maria, a partir da atuação empreendedora das Irmãs Franciscanas, em que se buscou valorizar a sua atuação, dando voz a um grupo de mulheres pertencentes a uma Congregação religiosa, como representantes da História das Mulheres e História Social local.

Assim, a pesquisa é um importante registro da atuação dessas mulheres e contribui para a difusão de informações sobre sua trajetória. Com esta pesquisa, acredita-se que se contribuiu para diminuir a invisibilidade, que pode ocorrer pela dificuldade de acesso às fontes e/ou pela própria escolha de pesquisadores em mascarar os registros, privilegiando uma história que tem por base apenas a figura de representantes masculinos no processo historiográfico.

Por fim, conclui-se que a realização desta pesquisa é uma forma de evidenciar e dar voz a sujeitos históricos que, ao longo da História tradicional, não foram devidamente valorizados e revelados, os quais tem na História Social a possibilidade de serem estudados e contemplados.

Dessa forma, os estudos acerca da Mulher na História, que se inserem no âmbito da História Social, e em específico sobre as mulheres pertencentes à Congregação das Irmãs Franciscanas em Santa Maria, foram veemente discutidos nesta pesquisa com o intuito de demonstrar e destacar sua atuação empreendedora no ensino superior entre os anos de 1953 e 2018. Pretendeu-se, assim, trazer uma contribuição inédita aos possíveis estudos históricos que tenham por suporte essa temática.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMANS, Gian; OSTERMANN, Ursula; SERBACKI, Marly. **Chamadas pela bondade de Deus**. História das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no século XX. Trad. Benícia Flesch. Estados Unidos, Stella Niagara: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, 2000.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE SANTA MARIA. Santa Maria em Dados. **Indicadores**. Disponível em: <<http://santamariaemdados.com.br/3-indicadores/>>. Acesso em: 24 fev. 2020.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS CENTRAL SUL. Vestibular de verão da Unifra sofre mudanças. 28/11/2014. Disponível em: <www.centraisul.org/2014/ves-tibular-de-verao-da-unifra-sofre-mudancas/>. Acesso em: 09 out. 2020.

A INSTALAÇÃO Faculdade de Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 29 abr. 1955, p. 6

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013. 236 p.

ALCANÇARAM grande brilhantismo as festas de instalação da USM. **A Razão**, Santa Maria, 21 mar. 1961, p. 6 e 8.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia**. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edund, 1993. 349 p.

ALMEIDA, Edlaine Cristina Rodrigues de. **História da Escola de Enfermagem Madre Justina Inês: uma instituição de ensino superior formando enfermeiras em Caxias do Sul/RS (1957-1967)**. 2012. 244 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, RS, 2012.

ANDREASSI, Tales et al. **Global Entrepreneurship Monitor**. GEM. Empreendedorismo no Brasil: 2014. Curitiba: IBQP, 2014. 212 p.

ANUNCIADA a instalação de uma escola de enfermagem em S. Maria. **A Razão**, Santa Maria, 21 maio 1954, p. 6.

APÓSTOLAS DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS PROVÍNCIA BRASILEIRA CLÉLIA MERLONI. **Obras de missão – Educação**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.apostolas-pr.org.br/apostolas/obras-de-missao/educacao>>. Acesso em: 28 set. 2020.

ARAÚJO, Sabrina Sales. A presença de docentes femininas no Ensino Superior no Brasil de 1990 a 2005. In: XIII Encontro Regional de História. História

e Democracia: possibilidades do saber histórico. 8 a 11 de nov. 2016. p. 1-11. **Anais do XIII Encontro Regional de História**. Disponível em: <http://www.encontro2016.ms.anpuh.org/resources/anais/47/1479604881_ARQUIVO_Docenciafemininanoensinosuperior.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

ARDUINI, Guilherme Ramalho. A Igreja Católica e suas Instituições de Ensino Superior. **Pró-Posições**. v. 28, n. 3, p. 60-82, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pp/v28n3/0103-7307-pp-28-3-0060.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

A REUNIÃO da ASPES – Telegramas ao Ministro da Educação e Superintendência do Ensino Superior. **A Razão**, Santa Maria, 21 fev. 1954, p. 4.

ARISPE, Fernanda. **Faculdade Interamericana de Educação**: a história do mundo refletida na UFSM. 21/11/2011. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/2011/11/21/faculdade-interamericana-de-educacao-a-historia-do-mundo-refletida-na-ufsm/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE. **Bispos e arcebispos**. 2020. Disponível em: <<https://www.arquidiocesepoa.org.br/bispos-e-arcebispos>>. Acesso em: 30 set. 2020.

ARQUIDIOCESE DE SANTA MARIA. **Dom Antônio Reis**. 19/04/2017. Disponível em: <http://www.diocesasantamaria.org.br/content/knowledgebase/kb_view.asp?kbid=123>. Acesso em: 10 dez. 2020.

ARRUSSUL, Luciano Godoy. **Arquitetura/Urbanismo/Educação**: o campus da Universidade Federal de Santa Maria. 2009. 166 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, SC, 2009.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR. Estatuto. 1948. In: ISAIA, Luiz Gonzaga. **UFSM: Memórias**. Santa Maria: [s.n], 2006.

ASPURZ, Lazaro de. **Manual de história franciscana**. Companhia Bibliográfica Española S. A.: Madrid, 1954. Disponível em: <<https://archive.org/details/manualdehistoria00laza/page/n7>>. Acesso em: 07 abr. 2019.

ATOSAÚDE. **Significado dos símbolos da enfermagem**. [s/d]. Disponível em: <[http://atosau.de.com/significado-dos-simbolos-da-enfermagem-tecnico-de-enfermagem/#:~:text=O%20s%C3%ADmbolo%20da%20Enfermagem%20foi,Nightingale%20\(1810%2D1920\).&text=Por%20esse%20motivo%20na%20FORMATURA%20de%20Enfermagem%20h%C3%A1%20a%20Cerimonia%20da%20L%C3%A2mpada](http://atosau.de.com/significado-dos-simbolos-da-enfermagem-tecnico-de-enfermagem/#:~:text=O%20s%C3%ADmbolo%20da%20Enfermagem%20foi,Nightingale%20(1810%2D1920).&text=Por%20esse%20motivo%20na%20FORMATURA%20de%20Enfermagem%20h%C3%A1%20a%20Cerimonia%20da%20L%C3%A2mpada)>. Acesso em: 4 dez. 2020.

A Universidade para S. Maria tem o vulto de fundação de uma cidade. **A Razão**, Santa Maria, 21 fev. 1960, p. 6 e 8.

AULA inaugural da Escola de Enfermagem. **A Razão**, Santa Maria, 3 jun. 1955, p. 6.

BACKES, Dirce Stein et al. **Enfermagem FACEM/UNIFRA**: uma trajetória

de transformações: 60 anos enfermagem Centro Universitário Franciscano. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2015.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, n. 1, p. 25-38, 2014.

BANDEIRA, Rosani. **Clima organizacional do Departamento de Letras Vernáculas do Centro de Artes e Letras da UFSM**. 2004. 25 p. (Especialização em Recursos Humanos e Marketing) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2004.

BARREIRA, Ieda de Alencar; BAPTISTA, Suely de Souza. Haydée Guanais Dourado: carisma e personalidade a serviço de um ideal. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 55, n. 3, p. 275-292, maio/jun., 2002.

BARICHELLO, Eugenia Maria Mariano da Rocha. **Universidade e comunicação: Identidade Institucional, legitimidade e territorialidade na cena da nova ordem tecnoueducacional**. 2000, 309 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2000.

____. **Comunicação e comunidade do saber**. Santa Maria: Palotti, 2001. 196 p.

____. **Os 50 anos da Nova Universidade**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2012. 146 p.

BARIN, Nilsa Teresinha Reichert (Org.) **Scalifra ZN: conquistas e perspectivas na educação**. Santa Maria: Unifra, 2006. 205 p.

BARIN, Nilza Teresinha Reichert; BORGES, Zelma Santos. **O cinquentenário da dialética pedagógica do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria**. Santa Maria: UNIFRA, 2005.

BATISTA, Edlamar. **Ensino Superior no Brasil 1980-1991**. IPEA: Rio de Janeiro. Outubro de 1993. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/TDs/td_0321.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.

BBC BRASIL.COM. **Holanda dá adeus ao florim**. 27 de janeiro de 2002. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/economia/020127_florimtp.shtml>. Acesso em: 6 abr. 2019.

BELÉM, João. Capítulo X – Instrução. In: **História do município de Santa Maria: 1797 – 1933**. 3 ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2000. p. 209-232.

BERLEZE, Dauter. In: RUPOLO, Iraní. (Org.) **Homenagens de reconhecimento**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2013.

BERNARDI, Hélios Homero. Saudação aos 20 anos da UFSM. **Quero Quero**, v. 8, n. 30, p. 26-30, exemplar cortesia, maio 1981.

BIASOLI, Vitor. **Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria (1870/1920)**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2010. 230 p.

BISOGNIN, Vanilde. O ensino de graduação no Centro Universitário Franciscano de Santa Maria. In: BARIN, Nilsa Teresinha Reichert; BORGES, Zelma

Santos. **O cinquentenário da dialética pedagógica do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria**. Santa Maria: UNIFRA, 2005.

BITTENCOURT, Agueda Bernadete. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. **Pro.Posições**, v. 28, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v28n3/0103-7307-pp-28-3-0029.pdf>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos e abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p. 183-192.

BRAZ, Denise. Primeiras escolas de enfermagem no Brasil. In: **Portfólio da História da Enfermagem**. 23/04/2014. Disponível em: <<http://denfermagem.blogspot.com/>>. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRITO, Luciana Souza de. **Histórias e memórias institucionais a partir do acervo fotográfico do Centro Universitário Franciscano (1955-1980)**. 2010. 256 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2010a.

_____. Histórias e memórias institucionais captadas a partir do estudo de acervos fotográficos. **Revista Datagramazero**, v.11, n. 3, jun. 2010b, p. 1-32.

_____. Fragmentos sobre a memória da educação superior em Santa Maria – RS, Brasil, a partir das instituições gerenciadas pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. **Revista Estudos Históricos – CDHRPyB**, v. 11, dez. 2019, n. 22, Uruguay, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.estudioshistoricos.org/22/eh22d13.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2020.

BRITO, Luciana Souza de; PADOIN, Maria Medianeira. Irmã Consuelo e sua contribuição na trajetória educacional do ensino superior em Santa Maria, RS, Brasil. In: TEDESCHI, Sonia Rosa; PRESSEL, Griselda. **Historia, regiones y fronteras: cruces teórico-metodológicos, experiências de investigación y estudios de caso: trabajos presentados en la IX Reunión anual Comité Académico Historia, Regiones y Fronteras de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo**. 1. ed. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 2019. p. 686-702. Disponível em: <http://www.fhuc.unl.edu.ar/media/investigacion/publicaciones/HISTORIA/AUGM_Historias%20regiones%20y%20fronteras.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BULÉ, Anieli Ebling. **Processo de internacionalização de instituições de ensino superior**: estudo de caso na Universidade Federal de Santa Maria. 2015. 163 p. Dissertação. (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CASTANHO, Denise Molon. **Política para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**: um estudo em Universidades e Centro Universi-

tário de Santa Maria – RS. 2007. 127 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2007.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior**: conceitos, definições e classificações. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+conceitos%2C+defini%C3%A7%C3%B5es+e+classifica%C3%A7%C3%B5es/378ec098-0d71-4465-bd54-45abbd17c53f?version=1.3>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO. UNIFRA. **Histórico**. 2017. Disponível em: <<http://www.unifra.br/50anos/historico.asp>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

_____. **Guia acadêmico**. Santa Maria: Unifra, 2018. 76p. Disponível em: <https://issuu.com/editoraunifra/docs/guia_academico_unifra_2018>. Acesso em: 8 out. 2020.

_____. **Guia acadêmico**. Santa Maria: Unifra, 2017. 74p. Disponível em: <https://issuu.com/editoraunifra/docs/guia_acad_mico_issu>. Acesso em: 8 out. 2020.

_____. **Guia acadêmico**. Santa Maria: Unifra, 2014. 90p. Disponível em: <<https://issuu.com/jaimachadogarcia/docs/guia2014>>. Acesso em: 8 out. 2020.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional**: Diretrizes Políticas Pedagógicas (2003-2007). Unifra: 2002, 14p.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional** (2007-2013). Unifra: 2007. 20p.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional** (2012-2015). Unifra: 2012. 20p.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional** (2015-2020). Unifra: 2015. 29p.

_____. **Projeto de Desenvolvimento Institucional** (2016-2020). Unifra: 2016. 46p.

_____. **Projeto Pedagógico Institucional**. Santa Maria: Unifra, [s/d].

_____. **Relatório 2003**. Santa Maria: Unifra, 2004.

_____. **Relatório 2004**. Santa Maria: Unifra, 2005.

_____. **Relatório 2008**. Santa Maria: Unifra, 2008.

CENTRO UNIVERSITÁRIO LA SALLE. **Sobre a Instituição**. [s/d]. Disponível em: <<https://lasalle.edu.br/sobre-a-instituicao/historia>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

CERON, Ida Tereza. **Madre Madalena – Mulher de paz**: sesquicentenário de sua obra / 1835 – 1985. Santa Maria: 1985. 128 p.

_____. **Consciência viva**: 40 anos de caminhada. Santa Maria: Associação Franciscana Madre Madalena, 1996. 696 p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**: dando asas ao espírito em-

preendedor. 4. ed. Barueri: Manole, 2012. 315 p.

CICLO de palestras sobre a “Origem e Evolução do Mundo”. **A Razão**, Santa Maria, 23 set. 1969, p. 6.

CLARETIANO 50 ANOS. **50 anos Claretiano**. Disponível em: <<http://50anos.claretiano.edu.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS DORES. **A Congregação**. [s/d]. Disponível em: <<https://www.cnsdfri.com.br/congregacao/>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

COMÉRCIO e serviços representam mais de 80% do PIB de Santa Maria.

GaúchaZH. 28 mar. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/economia/noticia/2017/03/comercio-e-servicos-representam-mais-de-80-do-pib-de-santa-maria-cj5wmsd601wkbxbj0udmroz9q.html>>. Acesso em: 3 jul. 2020.

CONGREGAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ. **Semeando** – Notícias sobre as atividades das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. [s.l.]: [s.n.], 1951.

CONGREGAÇÃO DO APOSTOLADO CATÓLICO IRMÃS PALOTINAS. **Unidades**. Disponível em: <www.irmaspalotinas.com.br>. Acesso em: 21 ago. 2020.

CONGREGAÇÃO DO IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Histórico**. Disponível em: <www.redeicm.org.br/coracaodemaria/historico>. Acesso em: 21 ago. 2020.

COOLS, Angelita; WINPERSEE, Hildegard Van de. **Madre Madalena Daemen e sua congregação**: irmãs franciscanas da penitência e caridade cristã. Heythuyssen: Terceira Ordem Regular de São Francisco, 1966. 195 p.

CURSO Especializado de Educação. **A Razão**, Santa Maria, 27 maio 1969, p. 6.

DANTAS, Fabiana Santos. **Direito fundamental à memória**. Curitiba: Juruá Editora, 2010.

DECLARAÇÕES para efeitos da Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893. **A Federação**, Porto Alegre, 16 de maio de 1893, p. 3.

DEGEN, Ronald. **O empreendedor**: fundamentos da iniciativa empresarial. 8. ed. [S.l.]: MCGRAWHILL Brasil, 1989. 368 p.

DELLA MÉA, Célia Helena Pelegrini; DALPIAN, Laurindo; BARIN, Nilsa Teresinha Reichert. O pioneirismo do curso de Letras. In: QUADROS, Claudemir de. (Org.). **Histórias e Memórias dos 50 anos dos cursos de formação de professores do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria**. Santa Maria: Unifra, 2005. p. 136-159.

DEL PRIORE, Mary. Mulher e sentimento na iconografia do século XIX. In: LIMA, Lane Lage da Gama (Org.). **Mulheres, adúlteros e padres**: História e Moral na Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1987, p. 69-90.

- ____. **A mulher na história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1989. 64 p.
- ____. **Ao sul do corpo**: Condição feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 302.
- ____. **Histórias e conversas de mulher**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2014. 303 p.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 136 p.
- DESENVOLVIMENTO de S. Maria no setor do ensino superior – Fala a reportagem o professor Mariano da Rocha Filho. **A Razão**, Santa Maria, 28 fev. 1954, p. 5.
- DESENVOLVIMENTO do Ensino em Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, 30 de mar. 1955, p. 4
- DESIGNADA inspetor para verificação das Fac. de Economia e Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 14 mar. 1954, p. 3.
- DEUS CUIDA. **Onde estamos**. [s/d]. Disponível em: <<http://deuscuida.com/onde-estamos/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- DIOCESE DE SANTA MARIA. **A diocese de Santa Maria**. Santa Maria: [s.n.], 1957.
- DIPLOMADA a primeira turma da Faculdade de Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 21 dez. 1958, p. 6.
- DIVISÃO DE ARQUIVO GERAL. UFSM. Projeto Retalhos da Memória de Santa Maria. **Encontro de reitores brasileiros e alemães em 1967**. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/2017/08/08/encontro-de-reitores-brasileiros-e-alemaes-em-1967/>>. Acesso em: 24 mar. 2020.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 180 p.
- ____. **Empreendedorismo**: transformando idéias e negócios. 3. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 288 p.
- DUARTE, Maria Izabel Mariano da Rocha. **José Mariano da Rocha Filho**: Fotobiografia. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2014. 240 p.
- DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no ocidente**. vol 1, A Antiguidade. Trad. Maria Helena da Cruz Porto, Irene Maria Vaquinhas, Leontina Ventura e Guilhermina Mota. Porto: Edições Afrontamento, 1993.
- EDUCALINGO. **Dicionário**. Disponível em: <<https://educalingo.com/pt/dic-de/kulturkampf>>. Acesso em: 9 mar. 2020.
- EM prol das Faculdades de Economia e Filosofia desta cidade – Telegrama do dep. Walter Peracchi Barcelos ao ministro da Educação. **A Razão**, Santa Maria, 13 fev. 1954, p. 6 e 4.

ESCOLA de Enfermagem nos moldes da “Ana Neri” do Rio de Janeiro. **A Razão**, Santa Maria, 30 mar. 1955, p. 4.

ESCOLA de Enfermagem uma afirmação positiva. **A Razão**, Santa Maria, 1º maio 1956, p. 8.

FACULDADE de Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 10 jan. 1954, p. 5.

_____. **A Razão**, Santa Maria, 5 mar. 1954, p. 2.

FAFRA terá guia de Turismo Nacional. **A Razão**, Santa Maria, 21 e 22 dez. 1996, p. 7.

FAFRA mais próxima de ser Centro Universitário. **A Razão**, Santa Maria, 4 e 5 jul. 1998, p. 1-4.

FALCÃO, Adriano da Silva; FLORES, Anelis Rolão. **Caminhos da preservação do patrimônio arquitetônico de Santa Maria**. Memória. 17/01/2020. Disponível em: <<https://www.ufn.edu.br/site/detalhes-noticia/memoria-caminhos-da-preservacao-do-patrimonio-arquitetonico-em-santa-maria>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

FALCÃO, Adriano da Silva; PEREYRON, Daniel. Patrimônio Edificado. In: FLORES, Anelis Rolão; CORRÊA Roselaine C. **Centro Universitário Franciscano: educação e empreendedorismo 1955-2015**. Santa Maria, Centro Universitário Franciscano, 2015. p. 25-51.

FATIMA PORTAL DA FÉ. Franciscanos. **Breve histórico e subdivisão dos franciscanos**. Disponível em: <<http://www.fatima.com.br/paginas/breve-historico-e-subdivisao-dos-franciscanos>>. Acesso em: 7 abr. 2019.

FATTURI, Karyne Carlos. **Análise histórica do empreendedorismo: um estudo das principais características e definem um empreendedor de sucesso**. 2013. 56 p. (Graduação em Engenharia de Produção) – Centro Universitário Estadual da Zona Oeste, Rio de Janeiro, RJ, 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FIC 40 anos. **A Razão**, Edição Especial de Aniversário, Santa Maria, 22 e 23 abr. 1995, p. 1-4.

FILHAS DA CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULO PROVÍNCIA DE CURITIBA. **Dia da educação vicentina**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.filhasdacaridade.com.br/educacao/publicacoes-e-projetos/dia-da-educacao-vicentina/79>>. Acesso em: 7 mar. 2020.

FILION, Louis Jacques. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração**. São Paulo, abr./jun. 1999, v. 34, n. 2, p. 5-28. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/18122/empreendedorismo--empreendedores-e-proprietarios-gerentes-de-pequenos-negocios>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

FLESCH, Benícia. **Seguindo passo a passo, uma caminhada.** História da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã no Brasil. Porto Alegre: Metrópole, 1993. 239 p.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa:** um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.

FOTO. **A Razão**, Santa Maria, 21 de mar. 1961, p. 8

FRÖHLICH, Larissa Fabricio. O movimento franciscano e seu contexto histórico. **Revista Vidya**, Edição Especial, SCALIFRA-ZN 50 anos, julho 2001, p. 9-26.

_____. **A influência franciscana no processo de emancipação política da banda oriental e do Brasil.** 2005. 121 p. Dissertação (Mestrado em Integração Latino Americana) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2005.

FUNDAÇÃO e Fafra trazem cursos. **A Razão**, Santa Maria, 30 e 31 ago. 1997, p. 10

FURLIN, Neiva. Relações de gênero e docência. Participação das mulheres no ensino superior em Teologia. In: XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. **Anais do XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología Asociación Latinoamericana de Sociología**, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <<https://www.academica.org/000-062/876>>. Acesso em: 2 fev. 2020.

GAÚCHA ZH. **Com a Universidade Franciscana, Santa Maria se consolida como polo de ensino superior.** 02/04/2018. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/midia/?p=43118>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

_____. **Ligada à criação da UFSM, Fundae acumula dívida de R\$ 50 milhões após Rodin.** Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/politica/noticia/2017/11/ligada-a-criacao-da-ufsm-fundae-acumula-divida-de-r-50-milhoes-apos-rodin-cj9sdswpq006g01tbrgyxc3do.html>>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GERVERAU, Laurent. **Voir, comprendre, analyser les images.** Université de Loussanne, [s/d]. Disponível em: <<http://artsanae99.e-monsite.com/medias/files/sociologie-de-limage-synthese-de-voir-comprendre-> JERRAM, Leif. Space: A useles category for historical analysis? In: Hi>. Acesso em: 5 dez. 2018.

_____. **Ver, compreender, analisar as imagens.** Lisboa. Portugal: Edições 70, 2007.

GLOBO.COM. G1. **Dom Ivo Lorscheiter morre no RS.** Bispo emérito de Santa Maria estava internado desde 25 de fevereiro. Ele teve complicações após uma cirurgia no estômago. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL9115-5598,00-DOM+IVO+LORSCHHEITER+MORRE+-NO+RS.html>>. Acesso em: 4 maio 2020.

GOMES, Dione Calil. **Análise tipológica e descrição arquivística:** um olhar para a história da desapropriação de terras na construção do Campus da

UFMS, 2013. 125 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

GRECO, Simara Maria de Souza Silveira, et al. **Global Entrepreneurship Monitor**. GEM. Empreendedorismo no Brasil: Relatório Executivo 2018. Curitiba: IBQP, SEBRAE, UFPR, 2018.

GRUPO ESCOLAR. **Revoluções liberais de 1830**. Disponível em: <<https://www.grupoescolar.com/pesquisa/revolucoes-liberais-de-1830.html>>. Acesso em: 6 abr. 2019.

GUILLOT, Helena Rausell. **El papel de las mujeres em la sociedade actual**. Madrid: Santillana, 2016. 81 p.

GUMA, Juliana. **Conheça as origens do bairro Nossa Senhora do Rosário**. Memória. 3/04/2020. Disponível em: <<https://diariosm.com.br/cultura/conhe%C3%A7a-as-origens-do-bairro-nossa-senhora-do-ros%C3%A1rio-1.2215587>>. Acesso em: 4 maio 2020.

GUMIEIRO, Fabio. As ordens religiosas e a construção sócio-política no Brasil Colônia e Império. In: **Revista Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 46, Curitiba, p. 63-78, 2013.

HAWAT, Joseane Leonardi Craveiro el. A Matemática nos exames do ensino primário das escolas isoladas de Porto Alegre (1873-1919). In: XI Seminário Temático 'A construção dos Saberes Elementares Matemáticos: A aritmética, a geometria e o desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970', Florianópolis, SC: 6 a 8 abril de 2014, Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais XI Seminário Temático: A construção dos Saberes Elementares Matemáticos**. Disponível em: <https://seminariotematico.ufsc.br/files/2014/03/RC4_hawat_res_DAC.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2020.

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. 5. ed. Porto Alegre: Bookmann, 2004. 592 p.

HOFFMAN, Irmã Benísia. **Guia de informações para peregrinações pessoais aos Santuários de Madre Madalena**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2010. 42 p.

HOJE a instalação solene da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, 18 de mar. 1961, p. 1 e 6.

HOSPITAL São Francisco de Assis de Santa Maria vai ter clínica com plantão ortopédico. O contrato que oficializou a criação foi assinado na terça-feira. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 24 abr. 2019, [s/p].

HOTEL Glória fecha no dia 15 de julho. **A Razão**, Santa Maria, 19 jul. 2007, p. 6.

IMPÉRIO DO BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. In: **Coleção de leis do Império do Brasil**. vol 1. [s.l]: [s.n], 1827. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/>

lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 3 fev. 2020.

INSTALAÇÃO da USM é o acontecimento máximo do ano – Tarso e Daniel Krieger receberão o título de doutor Honoris Causa da Universidade de Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, 17 mar. 1961, p. 4.

INSTITUIÇÕES completam 40 anos – FIC e FACEM abrem caminho para a criação de uma Universidade Particular. **A Razão**, Santa Maria, 28 abr. 1995, p. 20.

INSTITUTO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DA PENITÊNCIA E CARIDADE CRISTÃ. **Quem somos**. Disponível em: <<http://ifrapec.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 5 nov. 2018.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. IEB. **História do IEB**. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/sobre-o-ieb/historico/>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

_____. Facebook. **Lebnário “Arquivos de mulheres, memória e representatividade**. 24/11/2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ieb.usp/videos/397824637934235>>. Acesso em: 24 nov. 2020.

ISAIA, Luiz Gonzaga. Causas que influíram na implantação do ensino superior em Santa Maria. **Revista Ciências Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, v. 8, n. 2, jul/dez 1985. p. 75-102.

_____. **UFSM: Memórias**. Santa Maria: [s.n], 2006.

JESUITAS DO BRASIL. **Educacional**. Disponível em: <<http://www.asav.org.br/educacional/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

JOÃO, Faustino; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 1997. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/39084347-Pontificia-universidade-catolica-do-rio-grande-do-sul.html>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

JORNAL DA UNIFRA. **Prédio 16 está pronto**. n. 50, ano 11, 2011. Disponível em: <https://issuu.com/unifraonline/docs/af_jornal_6_web>. Acesso em: 9 out. 2020.

JOTÃO ESCOLA. Escola Estadual de Ensino Médio Irmão José Otão. **História da escola**. Disponível em: <<http://jotaoescola.blogspot.com/2017/03/historia-da-escola.html>>. Acesso em: 28 jun. 2020.

KLEIN, Pe. Luiz Fernando. A trajetória da educação jesuítica no Brasil. In: **Ciclo de debates 2016**, São Paulo, 21/05/2016. Disponível em: <<http://pedagogiaignaciana.com/GetFile.ashx?IdDocumento=3026>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. Rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LAMPERT, Jadete Barbosa. (Org.). **40 anos de curso de Medicina de Santa**

Maria (1954/1994). Santa Maria: UFSM, 1997.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: 10º Encontro Nacional de História da Mídia. Porto Alegre: UFRGS, junho de 2015. **Anais do 10º Encontro Nacional de História da Mídia.** Disponível em: <www.ufrgs.br/alcar/2015>. Acesso em: 3 abr. 2018.

LEXICON CANONICUM. **Província religiosa.** Disponível em: <<http://www.lexicon-canonicum.org/materias/vida-consagrada-y-sociedades-de-vida-apostolica/provincia-religiosa/>>. Acesso em: 30 out. 2018.

LIMA, Marcelo Alceu Amoroso. Um breve relato da 1988 Babson College Entrepreneurship Research Conference. **Revista de Administração de Empresas.** São Paulo. n. 28, v. 4, out./dez. 1988, p. 49-54.

LIMA, Suzinara Beatriz Soares de et al. Resgatando fragmentos da história da enfermagem do Hospital Universitário de Santa Maria – RS/Brasil. **História da Enfermagem – Revista Eletrônica - HERE**, v. 1, n. 1, 2010, p. 115-137. Disponível em: <http://www.here.abennacional.org.br/here/n1/vollano1_artigo7.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LOPES, Taize de Andrade Machado; NUNES, Janilse Fernandes. Credenciamento para a modalidade de educação à distância em uma IES comunitária: planejamento, ações e perspectivas. In: 23º Congresso Internacional de Educação à Distância, 17 a 21 set., 2017. Relato de experiência. **Anais do 23º Congresso Internacional de Educação à Distância.** Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2017/trabalhos/pdf/56.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

LOURO, Guacira Lipes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 443-481.

LOUZADA, Lucimar. **Plano de negócios em instituições de ensino superior privadas do Estado do Paraná.** 2008. 189 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, SC, 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas.** 3. ed. 2. Reimp. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-154.

MACCANN, Hannah. **O livro do feminismo.** Trad. Ana Rodrigues. [S.l.]: Globo Livros, 2019. 352 p.

MACHADO, Hilka Vier. **Identidades de mulheres empreendedoras.** Maringá: EDUM - Maringá, 2009. 137 p.

MACHADO, Márcia Kaipers. **A presença do exército e da aeronáutica na organização de Santa Maria – RS.** 2008. 175 p. Dissertação. (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2008.

MARCHETTI, Carmen Regina de Menezes Dias. **A atuação das Irmãs Fran-**

ciscanas em Santa Maria. 1980. 41 p. Monografia. (Especialização em História Administrativa e Social do Brasil) – Faculdade de Ciências e Letras “Imaculada Conceição”, Santa Maria, RS, 1980.

MARCHIORI, Mara Regina C. T., COSTENARO, Regina G. S., PAVÃO, Sílvia M. de Oliveira (Org.). **A história do curso de enfermagem do Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, RS.** Santa Maria: UNIFRA, 2009.

MARISTAS DE CHAMPAGNAT. **Rede marista internacional de instituições de educação superior.** Disponível em: <<https://champagnat.org/pt/mis-sao-marista/universidades/>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

MARQUES, Maria Aparecida; DALPIAN, Laurindo. **Uma trajetória de fé e perseverança:** Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. Santa Maria: Unifra, 2008. 256 p.

MARTINS, Elenice Spagnolo Rodrigues; PELLEZZI, Neida Luiza Kaspar; MARINHO, Mara Glarete Rodrigues. Cursos lato sensu da área da saúde no período de 1984-2007. In: MARCHIORI, Mara Regina Caino Teixeira; COSTENARO, Regina Gema Santini; PAVÃO, Sílvia Maria de. (Org.). **A história do curso de enfermagem do Centro Universitário Franciscano.** Santa Maria: Unifra, 2009. p. 49-54.

MARZARI, Gabriela Quatrin. A internacionalização no Centro Universitário Franciscano: retrospectiva e expectativas. In: BACKES, Dirce Stein; MARZARI, Gabriela Quatrin (Org.). **Exchange. Austausch. Intercâmbio acadêmico:** vivências do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Franciscano. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2017. Disponível em: <<https://issuu.com/editoraunifra/docs/e-book>>. Acesso em: 18 fev. 2019. p. 15-30.

METZ, Ver. W. J. **Life of Mather Magdalene Daemen, O. S. F.** Foundress of the Congregation of the Franciscan Sisters of Penance and Christian Charity. Stela Niagara, NY: Sisters of St. Francis, 1917. Disponível em: <<https://archive.org/stream/lifeofmothermagd00muns#page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MIRANDA, Francisco Alía. **Técnicas de investigación para historiadores.** Las fuentes de la Historia. Madrid: Editorial Síntesis S. A., 2008.

MONTENEGRO et al. **Tendencias historiográficas actuales:** Historia Medieval, Moderna y Contemporánea. Editorial Universitaria Ramón Areces: Madrid, 2013.

MORALES, Neida Regina Ceccim. **Santa Maria: Memórias.** Santa Maria: Pallotti, 2008. 280 p.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Houry. In: **Proj. História**, São Paulo, dez. 1993, p. 7-28. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

NUNES, Maria José Rosado. Freiras no Brasil. In: PRIORE, Mary del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2017. p. 482-509.

NUNES, Paulo. **Apresentação da teoria das necessidades de McClelland**. Knoww.net Enciclopédia temática, 6 jan. 2016. Disponível em: <<http://knoww.net/cienceconempr/gestao/teoria-necessidades-mcclelland/>>. Acesso em: 23 abr. 2019.

O ano de 1954 será o ano – história para Santa Maria no que se refere ao ensino superior. **A Razão**, Santa Maria, 3 jan. 1954, p. 6.

OLIVEIRA, Aparecida de Fátima. **O processo de desenvolvimento do empreendedorismo feminino em um grupo de empresários da cidade de Belo Horizonte: história de vida, desafios, características e fatores determinantes**. 2014. 133 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Fundação Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG, 2014.

OLIVEIRA, Renata Rocha de. **Empreendedorismo feminino no Brasil e sua relação com variáveis econômicas e sociais**. 2017. 99 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2017.

OLIVEIRA, Milton; MONTAGNER, Roberto. As terras para o campus da UFSM. **Revista Digital Conexão UFSM**, set. 2010. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/revista/numero01/registro02.html>>. Acesso em: 10. jul. 2020.

O que foi 1953 em Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, 1º jan. 1954, p. 8 e 4.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Quem somos**. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp>. Acesso em: 20 mar. 2020.

PADOIN, Maria Medianeira. **O empresário comercial em Santa Maria/RS (uma análise histórica sobre a CACISM)**. 1992. 85 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 1992. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/24640/D%20;jsessionid=E282EB37A748D4768DF5A98B-095275F6?sequence=1>>. Acesso em: 20 set. 2018.

PAPA FRANCISCO. A Igreja: Os carismas: diversidade e unidade. 01/10/2014. In: **ACIDIGITAL**. Os carismas são dons de Deus aos fiéis para o serviço à Igreja, afirma papa Francisco. Disponível em: <<https://www.acidigital.com/noticias/os-carismas-sao-dons-de-deus-aos-fieis-para-o-servico-a-igreja-afirma-papa-francisco-11514>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

PAVA, Andrea Macêdo; NEVES, Eduardo Borba. A arte de ensinar enfermagem: uma história de sucesso. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 64, Brasília, jan./fev., 2011, p. 145-151. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-71672011000100021&script=sci_arttext>. Acesso em: 28 set. 2020.

PEREIRA, Janete de Lourdes Mello. **Educação católica em Santa Maria: o caso do colégio Sant'Anna (1905-1955)**. 2009. 41 p. Monografia (Curso de Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2009.

PEREIRA, Adriana Dall'Asta; et al. Memória. Curso de Enfermagem da UFN: uma história de décadas. **Diário de Santa Maria**. Santa Maria, 22 maio 2020. p. 20.

PEREIRA, Clarissa de Oliveira; QUERUZ, Francisco. **Memória**: o campus que ganhou espaço na cidade, 28 de fev. 2020. Disponível em: <<https://www.ufn.edu.br/site/detalhes-noticia/memoria-o-campus-que-ganhou-espaço-na-cidade>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005. 519 p.

_____. **Os Excluídos da História**: Operários, Mulheres, Prisioneiros. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 310 p.

_____. **Minha história das mulheres**. Trad. Angela M. S. Côrrea. 2. ed. 6. reimp. São Paulo: Contexto, 2019. 190 p.

PINSKY, Carla Bassanezi. Escrever a história das mulheres no Brasil. In: FUNCK, Susana Bornéo; MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira. (Org.). **Linguagens e narrativas**: desafios feministas. Tubarão: Ed. Copiart, 2014. p. 81-92.

PLASSMAN, Thomas. **Mother Magdalen Daemen and her Congregation**. 1835-1935. Stella Niagara, NY: Guillelmus Turner, 1935.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Lei n. 3.665 de 2 de julho de 1993. Dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano do município de Santa Maria, institui o Plano de Expansão e Desenvolvimento de Santa Maria. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/s/santa-maria/lei-ordinaria/1993/367/3665/lei-ordinaria-n-3665-1993-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-do-municipio-de-santa-maria-institui-o-plano-de-expansao-e-desenvolvimento-de-santa-maria-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 29 maio 2020.

PROCEDIDA a verificação na Fac. de Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 21 nov. 1957, p. 8.

PROFESSORES do pós-graduação retornam dos Estados Unidos. **A Razão**, Santa Maria, 26 maio 1972, p. 16.

PROVÍNCIA SANTA CRUZ. **Símbolo franciscano**. O Tau franciscano. [s/d]. Disponível em: <<https://www.ofm.org.br/simbolos-franciscanos/simbolo-franciscano>>. Acesso em: 5 out. 2020.

QUADROS, Claudemir de. A aprendizagem de um discurso legítimo: a experiência do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria com a formação

de professores em serviço. In: QUADROS, Claudemir de (Org). **Histórias e memória dos 50 anos dos cursos de formação de professores do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria**. Santa Maria: UNIFRA, 2005. p. 218-257.

_____. (Org.). et al. **Imagens, histórias e memórias**. Santa Maria: Unifra, 2008. 1 DVD.

RAMBO, Arthur B. Restauração católica no sul do Brasil. **História: Questões & Debate**, v. 36, n. 1, Editora UFPR, p. 279-304, 2002. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2696>>. Acesso em: 10 out. 2017.

REDE SALESIANA BRASIL. **Institucional**. Disponível em: <<https://ensino-superior.rsb.org.br/Institucional>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

RETAMOSO, Livia Regina Rocha. **Acessibilidade ao patrimônio documental da Universidade Federal de Santa Maria – A disponibilização das atas do Conselho Universitário (1961-1964)**. 2013. 171 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2013.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil: a História não contada**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018. 315 p.

RIBEIRO, Nely. **Jornais gráficos RS 1827-1900: O Jornal em Santa Maria 1883 – 1992**. Santa Maria, 1992.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. 536 p.

RIGO, Kate Fabiani. **Conflitos e identidades: a ação Marista nos núcleos teutos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDI-PUCRS, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=-rMwsf6Vpq4C&pg=PA100&lpg=PA100&dq=lei+771+de+4+de+maio+de+1871&source=bl&ots=MBtFNrIEdL&sig=ACfU3U0MXZs-pfxSjhBIQLJitFX4NRRbngw&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwjHkdSczoToAhW3GbkGHYzrCmUQ6AEwA3oECAkQAQ#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

RIGO, Cecília Ivone. Memória Histórica da Congregação no período de 1951 a 2014: Província do Imaculado Coração de Maria. In: **Capítulo Brasileiro de Esteiras: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2015. p. 51-55.

RIGO, Cecília Ivone; THOMAS, Clarícia Therezinha; KLEIN, Maria Ana. Missão Franciscana em Rede: luzes e sombras. In: BACKES, Dirce Stein; FERREIRA, Maria Valdete; GOMES, Nilvete Soares. **Revista Conexão**. Missão Franciscana em Rede, v. 2, 2018, p. 16-18. Disponível em: <https://issuu.com/editoraufn/docs/conex_o_-_miss_o_franciscana_em_red>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ROCHA FILHO, José Mariano da. Anotações para a História da Universidade
299

Federal de Santa Maria. **Revista Ciências Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, v. 8, n. 2, jul./dez. 1985. p. 69-74.

_____. **A terra, o homem e a educação “Universidade para o desenvolvimento”**. Santa Maria: Pallotti, 1993. 119 p.

_____. **USM: a nova Universidade**. 2. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2011. Não paginado.

_____. Santa Maria na liderança da marcha pela interiorização do ensino superior. Discurso do prof. Mariano Filho presidente da ASPES na aula inaugural da Escola de Enfermagem. In: SANTA MARIA na liderança da marcha pela interiorização do Ensino Superior. **A Razão**, Santa Maria, 2 jun. 1955, p. 6 e 2).

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: Mulheres educadas e a educação de mulheres. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2016. p. 333-359.

RUPOLO, Irani. Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora Medineira – FACEM: contexto histórico da criação do curso, evolução e integração. In: MARCHIORI, Mara Regina C. T., COSTENARO, Regina G. S., PAVÃO, Sílvia M. de Oliveira (Org.). **A história do curso de enfermagem do Centro Universitário Franciscano, Santa Maria, RS**. Santa Maria: UNIFRA, 2009.

_____. (Org.) **Homenagens de reconhecimento**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2013.

_____. Irmãs Franciscanas no Rio Grande do Sul e compromisso educacional. In: **Vidya**, Edição Especial, SCALIFRA-ZN 50 anos, julho 2001, p. 83-98.

_____. Missão educacional franciscana. In: BARIN, Nilsa Teresinha Reichert (Org.). **SCALIFRA-ZN: conquistas e perspectivas na educação**. Santa Maria: UNIFRA, 2006, p. 11-16.

_____. Fundamentos teóricos da pedagogia franciscana. In: **Anais I Congresso Nacional de Escolas Franciscanas**. p. 26-30. 13 a 16 de maio de 2000. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2000.

_____. Uma Proposta Franciscana para a Educação Atual. In: **Vydia**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, v. 17, n. 30, jul./dez. 1998. p. 7-28.

RUPOLO, Irani; PEDERIVA, Inacir. Universidade Franciscana: um empreendimento em evolução. In: BACKES, Dirce Stein; FERREIRA, Maria Valdete; GOMES, Nilvete Soares. **Revista Conexão**. Missão Franciscana em Rede, v. 2, 2018, p. 51-54. Disponível em: <https://issuu.com/editoraufn/docs/conex_o_-_miss_o_franciscana_em_red>. Acesso em: 28 fev. 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. Mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANDOICA, Elena Hernandez. **Tendencias historiográficas actuales: escribir historia hoy**. Espanha/ Madrid: Akal, 2004.

SANTA Maria na liderança da marcha pela interiorização do Ensino Superior. **A Razão**, Santa Maria, 2 jun. 1955, p. 6 e 2.

SANTA Maria 150 Anos Orgulhosos. **Diário de Santa Maria**, Santa Maria, 17 maio 2008, p. 1-80. Disponível em: <https://issuu.com/diariosm/docs/santa_maria_150_orgulhos/54>. Acesso em: 6 jun. 2020.

SANTOS, Claudia Medianeira Gomes dos. **A Educação feminina: Escola de Artes e Ofícios Santa Teresinha no município de Santa Maria/RS: um estudo de caso**. 2004. 108 p. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2004.

SCALIFRA-ZN. Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte. **Ensino**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.scalifra.org.br/?p=ensino>>. Acesso em: 19 ago. 2018.

_____. Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis – Zona Norte. **Institucional**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.scalifra.org.br/?p=inst>>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Histórico**. [s/d]. Disponível em: <<https://www.scalifra.org.br/index.php?p=inst>>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. **Quem somos**. [s/d]. Disponível em: <<https://www.scalifra.org.br/index.php?p=inst>>. Acesso em: 30 out. 2018.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S. A, 1961.

SEARA DE LUZ. **100 anos de atividade da Congregação das Irmãs Franciscanas no Brasil 1872-1972**. Porto Alegre: [s.n.], 1971. 57 p.

SERÁ proferida hoje aula inaugural da Escola de Enfermagem. **A Razão**, Santa Maria, 31 maio de 1955, p. 6.

SILVA, Maria Virgínia dos Santos. **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição” FIC: 1955-1995: 40 anos de história**. Santa Maria: Pallotti, 1997.

SILVA, Edna Lúcia de; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SILVEIRA, Maria Lucia; FREITAS, Taís Viudes de. **Trabalho, corpo e vida das mulheres: Crítica a sociedade de mercado**. São Paulo: SOF, 2007. 96 p.

SILVEIRA NETTO, Ir. M. Consuelo. **Na terra da Medianeira, na terra da Imembuí**. Santa Maria: Pallotti, 1987. 136 p.

_____. **Ela foi mensageira da Paz**. Santa Maria: Pallotti, 1984. 120 p.

_____. Origem e evolução da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição”. In: **O curso de pós-graduação em educação OEA/UFSM – Informa**, Universidade Federal de Santa Maria, vol. II, n. 2, 1974, p. 7-22.

SISTERS OF ST. FRANCIS OF PENANCE AND CHRISTIAN CHARITY. **Home**. Disponível em: <<https://www.franciscanway.org/>>. Acesso em: 8 abr. 2019.

SPIAZZI, Daiane Tonato. **Memorial Projeto Rondon**: um espaço de pesquisa, preservação e valorização da história do Projeto Rondon na UFSM. 2011. 148 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2011.

TAMBÉM a Faculdade de Filosofia – confirma o Pe. Leonidas Didonet as providências para instalação da futura Faculdade já em 1954. **A Razão**, Santa Maria, 11 dez. 1953, p. 4 e 2.

TARSO anuncia sua presença em debate em torno da USM. **A Razão**, Santa Maria, 29 de maio 1960, p. 8 e 2.

TELEGRAMA do Prof. Jurandir Lodi – Motivo de real satisfação nossa possam as Faculdades funcionar em 1954. **A Razão**, Santa Maria, 13 abr. 1954, p. 6.

TERÇA-FEIRA as cerimônias inaugurais da Escola de Enfermagem de Santa Maria. **A Razão**, Santa Maria, 28 maio 1955, p. 6.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 386 p.

TOMÁS, Luís. Propaganda Fide. In: **Fátima missionária**. ed. LIII, junho 2007. Disponível em: <http://www.fatimamissionaria.pt/biblioteca//CN-TDS/17582/22_junho_2007.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2019.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 233-246.

UGALDE, Eveline Soares. **Projeto experimental**: Programa de Ex-alunos do Centro Universitário Franciscano. 2015. 76 p. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Comunicação Social Relações Públicas) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2015.

UM ano de grandes conquistas. **A Razão**, Santa Maria, 2 e 3 out. 1999, p. 5.

UNIFRA terá doutorado. **A Razão**, Santa Maria, 27 dez. 2011, p. 6.

UNIVERSIDADE de Santa Maria solenemente instalada ontem. **A Razão**, Santa Maria, 19 mar. 1961, p. 8.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. UFSM. **Revista Digital Conexão UFSM**. Linha do tempo. Os fatos que antecederam a criação. 2010. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/revista/numero05/cronologia1.html>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

_____. **História**. Santa Maria, 2018. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/historia/>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

_____. **Institucional**. Santa Maria, 2018. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/>>

institucional/>. Acesso em: 28 mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. UFRGS. **Histórico**. [s/d]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em: 9 mar. 2020.

_____. **História da Escola de Enfermagem**. [s/d]. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/eenf/copy_of_a-escola/historia>. Acesso em: 23 maio 2020.

UNIVERSIDADE FRANCISCANA. Graduação. [s/d]. Disponível em: <<https://www.ufn.edu.br/site/ensino/graduacao>>. Acesso em: 8 out. 2020.

_____. **Assessoria de Comunicação. Somos Universidade Franciscana. Somos você**. 23/03/2018. Disponível em: <<https://www.ufn.edu.br/site/detalhes-noticia/somos-universidade-franciscana-somos-voce>>. Acesso em: 29 abr. 2020.

_____. Assessoria de Comunicação. **Prestígio as formaturas da Universidade Franciscana**. 25/08/2020. Disponível em: <<https://www.ufn.edu.br/site/detalhes-noticia/prestige-as-formaturas-da-universidade-franciscana>>. Acesso em: 12 nov. 2020.

UNIVERSIDADE SÃO CAMILO. **Institucional**. [s/d]. Disponível em: <<https://www.saocamilo.br/institucional/#:~:text=No%20in%C3%ADcio%20da%20d%C3%A9cada%20de,17%20de%20novembro%20de%201997.&text=Foram%20agregadas%20%C3%A0%20Uni%C3%A3o%20Social,Cardeal%20Motta%2C%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%AIsica.>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO. **Nossa história**. [s/d]. Disponível em: <<https://www.usf.edu.br/institucional/nossa-historia.vm#conteudoInter-nas>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

VÁRIAS especializações serão instaladas na FAFRA em 96. **A Razão**, Santa Maria, 20 dez. 1995, p. 6.

VATICANO. Roma. **Orientações sobre a formação nos Institutos religiosos**. 02/02/1990. Disponível em: <http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccsrlife/documents/rc_con_ccsrlife_doc_02021990_directives-on-formation_po.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

VERIFICAÇÃO nas Faculdades de Economia e Filosofia. **A Razão**, Santa Maria, 18 mar. 1954, p. 6.

VIERO, Tatiane Vedoin. Pioneiros da fotografia no município de Santa Maria Estado do Rio Grande do Sul: um resgate histórico da atuação dos primeiros fotógrafos. In: X Encontro Estadual de História: O Brasil na História: Cruzando fronteiras entre o Regional e o Nacional. 23 a 30 de julho de 2010. **Anais do X Encontro Estadual de História**. Santa Maria, RS, ANPHU/RS, UFSM, UNIFRA.

YDIA ESPECIAL. **FIC 30 anos de humanismo e ciência, formando gerações**. n. 9, nov. 1985. 30 p.

WEBER, Anelise; SOUZA, Anadina da C. Memória Histórica da Congregação no período de 1951 a 2014: Província do Sagrado Coração de Jesus de Porto Alegre. In: **Capítulo Brasileiro de Esteiras: Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2015. p. 40-50.

ZAMPIERI, Renata Venturini. **Campus da Universidade Federal de Santa Maria: um testemunho, um fragmento**. 2011. 220 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

ZOLETI, Domingas (Irmã). In: IRMÃS DE SÃO JOSÉ DE CHAMBÉRY DO BRASIL E BOLÍVIA. **História da ISJ no Brasil**. [s/d]. Disponível em: <https://www.isjbrasil.com.br/historia_brasil>. Acesso em: 7 mar. 2020.

YOUTUBE. **Sessão solene Comenda Irmã Felicidade e Irmã Consuelo**, 28 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PO_ISO-dx2og>. Acesso em: 20 nov. 2020.

DOCUMENTOS

ASSOCIAÇÃO DAS EX-ALUNAS DO COLÉGIO SANT'ANNA. **Circular n. 1/54**, 29 de junho de 1954. 1p.

BARIN, Nilsa Teresinha. **Nilsa Teresinha Barin: depoimento** [out. 2018]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito. Santa Maria, 2018, 96.840 KB.

BRASIL. Portaria n. 259 de 22 de março de 2018 do Ministério da Educação. Fica credenciada a Universidade Franciscana – UNIFRA, por transformação do Centro Universitário – UNIFRA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 mar. 2018. Disponível em: <<https://www.santosjunior.com.br/Legislacao/portaria25922032018.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

_____. Portaria n. 144 de 16 de maio de 1955. Cria o Curso de Enfermagem da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.

_____. Portaria n. 1.402 de 14 de novembro de 1995 do Ministro do Estado da Educação e do Desporto. Aprovação do regimento unificado da FIC e FAFRA que passam a denominar-se Faculdades Franciscanas (FAFRA).

_____. Portaria n. 1.564 de 27 de maio de 2004. Recredenciamento do Centro Universitário Franciscano e aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional e Estatuto da instituição.

_____. Decreto-lei n. 421 de 11 de maio de 1938. Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 maio 1938. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1930-1939/decreto-lei-421-11-maio-1938-350759-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. Decreto-lei n. 4.244 de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino se-

cundário. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 abr. 1942. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De14244.htm#:~:text=1.,patri%C3%B3tica%20e%20a%20conci%C3%Aancia%20human%C3%ADstica>. Acesso em: 2 fev. 2020.

____. Decreto-lei n. 27.426 de 14 de novembro de 1949. Aprova o Regulamento básico para os cursos enfermagem e auxiliar de enfermagem. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 nov. 1949. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D27426.htm>. Acesso em: 25 fev. 2020.

____. Decreto n. 11.530 de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o ensino superior na república. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 mar. 1915. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>>. Acesso em: 7 jun. 2020.

____. Decreto n. 19.851 de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferencia, ao systema universitario, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização technica e administrativa das universidades é instituida no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 1931. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

____. Decreto n. 21.525 de 13 de junho de 1932. Concede ao Ginásio Estadual Santa Maria, situado em Santa Maria da Boca do Monte, as prerrogativas de estabelecimento equiparado de ensino secundário. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 1932. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21525-13-junho-1932-516820-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 fev. 2020.

____. Decreto n. 37.103 de 31 de março de 1955. Concede autorização para funcionamento de cursos que indica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 abr. 1955. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-37103-31-marco-1955-332706-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

____. Decreto n. 41.211 de 27 de março de 1957. Concede autorização para o funcionamento dos cursos de Geografia, História e Letras Neo-latinas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 abr. 1957. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-41211-27-marco-1957-380159-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

____. Decreto n. 41.570 de 27 de maio de 1957. Concede reconhecimento ao Curso de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 maio 1957. Disponível em: <<https://www.lexml.gov.br/urn/>>

urn:lex:br:federal:decreto:1957-05-27;41570>. Acesso em: 22 mar. 2019.

____. Decreto n. 42.801 de 12 de dezembro de 1957. Concede reconhecimento aos Cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 12 dez. 1957. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-42801-12-dezembro-1957-381668-norma-pe.html>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

____. Decreto n. 47.436 de 16 de dezembro de 1959. Concede autorização para o funcionamento do Curso de Bacharelado da Faculdade de Direito de Santa Maria. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 dez. 1959. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/470006/publicacao/15662712>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

____. Decreto n. 51.129 de 2 de agosto de 1961. Dispõe sobre a agregação de estabelecimento ou instituto de ensino superior as Universidades, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 ago. 1961. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/81094-dispue-sobre-a-agregauuo-de-estabelecimento-ou-instituto-de-ensino-superior-as-universidades-e-du-outras-providencias.html>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

____. Decreto n. 50.066 de 25 de janeiro de 1961. Dispõe sobre a agregação de estabelecimentos de ensino superior não federais a Universidades federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jan. 1961. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/81830-dispoe-sobre-a-agregacao-de-estabelecimentos-de-ensino-superior-nao-federais-a-universidades-federais.html>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

____. Decreto n. 63.231 de 10 de setembro de 1968. Modifica a denominação de estabelecimento de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 set. 1968. Disponível em: <<https://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:federal:decreto:1968-09-10;63231&url=http%3A%2F%2Fwww2.camara.gov.br%2Flegin%2Ffed%2Fdecret%2F1960-1969%2Fdecreto-63231-10-setembro-1968-404801-publicacaooriginal-1-pe.html&exec>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

____. Decreto n. 2.207 de 15 de abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 abr. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2207.htm>. Acesso em: 3 maio 2019.

____. Decreto n. 2.306 de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 ago. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm>. Acesso em:

3 maio 2019.

____. Parecer n. 40 de 21 de março de 1955 da Comissão do Ensino Superior do Ministério da Educação. Autorização para funcionamento dos cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas.

____. Lei n. 173 de 10 de setembro de 1893. Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, Moraes, científicos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º da Constituição. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-173-10-setembro-1893-540973-publicacaooriginal-42519-pl.html>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

____. Lei n. 1.254 de 4 de dezembro de 1950. Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 dez. 1950. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1254.htm>. Acesso em: 10 mar. 2020.

____. Lei n. 1.166 de 27 de julho de 1950. Aprova a incorporação da Faculdade de Direito e da Faculdade de Odontologia, da cidade de Pelotas, e da Faculdade de Farmácia, da cidade de Santa Maria na Universidade do Rio Grande do Sul. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 jul. 1950. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1166-27-julho-1950-361748-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

____. Lei n. 2.712 de 21 de janeiro de 1956. Federaliza a Escola Paulista de Medicina, cria a Faculdade de Medicina em Santa Maria, integrada na Universidade do Rio Grande do Sul, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jan. 1956. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L2712.htm>. Acesso em: 17 mar. 2020.

____. Lei n. 3834-C de 14 de dezembro de 1960. Cria a Universidade Federal de Goiás e dá outras providências.

____. Lei n. 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.024%2C%20DE%2020%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201961,e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a%20condena%C3%A7%C3%A3o%20a%20qualquer%20tratamento,de%20classe%20ou%20de%20ra%C3%A7a.&text=2%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20direito,no%20lar%20e%20na%20escola.>>. Acesso em: 2 jun. 2020.

____. Lei n. 4.759 de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 ago. 1965. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4759-20-agosto-1965-368906-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

____. Lei n. 5.692 de 11 de agosto de 1971. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm#:~:text=LEI%20No%205.692%2C%20DE%2011%20DE%20AGOSTO%20DE%201971.&text=Fixa%20Diretrizes%20e%20Bases%20para,graus%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.&text=1%C2%BA%20Para%20efeito%20do%20que,m%C3%A9dio%2C%20o%20de%20segundo%20grau>. Acesso em: 2 jun. 2020.

____. Lei n. 5.540 de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 dez. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm>. Acesso em: 2 jun. 2020.

____. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 3 maio 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de lei n. 1.043-B, de 13 de outubro de 1949. Homologa a incorporação das Faculdades de Direito e Odontologia de Pelotas e de Farmácia de Santa Maria à Universidade do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FA88007AB89782EF6DF402F49D5FEE90.proposicoesWeb2?codteor=1222836&filename=Avulso+-PL+1043/1949>. Acesso em: 10 mar. 2020. 1p.

____. Protocolo n. 4.594, de 25 de novembro de 1949. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=FA88007AB89782EF6DF402F49D5FEE90.proposicoesWeb2?codteor=1222836&filename=Avulso+-PL+1043/1949>. Acesso em: 10 mar. 2020. 29p.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA MARIA. **Ata de reunião n. 180**, de 4 de maio de 1954. 2p.

____. **Ata de reunião n. 259**, de 25 de agosto de 1958. 2p.

____. **Ata de reunião n. 167**, de 14 de dezembro de 1953. 4p.

____. **Ata de reunião n. 68**, de 3 de setembro de 1998. 2p.

____. **Ata de reunião n. 69**, de 8 de setembro de 1998. 3p.

____. **Ata de reunião n. 82**, de 20 de outubro de 1998. 9p.

____. **Projeto de Lei n. 659**, de 3 de setembro de 1956. Autoriza a doação de um imóvel pertencente ao município à Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.

____. **Projeto de Lei n. 879**, de 14 de agosto de 1958. Considera de utilidade

pública a Faculdade de Ciências e Letras Imaculada Conceição. 3p.

____. **Projeto de Lei n. 880**, de 14 de agosto de 1958. Considera de utilidade pública a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira. 3p.

____. **Moção de congratulações n. 5.185**, de 26 de março de 2018. 1p. Disponível em: <<https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/tramitacoes/4/36312>>. Acesso em: 29 fev. 2020.

____. **Ofício n. 1.274/98/GP/DL/MB**, de 9 de setembro de 1998. Moção de congratulações pela transformação da FAFRA em Centro Universitário. 1p.

____. Lei n. 736 de 17 de novembro de 1958. Considera de utilidade pública a Associação das Ex-alunas das Irmãs Franciscanas desta cidade. Disponível em: <https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/pesquisalegislacao/1958/1/0/5231#lista_texto_proposicao>. Acesso em: 8 abr. 2019.

____. Lei municipal n. 673 de 15 de setembro de 1958. Considera de utilidade pública a Faculdade de Ciências e Letras Imaculada Conceição.

____. Lei municipal n. 674 de 15 de setembro de 1958. Considera de utilidade pública a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.

____. Lei municipal n. 3.999 de 24 de setembro de 1996. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santa Maria, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/proposicao/pesquisa/1996/3/0/1968>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CATEDRAL METROPOLITANA NOSSA SENHORA DA IMACULADA CONCEIÇÃO. **Livro de registro de tomo n. VI**. 1951-1957, [s/i]p.

____. **Livro de registro de tomo n. VII**. 1957-1964, [s/i]p.

CENTRO UNIVERSITÁRIO FRANCISCANO. Relatório de atividades. 1998. 52p.

____. **Plano de Desenvolvimento Institucional. Diretrizes Político Pedagógicas (2003-2007)**. Santa Maria: Unifra, 2002. 37p.

____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2007-2013)**. Santa Maria: Unifra, 2002. 20p.

____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2012-2015)**. Santa Maria: Unifra, 2002. 20p.

____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2020)**. Santa Maria: Unifra, 2002. 27p.

____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2021)**. Santa Maria: Unifra, 2002. 24p.

ESCOLA DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. FASEM. **Crônicas da Escola de Enfermagem**, 1955, 6p.

____. **Folder do Curso de Enfermagem**, 195-, 3p.

- ____. **Correspondência enviada ao Sr. Prefeito Municipal**, 16 de agosto de 1955, 1p.
- ____. **Declaração**, 18 de agosto de 1955, 1p.
- ____. **Relatório para fiscalização permanente**, 1957, [s/i]p.
- FACULDADE DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. FACEM. **Relatório Geral do Curso de Enfermagem e Obstetrícia 1976**, 1976, [s/i]p.
- ____. **Relatório anual da FACEM – 1975**, 1975, [s/i]p.
- ____. **Número de alunos matriculados. Curso auxiliar de enfermagem, técnico de enfermagem, complementação do curso técnico de enfermagem. 1960-2014**. [s/d], 2p.
- ____. **Livro de Atas do Colegiado Superior**. Período: 17/12/1991 a 10/08/1995. [s/i]p.
- ____. Departamento de Ensino. **Ata de reunião n. 254**, de 18 de julho de 1994. [s/i]p.
- ____. Departamento de Ensino. **Ata de reunião n. 259**, de 31 de julho de 1995. 3p.
- FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS IMACULADA CONCEIÇÃO. FIC. Departamento de Ensino. Congregação da FIC. **Ata de reunião n. 93**, de 2 de julho de 1990. 3p.
- ____. Departamento de Ensino. Congregação da FIC. **Ata de reunião n. 04, de 2 de agosto de 1994**. 2p. 1994a.
- ____. Departamento de Ensino. Congregação da FIC. **Ata de reunião n. 07, de 17 de agosto de 1994**. 2p. 1994b.
- ____. Departamento de Ensino. Congregação da FIC. **Ata de reunião n. 05, de 14 de novembro de 1994**. 2p. 1994c.
- ____. **Livro de Atas do Conselho Departamental da FIC, n. 09**. Período: 26/09/1981 a 25/01/1996. [s/i]p.
- ____. **Livro n. 113 – Indicação dos professores do CFE e Correspondência Recebida MEC 1968 a 1977**. [s/i]p.
- ____. **Carta do Conselho Técnico Administrativo da FIC solicitando esclarecimentos sobre a agregação à USM**. 22 de março de 1961. 1p.
- ____. **Resposta a Carta do Conselho Técnico Administrativo da FIC solicitando esclarecimentos sobre a agregação à USM**. 1961. 2p.
- ____. **Minuta de ata da cerimônia de benção da pedra angular do edifício destinado a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ‘Imaculada Conceição’**. 11 de setembro de 1955, 1p.
- ____. **Ata de reunião n. 02**, de 27 de abril de 1955, 1p.

____. **Memória descritiva da construção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, à rua Andrades, nesta cidade.** [s/d]. 1p.

FACULDADE DE MEDICINA DE SANTA MARIA. UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Declaração.** 30 de março de 1955, 1p.

FACULDADES FRANCISCANAS. **Cursos protocolados no MEC em 31/05/96.** 1p.

GABINETE EPISCOPAL DE SANTA MARIA. **Ata s/n.**, 1º de junho de 1960. 1p.

HOSPITAL DE CARIDADE ASTROGILDO DE AZEVEDO. **Documentos históricos colligidos em comemoração do seu jubileu 1903 – 1928.** Santa Maria: [s.n.], 1928.

LUNARDI, Noemi. In: FACULDADE DE ENFERMAGEM NOSSA SENHORA MEDIANEIRA. **Enfermagem em Santa Maria**, 1970, 7p.

MARQUES, Maria Aparecida. **Maria Aparecida Marques:** depoimento [nov. 2018]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito. Santa Maria, 2018, 83.659 KB.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CES n. 0048/2004.** Recredenciamento do Centro Universitário Franciscano, mantido pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - Zona Norte, situado na cidade de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul.

____. **Parecer CNE/CES n. 573/1998.** Transformação das Faculdades Franciscanas – FAFRA em Centro Universitário Franciscano, mantido pela Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis - Zona Norte (SCALIFRA-ZN), com sede na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. 42p.

____. **Parecer CNE/CES n. 13/2018.** Credenciamento da Universidade Franciscana (UNIFRA), por transformação do Centro Universitário Franciscano, com sede no município de Santa Maria, no estado do Rio Grande do Sul.

____. **Parecer CES n. 448/1984.** Aprovação do novo Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ‘Imaculada Conceição’. 4p.

____. **Parecer CES n. 582/1985.** Aprovação de alterações nos anexos do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ‘Imaculada Conceição’. 2p.

____. **Parecer CES n. 777/1989.** Aprovação do Regimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição. 1p.

____. **Parecer CES n. 994/1987.** Alteração dos anexos do Regimento da Faculdade de Enfermagem ‘Nossa Senhora Medianeira’. 2p.

____. **Parecer CE n. 249/1995.** Aprovação do regimento unificado e mudança de denominação das Unidades de ensino. 7/11/1995. 4p.

____. Comissão de Ensino Superior. **Parecer n. 118.** [s/d]. 3p.

NASCIMENTO JUNIOR, José. **José Nascimento Junior:** depoimento. [set.

2020]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito, 2020.

PADOIN, Maria Medianeira. **Maria Medianeira Padoin**: depoimento. [set. 2020]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito. Santa Maria, 2020.

POUEY, Sandra Rios; LAUDA, Marcia de Vargas. **Sandra Rios Pouey; Marcia de Vargas Lauda**: depoimento 1 [out. 2018]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito. Santa Maria, 2018a, 50.458 KB.

_____. **Sandra Rios Pouey; Marcia de Vargas Lauda**: depoimento 2 [out. 2018]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito. Santa Maria, 2018b, 15.791 KB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. Ofício n. 31, de 22 de janeiro de 1954. 1p.

_____. **Correspondência enviada ao Sr. Benedito Augusto Carvalho dos Santos membro do Conselho Nacional de Educação (RJ)**, 27 de julho de 1954. 2p.

PROVÍNCIA IMACULADO CORAÇÃO DE MARIA. **Breve Histórico das Casas da Nossa Província**. Recordando com gratidão os 100 anos de atividades no Brasil (1872-1972), [S.l]: [s.n.], 1972. [s/i]p.

_____. **Livro de Protocolos**. 1951-1958. Protocolo n. 8/53 - 30 e 31 de dezembro de 1953. [s/i]p.

_____. **Livro de Crônicas da Província do Imaculado Coração de Maria**. 1955-1965. [s/i]p.

_____. **Relatório da Província do Imaculado Coração de Maria**. 1953-1956. [s/i]p.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto n. 89 de 2 de fevereiro de 1897. In: RIO GRANDE DO SUL. **Leis, actos e decretos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul**. 1897. Porto Alegre: Oficinas Typographicas de Eche-
nique, 1897. p. 162-201. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/100091?show=full>>. Acesso em: 1 abr. 2020.

_____. Decreto n. 1.479 de 26 de maio de 1909. Modifica o programa do ensino complementar e crea collegios elementares no Estado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100092/dec_1479_1909.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 abr. 2020.

_____. Decreto n. 130 de 22 de janeiro de 1898. Approva o regimento interno das escolas elementares do Estado. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100094/dec_130_1898.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 abr. 2020.

_____. Decreto n. 3.898 de 4 de outubro de 1927. Expede novo regulamento da Instrução Pública. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/100089/dec_3898_1927.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 1 abr. 2020.

_____. Decreto n. 5.758 de 28 de novembro de 1934. Cria a Universidade de Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/>>

arquivos/DEC%2005.758.pdf>. Acesso em: 30 set. 2020.

ROBALO, Carlos Rui. **Carlos Rui Robalo**: Questionário de entrevista. [jun.2020]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito. Santa Maria, 2020, 2p.

RUPOLO, Iraní. **Iraní Rupolo**: depoimento [ago. 2018]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito. Santa Maria, 2018, 79.391 KB.

SOCIEDADE CARITATIVA E LITERÁRIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS – ZONA NORTE. **Correspondência ao sr. Ministro da Educação e Cultura. [s/d], 1p.**

____. **Estatuto**. 31/12/1951. 3p.

____. **Correspondência ao sr. Ministro da Educação e Cultura**. 2 de fevereiro de 2020, 2p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estatuto da Universidade Federal de Santa Maria**. 11/01/1983.

____. Conselho Universitário. **Parecer n. 02/1984**. 20/03/1984. 2p.

____. Conselho Universitário. **Ata n. 348/1984**. 20/03/1984

____. Divisão de Arquivo Geral. **Folder do 15º aniversário da FACEM**, 1970, 2p.

____. Divisão de Arquivo Geral. **Ofício n. 663/67**, de 21 de dezembro de 1967, 1p.

UNIVERSIDADE FRANCISCANA. **Estatuto**. Santa Maria: Editora UFN, 2018. Disponível em: <https://issuu.com/editoraufn/docs/estatuto_ufn_-_issuu>. Acesso em: 10 fev. 2019.

____. **Guia acadêmico**. Santa Maria: UFN, 2019. Disponível em: <https://issuu.com/editoraufn/docs/guia_acad_mico_ufn_2019>. Acesso em: 10 fev. 2019.

____. **Guia acadêmico**. Santa Maria: UFN, 2020. Disponível em: <https://issuu.com/editoraufn/docs/guia_acad_mico_2020>. Acesso em: 29 abr. 2020.

____. **Relatório de alunos matriculados (1955-2020) por IES**. 15/09/2019. Planilha do Microsoft Excel. 209 KB.

VIZZOTTO, Enio. **Enio Vizzotto**: depoimento [fev. 2020]. Entrevistador: Luciana Souza de Brito. Santa Maria, 2020, 139.833 KB.

ANEXOS

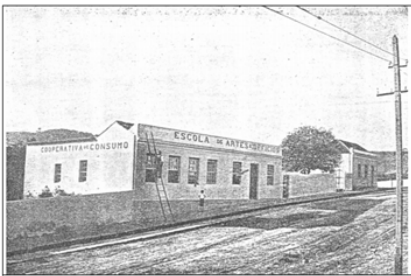
ANEXO A – INSTITUIÇÕES DA SCALIFRA-ZN EM SANTA MARIA

Orfanato São Vicente de Paulo.



Fonte: (Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, 1900-1990)

Primeiro prédio da Escola Feminina de Artes e Ofícios Santa Teresinha (1923).



Fonte: (SANTOS, 2004, p. 38).

Segundo prédio da Escola Feminina de Artes e Ofícios Santa Teresinha, construído especialmente para as atividades de ensino (1929)



Fonte: (SANTOS, 2004, p. 44).

Casa de Saúde.



Fonte: (*Website da Federação das Santas Casas e Hospitais Beneficentes, Religiosos e Filantrópicos do RS, 2019*).

Escola Santo Antonio.



Fonte: (MARQUES; DALPIAN, 2008, p. 83).

**ANEXO B – PARECER N. 40/55 DA COMISSÃO DE ENSINO
SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – 21/03/1955**

**PARECER Nº 40.
COMISSÃO DE ENSINO SUPERIOR**

Lido em 12-3-55.

Aprovado unanimemente em 21-3-55.

ASSUNTO: FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS “IMACULADA CONCEIÇÃO”, Santa Maria, Rio Grande do Sul – Autorização para funcionamento dos cursos de Pedagogia e Letras Anglo-Germânicas (Processo n. 6 264/54).

1. A Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis, Zona Norte, com sede em Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul, requereu, como entidade mantenedora, autorização para o funcionamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Imaculada Conceição”, compreendendo os cursos de Filosofia, Geografia e História, Letras Clássicas, Letras Neolatinas, Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia.

2. O processo foi instruído com abundante documentação e o relatório do Inspetor Federal encarregado da verificação, favorável ao deferimento do pedido.

3. O Parecer nº 167, aprovado em sessão deste Conselho, de 28 de maio de 1954, considerando satisfatórias as exigências legais, opôs reparos à prova de idoneidade financeira de entidade mantenedora e da capacidade técnica do corpo docente.

4. Quanto ao primeiro desses registros, entendeu o Parecer que a avaliação do patrimônio não estava suficientemente autenticada, concluindo nos termos seguintes:

“Sem prova satisfatória de real capacidade financeira (e não apenas de bom patrimônio), será arriscado autorizar-se o funcionamento de mais uma Faculdade de Filosofia, que, dentro em pouco, poderá defrontar-se com dificuldades insuperáveis para manter-se no alto nível, que dela se reclama” (fls. 860 do 1º volume).

5. Com referência à capacidade técnica do corpo docente proposto, invocou-se o critério estabelecido pelo Parecer n. 450/51, com a dupla exigência de provar o candidato: a) haver estudado, em grau superior, a disciplina que pretende lecionar; b) haver-se especializado de algum modo nessa disciplina. A Análise dos candidatos eliminou a muitos pela ausência da primeira condição e a outros, que possuíam curso superior, da disciplina que deviam lecionar, pela consideração de que o diploma apenas habilita ao exercício do magistério secundário, e não dispensa a prova de especialização no assunto da cadeira. “seja através de trabalhos publicados, seja por estudos de pós-graduação” (fls. 363 do 1º volume).

6. O final do Parecer era, entretanto, animador, para a requerente, pois lhe aconselhava corrigir êsses defeitos, a fim de criar “uma faculdade que, por seu

prestígio e eficiência, esteja à altura da bela cidade gaúcha e satisfaça as necessidades do Rio Grande do Sul e do Brasil”.

7. Atendendo à recomendação, tomou a entidade mantenedora as seguintes providências, destinadas a sanar os inconvenientes apontados:

1) – completou a comprovação de sua idoneidade financeira, com os documentos de fls. 3 a 8 (2º volume);

2) – contraíu a sua estrutura didática, reduzindo a dois cursos: e de Letras Anglo-Germânicas e o de Pedagogia, a fim de selecionar o corpo docente e evitar a acumulação de cadeiras censuradas no Parecer;

3) – indicou, a princípio, três professores novos, e agora, enquanto o processo pendia de parecer, enviou mais dois nomes, à escolha do Conselho, juntando de todos êles a respectiva documentação.

8. O Parecer da Diretoria do Ensino Superior (fls. 91) opinou no sentido de se conceder a autorização, considerando provada a capacidade financeira e em condições de serem aceitos os membros do corpo docente proposto.

9. CAPACIDADE FINANCEIRA – O patrimônio imobiliário da entidade mantenedora foi objeto de avaliação, cujo laudo vem subscrito por dois engenheiros civis e um avaliador do Banco do Brasil, sendo constituído por imóveis no valor total de Cr\$ 13.855,900 (treze milhões, oitocentos e cinquenta e cinco mil e novecentos cruzeiros).

10. O movimento da caixa provincial acusou, em 31 de dezembro de 1953, um saldo de Cr\$ 46.396,80, o que demonstra que a Sociedade está em dia com os seus pagamentos (fls. 3).

11. O Balanço anual de 1953 revela que a Sociedade dispõe de um patrimônio global na importância de Cr\$ 29.404.534,70, para atender a compromissos que se elevam apenas a Cr\$ 3.842.713,70 (fls. 4).

12. Consta ainda dêsse balanço que a Caixa Provincial e as Casas tinham em dinheiro a importância de Cr\$ 1.890.242,40.

13. Mediante a certidão de fls. 8, fica, outrossim, provado que a Sociedade não tem recorrido a hipotecas ou penhores que onerem o seu patrimônio.

14. Finalmente, a Sociedade mantém no Estado do Rio Grande, em pleno funcionamento, hospitais e educandários, o que, a nosso ver, abona-lhe os créditos de boa administradora. Essa circunstância contribuiu decisivamente para afastar o perigo de fracasso de que se mostrou justamente apreensivo o Parecer nº 167.

15. Êsses novos documentos mostram que a situação patrimonial financeira da entidade financeira da entidade mantenedora é de molde a autorizar novas iniciativas inerentes ao seu ministério de praticar a caridade e difundir a educação.

16. CORPO DOCENTE – Todos os professores propostos estão munidos de diplomas do curso superior em que estudaram a disciplina que pretendem lecionar.

17. De acordo com as normas estabelecidas no Parecer nº 450, isso não é suficiente para comprovar a capacidade técnica.

Dos dezesseis professores que integram o corpo docente, oito dêles

apresentam um comêço de especialização, em cursos de pós-graduação e aperfeiçoamento correlacionados com as respectivas matérias, parecendo-nos que satisfazem à exigência suplementar estabelecida nas normas vigentes sôbre o assunto:

1 – CARMEN SILVEIRA NETTO – Língua Latina – É diplomada em curso superior: tem o curso de Letras Neolatinas de Faculdade de Filosofia e exercício magisterial de nível médio (Curriculum a fls. 32, 79, do 1º vol., e 84, 1º).

2 – TECLA LEOPOLDINA RAMBO – Língua e Literatura Inglesa – Além de bacharela e licenciada em Letras Anglo-Germânicas por Faculdades de Filosofia, tem curso de Inglês na Cultura Inglesa, curso êsse que, por si só tem sido credenciado para o preenchimento da cátedra (Parecer nº 167).

3 – ENILDA WALMARATH AVILA – Literatura Norte-Americana – Bacharela e licenciada por Faculdade de Filosofia, com cursos de aperfeiçoamento para professor de Inglês, Leciona Inglês na Escola Normal de Santa Maria (Curriculum a fls. 47, 50).

4 – MARIA AUGUSTA SILVEIRA NETTO – Complementos de Matemática – Bacharela em Matemática por Faculdade de Filosofia, Prática de magistério em curso de nível médio (Curriculum a fls. 176 a 181, do 1º vol.).

5 – LEÔNIDAS MAXIMILIANO DIDONET – História da Filosofia – Tem curso feito no Seminário Central de São Leopoldo, estabelecimento destinado a formação de jesuítas. Além disso, tem curso de Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma. Tem prática de magistério (Curriculum a fls. 157-163, do 1º vol.).

6 – ELIZABETH MARIA LEY – Administração Escolar e Educação Comparada – Bacharela e licenciada em Pedagogia, por Faculdade de Filosofia, tendo curso de aperfeiçoamento e trabalho (Curriculum a fls. 51, 52, 94-107, do 1º vol.).

7 – CLECY MAYER – História e Filosofia da Educação – Bacharela e licenciada em Filosofia, por Faculdade de Filosofia. Tem cursos de especialização sôbre setor da Filosofia (Epistemologia) e prática de magistério secundário (Curriculum a fls. 62, 66).

8 – PADRE JOSÉ BUSATO – Teologia Dogmática (Curriculum a fls. 150-155, do 1º vol.).

Cabe examinar mais detidamente a situação dos restantes:

1 – MARIA ANTUNES BERNARDES – Bacharela e licenciada em Línguas Neolatinas, tem ensinado Português em estabelecimentos de nível médio. Não foi recusada, desde logo, no Parecer nº 167. Parece-nos que pode ser aceita, atendendo à natureza da cadeira, pois a docência de Português em escola média, com real eficiência, como vem certificado a fls. 167 do 1º volume, já indica a continuação dos estudos dessa disciplina, em complementação ao diploma e capacidade para assumir a sua responsabilidade no nível superior (Curriculum a fls. 167-172, do 1º vol.).

2 – JOÃO RIEDERER – Pelas mesmas considerações do caso anterior, parece-nos aceitável para a cadeira de Língua e Literatura Alemã (Curriculum a fls. 110-117, do 1º vol.).

3 – MARIA AUGUSTA SILVEIRA NETTO – Aceitável, nas mesmas condições, desde que se trata da cadeira “Complementos de Matemática”, em curso de Pedagogia, que não exige especialização de maior desenvolvimento (Curriculum a fls. 178-181, dp 1º vol.).

4 – GUIOMAR REIS LOUREIRO – Indicada para “Literatura Brasileira”. O seu curso de especialização em Didática das Línguas Vivas não tem, é verdade, suficiente correlação com o ensino da Literatura Brasileira, e o seu magistério anterior é de Língua Espanhola, no curso científico. A sua cadeira pertence à terceira série, devendo ser oportunamente substituída (Curriculum a fls. 42-45, do 2º volume).

5 – VICTOR FRANCISCO SCHUCH – Foi recusado no Parecer nº 167. Acusa, no curriculum vitae, trabalhos relacionados com a cadeira de Estatística, mas não os apresentou à apreciação. A cadeira é da 2ª série, devendo ser oportunamente substituído (Curriculum a 229 a 236, do 1º vol.).

6 – IEDA DA COSTA – Os cursos de extensão que assinala (fls. 72, dp 2º vol.) não se relacionam com a cadeira “Fundamentos Biológicos da Educação”, que exige um aperfeiçoamento mais específico, no terreno da Biologia. Mas a complementação do curriculum vitae, gora remetida, consigna que é catedrática da matéria na “Escola Normal Olavo Bilac”, mantida pelo Estado, e vem ministrando conferências e palestras da especialidade, o que parece suficiente.

7 – ZOLA DE OLIVEIRA ROCHA – Indicada para “Psicologia Educacional”. Entre os cursos de extensão, apresenta o de “Técnicas Psicológicas”, correlacionado com a matéria (Curriculum vitae agora enviado).

19. Há manifesta dificuldade no provimento das cadeiras de “Sociologia” e “Fundamentos Sociológicos da Educação”, aquela a ser ministrada logo na 1ª série do curso de Pedagogia.

O Parecer nº 167 recusou para a de “Sociologia” o Padre José Busato, por falta de especialização e não haver estudado a matéria em nível superior.

A requerente oferece, à escolha do Conselho, as professoras Zaide Schirmer, Cecília Rocha Camboim, Dalila Noal e Maria de Lourdes Bandeira Medina.

Nenhuma dessas professoras possui especialização em assunto da Sociologia. A cadeira “Fundamentos Sociológicos da Educação” poderá ser oportunamente provida, mas a dificuldade no provimento da cátedra de “Sociologia” seria intransponível, para o funcionamento do curso de Pedagogia, se não nos parecesse ocorrer circunstâncias especiais que aconselham a aceitar, não como catedrática interina, mas como “contratada”, a professora Dalila Noal.

Assim pensamos porque a cadeira de “Sociologia”, no curso de Pedagogia, é ministrada numa única série, sem intuitos de especialização, contribuindo, em linhas gerais, para a formação do professor.

Quem tenha estudado a matéria em nível superior e apresente, por outro lado, desenvolvimento de estudos pedagógicos, é de ser admitido com experiência, tendo, assim, uma oportunidade de dedicar-se a essa especialização. A especialização universitária dos estudos sociológicos é entre nós ainda incipiente, nem a pesquisas, nesse domínio são de tal modo acessíveis que se possa encontrar na extensão do território nacional professores em número suficiente com a especialização que um critério rigoroso requeria.

Constituir-se-ia, assim, um impedimento irremovível ao indispensável desenvolvimento dos cursos de Pedagogia, por todo o território do País.

O artigo 26 do Regulamento da Faculdade permite, a nosso ver, conciliar a dificuldade com os padrões rigoristas que não devem ser abandonados, para garantia da eficiência técnica das escolas, quando estabelece que as cadeiras serão regidas, enquanto não preenchidas por concurso, por catedráticos interinos ou contratados. Essa última situação convém ao professor que se experimenta; aconselhamos, assim, que seja admitida nesse caráter, para a cadeira de “Sociologia”, da 1ª série do curso de Pedagogia, a professora Dalila Noal, que, sendo bacharela e licenciada em Filosofia, de cujo curriculum consta a disciplina, é catedrática de “História e Filosofia da Educação” da Escola Normal Olavo Bilac, mantida pelo Estado e apresenta cursos de extensão e aperfeiçoamento em matérias pedagógicas.

Asa demais são recusadas, ficando para ser oportunamente provida a cadeira de “Fundamentos Sociológicos de Educação” e “Estatística”.

Concluindo, somos de

PARECER

que se autorize o funcionamento dos cursos de Letras Anglo-Germânicas e Pedagogia da Faculdade “Imaculada Conceição”, em Santa Maria, Estado do Rio Grando do Sul, aprovando-se o corpo docente proposto, com exclusão de Victor Francisco Schuch, Zaira Schirmer, Guiomar Reis Loureiro, Maria de Lourdes Bandeira Medina e Cecília Camboim, sendo que Dalila Noal regerà a cadeira de “Sociologia” como contratada. Fica entendido que a 2ª série não poderá funcionar sem que o Conselho haja aprovado e indicação dos novos professores para a regência dessas cadeiras.

Sala de sessões, 18 de março de 1955.

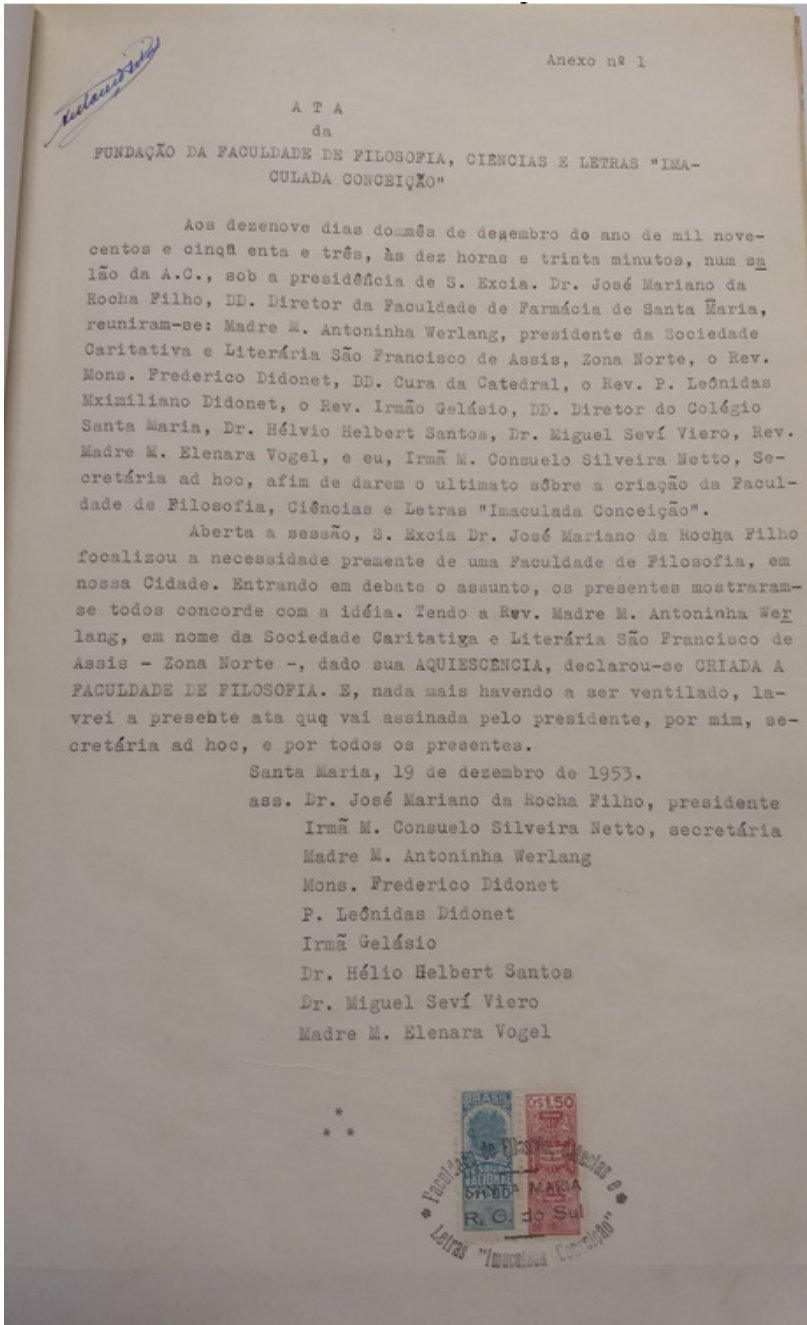
(a)

José Barreto Filho, relator

Samuel Libânio

Paulo Parreiras Horta

ANEXO C – ATAS/N DE REUNIÃO DA CRIAÇÃO DA FIC – 19/12/1953



Fonte: Arquivo da Secretaria Acadêmica da Universidade Franciscana, 19/12/1953.

ANEXO D – DISCURSO DO IRMÃO JOSÉ OTÃO – REITOR DA PUC/RS “EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS FACULDADES DE FILOSOFIA E O SEU VALOR COMO FONTES DE CULTURA”

INTRODUÇÃO

Dupla vitória da inteligência registra a cidade coração do Rio Grande, no corrente ano de 1955; é a instalação de duas Escolas Superiores, a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas a 22 de março último, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras ‘Imaculada Conceição’, no dia de hoje.

Ambas têm um significado próprio e singular e ao mesmo tempo um sentido coletivo e global. Assim, a primeira representa a jornada gloriosa em prol de estudos sérios e positivos em torno da nossa economia tão desfigurada e tão desmantelada nos dias em que vivemos. Jornada que será longa e trabalhosa, que vai exigir devotamento, estudo, pesquisa, contratação ao trabalho e sacrifício de lazes e descansos.

A segunda, que hoje se inaugura, pelo número de cursos e pela extensão do campo cultural atingido dos organizadores e mantenedores fibra de gigantes, reclamando acentuado devotamento, bem como constância pertinácia no trabalho, pois, por demandar a seara da ciência pura, levará tempo para frutificar plenamente e trazer a recompensa da atividade despendida.

Uma e outra aparecem em hora oportuníssima e, embora representando características divergentes, não se opõem, mas se complementam.

A faculdade de economia ocupar-se-á da riqueza material, de sua produção, distribuição e consumo; a de filosofia, da riqueza cultural, de sua elaboração e transmissão. A segunda não pode prescindir da primeira, pois o ócio para o estudo é grandemente favorecido pela abundância da riqueza.

São, pois, complementares as escolas superiores criadas no corrente ano nesta cidade e, embora não sendo o único, é este, também, um título de justo orgulho para Santa Maria.

Com este paralelo inicial, senhores, desejo apenas ressaltar a oportunidade de ambos os empreendimentos, e assinalar a lúcida compreensão dos pró-homens desta cidade, os quais puseram mãos à obra e realizaram em pouco tempo o que outros apenas conseguiram realizar em anos e labor.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FACULDADE DE FILOSOFIA

Mas, senhores, a faculdade de economia já é uma realidade, já tem mais de um mês de existência e, na voracidade atual do temo, o fato de sua instalação já passou ao cadoz do esquecimento.

Hoje o acontecimento é outro. Hoje se instala outra escola. Permitti que, nas páginas que vão seguir-se, examine convosco os antecedentes históricos que prepararam o evento das faculdades de filosofia e lhe determinaram a atual

estrutura e organização.

Para tanto, devemos remontar à velha Grécia e ali auscultar os primeiros remígio nas especulações científico-filosófico-culturais. A pátria de Hesíodo e Homero, de Platão e Aristóteles, de Tales e Fídias e de tantos outros vultos de esplendorosa floração de artistas e literatos, de poetas e filósofos, nos legou uma organização escolar incipiente, mas suficientemente estruturada para transmitir às gerações novas os conhecimentos necessários à vida e para permitir os indivíduos a assimilação dos bens espirituais comuns.

Tendo passado por fases de experimentação e renovação, o embasamento cultural daquelas priscas eras estava nos chamados estudos gerais ou as sete artes liberais: gramática, retórica, dialética (trívio) e aritmética, geometria, astronomia e música (quadrívio).

Quem não depara nestes sete pilares o embrião das faculdades de filosofia, ciências e letras dos nossos dias? Se as faculdades e universidades devem, segundo Ortega y Gasset, espelhar o espírito, as tendências e a cultura de um povo e de uma época, nada de mais positivo que o aumento escolar helênico para nos instruir sobre a realidade cultural da comunidade grega.

O trívio e o quadrívio representaram a escola de quantos demandavam estudos mais elevados. Era o pedestal sobre o qual se levantaria o edifício do saber.

Dominada a Grécia pelos romanos, assimilaram estes a ciência dos vencidos e, introduzidas as alterações específicas da mentalidade latina, foi o precioso legado transmitido ao Cristianismo, o qual o protegeu contra as investidas bábaras, purificou-o das excentricidades pagãs e, assim, engrandecido, conservou-o como monumento da experiência dos séculos.

Durante a Idade Média e, em particular na sua última fase, as artes liberais passaram a ser ensinadas nas *Facultates Artium*. Continuaram, porém, a construir os fundamentos para os estudos da Teologia, Medicina e Direito.

As artes liberais se opunham às manuais, aprendias nas corporações.

Aos poucos se acentuou a diferença entre as faculdades inferiores, as das artes liberais, e faculdades superiores, as de teologia, medicina e direito. E esse estado de coisas se prolongou em alguns países até o século XVIII, tendo dado origem, na Inglaterra e nos Estados Unidos, aos *colleges*, escolas intermediárias obrigatórias entre o ensino médio e o superior propriamente dito.

Percebe-se que a Faculdade de Artes, que era a de Filosofia, até o século passado, foi considerada como basilar para estudos mais longos e mais profundos. Pretendia-se, preliminarmente, dar aos jovens uma visão geral do mundo e da vida, dar-lhes uma preparação segura, uma estrutura filosófica adequada e, só após, encaminhá-los para as profissões.

Bem reconhecemos a elevação de propósitos que essa orientação envolvia.

Infelizmente, já desde os tempos do Renascimento, se esboçou uma reação contra os métodos ditos medievais, procurando destruir o antigo sistema escolar, herança pitagórico-platônica, que tantos benefícios já trouxe à humanidade, pois

se baseava numa idéia fundamental: dar aos jovens um embasamento sólido, suficientemente geral, que lhes servisse de propedêutica segura às grandes arrancadas do espírito.

Já em fins do século dezessete, vários sistemas começaram a aparecer, tentando dar novo agrupamento às disciplinas didáticas. Eles representavam a nova concepção da vida oriunda do Renascimento.

Constituíram-se, assim, os grupos Línguas, Ciências, Artes e Religião que, no dizer de D. Beda Kruse, O. S. B (paidéia, n. 1, pág. 13, Sorocaba, 1954),

em sua livre combinação e predominância de um ou de outro grupo, representam as diferentes modalidades do ensino moderno. Trata-se, antes, continua o mesmo autor, de aglomerados arbitrários de disciplinas, por carecerem, completamente, de homogeneidade interna e organicidade didática, quer em si quer referentes aos estudos superiores a que deveriam conduzir. Foram estes os acontecimentos do enciclopedismo do ensino secundário.

Os avanços do pensamento filosófico moderno e, em particular, o racionalismo cartesiano, o empirismo de Locke e, sobretudo, o positivismo de Comte vieram criar um hiato profundo entre a filosofia e a ciência, dando ênfase invulgar a esta e postergando aquela, por inútil, desnecessária e retrógrada.

Basta analisarmos a classificação das ciências de Augusto Comte para constataremos que o repúdio por ele consagrado à filosofia o levou a excluí-la mesmo na lista das ciências. De fato, a classificação registra a seguinte ordenação de disciplinas: matemática, astronomia, física, química, biologia e sociologia.

A filosofia, absorvida pelas ciências, não mais existe, a não ser como “conjunto de princípios gerais” das demais ciências.

Foi o materialismo comtista, corroborado pelo pragmatismo norte-americano, que gerou o caos em matéria de organização escolar e cultural. Começou a predominar, no mundo, o ensino utilitário. As ciências foram cultivadas com esmero, porém tendo em vista as vantagens imediatas, enquanto que a especulação filosófica, a cultura verdadeiramente humana, a cultura desinteressada, glória real da humanidade, passou a segundo plano.

A escola superior do século passado se organizou de acordo com os princípios pragmático-positivistas então dominantes.

Deu predominância aos laboratórios e às pesquisas científicas, postergando os estudos filosóficos como balofos e inúteis. Era o dealbar do cientificismo, para o qual a salvação da humanidade estaria, sem dúvida, no progresso ilimitado da ciência e da técnica...

O homem, esse passava a plano secundário...

A partir do século XIX, a formação geral, básica para os demais estudos, que durante séculos coubera à Faculdade de Filosofia, embora com numerosas variantes, passou a ser dada pelos ginásios ou escolas de nível médio, reservando àquela a ministração do ensino especializado. Durante algum tempo, o ginásio

antigo ou clássico manteve a tradição secular; porém, a seu lado, ainda por influência positivista, surgiu o ginásio moderno, no qual o estudo das línguas ou das ciências passou a ser preponderante. E chegamos deste modo à confusão, ao desequilíbrio e ao caos, pois, mesmo nas escolas de nível médio, pretendeu-se iniciar a especialização, dando origem à exótica situação escolar secundária do nosso século, reconhecida por todos como insatisfatória, procurando os diversos países retocá-la ou reformá-la de tempos a tempos para corrigir os males decorrentes, não percebendo os legisladores que o mal não é de superfície e, sim, de estrutura.

O imediatismo, o pragmatismo e o utilitarismo geraram essa situação escolar estranha: a especialização, antes da formação geral básica, como se fosse possível correr antes de aprender a caminhar...

A idéia de especialização invadiu o século todo e hoje todas as escolas superiores a consideram como o seu grande ideal. Pouco importa que a formação do homem como um todo seja esquecida; o principal é que o homem entenda a fundo alguma coisa. Este é o clima da escola superior, em particular dos países novos, diria, dos países americanos.

AS FACULDADES DE FILOSOFIA EM NOSSO PAÍS

Pareceria que às faculdades de filosofia iria caber, em nosso tempo, o restabelecimento da tradição secular, isto é, o retorno à formação básica humanística. Assim não aconteceu, porém, pois elas também adotaram a mesma finalidade das demais escolas superiores.

Em nosso país foi o decreto n. 19.952, de 11 de abril de 1931, que criou a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como padrão federal; a lei n. 452, de 5 de julho de 1937, criou a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras que, em 1939 adotou a designação atual de Faculdade Nacional de Filosofia.

A própria designação adotada é um remanescente do racionalismo cartesiano, para o qual a Filosofia engloba todas as ciências, e é suficiente falar em faculdade de filosofia para que se entenda (entenda quem quiser) que se trata da filosofia propriamente dita, bem como das ciências e letras.

E aqui cabe um reparo: não será o tardio aparecimento, entre nós, desses centros de estudos a causa da nossa pequena e incipiente cultura?

Se examinarmos as finalidades dessa faculdade, que são, *mutatis mutandis*, as mesmas das demais faculdades de filosofia do País, encontraremos, ao lado dos dois objetivos comuns ao ensino superior em geral, um objetivo particular e específico.

Os objetivos comuns são: 1) formar trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; 2) realizar pesquisas nos vários domínios da cultura que constituem o objeto de ensino.

O objetivo particular é o de preparar candidatos ao magistério – do ensino secundário e normal (decreto-lei n. 1.190, de 4 de abril de 1939).

Está fora de dúvida que o objetivo particular, o prático-profissional, é o

preponderante, o quase exclusivo, pois a mentalidade utilitarista dominante está entre nós, emanção remanescente das teorias positivo-materialistas, não permitiu a formação de um ambiente propício aos estudos verdadeiramente desinteressados, especialmente no setor filosófico, embora nos últimos dez anos tenha começado a tomar incremento a pesquisa, primeiro passo para a cultura desinteressada.

Isso, porém, não impede que as atuais faculdades de filosofia tenham vindo prestar um inestimável e inadiável serviço, qual seja: o de formar professores para o ensino médio, pondo fim ao autodidatismo, por natureza emperrado e limitado.

As faculdades de filosofia, organizadas por particulares, seguem, com leves variantes, a estrutura e organização da Faculdade Nacional. As faculdades católicas, porém, todas incluíram, como base fundamental, o ensino dos princípios da religião cristã, procurando, por meio deles, dar ao futuro profissional aquela “visão do homem, do mundo e das coisas” que lhe permitia imprimir uma orientação não só natural, mas também sobrenatural à sua atividade, reagindo destarte contra o clima naturalizante e materializante de nossos dias.

A FACULDADE DE FILOSOFIA: NÚCLEO IRRADIADOR DE CULTURA

Apesar das mazelas assinaladas não padece dúvida que cabe às faculdades de filosofia o preponderante papel de incrementar e difundir a cultura no sentido autêntico da palavra. Se às demais escolas superiores está reservada, entre nós, a tarefa de preparar profissionais para as chamadas profissões liberais, à faculdade de filosofia, que invade os amplos setores da filosofia, da pedagogia, das ciências e das letras, cabe a formação cultural das elites.

Podíamos, talvez, afirmar que as escolas superiores em geral e as técnico-profissionalizantes são propulsoras da civilização, pois dão ao homem os instrumentos de subjugação e domínio do mundo material, dos seres corpóreos, do nosso exterior; ao passo que as faculdades de filosofia promovem a cultura, pois se ocupam principalmente do homem, do espírito e do mundo interior. Ora, bem sabemos que o “conhece-te a ti mesmo” é a mais difícil das tarefas, podendo Carreal escrever, em pleno século XX, um livro que denominou “O Homem, esse desconhecido”.

Mas, se é tarefa própria das faculdades de filosofia a elaboração e a transmissão da cultura, que devemos entender por cultura? Confundi-la-emos com o progresso material como fazem muitos, ou com a civilização, ou com a técnica, realizadora do admirável progresso moderno?

Não, absolutamente. Embora os termos civilização e cultura tenham significados variáveis entre os autores, podemos, com Lalande e Maritain, caracterizá-las perfeitamente. Tentaremos conceituar a cultura distinguindo-a da civilização.

A cultura é, em síntese, o domínio do homem sobre si mesmo, como a civilização é o domínio do homem sobre a natureza. Esta compreende o esforço

coletivo da sociedade na conquista do universo, do domínio do solo, das águas e dos ares. Utiliza o homem na sua realização todo o seu engenho criador, toda a sua capacidade construtiva, valendo-se de mil e uma técnicas, fruto de sua inteligência. Aquela, a cultura, pelo contrário, é mais um esforço individual, embora a sociedade sirva de estímulo, no conhecimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento do próprio homem. Aqui utiliza ele também todo o seu poder, toda a sua energia para realizar a cultura; não, porém o poder e a energia físicos, mas o poder e a energia morais. Pela civilização, o homem, auxiliado pela técnica, domina a natureza, explorando-a em seu benefício. Nada lhe resiste. As riquezas são extraídas da terra; as forças naturais, julgadas e utilizadas; os mares, atravessados; o solo é lavrado e o sub-solo, perfurado. Enfim, a natureza inorgânica é estudada em todos os seus aspectos e explorada em todos os domínios, tornando-se o homem cada vez mais senhor do mundo e rei da natureza. Pela cultura, ao contrário, o homem desbasta-se a si mesmo, penetra o mistério do seu ser, conhece as forças extraordinárias de sua razão e o poder incomparável de sua vontade. Vence a Inteligência, os sentidos, a vontade, os sentimentos. Analisa a constituição da pessoa, caracteriza-lhe os elementos fundamentais e procura levá-los ao máximo desenvolvimento. Reconhecendo em si um ser racional e livre, dotado de direitos e deveres, procura cumprir estes e defender aqueles, não esquecendo todavia que os direitos de um vão até onde começam os direitos do outro.

Percebemos que, de um modo geral, o domínio da civilização é o material e o campo próprio da cultura é o moral e o espiritual.

Percebemos, outrossim, que a civilização sem a cultura pode tornar-se um grande perigo para o homem, pode tornar-se um instrumento de domínio e de opressão do forte sobre o fraco, um motivo de prepotência e de exploração. Enquanto que a cultura, levando o homem ao conhecimento real do seu ser, ao conhecimento de sua origem e destino e da igualdade da natureza humana, tem o papel de regular a primeira.

Daí a afirmação maritainiana de ser impossível a civilização sem a cultura.

Percebemos, finalmente, que nas próprias realizações da cultura há graduações, não vacilando em afirmar que “a alma de toda cultura é a cultura d alma”, sendo, por consequência, defensável a afirmação de que, assim como a técnica é o instrumento da civilização, a formação espiritual e religiosa é a base da cultura.

De fato, a religião está para a cultura, como a Graça, para a natureza: não a destrói; completa-a. E, por último, podemos ainda dizer que a cultura só é legítima quando teocêntrica, isto é, quando passa pelo homem mas não permanece nele.

Por isso, se a técnica amplifica o poder do homem, a religião lhe diviniza o esforço do domínio de si mesmo e lhe supre as deficiências pela Graça. Por isso, ainda aos grandes no campo da civilização, podemos opor os “Santos” no campo da verdadeira cultura, pois foram eles que mais e melhor “cultivaram o seu ser, tornando-o semelhante ao Divino Modelo e isto tanto mais quanto mais viveram e encarnaram os ensinamentos do mestre de Nazaré”.

A verdadeira cultura começou com o cristianismo, nele encontrado pela floração.

Fora dele, antes ou depois, existiram e ainda existem civilizações, técnicas, progresso, tudo o que quisermos; cultura, porém, isto é, realização em plenitude de todas as virtudes humanas, complementadas pela ação da Graça e eternizadas na visão beatífica, não.

Para estar a verdadeira cultura alicerçada em bases sólidas, é imprescindível, pois, que contenha noções exatas sobre o que seja a perfeição no homem, que na alma quer no corpo, e sobre os meios a empregar para obtê-la e os obstáculos a evitar. Ora, é a religião que nos fornece conceitos positivos sobre o que seja a perfeição no homem e os meios de obtê-la.

A verdadeira cultura, a cultura integral, não pode, pois, prescindir da verdadeira religião. E é por este motivo que as faculdades católicas de filosofia incluíram, em seu currículo, largo programa de formação religiosa.

É esta cultura total que impede às faculdades de filosofia de realizar cultura científica e filosófica, cultura moral e religiosa.

As duas primeiras preparam o terreno para a segunda.

Pronto o espírito para a apreensão das verdades particulares, subirá ele por degraus sucessivos à apreensão da Verdade Suprema, Deus, e à sua contemplação operante.

Sim, contemplação operante, pois da visão de Deus, da compreensão da sua lei de bondade e de amor, nasce a regulação da vontade e a ordenação dos atos humanos, nasce a verdadeira orientação da vida, a verdadeira cultura que então chamaremos sabedoria, que a escola superior católica deve fornecer a quantos a procuram.

É nos contatos contínuos com a religião e a verdade revelada que o espírito santo amadurece, cria o equilíbrio e aprecia, na medida justa, os valores naturais e sobrenaturais.

A ciência, a pura ciência, sem a influência religiosa que tudo penetra, ilumina e ordena, pode fazer com que o homem seja também honesto e equilibrado, e isso por razões de dignidade e cálculo de vantagens humanas.

Nas escolas superiores leigas, porém, onde, em virtude da liberdade religiosa, é silenciado o nome de Deus, onde, em nome da liberdade de pensamento, são esposadas todas as idéias, onde, por vezes, divergem os docentes doutrinariamente, religiosa ou filosoficamente, desconcertando os discentes, não há, não pode haver unidade de formação, não há uma visão totalizada do universo, uma *weltanschauung* verdadeiramente orientadora dos atos da vida.

Não há o calor da verdade revelada, não há a paixão do Evangelho, não há a imitação do Cristo.

A teologia é substituída pela teodiceia e o Deus pessoal do catolicismo, por uma realidade cósmica qualquer, impessoal e indefinida.

Cria-se um naturalismo intelectual e moral incapaz de dar sentido à vida

e de fornecer uma cosmovisão impregnada de sobrenatural, incapaz de preparar “homens” antes de preparar profissionais ou “especialistas”.

A inteligência, custodiada pela fé que a Igreja ensina, possui luz para todos os passos e força para todas as ações.

É uma destas escolas superiores católicas que hoje se inaugura nesta cidade. É um motivo de glória e também um começo de responsabilidade.

Vai ela cultivar a ciência, a plena ciência. Vai ela promover a cultura em todos os seus degraus, sempre iluminada pela fé. E a fé, longe de representar restrições, é ampliação, é enriquecimento.

UMA UNIVERSIDADE CULTURAL

Senhores!

A faculdade de filosofia é por si só uma verdadeira universidade cultural. Embora iniciados hoje apenas dois cursos, logo serão quatro, oito ou mais... Serão tantos quantos a legislação permitir. Mas, independentemente de ser ela uma universidade cultural, constitui, outrossim, a pedra angular do edifício da cultura tão sonhado, tão almejado, tão querido pelo povo santa-mariense: a Universidade de Santa Maria.

Sim, senhores. A Universidade de Santa Maria já não é puro sonho, já é meio realidade. E, se tudo ainda não foi feito, quem poderá deter a força impetuosa desta gente viril, que, em menos de dois anos, inaugurou três escolas superiores?

Bem haja, pois, a cidade de Santa Maria. Bem hajam os poderes espiritual e temporal da diocese e comuna. Bem haja a elite intelectual e a Sociedade Pró-Ensino Superior. Bem haja a congregação religiosa que tomou sobre seus ombros a responsabilidade desta nova faculdade, a benemérita Congregação das Irmãs Franciscanas.

Bem hajam todos quantos colaboram para seu desenvolvimento, pois lançaram um marco de autêntico valor, iniciaram uma jornada de glória imorredoura.

E que Deus Nosso Senhor e a Virgem Medianeira guiem os corpos administrativos, docente e discente à plena realização dos nobres ideais que ditaram a fundação da Faculdade.

E que a Faculdade de Filosofia “Imaculada Conceição” cumpra o seu glorioso destino.

Fonte: QUADROS, Claudemir (Org.). **Histórias e memórias dos 50 anos dos cursos de formação de professores do Centro Universitário Franciscano e Santa Maria**. Santa Maria: Unifra, 2005. p. 13-23.

ANEXO E – CRÔNICAS DA ESCOLA DE ENFERMAGEM – 1955

Crônica da Escola de Enfermagem

Nossa Senhora Medianeira - 1955

Santa Maria - Rio Grande do Sul

Santa Maria, cidade localizada no coração do Estado gaúcho, cognominada - "Metrópole dos Estudantes", bem merece este epíteto, pois é realmente um centro cultural onde reina grande interesse pelo estudo.

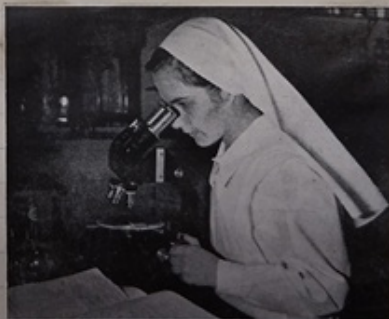
Do lado de numerosas escolas de nível secundário: Colégio Santa Maria, Sant'Ana, Manoel Ribas, Escola Normal Olavo Bilac e Escola Técnica de Comércio Sant'Ana, eis que se multiplicam, agora, os estabelecimentos de ensino superior: Faculdades de Farmácia e Medicina, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas e Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, "Imaculada Conceição".

A aprovação da Faculdade de Medicina, em parte, dependia ainda do campo hospitalar adequado. E, por isto, impunha-se a criação de uma Escola de Enfermagem.

Dr. José Mariano da Rocha Filho e Dr. Miguel Meirelles, respectivamente Diretor das Faculdades de Farmácia e Medicina e Diretor do Serviço do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Aguiado, entraram em contato com a Reverenda Madre Antoninha, Superiora Provincial das Irmãs Franciscanas, já à testa da direção do Hospital, para estudarem a possibilidade da criação de uma Escola Superior de Enfermagem.

O problema, de início, apresentou-se de difícil solução:

- Onde o prédio para o funcionamento da Escola?



- E as instalações laboratoriais para os estudos práticos?

- Quem dirigiria a Escola, uma vez que a lei exige pessoal com as devidas credenciais?

Mas, muito boa vontade e espírito de colaboração de todos os interessados e a benção de S. Excia. Revma. Dom Antonio Reis na proteção maternal de Nossa Senhora Medianeira, sob cuja égide foi colocada a Escola, conseguiram o que, humilmente parecia coisa irrealizável.



A Diretoria do Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Aguiar ofereceu dependências de prédios para residência das futuras alunas, e salas para o funcionamento das aulas, bem como as enfermarias para os estágios práticos dos estudantes.

As Direções das Faculdades de Farmácia e Medicina e da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Imaculada Conceição" puseram à disposição as suas instalações laboratoriais, biblioteca, etc.

As Irmãs Franciscanas, por sua vez, responsabilizaram-se pela direção técnica da Escola. Como não contavam com religiosas que satisfizessem as exigências legais, recorreram a diversas Congregações para obter o auxílio necessário.

Foi-lhes concedido na pessoa de Sr. Emília Glarizia, generosamente cedida pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo.

Sr. Emília que além dos estudos básicos de Enfermagem cursou a Universidade De Paul, em Chicago, está perfeitamente apta, portanto, para a missão que lhe foi confiada em Santa Maria.

Chegando aos 31 de janeiro de 1955, foi-lhe confiada a direção da Escola de Enfermagem. Elaborou então, o regimento e o relatório para a verificação prévia, sendo a documentação enviada à Diretoria do Ensino Superior - Ministério de Educação e Cultura - para a devida apre-

ações.

Viu a Santa Maria, para proceder à verificação, designada pelo Ministério de Educação e Cultura, a Senhora Kaycia Guanais Donado, responsável pelo Setor de Verificação do Serviço Nacional de Tuberculose. Apresentou parecer favorável, sendo aprovado e publicado pela Portaria n.º 144, de 16 de maio de 1955.

Satisfeitas as exigências legais e concedida a autorização de funcionamento, realizaram-se os exames vestibulares, logrando aprovação as seguintes candidatas: Cecília Jacopo, Mta Josephina Librelotto, Irene Edith Bern, Lydia Heinzen, Maria Antonietta Canduro Gai, Maria Tereza Rocha Lobato, Maria Tereza Local Teares, Naira Duarte de Araújo, Cláudia Rossato, Talita Boer, Terzinha Borges Bittencourt, Tereza Bernet.

Fez-se para a Aula Inaugural, o dia 31 de maio de 1955, festa de N. S.ª Medianeira. Será mais acaso? Não, tem caberões que foi a celestial padroeira quem dirigiu os acontecimentos e levou o empreendimento a um feliz término.

Para abençoar a Sta. Missa, S. Excia. Roma, Dom António Reis, dirigiu o Rosário. Sr. Padre Ignácio Valle, o já famoso "Padre da Medianeira".

Foi convidado o Sr. Dr. A. Hofmeister, M. D. Diretor de S. Z. S. para proferir a aula inaugural.

Viu a nossa cidade, sendo recebido no aeroporto local, por representantes das Escolas Superiores, Direção do Hospital e grande número de amigos e conhecidos.

A seguir desenvolveu-se o rico programa:

Dia 31:

- Recepção no Hospital de Caridade Dr. Astrogildo de Aguiar.
- Visita às Escolas Superiores.
- Danças no Clube Comercial e fe-





recebe pelas seguintes entidades: Associação Santamaricense, Pro-Ensino Superior, Associação Protetora de Hospital de Caridade, Sociedade de Medicina de Santa Maria, Direção da Faculdade de Medicina, Direção da Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira.
Dia 31.



- 1) Santa Missa festiva na Catedral Diocesana, celebrada pelo Revm. Sr. Pe. Ignácio Valle, S. J.
- 2) Aula Inaugural pelo Exmo. Sr. Dr. A. Hofmeister, no Centro Cultural. Dirigir os trabalhos o Exmo. Sr. Dr. Miguel Mineiros, Diretor Médico do Hospital de Caridade.

Formou a mesa com as seguintes autoridades presentes: Exmo. Sr. Comandante da 3ª D.I., Exmo. Sr. Presidente do Fórum, Representante de S. Excia. Revm. D. Antônio Reis, Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Rev. Sr. Cura da Catedral, Revm. Superiora Provincial das Irmãs Franciscanas, Exma. Senhora Maria da Glória Lute Rossa - Chefe de Serviço de Enfermagem do D. G. S., Exmo. Sr. Inspetor Federal, Renda, Madre Superiora do Hospital de Caridade, Renda, Irmã Diretora da Escola de Enfermagem N. S. Medianeira e pelos Exmos. Senhores das Faculdades de Farmácia, Medicina, Ciências Políticas e Econômicas e

Filosofia, e pelo Revm. Sr. Sr. Capelão do Hospital de Cuidado.

As festeadas realizaram-se com grande entusiasmo e alegria, enchendo de satisfação os cantamarienses por terem obtido mais esta vitória na marcha ascensional em busca da cultura de seus filhos.

No dia 11 de junho iniciaram-se regularmente as aulas e em breves dias as estudantes, na qualidade de preliminares, principia-ram os estudos práticos nas enfermarias.

Toda vida passou pelas salas que visitaram e, os enfermos já se alegravam pela hora em que vinham as jovens que se aten- diam com tanta solicitude e desvelo.

Terminado o período da primeira prova, as prelimina- rias já podiam ser consideradas como alunas. Esta data foi marcada com a solene entrega das insígnias.

Presidiu a cerimônia o Revm. Sr. Dom Antônio Reis, que embora ainda convalescente não quis privar a sua "Escola" (como Sr. Bruna a chama carinhosamente) de sua presença confortadora.

Foi assistido no ato pelo Revm. Monsenhor Frederico Didonet e pelo Revm. Sr. Sr. Bastiano Cagliuca - Capelão do Hospital.

As insígnias apresentam-se sob um campo azul, alce lírio cir- cundado por auréola de doze estrelas e tendo aos pés uma lâmpada acesa.

A interpretação simbólica é a seguinte:

Lírio - Maria Medianeira, pro- tectora da Escola; Campo Azul - cor dis- tintiva das estudantes.

Estrelas - As almas que des- çam, sob a proteção de sua Celestial- Tutoresa servir aos doentes.

Lâmpada - Símbolo da dedica- ção e caridade que devem ornar a Enfermeira.



4

E, com este alvorecer inicial, a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira, espusa singrar, feliz, o mar azul de um futuro tonanceiro, guiado por sua divinal soberana, para que, um dia, as novas enfermeiras, reblando as brancas asas, se dispuserem, levando aos Hospitais do Rio Grande do Sul, a mensagem do amor em Cristo Jesus.



AULA INAUGURAL DA ESCOLA DE ENFERMAGEM — Constituiu um acontecimento marcante na vida universitária da cidade, a solenidade de inauguração dos cursos de enfermagem da Escola de Enfermagem "Nossa Senhora Medianeira", de alto padrão nesta cidade. Falaram na oportunidade, durante a cerimônia realizada no Centro Cultural, Irmã Emília, diretora da Escola; mons. Frederico Dédonet, "em nome de D. Antônio Reis; dr. Miguel Meirelles, diretor do Hospital de Caridade "Dr. Astrogildo de Azevedo", prof. Mariano Filho, presidente da A. S. P. E. S. e dr. Alfredo Hoffmeister, diretor do DES. Vemos na foto acima, aspecto parcial da Mesa. Aparecem o prof. Mariano Filho, presidente da ASPES e diretor das Faculdades de Farmácia e Medicina; prof. Luiz G. Izais, diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas; o representante da general João de Deus Peggão Leal; dr. Régis Beltrão de Andrade, representante do prefeito municipal; dr. Gerson Cunha, diretor do Fórum; mons. Frederico Dédonet e mons. Aquiles Bertoldo; dr. Alfredo Hoffmeister e dr. Miguel Meirelles. Ainda na foto, Irmã Emília quando discursava.

Fonte: Arquivo da Secretaria Acadêmica da Universidade Franciscana.

ANEXO F – DISCURSO PROF. JOSÉ MARIANO DA ROCHA FILHO “SANTA MARIA NA LIDERANÇA DA MARCHA PELA INTERIORIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR”

DISCURSO DO PROF. MARIANO FILHO PRESIDENTE DA A.S.P.E.S NA AULA INAUGURAL DA ESCOLA DE ENFERMAGEM

Na aula inaugural da Escola de Enfermagem, o professor Mariano Filho, presidente da Associação Santamariense Pró-Ensino Superior pronunciou o seguinte discurso:

“De novo engalana-se Santa Maria, para festejar a instalação de mais um estabelecimento de ensino.

A Associação Santamariense Pró-Ensino Superior tem assim, a satisfação de ter superada outra fase de seu programa, visando a concretização da futura Universidade de Santa Maria.

Com seus vinte mil estudantes, com a pujança de suas novas escolas de ensino superior Santa Maria assume, aos poucos, papel relevante, liderando entre as demais cidades do Estado e do Brasil, esta marcha pela interiorização do ensino superior e portanto, essa jornada magnífica de progresso e de cultura para a Nação Brasileira.

Estamos mais do que nunca, convencidos de que é positivando esta penetração, qual novos bandeirantes do saber e da civilização que melhor poderemos contribuir para o progresso, o bem estar e a grandeza do Brasil.

Nossa convicção ainda mais se afirma ao consultarmos as estatísticas do último senso nacional pelas quais claro está o Brasil tem 70% de sua população no interior.

Não é difícil deduzir que é mais fácil fazer com que o País progrida elevando o nível de vida, oferecendo novas oportunidades, criando novos meios de riqueza para esses 70% da população do que insistir no erro centenário de criar, artificialmente, a custa do suor e do trabalho daqueles que labutam a terra, núcleos super civilizados, concentrando os benefícios auferidos pelo trabalho global da Nação nas chamadas metrópoles, e criando, assim, para o País e para os Estados uma monstruosidade estatal, que tanto condenamos em vizinhos nossos, ou seja, a macrocefalia.

Não vai em nosso pensamento nenhum jacobinismo descabido, nenhum bairrismo malsão, pois por sua situação geográfica por suas condições de população e, especificamente por sua posição de centro de ensino Santa Maria sempre primou em dar mais do que recebe, e, quando reclama para si a tenção poderes públicos estaduais ou federais ela o faz mais pensando no Rio Grande do que pensando em si mesma.

A Universidade, que já se delinea, não está sendo feita somente para os filhos de Santa Maria.

A rede de hospitais, que procuramos criar, em comum acordo com esta

figura ímpar de administrador e professor que é o Dr. Miguel Meirelles, não se destina a atender egoisticamente os filhos de Santa Maria mas todo o Rio Grande do Sul.

É difícil delimitar a área beneficiado por Santa Maria, pois se estende a todo o Estado, e estabelecendo a nossa rede hospitalar, visamos descongestionar até instituições como o Hospital São Pedro, o Sanatório Partenon e a benemérita Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

As faculdades que estão em funcionamento em nossa cidade possuem alunos vindos dos quatro cantos do Rio Grande e no caso especial da Faculdade de Medicina podemos afirmar que não fora sua criação, algumas dezenas de jovens portoalegrenses teriam tido seus estudos truncados.

Justo é, ato tratarmos de assunto de tal relevância, que lembremos a alta compreensão dos homens que ocuparam as funções governamentais ao Rio Grande e no Brasil, tanto no que respeita aos poderes executivos do Estado e da Nação, como no que respeita a seus poderes legislativos.

Ainda a pouco noticiavam os jornais ter o Governador Ildo Meneghetti se dirigido aos poderes feerais, reafirmando o desejo do Rio Grande de que tenha andamento a lei que regulariza a situação da nossa Faculdade de Medicina.

Neste momento de jubilo para nossa cidade é com satisfação que mais uma vez anunciamos os nomes de SS Excias. o Prof. Dr. Jurandyr Lodi, Diretor do Ensino Superior, que com rara compreensão dos problemas educacionais sempre nos encorajou e auxiliou na luta pela interiorização do ensino superior: o Deputado Tarso Dutra, amigo indefectível de todas as horas e companheiro inigualável de todas as lutas, com quem conseguimos, entre outros o auxílio de 500 mil cruzeiros para esta Escola que hoje inauguramos a quem devem as Irmãs Franciscanas e o povo do Rio Grande a autorização para seu funcionamento; o prof. Dr. Eliseu Paglioli, Magnífico Reitor da U.R.G.S., sempre atendo as necessidades de Santa Maria e fator inestimável na realização de sua Faculdade de Medicina e, em sua pessoa, homenageamos o Egrégio Conselho Universitário a cuja clarividência, destemor, e sólido amparo devemos em muito a concretização paulatina de nossos ideais: o Deputado Dr. Fernando Ferrari e o ex-deputado estadual Dr. José Marques da Rocha, filhos de Santa Maria, que cosignaram verbas para Escola de Agrotécnicos de Santa Maria; o ex-Governador General Ernesto Dornelles, a quem devemos o convênio de 5 milhões de cruzeiros para o equipamento de nossa Faculdade de Medicina, ora em vias de aprovação na Assembleia Legislativa, e cujo cumprimento, por parte do Estado já nos assegurado pelo Governador Ildo Meneghetti, quem afirmou mais: estar disposto a contribuir com o que mais for necessário para essa Faculdade.

Para possibilitar o funcionamento imediato da Escola de Enfermagem, não exitamos um minuto sequer em por à sua disposição de instalações laboratoriais das Faculdades de Farmácia e de Medicina, o que conseguimos graças à elevada visão dos membros componentes de sua Congregação, confirmando

assim, o espírito universitário dos membros componentes de sua Congregação, confirmando assim o espírito universitário sempre cultivado pelos pioneiros do ensino superior em Santa Maria.

A Escola de Enfermagem que hoje abre suas portas, no dia consagrado à Medianeira de Todas as Graças, constitui, sem dúvida, um complemento indispensável as nossas Faculdades de ciências médicas.

Por uma feliz e estranha coincidência, a Escola de Enfermagem “N. S. Medianeira” abre suas portas na data em que comemora o jubileu de prata deste movimento religioso que, nascido em Santa Maria, transbordou do Rio Grande e do Brasil e, conduzido por nosso Bispo D. Antônio Reis e pelo zeloso apóstolo da Medianeira, que é o P. Ignácio Vale, está as vésperas de tomar conta do mundo pela proclamação do dogma de mediação universal de Maria, a mais alta invocação dessa Virgem que constitui o encanto da Religião Católica, e cujo nome e cujo santuário atraem para nossa cidade as graças celestiais.

Desejamos mais uma vez reafirmar que público que, nesse movimento pelo ensino superior, nada mais tenho sido do que um laço unindo um feixe inquebrantável a vontade dos santa-marienses, expressa por suas autoridades civis, militares, eclesiásticas por suas associações de classe, por seus órgãos de imprensa escrita e falada que nunca nos negaram o seu apoio nessa luta pelo engrandecimento cultural do Rio Grande.

Ao Dr. Alfredo Hoffmester que, bondosamente aceitou o convite formulado por Santa Maria vindo inaugurar os cursos desta Escola de Enfermagem, em nome da ASPES apresentamos os nossos agradecimentos.

As Irmãs Franciscanas, que assumiram mais essa responsabilidade como mantenedoras da primeira escola de tal natureza criada no interior do Rio Grande, bem como a revma. d. Emília dinâmica diretora do mesmo, a gratidão da cidade.

Ao Hospital de Caridade as nossas felicitações e os nossos aplausos pelo exemplo que dá ao Brasil franqueando suas modelares dependências ao ensino da enfermagem.

As futuras enfermeiras, que tão numerosas [...] chamamento da nova entidade de ensino, os votos de um brilhante curso, na certeza de que muito irão contribuir como auxiliares imediatos dos médicos, para curar enfermos, para aliviar sofrimentos e para que, cada vez mais, se difunda e se propague a alegria, o amor ao próximo e a caridade no sentido de construir para os [...] um mundo melhor. Muito melhor baseado nos ensinamentos de Cristo e consubstanciado na oração saidime de São Francisco de Assis o amigo das feras, das aves e dos peixes, realizando, no desempenho de vo sa missão, aquilo que constituiu o maior anelo de sua vida: substituir o ódio pelo amor, a vingança pela caridade, a injustiça pela justiça, o erro pela verdade, a dôr pela alegria, e, tornando vos assim, como desejava o pobrezinho de Assis, nas mãos de Deus, o instrumenta [...] amor

Fonte: SANTA Maria na liderança pela marcha da interiorização do Ensino Superior. **A Razão**, Santa Maria, 2 jun. 1955, p. 6; 2.

ANEXO G: FOLDER DO CURSO DE ENFERMAGEM



O Brasil precisa de mais Enfermeiras!

Nosso país possui somente 3.000 e poucas enfermeiras diplomadas. — Necessita, ao menos de 50.000 para atender às necessidades mais prementes de todo o imenso território! As Enfermeiras formadas, no Rio Grande do Sul, não chegam a 100. Se tivéssemos 1.000, ainda seriam poucas. Por estas e outras razões cursar ENFERMAGEM, além de ser uma obra patriótica, é abraçar uma carreira de futuro.

Qualidades que necessita uma Enfermeira

Ela precisa: saber assumir responsabilidades, tomar decisões rápidas e agir com calma e deliberação. Deve possuir: bom humor, um coração generoso, verdadeiro amor aos que sofrem e, acima de tudo, um espírito compreensivo e profundamente moral e religioso.

Novos temas para a Enfermagem

Segundo disposições de lei, futuramente, hospitais, escolas, indústrias, etc., serão obrigados a ter ao lado dos serviços médicos, Enfermeiras diplomadas. A Enfermeira é indispensável; acompanha o homem desde o nascimento até o fim da vida. As enfermeiras são os soldados da paz e da fraternidade humana.

O Curso Superior de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira de Santa Maria — Rio Grande do Sul

A Escola de Enfermagem funciona anexa ao Hospital de Caridade "Dr. Astrogildo de Aguiar". O Curso completo tem a duração de três anos. Trata-se de uma escola de alto padrão, de nível universitário. Os 2 anos são de intensa atividade e árduo estudo. As aulas versam, em, sobre disciplinas de formação geral, como: Patologia, Química Biológica, etc.; ora abordam temas especializados, tais como: Microbiologia, Farmacologia, Saúde Pública e outras. De caráter prático são as cadeiras de Higiene, Dietética, etc. Esta formação científica é acompanhada de comentários lógicos de Enfermagem em

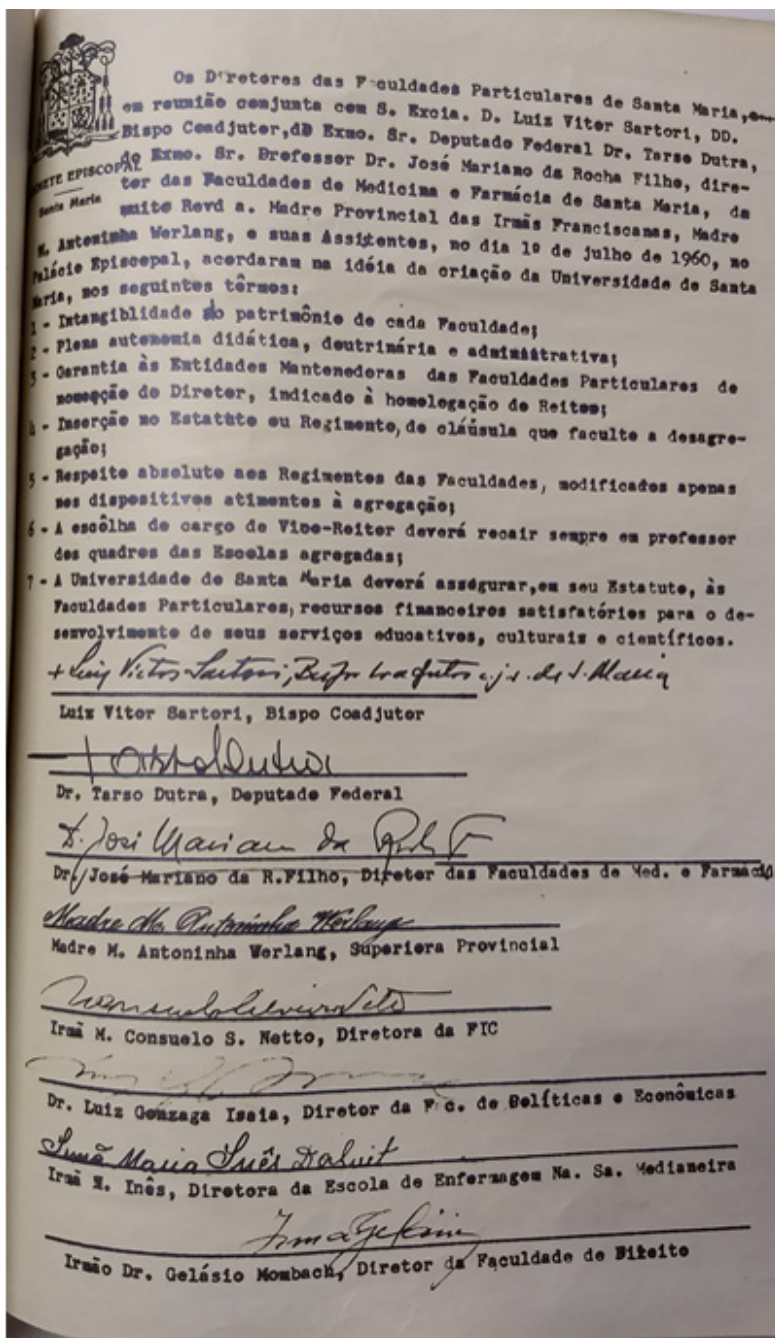
geral bem como de Enfermagem Cirúrgica e Enfermagem Clínica. Envolvidos destes conhecimentos diversos, insere a estudante uma formação moral e ética que a torna uma personalidade, apta a merecer a confiança e a simpatia de médicos, enfermos e outras pessoas que com ela há de conviver. É um curso interativo, baseado nos métodos mais modernos de Pedagogia, visando a ampla criação de ambiente agradável, no internato (que também ser externa, respeitada a preferência pessoal de cada um). Os intervalos das horas de aula e dos estudos práticos são aproveitados para passatempos saudáveis, leituras, jogos, cinema educativo, que funciona no próprio Hospital. A Escola é mantida pelas Irmãs Francis-

canas. O Direção está a cargo da Irmã Emília Charisist, Filha de São Vicente de Paulo. Diplomada na St. Joseph's School, possuindo ainda um curso de aperfeiçoamento da Universidade De Paul, E.E. U.U. Além de uma orientação segura, transmitida às alunas que já frequentaram o Curso, vedatória admiração e simpatia pelo ideal da ENFERMAGEM. **Curso Gratuito** O Curso de Enfermagem é gratuito. As despesas das alunas limitam-se a livros e materiais, que devem ser confeccionados, conforme modelo, podendo ser encomendados no próprio hospital. Bolsas para o internato devem ser requeridas com antecedência.




Fonte: Arquivo da Secretaria Acad6mica da Universidade Franciscana.

ANEXO H: ATA DE REUNIÃO S/N – 1º/06/1960



Fonte: Arquivo da Secretaria Acadêmica da Universidade Franciscana.

**ANEXO I: MOÇÃO DE CONGRATULAÇÕES – OFÍCIO N.
1274/98/GP/DL/MB**


Câmara Municipal de Vereadores
Santa Maria – RS

Santa Maria, 9 de Setembro de 1998
Ofício N° 1274/98/GP/DL/MB

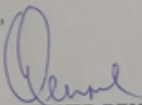
Ilustríssimo Senhor

A Câmara Municipal de Vereadores, através desta Presidência, manifesta-se perante Vossa Senhoria para apresentar-lhe **Moção de Congratulações**, de autoria dos nobres Vereadores **LUIZ CARLOS DRUZIAN** e **DANIER AVELLO**, e aprovada pela unanimidade de seus pares, pela transformação das Faculdades Franciscanas em Centro Universitário .

Este Poder Legislativo manifesta os melhores votos à direção e funcionários, por todo um trabalho desenvolvido que culminou com a transformação deste conceituado Centro de ensino em Universidade, concretizando um sonho há muito tempo acalentado pela comunidade santamariense, oportunizando a centenas de jovens a chance de ingressar em um ensino superior de qualidade.

Sendo o que se nos apresentava para o momento, colhemos o ensejo para enviar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Ver. **WERNER REMPEL**
Presidente

Ilma. Sra.
IRENE RUPOLO
Diretora das Faculdades Franciscanas
Rua dos Andradas, 1611
Santa Maria - RS

Diretoria Legislativa - Gestão 1998 (e-mail: cmvsm@camara-sm.gov.br) Home Page: <http://www.camara-sm.gov.br>

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CURSOS OFERTADOS NA PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E ANO DE MATRÍCULA

Quadro 001 – Cursos ofertados na pós-graduação *lato sensu* na FIC e ano de matrícula

| NOME DO CURSO OFERTADO | ANO (S) DE MATRÍCULA |
|--|--|
| Administração Escolar | 1976, 1978, 1979, 1980, 1981, 1982 |
| Administração de Serviços de Enfermagem | 1995 |
| Computação para o ensino de 1º e 2º graus | 1988 |
| Educação: Alfabetização | 1991 |
| Educação: Currículo por atividades | 1985 |
| Educação Pré-escolar | 1985, 1986, 1988 |
| Educação: Fundamentos da Educação | 1982, 1983, 1988 |
| Educação: Supervisão Escolar | Não houve matriculados desde 1976 |
| Ensino de Matemática | 1987 |
| Filosofia: História da Filosofia Contemporânea | 1989 |
| Geografia: Geografia Física | 1988 |
| Geografia: Geografia Humana | 1985 |
| História: História administrativa e Social do Brasil | 1981 |
| História: História contemporânea da América Latina | 1986 |
| História: História da América Latina | 1988 |
| História: História do Brasil | 1979, 1991 |
| História: Interdisciplinaridade em Estudos Latino-Americanos | 1994 |
| Letras: Língua Portuguesa | 1979, 1980, 1981, 1983, 1986 |
| Letras: Literatura Brasileira | 1982 |
| Letras: Língua e Literatura de Língua Portuguesa | 1979 |
| Letras: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira | 1989, 1990, 1991, 1993, 1994, 1995 |
| Letras: Língua Inglesa | 1985 |
| Literatura Brasileira | 1986 |
| Matemática | 1979 |
| Matemática – Análise Matemática | 1982 |
| Pesquisa | 1991, 1993, 1994, 1995 |
| Pré-Escola | 1992 |
| Psicopedagogia | 1986, 1987, 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995 |

Fonte: (Luciana Souza de Brito, elaborado a partir de dados do Gabinete da UFN, 2020).

Quadro 002 – Cursos de pós-graduação lato sensu da FAFRA e ano de matrícula

| NOME DO CURSO OFERTADO | ANO (S) DE MATRÍCULA |
|---|-----------------------------|
| Direito Público | 1996 |
| Ensino de Geografia | 1997 |
| História do Espaço Fronteiriço Platino | 1997 |
| Informática Educacional | 1996 |
| Língua Inglesa | 1997 |
| Língua Portuguesa e Literatura Brasileira | 1997 |
| Nutrição em Saúde Comunitária | 1996 |
| Pesquisa | 1996 |
| Psicologia Comunitária | 1996 |
| Psicologia Educacional | 1996, 1997 |
| Psicopedagogia | 1996, 1997 |
| Saúde Coletiva | 1997 |

Fonte: (Luciana Souza de Brito, elaborado a partir de dados do Gabinete da UFN, 2020).

Quadro 003 – Cursos de pós-graduação lato sensu da UNIFRA e ano de matrícula

| NOME DO CURSO OFERTADO | ANO (S) DE MATRÍCULA |
|--|-----------------------------|
| Administração dos Serviços de Saúde | 2000, 2001, 2004, 2005, |
| Administração Hospitalar | 2007 a 2013 |
| Alfabetização para a Educação Infantil e para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental | 2003 |
| Análise para Registro de Medicamentos (convênio ANVISA) | 2002 |
| Análises Clínicas | 2012 a 2017 |
| Aperfeiçoamento em Matemática | 2000 |
| Aperfeiçoamento em Memória Social: Instituições Museológicas | 2001, 2002 |
| Assistência e Atenção Farmacêutica | 2007 a 2009 |
| Auditoria e Controladoria | 2014 a 2017 |
| Cinema | 2011 a 2014 |
| Cinesioterapia Aplicada | 2010 a 2013 |
| Comunicação e Projetos de Mídia | 2007 a 2013 |
| Contabilidade Gerencial | 2003, 2012 a 2014 |
| Criança e Adolescente em Situação de Risco | 2007 a 2011 |
| Direito Constitucional Aplicado | 2006 a 2008 |
| Direito Constitucional Aplicado: uma abordagem material e processual | 2003 |
| Direito: temas emergentes em Direito Empresarial | 2012, 2013 |

| | |
|---|-------------------------|
| Direito: temas emergentes em Novas Tecnologias Informacionais | 2012, 2013 |
| Direito do Trabalho | 2015 a 2017 |
| Direito Processual Civil | 2016, 2017 |
| Disfunções Neurológicas | 2015 a 2017 |
| Educação Ambiental | 1999 a 2003 |
| Educação Inclusiva | 2010 a 2012 |
| Educação Infantil | 1998 a 2003 |
| Educação Sexual | 1998 |
| Enfermagem em Cuidados Intensivos: Neonatal, Pediátrico e Adulto | 1998 a 2002 |
| Enfermagem Obstétrica | 2014 a 2017 |
| Engenharia de Segurança do Trabalho | 2007 a 2017 |
| Ensino de Matemática | 2003, 2007 a 2009 |
| Ensino e Pesquisa em História: novas abordagens | 2007, 2008 |
| Família na Contemporaneidade | 2012 a 2014 |
| Finanças | 2007 a 2009, 2012, 2013 |
| Fisioterapia e Osteopatia | 2013 a 2015, 2017 |
| Fundamentos da Educação | 1999, 2000 |
| Gerenciamento da Construção Civil | 2013 a 2017 |
| Gestão Ambiental | 2009 a 2013 |
| Gestão da Educação | 2012, 2013 |
| Gestão de Negócios | 2008 a 2014 |
| Gestão de Pessoas e Marketing | 2007 a 2014 |
| Gestão de Produtos | 2007 a 2008 |
| Gestão em Turismo Sustentável | 2008 a 2009 |
| Gestão Estratégica de Pessoas | 2013 a 2017 |
| Gestão Estratégica de Serviços | 2003 |
| Gestão Estratégica do Conhecimento nas Organizações | 2002 |
| Gestão Estratégica em Marketing (convênio FGV) | 1999 |
| Gestão Pública | 2007, 2008, 2011 a 2013 |
| História da América Latina: O Cone Sul | 2011 |
| Informática na Educação | 2010 a 2013 |
| Interdisciplinaridade em Terapia Intensiva | 2005 a 2006 |
| Língua Inglesa | 1999 |
| Língua Portuguesa | 2005 a 2009 |
| Língua Portuguesa e Literatura Brasileira | 1998 a 2002 |
| Linguagem e Representação: ênfase em Linguística | 2011 a 2013 |
| Literatura Brasileira | 2003, 2006 a 2009 |
| Literatura Portuguesa | Zero |
| MBA em Gestão de Negócios | 2005 a 2008 |

| | |
|--|-----------------------------------|
| MBA em Marketing | 2014 a 2017 |
| MBA em Mídias Sociais Digitais | 2015 a 2017 |
| Metodologias de Ensino de Língua Inglesa | 2006 a 2009 |
| Nutrição Clínica: Gestão de Consultórios | 2006 a 2007 |
| Nutrição Humana | 2008 a 2009 |
| O Computador e a Matemática no Ensino Fundamental e Médio | 1999 |
| Oncologia | 2015 a 2017 |
| Ortodontia | 2011 a 2015 |
| Projeto de Espaços Comerciais | 2010 a 2011, 2017 |
| Psicologia Clínica: escutas da infância | 2006 a 2009 |
| Psicologia do Trabalho e das Organizações | 2015 a 2017 |
| Psicopedagogia: Abordagem Clínica e Institucional | 1999 a 2009 |
| Rede de Atenção Integral em Saúde Mental | 2013 a 2017 |
| Residência em Enfermagem Obstétrica | 2014 a 2017 |
| Residência em Reabilitação Física | 2016 a 2017 |
| Residência Médica em Clínica Médica | 2015 a 2017 |
| Residência Médica em Psiquiatria | 2014 a 2017 |
| Residência Médica em Saúde da Família e Comunidade | 2016 a 2017 |
| Residência Multiprofissional em Atenção Clínica Especializada com ênfase em Infectologia e Neurologia | 2017 |
| Residência Multiprofissional em Saúde Mental | 2015 a 2017 |
| Residência Profissional em Enfermagem - Urgência, Emergência e Trauma | 2015 a 2017 |
| Saúde Coletiva | 1998, 2000 a 2003, 2005 a 2011 |
| Supervisão e Orientação Escolar | 2003 a 2005 |
| Supervisão Educacional | 2008 |
| Terapia Intensiva: ênfase em oncologia e controle de infecção hospitalar | 2007 a 2009, 2011 a 2017 |
| Transposição Didática do Saber Turístico | 2005 a 2006 |

Fonte: (Luciana Souza de Brito, elaborado a partir de dados do Gabinete da UFN, 2020).

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir do doutoramento no Programa de Pós-Graduação e História, na Linha de Pesquisa de “Memória e Patrimônio”, com o título “Irmãs Franciscanas em Santa Maria – RS: uma congregação de mulheres empreendedoras no ensino superior (1953-2018)”. Teve como objetivo geral compreender e reconstruir a trajetória da Congregação das Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã, no período de 1953 a 2018, como uma trajetória marcada pelo empreendedorismo em sua atuação no ensino superior em Santa Maria. Ou seja, essa investigação visou contribuir com a História Social e das Mulheres, tendo como perspectiva a trajetória de uma Congregação religiosa de mulheres e o seu perfil empreendedor no que concerne ao desenvolvimento do ensino superior no município de Santa Maria – RS. Para sua construção, foram realizadas pesquisa documental (em documentos textuais, iconográficos e fontes jornalísticas), pesquisa bibliográfica, bem como a realização de entrevistas (história oral) e aplicação de questionários com professores, técnicos administrativos e irmãs franciscanas. A partir das fontes trabalhadas, observou-se que as Irmãs Franciscanas tiveram uma atuação protagonista e empreendedora na criação e no desenvolvimento do ensino superior em Santa Maria, a partir da concepção de Instituições de Ensino sob gerência da própria Congregação, mas também atuando de forma decisiva para a constituição da Universidade de Santa Maria. Assim, conclui-se que essas mulheres, pertencentes a uma Congregação religiosa, desde sua instalação em Santa Maria, buscaram inovar, aceitando riscos e sabendo valorizar a disponibilidade de recursos humanos e materiais para assim modificar o contexto econômico e social de Santa Maria. Iniciaram esse processo de forma mais reservada trabalhando primeiramente no ensino básico, criando bases para uma atuação mais expressiva e significativa no ensino superior. A criação de Instituições gerenciadas pela Congregação, como a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição (FIC), a Escola de Enfermagem Nossa Senhora Medianeira (FACEM), ambas em 1955; a unificação destas em Faculdades Franciscanas (FAFRA), em 1995; a transformação em Centro Universitário Franciscano (UNIFRA), em 1998, e, finalmente, sua transformação em Universidade Franciscana (UFN), em 2018, demonstram uma trajetória de dedicação e trabalho em prol do ensino superior. Nesse contexto, também é importante evidenciar o papel das Irmãs Franciscanas na criação da Universidade de Santa Maria (USM/UFSM), em 1960, pois, na qualidade de instituições agregadas, a FIC e a FACEM foram fundamentais para a possibilidade de criação e crescimento da USM/UFSM. Além disso, as Irmãs Franciscanas atuaram em diferentes momentos da USM/UFSM, contribuindo para sua expansão e solidificação. Dessa forma, concluiu-se que o contexto educacional de Santa Maria foi fortemente influenciado e modificado a partir da atuação das Irmãs Franciscanas, mulheres com perfil de empreendedoras que atuam com sucesso no ensino superior.



EDITORA
SCHREIBEN

